



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 10ª SESSÃO À 13ª SESSÃO DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 34 Nº 04
08 DE FEVEREIRO A 19 DE FEVEREIRO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2010

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2009-2010)

PRESIDENTE	Senador	JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador	MARCONI PERILLO (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE	Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador	HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO	Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO	Senador	MÃO SANTA (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO	Senadora	PATRÍCIA SABOIA (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	CÉSAR BORGES (PR-BA)
2º Senador	ADELMIR SANTANA (DEM-DF)
3º Senador	CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)
4º Senador	GERSON CAMATA (PMDB-ES)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Apelo ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, no sentido de dar urgência à votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 546, de 2006, que trata da reinserção dos delegados de polícia nas carreiras jurídicas. Senador Romeu Tuma.....	337	no fim da fila do Orçamento. Estado sai perdendo em repasses da União para 2010”, bem como defesa dos parlamentares paranaenses quanto à representação do Estado do Paraná no Congresso Nacional. Senador Alvaro Dias.....	120
		Registro da visita de Sua Excelência a diversos municípios do Estado do Pará, com o intuito de levar aos municípios uma proposta de discussão para a formação do programa de governo. Senador Flexa Ribeiro.....	456
ARTIGO DE IMPRENSA		CALAMIDADE PÚBLICA	
Registro da matéria intitulada “Justiça não é vingança”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 14 de junho de 2000. Senadora Marina Silva.....	71	Preocupação com as queimadas e as ameaças de incêndios no Estado de Roraima. Senador Augusto Botelho.....	114
Registro da matéria “O Incêndio do Século”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 21 de outubro de 1998; da matéria “Roraima decreta estado de emergência por causa da seca”, publicada pelo portal Terra, no dia 13 de fevereiro de 2010; da matéria “Roraima, os paradoxos de um grande incêndio do fim do milênio”, publicada pela revista <i>Estudos Avançados</i> , no mês de agosto de 1998; e de outras. Senador Mozarildo Cavalcanti.	499	Preocupação com o excesso de chuvas e as enchentes em municípios do Estado de Mato Grosso, atingindo cerca de 21 mil pessoas. Senadora Serys Slhessarenko.	345
AMAZÔNIA		Preocupação com a seca e as queimadas no Estado de Roraima, com destaque para diversas matérias a respeito do referido problema publicadas na imprensa. Senador Mozarildo Cavalcanti.	499
Considerações a respeito da necessidade de o Brasil ter um olhar mais nacionalista e humanista sobre a Amazônia, bem como comentários a respeito da importância do Estado de Roraima para o cenário nacional. Senador Mozarildo Cavalcanti...	63	Comentários a respeito da seca e das queimadas no Estado de Roraima, bem como apelo ao Governo Federal no sentido de equipar os esquadrões de incêndio em todo o País. Senador Valdir Raupp.	524
Aparte ao senador Mozarildo Cavalcanti. Senadora Marina Silva.....	66	CORRUPÇÃO	
Aparte ao senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Adelmir Santana.....	70	Considerações a respeito da necessidade de maior transparência na política brasileira para combater a corrupção, bem como comentários a respeito da prisão do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, em função do episódio do “mensalão” do Democratas (DEM) de Brasília. Senadora Marina Silva.	71
ATUAÇÃO PARLAMENTAR			

	Pág.		Pág.
Aparte à senadora Marina Silva. Senador Mozarildo Cavalcanti.	73	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Aparte à senadora Marina Silva. Senador Pedro Simon.	75	Aparte ao senador Alvaro Dias. Senador Eduardo Suplicy.	123
Considerações acerca da necessidade de combater a corrupção na política brasileira, bem como comentários sobre a prisão do Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e defesa de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para tratar de questões ligadas à ética na política. Senador Pedro Simon.	82	Defesa de proposta de projeto de lei de autoria de Sua Excelência que pretende transferir ao domínio do Estado de Rondônia terras pertencentes à União, para uma melhor organização social e política do referido estado. Senador Acir Gurgacz.	400
Aparte ao senador Pedro Simon. Senadora Marina Silva.	83	DESIGUALDADE REGIONAL	
Considerações a respeito da crise política instalada no Governo do Distrito Federal, em função do episódio do “mensalão” do Democratas (DEM) de Brasília. Senador Adelmir Santana.	87	Apelo para que sejam votados projetos de autoria de Sua Excelência e de outros parlamentares propondo uma nova divisão territorial do Brasil, com o objetivo de eliminar as desigualdades regionais. Senador Mozarildo Cavalcanti.	381
Indignação com a crise política instalada no Governo do Distrito Federal, devido ao “mensalão” do Democratas (DEM) de Brasília, bem como elogios à capacidade do povo brasileiro de superar obstáculos de ordem política e preocupação com a possibilidade de intervenção federal no Governo do Distrito Federal. Senador Adelmir Santana.	108	DIREITOS HUMANOS	
Aparte ao senador Adelmir Santana. Senador Eduardo Suplicy.	110	Leitura de artigo de autoria do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , que trata da questão dos direitos humanos. Senador Romeu Tuma.	104
Reflexão sobre o processo de combate à corrupção, bem como a respeito da sensação de impunidade que atinge os brasileiros em geral. Senador Pedro Simon.	143	Aparte ao senador Romeu Tuma. Senador Flávio Arns.	106
Considerações sobre a necessidade de o Poder Judiciário combater com maior veemência e agilidade a corrupção e a impunidade no Brasil. Senador Pedro Simon.	388	ECONOMIA NACIONAL	
Reflexão sobre o processo de combate à corrupção, bem como defesa da moralidade pública no Brasil, com destaque para a prisão do Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, em função do episódio do “mensalão” do Democratas (DEM) de Brasília. Senador Pedro Simon.	493	Comentários sobre a força e a independência da economia brasileira perante a crise econômica mundial, com destaque ao desenvolvimento do País durante o governo do presidente Lula. Senador Paulo Paim.	96
Aparte ao senador Pedro Simon. Senador Marco Maciel.	498	Considerações sobre o crescimento da economia brasileira, com destaque para a exportação de carne do Estado de Mato Grosso para o mercado chinês. Senadora Serys Slhessarenko.	345
DESEMPREGO		Registro de pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas que aponta o período de junho de 2003 a julho de 2008 como a fase de maior expansão da economia brasileira nos últimos trinta anos. Senador Paulo Paim.	483
Considerações sobre o desemprego no Brasil e no mundo, com base em relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Senador Paulo Paim.	483	EDUCAÇÃO	
Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Adelmir Santana.	484	Considerações a respeito da necessidade de melhorias na educação brasileira, com destaque para as vantagens da educação integral para que o País atinja um desenvolvimento com maior qualidade. Senador Valdir Raupp.	150
		Aparte ao senador Valdir Raupp. Senador Adelmir Santana.	151

	Pág.		Pág.
bem como saudação ao ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, pelo trabalho desenvolvido no exercício da presidência do referido partido. Senador Paulo Paim.	96	das tartarugas no referido estado. Senador Augusto Botelho.	349
Registro do início da 28ª edição da Festa da Uva, no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, bem como considerações a respeito da história e lembranças da infância de Sua Excelência no referido município. Senador Paulo Paim.	328	Aparte ao senador Augusto Botelho. Senador Mozarildo Cavalcanti.	349
Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Romeu Tuma.	329	Homenagem à Doutora Zilda Arns, reconhecida pelo trabalho em favor das crianças e dos idosos, falecida em terremoto ocorrido no Haiti, no dia 12 de janeiro de 2010. Senadora Maria do Carmo Alves.	445
Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.	331	Voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado criminalista, ex-deputado estadual e ex-deputado federal Sérgio Murilo Santa Cruz, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2010, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Senador Marco Maciel. ..	516
Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Sérgio Zambiasi.	332	IGREJA	
HOMENAGEM PÓSTUMA		Registro do início, no dia 17 de fevereiro de 2010, da Campanha da Fraternidade de 2010, de iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o tema “Fraternidade e Economia”. Senador Flávio Arns.	100
Reverência à memória do médico Ernesto Silva, um dos pioneiros no surgimento de Brasília, falecido no dia 3 de fevereiro de 2010. Senador Adelmir Santana.	108	Aparte ao senador Flávio Arns. Senador Romeu Tuma.	101
Homenagem à Doutora Zilda Arns, fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, falecida em Porto Príncipe, capital do Haiti, no dia 12 de janeiro de 2010, com leitura do texto “Fusão Invencível”, escrito pela jornalista Dorrit Harazim, publicado pela <i>Revista Piauí</i> de nº 41. Senador Eduardo Suplicy.	153	Aparte ao senador Flávio Arns. Senador Paulo Paim.	102
Voto de pesar, em nome da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pelo falecimento de irmão do senador Geraldo Mesquita Júnior, do Estado do Acre. Senador Valdir Raupp.	327	Registro da participação de Sua Excelência no evento chamado Rebanhão, organizado pela comunidade católica de Brasília, bem como comentários sobre a importância dos jovens no processo de levar as famílias brasileiras à igreja. Senador Pedro Simon.	143
Associação ao voto de pesar pelo falecimento de irmão do senador Geraldo Mesquita Júnior, do Estado do Acre. Senador Flávio Arns.	327	Registro do início, no dia 17 de fevereiro de 2010, da Campanha da Fraternidade de 2010, de iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o tema “Fraternidade e Economia”. Senador Eduardo Suplicy.	153
Associação ao voto de pesar pelo falecimento de irmão do senador Geraldo Mesquita Júnior, do Estado do Acre. Senador Paulo Paim.	327	Registro do lançamento, no Estado de Santa Catarina, da Campanha da Fraternidade de 2010, com o tema “Fraternidade e Economia”. Senadora Serys Slhessarenko.	345
Voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-suplente de deputado federal, Senhor Ubirajara Evangelista Pinho. Senador Mozarildo Cavalcanti.	344	Aparte à senadora Serys Slhessarenko. Senador Augusto Botelho.	347
Homenagem à Doutora Zilda Arns, reconhecida pelo trabalho em favor das crianças e dos idosos, falecida em terremoto ocorrido no Haiti, no dia 12 de janeiro de 2010. Senadora Serys Slhessarenko. ..	345	Registro do lançamento da Campanha da Fraternidade de 2010, com o tema “Fraternidade e Economia”. Senador Marco Maciel.	516
Manifestação de pesar pelo falecimento do ex-suplente de deputado federal Ubirajara Evangelista Pinho, trabalhador na agricultura do Estado de Roraima e um dos pioneiros na questão da proteção		Aparte ao senador Marco Maciel. Senador Mão Santa.	518
		INSTITUIÇÃO	
		Análise de pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope)	

	Pág.		Pág.
putados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Aquimino Machado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Basílio, Estado da Bahia. Senador Antonio Carlos Júnior.....	196	tados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Região do Além Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Senador Wellington Salgado.....	226
Parecer nº 59, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 779, de 2009 (nº 1.599/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação Social de Icarai de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icarai de Minas, Estado de Minas Gerais. Senador Eliseu Resende.....	201	Parecer nº 65, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2009 (nº 1.629/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Prudente de Moraes de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prudente de Moraes, Estado de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo.....	231
Parecer nº 60, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 836, de 2009 (nº 1.481/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à L.M. Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Lúcia, Estado de São Paulo. Senador Wellington Salgado.....	206	Parecer nº 66, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 861, de 2009 (nº 1.686/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Liberdade de Goiânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás. Senador Demóstenes Torres.....	236
Parecer nº 61, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 838, de 2009 (nº 1.734/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura para São Félix para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Coribe, Estado da Bahia. Senador Wellington Salgado.....	211	Parecer nº 67, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 884, de 2009 (nº 1.713/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Educativa FM de Moeda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moeda, Estado de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo.....	241
Parecer nº 62, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 849, de 2009 (nº 921/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Cultural, Recreativa e Assistencial São-mateuense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão. Senador Lobão Filho.....	216	Parecer nº 68, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 889, de 2009 (nº 1.761/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Princesa Isabel para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Senador Renato Casagrande.....	246
Parecer nº 63, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 852, de 2009 (nº 1.458/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Centro de Montezuma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montezuma, Estado de Minas Gerais. Senador Wellington Salgado.....	221	Parecer nº 69, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 911, de 2009 (nº 1.745/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Baião, Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro.	251
Parecer nº 64, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 855, de 2009 (nº 1.584/2009, na Câmara dos Depu-		Parecer nº 70, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 914, de 2009 (nº 1.751/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização	

Pág.	Pág.		
<p>ao Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Cidadã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte. Senador José Agripino.....</p> <p>Parecer nº 71, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 915, de 2009 (nº 1.757/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Manoel Ferreira Veras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroquinha, Estado do Ceará. Senador Roberto Cavalcanti.....</p> <p>Parecer nº 72, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 917, de 2009 (nº 1.773/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Santo Antônio de Leverger para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso. Senador Gilberto Goellner</p> <p>Parecer nº 73, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 918, de 2009 (nº 1.776/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Tiago para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bituruna, Estado do Paraná. Senador Flávio Arns.</p> <p>Parecer nº 74, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 920, de 2009 (nº 1.688/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e de Radiodifusão Comunitária Pará FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco. Senador Marco Maciel.</p> <p>Parecer nº 75, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 921, de 2009 (nº 1.701/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Iracema, Estado do Ceará. Senador Efraim Morais.....</p> <p>Parecer nº 76, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 935, de 2009 (nº 1.637/2009, na Câmara dos Depu-</p>	<p>257</p> <p>262</p> <p>267</p> <p>272</p> <p>277</p> <p>282</p>	<p>tados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Paraíso do Sul (Asculpar) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.</p> <p>Parecer nº 77, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 936, de 2009 (nº 1.172/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier – RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.....</p> <p>Parecer nº 78, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 938, de 2009 (nº 1.321/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.</p> <p>Parecer nº 79, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 939, de 2009 (nº 1.646/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Essência Nativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.</p> <p>Parecer nº 80, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 943, de 2009 (nº 1.756/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiratins, Estado de Tocantins. Senador João Ribeiro.</p> <p>Parecer nº 81, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 962, de 2009 (nº 1.770/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cruzeiro FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.</p> <p>Parecer nº 82, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº</p>	<p>287</p> <p>292</p> <p>297</p> <p>302</p> <p>307</p> <p>312</p>

	Pág.		Pág.
963, de 2009 (nº 1.788/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e de Comunicação Voz Amiga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.	317	cia por parte de membros dos tribunais superiores, com destaque para os processos da Operação Satiagraha, da Operação Castelo de Areia e do caso MSI-Corinthians. Senador Pedro Simon.	143
Parecer nº 83, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 974, de 2009 (nº 1.876/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Capitão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.	322	Aparte ao senador Pedro Simon. Senador Eduardo Suplicy.	149
Parecer nº 84, de 2010 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 839, de 2009 (nº 569/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 21 de março de 2007. Senador Pedro Simon.	431	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	
Parecer nº 85, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009 (nº 1.015/2007, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a aprendizagem noturna. Senador Paulo Paim.	436	Considerações sobre a necessidade de o Brasil aproveitar o momento histórico da economia mundial para ingressar em novas fronteiras do desenvolvimento econômico e social. Senador Adelmir Santana. ...	489
Parecer nº 86, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009 (nº 1.015/2007, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a aprendizagem noturna. Senador Valdir Raupp.	439	Aparte ao senador Adelmir Santana. Senador Marco Maciel.	492
Parecer nº 87, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2005, do senador Pedro Simon, que acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, determinando prazo para o registro do desaparecimento de criança e adolescente e estabelece prazo máximo para o início das investigações. Senador Valdir Raupp.	447	POLÍTICA DE TRANSPORTES	
PODER JUDICIÁRIO		Indignação com a demora na conclusão das obras de duplicação da BR-101, no trecho entre o Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, e o Município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi.	375
Considerações sobre a situação vivida pelo Poder Judiciário brasileiro, em função da frequente revisão de decisões de juízes de primeira entrân-		Destaque para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) referentes às rodovias do Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.	524
		POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	
		Preocupação com a crise ambiental global, especialmente no que se refere aos problemas de adaptação do Brasil aos efeitos negativos das mudanças do clima, relacionados à questão da saúde pública. Senadora Marina Silva.	527
		POLÍTICA ENERGÉTICA	
		Considerações a respeito de artigo de autoria do embaixador Jorio Dauster, publicado pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em defesa de projeto de Sua Excelência que libera a comercialização de veículos de passeio movidos a óleo diesel no Brasil. Senador Gerson Camata.	89
		Preocupação com o fato de a Petrobras ter voltado a importar gasolina, após a posição superavitária do Brasil na produção de petróleo. Senador Flexa Ribeiro.	456
		POLÍTICA PARTIDÁRIA	
		Registro da abertura, em Brasília, do IV Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT), bem	

	Pág.	IX	Pág.
como reflexão sobre a história do referido partido e sua importância no contexto político nacional. Senador João Pedro.....	111		
Aparte ao senador João Pedro. Senador Eduardo Suplicy.....	113		
Registro da abertura, em Brasília, do IV Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como celebração dos trinta anos de fundação e reflexão sobre a história do partido e sua importância no contexto político nacional. Senador Aloizio Mercadante.....	391		
Aparte ao senador Aloizio Mercadante. Senadora Marina Silva.....	394		
Aparte ao senador Aloizio Mercadante. Senador Eduardo Suplicy.....	396		
POLÍTICA SOCIAL			
Aparte ao senador Paulo Paim. Senador Romeu Tuma.....	99		
Considerações sobre estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que informou ser possível zerar a condição de pobreza extrema de cerca de 20 milhões de brasileiros em curto espaço de tempo. Senador Valdir Raupp.....	150		
Comemoração pela aprovação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Alimentação, transformada na Emenda à Constituição nº 64, de 2010. Senador Antonio Carlos Valadares.....	350		
Considerações acerca de proposta que institui uma Renda Básica de Cidadania no Brasil. Senador Eduardo Suplicy.....	402		
Comentários a respeito de debates na Assembleia Nacional Constituinte, sobre os direitos dos trabalhadores, a questão da previdência, o Sistema Único de Saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Orçamento, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Igualdade Racial. Senador Paulo Paim.....	483		
Satisfação e reiteração da importância da aprovação da chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Alimentação, transformada na Emenda à Constituição nº 64, de 2010. Senador Antonio Carlos Valadares.....	530		
POLÍTICA TRABALHISTA			
Comemoração pela geração de 181 mil postos de trabalho no primeiro mês de 2010, bem como elogios ao presidente Lula e ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, pelo cumprimento das promessas		de geração de emprego e renda feitas à população brasileira. Senador Augusto Botelho.....	349
		PROJETO DE LEI DO SENADO	
		Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2010, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite. Senador Flávio Arns.....	94
		Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2010, que altera os arts. 2º e 13 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir a presença, nas redes de ensino, de profissionais da educação habilitados como técnicos em alimentação escolar. Senador Flávio Arns.....	94
		Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2010, que altera o inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para limitar em vinte horas semanais o tempo de dedicação do professor à interação com os educandos. Senadora Serys Slhessarenko.....	355
		REFORMA TRIBUTÁRIA	
		Considerações sobre as conquistas da Administração Federal no governo do presidente Lula, bem como a respeito da lentidão dos avanços na questão da reforma tributária. Senador Papaléo Paes.....	90
		RELIGIÃO	
		Reflexão sobre o período da Quaresma e de seu significado como preparação para a Páscoa. Senador Geovani Borges.....	102
		REQUERIMENTO	
		Requerimento nº 65, de 2010, que solicita que o Período do Expediente da sessão deliberativa do dia 23 de fevereiro seja dedicado à memória da Doutora Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança, bem como da Pastoral da Pessoa Idosa, do Doutor Luiz Carlos Costa, representante especial adjunto da Organização das Nações Unidas no Haiti e dos Militares Brasileiros integrantes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), vitimados pelo terremoto acontecido em 12 de janeiro de 2010 naquele país. Senador Flávio Arns.....	61

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 66, de 2010, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2010, do Senhor Ubirajara Evangelista Pinho, e apresentação de condolências à família do falecido. Senador Mozarildo Cavalcanti.	345	ocorrido em 18 de fevereiro de 2010. Senador Pedro Simon.	480
Requerimento nº 67, de 2010, que requer as homenagens de inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Senhor José Henrique Sá de Mesquita, irmão do senador Geraldo Mesquita, ocorrido no dia 16 de fevereiro de 2010. Senador Mão Santa.		Requerimento nº 71, de 2010, que requer as homenagens de inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências aos familiares do ex-deputado federal Sérgio Murilo Santa Cruz, falecido no dia 17 de fevereiro de 2010, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Senador Marco Maciel.	480
		SAÚDE	
Requerimento nº 68, de 2010, que requer que o ministro de Estado da Justiça informe como se desenvolve a atuação da Organização Não Governamental (ONG) "Hutukara Associação Yanomami (HAY)" e de outras ONGs que têm seu campo de ação entre os índios Yanomamis, informando também se a referida ONG tem, direta ou indiretamente, interferência indevida na invasão na Reserva Indígena Yanomami pelos garimpeiros. Senador Mozarildo Cavalcanti.	353	Agradecimento ao Ministério da Saúde pela liberação de recursos para a construção de um hospital na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. Senador Augusto Botelho.....	114
Requerimento nº 69, de 2010, que requer voto de aplauso à Festa da Uva em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, na pessoa do presidente do evento, o Senhor Gerson Luiz Palavro, extensivo ao prefeito de Caxias do Sul, Senhor José Ivo Sartori. Senador Paulo Paim.	354	Pedido ao Ministério da Saúde no sentido de dar atenção especial ao aumento da dengue no Estado de Rondônia. Senador Acir Gurgacz.....	488
Requerimento nº 70, de 2010, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do general Ivan de Souza Mendes,		SEXUALIDADE	
		Preocupação com o início antecipado da vida sexual dos jovens e com a gravidez na adolescência, bem como sobre o enfraquecimento dos valores morais relacionados à sexualidade das crianças e adolescentes. Senadora Marisa Serrano.....	106
		TURISMO	
		Exaltação às belezas naturais do litoral do Estado do Piauí, em especial o delta do rio Parnaíba. Senador Mão Santa.....	377

Ata da 10ª Sessão, Não Deliberativa em 8 de Fevereiro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Pedro Simon.

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 23 minutos e encerra-se às 12 horas e 28 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Hoje, sexta-feira, 12 de fevereiro de 2010, às 9h23, estamos no Senado da República do Brasil, presidindo a Mesa Diretora do Senado, ao lado da Drª Cláudia Lyra, Secretária-Executiva, nesta 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, em 12 de fevereiro de 2010. A sessão é não deliberativa. Todas as deliberações legislativas estão sobrestadas.

O Senado da República revive, neste momento por que passa a democracia do Brasil, a sabedoria do nosso patrono Rui Barbosa, que para cá trouxe o regime bicameral, importado, com a sua vivência na Inglaterra e acompanhamento do nascimento também do regime bicameral presidencialista. Esta é a nossa estrutura, nova, pouco mais de 100 anos, importada da Europa. Então, nós temos que a cada dia vivê-la e aperfeiçoá-la, para oferecer ao Brasil novo uma estrutura democrática que garanta melhores dias.

Então nós revivemos o que o nosso patrono escreveu, e faço dele as palavras do Senado da República. Rui Barbosa, no seu pensamento hoje muito atual e muito necessário, dizia: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.

Atentai bem, Mozarildo, a essa advertência do nosso patrono, que é muito atual. E mais ainda buscamos para oferecer à Nação: “Só há um caminho, uma salvação: a lei e a justiça”, assim falou Rui Barbosa. E disse ainda mais: “A justiça tardia é injustiça manifesta”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interpos-

to recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 314, de 2009** (nº 5.916/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os arts. 1º, 11, 16 e 17 e acrescenta os arts. 7º-A e 7º-B à Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.*

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Projeto vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2009**, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte, para dispor sobre o seu custeio.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Senhor Presidente da República adotou, em 10 de fevereiro de 2010, e publicou no dia 11 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 481, de 2010**, que “Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional”.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco da Minoria (DEM/PSDB)

Arthur Virgílio (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Raimundo Colombo (DEM)	4. Antonio C. Júnior (DEM)

Bloco da Maioria (PMDB/PP)

Renan Calheiros (PMDB) 1. Wellington S. de O. (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) 2. Paulo Duque (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) 3. Almeida Lima (PMDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PCdoB)

Aloizio Mercadante (PT) 1. Marcelo Crivella (PRB)
João Ribeiro (PR) 2. Inácio Arruda (PCdoB)
Antonio Carlos V. (PSB) 3. Renato Casagrande (PSB)

PTB

Gim Argello 1. Sérgio Zambiasi

PDT

Osmar Dias¹. Cristovam Buarque

*** PV**

Marina Silva 1.

¹ Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****Bloco****(PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)**

Henrique E. Alves (PMDB) 1. Carlos Willian (PTC)
Cândido Vaccarezza (PT) 2. Vinícius Carvalho (PTdoB)
João Pizzolatti (PP) 3. Mendes Ribeiro Filho (PMDB)
Sandro Mabel (PR) 4. Anselmo de Jesus (PT)
Jovair Arantes (PTB) 5. Benedito de Lira (PP)
Hugo Leal (PSC) 6. Lincoln Portela (PR)

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal (PSDB) 1. Paulo Bornhausen (DEM)
Ronaldo Caiado (DEM) 2. Arnaldo Jardim (PPS)
Raul Jungmann (PPS) 3. Bruno Araújo (PSDB)
Duarte Nogueira (PSDB) 4. Abelardo Lupion (DEM)

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Márcio França (PSB) 1. Daniel Almeida (PCdoB)
Dagoberto (PDT) 2. Francisco Tenório (PMN)

***PHS**

Miguel Martini 1.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 11-2-2010
- Designação da Comissão: 12-2-2010(SF)
- Instalação da Comissão:-

-Emendas: até 17-2-2010 (6 dias após a publicação)

-Prazo na Comissão: 11-2-2010 a 24-2-2010 (14º dia)

-Remessa do processo à CD: 24-2-2010

-Prazo na CD: de 25-2-2010 a 10-3-2010 (15º ao 28º dia)

-Recebimento previsto no SF: 10-3-2010

-Prazo no SF: de 11-3-2010 a 24-3-2010 (42º dia)

-Se modificado, devolução à CD: 24-3-2010

-Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 25-3-2010 a 27-3-2010 (43º ao 45º dia)

-Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 28-3-2010 (46º dia)

-Prazo final no Congresso: 11-4-2010

¹ Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Senhor Presidente da República adotou, em 10 de fevereiro de 2010, e publicou no dia 11 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 482, de 2010**, que “Dispõe sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros, em casos de descumprimento de obrigações do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC”.

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****Bloco da Minoria (DEM/PSDB)**

Arthur Virgílio (PSDB) 1. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM) 2. Jayme Campos (DEM)
Alvaro Dias (PSDB) 3. Cícero Lucena (PSDB)
Raimundo Colombo (DEM) 4. Antonio Carlos Júnior (DEM)

Bloco da Maioria (PMDB/PP)

Renan Calheiros (PMDB) 1. Wellington S. de O. (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) 2. Paulo Duque (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) 3. Almeida Lima (PMDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PCdoB)

Aloizio Mercadante (PT) 1. Marcelo Crivella (PRB)
João Ribeiro (PR) 2. Inácio Arruda (PCdoB)
Antonio C. Valadares (PSB) 3. Renato Casagrande (PSB)

PTB

Gim Argello 1. Sérgio Zambiasi

PDT
Osmar Dias 1. Cristovam Buarque

*** PSC**
Mão Santa 1.

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco

(PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves (PMDB)	1. Carlos Willian (PTC)
Cândido Vaccarezza (PT)	2. Vinícius Carvalho (PTdoB)
João Pizzolatti (PP)	3. Mendes Ribeiro Filho (PMDB)
Sandro Mabel (PR)	4. Anselmo de Jesus (PT)
Jovair Arantes (PTB)	5. Benedito de Lira (PP)
Hugo Leal (PSC)	6. Lincoln Portela (PR)

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

José Aníbal (PSDB)	1. Paulo Bornhausen (DEM)
Ronaldo Caiado (DEM)	2. Arnaldo Jardim (PPS)
Nelson Proença (PPS)	3. Bruno Araújo (PSDB)
Duarte Nogueira (PSDB)	4. Abelardo Lupion (DEM)

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Márcio França (PSB)	1. Daniel Almeida (PCdoB)
Dagoberto (PDT)	2. Francisco Tenório (PMN)

*PRB

Cleber Verde 1.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

-Publicação no DO: **11-2-2010**
 -Designação da Comissão: **12-2-2010(SF)**
 -Instalação da Comissão:
 -Emendas: **até 17-2-2010** (6 dias após a publicação)
 -Prazo na Comissão: **11-2-2010 a 24-2-2010** (14º dia)
 -Remessa do processo à CD: **24-2-2010**
 -Prazo na CD: **de 25-2-2010 a 10-3-2010** (15º ao 28º dia)
 -Recebimento previsto no SF: **10-3-2010**
 -Prazo no SF: **de 11-3-2010 a 24-3-2010** (42º dia)
 -Se modificado, devolução à CD: **24-3-2010**
 -Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 25-3-2010 a 27-3-2010** (43º ao 45º dia)
 -Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **28-3-2010** (46º dia)
 -Prazo final no Congresso: **11-4-2010**

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sr^{as} e Srs. Senadores, com referência à deliberação sobre os vetos presidenciais, a Presidência comunica que, na sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no último dia 9 de fevereiro, por meio da sistemática da cédula única, foram apreciados setenta e quatro vetos apostos ao **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 46, de 2009**.

A apuração foi processada pelo Prodasen, tendo como resultado a manutenção dos vetos, conforme ata de apuração.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a ata:

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –
Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES NºS 49 E 50, de 2010

Ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941- Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente.,

PARECER Nº 49, DE 2010
(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

RELATOR “AD HOC”: Senador PAULO PAIM

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise, nos termos do art. 102-E, VI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 68, de 2009, de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati.

O principal ponto do PLS diz respeito à criação de tipo penal, a ser incluído no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de seguinte redação:

Art. 243-A. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, servir ou entregar, de qualquer forma, bebida alcoólica a:

I – criança;

Pena – detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

II - adolescente;

Pena – detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

Isso porque, nos termos da justificção subscrita pelo autor, a legislação vigente estaria a receber interpretação controversa, *verbis*:

O fato de não haver expressa tipificação penal para a venda de bebida alcoólica, não obstante a cristalina vedação pelo ECA, tem gerado controvérsia acerca da correta qualificação daquela infração. Há questionamento se o álcool poderia ser incluído entre os produtos causadores de dependência e estaria portanto alcançado pelo art. 243 supracitado ou se a sua venda deveria ser considerada como mera contravenção.

A partir de uma interpretação meramente sistemática da legislação, tem prosperado a tese de que, por não constar expressamente no capítulo dos crimes em espécie relacionados no ECA – ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os produtos causadores de dependência mencionados no art. 243 – a venda de bebida alcoólica a crianças e adolescentes seja considerada mera contravenção, alcançada pelo art. 63 da LCP e não o crime tipificado pelo Estatuto.

.....

Entendemos que tal prática não pode ser considerada mera contravenção, diante do mal que o consumo precoce e descontrolado por jovens em plena fase de formação e desenvolvimento pode acarretar, inclusive o alcoolismo.

Nessa esteira, ainda, propõe:

- a) a aplicação das mesmas penas ao proprietário, gerente ou responsável pelo estabelecimento que propiciar a prática da conduta incriminada, nos termos de *parágrafo único* integrante do novo tipo;
- b) obrigatoriedade de afixação nos estabelecimentos comerciais de placa com a informação destacada de que *é crime a venda de bebidas alcoólicas a menores*, a constar de novo art. 243-B, também do ECA;
- c) previsão de infração administrativa para coibir o descumprimento da obrigação acima citada, através de novo art. 252-A, do ECA;
- d) exigência de se fazer constar no rótulo das embalagens, na parte interna dos locais de venda e na propaganda comercial de bebidas alcoólicas, a advertência sobre a proibição de sua venda a menores, alterando a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe *sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal*;
- e) revogação da contravenção penal constante do art. 63, inciso I, do Decreto – Lei nº 3.688 de 3 de outubro de 1941.

Não foram apresentadas emendas.

Daqui, a matéria seguirá para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), à qual competirá decisão terminativa nesta Casa.

II – ANÁLISE

As decisões do Superior Tribunal de Justiça – corte a que constitucionalmente compete a uniformização da jurisprudência no País (art. 105, III, “c”, da CF) – indicam a prevalência do art. 63, I, da Lei das Contravenções Penais, em detrimento do que dispõe o art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que diz respeito ao tratamento jurídico-penal do consumo de bebidas alcoólicas por menores de dezoito anos.

Com efeito, sobre o tema, podemos anotar os seguintes precedentes: Recurso Especial nº 331.794-RS, Recurso em Habeas Corpus nº 19.661-MS e Agravo de Instrumento nº 861.374-RS, além do citado Recurso Especial nº 942.288-RS.

Não temos dúvidas, pois, em reconhecer a necessidade de aperfeiçoamento da legislação para tornar crime a conduta de quem vende bebida alcoólica a criança ou adolescente.

No entanto, não podemos aderir à ideia do autor de apenas diferenciadamente os crimes cometidos contra crianças dos cometidos contra adolescentes. Pela proposta, enquanto no primeiro caso o agente estaria sujeito a pena de dois a quatro anos, no segundo, receberia de um a dois anos de detenção.

É que semelhante construção, em nosso entender, ofende a Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, *verbis*:

Artigo 1 – Para efeitos da presente Convenção considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.

Ou seja, nos termos do referido tratado, apenas pela definição da maioridade é permitido aos Estados Partes o abrandamento das garantias que assegura às crianças. Não existe razão, pois, em se adotar a diferenciação pretendida quando nossa Constituição Federal, em seu art. 228, fixou a maioridade nos mesmos dezoito anos previstos pela normativa da ONU.

Ademais, semelhante proceder, ao passo em que reforça a proteção infantil, acaba por minorar a tutela dos interesses dos jovens, que sabidamente são os mais expostos aos riscos do alcoolismo. Em suma, temos que não seria bom precedente diferenciar crianças e adolescentes, já que o ECA reconhece a ambos a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (art. 6º).

Propomos, então, a fusão das figuras alternativas em um único tipo, que entendemos ter melhor topologia no art. 242-A, seguindo a ordem estipulada pelo art. 81 do Estatuto, ao arrolar os bens cuja venda é proibida à criança ou adolescente.

Nas emendas que oferecemos em anexo, defendemos:

- a) a necessidade da diminuição do patamar mínimo da sanção, para não contrastar com a prevista para a venda ilegal de fogos de artifício (art. 244), de semelhante dignidade penal;
- b) alteração da redação do parágrafo único, retirando a responsabilização automática do responsável pelo estabelecimento condicionando-a à medida de sua responsabilidade, já que tal proceder, em se tratando da venda de bebidas alcoólicas, não tem a mesma gravidade da prostituição infantil (§ 1º, art. 244-A), que lhe serviu de inspiração;
- c) a supressão do proposto Art. 4º B, constante do art. 2º do projeto, por entendermos que o tema da publicidade de bebidas alcoólicas, em nosso modesto entender, deve ser enfrentado em discussão própria, de modo amplo, e não apenas episódico. A esse respeito basta ser registrado que, pela legislação atual, apenas as bebidas potáveis com teor alcoólico superior a treze graus *Gay Lussac* são consideradas bebidas alcoólicas para fins de limitação publicitária.

III – VOTO

Em razão do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009, com as seguintes emendas que apresentamos:

EMENDA Nº 1 – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009, a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que *dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências*, passa a vigorar acrescida do art. 243-A, 243-B e 252-A, com a seguinte redação:

“Art. 243-A. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, servir ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente bebida alcoólica:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único – Incorrem nas mesmas penas, o proprietário, o gerente ou o responsável pelo estabelecimento em que se verifique as práticas referidas no caput deste artigo, na medida de sua responsabilidade.

“Art. 243- B. Os responsáveis pelos estabelecimentos onde se vendam bebidas alcoólicas deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, informação destacada de que é crime a venda a menores, punível com detenção.”

.....
“Art. 252-A. Deixar o proprietário, gerente ou responsável por estabelecimento comercial que venda bebidas alcoólicas de afixar, em lugar visível e de fácil acesso, informação destacada de que é crime a venda a menores, punível com detenção

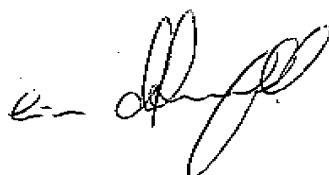
Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.”

EMENDA Nº 2 – CDH

Suprima-se a inclusão o art. 4º- B na lei 9.294, de 15 de julho de 1996, proposto no art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 68 de 2009

Sala da Comissão, 1º de julho de 2009.

, Presidente



, Relator

**SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 068, DE 2009

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE, 12/12/2009, OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE:	<i>(SEN. CRISTOVAM BUARQUE)</i>
RELATOR:	<i>(RELATOR "AD HOC" SEN. PAULO PAIM)</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PSC, PEB, PRB)	
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	1 - JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	2 - SERYS SLHESARENKO
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	3 - MARCELO CRIVELLA
VAGO	4 - MARINA SILVA <i>Marina Silva</i>
JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL) <i>José Nery</i>	5 - MAGNO MALTA
PMDB/PP	
VAGO	1 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
GERSON CAMATA	2 - ROMERO JUCÁ
VAGO	3 - VALTER PEREIRA
GILVAM BORGES	4 - MÃO SANTA
PAULO DUQUE <i>Paulo Duque</i>	5 - LEOMAR QUINTANILHA
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
JOSÉ AGRIPINO	1 - HERÁCLITO FORTES
ROSALBA CIARLINI	2 - JAYME CAMPOS
ELISEU RESENDE	3 - MARIA DO CARMO ALVES
VAGO	4 - ADELMIR SANTANA <i>Adelmiir Santana</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	5 - VAGO
CÍCERO LUCENA <i>Cícero Lucena</i>	6 - MÁRIO COUTO
VAGO	7 - PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>
PTB	
	1 - SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PRAJA

PARECER Nº 50, DE 2010
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relatora: Senadora SERYS SHLESSARENKO
Relator “ad hoc”: Senador ARTHUR VIRGÍLIO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, em decisão terminativa, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 68, de 2009, que altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e 9.294, de 15 de julho de 1996 e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688 de 03 de outubro de 1941– Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente, de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati.

A proposição legislativa em comento objetiva transformar em crime a venda de bebida alcoólica a menor de 18 (dezoito) anos de idade, mediante inclusão de tipo penal no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dando fim a candente discussão doutrinária e jurisprudencial sobre a aplicação do art. 63, I, da Lei das Contravenções Penais, ou do art. 243, do próprio ECA, que trata da comercialização de “produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida”.

Propõe, ainda, uma aproximação da disciplina da publicidade de bebidas alcoólicas com a prevista para o comércio de cigarros e demais produtos fumígenos, mediante alteração da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe exatamente sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

A matéria tramitou pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), tendo sido aprovado por unanimidade o relatório oferecido pelo Senador Cícero Lucena, mas lido *ad hoc* pelo Senador Paulo Paim, com duas emendas.

II – ANÁLISE

Preliminarmente, a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade, porque o direito penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Também o seu autor possui legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61, *caput*, da Carta Magna.

No mérito, entendemos que a inovação proposta é salutar e contribuirá para o aperfeiçoamento da legislação penal. De fato, como bem salientado no parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça remarca a prevalência do art. 63, I, da Lei das Contravenções Penais, em detrimento do que dispõe o art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que diz respeito ao tratamento jurídico-penal do consumo de bebidas alcoólicas por menores de dezoito anos.

Ainda assim, propomos a seguir algumas alterações, quase que restritas aos ditames da boa técnica legislativa.

Estamos de acordo com a unificação do tipo, sem diferente cominação penal, para crianças e adolescentes. Só que a alteração de redação processada pela CDH no parágrafo único, para obstar a responsabilização objetiva “do proprietário, gerente ou responsável pelo estabelecimento” que venda ou forneça bebida alcoólica a criança ou adolescente, acabou por tornar o dispositivo desnecessário, razão pela qual optamos por sua simples supressão.

Percorrendo o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e buscando preservar a seqüência estipulada em seu art. 81, ao arrolar os bens cuja venda é proibida à criança ou adolescente, observamos que o tipo penal terá melhor topologia em novo art. 242-A.

Quanto às demais normas propostas pelo Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009, optamos por concentrá-las no texto da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, seguindo analogicamente as disposições existentes sobre a proibição da venda de cigarros a menores de dezoito anos, a fim de evitar dificuldades na aplicação das novas regras.

Como exemplo das possíveis complicações, caso fosse mantida a redação inicial ou a do parecer da CDH, poderia ser registrada a **tripla** previsão de sanções administrativas: a primeira, constante do próprio art. 252-A do Estatuto da Criança e do Adolescente; a segunda, do art. 9º, da Lei nº 9.294, de 1996; e a terceira, da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que trata das infrações à legislação sanitária federal.

Tampouco endossamos a iniciativa de fazer constar de *toda a propaganda comercial de bebidas alcoólica* a indicação de que sua venda a menores constitui crime punível com detenção, não só por acreditarmos que o “gosto pelo proibido”, próprio da juventude, pode acarretar um incentivo ao consumo nesse caso, bem como porque o tema da publicidade de bebidas alcoólicas, em nosso modesto entender, deve ser enfrentado em discussão própria, de modo amplo, e não apenas episódico. A esse respeito basta ser registrado que, pela legislação atual, apenas as bebidas potáveis com teor alcoólico superior a treze graus *Gay Lussac* são consideradas bebidas alcoólicas para fins de limitação publicitária.

III – VOTO

Em razão do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009, rejeitando-se as emendas nº 01-CDH e nº02-CDH, em razão da aprovação do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2009

Acrescenta o art. 242-A na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de dezoito anos, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que *dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências*, passa a vigorar acrescida de art. 242-A, com a seguinte redação:

“**Art. 242-A.** Vender, fornecer ainda que gratuitamente, servir ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente bebida alcoólica:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.”

Art. 2º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que *dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal*, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 4º**

.....

§ 2º Os rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas conterão advertências nos seguintes termos: “Evite o Consumo Excessivo de Álcool” e “Venda Proibida a Menores de 18 anos.” (NR)

“**Art. 4º-A.** Na parte interna dos locais em que se vende bebida alcoólica, deverá ser afixada advertência escrita de forma legível e ostensiva de que são crimes punidos com detenção dirigir sobre a influência de álcool e vender bebida alcoólica a criança ou adolescente.” (NR)

“**Art. 9º**

.....

VII – as previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para os casos de violação da proibição de venda a menores de dezoito anos de bebidas alcoólicas, produtos fumíferos ou outros cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, sem prejuízo do disposto nos arts. 242-A e 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

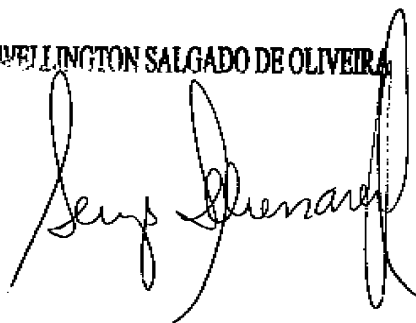
.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1940 – Lei das Contravenções Penais.

Sala da Comissão, 16 de dezembro de 2009.

Sen. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, Presidente EM EXERCÍCIO

 , Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: PLS Nº 68 DE 2009ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16,12,09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: EM EXERCÍCIO; Sen. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
RELATOR: "AD HOC": SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYC	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCA
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO) AO
PROPOSIÇÃO: PLS Nº 68, DE 2009

SERYS SHESSARENKO				1 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE				2 - AUGUSTO BOTELHO		X		
EDUARDO SUPLICY	X			3 - MARCELO CRIVELLA		X		
ANTONIO CARLOS VALADARES	X			4 - INACIO ARRUDA		X		
IDELI SALVATTI				5 - CESAR BORGES				
JOAO PEDRO				6 - MARINA SILVA (PV)				
PEDRO SIMON				1 - ROMERO JUCA		X		
ALMEIDA LIMA				2 - RENAN CALHEIROS				
GILVAM BORGES				3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR				
FRANCISCO DORNELLES	X			4 - LOBÃO FILHO				
VALTER PEREIRA	X			5 - VALDIR RAUPP		X		
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				6 - NEUTO DE CONTO				
KÁTIA ABREU				1 - EFRAIM MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES				2 - ADELMIR SANTANA				
OSVALDO SOBRINHO				3 - RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL	X			4 - JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X			5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS				6 - EDUARDO AZEREDO				
JARBAS VASCONCELOS	X			7 - MARCONI PERILLO				
LÚCIA VÂNIA				8 - ARTHUR VIRGÍLIO (AUXÍLIO EMERGENCIAL)				X
TASSO JEREISSATI				9 - FLEXA RIBEIRO		X		
ROMEU TUMA				1 - GIM ARGELLO				
OSMAR DIAS				1 - PATRÍCIA SABOYA				

TOTAL: 16 SIM: 13 NÃO: 3 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 16 / 12 / 2009

Senador

Presidente Eventual

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 122, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 23/11/2009).

Sen. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**TEXTO FINAL
SUBSTITUTIVO APRESENTADO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2009
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Acrescenta o art. 242-A na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de dezoito anos, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que *dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências*, passa a vigorar acrescida de art. 242-A, com a seguinte redação:

“Art. 242-A. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, servir ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente bebida alcoólica:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.”

Art. 2º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que *dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal*, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

§ 2º Os rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas conterão advertências nos seguintes termos: “Evite o Consumo Excessivo de Álcool” e “Venda Proibida a Menores de 18 anos.” (NR)

“Art. 4º-A. Na parte interna dos locais em que se vende bebida alcoólica, deverá ser afixada advertência escrita de forma legível e ostensiva de que são crimes punidos com detenção dirigir sobre a influência de álcool e vender bebida alcoólica a criança ou adolescente.” (NR)

“Art. 9º

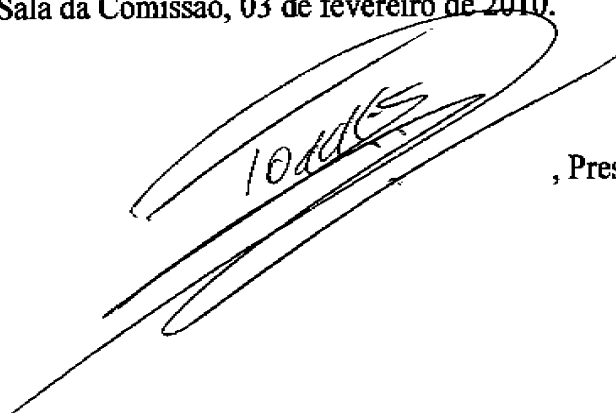
.....
VII – as previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para os casos de violação da proibição de venda a menores de dezoito anos de bebidas alcoólicas, produtos fumíferos ou outros cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, sem prejuízo do disposto nos arts. 242-A e 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1940 – Lei das Contravenções Penais.

Sala da Comissão, 03 de fevereiro de 2010.



, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Subseção III**Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

.....

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

.....

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

.....

**CAPÍTULO V
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º - Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º - A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º - Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º - A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

.....
Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.
.....

LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977.

Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Texto compilado

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....
Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

.....
Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
.....

Seção II

Dos Produtos e Serviços

Art. 81. É proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

- I - armas, munições e explosivos;
- II - bebidas alcoólicas;
- III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;
- IV - fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;
- V - revistas e publicações a que alude o art. 78;
- VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.

.....
 Art. 242. Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo:

~~Penal - detenção de seis meses a dois anos, e multa.~~

Penal - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos. (Redação dada pela Lei nº 10.764, de 12.11.2003)

Art. 243. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida:

~~Penal - detenção de seis meses a dois anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.~~

Penal - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave. (Redação dada pela Lei nº 10.764, de 12.11.2003)

.....
 Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

Penal - reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

.....
 Art. 252. Deixar o responsável por diversão ou espetáculo público de afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza da diversão ou espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação:

Penal - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

.....
LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996.

Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

Regulamento

.....
 Art. 9º Aplicam-se ao infrator desta Lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, especialmente no Código de Defesa do Consumidor e na Legislação de Telecomunicações, as seguintes sanções: (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

- I - advertência;

II - suspensão, no veículo de divulgação da publicidade, de qualquer outra propaganda do produto, por prazo de até trinta dias;

III - obrigatoriedade de veiculação de retificação ou esclarecimento para compensar propaganda distorcida ou de má-fé;

IV - apreensão do produto;

~~V - multa de R\$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais) a R\$ 7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta reais), cobrada em dobro, em triplo e assim sucessivamente, na reincidência;~~

V - multa, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aplicada conforme a capacidade econômica do infrator; (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VI - suspensão da programação da emissora de rádio e televisão, pelo tempo de dez minutos, por cada minuto ou fração de duração da propaganda transmitida em desacordo com esta Lei, observando-se o mesmo horário. (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

VII - no caso de violação do disposto no inciso IX do artigo 3ºA, as sanções previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo do disposto no art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

§ 1º As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas gradativamente e, na reincidência, cumulativamente, de acordo com as especificidade do infrator.

§ 2º Em qualquer caso, a peça publicitária fica definitivamente vetada.

~~§ 3º Consideram-se infratores, para efeitos deste artigo, os responsáveis pelo produto, pela peça publicitária e pelo veículo de comunicação utilizado.~~

§ 3º Considera-se infrator, para os efeitos desta Lei, toda e qualquer pessoa natural ou jurídica que, de forma direta ou indireta, seja responsável pela divulgação da peça publicitária ou pelo respectivo veículo de comunicação. (Redação dada pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

§ 4º Compete à autoridade sanitária municipal aplicar as sanções previstas neste artigo, na forma do art. 12 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ressalvada a competência exclusiva ou concorrente: (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

I - do órgão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde, inclusive quanto às sanções aplicáveis às agências de publicidade, responsáveis por propaganda de âmbito nacional; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

II - do órgão de regulamentação da aviação civil do Ministério da Defesa, em relação a infrações verificadas no interior de aeronaves; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

III - do órgão do Ministério das Comunicações responsável pela fiscalização das emissoras de rádio e televisão; (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

IV - do órgão de regulamentação de transportes do Ministério dos Transportes, em relação a infrações ocorridas no interior de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários de passageiros. (Inciso incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)

~~§ 5º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.167, de 27.12.2000)~~

§ 5º O Poder Executivo definirá as competências dos órgãos e entidades da administração federal encarregados em aplicar as sanções deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.702, de 14.7.2003)

.....

DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.

Vide Lei nº 1.390, de 3.7.1951

Vide Lei nº 7.437, de 20.12.1985

Lei das Contravenções Penais

.....
Art. 63. Servir bebidas alcoólicas:

I - a menor de dezoito anos;

II - a quem se acha em estado de embriaguez;

III - a pessoa que o agente sabe sofrer das faculdades mentais;

IV – a pessoa que o agente sabe estar judicialmente proibida de frequentar lugares onde se consome bebida de tal natureza:

Pena – prisão simples, de dois meses a um ano, ou multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis.

.....

DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990

.....

Artigo 1

Para efeitos da presente Convenção considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.

.....

Ofício nº 00410-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, de de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o **Substitutivo** do Senador Arthur Virgílio ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009, que "Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941- Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente.", de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador DEMÓSTENES TORRES
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECERES

NºS 51 E 52, de 2010

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que *autoriza o Poder Público a realizar exames anuais de saúde nos estudantes dos ensinos fundamental e médio e institui a Semana Nacional de Saúde na Escola.*

PARECER Nº 51, DE 2010 (Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO

I – RELATÓRIO

Considera-se o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 70, de 2008, em que a autora, a Senadora MARISA SERRANO, propõe autorizar o Poder Público a realizar exames de saúde anuais em todos os alunos dos ensinos fundamental e médio, quer estejam matriculados nas redes públicas de ensino quer em instituições privadas. Tais exames, a serem realizados em parceria com o Sistema Único de Saúde, incluiriam, no mínimo, avaliações de saúde bucal e nutricional e de acuidade visual e auditiva (art. 1º).

O art. 2º do PLS institui a *Semana Nacional da Saúde na Escola*, todos os anos, na primeira semana de agosto, “com o objetivo de incentivar as escolas, as famílias e os sistemas de saúde” a realizarem os exames previstos no art. 1º da proposição. Também prevê o aproveitamento das atividades realizadas como componente curricular ou tema transversal das áreas do conhecimento correspondentes.

Por fim, o art. 3º estabelece que a lei a ser criada entre em vigor na data de sua publicação.

Encaminhado a esta Comissão, o projeto seguirá para análise terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ao PLS não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A autora destaca, em sua justificativa, que “os estudos disponíveis apontam elevada prevalência de problemas de saúde entre as crianças da educação básica, entre os quais tomam destaque os de acuidade visual e auditiva, a cárie dentária e os distúrbios nutricionais”. É notório que tais problemas interferem diretamente no processo de aprendizagem.

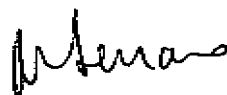
A instituição da *Semana Nacional da Saúde na Escola* permitirá que, simultaneamente à realização dos exames previstos no art. 1º do projeto, atividades didático-pedagógicas possam ser desenvolvidas de forma a promover o debate sobre o assunto entre toda comunidade escolar e sem causar prejuízo ao cumprimento do ano letivo mínimo.


Certo da importância do projeto, ressalto ainda que o PLS permitirá que se cumpra o disposto no art. 208, inciso VII, da Constituição Federal, o qual estabelece entre os deveres do Estado com a educação, a garantia de atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de, entre outros, programas suplementares de assistência à saúde.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2008.

Sala da Comissão, 4 de agosto de 2009.

 , Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 070/08 NA REUNIÃO DE 04/08/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Marisa* SEN: MARISA SERRANO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

FLÁVIO ARNS	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- IDELI SALVATTI <i>Ideli</i>
RELATOR <i>[Signature]</i>	3- EDUARDO SUPLICY <i>[Signature]</i>
FÁTIMA CLEIDE <i>[Signature]</i>	4- JOSÉ NERY
PAULO PAIM <i>[Signature]</i>	5- ROBERTO CAVALCANTI <i>[Signature]</i>
INÁCIO ARRUDA <i>[Signature]</i>	6- JOÃO RIBEIRO
MARINA SILVA <i>[Signature]</i>	7- (VAGO)
EXPEDITO JÚNIOR	

MAIORIA (PMDB e PP)

VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>[Signature]</i>	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA <i>[Signature]</i>	5- VALDIR RAUPP
FRANCISCO DORNELLES	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL <i>[Signature]</i>	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>[Signature]</i>	3- JAYME CAMPOS
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA <i>[Signature]</i>	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS <i>[Signature]</i>	7- EDUARDO AZEREDO
CÍCERO LUCENA <i>[Signature]</i>	8- MARCONI PERILLO
(VAGO)	9- PAPALÉO PAES
MARISA SERRANO <i>[Signature]</i>	10- SÉRGIO GUERRA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Signature]</i>	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA <i>[Signature]</i>	MOZARILDO CAVALCANTI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE <i>[Signature]</i>	1- JEFFERSON PRAIA
--------------------------------------	--------------------

PARECER Nº 52, DE 2010
(Da Comissão de Assuntos Sociais.)

Relator: Senador RAIMUNDO COLOMBO

I – RELATÓRIO

É submetido à análise desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 70, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que *autoriza o Poder Público a realizar exames anuais de saúde nos estudantes dos ensinos fundamental e médio e institui a Semana Nacional de Saúde na Escola.*

O art. 1º da proposição concede autorização ao Poder Público para que realize exames de saúde anuais em alunos dos ensinos fundamental e médio, das redes pública e privada de ensino. Os exames serão realizados em parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS), e necessariamente incluirão avaliações de saúde bucal, nutricional, auditiva e visual.

O art. 2º institui a *Semana Nacional de Saúde na Escola*, a ser celebrada no início do mês de agosto. O objetivo da efeméride é incentivar as escolas, as famílias e o sistema de saúde a realizarem exames de saúde na população escolar do ensino básico. Ressalte-se que as atividades realizadas durante a *Semana* poderão ser aproveitadas como componente curricular. É o que dispõe o parágrafo único desse artigo.

A cláusula de vigência – art. 3º – determina que a lei em que o projeto eventualmente se transformar passará a vigor um ano após a data de sua publicação.

Na justificção do PLS, a autora ressalta que há elevada prevalência de doenças entre as crianças da educação básica e que tal fato interfere diretamente no aprendizado e no desempenho acadêmico dos alunos. A instituição da *Semana Nacional de Saúde na Escola* permitirá a profilaxia das doenças e o desenvolvimento de temas de saúde transversais no currículo escolar.

A tramitação do projeto iniciou-se pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde recebeu parecer pela aprovação. Cabe a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a decisão terminativa sobre a matéria. A proposição não foi objeto de emendas.

II – ANÁLISE

O exame da matéria por esta Comissão está respaldado no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, por se tratar de norma de proteção e defesa da saúde.

A saúde de nossas crianças é sempre um tema de grande relevância para o Parlamento brasileiro. O enfoque dado pela ilustre Senadora Marisa Serrano no PLS nº 70, de 2008, é dos mais interessantes, uma vez que privilegia as ações de prevenção e de detecção precoce de doenças e de agravos à saúde, permitindo maior eficácia no controle das enfermidades que acometem as crianças e os adolescentes brasileiros.

A proposta da Senadora, no entanto, vai muito além das ações profiláticas. O PLS implementa, em todo o País, o modelo de educação em saúde defendido pelos sanitaristas brasileiros para o ensino básico. Segundo a pesquisadora Ruth Sandoval Marcondes, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), são os seguintes os princípios norteadores da educação em saúde na escola:

- a. integração à educação global;
- b. acompanhamento da evolução nos campos da educação e da saúde;
- c. concorrência para o desenvolvimento integral da criança, a partir de suas necessidades, interesses e problemas;
- d. valorização dos fatores determinantes do comportamento humano (biológicos, psicológicos, sociais e culturais);
- e. compatibilidade com a política de desenvolvimento educacional, sanitário, social e econômico do País;

f. planejamento, execução e avaliação pelo pessoal docente, profissional, técnico e administrativo, pelos pais e pelos representantes da comunidade;

g. busca da participação da família e da comunidade para seu pleno desenvolvimento.

Vê-se que a proposição em comento está em consonância com todos esses princípios, especialmente por que a autora tomou o cuidado de envolver o SUS na iniciativa, em vez de propor a criação de uma estrutura de saúde paralela, que poderia trazer aumento de custos e redundância de ações. O mérito do projeto é, pois, indiscutível.

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade e à juridicidade da proposição, visto que compete à União legislar concorrentemente sobre educação e sobre proteção e defesa da saúde (incisos IX e XII do art. 24 da Constituição Federal).

No que se refere à técnica legislativa, cabe mencionar apenas um equívoco na redação do parágrafo único do art. 1º do projeto, onde o vocábulo “Serviço” dever ser substituído por “Sistema”, a fim de corrigir o nome do Sistema Único de Saúde.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2008, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CAS

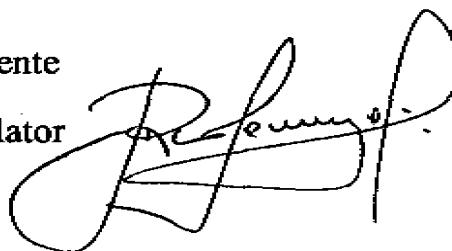
Substitua-se o termo “Serviço” por “Sistema” no parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2008.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

, Relator



COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em Reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 70 de 2008, com a Emenda nº 1 – CAS.



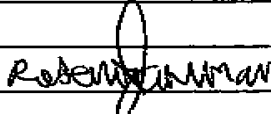
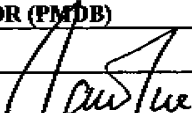
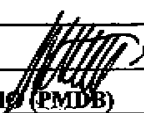
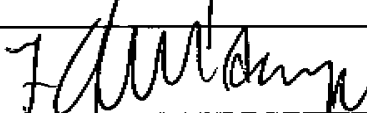


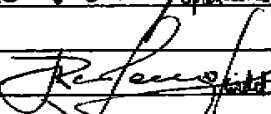
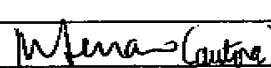
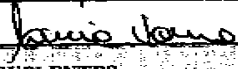

EMENDA Nº 1 – CAS

Substitua-se o termo “Serviço” por “Sistema” no parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2008.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.


Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70 DE 2008	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 3/10/2010 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDÊNCIA: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATORIA: SENADOR RAIMUNDO COLOMBO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO TITULARES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO SUPLENTE
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT) 	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT) 	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB) 	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTE
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB) 	3- VALDIR RAUPP (PMDB) 
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC) 	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB) 
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB) TITULARES	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB) SUPLENTE
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM) 	2- (vago)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM) 	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- MARISA SERRANO (PSDB) 
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB) 
PTB TITULARES	PTB SUPLENTE
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL 	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2008

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, PC do B)	TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, PC do B)	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
	1- (vago)						1- (vago)				
	AUGUSTO BOTELHO (PT)	X					2- CÉSAR BORGES (PR)				
	PAULO PAIM (PT)	X					3- EDUARDO SUPLYCI (PT)				
	MARCELO CRIVELLA (PRB)						4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)				
	FÁTIMA CLEIDE (PT)						5- IDELI SALVATTI (PT)				
	ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	X					6- (vago)				
	RENATO CASAGRANDE (PSB)						7- JOSE NERY (PSOL)				
	MAIORIA (PMDB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP)	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
	TITULARES						SUPLENTE				
	GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)						1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
	GILVAM BORGES (PMDB)						2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
	PAULO DUQUE (PMDB)	X					3- VALDIR RAUPP (PMDB)	X			
	(vago)						4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
	MÃO SANTA (PSC)	X					5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)	X			
	Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
	TITULARES						SUPLENTE				
	ADELMIR SANTANA (DEM)						1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
	ROSALBA CIARLINI (DEM)						2- (vago)				
	FERRAZ MORAIS (DEM)						3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
	RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	X					4- JOSE AGRIPINO (DEM)				
	FLÁVIO ARNS (PSDB)						5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
	EDUARDO AZEVEDO (PSDB)						6- MARISA SERRANO (PSDB)			X	
	PAPALÉO PAES (PSDB)						7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)	X			
	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
	TITULARES						SUPLENTE				
	MOZARILDO CAVALCANTI						1- GIM ARGELLO				
	PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
	TITULAR						SUPLENTE				
	JOÃO DURVAL	X					1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 10 NÃO; -- ABSTENÇÃO: -- AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 02/02/2010.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)


Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO EMENDA N.º 4 - CAS PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 70, DE 2008

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pp do B)	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pp do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES										
(vago)										
AUGUSTO BOTELHO (PT)	1- (vago)	X								
PAULO PAIM (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)	X								
MARCELO CRIVELLA (PRB)	3- EDUARDO SUPLYCI (PT)									
FÁTIMA CLEIDE (PT)	4- INACIO ARRUDA (PC do B)									
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5- IDELI SALVATTI (PT)									
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6- (vago)	X								
MAIORIA (PMDB E PP)	7- JOSÉ NERY (PSOL)									
TITULARES	MAIORIA (PMDB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB)	1- LOBAO FILHO (PMDB)									
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)									
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)	X					X			
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)									
MAO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)	X					X			
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES										
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERACLITO FORTES (DEM)									
ROSALBA CIARLINI (DEM) (psdb-fo)	2- (vago)									
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)									
RAIMUNDO COLOMBO (DEM) (psdb-fo)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)	X								
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)									
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- MARISA SERRANO (PSDB)						X			
PAPALÉO FAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)						X			
PTB	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES										
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO									
PDT	PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULAR										
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE	X								

TOTAL: 12 SIM; 31 NÃO; -- ABSTENÇÃO: -- AUTOR: -- PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 3 / 02 / 2010.

· OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 134, § 8º - RISF)


Senadora ROSALBA CIARLANI (DEM)
PRESIDENTE

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2008

Autoriza o Poder Público a realizar exames anuais de saúde nos estudantes dos ensinos fundamental e médio e institui a Semana Nacional de Saúde na Escola.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Público autorizado a realizar, anualmente, exames de saúde nos alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio de escolas públicas e privadas.

Parágrafo único. O exame de saúde a que se refere o *caput* incluirá, no mínimo, avaliações de saúde bucal e nutricional e de acuidade visual e auditiva e será realizado em parceria com o Sistema Único de Saúde.

Art. 2º Fica instituída a *Semana Nacional da Saúde na Escola*, celebrada anualmente na primeira semana do mês de agosto, com o objetivo de incentivar as escolas, as famílias e os sistemas de saúde a realizarem exames de saúde na população escolar do ensino fundamental e médio.

Parágrafo único. As atividades realizadas durante a semana poderão ser aproveitadas como componente curricular ou tema transversal das áreas do conhecimento correspondentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor um ano após a data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2010.


Senadora ROSALBA CARLINI
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****TÍTULO III****Da Organização do Estado****CAPÍTULO II
DA UNIÃO**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

**CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO
Seção I
DA EDUCAÇÃO**

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

OF. Nº 2/10 – PRES/CAS

Brasília, 3 de fevereiro de 2010.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2008, com a Emenda nº 1 – CAS de 2009, que “Autoriza o Poder Público a realizar exames anuais de saúde nos estudantes dos ensinos fundamental e médio e institui a Semana Nacional de Saúde na Escola”, de autoria da Senadora Marisa Serrano.

Atenciosamente,


Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL**

PARECER Nº 53, DE 2010

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, das Deputadas Ana Corso e Iara Bernardi), que dispões sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

RELATOR: Senador **MÃO SANTA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 100, de 2007 (Projeto de Lei nº 5.741, de 2001, na origem), de autoria das Deputadas Ana Corso e Iara Bernardi, tem a finalidade de determinar a *criação de Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna*.

O art. 1º estabelece que os comitês serão constituídos mediante leis estaduais, municipais e distritais e os seis incisos do art. 2º enumeram os objetivos dos comitês:

I – investigar todas as mortes de mulheres em idade fértil com probabilidade de serem decorrentes de causas relacionadas à gravidez, ao parto ou ao puerpério, além das notificadas como maternas;

II – investigar as circunstâncias de cada óbito no prazo de trinta dias;

III – identificar as responsabilidades técnicas ou administrativas pelo óbito;

IV – determinar a implementação de medidas para sanar os erros identificados;

V – realizar estudos e análises;

VI – promover atividades educativas e de conscientização para profissionais e para a comunidade.

O art. 3º define a composição dos comitês, estabelece que os seus membros exercerão a função em caráter honorífico e veda a remuneração pelo exercício da atividade.

O art. 4º torna obrigatória a notificação do óbito materno que, segundo define seu parágrafo único, é aquele ocorrido durante a gestação ou até quarenta e dois dias após o término desta.

O início da vigência da lei, previsto para noventa dias após a sua publicação, é estabelecido pelo art. 5º.

A proposição foi distribuída apenas a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde não foram apresentadas emendas.

A relatoria da matéria foi, inicialmente, distribuída à Senadora Marisa Serrano, que, em 6 de novembro de 2008, encaminhou relatório favorável à aprovação do projeto, na forma de substitutivo. Em decorrência do desligamento da Senadora desta Comissão, esse relatório não chegou a ser votado. O presente parecer mantém, basicamente, o texto por ela apresentado.

II – ANÁLISE

A morte materna é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como aquela que ocorra durante a gestação ou até quarenta e dois dias após o seu término e seja devida a qualquer causa relacionada com a gravidez ou por ela agravada. São classificadas da mesma maneira as mortes ocorridas em decorrência de medidas tomadas em relação à gravidez. A definição da OMS exclui as mortes que, embora ocorridas durante a gravidez e o puerpério, sejam devidas a causas acidentais ou incidentais.

As principais causas diretas de mortes maternas são as hemorragias, as infecções, o aborto inseguro, a eclâmpsia, o parto obstruído, a ruptura uterina e a gravidez ectópica. Entre as causas indiretas, destacam-se a hipertensão arterial, a anemia e o diabetes melito, responsáveis por expressivo número de óbitos.

A OMS estima que mais de 80% das mortes maternas poderiam ser prevenidas ou evitadas com ações comprovadamente eficazes e disponíveis

mesmo em países com poucos recursos, a exemplo do Brasil e de praticamente todos os demais países em desenvolvimento.

As ações recomendadas pela OMS com essa finalidade são, principalmente, a construção de centros de parto; a disponibilização de clínicas móveis em áreas rurais; a criação de sistemas de referência e contra-referência; a dispensação contínua de medicamentos; a disponibilização de equipamentos; a garantia de acesso a melhores condições de vida; a educação; a informação; e a acessibilidade a programas abrangentes de saúde sexual e reprodutiva e de atenção pré-natal.

O indicador utilizado para a avaliação da situação de um país no tocante à atenção prestada à gestante e à puérpera é a “razão de mortalidade materna” (RMM), que representa o número de mortes maternas por grupo de 100 mil crianças nascidas vivas.

No Brasil, a RMM corrigida foi, em 2006, de 77,2. Computando o número de crianças nascidas vivas nesse ano, isso significa que, em 2006, cerca de duas mil e quinhentas mulheres brasileiras perderam a vida em decorrência de complicações ocorridas no período grávido-puerperal.

A OMS considera aceitável que a RMM seja de, no máximo, 20. Portanto, o Brasil tem um índice superior a três vezes o aceitável, o que reforça a necessidade de que sejam implementadas medidas destinadas a diminuí-lo.

Em 2000, os países que participaram da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) definiram um conjunto de metas que foram denominadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Uma delas é reduzir em 75%, até 2015, a mortalidade materna registrada em 1990.

Estamos longe de alcançar essa meta, pois, de 1990 a 2006, a nossa RMM praticamente não sofreu redução. Ao contrário, houve aumento, embora apenas aparente, devido à aplicação, a partir de 2001, do fator de correção de 1,4. Esse fator foi aplicado em virtude da fragilidade das estatísticas relativas à mortalidade materna, fragilidade essa resultante, principalmente, da subnotificação dos óbitos.

A situação em que se encontra a atenção à saúde das gestantes brasileiras recomenda que o País institua medidas mais eficazes e de resultados mais imediatos. Caso contrário, em 2015 ainda não teremos alcançado a meta do

5º ODM, e as mulheres brasileiras continuarão vítimas de complicações da gravidez, do parto e do puerpério, complicações essas que, quase sempre, são evitáveis.

A medida proposta pelo PLC nº 100, de 2007, é de inegável mérito, pois tem a finalidade de tornar obrigatória a criação de um colegiado que se encarregue de tomar providências destinadas a reduzir um problema que ceifa a vida de milhares de cidadãs brasileiras.

Embora portarias do Ministério da Saúde determinem que a morte materna seja compulsoriamente notificada e que seja criada comissão cujas atribuições coincidam, de modo geral, com as dos comitês que o projeto em apreciação propõe criar, a ausência de normas legais pertinentes desobriga os demais gestores da saúde a instituir essas medidas.

No tocante à técnica legislativa, o PLC nº 100, de 2007, respeita, de forma geral, os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Todavia, a redação do projeto necessita de algumas alterações, abaixo especificadas.

O art. 1º determina que os comitês serão constituídos mediante leis estaduais, municipais e distritais. Esse enunciado não alcança a esfera federal e fere a autonomia dos demais entes federados. O dispositivo é inócuo, nos termos em que está redigido, pois, em virtude da autonomia garantida aos entes federados pelo art. 18 da Constituição Federal, nenhum deles estaria obrigado a editar aquelas leis. Ademais, a criação dos comitês pode se dar por meio de normas infralegais. Apenas a obrigatoriedade de que eles sejam criados deve ser determinada por lei.

Outro óbice às atividades dos comitês é a vedação de remuneração dos seus membros, a qualquer título, determinada pelo § 2º do art. 3º, o que pode inviabilizar o ressarcimento de despesas com passagens, hospedagem e alimentação efetuadas por integrantes do comitê para o desempenho da função. Essa restrição absoluta inviabiliza a participação de especialistas, professores e representantes de entidades residentes em locais distantes da sede do colegiado. Propomos que se permita o ressarcimento daquelas despesas e de outras definidas em regulamento.

A definição de óbito materno, contida no parágrafo único do art. 4º, precisa ser complementada para se harmonizar com a que é dada pela OMS e para

excluir causas que não guardam relação com a gravidez. Da forma como está redigido aquele parágrafo, seriam classificados como óbitos maternos aqueles devidos a acidentes, intoxicações, assassinatos e várias outras causas, desde que ocorram durante a gravidez ou o puerpério. A definição dada pela OMS exclui causas acidentais e incidentais. Ademais, é conveniente que a definição de morte materna seja feita no início do texto.

Além dessas alterações, julgamos conveniente efetuar outras mudanças, com os seguintes objetivos:

- especificar as finalidades dos estudos e das análises efetuados pelos comitês;
- permitir a inclusão de outros objetivos;
- combinar em um único dispositivo os incisos III e IV do art. 3º;
- possibilitar que um profissional especialista em saúde pública e outras pessoas, definidas em regulamento, integrem os comitês;
- definir sanção para o responsável pela não notificação de morte materna.

A proposição em exame não contém vícios de constitucionalidade nem de juridicidade que não possam ser sanados. A medida proposta tem a finalidade de proteger a saúde da mulher. Legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde é uma das competências da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme determina o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal.

A fim de corrigir os óbices apontados, elaboramos o substitutivo que submetemos à apreciação desta Comissão.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (Projeto de Lei nº 5.741, de 2001, na origem), na forma da seguinte emenda substitutiva:

**EMENDA Nº 1 - CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007**

Dispõe sobre a criação de comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os gestores federal, estaduais, distrital e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS) constituirão comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, morte materna é a que ocorre durante a gestação ou até quarenta e dois dias após o seu término, independentemente da duração ou da localização da gravidez, e seja devida a qualquer causa relacionada com a gravidez ou agravada pela gravidez ou por medidas relacionadas a ela.

Parágrafo único. Não é considerada morte materna aquela que, embora ocorra no período a que se refere o *caput*, seja devida a causas acidentais ou incidentais.

Art. 3º Os comitês de que trata o art. 1º terão por objetivo:

- I – identificar as mortes de mulheres em idade fértil com probabilidade de serem classificadas como maternas;
- II – investigar as circunstâncias de cada morte materna dentro dos primeiros trinta dias após a sua ocorrência;
- III – identificar as responsabilidades técnicas ou administrativas pela morte materna;
- IV – sugerir medidas para sanar os erros identificados, em consonância com os gestores e as autoridades sanitárias;

V – realizar estudos e análises para a identificação das causas e das circunstâncias da ocorrência de mortes maternas e para a definição das medidas destinadas a sanar as irregularidades detectadas;

VI – promover atividades educativas e de conscientização da comunidade e dos profissionais envolvidos na assistência à saúde da mulher;

VII – realizar outras atividades definidas em regulamento.

Art. 4º Os comitês de que trata esta Lei serão compostos por:

I – representantes do gestor do SUS do respectivo âmbito de governo;

II – representantes do conselho de saúde do respectivo âmbito de governo;

III – representantes de serviços públicos e privados que prestem assistência ambulatorial ou hospitalar à saúde da mulher;

IV – representantes da sociedade civil.

§ 1º Poderão integrar os comitês:

I – especialistas em áreas relacionadas com a assistência à saúde da mulher;

II – profissional de saúde especialista em saúde pública;

III – professores universitários envolvidos com a assistência à saúde da mulher;

IV – representantes de movimentos ou conselhos de mulheres;

V – outros, definidos em regulamento.

§ 2º Os membros dos comitês exercerão funções honoríficas, vedada a remuneração a qualquer título, exceto o ressarcimento de despesas decorrentes do exercício da função, definidas em regulamento.

Art. 5º A morte materna é evento de notificação compulsória.

Parágrafo único. O regulamento definirá o agente responsável, bem como o meio apropriado e os demais procedimentos que deverão ser observados na notificação.

Art. 6º Deixar de notificar morte materna constitui infração à legislação sanitária federal e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 3 de fevereiro de 2010.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

F. Amador
(Maciã Amador)

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em Reunião realizada nesta data, aprova o Relatório do Senador Mão Santa, que passa a constituir Parecer da CAS, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 100 de 2007, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutiva).

EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Dispõe sobre a criação de comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os gestores federal, estaduais, distrital e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS) constituirão comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, morte materna é a que ocorre durante a gestação ou até quarenta e dois dias após o seu término,

independentemente da duração ou da localização da gravidez, e seja devida a qualquer causa relacionada com a gravidez ou agravada pela gravidez ou por medidas relacionadas a ela.

Parágrafo único. Não é considerada morte materna aquela que, embora ocorra no período a que se refere o caput, seja devida a causas acidentais ou incidentais.

Art. 3º Os comitês de que trata o art. 1º terão por objetivo:

I – identificar as mortes de mulheres em idade fértil com probabilidade de serem classificadas como maternas;

II – investigar as circunstâncias de cada morte materna dentro dos primeiros trinta dias após a sua ocorrência;

III – identificar as responsabilidades técnicas ou administrativas pela morte materna;

IV – sugerir medidas para sanar os erros identificados, em consonância com os gestores e as autoridades sanitárias;

V – realizar estudos e análises para a identificação das causas e das circunstâncias da ocorrência de mortes maternas e para a definição das medidas destinadas a sanar as irregularidades detectadas;

VI – promover atividades educativas e de conscientização da comunidade e dos profissionais envolvidos na assistência à saúde da mulher;

VII – realizar outras atividades definidas em regulamento.

Art. 4º Os comitês de que trata esta Lei serão compostos por:

I – representantes do gestor do SUS do respectivo âmbito de governo;

II – representantes do conselho de saúde do respectivo âmbito de governo;

III – representantes de serviços públicos e privados que prestem assistência ambulatorial ou hospitalar à saúde da mulher;

IV – representantes da sociedade civil.

§ 1º Poderão integrar os comitês:

I – especialistas em áreas relacionadas com a assistência à saúde da mulher;

II – profissional de saúde especialista em saúde pública;

III – professores universitários envolvidos com a assistência à saúde da mulher;

IV – representantes de movimentos ou conselhos de mulheres;

V – outros, definidos em regulamento.

§ 2º Os membros dos comitês exercerão funções honoríficas, vedada a remuneração a qualquer título, exceto o ressarcimento de despesas decorrentes do exercício da função, definidas em regulamento.

Art. 5º A morte materna é evento de notificação compulsória.

Parágrafo único. O regulamento definirá o agente responsável, bem como o meio apropriado e os demais procedimentos que deverão ser observados na notificação.

Art. 6º Deixar de notificar morte materna constitui infração à legislação sanitária federal e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 3 de fevereiro de 2010.


Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

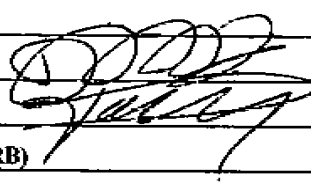
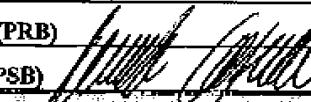
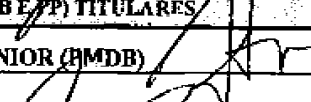

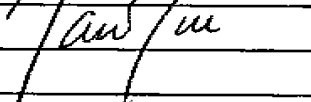
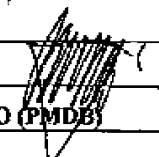

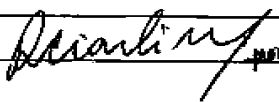

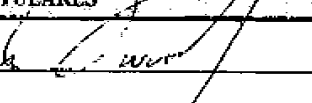
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 3/02/2010 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADORA ROSALBA CIARLINI

RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO TITULARES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO SUPLENTE
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT) 	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB) 	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PT) TITULARES	MAIORIA (PMDB E PT) SUPLENTE
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB) 	1- LOBÃO FILHO (PMDB) 
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB) 	3- VALDIR RAUPP (PMDB) 
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC) 	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB) TITULARES	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB) SUPLENTE
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM) 	2- (vago)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- MARISA SERRANO (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTE
MOZARILDO CAVALCANTI 	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL 	1- CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**TÍTULO III****Da Organização do Estado****CAPÍTULO I****DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º - Brasília é a Capital Federal.

§ 2º - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

~~§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.~~

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996) Vide art. 96 - ADCT

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977.

Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

**DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250,
PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO**

RELATÓRIO

RELATORA: Senadora **MARISA SERRANO**.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 100, de 2007 (Projeto de Lei nº 5.741, de 2001, na origem), de autoria das Deputadas Ana Corso e Iara Bernardi, tem a finalidade de determinar a *criação de Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna*. O art. 1º estabelece que os comitês serão constituídos mediante leis estaduais, municipais e distritais.

O art. 2º enumera os objetivos dos comitês: 1) investigar todas as mortes de mulheres em idade fértil com probabilidade de serem decorrentes de causas relacionadas à gravidez, ao parto ou ao puerpério, além das notificadas como maternas; 2) investigar as circunstâncias de cada óbito no prazo de trinta dias; 3) identificar as responsabilidades técnicas ou administrativas pelo óbito; 4) determinar a implementação de medidas para sanar os erros identificados; 5) realizar estudos e análises; e 6) promover atividades educativas e de conscientização para profissionais e para a comunidade.

O art. 3º define a composição dos comitês, estabelece que os seus membros exercerão a função em caráter honorífico, e veda a remuneração pelo exercício da atividade.

O art. 4º torna obrigatória a notificação do óbito materno que, segundo define o parágrafo único, é o que ocorre durante a gestação ou até quarenta e dois dias após o seu término.

O início da vigência da lei, previsto para noventa dias após a sua publicação, é estabelecido pelo art. 5º.

A proposição foi distribuída apenas a esta Comissão de Assuntos Sociais, onde não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A morte materna é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como aquela que ocorre durante a gestação ou até quarenta e dois dias após o seu término, quando devida a qualquer causa relacionada com a gravidez ou por ela agravada. São classificadas da mesma maneira as mortes ocorridas em decorrência de medidas tomadas em relação à gravidez. Excluem-se desse tipo de morte aquelas que, embora ocorridas naquele período, são devidas a causas acidentais ou incidentais.

As principais causas de mortes maternas diretamente relacionadas com a gravidez são as hemorragias, as infecções, o aborto inseguro, a eclampsia, o parto obstruído, a ruptura uterina e a gravidez ectópica. Entre as causas indiretas, destacam-se a hipertensão arterial, a anemia e o diabetes melito, responsáveis por expressivo número de óbitos de gestantes e puérperas.

A OMS estima que mais de 80% das mortes maternas poderiam ser prevenidas ou evitadas com ações comprovadamente eficazes e disponíveis em países que disponham de poucos recursos, a exemplo do Brasil e de praticamente todos os países em desenvolvimento.

As ações recomendadas pela OMS com essa finalidade são, principalmente, a construção de centros de parto, a disponibilização de clínicas móveis em áreas rurais; a criação de sistemas de referência e contra-referência; a dispensação contínua de medicamentos; a disponibilização de equipamentos; a garantia de acesso a melhores condições de vida; a educação; a informação; e a acessibilidade a programas abrangentes de saúde sexual e reprodutiva e de atenção pré-natal adequada.

O indicador utilizado para a avaliação da situação de um país em relação à atenção à gestante e à puérpera é a “razão de mortalidade materna” (RMM), que representa o número de mortes maternas por grupo de 100 mil crianças nascidas vivas. No Brasil, a RMM era, em 2005, um pouco superior a 50. Isto significa que, anualmente, cerca de mil e seiscentas mulheres brasileiras perdem a vida devido a complicações no período grávido- puerperal.

A OMS considera aceitável que a RMM seja de, no máximo, 20. Portanto, o Brasil tem um índice duas vezes e meia superior ao aceitável, o que reforça a necessidade de que sejam implementadas medidas destinadas a diminuí-lo.

Em 2000, os países que participaram da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) definiram um conjunto de metas que foram denominadas “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”. Uma delas é reduzir em 75%, até 2015, a mortalidade materna registrada em 1990.

Estamos longe de alcançar essa meta, pois, de 1990 a 2005, a nossa RMM sofreu redução de apenas 13%. Isto recomenda que o País institua medidas mais eficazes e de resultados mais imediatos. Caso contrário, em 2015 as mulheres brasileiras continuarão sendo vítimas de complicações da gravidez, do parto e do puerpério que, quase sempre, são evitáveis.

A medida proposta pelo PLC nº 100, de 2007, é de inegável mérito, pois tem a finalidade de tornar obrigatória a criação de um colegiado que se encarregará de tomar providências destinadas a reduzir um inquietante problema que ceifa a vida de milhares de cidadãs brasileiras.

Embora portarias do Ministério da Saúde determinem que a morte materna seja compulsoriamente notificada e que seja criada comissão cujas atribuições coincidem, de modo geral, com as dos comitês que o projeto em apreciação propõe criar, a ausência de normas legais pertinentes desobriga os demais gestores da saúde a instituir essas medidas.

Quanto à técnica legislativa, o PLC nº 100, de 2007, respeita os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Todavia, a redação do projeto necessita de algumas alterações na ementa e nos enunciados dos seus dispositivos.

O art. 1º determina que os comitês serão constituídos mediante leis estaduais, municipais e distritais. Esse enunciado não alcança a esfera federal e fere a autonomia dos demais entes federados. O dispositivo é inócuo,

nos termos em que está redigido, pois, em virtude da autonomia garantida aos entes federados pelo art. 18 da Constituição Federal, nenhum deles estaria obrigado a editar aquelas leis. Ademais, a criação dos comitês pode se dar por meio de normas infralegais. Apenas a obrigatoriedade de que eles sejam criados deve ser determinada por lei.

Outro óbice às atividades dos comitês é a vedação de remuneração dos seus membros, a qualquer título, determinada pelo § 2º do art. 3º, o que pode inviabilizar o ressarcimento de despesas com passagens, hospedagem e alimentação efetuadas por integrantes do comitê para o desempenho da função. Essa restrição total inviabiliza a participação de especialistas, professores e representantes de entidades residentes em locais distantes da sede do colegiado. Propomos que se permita o ressarcimento daquelas despesas e de outras definidas em regulamento.

A definição de óbito materno, contida no parágrafo único do art. 4º, precisa ser complementada para harmonizar-se com a que é dada pela OMS e para excluir causas que não justificam classificar como maternas algumas mortes ocorridas no período citado. Da forma como está redigido aquele parágrafo, seriam classificados como óbitos maternos aqueles devidos a acidentes, intoxicações, assassinatos e várias outras causas, desde que ocorram durante a gravidez ou o puerpério. A definição dada pela OMS exclui causas acidentais e incidentais. Ademais, é conveniente que a definição de morte materna seja feita no início da lei.

Além dessas alterações, julgamos conveniente efetuar outras com os seguintes objetivos: 1) especificar as finalidades dos estudos e das análises efetuados pelos comitês; 2) permitir a inclusão de outros objetivos; 3) transformar em único os incisos III e IV do art. 3º; 4) possibilitar que um profissional especialista em saúde pública e outras pessoas, definidas em regulamento, integrem os comitês; e 5) definir sanção para o responsável pela não-notificação de morte materna.

A proposição em exame não contém vícios de constitucionalidade nem de juridicidade que não possam ser sanados. A medida proposta tem a finalidade de proteger a saúde da mulher. Legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde é uma das competências da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme determina o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal.

A fim de corrigir os óbices apontados, elaboramos o substitutivo que submetemos à apreciação desta Comissão.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (Projeto de Lei nº 5.741, de 2001, na origem), na forma do seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100 (SUBSTITUTIVO), DE 2007

Dispõe sobre a criação de comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os gestores federal, estaduais, distrital e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS) constituirão comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, morte materna é a que ocorre durante a gestação ou até quarenta e dois dias após o seu término, independentemente da duração ou da localização da gravidez, devida a qualquer causa relacionada com a gravidez ou agravada pela gravidez ou por medidas relacionadas a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais.

Art. 3º Os comitês de que trata o art. 1º terão por objetivo:

I – identificar as mortes de mulheres em idade fértil com probabilidade de serem classificadas como maternas;

II – investigar as circunstâncias de cada morte materna dentro dos primeiros trinta dias após a sua ocorrência;

III – identificar as responsabilidades técnicas ou administrativas pela morte materna;

IV – determinar a implementação de medidas para sanar os erros identificados, em consonância com os gestores e as autoridades sanitárias;

V – realizar estudos e análises para a identificação das causas e das circunstâncias da ocorrência de mortes maternas e para a definição das medidas destinadas a sanar as irregularidades detectadas;

VI – promover atividades educativas e de conscientização da comunidade e dos profissionais envolvidos na assistência à saúde da mulher;

VII – outros, definidos em regulamento.

Art. 4º Os comitês de que trata esta Lei serão compostos por:

I – representantes do gestor do SUS do respectivo âmbito de governo;

II – representantes do conselho de saúde do respectivo âmbito de governo;

III – representantes de serviços públicos e privados que prestem assistência ambulatorial ou hospitalar à saúde da mulher;

IV – representantes da sociedade civil.

§ 1º Poderão integrar os comitês:

I – especialistas em áreas relacionadas com a assistência à saúde da mulher;

II – profissional de saúde especialista em saúde pública;

III – professores universitários envolvidos com a assistência à saúde da mulher;

IV – representantes de movimentos ou conselhos de mulheres;

V – outros, definidos em regulamento.

§ 2º Os membros dos comitês exercerão funções honoríficas, vedada a remuneração a qualquer título, exceto o ressarcimento de despesas decorrentes do exercício da função, definidas em regulamento.

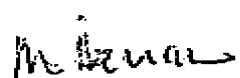
Art. 5º A morte materna é evento de notificação compulsória por responsável e meio definidos em regulamento.

Art. 6º Deixar de notificar morte materna constitui infração à legislação sanitária federal e sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data da sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relatora

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 4, de 2010**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009.

Com referência ao expediente recebido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 4/10-PRESIDÊNCIA /CCJ

Brasília, de de 2010

Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo do Senador Arthur Virgílio ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009, que “Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente”, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Demóstenes Torres**,
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 2, de 2010**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2008.

Com referência ao expediente recebido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 2/10-PRES/CAS

Brasília, 3 de fevereiro de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2008, com a Emenda nº 1 – CAS de 2009, que “Autoriza o Poder Público a realizar exames anuais de saúde nos estudantes dos ensinos fundamenta e médio e institui a Semana Nacional de Saúde na Escola”, de autoria da Senadora Marisa Serrano.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**,
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 53, de 2010**, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007** (nº 5.741/2001, na Casa de origem, das Deputadas Ana Corso e Iara Bernardi), que *dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 65, DE 2010

Requeiro, nos termos regimentais, que o período do expediente da sessão deliberativa do dia 23 de fevereiro seja dedicado à memória da **Dra. Zilda Arns Neumann**, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança, bem como da Pastoral da pessoa Idosa, do **Dr. Luiz Carlos Costa**, representante especial adjunto da Organização das Nações Unidas no Haiti e dos Militares Brasileiros integrantes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), vitimados pelo terremoto acontecido em 12 de janeiro de 2010 naquele País.

JUSTIFICAÇÃO

A tragédia do terremoto de Porto Príncipe, que castigou violentamente uma população já muito sofrida, levou também a vida de brasileiros que abnegadamente participavam de uma missão destinada a salvar vidas. Esses heróis lutavam em um país pobre que tentava se libertar das amarras da miséria e da injustiça social, que atinge mais de 80% da população.

1. **Dra. Zilda Arns Neumann**, médica pediatra e sanitarista, fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da pessoa Idosa, representante da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), foi uma incondicional defensora dos direitos humanos.

A partir de intenso trabalho social, que mobilizou centenas de milhares de voluntários, conta-se hoje em milhões o número de crianças brasileiras e estrangeiras que foram resgatadas de condições subumanas de existência, e para as quais se garantiu um desenvolvimento sadio e condizente com os preceitos cristãos de cidadania. Estava no Haiti justamente para levar a exitosa experiência às famílias e crianças daquele país.

À frente da Pastoral da pessoa Idosa, Zilda Arns propunha uma existência digna, feliz, integralmente amparada, para as pessoas idosas menos favorecidas. Amparo material, afetivo, social, compõem os contextos do trabalho em desenvolvimento.

Tendo sido indicada para o Prêmio Nobel da Paz de 2001, Zilda Arns recebeu, em vida, incontáveis honrarias, tanto no País, quanto no exterior.

2. **Luiz Carlos da Costa** ocupava o cargo de vice-representante do secretário-geral da ONU no Haiti, desde novembro de 2005, após ser indicado pelo então secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Era o segundo na ordem hierárquica naquele país caribenho e um dos mais competentes e experientes brasileiros em questões humanitárias no mundo.

Trabalhou nas Nações Unidas desde 1969, servindo em missões da ONU na Libéria. Luiz Carlos Costa deixou um legado de dignidade como exemplo para todos os brasileiros.

3. A **Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)** foi instituída em 01/06/2004 com o objetivo de restaurar um ambiente seguro e estável, promover o processo político, fortalecer as instituições governamentais locais e as estrutura de garantia da lei e da ordem, bem como proteger os Direitos Humanos naquele país.

O contingente militar no Haiti é de 7.500 homens da força de paz oriundos da Argentina, Benin, Bolívia, **Brasil**, Canadá, Chade, Chile, Croácia, Equador, Filipinas, França, Guatemala, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Sri Lanka, Turquia e Uruguai, sob o comando do General-de Brigada Floriano Peixoto Vieira Neto.

A liderança brasileira da MINUSTAH no Haiti, nessa complexa missão de imposição da paz, é reconhecida mundialmente, sendo a presença do soldado brasileiro sinônimo de eficiência e amizade, profissionalismo e solidariedade.

O sacrifício de Zilda Arns Neumann, Luiz Carlos da Costa e dos Militares Brasileiros, mortos no terremoto no Haiti não pode ser esquecido. Terá de ser sempre lembrado como exemplo de dedicação às melhores causas mundiais da paz e do combate à pobreza e à injustiça social.

Nesse sentido, nada mais justo que o Senado Federal preste homenagem a esses bravos heróis brasileiros que morreram em circunstância dramática, defendendo vidas, razão pela qual solicitamos aos eminentes Senadores da República a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 08 de fevereiro de 2010.

[Handwritten signatures and names of Senators]

SENADOR FLÁVIO ARNS

SENADOR ROMEU TUMA

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE

SENADOR MAGNO MALTA

SENADOR PAULO PAIM

SENADOR JOÃO PEDRO

MARCO MACIEL

14

[Additional handwritten notes and signatures]

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento lido vai à publicação.

Há oradores inscritos. Consultando a lista de oradores, a primeira inscrita seria Marina Silva essa extraordinária mulher que representa o melhor da pureza da gente brasileira e o melhor da grandeza da mulher brasileira. Mulher temente a Deus, que acredita que Deus é amor e o amor é Deus. E ela cede a vez a Mozarildo Cavalcanti, esse bravo homem da Amazônia, um lutador extraordinário. Eu não posso chamar de pequeno e o novo o Estado de Roraima, onde começa o Brasil. Ele mudou até a geografia, eu sabia do Oiapoque ao Chuí. Um homem que representa – com as raízes de Roraima, desde a luta do seu pai, nativo de lá –, a crença que nós somos brasileiros: não somos mais índio, não somos português nem africano. Ele tem acompanhado essa miscigenação, vivido e se identificado. Tem sido uma grande fonte de inspiração para vivermos bem uma só raça.

Quero crer que ninguém entende mais e tem se dedicado mais aos problemas da Amazônia do que Mozarildo Cavalcanti. Se eu chegasse à Presidência, eu faria – aquilo é outro mundo, é um mundo a Amazônia; tem tantos Ministros, eu ouvi dizer que agora direitos humanos vai ter um Ministério – um Ministério da Amazônia, e o convidado meu seria o Mozarildo Cavalcanti. E isso faria pela minha observação nesses anos que estamos aqui, de sete anos, mas sobretudo pela informação que tenho do comportamento dele como médico, que fez da ciência médica a mais humana das ciências, um benfeitor. E ser um líder maior da Maçonaria, essa instituição secular, que está na vanguarda de todos os avanços, na melhoria do mundo.

Com a palavra Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Senador Mão Santa, que preside esta sessão, quero inicialmente agradecer as palavras gentis e carinhosas de V. Ex^a, que aliás é uma característica de V. Ex^a, até talvez pela formação de médico, de ser realmente uma pessoa sensível e atenta a todas as pessoas.

Quero primeiramente agradecer a Senadora Marina Silva que estava na minha, mas gentilmente permitiu que eu falasse primeiro.

Sr. Presidente, como V. Ex^a disse, o Brasil precisava olhar melhor a Amazônia. O Brasil precisava ter um olhar mais nacionalista e mais humanista sobre a Amazônia. Como é que o mundo desenvolvido, aí compreendidos os países ricos, olha a Amazônia? Como é que o Brasil olha a Amazônia? Se fizermos uma comparação, veremos que há um desnível, porque enquanto o Primeiro Mundo – vamos incluir aí os Estados Unidos, o Canadá e os países desenvolvidos

da Europa – vê a Amazônia como a maior reserva florestal do mundo, uma reserva importantíssima, como a quinta maior reserva mundial de água doce, como um celeiro de riquezas minerais – aí incluídos não só o ouro e os diamantes tão conhecidos por nós, mas também minerais de terceira geração –, o Brasil olha a Amazônia de forma completamente ultrapassada, talvez do jeito que ele era visto quando tinha um governador-geral ou mesmo quando veio para cá D. João VI. A Amazônia é uma espécie de quintal do País. E por isso mesmo é fácil compreender por que os dirigentes brasileiros, com honrosas exceções, não deram à Amazônia nem incentivos adequados, nem, sequer, o cuidado e a atenção que deve ter com os seus 25 milhões de habitantes.

A Amazônia, que representa 61% do território nacional, portanto, mais da metade do território nacional, é realmente olhada pelo Brasil assim: primeiro, qual é o peso da Amazônia em termos do produto interno bruto? Oito por cento. Então, os economistas, o pessoal da área econômica não tem tanta preocupação com a Amazônia. Noventa e dois por cento do PIB está nas outras regiões, notadamente no sul e no sudeste.

Então, na verdade, toda a Região Norte, que está na Amazônia, e mais os Estados do Mato Grosso e parte do Maranhão, que integram a Amazônia, recebem um tratamento de terceira categoria. Não diria nem de segunda, porque, de segunda, é o tratamento que recebem o nordeste e o centro-oeste; o de primeira é dispensado ao sul e ao sudeste e o de terceira, à Região Norte e – ousou dizer – toda à Amazônia.

Então, representa 8% do PIB. É matemática. Por isso, vale pouco para o Brasil. Vamos para o lado humano: lá estão 25 milhões de habitantes. É a população da Venezuela. Várias vezes a população da Guiana, do Suriname, da Guiana Francesa, do Peru, mas, em compensação, São Paulo tem mais habitantes do que tem a Amazônia toda. Então, o Governo Federal – Presidente da República e Ministros – sempre coloca a Amazônia na rabeira da fila.

Por isso, não leva nenhum tipo de... Como está na Constituição que a obrigação da República é eliminar as desigualdades regionais, o brasileiro que vive na Amazônia paga para ser brasileiro. É evidente que existem lá, também, malfeitores, mas é exceção da exceção! E se passa uma pecha de que todo habitante da Amazônia é meio paranóico e vive derrubando árvores, vive matando os bichos, vive perseguindo os índios. Isso não é a verdade da Amazônia. Mas por que fazem isso? Porque nós somos 25 milhões de habitantes e, comparados a São Paulo, que tem mais de 40 milhões, não valem nada, teoricamente, para os que governam o Brasil.

Aí, vamos para o lado eleitoral. Nós somos 11 milhões de eleitores; São Paulo sozinho tem o dobro de eleitores que tem a Amazônia toda. Então, realmente, para o Brasil, isto é, para o Governo brasileiro, a Amazônia não vale nada! É realmente o quintal do País. E nós somos tratados assim. E é por isso que eu uso minha voz de Senador pela Amazônia, porque nasci na Amazônia; de Senador por Roraima, porque nasci em Roraima... Eu não conheço a Amazônia e Roraima por ouvir dizer. Eu não conheço a Amazônia porque li algum livro ou assisti algum filme. Não! Eu nasci lá; tive de sair de Roraima para estudar. Voltei médico. Dediquei 15 anos da minha vida, como médico, trabalhando lá, atendendo a todos e a todas – para repetir o grande *slogan* do Governo Lula –, atendendo a todos e a todas, indistintamente. Não interessava... Ao contrário, priorizava os mais pobres, os índios, os negros, os brancos pobres também. E atendia, obviamente, também em meu consultório particular, mas a grande maioria da minha clientela era de gente muito pobre. Eu ia, Senador Mão Santa, às comunidades indígenas, inclusive levado pela Diocese de Roraima, porque eu trabalhava num hospital da Diocese, Hospital Nossa Senhora de Fátima, que depois foi fechado porque não passou a ser prioridade a questão da saúde. É importante dizer que a Igreja Católica prestou um grande serviço ao hoje Estado de Roraima quando existia apenas um hospital, que era o Hospital Nossa Senhora de Fátima.

Da mesma forma na área educacional. O então Ginásio Euclides da Cunha, hoje Escola Euclides da Cunha, também era da Igreja Católica. O Colégio São José... Então, Roraima deve muito a essa atividade pioneira da Igreja Católica.

E eu quero justamente falar hoje um pouquinho da história de Roraima para poder chegar à compreensão da importância do meu Estado. Embora seja o menor e o mais distante do Brasilzão central, Roraima é um Estado que mereceria ter muito mais atenção do Governo Federal e também dos governantes que por lá passaram.

Primeiro, nós devemos registrar na história que lá nós éramos um pedaço do Estado do Amazonas, um pedaço; nós éramos Estado do Amazonas. Inicialmente começou com... Na época havia o título de freguesia, depois virou município e Getúlio Vargas, em 1943, com a sua visão de estadista, de longo prazo...

Para mim, Senador Mão Santa, estadista é o Presidente que olha o País não só no hoje, não só para essa eleição imediata, mas que olha o país do futuro, dos filhos e dos netos nossos que estão aí.

Getúlio Vargas naquela época olhou para a Amazônia e viu que as grandes fronteiras dela estavam

completamente desguarnecidas, subdesenvolvidas ao extremo e criou, na época, três territórios na Amazônia e dois nos Estados do sul. Na Amazônia criou Guaporé, que hoje é o Estado de Rondônia; criou Rio Branco, que hoje é o Estado do Roraima e criou o Amapá, que hoje é o Estado do Amapá.

Ora, se Roraima tivesse continuado sendo município do Amazonas, se fosse depender de consultar o Governo do Amazonas ou os amazonenses que moravam em Manaus, com certeza Roraima não seria transformado em território federal. Essa foi a forma que Getúlio Vargas encontrou para desenvolver aquela região, e realmente a diferença entre continuar município do Amazonas e ser território federal provou, em poucos anos, ser fundamental para aquela região, porque o Município de Barcelos, que é fronteira com o hoje Estado de Roraima, naquela época território federal, já foi capital do Estado do Amazonas, da Província do Amazonas e é um município que não passa de 30 mil habitantes e que o Governo do Estado do Amazonas não tem condições de dar atenção porque o Amazonas sozinho é maior do que os sete Estados do sul e sudeste juntos.

Então, o Amazonas se desenvolve hoje graças à Zona Franca de Manaus, ao pólo industrial de Manaus. Então, Roraima ao se desmembrar do Amazonas avançou.

E nós observamos 45 anos como território federal. E aí já foi demais. Quer dizer, um remédio tem que ter um prazo para ser usado. Ele não pode ser usado indefinidamente por uma doença de curta duração. Só se tomam indefinidamente remédios que são de uso contínuo, para doenças que são crônicas. Então, o remédio aplicado a Roraima foi demorado demais: 45 anos. Atrofiou um pouco o desenvolvimento de lideranças, tanto no campo empresarial quanto no campo político. E foi por isso que eu decidi largar o exercício da Medicina para entrar para a política. Deixei, vamos dizer assim, de cuidar do paciente humano, para cuidar do paciente social, que era o meu Estado. E fui ser deputado para ter, como bandeira principal, a transformação do território em Estado, a criação de uma universidade federal, de uma escola técnica federal.

Por quê? Porque eu saí de casa, lá de Roraima, com quinze anos de idade, para estudar em Belém, uma distância enorme hoje em dia. Imaginem aquela época em que os aviões não eram a jato. Então, eram sete horas e meio de voo, fora as escalas. Faz-se escala em Manaus e em Santarém para poder chegar a Belém. Estudei lá, em Belém, fiz o segundo grau, hoje ensino médio, a faculdade, me formei em Medicina e voltei para Roraima.

Então, quando eu me tornei deputado, eu digo: “Eu vou lutar para que ninguém precise mais sair do Estado de Roraima para estudar, para ter uma graduação em qualquer profissão”. E realmente consegui aprovar duas leis autorizativas, criando a Universidade Federal de Roraima e a Escola Técnica Federal. O Sarney era Presidente da República.

O Senador Marco Maciel era o Ministro da Educação. E eu fui falar com o Senador Marco Maciel, que era o Ministro da Educação, e ele disse: Deputado, é muito difícil o governo sancionar essas leis autorizativas, porque, embora a lei autorizativa, ela está dizendo, autoriza o Poder Executivo a fazer, e ele faz quando quiser, ele não vai ter obrigação de fazer, mas cria-se o clima político, e portanto, passa a haver a cobrança pela criação. Então, a regra é não aprovar essas leis autorizativas que impliquem gerar despesa para o Poder Executivo.

Mas, felizmente, ele se sensibilizou, e o Ministério da Educação, na pessoa dele, deu parecer favorável pela sanção das duas leis, e o Senador Sarney, então Presidente da República, sancionou as leis e, depois, tomou a iniciativa de não só regulamentar, por meio de decreto, criar o corpo de professores, de funcionários técnico-administrativos, fazer os concursos. Na época, o então Governador Getúlio Cruz tomou a iniciativa de o estado mesmo já implantar a Escola Técnica Federal, e ele doou os prédios de um complexo que estava sendo criado para abrigar as secretarias de estado para compor o *campus* da universidade.

Então, na verdade, foram dois pontos fundamentais que alavancaram, em seguida, quando foram na Constituinte. Eu, Deputado constituinte, tinha sido reeleito em 86, já criada a universidade e já criada a escola técnica, embora, como diziam, estava só no papel, nós lutamos para a transformação em estado. E a Constituinte criou o Estado de Roraima, o Estado do Amapá, transformando os dois territórios em estado, e criou o Estado do Tocantins.

Pois bem, Roraima, nesses 21 anos de Estado, cresceu muito mais, Senador Eurípedes, do que nos 45 anos de território federal. E o povo passou a ter cidadania, porque passou a escolher os seus governadores, passou a ter representação no Senado, que, como território, não tinha, passou a ter uma representação igual à dos outros estados na Câmara Federal, isto é, 8 Deputados Federais, que é o mínimo que cada unidade da Federação tem; portanto, passou a ter representação federal, passou a ter um governador eleito, passou a ter o Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça. E aqui quero dizer que a nossa justiça é considerada pelo CNJ uma das melhores do país. E não é, Senador Eurípedes, porque nós somos poucos

habitantes, não, é porque nós temos, proporcionalmente, até menos juízes do que o necessário, mas nós lá realmente temos uma justiça bem organizada, tanto o Poder Judiciário quanto o Ministério Público muito atuantes, e isso faz uma diferença na vida do cidadão comum, do cidadão pobre, porque também a nossa Defensoria Pública no estado, embora pequeno, foi um dos primeiros a instalar a Defensoria Pública. E aqui até quero fazer uma homenagem ao meu sobrinho que, em novembro, faleceu, vítima de um acidente brutal e que era um defensor público do estado, concursado. Mas todos os defensores de Roraima, e na pessoa do Dr. Leno quero aqui homenagear, são muito atuantes.

Portanto, lá o Governo cumpre aquele dever da Constituição, que é realmente dar ao pobre o direito de ter advogado à altura para defendê-lo. E lá existe isso.

Então, houve uma mudança radical no Estado de Roraima nesse período. E tivemos a sorte de o Governador Otomar Pinto, já falecido – faleceu recentemente, no dia 11 de dezembro de 2007 –, um ano após ter sido reeleito Governador. Ele, antes, como Governador do Território, preparou a infra-estrutura mínima necessária para sermos um Estado e teve, digamos, o reconhecimento do povo de Roraima, ao ser eleito o primeiro Governador eleito do Estado de Roraima.

Ele fez um trabalho muito importante de consolidação do Estado, de implantação dessas instituições que citei, o Tribunal de Justiça, a Assembléia Legislativa, que é outro caso importante. O povo hoje tem os Deputados Estaduais, para não só fiscalizar o Governo Estadual, mas cuidar das necessidades dos municípios, de todos os lugares.

Então, foi uma revolução muito grande. E hoje estamos realmente vivendo um momento que precisa de todo roraimense. E aqui, quando falo todo roraimense e toda roraimense, para mim roraimense é aquele que vive lá, paga os impostos lá, que compra o seu rancho lá, que trabalha, portanto, dia e noite lá. Porque dou um exemplo aqui: meu irmão de sangue, filho do mesmo pai e da mesma mãe, nasceu lá em Roraima, mas mora em Pernambuco, por uma questão de opção familiar. Então, ele é um cidadão pernambucano, porque ele paga os impostos lá em Pernambuco, ele exerce a profissão dele lá em Pernambuco. E em Roraima, temos muita gente, inclusive o meu pai, que foi do Ceará para lá. Os meus avós maternos foram da Paraíba para lá. Então, temos gente de todos os quadrantes desse Brasil.

Temos gente do Rio Grande do Sul, do Paraná. É uma terra, que eu diria, cosmopolita. Isso é muito bom para a vida de Roraima.

E temos os nossos índios, que eram os habitantes primeiros lá da região, e que têm um índice de desenvolvimento razoavelmente melhor do que de muitos Estados da Federação. Nós temos uma Secretaria do Índio, coisa que pouquíssimos Estados têm, para cuidar dos problemas dos índios.

Então, na verdade, o Estado de Roraima tem tudo para ser um grande Estado. Lógico que ele tem sofrido por parte do Governo Federal um tratamento muito ruim. É uma malvadeza o que tem sido feito, notadamente pelo Governo Lula, em relação ao meu Estado de Roraima.

E olhe que é um Presidente que, no seu primeiro programa, quando foi da sua primeira eleição, tinha uma frase lá no programa para a Amazônia que até me convenceu a votar nele no segundo turno, na primeira eleição. Porque, no primeiro turno, eu não votei nele, mas, no segundo turno, eu votei, porque ele disse o seguinte: era chegada a hora de se dizer o que se pode fazer na Amazônia e ajudar a fazer o que se pode. E acabar de dizer apenas o que não se pode fazer na Amazônia.

E eu quero também ressaltar que tem uma medida do Presidente Lula muito positiva para a Amazônia, que é a regularização fundiária da Amazônia, porque lá tem pessoas que foram, por exemplo, como na época dos meus avós, para lá e que vivem ainda em terras não tituladas – portanto, teoricamente, terras públicas –, mas com documentos do Incra, documento precário.

Então, na verdade, precisa que a gente resolva esses problemas todos, porque, repetindo, embora a Amazônia não seja prioridade do Governo Lula, porque, Senador Mão Santa, nesse período todo de Governo do Presidente Lula, estamos no último ano dos seus oito anos de Governo. Ele destinou à Amazônia apenas 5% dos recursos federais que são destinados voluntariamente para as regiões; quer dizer, que a União destina sem a obrigação constitucional. Quer dizer, para 61% do território nacional, a parte mais subdesenvolvida da Nação, ele destinou apenas 5%; para as outras regiões...

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – ... ele destinou 95% das transferências voluntárias.

Então, não há realmente um empenho de organizar – dar-lhe-ei um aparte daqui há pouco, com muito prazer –, não há realmente sequer um plano de desenvolvimento, como gosta muito a Senadora Marina de dizer, sustentável, para a Amazônia. Não existe um plano; existem tentativas de fazer plano, mas há sempre uma dissintonia dos próprios Ministros do Presidente

Lula. Então, por exemplo, não se entende o Ministério da Integração Nacional, que deveria integrar as regiões; não se entende o Ministério da Agricultura; não se entende o Ministério do Meio Ambiente; e não se entendem os outros Ministérios; nem se fala dos outros Ministérios: do Transportes, das Minas e Energia.

Agora mesmo, nós estamos atravessando uma ameaça implícita de apagão de energia elétrica, porque a energia que nós temos vem, lá, em Roraima, da Venezuela, e a Venezuela está atravessando uma crise, por um lado, climática e, por outro lado, por falta de manutenção e de investimento no setor elétrico daquele país.

Então, é preciso que esse raio-X seja feito muito claramente, e, como eu aprendi na minha vida de médico, nada se faz sem diagnóstico. Inclusive na Subcomissão da Amazônia, nós estamos fazendo um trabalho de ouvir a inteligência existente na Amazônia, e quem são? As universidades federais, os institutos de educação, os institutos de pesquisa como o Inpa, Instituto de Pesquisa da Amazônia; Instituto Evandro Chagas, do Pará; Museu Emílio Goeldi, do Pará. Já ouvimos esse pessoal e ouviremos todos os que pudermos para criar um diagnóstico do Senado sobre a Amazônia e apresentaremos uma proposta de plano para a Amazônia.

É importante discutir essa questão e também que a Amazônia como um todo. E no meu Estado, em particular, mudemos o rumo dessa prosa, porque, no meu Estado, realmente estamos vivendo um período muito ruim nestes últimos dois anos de Governo, depois da morte do Governador Otomar Pinto. Realmente não existe internamente um plano adequado. Do Governo Federal nós só temos recebido maus tratos.

Quero ouvir a Senadora Marina Silva, candidata a Presidente da República, que dá a honra de me apartear.

A Sra. Marina Silva (PV – AC) – Senador Mozarildo, obrigada pelo aparte que me concede. V. Ex^a se refere ao esforço que está fazendo de ouvir a inteligência da Amazônia. Isso é louvável porque geralmente as pessoas pensam no desenvolvimento da Amazônia como um processo exógeno à própria região, quando temos ali uma capacidade instalada que deve ser ouvida e merece toda a audiência em qualquer que seja a política de desenvolvimento para a região. Quando eu estava no Ministério do Meio Ambiente, nós realizamos um esforço muito grande envolvendo todos esses setores, da academia aos governos estaduais, dos governos estaduais aos governos locais, a sociedade civil, 22 ministérios se envolveram no Plano de Desenvolvimento para a Amazônia, baseado em cinco eixos, que eram a questão do apoio às atividades produtivas

sustentáveis, a inclusão social, a infraestrutura para o desenvolvimento e o combate às práticas ilegais e todo o esforço na parte de inovação, conhecimento e tecnologia. Com isso, no nosso entendimento, nós estaríamos dando conta do universo de desenvolvimento para a Amazônia. Foi um trabalho árduo, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, aliás, pelo Ministério da Integração Nacional, ainda com o amigo Ciro Gomes, com a coordenação executiva do Ministério do Meio Ambiente. Infelizmente, quando o Programa ficou pronto, e aí não estou entrando no mérito de ter repassado ou não para o Ministro Mangabeira Unger, mas o Presidente Lula entendeu que o Mangabeira, o Ministro Mangabeira era a pessoa mais indicada para coordenar esse Plano. E no meu entendimento, o Plano sequer saiu do papel porque ali estão todas as bases para um projeto de desenvolvimento para a Amazônia que contempla todos os setores, do grande ao pequeno, do pequeno à produção de conhecimento, da produção de conhecimento à inovação tecnológica, da inovação tecnológica ao manejo sustentável dos recursos e o respeito às populações locais, é o PAS. O Ministro Mangabeira Unger tem uma visão, no meu entendimento, completamente desatualizada da Amazônia e obviamente baseou sua ação por essa visão e, com certeza, isso não fez prosperar o Plano que deveria ter sido implementado.

Eu peço vênha aqui apenas para discordar em parte de uma questão que V. Ex^a levantou dizendo que não houve prioridade para a Amazônia. Eu acho até que em alguns aspectos houve a prioridade, só que não com o devido cuidado, como, por exemplo, o Processo de Ordenamento Territorial e Fundiário para a Amazônia, que já é um dos eixos estruturantes do plano de combate ao desmatamento, desde 2004, não foi implementado como deveria. Deveria ter sido associado ao zoneamento ecológico e econômico, deveria ter sido associado ao zoneamento ecológico e econômico, deveria ter sido associado ao Plano de Desenvolvimento Sustentável da região, que era o PAS, e, infelizmente, passou a ser apenas um programa de transferência de terra e repassou mais de 67 milhões de hectares de terra na Amazônia sem critério. Isso equivale a quase três vezes o patrimônio do Banco do Brasil, que é de mais de 18 bilhões. Então, V. Ex^a diz que não teve os recursos mas só esse patrimônio repassado, que equivale à França e à Itália juntas, é muita coisa, se nós pensarmos no que foi repassado diretamente. No meu entendimento, fazer o ordenamento territorial e fundiário, como V. Ex^a falou, é fundamental para dar segurança aos produtores, para evitar impunidade, para evitar a expansão da grilagem, para combater desmatamento. Agora, não da forma como foi feito e como foi

aprovado no Congresso Nacional. O Presidente Lula vetou alguns artigos, mas, no meu entendimento, ainda temos um processo danoso que irá se refletir em aumento de desmatamento, em ocupação indevida de terra sem o devido cuidado por parte da União. E tanto é que cada coisa que o Governo vai cedendo, vai cedendo, em seguida vem outra. Quando foi aprovada aquela medida provisória, diziam que com aquilo nós íamos pôr o freio de arrumação, acabar com a grilagem, a partir daí, todo mundo ia trabalhar bonitinho.

Agora colocaram, na lei que regulamenta o art.23, um artigo dizendo que se tiram as competências do Ibama pra combater desmatamento, infelizmente, com o apoio da Base do Governo na Câmara dos Deputados. Em seguida, veio o Código Ambiental mudando a lei que criou o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, a lei dos crimes ambientais, a lei que cria o serviço florestal brasileiro e a gestão florestal no Brasil, só para citar alguns.

Então, acho que nós temos que fazer um esforço na direção do que V. Ex^a diz, alocar os recursos, fazer o dever de casa no que concerne ao ordenamento territorial e fundiário, valorizar as iniciativas de realização do zoneamento ecológico e econômico, como fizeram Rondônia, Acre, como está fazendo o Pará, o Mato Grosso e até o Estado de V. Ex^a, para que tenhamos um processo que seja a idéia de passar no teste e não mudar o teste, como toda vez se faz e o Governo cede. Aqueles que cumprem a lei se sentem lesados e os que não a cumprem se sentem os espertos, que sempre conseguem fazer com que aquilo que deveria ser uma regra seja transformado o tempo todo em exceção.

Eu agradeço a V. Ex^a pelo aparte e o cumprimento por trazer um tema tão importante, como é o caso da Amazônia, para o debate, nesta manhã de sexta-feira, aqui no Senado da República.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senadora Marina Silva, eu agradeço sobremodo o aparte de V. Ex^a, até porque tenho aqui que relatar que fomos ao Ministério que V. Ex^a dirigia, o Governador Otomar Pinto, eu e uma parte da Bancada de Roraima, levar um projeto que era muito simples – pedir o apoio de V. Ex^a – que era usar as áreas já chamadas utilizadas, desmatadas, em projetos por incentivo do Incra, para que nós pudéssemos mecanizar aquelas áreas, aproveitá-las, sem precisar desmatar novas áreas. O meu Estado é até exceção, porque Roraima não é só floresta, tem uma grande área de lavrados. V. Ex^a se dispôs e chamou seus auxiliares para trabalhar nesse projeto. Infelizmente, é como V. Ex^a diz, muitas vezes as coisas são bem-intencionadas, bem colocadas no papel, mas não são implementadas, seja por uma razão

ou por outra. É evidente que, se nós não partirmos, na Amazônia, para o zoneamento econômico e ecológico; se não partirmos para investir em ciência, tecnologia e inovação, vamos condenar aquela população a viver de maneira muito primitiva até. E eu quero dizer que, quando se fala em desmatamento da Amazônia, fala-se de uma maneira, eu diria até, preconceituosa, mas estão aí os levantamentos mostrando que muitos dos desmatamentos na Amazônia são feitos em áreas de assentamento do Incra, nos acampamentos do MST e até nas reservas indígenas. Por quê? Porque aos índios não é dada outra opção a não ser o que eles sabem fazer secularmente, que é desmatar, plantar sua roça e colher.

Então, o que eu quero dizer, Senadora Marina, é que, no fundo, transferir... Por exemplo, se foi feita só a regularização fundiária, quer dizer, a transferência de patrimônio, e não houver investimento, o que vai acontecer é que não vai mudar nada, vai piorar até. Mas, no fundo, no fundo, o que eu reclamo é que, em oito anos de Governo – e V. Ex^a é testemunha de que encontrou dificuldade, acabou de citar aí que o plano passou para a mão do Ministro Mangabeira Unger –, há uma dissintonia, não há realmente uma... Por isso é que eu estou dizendo que quero fazer, tenho essa pretensão de fazer, na Subcomissão Permanente da Amazônia, essa ausculta da inteligência da Amazônia, e nisso a colaboração de V. Ex^a é muito importante, para que possamos ter um plano que não seja... A Amazônia não é só verde, ela é também amarela, das flores do Ipê, ela é também vermelha, das cores de certas flores que existem na Amazônia, ela é amarelada, como são os lavrados do meu Estado, e verde em certas épocas, mas, no fundo, no fundo, o que eu quero aqui é que nós encontremos um diagnóstico e um caminho para que a Amazônia não continue, por mais alguns séculos, indo e vindo: indo algumas vezes de maneira muito errada e outras vezes vindo no sentido de regredir para o antes. E no meu Estado – que, repito, é o menor, em termos de população da federação –, seria muito simples até fazer um modelo piloto de como é que deveriam ser os Estados da Amazônia. No entanto, não há sintonia, não há vontade política e, infelizmente e realmente, é essa a realidade que estamos vivendo.

Eu inclusive defendo que nós temos de ter – já que o Senado representa os Estados – uma posição mais pró-ativa, toda a bancada da Amazônia, porque nessa bancada nós somos 27 Senadores. É lógico que temos diferenças de pensamento sobre isso ou sobre aquilo, até porque os Estados da Amazônia não são iguais. É um equívoco pensar, por exemplo que a Amazônia é só floresta. É um equívoco pensar que

na Amazônia só existe índio. É um equívoco pensar que na Amazônia a prioridade é a árvore. Então, essas coisas... É o meu pensamento. Agora, por isso mesmo é que eu quero ouvir a inteligência científica da Amazônia. E estou ouvindo.

Já ouvi esses estudos que mencionei, o Inpa da Amazônia, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Instituto de Biotecnologia da Amazônia, os dois Institutos de Pesquisa do Pará, a Reitora da Universidade do Acre. E vamos ouvir os Reitores de todas as universidades, porque nós queremos ter algo realmente que não seja, como disse V. Ex^a, exógeno, uma receita exógena para a Amazônia, porque há muita gente falando de Amazônia lá de Ipanema, lá da Avenida Paulista, e – o que é pior – principalmente lá da Europa, lá dos Estados Unidos, querendo dar receita para nós do que eles não fizeram por sinal.

V. Ex^a está solicitando mais outro aparte? Terei o maior prazer em ouvi-la.

A Sr^a Marina Silva (PV – AC) – Eu acho que V. Ex^a está levantando um tema fundamental. Inclusive, V. Ex^a falou daquela proposta de uso das áreas já degradadas. Obviamente, no nosso recorte do Ministério do Meio Ambiente, em relação às áreas de preservação permanente em reserva legal, não poderiam ser utilizadas as áreas degradadas que estão abandonadas ou semiabandonadas, mas está correta a tese, ressalvando essas áreas que deveriam ser averbadas. Agora, no plano de combate ao desmatamento e no próprio PAS, a responsabilidade de implementação dessa agenda é do Ministério da Agricultura, que, infelizmente, tinha uma posição de resistência total ao plano. E eu acho que agora... Até um dia desses, antes de Copenhague, eu li um artigo do Ministro Stephanes, dizendo que, de fato, há uma contribuição a ser dada pelo Ministério da Agricultura. E eu espero que ela seja dada o quanto antes, porque nós já estamos prontos, Senador Mozarildo. A Embrapa diz que já tem tecnologia, conhecimento para que possamos utilizar corretamente as áreas que estão abertas sem precisar abrir novas áreas.

E mais, ainda: existe aquele sistema, lavoura/pecuária, combinando o plantio de determinadas espécies, inclusive de leguminosas, com a própria pecuária para que possamos ter uma produtividade maior, um sistema de revezamento e uso das pastagens, o que aumentaria a produtividade e a geração de emprego. Infelizmente, em um primeiro momento, na Comissão de Agricultura, o projeto foi rejeitado. Depois, a gente conseguiu fazer com que ele voltasse a tramitar e fosse aprovado. Esse projeto é uma iniciativa de um técnico importante, um pesquisador da Embrapa. Então, acho que, se não houver uma atitude integrada, transversal –

como eu disse – nós vamos ficar, apenas, com a agenda fragmentada. E a agenda fragmentada faz com que não haja uma visão ampla para a Amazônia, como V. Ex^a está reivindicando aqui. Mas, no meu entendimento, o uso dos 165 mil quilômetros quadrados de área que foram abertas e que estão abandonadas já é perfeitamente possível, assim como evitar a expansão sobre as novas áreas, obviamente ressaltando as áreas de preservação permanente e a reserva legal.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Exatamente, Senadora Marina. Em nossa proposta de Roraima, pelo menos, as áreas já mexidas, já antropologicamente utilizadas – que são as chamadas, por alguns setores, de áreas já degradadas – foram feitas dentro de assentamentos do Incra. Portanto, estimuladas pelo Governo Federal, que, inclusive, só dava o título para o colono depois que ele desmatava 50% da área. Ou seja, na tese deles, desmatar significava estar produzindo na área. Se essas áreas já estão derrubadas... Então, se houver – no caso de meu Estado de Roraima, estão todas dentro de assentamentos regulares do Incra – uma utilização disso aí, pronto.

Agora, autorizar e dar assistência, porque...

A Sr^a Marina Silva (PV – AC) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Se não der assistência, vai fazer como estão hoje lá: um monte de colonos passando fome, que têm apenas uma agricultura de subsistência e mal. Então, é preciso – eu repito – que o Brasil, o Governo Federal tenha um olhar para a Amazônia primeiro nacionalista, segundo humanista.

A Sr^a Marina Silva (PV – AC) – Só uma contribuição e eu paro aqui, porque, enfim... Mas é que, no caso do desmatamento – e as pessoas às vezes colocam muito a lume os pequenos agricultores e a agricultura familiar –, pelo levantamento que temos – e é um levantamento técnico –, 20% do desmatamento é causado pelos pequenos e cerca de 80% pelos grandes. Para que a gente não cometa a injustiça de achar que o desmatamento da Amazônia é causado exclusivamente pelos pequenos agricultores. São 20% por aqueles que têm a maior quantidade de propriedades e em menor área, mas 80% são praticados pelos grandes proprietários. Na terra indígena, há o menor índice de desmatamento. As áreas mais preservadas que têm ação antrópica são as áreas indígenas, ainda que também haja desmatamento. E, no levantamento que fizemos, uma boa parte desses desmatamentos significam invasão inadequada das próprias terras dos índios. Sei que V. Ex^a está dizendo que se deve usar também essas áreas que foram desmatadas dentro dos assentamentos, mas trago esses dados para que não

se crie uma idéia de que o desmatamento na Amazônia, na sua maior parte, é causado pelos pequenos. É também pelos pequenos, deve ser igualmente combatido, devemos ter políticas para que eles também não venham a desmatar, mas 80% são causados pelos grandes proprietários.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senadora Marina, eu evito muito essa dicotomia entre grandes e pequenos, entre índios e não índios, porque, senão, ficamos num embate que não leva a nada.

Eu não afirmei aqui que o maior desmatamento da Amazônia é feito pelos pequenos. Eu disse que existe também nos pequenos, mas não uso essa dicotomia e acho que temos de eliminá-la para podermos pensar numa solução global. Por exemplo, se nós temos – no meu Estado, pelo menos eu posso dizer isso – assentamentos que foram promovidos pelo Governo Federal, através do INCRA, já desmatado até mais de 50% da área, o colono está lá e o que vem acontecendo historicamente? O colono desmata, não tem condições de sobreviver ali e vende o lote para um terceiro, quando ele passa a ter direito de vender. Aí um fulano compra um lote aqui e depois compra outro do vizinho e se transforma num grande proprietário de pastos e, portanto, de criação de gado.

Então, há que se ter um diagnóstico e uma receita que surja de dentro da Amazônia, da inteligência da Amazônia e daqueles governantes da Amazônia. Agora, lógico, respeitando e analisando todas as vertentes. Não tenho preconceito, porque, para mim, duas coisas também que não são antagônicas, para mim não são antagônicas, ciência e fé. Há quem ache que seja incompatíveis você acreditar na ciência e ter fé. Eu não. Eu acho que você pode ser perfeitamente uma pessoa que acredita na ciência, porque a ciência não é também uma obra de Deus? Lógico que é. Quem é que deu a capacidade para o homem descobrir e fazer certas coisas? Foi Deus.

Então, acho que é possível ter ciência e fé juntas, como é possível ter na Amazônia pequenos, médios e grandes produtores, como é possível ter assentados, como é possível ter pessoas que estão lá historicamente há muito tempo, como é possível conviver tranquilamente com reserva indígena. Aliás, em termos de reserva indígena, o meu Estado já tem 60% do território demarcado. Portanto, não é por falta de demarcação e não é por falta de definição de certas regras.

O que falta efetivamente é ter um diagnóstico e um plano nacional em que estejam engajados governos municipais, estaduais e o Governo Federal para, de fato, acabar com essa triste desigualdade regional que existe na Amazônia. Não pode ficar essa história, Senador Eurípedes, Senador Mão Santa, de que... Até

tem uma música que diz: os pobres continuarem cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos. No caso da federação brasileira, se é que podemos dizer assim, os Estados mais ricos ficam cada vez mais ricos, do Sul e do Sudeste, até às custas da migração que vai para lá, mas os mais pobres ficam cada vez mais pobres, às vezes até de inteligência.

Eu fiquei surpreso, Senador Adelmir, com a afirmação dos cientistas desses institutos que nós ouvimos de que não existem pesquisadores em número suficiente. A maioria é bolsista do CNPq que está pesquisando na Amazônia. Esse pessoal não vai ficar lá. Não há concurso aberto para pesquisadores da Amazônia.

Então, é lamentável. Agora, vemos a toda hora estrangeiros que vêm pesquisar a Amazônia, através de instituições as mais diversas. É preciso reverter esse processo. Sem xenofobia, sem dicotomias, sem ideologias. Acho que a ideologia que tem de ter é a ideologia de defesa do homem e da mulher da Amazônia, independente da condição em que ele esteja.

Por isso quero dizer, quanto ao meu Estado, que eu inclusive pretendo, Senador Adelmir, disputar o Governo do Estado, porque eu acho que é chegada a hora de nós realmente darmos um rumo correto para o nosso Estado.

E eu espero que este debate possa contribuir. De qualquer forma, eu tenho aqui uma obrigação de, como Senador, dizer a realidade do que eu penso, do que eu vejo e defender as minhas teses, respeitando todos os outros pensamentos.

Senador Adelmir, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Mozarildo, quero me congratular com V. Ex^a, e somos todos conhecedores de suas posições em defesa daquela região, não apenas do seu Estado, mas da Amazônia como um todo. Quando V. Ex^a levanta a questão dos pesquisadores, passa-me uma lembrança do quanto é importante a questão da educação no País. Que bom seria que tivéssemos naquela região alguns conteúdos programáticos, algumas escolas, algum curso vinculado ao estudo aprofundado da região como um todo, de suas riquezas, da riqueza vegetal, da riqueza mineral, do seu povo, para que esse assunto não se limitasse ou não estivesse muito mais vinculado a estudos feitos por estudiosos de fora do País, mas por brasileiros natos, brasileiros que conhecem aquela região, que vivem as suas questões. Porque é muito importante a Amazônia para não ser considerada em todos os seus níveis, em todas as suas dificuldades, por estudiosos brasileiros, por pessoas que efetivamente conheçam a matéria e que tenham uma formação em todos os

níveis, inclusive superior, sobre o que devemos fazer com essas riquezas de que todos nós falamos, que todos nós reconhecemos, mas que sabemos que tem ainda muitas coisas que são ainda desconhecidas da população brasileira.

Então eu queria me associar a V. Ex^a e dizer que realmente a sua luta, a luta de todos os representantes daquela região que enfocam essa questão, e V. Ex^a faz isso aqui semanalmente, chamando a atenção para as dificuldades em que vive o seu Estado, em que vive a região e, principalmente, despertando, tentando despertar o que essa região pode representar, não apenas para o Brasil, mas para o mundo, se efetivamente merecesse um estudo aprofundado, uma dedicação da classe intelectual, da classe científica, estudando as questões amazônicas e as suas riquezas naturais. Temos de preservá-la, sim, mas temos de compreendê-la e saber como fazer essa preservação. Associe-me a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Obrigado, Senador Adelmir.

Para V. Ex^a ver como o brasileiro conhece pouco a Amazônia, V. Ex^a vai encontrar, se conversar numa rodada, seja aqui em Brasília ou em qualquer Estado do Sul e do Sudeste, vai encontrar brasileiros que conhecem vários países da Europa, os Estados Unidos, mas que nunca foram à Amazônia, nunca se interessaram por, de fato, ver qual é a realidade da Amazônia. Para V. Ex^a ter um exemplo mais concreto, recentemente, um estudo feito pelo IBGE, pelo Exército Brasileiro e com a presença da TV Globo, foi, através de modernos equipamentos, constatado que o ponto extremo do Brasil não é o Oiapoque, no Amapá, é o Monte Caboraá, em Roraima, 60 km acima do Oiapoque. Mas, mesmo a Rede Globo, que estava presente no evento e que, portanto, documentou o evento, continua dizendo nos seus jornais, nas suas novelas, nos seus programas, que o Brasil vai do Oiapoque ao Chuí.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – As músicas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Pois é, nas músicas, continua sendo assim.

Então, o desconhecimento geográfico de um ponto extremo diz tudo em relação ao interesse que o brasileiro tem pela Amazônia. Aliás, há um Deputado da Amazônia que diz o seguinte: muita gente tem até uma certa paranóia de achar que os estrangeiros cobiçam a Amazônia. Cobiçar a Amazônia é um negócio correto. Agora, falta o brasileiro cobiçar a Amazônia, ter a boa cobiça em defesa da Amazônia.

Portanto, quero encerrar por aqui e dizer que vou voltar ao tema sobre a Amazônia na questão da divisão territorial da Amazônia. Porque defendo essa

redivisão, começando pelo o que aconteceu no meu Estado, no Amapá, no próprio Acre – que não foi bem uma redivisão, foi uma anexação –, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso do Sul. Quero focar essa questão da redivisão territorial da Amazônia como um ponto importante para o desenvolvimento da Amazônia. Porque não é possível que apenas três Estados da federação – o Amazonas, o Pará e o Mato Grosso sejam mais de 50% do território nacional.

Então, Senador Mão Santa, quero agradecer o tempo que me foi concedido, agradecer os apurados da Senadora Marina Silva e do Senador Aldemir Santana e dizer que o meu Estado de Roraima, portanto uma das unidades da federação que compõem a Amazônia, precisa, sim, ser melhor olhado pelo Governo Federal e melhor tratado pelo próprio Governo Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Este foi o Senador Mozarildo Cavalcanti, mostrando suas preocupações quanto ao desenvolvimento da Amazônia.

Nós tínhamos anunciado a Senadora Marina Silva, que permutou com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Então nós chamamos, para ocupar a tribuna, Marina Silva.

Ela é do PV. Marina Silva – Pedro Simon, que adentra agora – eu lembro Francisco. O Santo disse...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a tem que anunciar: com a palavra a Senadora Marina Silva, candidata à Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pois é, mas eu fui buscar inspiração no meu patrono Francisco, e V. Ex^a é um franciscano. Ele disse: onde tiver o desespero, leve a esperança; onde tiver o erro, leve a verdade – não é? –; onde tiver a dúvida, a fé. Então, nesse momento de desespero na democracia que vivemos, ela é essa esperança. E ela surge na tribuna do Senado...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A esperança, a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – ... para dizer que nem tudo são trevas, que tem luz e que pode se fazer política com vergonha, com dignidade e com honradez. Então, um quadro vale por dez mil palavras.

V. Ex^a tranquiliza o Brasil, Brasília, nossa capital. Num momento de vergonha, V. Ex^a traz a certeza e a convicção de que nós podemos ter dias melhores e que a política não é o paraíso do mal. Ela pode ser o paraíso do bem, que V. Ex^a representa. É uma brava mulher. E aí estão expostas já duas candidatas à Presidência da República.

Mas V. Ex^a, nesse seu figurino, que o essencial é invisível aos olhos, quem vê bem vê com o coração – não é, Pedro Simon –, parece que é uma figura frágil, mas é forte porque a fortaleza vem da verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O problema é saber se o povo brasileiro tem um mínimo de condições de ter uma Presidência da capacidade da Senadora; acho que ela está muito acima da nossa capacidade de ter uma Presidência desse jeito, mas acho que Deus vai ajudar.

A SR^a MARINA SILVA (PV – AC) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Marina, a nossa admiração. É uma graça. V. Ex^a me brindou com o livro *A Graça*, não é?

A SR^a MARINA SILVA (PV – AC) – *A Maravilhosa Graça*.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – *A Maravilhosa Graça*. Então, hoje, V. Ex^a é a maravilhosa graça para a democracia brasileira.

A SR^a MARINA SILVA (PV – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Mão Santa; obrigada, Senador Pedro Simon, meu amigo, meu irmão, pelas palavras sempre muito carinhosas e respeitadas, mas, infelizmente, às vezes, a gente tem que vir a esta tribuna para falar de episódios que subtraem em boa parte a esperança, subtraem em boa parte a alegria que as pessoas têm no que se refere a pensar a contribuição da política para a resolução dos problemas no nosso País, na comunidade onde vivemos, no Estado, na Federação.

Esse problema grave que afeta a todos e que tem sido motivo de nódoa para a política é, infelizmente, a corrupção, e eu gostaria de dar um título a essa breve fala, Senador Simon, Senador Mão Santa e Senador Mozarildo, de que a transparência é o melhor antídoto para a corrupção. Quando nós não temos processos que nos levem à transparência, ao acompanhamento, ao controle social, a corrupção consegue um maior espaço e uma maior desenvoltura.

Infelizmente as pessoas ainda entendem os processos de controle e participação social como sendo algo difícil, que atrapalha a gestão. Mas o que mais atrapalha a gestão pública é a falta dessa transparência, que leva ao desvio de dinheiro.

Eu gostaria de começar falando de uma questão de caráter geral. A Fiesp fez uma estimativa de 2006 que dá conta de que cerca de R\$10 bilhões eram subtraídos pela corrupção no Brasil. Isso significa que nós tínhamos mais dinheiro desviado para a corrupção do que o que era aplicado no Ministério dos Transportes, R\$9,7 bilhões, ou seja, a corrupção desvia um recurso maior do que o que foi destinado para o Ministério dos

Transportes em 2006, segundo a Fliesp, e mais do que para o Ministério do Desporto, que é de R\$1,2 bilhões, a mesma coisa em relação ao Ministério da Cultura.

Dados nos dão conta de que se adicionássemos esse recurso ao processo educacional brasileiro, ao orçamento da educação, nós quase dobraríamos o orçamento só freando o dreno da corrupção.

Falei ainda há pouco com uma educadora brasileira, a Dr^a Carminha, e ela me disse que foi feito um levantamento nos Municípios do Nordeste e, dos trezentos municípios que foram avaliados, os secretários de educação, não são eles os responsáveis diretamente pelo orçamento da educação, é sempre uma pessoa, uma espécie de assessor de finanças do prefeito, e o secretário de educação não tem a governança sobre os recursos e que essa ausência de governança é algo quase que proposital para que o desvio dos recursos da educação também aconteça.

Eu estou aqui comunicando esse dado de caráter geral para poder falar e reiterar a minha tese de que a falta de transparência, a falta de institucionalidade acaba levando a episódios lamentáveis como esses que tivemos aqui no Distrito Federal, na Capital do País, o coração do País que, infelizmente, tem que passar por esse tipo de aviltamento, quando, na verdade, deveria ser um exemplo.

Infelizmente, e eu sempre tenho dito isso, eu não sou de me regozijar com a desgraça alheia, eu preferia ter um bom exemplo para citar aqui, do Governo do Distrito Federal. Obviamente que esse problema da corrupção, a prisão do próprio Governador Arruda acaba manchando todo o trabalho que fez, inclusive na área da educação, em que educadores sérios se esforçaram e que agora veem o seu nome e o seu trabalho indo por água abaixo graças a uma atitude completamente nefasta de um gestor político com a responsabilidade que tinha de governador, juntamente com a sua equipe.

Não precisa dizer, muita gente já disse isso, que o Senador Arruda errou no episódio do painel, pediu desculpas, teve uma segunda chance dada pela população de Brasília, não saiu para o Senado, saiu para deputado federal, depois saiu para governador. Teve uma aceitação enorme na população, chegou a ser pensado para ser vice-presidente pelo seu Partido numa possível chapa correndo à Presidência da República e, de repente, temos um episódio lamentável como esse, inclusive com a sua prisão.

E, antes de continuar a minha fala, eu gostaria, ainda, de fazer uma observação de caráter geral, para que fique bem claro aquilo que estou dizendo: que não gosto de ficar me regozijando, não acho que essa seja uma oportunidade de fazer política quando acontecem

essas desgraças. Eu gostaria muito de que pudéssemos vir à tribuna para falar das ideias, das propostas, dos projetos, das boas realizações que vêm sendo feitas, dos bons exemplos. Bons exemplos temos alguns, e que são relevantes, mas, infelizmente, o que toma a cena do País são esses episódios lamentáveis.

Eu publiquei no *Correio Braziliense*. Senador Mão Santa, em 14 de junho de 2000, um artigo intitulado “Justiça não é vingança”, para deixar bem claro que quando digo aqui que as pessoas que cometem erro, seja quem quer que seja, devam ser punidas, mas punidas pelo critério da justiça, de acordo com a lei, aquilo que está estabelecido, não alimentando nenhum tipo de política de ódio, porque para mim justiça não é vingança; justiça é uma forma de parar o erro praticado pelo próprio indivíduo e o dano que ele causa à sociedade. Portanto, quando ele é interdito pela lei, está sendo feito um bem não só ao cidadão, à sociedade, mas ao próprio indivíduo, que tem a chance de parar com o erro e de se recompor de acordo com as regras legais estabelecidas.

Portanto, eu defendo a ideia fundamental de que aquele que comete um crime, seja de que natureza for, deve pagar segundo o que determinam as leis vigentes, sem nenhum tipo de estímulo à política do ódio, da vingança. Não. As leis existem para isso. O Ministério Público, enfim, as instâncias superiores como agora se manifestaram, conseguiram dar um exemplo de que a população não fique achando que a certeza da impunidade vale a pena para aqueles que praticam o crime do colarinho branco. Que isso possa nos ensinar a aperfeiçoar a gestão, no sentido de que a transparência ajuda a não termos esses casos de corrupção.

Eu fiz aqui um breve apanhado, Sr. Presidente, e gostaria de passar a ler.

Por definição etimológica, a palavra corrupção expressa a oposição, a negação daqueles valores que consideramos, ou pelo menos deveríamos considerar como sustentáculos do bom andamento das relações intrapessoais e sociais, que são necessárias para a realização humana.

Corromper, portanto, é o ato pelo qual se adúltera, estraga-se algo, física ou moralmente.

A corrupção política de uma determinada sociedade deteriora suas próprias estruturas, uma vez que a política é o cuidado com o que é coletivo, de todos; é a busca de soluções para os problemas que a sociedade como um todo enfrenta.

A corrupção é um fenômeno que acompanha, como uma das sombras, a história brasileira.

Desde a chegada dos primeiros colonizadores, as práticas de favorecimento pessoal, tráfico de influências e desvio de recursos públicos foram uma constante.

Nada, entretanto, parece poder ser comparado com a situação atual. A máquina pública foi, em muitos Municípios e em alguns Estados da Federação, capturada por pessoas que atuam impunemente.

O processo de corrupção no Brasil aparece sempre aliado à falta de transparência nos atos da vida pública. Quanto maior o grau de transparência, de aplicação do princípio da publicidade, maior a possibilidade de controle social dos atos dos governantes.

Não é à toa que o legislador, ao estabelecer o que seriam as regras para a gestão pública, estabelece alguns critérios, que são o da proibidade, da impessoalidade, da transparência, da constitucionalidade, da legalidade. E a transparência tem, sim, uma função essencial, porque quando você está sendo acompanhado, quando você está sendo visto, a tendência é que você seja mais cuidadoso. Não é à toa que o provérbio bíblico diz que só deveremos dizer entre quatro paredes aquilo que podemos dizer no telhado. É exatamente para mostrar que a transparência é fundamental para evitar qualquer desvio de conduta, sobretudo quando se trata do interesse público.

Em contrapartida, a corrupção aparece unida à certeza da impunidade, acobertada pela ocultação de atos espúrios que, – imagina o corrupto – jamais serão revelados e, se o forem, não sofrerão qualquer sanção.

A certeza da impunidade faz com que as pessoas achem que, em alguns casos, aquilo que acontece com alguém, com o seu vizinho, jamais acontecerá com ele. Porque ele é tão esperto que é capaz de enganar a Justiça como um todo, o Ministério Público, o Tribunal de Contas. Mas existe uma coisa que às vezes as pessoas não são capazes de compreender: de que de alguma forma o erro sai pela falha e, nesse caso do Distrito Federal, saiu literalmente pela falha, saiu pelo lugar onde não se imaginava jamais pudesse sair que era entre os próprios envolvidos, que acabaram delatando uns aos outros, inclusive com provas bastante contundentes, que, conforme falei ontem, só faltava ter filmagem em três dimensões.

Em “A República” o filósofo Platão conta o mito do camponês Gíges, uma história muito significativa para que se compreenda algo da condição humana e, talvez, determinados fenômenos da vida pública. Se formos analisar metaforicamente, pode nos ajudar a entender essa questão da transparência como um princípio ou uma condição fundamental para o combate à corrupção.

A História se refere ao fato de que, certo dia, pastoreando suas ovelhas, Gíges encontrou uma cratera aberta por efeito de uma tempestade violenta. Gíges desce pelo buraco e dentro dela descobre o cadáver de um homem com um anel no dedo. Gíges pega o anel e coloca então no próprio dedo.

Para sua surpresa, descobre algo a seguir: quando virava o anel para a palma da mão, ficava invisível. Quando colocava o anel de volta à posição original, Gíges tornava-se visível novamente. A história mostra como, com base no poder que o anel lhe conferia, Gíges começa a fazer uso inadequado desses poderes e, com isso, começou a fazer uma série de coisas completamente equivocadas. Primeiro, seduziu a rainha, depois matou o soberano e usurpou o poder. Tudo em nome da invisibilidade.

O que o mito permite vislumbrar é que os seres humanos, via de regra, são tentados a praticar ações condenáveis quando tomadas pela convicção de que elas não serão reconhecidas.

O caso da cidade de Brasília, amplamente noticiado nos últimos meses, que culminou com a decretação da prisão do Governador no dia de ontem, talvez seja apenas um exemplo mais eloquente. As denúncias que pesam contra o atual administrador do Distrito Federal trazem à tona uma parte dessa prática totalmente abusiva.

A transparência parece ser, de fato, a melhor forma de inibir a corrupção e constranger aqueles atos que, embora legais, não encontram legitimidade moral.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Marina, quando puder, gostaria de merecer um aparte de V. Ex^a.

A SR^a MARINA SILVA (PV – AC) – Pois não.

A tarefa que nos cabe, então, é a de identificar na política onde restam anéis como o que Gíges encontrou e então destruí-los e, com isso, evitarmos que sejamos “protegidos” pelo ocultamento ou pela quase certeza de que não seremos vistos, de que não seremos observados pelos olhos da justiça e pelos olhos dos cidadãos.

Poderíamos começar pelo financiamento das campanhas, espaço de inúmeras invisibilidades e desvios, garantindo-se financiamento público de campanha, onde todos tivessem, de forma equânime, os meios para suas campanhas e, com isso, evitar determinado tipo de práticas que têm levado, muitos políticos, a verdadeiros abismos, achando que esses abismos são portas.

Eu concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Marina, eu quero, primeiramente, parabenizá-la pelo enfoque deste tema. Corrupção é um tema que,

realmente, tem de ser debatido, esclarecido. E eu quero dizer a V. Ex^a que fiquei surpreso. Em dezembro, eu li uma matéria, no caderno da *Folha de S. Paulo*, um trabalho feito pelo Instituto Datafolha, em que se pesquisou eleitores de todo o Brasil e alguns pontos me chamaram atenção e me deixaram muito preocupado. Primeiro: a maioria dos eleitores pesquisados admitiu que é impossível fazer política sem algum grau de corrupção. E uma parte significativa – se não estou enganado –, 70% desses eleitores pesquisados disseram que, de alguma forma, eles ou votaram ou trocaram votos em troca de um favor, seja de cargos ou de materiais ou de alguma coisa que receberam. Então, não é transferir a culpa para o eleitor. É, na verdade, termos um diagnóstico de que nossa sociedade está tolerante com a corrupção. Por exemplo, nós temos uma eleição agora, daqui a duzentos e poucos dias, no dia 03 de outubro.

Então é muito importante que haja essa mobilização, como esse pronunciamento que V. Ex^a, mas envolvendo todos os setores da sociedade: as igrejas, os clubes de serviços como Lions e Rotaries, a Maçonaria, as associações de bairro e que realmente se pudesse esclarecer o eleitor que, se ele vota por algum favor, ele está ajudando a que os corruptos continuem na política. Então, é aquela história: como é que na Medicina nós prevenimos a doença? É esclarecendo como se deve tomar medidas preventivas. No caso da eliminação da corrupção, que é um trabalho prolongado, temos que começar por esclarecer as pessoas a não eleger candidatos a respeito dos quais se tenha qualquer dúvida de que são corruptos. Então, esse trabalho tem que ser feito de maneira continuada, não termina nessa eleição, mas nessa eleição já seria um grande passo a fazer. Eu concordo plenamente. Não adiante ficar somente na elaboração de projeto de ficha limpa, ficha suja, de criar mecanismo de controle durante as eleições se nós não mudarmos a cabeça da sociedade. E aqui quero fazer um esclarecimento. Aquele estudo deixa bem claro que não é só o eleitor, coitado, que está passando fome que se vende não; os ricos se vendem até mais, vendem-se de maneira pesada, porque financiam certos candidatos em troca de favores de corrupção depois. Algumas pessoas, ou sejam empreiteiras, ou sejam pessoas que se dizem donos de eleitorado, realmente se vendem de maneira pesada. É preciso realmente que haja lei, que haja punição, mas é preciso o primeiro passo, que é a conscientização de que o eleitor não pode colaborar para eleger corruptos.

A SR^a MARINA SILVA (PV – AC) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a. Sempre tenho dito que nós precisamos combinar duas coisas.

Os mecanismos de controle são fundamentais, e acho que as iniciativas que temos aqui da ficha limpa é, sim, uma tentativa de aperfeiçoar para – como diz o Ministro Ciro Gomes – termos o cuidado de *ex ante* já estarmos cautelosos em relação àqueles que passarão pela avaliação do voto popular. Então, já é uma espécie de pré-teste que tem a ficha limpa. O Senador Pedro Simon tem sido entusiasta e um líder dessa proposta aqui dentro do Congresso Nacional.

Uma outra questão importante é a combinação daquilo que são as atribuições do indivíduo do ponto de vista ético, do ponto de vista moral, e as qualidades que precisamos estabelecer dentro das instituições públicas. Sempre digo que a boa gestão, o combate à corrupção diz respeito a um processo de retroalimentação entre instituições virtuosas e indivíduos virtuosos, porque nós, como indivíduos, sempre somos sujeitos a falhas. Não existe ninguém perfeito.

Mais uma vez aqui vou recorrer ao provérbio bíblico que diz que aquele que pensa que está de pé cuide para que não caia. Nem diz assim o poeta bíblico Salomão, acho que no livro de Eclesiastes, que diz que aquele que pensa que está de pé cuide para que não caia. Ele não diz aquele que está de pé, mas aquele que pensa que está de pé, porque dependemos de vários fatores para estarmos de pé. O escritor Chesterton diz que há apenas um ângulo para o homem ficar de pé e todos, infinitos, para cair. Então, há só um ângulo em que ficamos de pé e infinita quantidade de pontos que nos leva a queda e que temos que ficar muito atentos para isso.

Como é que nós podemos aperfeiçoar essa atenção? Com, enfim, o cuidado, como indivíduos, para, agora indo para uma linguagem mais voltada para o meu Estado, não meter a mão em cumbuca, o que é muito perigoso. E, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento das instituições. Eu fico muito preocupada quando eu vejo a desqualificação do Ministério Público, a desqualificação do Tribunal de Contas, a ameaça de que se membros do Ministério Público tomarem essa ou aquela atitude poderão ser processados.

Obviamente, todas as instituições devem ser aperfeiçoadas, Senador Mozarildo, Senador Pedro Simon, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o Judiciário, o Legislativo, o Executivo, mas nós podemos partir do princípio de que o cuidado e o zelo que muitos agentes têm são no sentido de nos manter vigilantes, para evitarmos que o silêncio, o ocultamento, a quase certeza da impunidade façam com que as pessoas vão afrouxando os seus princípios.

A combinação de indivíduos virtuosos e instituições virtuosas asseguram uma melhor gestão pública, inclusive o cuidado com os recursos públicos.

Eu concedo o aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Antes de entrar no pronunciamento de V. Ex^a, eu faço questão de salientar que assisti aos dez minutos de V. Ex^a na televisão, no programa do seu partido. Eu fiquei profundamente emocionado. Em primeiro lugar, pelo programa em si; em segundo lugar, pelo tom de V. Ex^a, pela vida que V. Ex^a apresentou. Com muita singeleza, com muita simplicidade, mas é a vida de uma heroína. A vida de alguém que mostra como... Afinal, os mestres da lei não entendiam como Jesus, filho do carpinteiro, podia ter a inteligência que ele tinha e a sabedoria que ele tinha. Pois V. Ex^a, lá, sem saúde, sem instrução, sem nada, conseguiu, passo a passo, chegar onde está V. Ex^a, mantendo a dignidade, mantendo a seriedade, mantendo o seu estilo. V. Ex^a não mudou. Eu imagino que, na Câmara de Vereadores, V. Ex^a deveria ser igual ao que é agora, o mesmo estilo e a mesma forma. E, como diz V. Ex^a, se fosse depender de pesquisa, V. Ex^a nunca seria candidata ao Senado, porque nenhuma lhe dava nenhuma chance. Achei bonito o pronunciamento de V. Ex^a...

A SR^a Marina Silva (PV – AC) – Obrigada!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – As referências a seus possíveis adversários. Achei bonita a referência de V. Ex^a ao Lula, seu amigo, companheiro de uma longa caminhada e que os fatos da vida levaram a divergir. Impressionante o número de pessoas que falaram comigo, a simpatia com que receberam o seu pronunciamento.

Aí eu fiz uma comparação: o Collor, quando se lançou candidato a Presidente, saiu do MDB, criou um partido novo; ele vinha lá das Alagoas, estado maior do que o Acre, mas uma repercussão sobre a classe política muito negativa. Um pronunciamento de televisão dele, e a candidatura dele começou a subir e não parou mais. O pronunciamento dele era completamente diferente do seu. O pronunciamento dele dizia horrores do Presidente Sarney; ele se apresentava como homem da moral, o homem que estava cassando os marajás e não sei mais o quê, e não sei mais o quê. O seu pronunciamento, não; o seu pronunciamento foi convocando todos ao entendimento, ao diálogo, a uma proposta que realmente signifique algo muito positivo para este País. Eu me emocionei às lágrimas com o seu pronunciamento, com a sua serenidade. As pessoas têm me dito, e eu não respondo, mas penso comigo mesmo, porque elas acham que V. Ex^a é tão meiga, dá uma demonstração de ser tão fraquinha fisicamente, que eles perguntam se V. Ex^a vai ter condições físicas de entrar nessa luta tremenda que é um final de campanha. Eu respondo que, se Deus quiser, sim; se Deus lhe der as forças, eu acho que sim.

V. Ex^a já está produzindo um efeito muito positivo no Brasil. A posição uniforme do Brasil, de certa forma, lá na reunião sobre o meio ambiente, foi influência de V. Ex^a. O pronunciamento do Lula, o entendimento, a proposta feita foi obra de V. Ex^a. V. Ex^a me desculpe, mas sou sincero. V. Ex^a foi uma grande Ministra, uma grande Ministra, mas, de certa forma, quando V. Ex^a, vendo que as forças eram insuportáveis e não querendo abrir uma luta aberta com o Presidente da República, saiu do Governo. Saindo e falando em uma candidatura a Presidente, V. Ex^a está fazendo mais pelo meio ambiente do que quando era Ministra, porque, por sua causa, o Governo agora está tentando fazer algumas coisas. Não tenho nenhuma dúvida de que o Governo não faria tais coisas se V. Ex^a tivesse saído do Ministério, ficado aqui e esquecido. Mas a presença de V. Ex^a, o medo de V. Ex^a, o fato de toda a imprensa ter noticiado que V. Ex^a era uma das figuras esperadas na Conferência, fizeram com que o Serra, as outras pessoas e o próprio Lula avançassem. Não sei o que vai acontecer. Lamento que os pequenos partidos e a chamada ala progressista... Quando vejo o PSOL não apoiar V. Ex^a, fico... Então, não entendo mais nada. Não falo no PMDB porque quem comanda o PMDB é uma legião estrangeira, e essa legião estrangeira que está no comando do PMDB, que esteve durante oito anos com Fernando Henrique, ocupando cargos importantíssimos e que está agora nos oito anos do Lula nos mesmos cargos e até mais, sabe que se V. Ex^a ganhar nenhum fica, aliás, eles sabem que se o Requião ganhar eles também não ficam. Então, eles querem ficar ou com o Lula ou com o Serra, porque aí eles ficam, como já ficaram nos anos anteriores. Mas os outros partidos deveriam ter um gesto de grandeza, deveriam reunir-se e dar a este País uma chance, que seria a candidatura de V. Ex^a para valer. Eu rezo para isso. Confesso que não vejo o Brasil preparado, mas eu rezo para isso. V. Ex^a diz, e realmente está lá na Bíblia, que quem pensa que está de pé ... Eu já estou sentado aqui, mas V. Ex^a é uma das poucas pessoas que está de pé. E o Brasil sabe que V. Ex^a está de pé pela sua história, pela sua garra, pela sua competência. Ninguém mais do que V. Ex^a pode chamar nossa atenção para essa questão e nos cobrar. Se o Senador Mão Santa me permitir e o Senador Mozarildo concordar, eu irei à tribuna hoje falar sobre essa matéria. Eu acho que ontem foi um dia muito importante. V. Ex^a – não sei se outros – vai me entender quando eu disser que eu entrei na igreja ontem e, como franciscano, rezei pelo Arruda.

Rezei não para ele ser solto, porque acho que ele tem que ficar um bom tempo na cadeia, mas para Deus lhe dar força, dar-lhe ânimo para que ele consiga meditar, refletir, para que ele tenha força para atra-

vessar essa fase. O que aconteceu ontem foi muito importante. Olha, minha querida Marina, como é triste ver esta Casa, a Câmara, o Executivo e o Supremo... Nós não damos importância a essas coisas. É ficha suja, é ficha limpa. Nós temos que ver juridicamente se a Câmara de representantes do Distrito Federal tinha que dar licença ou não tinha que dar licença para prender ou para não prender. A verdade é que o Brasil é o país da impunidade, e, na minha opinião, ontem foi um dia histórico, porque ontem, finalmente, um político importante foi para a cadeia e pode começar. Não que eu queira ver político, banqueiro, na cadeia, que eu seja um cara mórbido nesse sentido, não; eu quero apenas que o povo olhe e veja, como acontece nos outros países – corrupção existe no mundo inteiro –, que, como acontece no mundo inteiro, o corrupto é punido. No Brasil se a pessoa tem um bom advogado, não acontece nada. V. Ex^a nessa tribuna, V. Ex^a na sua campanha presidencial terá exatamente nisso – na ética, na moral, na seriedade e na dignidade – a sua grande bandeira. E o que é mais importante: uma bandeira que V. Ex^a não está pegando agora, na campanha, porque é a história da sua vida e é a história da sua luta. Tenho muito carinho por V. Ex^a.

Eu me sinto muito feliz por ser amigo de V. Ex^a. Quando V. Ex^a me encontra e me olha com seu sorriso, que é um sorriso meigo, um sorriso de amor, de carinho, de afeto, não calcula como me sinto bem. Como me sinto bem agora, vendo V. Ex^a falar e imaginando que os milhões que estão assistindo agora a TV Senado ou vou assistir a ela à noite deverão emocionar-se com o pronunciamento que faz. Obrigado, meu Deus, por V. Ex^a estar conosco.

A SR^a MARINA SILVA (PV – AC) – Senador Pedro Simon, muito obrigada pelas suas palavras sempre tão amorosas para comigo. Confesso a V. Ex^a que quando cheguei a este Senado, V. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy e algumas outras pessoas a quem homenageio – e o faço na pessoa de V. Ex^a e do Senador Eduardo Suplicy – se constituíram em referências para mim. Algumas pessoas, de alguma forma, se constituíram numa espécie de escola para esses dezesseis anos que se encerrarão em dezembro de 2010.

Sempre que faço referência às pessoas que têm uma vida de testemunho na política, refiro-me a pessoas como V. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy, Cristovam e tantos outros, porque geralmente, quando se fala dos erros praticados na política, há uma tentativa de generalizar, e as generalizações não são boas, porque colocam todos no mesmo plano, como se não fosse possível haver pessoas que fazem do serviço público e da vida pública um ato de serviço, um ato de servir.

Digo um serviço, não no sentido piegas da palavra, falo daquilo que a gente é capaz de encarar, esta tribuna, este mandato como algo temporário e passageiro, em que você vem aqui para prestar um serviço digno, um serviço honrado a todos aqueles que querem ver os seus interesses legitimamente salvaguardados e principalmente aqueles que são os mais frágeis na nossa sociedade, que muitas vezes não têm como obter a audiência necessária, a escuta necessária e o olhar para as suas demandas.

Eu igualmente, como V. Ex^a, não sinto nenhum prazer quando vejo a vida de pessoas ser destruídas. Há uma música do Chico Buarque que diz: “A dor da gente não sai do jornal”, referindo-se aos pobres. Essa dor que sai no jornal talvez não seja da pessoa que praticou o dolo, mas é do seus amigos, é dos seus filhos, é da esposa, é da mãe, é do pai, é do irmão. É uma dor de exposição que a gente não consegue imaginar. Eu vivi essa experiência quando vi pessoas ligadas ao meu partido, ao meu antigo partido, o PT, sendo colocadas publicamente numa situação altamente constrangedora em função de envolvimento em atos inteiramente abomináveis e que estão sendo investigados. A minha oração também é de que a justiça seja feita, de que a justiça feita. E para mim a justiça é algo que se pratica por amor porque toda justiça que não é praticada por amor não é justiça; é vingança.

E eu gosto muito das palavras de quem disse – não sei se foi Shakespeare – que o contrário de injustiça não é justiça, é amor, porque toda justiça que não se pratica por amor não é justiça, é vingança.

Eu não sinto nenhum prazer nisso que aconteceu com o Governador Arruda. Eu fiquei muito triste no dia em que ele veio a essa tribuna, e chorou, e pediu desculpas. E era um jovem senador. Eu olhava para aquele jovem senador, um homem inteligente, um homem, enfim, com uma vida fantástica pela frente. E de fato, eu pedi a Deus que ele conseguisse se restaurar.

E quando o vi, enfim, andando nos projetos aqui em Brasília, mesmo sendo de um partido de oposição ao meu na época, eu me regozijava com a recuperação que ele estava tendo. E lamento que tudo isso tenha acontecido, liderando inclusive por ele.

Quais são as armadilhas da vida! É por isso que eu concordo inteiramente: há apenas um ângulo para se ficar de pé e muitos pontos nos quais a gente pode cair. Eu peço a Deus que nos mantenha de pé a cada dia e que nos ajude. E como é que Ele nos ajuda? Nos ajuda com instituições que estejam vigilantes, nos ajuda com pessoas que estejam vigilantes e com mecanismos que possam ser criados para dar transparência à ação pública.

O que aconteceu neste Senado da República também foi algo lamentável, que tisonou o Congresso brasileiro ainda mais e que boa parte de nós se levantou. E em todos os momentos em que me coloquei nunca me coloquei como bastião da verdade, porque para mim a ética faz parte da vida. E um homem pode se vangloriar de ser bonito, um homem ou uma mulher pode se vangloriar de ser forte, um homem ou uma mulher pode se vangloriar-se de qualquer coisa menos de ser justo e de ser ético, porque, ao vangloriar-se de ser justo ou ético, estaria admitindo que poderia não sê-lo. E, ao admitir não sê-lo, já perdeu a condição de justo e de ético.

Então, nós não podemos nos vangloriar da ética. Ela é algo que deve fazer parte da nossa vida. Mas, infelizmente, numa situação em que os exemplos que vêm a lume são sempre esses, aqueles que procuram ter uma vida decente aparecem como se fosse algo fora do comum, quando, na verdade, isso deveria ser o comum.

É por isso que as palavras de V. Ex^a até me deixam emocionada. Agradeço a referência que V. Ex^a fez ao programa do Partido Verde, Senador Mão Santa. Senador Mozarildo, eu peço vênia. Mas o nosso foco e o nosso enfoque é de valorizar esses mais de 25 anos de democracia no Brasil. Para que serve a democracia? Para que as pessoas possam se colocar livremente. Para que as pessoas possam se entender fora do ódio, dos alinhamentos que, muitas vezes, se constituem verdadeiros blocos de enfrentamento. A ditadura, a falta de democracia nos levam a essa necessidade. Na democracia, é possível estabelecer a conversa mesmo entre os diferentes.

E quando eu digo que a nossa posição é pós-Lula, quando eu digo que nós estamos avaliando os 16 anos da história recente do Brasil, estou dizendo que vamos integrar todas as boas conquistas que começaram lá com o Presidente Itamar, com o Plano Real, que o Presidente Fernando Henrique aprofundou. O Presidente Lula fez a Carta aos Brasileiros; fez algo fantástico que foi um processo de inclusão social, que só ele poderia fazer. E por que o Presidente Lula fez? Porque ele veio com um acordo social de mais de vinte anos de militância, dizendo que era fundamental combater a pobreza e as injustiças neste País. Se não fosse esse acordo social, ele não teria conseguido sair de 8 bilhões para 28 bilhões, para investir em programas como o Bolsa Família. Eu reconheço isso, não tenho nenhum problema em fazer esse reconhecimento. Mas a história não para. E o Brasil não merece fazer um plebiscito entre o Presidente Lula e o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa polarização, essa dicotomia entre essas duas contribuições, com seus

erros e acertos, é um aviltamento da democracia e uma subtração do projeto de crescimento e de desenvolvimento que um país como o Brasil tem pela frente. Nós temos muitos desafios, e isso eu disse no programa: os dois Presidentes levaram quase 100% das nossas crianças à escola. Mas temos um passo adiante a ser dado: é o passo da qualificação, do investimento nos professores, de investir na pré-escola, para que as nossas crianças tenham uma infância com cuidado, com zelo, com condição de receber na escola aquilo que, muitas vezes, não conseguem receber em casa. Que possam ter um suporte, um incentivo, para que os nossos jovens entrem no ensino médio e possam sair com alguma profissionalização, Senador Mão Santa, para ter acesso a uma oportunidade de trabalho. Que a gente possa trabalhar valores, e aí, ao trabalhá-los, esses que são exemplos contrários aos valores vindos de cima, têm que ser eliminados primeiro, para que a gente possa nas escolas também ter uma relação de acolhimento com os nossos jovens, que os leve a apostar que o trabalho decente, que a busca de oportunidade para construir a sua vida, construir a sua família, construir uma sociedade, vale a pena. É em cima dessa ideia, desse ideário, que eu estou nesse lugar honroso de pré-candidata do Partido Verde. E sem a ansiedade tóxica de que, para fazer política, vale tudo: dizer qualquer coisa do Serra, qualquer coisa da Ministra Dilma, qualquer coisa do Presidente Lula e do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Alguém já me disse: eu não sei porque você menciona o Presidente Fernando Henrique Cardoso porque nem as pessoas do Partido dele às vezes menciona. Eu digo porque é uma questão de justiça naquilo que for justo mencionar. E com relação ao Presidente Lula é a mesma coisa. Até porque para poder falar dos problemas que eles não foram capazes de resolver, dos desafios que não foram capazes de levar à frente, é preciso que você parta de coisa de acumulou positivamente. A história não se faz em cima do nada. Não podemos ter uma visão niilista das coisas. Combater a corrupção, a falta de ética na vida pública é também combater a falta de ética na relação política.

Eu tenho muitas divergências com o Senador Mozarildo Cavalcanti e as experimentamos no cotidiano. Aqui nos nossos apartes respeitosos, elas ficam muito claras, mas nunca deixam de ser respeitosos e nunca ninguém espere que possa fazer qualquer coisa – peço a Deus para nunca ter que fazê-lo – que não seja justa com o meu oponente, com o meu adversário. Graças a Deus, tenho um tribunal de contas que me vê em altura e em profundidade vinte a quatro horas por dia, que é a minha consciência e o Deus em quem eu acredito. Mesmo que ninguém veja, eu estou vendo. E se eu

me sinto incoerente comigo mesma, eu perco a força diante de mim mesma e diante de Deus. E não existe nada pior do que você perder a sua própria força.

Quando eu pedi para sair do Governo do Presidente Lula, não foi uma decisão fácil; foi uma decisão com os meus assessores mais próximos, foi uma decisão ali com a minha família, pedindo a Deus se aquilo era certo e se era o momento certo. E hoje eu agradeço profundamente a Deus por ter saído, por ter tido a coragem de sair, porque não é fácil, Senador Pedro Simon, quando você tem uma relação de 30 anos de investimento com aquela pessoa, qualquer coisa que você faça que possa parecer que vai levar a um constrangimento, a um sofrimento dói em você, como dói naquela pessoa. Mas, às vezes, a pior dor é a dor não causada, porque, se não tivesse saído, poderiam ter sido revogadas as medidas de combate ao desmatamento. O desmatamento poderia voltar a crescer 30%. Nós não teríamos como ir para Copenhague para assumir uma meta de redução de 36%, 38% de redução, 80% dos quais vinham do desmatamento, se o plano tivesse sido revogado por pressão de Rondônia, por pressão de setores do Pará, não da Governadora, por setores do Governo de Mato Grosso. Naquele momento uma forma de ser leal era saindo, porque, se a sociedade dissesse: “Presidente Lula, revogue a moratória, revogue a resolução do Banco Central, revogue a punição aos ilegais”; se tivessem todos batido palmas, ele iria se sentir respaldado tanto por aqueles que pressionavam para ele revogar as medidas quanto pela sociedade. E aí um homem sozinho não tem como bancar sozinho um processo como aquele.

Mas a sociedade brasileira, os formadores de opinião foram lá e disseram que as medidas estavam corretas. A Marina saiu, e elas continuam sendo implementadas até hoje. E que felicidade, Senador Pedro Simon, quando eu vi que, em 2009, o desmatamento que, em 2004, chegou a 27 mil km², foi de 7 mil km².

E eu recuperei a frase que eu disse no dia que eu saí do Governo. Um jornalista me perguntou: “Senadora, a senhora sai derrotada?” Eu lhe disse: “A derrota ou a vitória só se mede na história.” E, na história, eu não estava derrotada. Porque, muitas vezes, os vitoriosos sequer estão aqui para ver a vitória. Chico Mendes não está aqui para ver a vitória de o desmatamento da Amazônia sendo combatido pela Polícia Federal, sendo combatido pelo Exército, sendo combatido pelos órgãos de inteligência deste País. Naquela época, os órgãos de inteligência deste País fiscalizavam a vida

de Chico Mendes para dizer que ele era um espião dos Estados Unidos, para dizer que ele era alguém contra a pátria e contra os interesses da Amazônia. Nunca alguém foi tão favorável à pátria e aos interesses da Amazônia como Chico Mendes. Infelizmente, ele não está aqui para ver essa vitória. Mas, mesmo quando estava vivo, aparentemente derrotado, ele já era vitorioso, porque estava do lado da verdade, estava do lado da justiça, estava do lado certo.

E, ontem, foram 20 anos da libertação de um homem que, durante quase 30 anos foi derrotado na prisão: Mandela. Mas, na história, ele é vitorioso e será sempre vitorioso, porque se colocou do lado certo. Acho que a grande política nos ensina, primeiro, que não devemos ter prazer no mal na política. Devemos sempre nos regozijar com o bem e combater com todas as forças as injustiças, a corrupção e tudo aquilo que não deve ser parte da vida pública, mas nos colocarmos nessa perspectiva de construção histórica. Não é uma visão messiânica das coisas: não existem seres iluminados, não existem seres ungidos *a priori*. É um trabalhar todo o dia o caráter, a ação, a renúncia, a construção daquilo que precisa ser feito com todo o cuidado para que o Brasil seja melhor. E eu sinto que nós estamos bem próximos de, em vez de fazer da eleição um embate, vamos fazer o debate; em lugar de fazer um plebiscito, vamos fazer uma eleição em dois turnos e que a população escolha livremente quem é aquele que ele acha que deve dirigir os rumos do nosso País. O Brasil está pronto para dar esse passo. Que, por favor, o sociólogo e o operário continuem dando a sua contribuição, mesmo quando não estiverem mais no Governo, para que o Brasil avance, como fez Mandela, que optou por apenas um mandato e, ao fazer isso, ao sair da cena, entrou para sempre na história como o homem que está construindo e reconstruindo a cada dia a África do Sul.

O Brasil, que se preparou com a sua democracia, que reconquistou a democracia, pode, sim, conquistar o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e, principalmente, a sustentabilidade ética. Que as relações políticas sejam também um espaço da ética.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRª SENADORA MARINA SILVA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(*Inserido nos termos do art. 230 do Regimento Interno.*)

Publicado no "Correio Braziliense" de quarta-feira, 14/06/2000

Justiça não é vingança

Marina Silva

Nos últimos tempos temos visto, com maior frequência, fatos que muitos acreditavam jamais vir a contar aos netos. São as prisões de envolvidos nos chamados crimes de colarinho branco e outros que tipificam as estripulias da elite com dinheiro ou interesse público. Um aqui, outro ali, e de repente não é mais tão incomum assistir à descida dos poderosos ao inferno antes só reservado aos pobres. Naturalmente, há infernos e infernos. Não chegamos ao estágio do tratamento igualitário àqueles que têm as ditas contas a pagar com a sociedade. A começar da penca de advogados disponíveis para um caso e não para outro. Além disso, para cada colarinho branco pego pela Justiça, deve haver uma fila praticando, incólume, falcatruas semelhantes.

Há vários motivos para a nova experiência nacional de ver a Justiça chegar aos andares de cima. Um é o surgimento, na área da Justiça, de uma geração de homens e mulheres dispostos a colar seu nome a valores e não a interesses, querendo ser lembrados como instrumentos da aplicação efetiva da justiça e não da perpetuação da impunidade com base em critérios de classe social. Um risco, nessa situação, é interpretar justiça como vingança. Seria até compreensível um sentimento generalizado de revanche, de satisfação diante de ícones do poder econômico ou político humilhados, algemados, enfrentando vaias, empurrões.

Mas é preciso não confundir justiça com catarse coletiva de um ódio meio indefinido por tudo que é injusto no país para que não se acabe por deturpar a idéia fundante de que aquele que comete um crime, de que natureza for, deve pagar segundo determinam as leis vigentes. E só. Ainda que a realidade seja rica em exemplos revoltantes de como essa idéia é deixada de lado, para a desgraça do pobre e o alívio do rico, é importante salvaguardá-la como princípio do qual devemos nos aproximar cada vez mais.

O desejo de vingança via instrumentos de justiça cria área de risco de violência subjetiva nos assuntos coletivos que se espalha como erva daninha. Ela pode sufocar a crença nas vias institucionais e estimular moral pública persecutória que potencialmente atinge a todos e acrescenta ingrediente sempre assustador às relações sociais: a realimentação contínua do ódio e a incapacidade de ater-se a regras universais. Sempre se demanda um pouco mais e esse "pouco" é, em geral, algum tipo de violência. Tomemos o caso específico dos políticos. O Congresso é uma espécie de tribunal polêmico que muitas vezes revolta a população dado o seu corporativismo.

Preocupa quando parece ser atalho para fugir da Justiça comum, por meio da perversão da imunidade parlamentar, que passa a ser vista como esconderijo eficaz para quem atentou contra interesses sociais ou cometeu crimes na esfera privada. Também são desalentadoras manobras partidárias para proteger seus membros, livrando-os de prestar contas de seus atos e criando um vácuo de aplicação de justiça que gera justa indignação. Mas o histórico do Congresso mostra também ações exemplares para investigar e punir no plano político. Ainda é pouco, mas indica que há uma representação legítima que ganha terreno contra a impunidade, num jogo às vezes difícil de ser entendido.

Maiores avanços serão diretamente proporcionais à capacidade de a sociedade capitalizar cada episódio - tanto os positivos quanto os decepcionantes - na forma de pressão para aperfeiçoar os instrumentos de investigação e punição de políticos com passivo anti-social. É preciso pressão por visibilidade, para que todas as votações que envolvam cassação de mandato ou licença para processo sejam nominais, jamais secretas. É preciso punição eleitoral da população a partidos que dificultam o acesso da Justiça a seus membros. É preciso resposta rápida, de manifestação de desagrado e reprovação, quando o Congresso dá espetáculos lamentáveis de corporativismo. E é preciso, também, apoio e reforço quando age corretamente. Essa seria, como se costuma dizer hoje, a agenda positiva da cidadania no campo da justiça política. A negativa seria, como falávamos, exaurir as chances de avanço em demandas de ódio e vingança, que costumam gastar todas as energias em casos isolados e esquecer a fase de construção de mecanismos universais de julgamento e punição mais rigorosos, mais incontornáveis, mas impessoais.

Deve-se levar em conta, ainda, que a passionalidade do ódio tem outra face, que é a vitimização do criminoso, levando a uma segunda confusão, que é a do perdão pessoal e espiritual com o julgamento pela lei. Não existe perdão para crimes para os quais a sociedade institui formas e meios legítimos de punição. Não há como advogar ausência ou alívio da pena social com base no sentido do perdão espiritual. Mas há como lutar para que a lei seja aplicada com justiça e equidade. Afinal, uma sociedade efetivamente democrática e justa é o maior castigo que se poderia aplicar às bandas podres que, talvez cinicamente, achem que ainda é mais vantagem enfrentar o ódio e o desprezo da população, tentando uma chantagem emocional, do que a aplicação pura e simples da justiça.

Marina Silva é senadora pelo PT do Acre

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Ouço, com grande satisfação, a Senadora Marina Silva. Eu que insisti que ela viesse à sessão de hoje.

E, antes de chamar o Pedro Simon, Deus me permitiu estar aqui na Presidência. Foi uma inspiração do Pedro Simon. Ele vai já ser chamado, mas eu queria dar o meu testemunho no momento atual, depois da opinião do Mozarildo, da opinião da Marina e de V. Ex^a, que será o próximo orador.

Pedro Simon, nós temos que entender o momento atual, e não podia eu fugir, aqui da Presidência, Mozarildo, de dar a minha visão sobre o momento atual. Quis Deus eu estar nesta Presidência neste instante.

Pedro Simon, Rui Barbosa disse: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e ter vergonha de ser honesto”.

V. Ex^a sofreu muito, e ontem eu vi o entusiasmo. Poderia ser este o dia do renascer daquelas preocupações de Rui Barbosa. E a salvação está na própria mensagem dele.

Somos felizes este País. Temos que entender, e entendemos bem. Não é o mérito. Tive o privilégio de estudar o Rui, de conviver com Pedro Simon, com Mozarildo, e ouvi agora Marina. E já dizia Rui Barbosa: “Só há um caminho, uma salvação: a lei, a justiça. A justiça tardia é injustiça manifesta”.

Quero dizer aqui, com o testemunho do Pedro Simon, e a Marina, encantadora mulher brasileira, muito jovem, talvez não tenha sido testemunha da história, mas a história é para nos ensinar: nós vivemos e vimos o companheiro de Pedro Simon beijar esta Constituição em 5 de outubro de 1988. Sábios homens, fizeram com boas intenções. Ele disse o seguinte, Marina: “Desobedecer a Constituição é rasgar a bandeira brasileira”. Foi assim que Ulysses disse. Chamou-a de Constituição cidadã. Muitos avanços.

O que quero dizer é ensinar... O nosso dever é ensinar os homens que estão perplexos. Essas nossas instituições, Marina, são muito novas. O Brasil é um país novo. Nós temos pouco mais de cem anos de República. E ela foi importada. Ela foi importada! O próprio Rui, no nascimento da nossa República, teve que fugir, com medo do Marechal de Ferro. Foi para a Argentina e, depois, para a Inglaterra. E lá ele viu, estudou o regime monárquico, mas bicameral, e da democracia. E Cromwell reabriu o Parlamento, mas disse para o rei: “Eu vou lhe dar sustentabilidade, credibilidade, arrumar recursos para o rei, mas jamais o rei será superior à lei”. Isso foi Cromwell, na Inglaterra.

Rui Barbosa conviveu com isso. Ele era um dos nossos. Aprendeu inglês. Ele não brilhou mais do que a Marina agora em Copenhague. Ele sabia inglês, porque passou dois anos lá, e francês. Mas ele viu isso. O regime democrático, monárquico, bicameral. E viu nascer do filhote, dos Estados Unidos, presidencialista, democrático, bicameral... E trouxe para cá, e somos nós, um país muito novo.

E fomos sábios. Retardatários, mas sábios, porque rolaram cabeças onde nasceu essa democracia, e aqui ainda não rolou a nossa. Mas ela nos ensina. A Marina é muito jovem. O Pedro Simon é testemunha. E eu quero dizer, porque eu combati o bom combate.

Pedro Simon, em 1972, antes de seu companheiro Ulysses se agigantar, dando coragem ao PMDB - que hoje não tem de ter um candidato a Presidente... Em 1972, que é antes de 1974, eu já, como dizia o gaúcho, pelejava na minha Parnaíba, conquistando, com Elias Ximenes do Prado, uma prefeitura das mãos da ditadura, quando governava o Alberto Silva, em nome da ditadura, na nossa cidade.

Mas eu vi! Eu vi, meninos, que a saída está aqui. Nós estamos aqui para ensinar - viu, ô Pedro Simon? Aos homens aí que estão perplexos, que estão indecisos, aqui é que é a casa dos pais da pátria. Nós é que temos a sabedoria - viu, ô Mozarildo?

Nós não podemos estuprar a Constituição, nos afastar dela; nós temos que nos aproximar dela. E este País já deu o exemplo. Em 1954, o estadista gaúcho Getúlio Vargas se suicidou - ô Senadores do Distrito Federal, o Aldemir e o nosso grande Eurípedes! Então, assume o seu vice, momentos difíceis, UDN querendo tomar o poder, conturbação... Não é, Pedro Simon? Carlos Lacerda, Café Filho, e o seu vice teve que se recolher ao Hospital do Servidor do Estado, onde eu trabalhei, com um enfarte talvez técnico - não é, Pedro Simon? Não deu estabilidade àquele momento, e surgiu o caminho natural, que era o Presidente da Casa, Carlos Luz, da Câmara.

Mas o tumulto foi maior. Carlos Luz, naquele tumulto, adentrou o torpedeiro Tamandaré, levou com ele o Almirante Penna Botto, que sabia balística, ameaçando o Rio de Janeiro, que era a Capital da República.

E foi a São Paulo. E Jânio Quadros teve juízo, era Governador, e não quis fazer essa guerra civil. E, como o General Lott - já tínhamos eleito o Juscelino Kubitschek - não tinha maioria absoluta, não tinha dois turnos, diziam que ele não podia tomar posse, a UDN. E o General Lott saiu com o Exército, mas nós tivemos a sabedoria de nos aproximar da Constituição.

Aí adentrou o natural que a Constituição previa: o Presidente do Senado. Não é isso, Pedro Simon? Nereu Ramos. Não foi o Lott, estuprando a democracia. Não!

Aproximou-se da Constituição, do caminho natural. E Nereu Ramos, daqui da Presidência do Senado, que neste instante represento, com a sua sabedoria, com a sua maturidade de pai da pátria, salvou este País de uma guerra civil, porque nós soubemos nos aproximar da Constituição.

Então, ó meninos, aprendam com o Senado: eu acho que o caminho natural é o vice-governador. Se – se, se, eu não estou em detalhes, não foi provado nada, é o caminho natural – se não for ele, também é o Legislativo de lá. O Pedro Simon, eu não acredito que todo mundo seja ruim lá.

Não acredito. Eu pouco conheço a Câmara, mas são os caminhos naturais da democracia.

E isso é o Senado que está ensinando neste momento de perplexidade. E nós temos a história e a presença. Somos o único Senado que, em 180 anos, sexta-feira de carnaval está aqui, debatendo com as melhores luzes e inteligências. Dois Senadores que honram o Distrito Federal: Adelmir Santana e ele, que simboliza ali a luta, o nosso Eurípedes, que é o substituto legal de Cristovam Buarque, que é Senador, já passou aqui e nos orgulhamos. E Pedro Simon, agora, como pai da pátria, como Cícero. Cícero, que engrandeceu o mundo democrático, dizia, Pedro Simon: “O Senado e o povo de Roma”. E Pedro Simon vai falar agora e pode dizer: “O Senado e o povo do Brasil”.

V. Ex^a representa neste instante – e depois vamos ouvir a palavra do Senador Adelmir Santana. Deus é assim, Adelmir, Deus não abandona. De repente, Davi vence Golias, que importunava o povo cristão. De repente, o povo escravo encontra Moisés para libertá-lo. Adelmir Santana, V. Ex^a, neste momento difícil, surge como um grande líder, de responsabilidade, do Distrito Federal.

Pedro Simon, reviva para este País o que Cícero, Senador romano, representa para o mundo, e o que Rui Barbosa nos inspira ainda hoje. Feliz, feliz do país que tem um Senador como Pedro Simon!

Com a palavra o Senador Pedro Simon, pelo tempo que achar conveniente. Ficarei aqui aguardando a palavra, depois de Adelmir Santana, Senador do Distrito Federal neste momento difícil. Mas o Mar Vermelho era difícil e foi atravessado com a ajuda de Deus.

Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito obrigado, meu irmão Mão Santa, pelas suas palavras. A gente sempre fica muito emocionado quando V. Ex^a fala, porque é difícil fazer a separação. V. Ex^a é uma pessoa de uma grande cultura.

As pessoas no Rio Grande do Sul, na reunião que nós fizemos no dia 30 – uma reunião memorável no Rio Grande do Sul, do partido –, impressionante o número de pessoas que cobravam por que V. Ex^a não estava lá. As pessoas ainda nem sabem que V. Ex^a foi obrigado a sair porque o partido não lhe dava legenda. Para elas, V. Ex^a ainda é do MDB. E, principalmente, ouvindo e assistindo à TV Senado, tomando conhecimento da nossa profunda amizade, eles cobravam: “Mas por que o Mão Santa não está aí?” E eu tive que explicar que, fim de janeiro e início de fevereiro, V. Ex^a tem uma infinidade de responsabilidades e que não era possível. Mas agradeço a V. Ex^a.

V. Ex^a há de concordar comigo que nós assistimos hoje, por parte da Senadora Marina, não foi a um discurso. Eu acho até que a Senadora Marina estava inspirada. Ela fez quase – eu diria – uma previsão. Quando a Marina falava ali, daquela tribuna, parecia que eu estava vendo um profeta falando dois mil anos atrás, pelo conteúdo, pela seriedade, pela profundidade daquilo que ela falou. Como é bom, meu irmão Mão Santa, que, no meio do mundo de hoje, existam pessoas que consigam manter a beleza da integridade, do sentimento e da pureza como a Senadora Marina. Hoje eu confesso: ali, daquela tribuna, ela se superou. Olhe, se ela tiver chance de ter uns quatro minutos diários na televisão no horário político...

Se o Collor, com o seu linguajar rude, grotesco, brutal, radical, lançando ódio por todos os lados, conseguiu empolgar e ganhou – ganhou de Ulysses, ganhou de Covas, ganhou de Brizola, ganhou de Lula, ganhou de todos os pais da pátria naquela época –, por que hoje, tantos anos depois, quando o País e o mundo passaram por tantas, tantas experiências, por que o Brasil não poderá se emocionar com aquele discurso que a Marina fez hoje, não mais do que aquele, que antevê o que seria o Brasil com ela?

Você estava inspirada, Marina. Você falando hoje ali, via-se que nem estava pensando; as coisas brotavam de dentro de você, mas você está absolutamente certa.

Eu diria que, no dia seguinte ao mundo festejar os 20 anos da soltura do Mandela, 27 anos de cadeia, V. Ex^a, candidata à Presidência da República, ali, hoje, lançou uma plataforma que é continuação da mensagem de Mandela.

V. Ex^a saiu do Governo, teve a grandeza de continuar e foi a grande vitoriosa porque mudou os rumos da guerra da política ambiental neste País, mais fora do que dentro do Ministério. E V. Ex^a talvez não tenha se dado conta, mas ali, daquela tribuna, hoje...

Aconselho a você, telespectador que assistiu ao pronunciamento da Senadora Marina, que falem para

os seus amigos, seus vizinhos – e determino a minha assessoria, do meu gabinete, para que mande a toda aquela gente a quem nós permanentemente enviamos milhares de chamamentos –, também assistirem, hoje de noite, a repetição pela TV Senado desse pronunciamento da Marina.

Tem razão, Marina, é bom esclarecermos que nós não estamos felizes com a prisão do Arruda. Eu dormi mal esta noite. Confesso que eu não consegui ter serenidade para ter sono feliz. Não me saía da cabeça que, naquele momento, o Governador estava na cadeia.

Rezei por ele. Não para que ele seja solto, mas para que ele tenha a capacidade, para que ele tenha a condição de suportar o que aconteceu com ele. É muito difícil as pessoas terem as oportunidades que ele teve. Tu e eu estávamos aqui quando, daquela tribuna, ele fez um discurso patético, e nós todos o aparteamos, garantindo que ele não tinha nada que ver com a violação do painel. Ele foi tão sincero, tão profundo que todos nós acreditamos. Quarenta e oito horas depois, a diretora encarregada do painel confessa que foi ela que fez, a pedido dele. E ele teve de voltar àquela tribuna – que momento triste! – para pedir perdão pelo discurso que ele tinha feito antes, empolgando o País, e que era tudo mentira. Renunciou porque seria cassado. Eu nunca imaginei que, tão pouco tempo depois, a vida lhe daria chance e ele estaria no Governo de Brasília.

Eu confesso. É verdade que a propaganda do Governo dele é muito intensa, mas eu era dos que estavam convencidos de que ele estava fazendo um grande governo. Era escola, eram obras, era asfaltamento, era uma série de fatos que aconteciam e que eu via, andando por Brasília. E eu era das pessoas que dizia: que baita governo ele está fazendo!

Aconteceram os fatos de que nós estamos sabendo. Aconteceram. O Lula estava lá no exterior quando tomou conhecimento dos fatos e foi muito rude, dizendo: “Como é que eu vou manifestar meu pensamento por meio de notícia, por uma manifestação de televisão sem saber o que é?” Quando Lula voltou, ele viu que as coisas eram sérias.

Embora ninguém possa julgar por um programa de televisão, por uma notícia de televisão, tem que se analisar, tem que se aprofundar, mas a pessoa que fez o programa, que gravou, foi tão diabolicamente competente que praticamente ficou claro. Ficou claro. E, ao longo do tempo, o Governador não conseguiu explicar. Não conseguiu explicar. E convém que esclareçamos aqui: o processo está em andamento. Ele não foi preso por uma decisão sobre um processo que ainda está em andamento. O que aconteceu foi que, de repen-

te, gravaram novamente o emissário dele entregando R\$200 mil para um jornalista, para o jornalista mudar o depoimento. E isso ficou provado. Ficou claro. Então, a decisão: determinar uma prisão preventiva. Quer dizer, a decisão do Tribunal e a decisão do Ministro não foi uma decisão definitiva, não se julgou o processo do Governador Arruda, que ainda está em andamento. Mas o que aconteceu é que o juiz disse o seguinte: o Governador Arruda, no exercício do cargo, está prejudicando o andamento do inquérito, está tumultuando o andamento do inquérito. Está usando o Governo do Estado para fazer o que ele tinha feito, que é aquela testemunha. Foi isso que aconteceu. E foi baseada nisso a decisão do Tribunal. Afastar o Governador, porque, no exercício do cargo, ele estava intervindo para dificultar ou até impossibilitar a apuração dos fatos.

Eu já lhe darei o aparte. Foi isso que aconteceu.

É um fato muito interessante. Eu não me lembro de antecedentes. O Ministro deu o voto, aceitando, determinado a prisão dele. A sessão do Tribunal é para depois do carnaval. Quer dizer, sairia hoje a manchete, o Governador seria preso, por decisão do Ministro Relator que determinou a prisão dele porque ele estava prejudicando a apuração dos fatos. Essa decisão iria para o Pleno do Tribunal Superior e o Pleno só se reuniria depois da semana que vem, na outra semana depois do carnaval. E, surpreendentemente – eu não conheço antecedentes –, o Ministro dá o voto e, meia hora depois, o Tribunal está reunido para tomar decisão agora em vez de deixar para o fim do mês. Esse fato é inédito, mas é muito importante.

E o Tribunal decidiu: 13 a 2, 14 a 2...

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Foi 12 a 2.

O Sr. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim, 12 a 2. É que, se o Relator tivesse dado o voto dele, preso o Governador, e esperar até a semana depois do Carnaval, até lá, provavelmente o Ministro do Supremo teria avocado e tomado a decisão só em cima da questão do Relator. É o que vem fazendo o Ministro do Supremo; com relação ao banqueiro: duas vezes, um juiz determinou; houve o recurso e ele avocou para o Presidente do Supremo, que, em 48 horas, mandou soltar duas vezes o banqueiro. Agora é diferente. Pode ser até tomada uma decisão, mas é uma decisão que vai ser tomada pelo Supremo em cima de uma decisão do Tribunal Superior, que é o segundo Tribunal deste País. E isso foi realmente muito importante.

A Srª Marina Silva (PV – AC) – Senador Pedro Simon, eu sei que V. Exª está trazendo fatos muito relevantes desse episódio. E a atitude de V. Exª de se sentir consternado em relação a tudo isso, ainda que a gente tenha de ter essa atitude mesmo: a de criticar

o erro, mas sem ter um sentimento de ódio nem de vingança ou qualquer coisa por quem praticou o erro, mas esperando a punição. Acho nobre a atitude de V. Ex^a – e sei que é sincero – quanto a ter ficado pensando e remoendo esse episódio todo do Governador Arruda. Agora, essa ideia de que um abismo chama outro abismo, ela é verdadeira. Porque não bastava o erro praticado, ainda há a tentativa de obstruir a Justiça. E o que está sendo agora causa e razão dessa prisão é a atitude de obstrução da Justiça. Chega-se à conclusão de que, se ele continuar no cargo, ele vai utilizar os meios que tem, o poder que tem, os recursos que tem para fazer a obstrução, destruir provas, anular provas, neutralizar pessoas, intimidar pessoas. É por isso que foi interdito, para evitar que o trabalho de investigação da Justiça seja prejudicado. Se há tentativa de obstruir e anular provas é porque existem provas; se há tentativa de atrapalhar a ação da justiça é porque, talvez, o resultado seja, já de antemão, percebido pelo Governador como algo que lhe levará a uma condenação. De sorte que o ato de obstrução da Justiça passa a ser uma agravante em todo esse processo já lamentável. Com certeza, estamos diante de uma crise, e é uma crise grave, porque é a capital do País. A Câmara Distrital não tem condições, também – pelo menos em grande parte –, de assumir as rédeas do processo. E, aí, essa discussão de uma possível intervenção federal aqui no Distrito Federal. Ainda há pouco uma jornalista perguntou-me o que eu achava disso. Eu dizia que a primeira parte já foi feita, que é interditar o Governador para que não faça obstrução da Justiça. O encaminhamento de como esse ato que temos agora, já que o Governador está envolvido, o Vice está envolvido e o Presidente da Câmara Distrital está envolvido, a Justiça deve dar uma orientação para o que vamos fazer com a capital do País, nada mais, nada menos do que a capital do País, com um hiato em termos de governança no seu cargo mais alto, que é o de Governador do Distrito Federal. Então, acho que, lamentavelmente, os Partidos, independentemente de terem processos que os envolvam também em questões semelhantes, deveriam estar aqui ajudando a debater essa questão, uma saída, pois trata-se da capital do País. Mas há um certo silêncio, eu não sei, em relação a esse episódio. V. Ex^a tem falado, algumas pessoas têm falado, mas, diferentemente de outros episódios, quando aconteceu o caso lamentável do “mensalão”, em que se tinha aqui um revezamento na tribuna para falar dessa questão. Nesse caso do Governador Arruda, com a exceção de algumas pessoas, como V. Ex^a e o Governador Cristovam, algumas pessoas, não temos aqui a mesma veemência e eu acho que nós deveríamos estar aqui debatendo não só o episódio em si, mas

como aperfeiçoar os processos de governança para que se evite esse tipo de dolo. Eu digo que a melhor forma é a transparência, o controle social é um mecanismo de coibir a corrupção, não tenho dúvidas. Muito obrigada a V. Ex^a pela concessão desse aparte e muito obrigada pelo que V. Ex^a falou referente ao meu pronunciamento. V. Ex^a pode ter certeza que de fato eles vieram do que há de mais profundo no meu coração, talvez inspirada mesmo no que tem sido a contribuição dada pelo nosso querido presidente, nosso eterno presidente Mandela, que é um exemplo não só para a África do Sul, para o continente africano mas para esse mundo em crise na política. Em todos os lugares ele é uma espécie de farol que nos dá uma sinalização para onde a política deveria ir, mudando um pouco o rumo do debate estéril que muitas vezes acontece sobre quem é o melhor. Mas, no meu entendimento, deveria ser sobre quem se dispõe a servir melhor ao seu país, a sua comunidade e aos interesses mais legítimos da população.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito o extraordinário aparte de V. Ex^a. V. Ex^a diz muito bem. Está havendo um silêncio com relação aos fatos de Brasília. Eu diria que o que está acontecendo é que realmente o fato foi muito novo. Prender um governador no exercício do mandato é a primeira vez. É a primeira vez que um governador – e nós não estamos em ditadura porque o Arraes já dormiu na cadeia como governador, mas quando foi implantada a ditadura. Quando foi implantada a ditadura muitas prisões foram feitas, muitas violências foram feitas em 64. Porém, na democracia é a primeira vez.

O Presidente Lula deu uma declaração. Eu acho que ela foi sincera. Mas não foi feliz. A editora política do jornal *Zero Hora*, a brilhante jornalista Rosane, chama a atenção para esse detalhe. É claro que o Presidente Lula disse que não é bom para a democracia, não é bom um governador ser preso. E lamenta.

Eu acho que não é bom para a democracia um governador ser preso. Mas não lamento. O que não é bom para a democracia é a corrupção existir plenamente e o Brasil ser o país da impunidade.

O senhor está enganado, Presidente Lula.

Aliás, foi ali que eu comecei a me afastar do Presidente Lula. Votei nele no primeiro mandato. Convivi com ele, rezei por ele, quase fui seu ministro. Ainda bem que não aceitei. Mas ao lado das grandes qualidades que o Presidente Lula tem – e tem –, no seu pragmatismo de levar o seu governo adiante a ética não é uma preocupação do Presidente.

A seriedade na coisa pública por parte de seus aliados não é a preocupação do Presidente. O caso Waldomiro foi mais ou menos assim. Foi o primei-

ro caso. O primeiro caso que apareceu no Brasil foi aquele: o homem recebendo dinheiro na televisão, pegando dinheiro, botando no bolso e discutindo os percentuais da corrupção. E eu fui lá: demita já, Presidente! Demita já para dar a linha do seu Governo. E ele não demitiu, e não deixou criar a CPI, ele e o Presidente Sarney, Presidente do Senado. Tivemos que entrar no Supremo, e levamos um ano debatendo e brigando no Supremo para criar a CPI, que provou o mensalão. Estão lá 40 denunciados e sendo julgados no Supremo Tribunal Federal.

Por essa questão, nós somos todos responsáveis. Começa por nós, o Congresso Nacional. Nós não temos coragem de mexer no Código de Processo Penal. Nós não temos coragem de fazer com que isso, que é uma realidade, ... os advogados se pegam aqui, se pegam ali, se pegam lá... E há casos, como o de ex-Governador de São Paulo, que há 30 anos têm 300 processos, 200 condenações, mas nenhuma em definitivo. Todas terminam prescrevendo.

Hoje, quando alguém, um empresário, um banqueiro ou um político é processado, ele não pega um advogado competente para fazer a sua defesa e ele seja absolvido. Isso não importa. Ele pega um advogado competente para empurrar o caso, que conheça o Processo Penal. Recorre para cá, recorre para lá, vai para lá, vai para lá, vai para lá; e passou o prazo. Pelo decurso de prazo, o caso está arquivado.

Então o Congresso é responsável, o Congresso é muito responsável. E, na hora de moralizar, nós não fazemos isso. Entramos com a lei, com um projeto de lei para só ter dinheiro público na campanha, só verba pública. E o que aconteceu? Não só não aprovaram o nosso projeto, como votaram que agora o empreiteiro, o banqueiro, se derem dinheiro, não para mim, candidato, mas para o partido, fica sigiloso. Até o Superior Tribunal Eleitoral quer derrubar. E o PT, PSDB, e deve ser PMDB, entraram na Justiça, os três Partidos, com o objetivo de não deixar passar no Tribunal Superior Eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral acha que é um absurdo nós inventarmos uma fórmula, através da qual, se a empreiteira der o dinheiro para o Pedro Simon, tem que dizer: dei 200 mil para o Pedro Simon. Agora, se a empreiteira der 1 milhão para o MDB, cala a boca.

E depois o PMDB dá para o João, para o Batista, para o Manoel, para o Antônio, cala a boca, ninguém fica sabendo. É isso que o Congresso quer. E os três Partidos entraram no Superior Tribunal Eleitoral para não deixar o Tribunal Superior Eleitoral vetar esse artigo, que diz que é absurdo. É triste eu dizer. Mas eu sou um desiludido.

Minha querida Marina, eu acho muito difícil as reformas serem feitas por este Congresso. Estou até

ao ponto, Marina, de pensar em uma convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, só para tratar dessa matéria, não para os demais pontos. Mas questão da ética, questão do nosso mandato, questão dos partidos políticos, questão do dinheiro público, questão da campanha eleitoral, essas matérias deveriam ter um Congresso convocado. Duzentas, trezentas pessoas que só participariam dessa reunião e, depois, durante dez anos, não poderiam mais fazer política, porque aí teria isenção total. Aí teria uma isenção total!

Eu confesso para vocês – tenho mais quatro anos e meio de mandato –, eu renunciaria ao meu mandato e entraria. Seria a única maneira de eu concorrer a uma nova eleição, nessa reunião. Seria só para participar dessa reunião e, depois, ir para casa. Isso dava para fazer.

Eu tenho dito: eu não espero nada do Senado. Menos, muito menos, da Câmara. Menos, muito menos, do Poder Executivo. E é triste dizer: e também não espero do Judiciário.

Por isso que o meu amigo Lula foi muito infeliz. Não era de lamentar o ato do Superior Tribunal de Justiça, porque ele foi feito com profundidade, com conteúdo e é um ato que está marcado como a primeira vez. Dá para dizer esta coincidência: o ano em que o mundo festejou os 20 anos da libertação do Mandela foi o ano que, pela primeira vez, no Brasil, se cometeu um ato para dizer: chega de impunidade!

Ontem foi um dia histórico, ontem foi um dia histórico! Eu fiquei muito feliz ao ver o nome do Ministro que foi sorteado para Relator no Supremo. É uma pessoa íntegra, correta e tenho confiança na sua decisão.

Vamos repetir: ninguém está julgando o Sr. Arruda. Ninguém lhe está tirando o direito de ser absolvido ou não. Nós só queremos que isso seja feito com isenção. E deixe eu ser muito sincero: nós só queremos mostrar à sociedade brasileira que político também pode ir para a cadeia. Banqueiro ainda não, porque o Presidente do Supremo, as duas vezes que prenderam, mandou soltar. Mas político já pode, e isso é o que aconteceu. Vejam como os jovens de Brasília foram para a rua e, desde o primeiro dia, eles estão na rua. Agora, estão lá em frente ao Supremo os jovens de cara pintada.

Eu tenho repetido: eu confio muito nos jovens. Eu acho que a OAB, a CNBB, a ABI, esses movimentos que estão a favor, pela moral, pela ética, pela dignidade, são muito importantes. Mas, o importante são os jovens na rua. E, olha, nos meus 80 anos, o que eu fui vilipendiado, o que eu fui ridicularizado, o que eu fui desmoralizado porque não aceitava a luta armada, porque era contra a guerra civil, porque era contra a

guerrilha, porque eu dizia à época: não é que eu seja contra por ser contra, é porque eu acho que isso não resolve. O Brasil não é Cuba. Isso aí tudo vai fornecer ao americano, que já quer a quarta tropa, que já está aqui, do lado, esperando que aconteça isso para fazer a intervenção e, talvez, fazer a divisão Brasil do Norte e Brasil do Sul. E os caras riam e debochavam: Esse Simon está achando que o MDB e a gurizada na rua vão derrubar uma ditadura que já nomeou cinco generais ditadores, que tem a Igreja, que tem a televisão, que tem a grande imprensa, que tem os empresários, que tem os banqueiros, que tem o mundo capitalista do lado dela. Quando é que vai cair? E caiu sem um tiro. E caiu.

Os jovens na rua, os cara-pintadas, cinco milhões, foram crescendo, foram crescendo, foram crescendo e, quando cercaram o Congresso e a ditadura cercou de militares impedindo que as Diretas Já fossem aprovadas – parecia o fim, o caos, que não tinha mais saída –, a mocidade na rua, usando os instrumentos da própria ditadura, fez com que Tancredo derrotasse Maluf no Colégio Eleitoral e implantássemos a democracia.

Eu acho que são os jovens na rua, não na radiocalização, mas no debate, na discussão...

Eu recebo convites e mais convites para fazer palestras. Normalmente não aceito, mas quando é numa universidade, quando é para um grupo de estudantes, faço todo o sacrifício e vou, porque acho que é ali que deve começar.

A Senadora Marina levantou uma questão muito importante daquela tribuna. Nós precisamos ter muito cuidado.

Senador Mão Santa, eu fico muito magoado quando diz: “Não, porque o Simon é o homem da ética, de não sei do quê, não sei mais do quê”. Isso é obrigação, isso é o normal, é o dia a dia de cada um de nós. Não é por aí que nós temos que caminhar; nós temos que caminhar para uma sociedade em que realmente... Nós nunca vamos terminar com a corrupção, com a imoralidade.

Se Cristo escolheu 12 Apóstolos e errou, foi entregar o ministério da fazenda dele, o homem da fazenda foi entregar para Judas, exatamente o cara que mexia com dinheiro, que estava com o dinheiro, ele foi entregar o ministério da fazenda para Judas. Como é que a gente não vai errar? Mas o importante, o necessário é a gente ter a capacidade de fazer deste País um País realmente sério.

Ninguém como o Lula teve uma chance tão grande. O Lula é sério. O Lula chegou à Presidência da República com nenhum compromisso com ninguém: nem com banqueiro, nem com empreiteira, nem com grandes jornais, nem com grandes partidos, com ninguém.

Mas resolveu que a governabilidade, meu Deus, para a governabilidade, ele tinha de fechar os olhos. Tinha que fazer o acordo com o MDB e, lá no MDB, pegar a “legião estrangeira” que lhe dava maior tranquilidade de apoio; e, no próprio PT, os frei betto e outros tantos foram caindo fora, foram caindo fora. Até hoje o Sr. Zé Dirceu é a eminência parda, que todo mundo diz que é o grande coordenador da política do futuro governo.

Então ele se equivocou nessa parte. Eu acho que essa campanha deve ser uma campanha... E acho que o dia de ontem foi um fato marcante. Acho que essa questão vai se dividir entre ontem e depois de ontem. Que o Supremo Tribunal Federal, queira Deus, confirme a decisão!

A Legislação brasileira é tão anárquica, é como o Regimento da Casa. Quem está sentado ali na Presidência levanta uma questão de ordem, levanta outra questão de ordem de lá... Eu dizia ontem na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, quando alguém levantava uma questão de ordem: “Você está certo”. Um outro pedia para contestar, levantava uma questão de ordem em sentido completamente contrário. E eu dizia: “Você também está certo”. O nosso Regimento foi feito de tal maneira que quem está na Presidência faz o que quer. Se ele quer mandar para o Arquivo, é artigo tal; ele quer botar imediatamente em votação, é outro artigo; ele quer prorrogar por não sei quanto tempo, é outro artigo. Quer dizer, o troço foi feito para o Presidente fazer o que bem entender.

No Brasil é mais ou menos assim. O Supremo pode tomar várias decisões. Uma, que a imprensa fala; os juristas falaram outra. “Não, porque, para decretar a prisão, tinham que primeiro ouvir a Câmara Legislativa de Brasília”. Aí responde o relator: “Não, mas não precisa ouvir a Câmara de Brasília, porque nós não estamos fazendo uma prisão definitiva. Nós estamos decidindo apenas uma cautelar para não prejudicar o andamento dos fatos”. Então, o Relator do Supremo pode dizer que não foi ouvida e anular.

Cá entre nós, juridicamente, o relator pode fazer o que quiser. Mas ele que olhe para a sociedade. Ele que olhe para a hora que nós estamos vivendo. E que ele entenda que é muito importante a decisão que ele vai tomar. Ele não vai condenar o Sr. Arruda. Ele não vai determinar a prisão do Sr. Arruda. São trinta dias. Na decisão do Tribunal, o prazo é de trinta dias de prisão. Eu acho que esses trinta dias farão bem, primeiro para o próprio Arruda, e farão bem para a sociedade brasileira.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vai ser um choque muito grande se o Supremo voltar atrás. Será uma atitude muito positiva se o Supremo mantiver.

Era isso, Sr. Presidente. Acho, repito, uma hora muito importante. O Brasil não pode continuar a ser o País da impunidade. Não pode, Sr. Presidente. Olha agora, olha lá nos Estados Unidos, Presidente. Olha lá na Inglaterra: o Presidente da Câmara fechou o olho para uns atos que os Parlamentares fizeram, ele teve que sair correndo para renunciar; se não renunciasse caía fora. Coisas estranhas, até filme pornô...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) –...Deputados da Câmara dos Comuns usavam e a Câmara pagava. Parece que aqui ainda não chegamos nisso. O que demonstra que não há ninguém santo, que a corrupção não existe apenas aqui, existe em qualquer lugar. A falta de punição é o nosso grande defeito.

Ontem vivemos um dia histórico.

O Brasil hoje está na expectativa do Relator do Supremo Tribunal Federal. Deus foi bom por ter ele sido sorteado. Eu confio na sua dignidade, na sua honradez e na sua capacidade. Queira Deus que realmente continue hoje o que se iniciou ontem: a caminhada para terminar o Brasil como o País de impunidades. Nunca mais!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos, agora, para falar o Senador Adelmir Santana, do Distrito Federal.

Senador Pedro Simon, Senador Pedro Simon, eu o convido para presidir os trabalhos.

Adelmir Santana é Senador pelo Distrito Federal. Dias atrás, ele nos impressionou com um discurso em que, como profeta, anunciava esses momentos difíceis para Brasília. E hoje, como profeta vencedor, ele tem a coragem de vir ao Senado da República, sexta-feira de carnaval, depois que os Senadores já falaram – não se omitiu o Senado da República. Já manifestamos nossa opinião, eu, representando a Presidência da Casa, o Senador Mozarildo Cavalcanti, a Senadora Marina Silva e o Senador Pedro Simon. Agora vai falar o Senador que representa Brasília com muita grandeza, nesse momento difícil.

Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores que nos ouvem nesta manhã, eu ouvi atentamente desde ontem as observações feitas a respeito dos fatos que ocorrem no Distrito Federal. São fatos que nos entristecem, são fatos que nos deixam extremamente preocupados.

Eu não posso estar na linha daqueles que se regozijam com esses acontecimentos. Os acontecimentos, para nós, de Brasília, são acontecimentos de tristeza. Eu diria que são acontecimentos que entristecem ao Brasil, porque ocorrem na capital do País. Entretanto, acho que avançam determinadas ponderações que nos preocupam ainda mais. A conquista da autonomia política para o Distrito Federal foi uma luta de anos, que envolveu os mais diversos setores da sociedade brasileira. O eleitor de Brasília era, como dizia o saudoso Ulysses Guimarães, um eleitor cassado. Ele não tinha o direito da escolha e, quando muito, votava apenas para a Presidência da República e, mesmo assim, ficamos privados desse direito em razão do regime ditatorial.

A autonomia política – volto a repetir – foi uma conquista dos brasilienses, mas também foi uma concessão da Constituição de 1988. Os Constituintes sabiamente atenderam às reivindicações e às lutas dos brasilienses e lhes deram essa independência ou essa conquista política.

Vejo as observações que são feitas por diversos analistas, por diversas autoridades políticas, por diversas pessoas da sociedade brasileira que chamam a atenção para os acontecimentos e levam a questão de Brasília para uma futura intervenção. A quem interessa, Sr. Presidente, uma intervenção? V. Ex^a já dissertou aqui, na abertura da sessão, posicionando-se contrário à intervenção.

A intervenção significará, mais uma vez, tolher as liberdades, cassar a vontade dos eleitores de Brasília.

Não estou aqui, Sr. Presidente, pedindo que não sejam aprofundadas as investigações, mas que sejam responsabilizados aqueles que foram culpados pelos seus atos. Porém é preciso que tenhamos cuidado com isso. Vamos falar de questões propositivas, vamos esperar para o momento correto das alterações da vontade da população. É por isso que vivemos em um sistema democrático que permite a reavaliação dos seus dirigentes a cada eleição. Aproxima-se um processo eleitoral – falta menos de um ano. Este é o momento de o eleitor ficar atento às alterações que poderão ser feitas com relação a seus dirigentes, mas pelo voto, pela vontade soberana do povo. É preciso, portanto, que tenhamos preocupação. O Distrito Federal tem uma Lei Orgânica, tem o princípio constitucional que estabelece, Sr. Presidente, a hierarquia dos Poderes, que estabelece exatamente os critérios da sucessão, da escala sucessória. A Lei Orgânica define claramente no seu art. 92 e subsequentes como se dará isso. Eu não estou – volto a repetir – querendo aqui impedir as investigações. Sabemos que a prisão

do Governador na tarde de ontem, como bem definiu o Senador Pedro Simon, está vinculada não ao processo em si, àquilo que está sendo investigado; ela ocorreu sob outras alegações, as quais estão amparadas no Código Penal Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu só pediria permissão para corroborar com o raciocínio de V. Ex^a.

Monteiro Lobato, que era o escritor da nossa geração, dizia que o governo deve vir do povo como a fumaça do fogo. E daqui a 7 meses e 20 dias o povo, que é soberano, vai se manifestar. Faltam 7 meses e poucos dias.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós não podemos estuprar uma Constituição que foi fruto de uma sabedoria de anos.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Eu acho, Sr. Presidente, que o Superior Tribunal de Justiça dá uma resposta ao clamor da população. Não vou entrar aqui no questionamento, até porque não tenho conhecimentos jurídicos para isso.

É preciso que a gente pense de forma propositiva, que a gente pense nos princípios da democracia brasileira, que nós respeitemos aquilo que é estabelecido na Constituição, na Lei Orgânica, e não comecemos a falar de coisas que serão futuro ou que poderão acontecer lá na frente. Vamos nos ater ao que está sendo discutido neste instante. A pregação de uma intervenção assusta a todos nós.

É preciso que a sociedade brasiliense, que o setor produtivo, que as entidades de classe comecem a questionar a quem interessa o rompimento desses princípios democráticos, a quem interessa suspender os direitos e os poderes existentes no Distrito Federal.

Certamente que o Presidente Lula, um sábio político, não entrará numa questão dessa. Se porventura, Sr. Presidente, todos aqueles que estejam na hierarquia das substituições estiverem envolvidos com esses procedimentos que não são comuns e que não são aceitáveis, aí, sim, vamos para outras soluções, mas primeiro temos que ouvir a Justiça, temos que ouvir os ditames...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A hierarquia é o Vice-Governador, o Presidente da Assembléia e o Poder Judiciário.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Não há dúvida. Essa é a escala, Sr. Presidente. E a Lei Orgânica do Distrito Federal ainda fala da figura do Vice-Presidente da própria Assembléia, e depois o Tribunal de Justiça.

Mas temos aqui um Governador legitimamente eleito. Temos um Vice-Governador legitimamente eleito. E esses critérios precisam, naturalmente, ser obedecidos.

Eu chamo a atenção, Sr. Presidente, para a sociedade brasiliense, chamo a atenção para as entidades de classe. Chamo a atenção, para que nós tenhamos cuidado. Eu chamo a atenção para a Brasília responsável.

Não vamos nos arvorar e tomar decisões que não sejam efetivamente aquelas que estão preceituadas pela nossa Constituição. O compromisso que temos com Brasília, o compromisso que a sociedade brasiliense tem com a sua autonomia política faz com que pensemos e reflitamos sobre essa questão.

Vamos pensar em questões propositivas, vamos esperar o julgamento da Justiça, mas respeitando os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Então, venho nesta manhã dizer que estou entristecido, dizer que estou consternado. Não posso aplaudir os acontecimentos que ocorrem na nossa Capital, mas, por outro lado, não posso ficar calado sobre posições que extrapolam as questões que estão sendo objeto de fiscalização, objeto de acompanhamento da Justiça brasileira.

Sr. Presidente, a nossa posição é que haja o respeito evidente, o respeito premente aos princípios constitucionais e à Lei Orgânica do Distrito Federal.

E volto a me perguntar: a quem interessa, neste instante, pregar uma intervenção no Distrito Federal? Ainda não é o momento.

E, Sr. Presidente, acabo de ser informado de que foi negado, pelo Supremo Tribunal Federal, o pedido de *habeas corpus* em favor do Governador Arruda. Essa é uma notícia que, certamente, dará uma repercussão muito maior aos acontecimentos de Brasília. E, por isso mesmo, em não sendo concedido *habeas corpus*, não poderá haver vácuo de poder, e tem que assumir o Governo do Distrito Federal aquele que, efetivamente, foi eleito para essa finalidade, que é o Vice-Governador, Paulo Octávio.

Então, Sr. Presidente, com muita tristeza, atendendo, inclusive, às colocações de V. Ex^a, o Supremo acaba de negar o *habeas corpus* em favor do Governador José Roberto Arruda.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, mas temo pelas aves agourentas que pregam a intervenção. Antes, vamos respeitar os princípios constitucionais da Constituição brasileira e da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

- Eu agradeço o pronunciamento de V. Ex^a. E realmente tomei conhecimento agora de que o ilustre Ministro Relator negou o *habeas corpus*.

Eu creio, meu querido Senador, que foi uma boa decisão. Vamos deixar muito claro: a decisão do Tribunal Superior, quando fala numa prisão preventiva, são trinta dias. E o argumento é que são trinta dias para que ele não conturbe mais a busca da prova. Eu acho que essa foi uma boa decisão.

Agora, eu, com toda a sinceridade, não sei, não tenho condições para averiguar os próximos passos, mas que eles sejam o menos tumultuosos possível - concordo com V. Ex^a.

Vamos fazer justiça ao Lula, porque o Presidente já deu a entender que, se dependesse dele, não tinha nem acontecido nada disso. Então, não há - o que poderia parecer - o interesse do Presidente Lula, o interesse de se meter na questão. Ele está defendendo até o contrário: ele está deixando claro que, na dependência dele, Presidente, não tinha acontecido nada do que aconteceu.

Então, vamos meditar com profundidade. Eu tenho muito respeito pelo Procurador-Geral, eu acho o Procurador-Geral uma figura muito, muito séria, muito responsável. Eu acho que a questão é um pouco complicada, porque, de um lado, o Vice-Governador que está assumindo também tem fatos que o envolvem; quer dizer, não ele, mas o auxiliar direto dele. E há fatos envolvendo, para valer, o Presidente da Câmara.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Mas, Sr. Presidente, eu acho que, se tiver culpabilidade, tem que ser também apenado por isso. Mas vamos respeitar os princípios.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Aí é que eu concordo com V. Ex^a. Por isso que a gente tem que ter muito cuidado, porque os fatos existem. Mas é muito importante que sejam tratados com a profunda preocupação que a questão merece.

Acho que hoje foi um dia importante. O *habeas* foi negado. O Ministro Relator, que cá entre nós é uma pessoa extraordinária, pela sua integridade, pela sua isenção, pela sua idoneidade.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – É um progressista.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– É um progressista. Vamos passar um carnaval mais tranquilo. Alguém me perguntou agora, o pessoal da Globo, se não acha que o fato que agora... Em pri-

meiro lugar, aquele bloco carnavalesco nosso daqui, como é o nome dele? Já não é mais o mesmo. Sou do tempo do...

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – O Pacotão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– O Pacotão. Logo no tempo em que vim para Brasília, eu não desfilava junto, mas ficava olhando, porque eram muito interessantes as irreverências... Agora, meio que desapareceu. Mas o pessoal está preocupado porque agora o Pacotão vai aparecer e vai usar de tal pressão, exigindo isso, que vai influenciar o Supremo. Eu não acredito. Sou a favor do povo ir para a rua, para debater, para discutir.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – As manifestações são legítimas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – É isso aí. Mas não acredito que um ato desse vá influenciar a decisão do Supremo. Sinceramente, por aí, não acredito.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Concorde com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Mas eu felicito principalmente a sensibilidade de V. Ex^a e a serenidade de V. Ex^a, nesse momento tão tumultuado que vivemos. É um homem que Brasília inteira respeita, eu também.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Não tem mais ninguém inscrito.

Está aqui o Senador Mozarildo, mas ele...

Se quiser falar de novo, Senador Mozarildo, a palavra está à disposição. (*Pausa.*)

Não está aí?

Então, agradeço e dou por encerrada esta sessão, desejando um feliz carnaval para muitos. E a outros, como eu, que aqui em Brasília participarão de uma reunião muito bonita no Ginásio de Esportes Nilson Nelson, chamada reunião daqueles que passarão um carnaval diferente, rezando e meditando.

Os Srs. Senadores Gerson Camata e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a satisfação de ler, dias atrás, artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, assinado pelo embaixador Jorio Dauster, em defesa do projeto de minha autoria que libera a comercialização de veí-

culos de passeio movidos a diesel no Brasil – projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Diplomata com extensa e brilhante carreira, dono de um currículo que inclui a presidência da Vale e talentoso tradutor de clássicos da literatura mundial, Dauster preside atualmente o conselho de administração da Brasil Ecodiesel, maior produtora de biodiesel do Brasil.

Em seu artigo, o embaixador aponta dois absurdos gerados pela ultrapassada lei de 1976 que proíbe a circulação de carros de passeio com motor a diesel. Primeiro, a indústria brasileira produz estes carros, mas só para exportação, tendo como destino outros países da América do Sul e a Europa. O segundo é que circulam pelas cidades brasileiras utilitários esportivos movidos a diesel, importados e vendidos a preços que só privilegiados podem pagar.

Como diz Jorio Dauster, é injustificável, 33 anos depois, a permanência da proibição num contexto totalmente diferente, em que não há problemas de abastecimento de petróleo e o etanol já ultrapassou a gasolina como combustível de carros de passeio.

Além disso, a evolução na tecnologia da fabricação de motores a diesel tornou-os bem mais econômicos e duráveis que os movidos a gasolina ou etanol. No ano passado, assinala o embaixador, a maioria dos veículos vendidos na Europa tinha motores a diesel. O percentual chegou a 70 por cento na França e na Bélgica.

Alega-se, para manter a proibição no Brasil, que o diesel é um combustível bem mais poluente que a gasolina, especialmente pelo alto teor de enxofre, que chega a 1.800 partes por milhão. A maioria dos opositores, contudo, ignora que a gasolina tem 1 mil partes por milhão de enxofre em sua composição.

Só não o vemos porque os motores não emitem o material particulado, aquela fumaça preta que sai dos escapamentos dos veículos a diesel mais antigos – já que os novos têm injeção eletrônica e sistema de tratamento dos gases de escape. Além disso, veículos a gasolina emitem 5 dos 7 tipos de gases nocivos resultantes da combustão, enquanto os carros a diesel emitem apenas 2.

Não se leva em conta também o acordo firmado entre o governo federal, a Petrobras e o Ministério Público, prevendo que de 2011 em diante só poderá ser vendido em regiões metropolitanas o diesel com 50 partes de enxofre por milhão e, a partir de 2013, com 10 partes por milhão.

Um terceiro fator é a possibilidade de reduzir significativamente a presença de enxofre no óleo diesel misturando-o ao biodiesel, que não contém uma só

partícula de enxofre. Aliás, a partir de janeiro de 2010 a mistura de biodiesel no diesel vendido em todo o País será elevada para 5 por cento, sem a necessidade de qualquer modificação nos motores.

No artigo, o embaixador Dauster ressalta que o consumo dessa fonte de energia renovável subirá para 2 bilhões e 300 milhões de litros no ano que vem, demanda que a indústria, com uma capacidade instalada de 3 bilhões e 600 milhões de litros anuais, tem condições de atender.

Na justificativa de meu projeto, menciono a existência, apenas no Cerrado brasileiro, de mais de 200 milhões de hectares considerados improdutivos, dos quais 50 milhões poderiam ser utilizados a curto prazo para o cultivo de oleaginosas. O volume de biodiesel que pode ser produzido nessa área é o mesmo de todo o óleo diesel de origem fóssil consumido no País.

Mas há ainda outra consequência negativa da lei de 1976. Com a proibição, as montadoras não investem em tecnologia para motores a diesel. Limitam-se a utilizar motores importados, nos veículos que produzem exclusivamente para uso em outros países.

A demanda por carros compactos cresce a cada dia, nos Estados Unidos e na Europa, devido, entre outras causas, ao rigor das leis ambientais. E o resto do mundo quer carros movidos a diesel, já que ele é considerado menos poluente e com maior rendimento.

Na Europa, diz Mário Massagardi, diretor de engenharia da multinacional Robert Bosch na América Latina, a principal solução para reduzir a emissão de gases do efeito estufa é o motor a diesel, 30 por cento mais econômico que um movido a gasolina, além de ter um desempenho superior. Com o atraso tecnológico, corremos o perigo de perder mercado no setor de automóveis de passeio compactos, além de dificultarmos a venda, no mercado externo, do biodiesel.

Em resumo, os efeitos da proibição de carros a diesel no Brasil vão muito além do que se imagina. É uma restrição arcaica, que até fazia sentido na época do choque do petróleo, décadas atrás. Hoje, virou fonte de atraso tecnológico, que deve ser eliminada o mais rápido possível.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passados os primeiros meses do Governo do Presidente Lula, os setores mais qualificados da Administração Federal foram abandonando, alguns mais rapidamente que outros, o discurso da assim chamada “herança maldita”, que visava lançar sobre os ombros do Governo FHC a culpa por todos os tro-

peços encontrados em seu caminho, à frente da nova gestão federal.

Aos poucos, conquistas tais como a estabilidade monetária, a responsabilidade fiscal e a estrutura já montada para sustentação dos programas sociais – a exemplo da Bolsa-Escola e da Bolsa-Alimentação, entre outras – foram se impondo, por força de sua importância para o conjunto da sociedade brasileira.

Outro ponto a merecer – mesmo que de forma inconhecida – o respeito da então nova Administração, conforme se depreendia dos posicionamentos do ex-Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, foi a virtual independência há muito concedida ao Banco Central, especialmente quando à sua atuação nas áreas dos juros e do câmbio.

Neste último caso, entretanto, o nível de respeito a que me refiro é claramente menos consensual. É bem visível o incômodo com que determinados setores da base de apoio ao Governo “engolem” essa autonomia.

Pedem esses setores, por exemplo, que a taxa de juros caia em proporções muitas vezes incompatíveis com o conjunto do quadro dos principais agregados macroeconômicos.

Ora, todos nós gostaríamos que os juros caíssem, é óbvio! Mas, para isso, é preciso – entre outras coisas – que a equação fiscal, ou seja, a relação entre as receitas e as despesas públicas, esteja mais equilibrada. Tal equilíbrio, contudo, não pode ser alcançado com o veloz e continuado crescimento que, infelizmente, vem hoje caracterizando os volumes de custeio da máquina pública.

Muitos desses setores também querem – e com razão! – que seja revertida, ao menos em parte, a grande apreciação do câmbio que, nos últimos anos, vem tirando a competitividade das nossas exportações, incentivando a compra de produtos estrangeiros e estimulando as viagens de turismo ao exterior.

Ora, todos nós com certeza gostaríamos de incentivar as áreas da nossa economia voltadas à exportação, seja no setor agropecuário, seja no setor de mineração, seja, em especial, no setor da indústria, possivelmente o mais prejudicado pela alta cotação do Real.

Pois bem: embora não seja o objetivo deste meu pronunciamento dar lições ao Governo acerca de como tratar a excessiva valorização do câmbio, é certo que medidas adequadas existem – variando desde o controle de entrada de capitais, sistemática bastante polêmica e controversa, até a montagem dos fundos ditos soberanos, para refrear a internalização de moeda estrangeira.

Mas é importante frisar um ponto: não é só o câmbio que causa prejuízos à competitividade e à capacidade de penetração dos produtos brasileiros, no exterior. Há outras causas relevantes, sendo, talvez, a mais grave entre elas a maléfica estrutura tributária nacional, uma das mais atrasadas de todo o mundo, fator que opera em conjunto com a intolerável carga de impostos e de contribuições a que se submete o setor produtivo brasileiro.

Nosso sistema, entre outras distorções, faz com que exportemos impostos – o que não acontece em nenhuma nação que de fato conte, no jogo do comércio internacional.

O tema da reforma tributária, entretanto, é um tema morto, cuja liderança o Executivo vem sistematicamente denegando, como se seu papel fosse simplesmente o de comemorar o bom desempenho da economia, esquecendo-se do dever indelegável de garantir as condições de perenidade desse processo.

É fácil liderar na bonança; mas os verdadeiros líderes, entretanto, não esquecem que seu dever também é o de preparar, agora, todo o necessário à garantia do futuro, mesmo que isso requeira sacrifícios, desgastes e, se necessário, o uso de algum capital político. Nada disso, entretanto, parece valer entre nós.

Mal entraram em vigor os ajustes que a Constituição de 1988 determinou em relação às atribuições dos Entes Federativos – União, Estados e Municípios – e às suas respectivas fontes de financiamento, já ficou clara a necessidade de ajustar a estrutura de alocação das receitas públicas.

Vejam que, no início da década de 1990, a carga tributária girava em torno de quase módicos 25% do PIB, embora agregando algo em torno de 3,5% do assim chamado imposto inflacionário, parcela que de fato ajudava a fechar o caixa governamental.

A partir do Plano Real, esse mecanismo veio a ser substituído por sucessivos aumentos dos impostos, e a carga tributária chegou à beira dos 27% em 1995, para depois subir gradativamente a 30,4% em 2000, e a 34% em 2005. Já o número de 2008, vejam!, superou os 36,5%.

A par dessa escalada voraz, temos as várias e graves distorções que foram sendo agregadas ao sistema tributário brasileiro no decorrer do tempo, ocasionando cada vez mais perda da competitividade na economia, estímulo à evasão fiscal e incentivo à informalidade.

A existência de bases cumulativas para as contribuições, por exemplo, encarece produtos e prejudica a competitividade das exportações; a guerra fiscal entre Estados desequilibra os orçamentos públicos; o excesso de regressividade dos tributos indiretos onera

os extratos sociais mais carentes; os elevados encargos fiscais sobre o mercado de trabalho induzem à informalidade e prejudicam a geração do emprego.

O que foi feito, entretanto, em socorro desse lamentável estado de coisas, a título de reforma tributária?

A proposta de substituir os impostos indiretos estaduais e federais – a exemplo do ICMS e do IPI – por um Imposto sobre o Valor Adicionado, incidente sobre o consumo no destino e compartilhado com os Estados, nunca vingou. Temos somente que, em 1996, por força da crise cambial, foi aprovada a Lei Kandir, que desonerou as exportações e os investimentos do ICMS. Como é de conhecimento geral, a compensação desses valores aos cofres estaduais inaugurou um grave passivo no relacionamento federativo, mas essa também foi, inegavelmente e desde então, a mais significativa intervenção feita a título de reforma tributária.

Em 2002, a cumulatividade do PIS foi eliminada, mas, em vista do concomitante aumento de alíquota, a arrecadação cresceu. Movimento semelhante, em 2004, determinou o fim parcial da cumulatividade da Cofins e, mais uma vez e pelos mesmos motivos, houve crescimento da arrecadação. A melhoria de estrutura infelizmente trouxe consigo, nesses casos, um agravamento da voracidade tributária.

A atual proposta governamental, consubstanciada na PEC nº 233/2008, ainda tramita na Câmara dos Deputados, onde está hoje relegada, órfã da iniciativa e do estímulo governamentais.

A PEC visa, em última instância, simplificar a estrutura fiscal, extinguindo tributos e reduzindo cobranças cumulativas. Seu ponto principal é a criação de um Imposto sobre Valor Adicionado federal, que extinguirá quatro tributos hoje em vigor (Cofins, PIS, Cide-combustíveis e CSLL), destinando parcelas da arrecadação federal para as ações de governo atualmente atendidas por meio de contribuições – nas áreas de seguridade social, amparo ao trabalhador e ensino básico.

Estão previstas, ainda, a desoneração gradativa da folha de contribuição patronal à previdência e a unificação nacional da legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ajudando a combater a assim chamada “guerra fiscal”. Mas, repito, a PEC foi na prática abandonada pelo Governo.

Poderia até mesmo citar, por critério de justiça, outras iniciativas patrocinadas pelo Governo, cujo escopo foi, entretanto, extremamente limitado. São elas, a chamada “MP do Bem”, de 2005, e as diversas medidas de combate à crise mundial, adotadas nos últimos meses, cujas boas intenções, centradas em desonerar setores de inegável importância, tais como a

construção civil, as microempresas, a informática e o de exportações, não podem esconder sua precária sistematicidade. De fato, embora corretas e tempestivas, essas medidas nada tem de estruturantes.

Tudo isso posto, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há como concluir de modo diferente: o Governo somente avançou, em termos de reforma tributária, em dois tipos de situação. Uma, quando sua sustentabilidade estava em risco, a exemplo das iniciativas com foco na renovação da DRU e da CPMF, tributo esse corajosamente sepultado por este mesmo Plenário, em 2007. Outra, em situações emergenciais, sempre de forma tópica, limitada e incipiente.

Com esse espírito, os resultados serão o que hoje vemos, à nossa volta: um país que ostenta uma das maiores cargas tributárias, em todo o mundo; um país que desincentiva o investimento, o empreendedorismo e a criação de empregos; um país que corre nítido risco de desindustrialização, em vista do cerco promovido à competitividade do seu setor secundário.

De um lado, tudo clama, exige e impõe uma mudança no comportamento do Executivo, cuja posição no conjunto das instituições republicanas lhe nega o direito de descuidar certos deveres, de se furtar a determinados desafios. De outro, entretanto, fica a descrença de que, num ano eleitoral, o Executivo se disponha a empreender aquilo que por sete anos deixou de lado: a reforma tributária.

Mas registro, Sr. Presidente, que nada me daria maior prazer que enganar-me, nesta análise, e ver o Governo Lula finalmente abraçar um desafio de caráter estruturante. Não um desses, voltados a aumentar a já alta popularidade de seu Chefe; mas um de outro corte, destinado a promover – com base na reforma do atrasado sistema tributário brasileiro – uma alavanca verdadeiramente adequada à construção de um futuro de prosperidade para o Brasil.

Muito obrigado pela atenção!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Não havendo mais oradores inscritos, vou encerrar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 28 minutos.)

Ata da 11ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 17 de fevereiro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Adelmir Santana, João Pedro, Romeu Tuma e Flávio Arns

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 13 minutos e encerra-se às 19 horas e 5 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 17/2/2010 09:06:07 até 17/2/2010 20:30:06

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X					
PSDB	PR	ALVÁRO DIAS		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PMDB	AP	GEOVANI BORGES		X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
DEM	RN	JOSE AGRIPINO		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X					
DEM	SE	MÁRIA DO CARMO ALVES		X					
PV	AC	MARINA SILVA		X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X					
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PTB	SP	ROMEU TUMA		X					
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X					
Bloco-PT	MT	SERYS S. HESSARENKO		X					
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					

Compareceram: 25 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Há número regimental. Declaro aberta a nossa sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2010

Acrescenta dispositivo à Lei 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte Art. 1º-A. na Lei 8.899, de 1994:

“Art. 1º-A. A pessoa com deficiência beneficiária do passe livre, se necessário, tem direito a assento contíguo ao seu para acompanhante, conforme regulamento”.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A extensão do direito ao passe livre ao acompanhante de pessoa com deficiência que assim o necessita atende a incontáveis demandas recebidas no Congresso brasileiro, da parte de cidadãos com deficiência que precisam ser acompanhados em deslocamentos interestaduais. Se por um lado o passe livre é avanço significativo nos direitos da pessoa com deficiência, o seu uso fica restrito àquelas que são capazes de viajar desacompanhadas, deixando à margem incontáveis outras que necessitam de acompanhante para seus deslocamentos.

Considerando os aspectos operacionais da aplicação desta Lei, atinentes à comprovação da necessidade do acompanhante, bem como da sua condição de pessoa carente, o que justifica o passe livre do acompanhante, optamos por deixar para o Poder Executivo, a quem caberá dar cumprimento a esta Lei, a regulamentação da matéria. Ressalte-se, entretanto, que há cláusula estabelecendo prazo para que tal ocorra, de forma a garantir que mais esta re-

levante conquista da pessoa com deficiência se realize o quanto antes.

Confiantes no mérito da presente proposição, contamos com o imprescindível apoio de Senadoras e Senadores na aprovação da matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Flávio Arns**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.899, DE 29 DE JUNHO DE 1994

Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

.....
(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, DE 2010

Altera os arts. 2º e 13 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir a presença, nas redes de ensino, de profissionais da educação habilitados como técnicos em alimentação escolar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigor acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 2º

VII – a profissionalização do processo de aquisição, preparo, distribuição e avaliação da alimentação escolar, envolvendo gestores, nutricionistas e, nas escolas, técnicos em alimentação escolar, devidamente habilitados como profissionais da educação.” (NR)

Art. 2º O art. 13 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 13.

Parágrafo único. Para o preparo e distribuição dos alimentos, as redes de ensino contarão com profissionais da educação habilitados como técnicos ou tecnólogos em alimentação escolar, responsáveis, em cada escola, pela articulação da educação alimentar com seu projeto político-pedagógico.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em boa hora, o programa de alimentação de estudantes – que nasceu após a II Guerra Mundial e se popularizou no País como a merenda escolar – passa a ser política de Estado no Brasil, com a sanção, em 16 de junho do corrente ano, da Lei nº 11.947.

Trata-se de um texto cuidadoso, composto por uma série de dispositivos que fluem de vários princípios, entre os quais ressaltamos a cientificidade e a função educativa da alimentação escolar, a articulação com a comunidade e a economia regional e a universalidade do atendimento, que agora alcança todos os alunos da educação básica, da creche ao ensino médio.

Entretanto, temos a lamentar que, em nenhum de seus artigos, parágrafos, incisos e alíneas, a citada lei faça menção às merendeiras, que foram, são e serão o sustentáculo do Programa Nacional de Alimentação Escolar, trabalhando nas duzentas mil escolas estaduais e municipais de educação básica e transformando em energia e prazer os alimentos destinados a quarenta milhões de estudantes. Mais estranha ainda se torna essa omissão quando se sabe que o Governo Federal instituiu, com reconhecido sucesso, um programa de profissionalização dos funcionários das escolas públicas, incluindo as merendeiras. Milhares delas em todo o País cursaram e estão cursando o Profuncionário – habilitação técnico-pedagógica de 1.200 horas, reconhecida pelo Conselho Nacional de Educação, mediante a qual se transformam em profissionais da educação **pleno jure**, na condição de técnicas em alimentação escolar.

Sabemos que existem, desde os colégios jesuítas da Colônia, educadores dedicados à alimentação dos estudantes. Na fase contemporânea da educação escolar, embora tenha crescido a presença desses trabalhadores nas escolas – a ponto de serem hoje quase meio milhão em todo o País –, permaneceu o caráter de sua invisibilidade, como que ofuscados pela aura do professorado. Entretanto, se a missão da escola, quando elitista e seletiva, era a de ensinar, hoje impõe-se-lhe uma missão mais ampla, qual seja a da educação, a da formação dos estudantes para a cida-

dania e para o trabalho. Nesse contexto, entre os aspectos mais relevantes, cumpre assinalar a educação alimentar, como componente da formação do aluno para uma vida saudável.

O presente projeto de lei visa não somente corrigir essa situação de invisibilidade, mas, principalmente, incluir entre os princípios da alimentação escolar o respeito à presença e o incentivo à profissionalização das merendeiras nas escolas públicas de todas as etapas da educação básica. Aos Estados e Municípios cumprirá baixar as normas locais de inclusão e valorização dessas trabalhadoras de forma a que, de uma vez por todas, apaguemos os traços de eventuais atavismos escravistas no cotidiano de nossas escolas.

Sala das Sessões, – Senador **Flávio Arns**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I – o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II – a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III – a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV – a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pe-

los Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI – o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Art. 13. A aquisição dos gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista e será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observando-se as diretrizes de que trata o art. 2º desta Lei.

(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2008** (nº 795/99, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *estabelece normas formais para o envio ao Congresso Nacional de atos internacionais sujeitos ao seu referendo*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria que V. Exª me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Mesa acata a solicitação de V. Exª.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria também de ser inscrito, na forma regimental, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Senador Geovani Borges, a Mesa registra a solicitação de V. Exª.

O primeiro orador inscrito é o Senador Paulo Paim.

V. Exª dispõe de dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Pedro, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento – não que fosse necessário justificar –, por não tê-la usado nos últimos dias.

Senador João Pedro, dirigia-me ao Rio Grande do Sul, no dia 10, data em que o PT completou 30 anos, para uma atividade com o Ministro Tarso Genro. Infelizmente, quando pegava o voo pela manhã, tive um mal-estar, ainda dentro do avião. Tive, assim, de acabar não viajando; voltei, porque a pressão estava acelerada, passando da faixa dos 16 por 11,5.

Quero agradecer ao Deputado Henrique Fontana, que me atendeu dentro do avião e pediu que eu descesse, ao ex-Ministro Tarso Genro e a toda a sua equipe, que de pronto deram todo o atendimento, para que eu viesse ao Senado. Já aqui, no Senado, quero agradecer ao Dr. Paulo Ramalho, Diretor-Geral; ao Dr. Antonio Carlos Amorim, que me encaminhou para um *check-up* geral; ao Dr. Marco Antônio, o médico de plantão que acabou de imediato tomando todas as providências, com medicamentos, para que a pressão retornasse, pelo menos, a 13 por 9,5; e também a Dr. César Luiz Gonzalez, cardiologista, que estava lá também acompanhando. Agradeço à equipe aqui do Senado, aos funcionários, enfermeiros e enfermeiras, o pronto atendimento.

Quero dizer que, graças a Deus, estou bem melhor. Agradeço a todos que telefonaram, que mandaram flores, as quais recebi com muito carinho, *e-mails* e que demonstraram preocupação. Estou vindo à tribuna no dia de hoje; amanhã vou ao Instituto de Cardiologia, que é o antigo Instituto do Coração, aqui de Brasília, em que vou fazer um exame chamado MAPA, que monitora a pressão arterial, e, na sexta pela manhã, então, farei o restante dos exames, para saber o porquê desses picos de pressão.

Dou essa rápida explicação, Sr. Presidente, porque muitos pensam que eu estava muito mal. Graças a Deus, não! Tive o que chamam de um pico de pressão, que deu uma aceleradazinha, também, durante este carnaval, embora eu tenha ficado de repouso. Mas estou bem, tanto que estou aqui, na tribuna do Senado, e agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, acompanharam-me nesse momento. O Senador Zambiasi, como Senador gaúcho, esteve mais próximo e fez os contatos também comigo, dando todo o apoio.

Enfim, era algo que não era público, por isso, Senador Flávio Arns e outros Senadores, faço aqui esta rápida explicação, agora que já estou bem melhor, em-

bora volte amanhã de manhã, para botar aquele aparelho que vai monitorar a pressão durante 24 horas.

Senador Flávio Arns e Senador Botelho.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Eu só quero dizer a V. Ex^a que fico muito feliz com que V. Ex^a esteja bem de saúde. V. Ex^a tem que monitorar, acompanhar. Provavelmente não será nada, mas é importante acompanhar, particularmente os casos de pressão alta. Isso é um alerta, inclusive, para toda a população, porque, hoje em dia, felizmente, existe tratamento, acompanhamento, medicação. Deve-se conhecer as causas da pressão alta, para combatê-las e para se ter, com isso, uma saúde melhor, mais abundante, para se trabalhar com tranquilidade. Então, o alerta de V. Ex^a é um alerta para o Brasil. Fico feliz por mim, pessoalmente, mas tenho absoluta certeza de que milhões de brasileiros desejam e sentem a mesma coisa, porque V. Ex^a é um batalhador, um lutador em tantas causas sociais – aposentados, pensionistas, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa Idosa e tantas outras coisas. V. Ex^a merece o carinho, a atenção, o respeito e a amizade de todos que torcem não só por V. Ex^a, mas por seus familiares também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Aproveito, Senador Flávio Arns, para dizer que sua assessoria falou comigo, inclusive, sobre aquele movimento que V. Ex^a lidera. E fica aqui a minha total solidariedade àquela sessão que vamos fazer – tive a alegria de assinar o documento de V. Ex^a – em homenagem à nossa querida e inesquecível Zilda Arns, como também de todos aqueles que faleceram no Haiti. Parabéns a V. Ex^a!

Senador Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Paim, conversei com V. Ex^a na hora em que V. Ex^a saía para viajar naquele dia. E agora é que fiquei sabendo que V. Ex^a esteve doente, porque fui a Roraima, fui ao interior do Estado. Mas eu sou médico e entendo. Senti a pressão de V. Ex^a quando falou que ia acompanhar a cirurgia de uma filha e tudo mais. Qualquer cirurgia que um filho nosso sofra já nos deixa numa situação de pânico. Como V. Ex^a passou há uns dois ou três anos por um problema grave com um de seus filhos, que eu acompanhei e sofri junto com V. Ex^a, tenho certeza de que foi esse fato que fez isso com V. Ex^a. Então, foi um alerta de que tem que se cuidar. O organismo deu um alarme. Quando ocorre esse pico de pressão muito forte, é porque alguma coisa tem que ser feita. Cuidados, fazer prevenção, fazer **check-up** e ver o que está acontecendo. Mas tenho certeza de que V. Ex^a vai viver muito ainda e com muita saúde, porque

tem muito o que fazer pelo trabalhador do Brasil, para lutar pelos direitos trabalhistas. Nós temos que chegar nesse salário mínimo de US\$1.000 aqui nos próximos anos, se Deus quiser.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado. O otimismo de V. Ex^a faz com que a minha pressão baixe, com certeza absoluta. É um sonho de todos nós, claro, termos um salário em nível de primeiro mundo, que se aproxime da faixa que V. Ex^a falou. Muito obrigado.

Senador Geovani Borges, por favor.

O Sr. Geovani Borges (PMDB – AP) – Quero aqui dar o meu testemunho do seu carinho, da sua responsabilidade, da sua atuação nesta Casa, que torna desnecessária qualquer justificativa a sua ausência, ainda quando por motivo de saúde. Desejo, então, hipotecar aqui a nossa solidariedade, o nosso carinho, o nosso respeito, a nossa admiração e até a nossa alegria, acima de tudo, por vê-lo nesta tribuna cumprindo com a sua obrigação, com o seu dever, com o seu compromisso assumido perante a população não só do Rio Grande do Sul, mas do Brasil. Parabéns, e cuide-se, porque o Brasil precisa do Paulo Paim nesta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Geovani Borges.

Como muito bem disseram os Senadores que usaram da palavra – e S. Ex^{as} têm razão –, a hipertensão, na verdade, é uma doença silenciosa. A gente se descuida, ela sobe, e aí todo cuidado é pouco. Por isso estarei aqui, provavelmente amanhã, na tribuna, mas já com o aparelho monitorando; e, na sexta de manhã, então, ficarei provavelmente durante o dia no hospital e talvez não possa estar aqui novamente.

Senador João Pedro, se V. Ex^a me permitir, eu queria fazer um resumo do discurso que preparei para fazer em Porto Alegre, naquela quarta-feira em que infelizmente tive que descer do avião.

Eu dizia...

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Desculpe, mas vim correndo, porque, durante o trajeto do aeroporto para cá, ouvi V. Ex^a justificando a sua ausência em algumas sessões em razão de ter passado por uma crise de pressão. Mas, engraçado – e até pediram para eu não comentar, porque essas coisas de instabilidade de saúde prejudicam eleição –, eu também tive que ir ao hospital...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acho que não prejudica. Somos mortais como todos os outros e

justificamos a nossa ausência como o fazemos por um problema qualquer.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Tenho certeza de que V. Ex^a é forte, acho que o estresse que a gente passa aqui não é pouco, é grande. Da outra vez que eu tive uma crise mais grave e fui operado, o Senador Pedro Simon disse assim: “Nós que trabalhamos normalmente ficamos doentes no período de recesso ou de feriado prolongado. Não buscamos nenhuma desculpa na fase mais aguda do Senado...”

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que bom que o meu foi durante o carnaval, não é?

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Então, estou alegre por vê-lo sorrir, o que dá realmente o sinal de que V. Ex^a continuará nessa sua batalha que todos nós seguimos, com muito respeito, com muito carinho e admiração, porque é um trabalho brilhante em benefício dos menos favorecidos, não só dos trabalhadores, como no caso da previdência, e de tantos outros que sempre assinamos embaixo. Boa sorte e boa saúde!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Senador João Pedro, rapidamente, quero aqui fazer uma saudação aos trinta anos do nosso Partido. Já fiz em outro momento algo semelhante, porque eu ia fazer uma palestra, naquele mesmo período também, em Canoas, mas eu queria dizer que tenho muito orgulho de todos os lutadores sociais, do PT e de todos aqueles que também trabalham pela construção de um mundo melhor para todos.

O PT do Rio Grande do Sul, com muito orgulho, recebeu, nesse dia 10, o seu novo presidente eleito pelo voto direto, o companheiro Raul Pont.

Raul Pont é um homem que entregou a sua vida, por inteiro – e digo com muita convicção – ao sonho de construir um Brasil melhor para todos. Raul Pont é uma figura ímpar, eu diria, na história do Rio Grande do Sul e não somente para o PT.

Quero, da mesma forma, saudar o meu grande amigo, também grande amigo como Raul Pont, o ex-Governador Olívio Dutra, que deixou a presidência do PT, tendo feito um trabalho impecável. Olívio dedicou-se, de forma integral, ao PT e ao Governo do Presidente Lula. Foi Ministro, foi Governador, foi Prefeito da capital, foi Deputado Federal Constituinte junto comigo. Olívio colocou o seu coração, eu diria... E, neste final de semana, assisti ao filme *Enterrem meu Coração na Curva do Rio*, que falava de um líder indígena, um índio, enfim, que só queria isso, depois da luta que ele travou para tentar libertar o seu povo. Quem já assistiu ao filme sabe o que aconteceu. O Olívio dedicou a sua alma, a sua vida e o seu o coração ao movimento social, ao PT e ao Governo do Presidente Lula.

Então, Olívio, aceite aqui, com muito carinho as nossas saudações. Sei como foi importante, para todos nós, a forma como você dirigiu o Partido dos Trabalhadores.

Eu diria que somam-se a esses dois grandes guerreiros outros nomes que fizeram história no meu Rio Grande e no Brasil.

Quero aqui, neste momento, cumprimentar a todos os Prefeitos, Vices, Secretários, Vereadores, não só do PT, da Base Aliada, como também todos os simpatizantes, militantes, que, de uma forma ou de outra, dedicam a sua vida para melhorar a vida do outro.

Esses militantes, como disse na *Carta aos Militantes*, que escrevi e já li desta tribuna, se não fossem os militantes, nós não teríamos Mandela, não teríamos Che, não teríamos Gandhi, não teríamos Lula, enfim, não teríamos Zumbi, não teríamos os grandes líderes da humanidade.

Eu falo aqui – esta é a síntese do pronunciamento que eu faria em Porto Alegre – que uma das formas mais bonitas de governar, para mim, é o Orçamento Participativo, implantado no Rio Grande do Sul.

Hoje eu posso afirmar que nós e os aliados estamos construindo, Senador João Pedro, um País para todos, um novo Brasil. Nós estamos fazendo história, estamos construindo a história e caminhamos de forma acelerada para uma Pátria verdadeiramente livre, justa, solidária e libertária.

Nós acordamos o chamado “gigante pela própria natureza”, que estava “deitado eternamente em berço esplêndido”, como fala parte do Hino Nacional. Esse gigante, chamado Brasil, será rapidamente, no mínimo, a quinta economia do mundo. O Brasil vive o seu momento mais importante dos últimos cinquenta anos: o verdadeiro espírito republicano, federativo, com justiça social, vai sendo resgatado. Essa foi uma decisão política que nasceu no Governo do Presidente Lula, acompanhado sempre pela liderança da Ministra Dilma, a pré-candidata dessa frente ampla, em nível nacional, coordenada pelo Presidente Lula, à Presidência da República.

Sr. Presidente, eu me permito ainda, para concluir praticamente – e falaria lá, se tivesse ido, de tudo isso – dizer que assumi um compromisso, quando cheguei ao Senado, de atender todos os Municípios do Rio Grande com emendas. Quero dizer, pela visão republicana do Governo, para todos os Municípios do Rio Grande, os 496, que encaminhei emendas – não importa se o Município é do DEM, é do PSDB, é do PT, é do PMDB, é do PCdoB, não importa –, e todas as emendas foram liberadas. Já estou na segunda leva, adotando exatamente o mesmo critério, e isso é uma visão republicana adotada pelo Presidente Lula.

Quero dizer também que eu comentaria, e vou comentar rapidamente aqui, a crise mundial. Enquanto que, em anos anteriores, o Produto Interno Bruto cresceu 2,3%, no Governo Lula, cresceu 4,1%, em média. Eu queria dizer que, quando o Presidente Lula assumiu o Governo do nosso País, as reservas internacionais estavam em torno de US\$49,3 bilhões; e, em 2009, Senador João Pedro, chegaram a US\$232,9 bilhões. Quero dizer que o desemprego, nesse período, diminuiu, pois um contingente da ordem de 11 milhões de pessoas ingressou no mercado de trabalho com carteira assinada. O salário mínimo, por que brigamos tanto, teve um crescimento de 133%, saindo de US\$56,00 para, hoje, em torno de US\$270,00.

Gosto muito do Programa Luz para Todos, Senador Botelho, que beneficiou 10,7 milhões de brasileiros. Tenho um carinho enorme por um programa do Ministro Tarso chamado Pronasci; tenho um carinho enorme por um programa também iniciado no período do Ministro Tarso, o ProUni, que beneficiou, com certeza absoluta, 540 mil estudantes. Estão previstas, para 2010, mais 165 mil bolsas.

Eu quero dizer que, porque vim do SENAI, reconheço – e muito –, Senador João Pedro, o crescimento das escolas técnicas. Eu que entrei, como o Senador Gerson Camata e outros Senadores, aqui lembrando a importância do ensino técnico no Brasil, sou obrigado a dizer que, em 100 anos de ensino técnico, nós tivemos 140 escolas. Nesses oito anos do Presidente Lula, nós passaremos para 380 escolas; ou seja, vamos fazer 240 escolas técnicas novas em oito anos. O Brasil fez 140 escolas em 100 anos.

Poderia, para terminar, dizer que nós todos estivemos nas ruas, Senador Pedro, dizendo: “Fora FMI!”. E, hoje, a gente pode dizer que o FMI foi embora, e nós somos credores, junto ao FMI, de algo em torno de US\$15 bilhões.

Eu poderia falar do direito de os trabalhadores combaterem a flexibilização e dizer: “Que bom que nós a derrubamos no início do Governo Lula, aqui”. E eu fiz um requerimento, com outros Senadores, sobre aquela proposta que iria flexibilizar direitos, ainda porque, nos países que flexibilizaram, infelizmente, o desemprego aumentou quase que 100%. E o Brasil, que tinha em torno de 10% de desempregados, hoje tem somente 6% de desempregados.

Enfim, eu termino a fala que faria em Porto Alegre – e seria nessa linha, pois estou sendo fiel ao que iria dizer – dizendo: Que bom que o País está avançando! Que bom que o País está crescendo! Que bom que vamos ter mais casas – o programa está aí, Minha Casa, Minha Vida! Que bom que a renda aumentou!

Que bom que a inflação está sob controle! Que bom que os juros estão caindo!

O Senador Botelho pede um aparte e termino agradecendo a tolerância do Presidente.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Se puder me conceder também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Botelho, um minuto, se o Presidente me permitir.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Paim, V. Ex^a que é um entusiasta do ProUni, que já colocou quase 500 mil alunos nas universidades – alunos de baixa renda no Brasil –, eu estranhei V. Ex^a não citar o ProUni aí no seu discurso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Citei, sim, Senador.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Então, me desculpe. Foi um lapso meu...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Citei aqui e citei, inclusive, os dados...

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – V. Ex^a é tão entusiasmado com o ProUni e sempre fala dele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu falei, aqui, que foram atendidos 540 mil estudantes – 540 mil –, e estão previstas, para 2010, mais 165 mil bolsas. Eu não falei tudo não, mas o ProUni eu citei. Alguns eu pesquei – falei do FMI, falei das leis sociais. Não falei das 40 horas, que é uma proposta que estamos defendendo.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Eu vejo o entusiasmo de V. Ex^a quando fala das escolas técnicas – por onde V. Ex^a passou – e do ProUni. Desculpe-me, então, pelo lapso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas V. Ex^a deu um destaque especial ao ProUni. Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Obrigado, Senador, e obrigado, Sr. Presidente. Mas, Senador Paim, é que V. Ex^a falou do ProUni, e o Senador Augusto Botelho fez o destaque...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sim; destacou isso.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Mas eu tive a oportunidade de vir no voo com o Ministro Fernando Haddad e falei com ele sobre esse sucesso. Ele me disse que o ProUni estava muito bem e que haveria mais duas chamadas, ou seja, são três chamadas. E algumas pessoas me telefonaram angustiadas porque não conseguiram entrar na primeira chamada, achando que aquilo dava por encerrado o ProUni; porém, ele disse que não, que são três chamadas. Então, aproveito o discurso de V. Ex^a para alertar aqueles que buscam no ProUni uma oportunidade de que haverá mais duas chamadas, provavelmente, para esse nú-

mero final que V. Ex^a deu. E pelo Pronasci eu também tenho paixão, até porque o Romeu Júnior tem se dedicado muito a esse trabalho excelente, que tem levado a parte social e a segurança, conjuntamente, porque dá um efeito bastante grande, Presidente João Pedro. Se você oferecer um aspecto social de sobrevivência nas áreas mais críticas do País, tranquilamente, a segurança tende a melhorar nos seus efeitos, além dos equipamentos que são fornecidos pelo Pronasci para dar mais segurança à cidade e aos Municípios que têm uma dose de dificuldade nesse sentido. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Pronasci e o Territórios da Cidadania são, de fato, um projeto brilhante, uma grande iniciativa. O Pronasci é composto, e V. Ex^a destacou aqui, de 94 ações que envolvem a União, Estados, Municípios e a comunidade, numa enorme parceria. Quero destacar que nós, no Congresso, porque admiramos o Pronasci, que se iniciou com o Ministro Tarso Genro, Ministro da Justiça, aprovamos R\$1,4 bilhão para investimento no Pronasci. A Casa aprovou, no Orçamento Federal para 2010, R\$1,4 bilhão para o Pronasci, para que não haja corte no programa.

E, para que ninguém diga que eu só falei daquilo que eu aponte no meu pronunciamento, falo também, Senador João Pedro, da questão dos aposentados. Eu falo que foi importante termos dado sempre a inflação total, falo que foi importante termos dado, neste ano, a inflação e a metade do PIB, mas que nós continuamos insistindo – e acho que é um direito nosso como militante das causas sociais – para que sejam 100% do PIB e que tenhamos também a derrubada do fator previdenciário.

Está aqui também registrado e sei que a militância do nosso Partido entende essa mensagem de avançarmos, cada vez mais, em todas as áreas. Avançamos em muitos setores, mas entendo eu que podemos continuar trabalhando e avançar mais, acabando com o fator, ampliando as políticas para a juventude e, com certeza, garantindo também o PIB integral para os aposentados, aqueles que naturalmente ganham mais do que um salário mínimo, porque quem ganha até um salário mínimo, que são 18 milhões, já recebem a inflação e o PIB. Nós estamos querendo pegar e trazer...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – (...) só para ficar clara essa parte – e trazer esse mesmo benefício aos outros 8 milhões que receberam, pela primeira vez, a metade do PIB. Conseguimos a metade,

fruto desse debate em que o Senado ajudou, e muito, e queremos agora chegar ao 100% do PIB.

Obrigado, Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Flávio Arns. S. Ex^a dispõe de dez minutos regimentais. Cinco minutos regimentais.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Mas se V. Ex^a concordar com os dez, em função do número de pessoas, eu até abordaria dois assuntos, com a tolerância de V. Ex^a. Agradeço, de qualquer forma, pela amizade também.

Gostaria de enfatizar que a CNBB inicia nesta quarta-feira, hoje, primeiro dia depois do Carnaval, primeiro dia da Quaresma, preparação para a Páscoa, a Campanha da Fraternidade de 2010, propondo-nos o tema “Economia e Vida”. O lema, baseado em Mateus, capítulo 6, versículo 24, lembra-nos: “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”.

Trata-se de um tema abrangente, que nos permitiria falar de sustentabilidade, de questões ambientais, de globalização... No entanto, parece-nos mais oportuno falar em postura diante da vida, em maior atenção às relações sociais, em fraternidade no mundo do trabalho, enfim, lembrar a todos que a sociedade hoje tem de recuperar os seus melhores valores e a humanidade que vem se perdendo – isso foi enfatizado, agora há pouco, pelo Senador Paulo Paim.

“Economia e Vida”, diz a Campanha da Fraternidade! Sabemos que o Brasil tem potencial para promover a vida em abundância, como as Pastorais das igrejas desejam e por que se dedicam há tanto tempo. E seu trabalho nas comunidades tem dado exemplo – as Pastorais, os trabalhos comunitários, as iniciativas do povo – ao setor oficial do quanto é possível fazer quando todos se sentem comprometidos.

A Campanha da Fraternidade deste ano propõe contribuir para “equacionar a relação entre economia, vida humana e conservação do meio ambiente vital”. Todos nós somos importantes para que este objetivo seja alcançado; todos, no Brasil todo. A receita continua sendo a mesma: precisamos que cada um faça a sua parte, onde quer que atue, com maior senso de solidariedade e disposição para agir com lealdade e justiça, contribuindo para um país de que todos possam se orgulhar.

Temos assistido por todo o globo a tragédias ocasionadas pela questão climática. Estamos sofrendo por modificações que, durante séculos, provocamos no planeta. São deslizamentos, maremotos, temperaturas surpreendentes, enchentes, uma sucessão de

desordens que têm feito sofrer uma grande parcela da população mundial. Lembro que, de 2009 para cá, o Brasil assistiu a uma série de catástrofes, a começar pelos deslizamentos em Santa Catarina, seguidos por uma sucessão de temporais que trouxeram mortes aos demais Estados do Sul – do Rio Grande do Sul ao Paraná, onde também tivemos problemas sérios em muitos Municípios.

Cito aqui São José da Boa Vista, Pinhalão, Arapoti, Sengés e Tomazina, onde o grande rio que passa pelo Município teve suas margens ampliadas em quinze metros mais ou menos, engolindo ruas, árvores, casas, rodoviária, quer dizer, um caos de fato. Na área metropolitana de Curitiba, Campo Magro, Almirante Tamandaré. Foram afetados o Rio Grande do Sul, como os meios de comunicação divulgaram, São Paulo, Angra dos Reis, enfim, temporais causaram mortes nos Estados do Sul e também mantêm certas regiões de São Paulo imersas em cheias intermináveis. Foram quarenta dias de chuva, cinquenta dias de chuva seguidos em bairros de São Paulo, da capital e de cidades do interior, que também estão submersos em água.

Ao mesmo tempo, porém, essas tragédias parecem tirar de muitos de nós o melhor: o senso de partilha que o brasileiro tem, a capacidade de se unir ao próximo na adversidade, na dificuldade, o cuidado em informar-se sobre um novo tipo de educação que temos de desenvolver – uma educação ambiental!

Na esteira da Campanha da Fraternidade, que, como eu já disse, inicia-se hoje, quarta-feira de cinzas, na preparação para a Páscoa, somos convidados a pensar e a cuidar do próximo e do ambiente. A partir de 2010, podemos fazer do Brasil o país que almejamos. Basta-nos cultivar essa cultura de solidariedade e paz, a serviço da vida e sem exclusões, com a participação de todos. Podemos cultivar também um viver de mais retidão – como dito no lema da campanha: “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” –, sem abrir precedentes para a ganância e a ambição desmedidas, que só têm levado o homem a marcar passos, perpetuando o estado de pobreza e de miséria em que grande parte da humanidade vive.

A gente se pergunta: de que lado cada um de nós está? Quais são os nossos valores? Qual a contribuição de cada um de nós nesta Campanha da Fraternidade? A que senhor cada um vai servir em 2010? São questões que coloco para a reflexão de todos.

Deixando esta mensagem, encerro com esperança de que haja uma mentalidade nova – a mentalidade nova que outras vezes já mencionei –, capaz de produzir o bem e o senso de justiça social em todos os brasileiros e, acima de tudo, capaz de produzir a

vontade de envolver-se com a causa do outro pelo bem de toda uma comunidade.

Se V. Ex^a permite, concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma. Aliás, eu quero destacar também o trabalho constante do Senador Romeu Tuma a favor de solidariedade, de humanidade, do próximo. O movimento social sempre pôde contar, e certamente continuará contando, com V. Ex^a. A exemplo do que aconteceu com o Senador Paulo Paim, estamos felizes que esteja bem, já que V. Ex^a também esteve internado. A sua saúde é importante para o Brasil.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Portanto, que bom que V. Ex^a está aqui presente!

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Eu só queria cumprimentar V. Ex^a por trazer a mensagem da CNBB para essa campanha de solidariedade. No ano passado, nós tivemos a campanha sobre a segurança. E V. Ex^a traz um ponto crucial hoje, que é a ganância, a ambição pelo dinheiro, que acarreta postura de corrupção quase incontrolável por pessoas que não se satisfazem nunca com o necessário para a sobrevivência, querem sempre mais, mais, mais. O dinheiro mal ganho, Senador – eu aprendi isso na vida –, é maldito, é gasto de forma incorreta, traz prejuízo para o indivíduo e para sua família, porque os filhos não têm comportamento de controle financeiro – o dinheiro chove, e eles não sabem nem onde guardar. A desgraça toma conta da família daquele que tem ambições desenfreadas e nenhum tipo de solidariedade com o próximo. Eu vi essas enchentes. Nos dias de recesso, eu não saí de São Paulo; fui para São Luís do Paraitinga, uma cidade de cultura que foi destruída, teve suas igrejas totalmente destruídas. Sabe quem tomava conta? O Exército e o padre, que ofereceu tudo o que sobrou da igreja para guardar alimentos que chegam, fruto da solidariedade de muitos...

(Interrupção do som)

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – ... de psicólogos, de esperança para aqueles que perderam tudo e toda a população se uniu para ajudar aqueles que mais sofreram. Então, V. Ex^a falou mais uma vez em solidariedade. É impressionante sentirmos de perto o que representa essa expressão que V. Ex^a trouxe hoje a essa tribuna. Cumprimento-o pelo brilhantismo. Vou atrás da nossa campanha de solidariedade.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Muito bem.

Então, como mencionei, é uma iniciativa da CNBB, mas, em conjunto, neste ano, novamente – e isso é muito bom –, com as demais igrejas cristãs, abordando

um tema do momento: Economia e Vida. Há sempre um tema e um lema, e o lema é “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”, justamente com o enfoque tão bem colocado por V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Flávio Arns, eu, primeiramente, gostaria de cumprimentar V. Ex^a, que, todo ano, traz ao Plenário o debate a respeito das decisões tomadas pela CNBB – e V. Ex^a fala muito bem – e por todas as igrejas cristãs sobre a Campanha da Fraternidade. Neste ano, falando da economia e da responsabilidade social, quero dar um testemunho. Primeiramente, quero dizer que, ainda esta semana, a CNBB, nessa ótica, chamou o movimento social ligado aos aposentados para discutir como ela pode ajudar na questão do fim do fator e construir uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados. Essa é a fala do Secretário-Geral da CNBB. Ele não entra neste ou naquele projeto, mas diz: “Nós queremos ajudar na caminhada para terminar o fator e construir uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados”.

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Achei muito interessante. Ao mesmo tempo, Senador Flávio Arns, aproveite o aparte a V. Ex^a para me desculpar, porque eu fui convidado para estar em Santa Maria nesse dia 16, na Romaria da Terra, que é feita todos os anos e que este ano tinha também a questão dos quilombolas. Eu seria um dos painelistas, mas, devido a crise que passei, acabei não participando dessa iniciativa também da CNBB. Então, parabéns a V. Ex^a, parabéns pela Campanha da Fraternidade.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que esta reflexão do tema proposto pela CNBB e pelas demais igrejas cristãs, esse debate, discussão, reflexão, posicionamento vai acontecer durante todo o período da Quaresma, daqui até a Páscoa, debatendo-se isso em todas as igrejas do Brasil, nas comunidades, nos colégios. O objetivo aqui é, de fato, animar, entusiasmar as pessoas a pensarem sobre o tema, que não se encerra na Páscoa, pois, depois, o tema, o debate perdura durante todo o ano até o ano que vem, quando será proposto um novo tema do momento, do contexto atual, necessário para a reflexão.

Então, nesse sentido, quero aqui parabenizar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, as demais igrejas cristãs, porque é uma grande oportunidade, com uma abrangência enorme, acontecendo em todos os Municípios do Brasil esse debate, reflexão e posicio-

namento sobre fraternidade, sobre a Campanha da Fraternidade, que tem como tema “Economia e Vida”, com o lema, como já foi dito, “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”, e, dentro do que o Senador Romeu Tuma colocou, com a palavra mais forte: solidariedade. Eu diria, se a gente pudesse traduzir isso em termos populares, que seria: vamos nos colocar na pele da outra pessoa para ver como é que eu gostaria de ser tratado se estivesse no lado de lá. A partir daí, se isso acontecer, metade dos problemas do Brasil, com certeza, já estariam resolvidos.

Parabéns à CNBB. Foi mencionado o Secretário da CNBB, Dom Dimas, a quem também parabenezo, pois ele também esteve no Haiti por ocasião do terremoto, prestando apoio e a ajuda necessários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Agora, com a palavra, o Senador Geovani Borges, do Estado do Amapá, grande Estado da Amazônia.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Pedro, Sr^{as} e Srs. Senadores, espectadores e ouvintes da TV e da Rádio Senado, hoje é quarta-feira, Quarta-Feira de Cinzas, dia que marca o início da Quaresma para a sociedade cristã.

Neste dia, as cinzas simbólicas representam o que fica da queima ou da corrupção das coisas e das pessoas. Este é um dos ritos mais representativos dos sinais e gestos simbólicos da cristandade.

Na Quaresma, que começa nesta Quarta-Feira de Cinzas e termina na quinta-feira da Semana Santa, os católicos realizam a preparação para a Páscoa.

O período é reservado para a reflexão, para a conversão espiritual. Ou seja, o católico deve se aproximar de Deus visando ao crescimento espiritual.

Os cristãos, portanto, são convidados a fazer uma comparação entre suas vidas e a mensagem expressa nos Evangelhos.

Essa comparação silenciosa, pessoal, única e indivisível significa um recomeço, o renascimento para as questões espirituais e de crescimento pessoal.

Em tese, o período que ora se inicia sugere que o cristão deve intensificar a prática dos princípios essenciais de sua fé com o objetivo de ser uma pessoa melhor e de proporcionar o bem para os demais.

Essencialmente, o período é um retiro espiritual voltado à reflexão, em que os cristãos se recolhem em oração e penitência para preparar o espírito para acolhida do Cristo Vivo, ressuscitado no Domingo de Páscoa.

Assim, retomando questões espirituais dogmáticas, simbolicamente, o cristão renasce, como Cristo renasceu.

A palavra Quaresma vem do latim (quadragésima) e é utilizada para designar o período de quarenta dias (na verdade, sete domingos) que antecedem a festa ápice do cristianismo: a ressurreição de Cristo, comemorada no Domingo de Páscoa.

As cinzas, humildemente, nos lembram que após a morte prestaremos conta de todos os nossos atos e de todas as graças que recebemos de Deus nesta vida, a começar pela própria vida, pelo tempo, pela saúde, pelos afetos.

A História registra que, cerca de duzentos anos após o nascimento de Cristo, os cristãos começaram a preparar a festa da Páscoa com três dias de oração, meditação e jejum. Por volta do ano 350 d.C., a Igreja aumentou o tempo de preparação para quarenta dias. Isso porque, na Bíblia, o número quatro simboliza o universo material. Os zeros que o seguem significam o tempo de nossa vida na Terra, suas provações e dificuldades. Portanto, a duração da Quaresma está baseada no símbolo deste número na Bíblia.

Nela são relatadas as passagens dos 40 dias do dilúvio, dos 40 anos de peregrinação do povo judeu pelo deserto, dos 40 dias de Moisés e de Elias na montanha, dos 40 dias que Jesus passou no deserto antes de começar sua vida pública, dos 400 anos que durou o exílio dos judeus no Egito.

Quaresma é tempo de rever a vida. É preciso dirigir o coração para algo que vai acontecer. E é sobre isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado, que eu quero lhes falar.

Num Estado laico, nada justificaria que eu subisse a esta tribuna no dia de hoje para pregar a favor dessa ou daquela religião.

(Interrupção do som.)

O SR. GEOVANI BORGES – Essa é a função das igrejas, catedrais, oratórios e templos. Logo, não estou aqui para falar de engajamento religioso, mas, sim, de valores fundamentais para homens e mulheres de qualquer credo, fé, esperança e justiça.

Estamos em ano de eleições por todo o País. Alianças são trocadas, namoros políticos evoluem para casamentos, traições políticas são urdidas em nome de interesses vis, e a sociedade civil dá reiteradas provas de descrença na práxis política.

Pesquisa do Instituto *DataFolha*, divulgada mês passado, aponta as 27 personalidades mais confiáveis do País. O Presidente Lula lidera o **ranking** – o Senador Suplicy acabou de me cumprimentar –, o que não

constitui surpresa, tendo em vista o Governo que faz e os índices de aprovação e popularidade que exhibe.

Depois, segundo o *DataFolha*, aparecem o apresentador do *Jornal Nacional*, Willian Bonner, o Padre Marcelo Rossi e os cantores Roberto Carlos e Ivete Sangalo.

Já no quesito instituições brasileiras mais confiáveis, o Ibope tem apresentado, desde 1989, uma série histórica de credibilidade das instituições, em que é possível ver o comportamento da população brasileira em relação a elas.

E nós, políticos – é doloroso dizer –, não estamos nada bem na foto. De acordo com a pesquisa, realizada novamente em 2009, partidos políticos têm o pior índice de credibilidade, seguidos pelo Congresso Nacional e sindicatos. Já o sistema eleitoral e o Governo Federal obtiveram pontuações um pouquinho melhores. O Corpo de Bombeiros recebeu a melhor nota, com 88 pontos, seguido das Igrejas, de modo geral, com 76 pontos.

Pois bem, Sr. Presidente, justiça é o tema central da mensagem papal para esta quaresma.

“Converter-se a Cristo” – disse o Sumo Pontífice – “é acreditar no Evangelho, que no fundo significa e possibilita precisamente sair da ilusão...”

(Interrupção do som.)

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – ... da autossuficiência para descobrir (*fora do microfone*) e aceitar a própria indigência, indigência dos outros e de Deus, exigência do seu perdão e da sua amizade.”

Vim de um Estado pobre. Fui eleito Vereador de Macapá, capital – à época, Território do Amapá –, Prefeito de Santana, Deputado Federal Constituinte, e “estou” Senador, não pela primeira vez, mas de novo, na qualidade de primeiro suplente do Senador Gilvam Borges, que tenho orgulho de representar nesta Casa.

Não sou candidato a nenhum cargo político, não disputarei nenhuma eleição e, principalmente por isso, considero oportuno valer-me da simbologia cristã do período que se inaugura hoje e sugerir a reflexão da classe política a respeito do descrédito que paira sobre ela.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, estou quase concluindo. Gostaria de contar com a generosidade de V. Ex^a para que me concedesse mais dois minutos.

Os escândalos políticos não são uma vergonha exclusiva do Brasil; em todo o mundo e em todos os tempos, eles eclodem aqui e ali.

A diferença, todavia, é a sensação de impunidade que a legislação brasileira empresta a esses

delitos e que – reconhecamos – vem mudando em nosso País!

Todavia, essa falta de estímulo, esse desencanto estéril por parte da sociedade civil em relação à política e aos políticos, sobretudo presentes entre os jovens, precisam balizar o nosso código de ética e de...

(Interrupção do som.)

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – ...postura.

É hora de privilegiar o verbo em detrimento da verba. A senha do verdadeira espírito público está na construção coletiva, voltada para a melhoria e para a dignidade humanas.

Repito: a verba não pode se sobrepor ao verbo. E o verbo, nesse contexto, é a ligação entre ideais e realização. Logo, o verbo aqui defendido dispensa palavras bonitas, promessas vãs e juras mentirosas.

Basta de discursos hipócritas, porque, aos ouvidos do eleitor, esses falsos discursos violentam predicados, pervertem complementos, corrompem participios e destroem as regras que permitem a construção da esperança no coração de cada brasileiro!

O verbo do eleitor exprime a crença em ações políticas que contemplem a sociedade.

É possível que este meu pronunciamento seja considerado poético, ingênuo e até utópico demais. Mas já vivi o bastante para aprender que não vai longe o homem que desiste dos seus sonhos.

Aproveitemos, pois, o período de reflexão que a Quaresma nos sugere para que cada candidato às próximas eleições se conscientize do seu papel de realizar sonhos, cumprir compromissos e não trair a confiança dos seus eleitores.

Esta Quarta-Feira de Cinzas pode ser o marco da reconstrução política nacional. Só depende de nós.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela generosidade e a paciência de V. Ex^a, que me concedeu tempo para concluir o pronunciamento.

Antes de concluir, gostaria de fazer o registro de que eu estive em meu Estado e fui muito bem recebido pela Prefeita de Calçoene, que me ofereceu um dos melhores açais do Brasil. Essa cidadezinha fica no interior de meu Estado. Sua Prefeita, Maria Lucimar da Silva, junto com os Vereadores Antônio Peres de Araújo, Enildo do Socorro, Ivanira Silva Alfaia – lá de Lourenço –, João Batista Oliveira, João Benunes Macedo, Maria Neli Nonato – Presidente da Câmara –, Paulo Sérgio da Silva; Raimundo Nonato Martil Piaba – que sempre está aqui conosco em Brasília –, Rozete Vieira da Silva, o Superintendente do Inkra no

meu Estado, Evandro Gama, e o Diretor do Projeto Luz para Todos, Dr. Paulo.

Muito obrigado por ainda inserir essa parte em meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Geovani Borges.

Com a palavra, obedecendo a lista dos oradores inscritos, Senador Augusto Botelho. (Pausa.)

S. Ex^a está permutando com o Senador Romeu Tuma, que dispõe de dez minutos, regimentais.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu queria agradecer ao Senador Augusto Botelho, sempre gentil, um grande colega que os Srs. Senadores têm nesta Casa, homem amável, carinhoso, caridoso e sempre pronto a uma consulta médica para nos orientar em nossos comportamentos para não nos prejudicarmos durante o dia, não é, Senadora Marisa Serrano? Essa parcela de médicos que aqui se encontra sempre nos dá confiabilidade, e ninguém vai cair duro aqui. Estaremos sempre firmes com as orientações deles.

Senador Augusto Botelho, meu Presidente; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Senador Flávio Arns fez um pronunciamento aqui sobre a nova missão da campanha da fraternidade, que é a solidariedade.

Tomo a liberdade, Sr. Presidente, de ler um artigo que foi publicado no sábado, 13 de fevereiro, do ilustre Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, que, segundo o Senador Pedro Simon, é um gaúcho da cepa, nascido na mesma região do Senador Paim e do Senador Pedro Simon.

Dom Odilo Scherer diz:

Os ‘direitos humanos’ estão sendo motivo de controvérsias, ultimamente, e não é sem razão: algumas questões bem controvertidas estão querendo se fazer passar por ‘direitos humanos’. Embora não seja recente, esse conceito emergiu e se afirmou no século XX; a humanidade tomou consciência sempre mais clara sobre a dignidade humana, sobretudo diante das aberrantes atrocidades cometidas contra pessoas e inteiros povos por regimes totalitários. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em dezembro de 1948, representou um marco histórico na civilização. João Paulo II, no seu discurso às Nações Unidas em outubro de 1979, definiu-a como ‘pedra miliar no caminho do progresso moral da humanidade’.

A Igreja Católica reconheceu no movimento que levou a sociedade a identificar e proclamar os direitos humanos um dos esforços mais relevantes da humanidade para responder, de modo eficaz, às exigências decorrentes

da dignidade humana (cf. *Dignitatis Humanae*). A Declaração é um instrumento extraordinário para defender e promover universalmente a dignidade da pessoa. De fato, os direitos não são separáveis da dignidade da pessoa.

Infelizmente, porém, o respeito aos direitos humanos ainda não é um fato geral e consumado; sua violação, mesmo grave, continua sendo constatada diariamente; não é unânime a sua interpretação e, com frequência, o teor ideológico de certos discursos leva a olhar com desconfiança a própria questão dos direitos, com o risco de relegá-los ao descrédito. Hoje há também certa pressão de grupos para fazer valer, como direito humano universal, algo que é subjetivo e posição ideológica de parte. Não é aceitável afirmar os próprios interesses, os supostos direitos, passando por cima da dignidade e dos direitos fundamentais de outros.

Penso que seja necessário retomar uma reflexão serena e bem fundamentada sobre a questão, para que os direitos humanos não sejam desacreditados; isso abriria o caminho para um retrocesso preocupante da civilização humana, com o risco de fazê-la embrenhar-se novamente na barbárie. Alguns sinais já estão por aí, como o aumento da violência e a indiferença diante dela, a exploração da prostituição como mercado rentável, até com a pretensão de fazê-la reconhecer como profissão, uma entre as tantas, enquanto é pura escravidão degradante; ou as propostas de aborto, eutanásia e eugenia, por vezes envolvidas em discursos pseudo-humanitários, como fizeram regimes autoritários do passado, hoje claramente identificados como bárbaros. É por aí que queremos enveredar? [Pergunta Dom Odilo.]

Qual é o fundamento dos direitos humanos? O consenso da sociedade? A posse de riquezas ou de poder?

Senador Flávio Arns, esta é a pergunta que V. Ex^a, da tribuna, fez: qual é o fundamento dos direitos humanos? O consenso da sociedade, a posse de riquezas ou de poder? Essa é a pergunta feita por Dom Odilo no seu artigo publicado em **O Estadão**.

O poder do grupo reinante ou o poder conferido pela posse de riquezas não é base segura nem critério aceitável para a definição de direitos humanos fundamentais; o poder, isso sim, deve estar a serviço do respeito aos legítimos direitos. Certamente, o consenso da

sociedade é importante, mas, por si só, não é base segura para definir direitos humanos. Estes, mais que concordados mediante um pacto, devem ser constatados e reconhecidos, como tais, pela sã razão e pelo bom senso, mesmo sem receber a aprovação das majorias. Muito simples de exemplificar: o direito a existir e a viver não depende da aprovação da maioria; ninguém de nós aceitaria que fosse submetido a uma votação o nosso direito a viver... Da mesma forma, o direito a respirar, a se alimentar, de ir e vir, à liberdade de pensamento e de opinião, de aderir ou não a uma religião.

Esses direitos são primários, não são outorgados por outrem, nem pelo conjunto da sociedade; pertencem à pessoa, por ser pessoa; são inalienáveis e precisam ser, apenas, reconhecidos. A competência e o dever de fazê-los reconhecer e respeitar é da autoridade constituída, mas também é tarefa de toda a sociedade.

Já ensinava o papa João XXIII, na encíclica *Pacem in Terris*, [Paz na Terra] que a fonte última dos direitos humanos não é a vontade dos homens, nem o poder do Estado ou dos poderes públicos, mas a natureza do próprio ser humano e, enfim, Deus, seu Criador. Mais recentemente, Bento XVI, na encíclica *Caritas in Veritate* [Caridade na Verdade], lembrou que o fundamento dos direitos humanos não está apenas nas deliberações de uma assembleia de cidadãos; neste caso, poderiam ser alterados a qualquer momento, dependendo das convicções e da ideologia de quem está com a mão no poder; assim, os direitos careceriam de referência objetiva e universal, ficando diluído e sem eficácia na consciência dos cidadãos o dever de os reconhecer e respeitar.

A raiz dos direitos humanos precisa ser buscada na dignidade fundamental e originária de cada ser humano, membro da família humana; tal dignidade, apreendida antes de tudo pela sã razão, é inerente a cada pessoa, igual para todos. No horizonte do cristianismo, esse fundamento natural dos direitos é destacado ainda mais com a afirmação de fé de que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus e que o Filho de Deus uniu a si a nossa humanidade mediante seu nascimento entre nós; isso deu ao ser humano uma dignidade incomparável; ele também é chamado a viver como familiar e íntimo de Deus.

E isso não vale apenas para alguns, mas para todos, mesmo para aqueles que parecem

ter perdido ou desmerecido a sua humana dignidade.

Universalidade e indivisibilidade são dois traços distintivos e inseparáveis dos direitos humanos, que também devem corresponder a uma exigência inalienável da dignidade humana. Portanto, direitos humanos não podem ser assimiláveis a bandeiras de luta ou interesses de grupos particulares.

Essas foram as palavras escritas, no último dia 13, pelo eminente Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Pois não, Senador.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Senador Romeu Tuma, quero, em primeiro lugar, parabenizá-lo pela leitura do artigo de Dom Odilo Scherer, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, que aborda, de maneira muito adequada, muito boa, muito concreta, uma reflexão importante e necessária sobre a questão dos direitos humanos. Eu, inclusive, gostaria – não tive a oportunidade de ler no dia – de ter a cópia do documento, porque ele sintetiza as preocupações de uma maneira geral. Quero, inclusive, dizer da minha preocupação também, porque o tema direitos humanos é extremamente caro e importante; tem que ser assim para todos nós, quer dizer, acompanhar o cidadão na sua trajetória pela vida, em termos de acesso à educação, saúde, assistência, trabalho, emprego, chances, oportunidades. E esse debate que vem acontecendo, na verdade, acaba causando, inclusive, na população uma perplexidade diante de algo que deveria ser maravilhoso. Inclusive, quando se coloca a questão da preservação e valorização da vida, e consta, lá, não se permitir o aborto...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – São fatos que querem descriminalizar e que trazem prejuízo para a sociedade.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Exatamente. Querem descriminalizar e isso traz prejuízo. Basta citar que, em relação à pessoa com deficiência, há dois anos, nós aprovamos a Convenção da ONU para os Direitos da Pessoa com Deficiência. Colocou-se, claramente, no texto da Constituição que não é possível fazer o aborto, é crime, caso a pessoa identifique que a criança que está sendo gerada é portadora de algum tipo de deficiência. É uma luta, no Brasil, a favor da vida, a favor de condições de educação para o jovem, de trabalho, de apoio, de assistência. A gente lamenta que tudo isso que está sendo dito, ao final, acabe trazendo essa inversão da importância de os direitos

humanos serem respeitados em nossos País. Então, a reflexão de Dom Odilo Scherer é importante. A leitura do artigo por V. Ex^a foi fundamental e isso nos orienta, felizmente, em muitos aspectos, nesse debate que vem acontecendo no Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Muito obrigado, Senador. Eu pediria licença para incorporar ao meu discurso o belo aparte de V. Ex^a.

Senadora Marisa Serrano e Senador Alvaro Dias, o Senador falou das pessoas com deficiência física. Eu gostaria de, através dos dois membros do PSDB, cumprimentar, com euforia, o Governador José Serra, pelas providências que tomou para proporcionar aos tetraplégicos banho de mar em cadeiras flutuantes. Ontem, ele as colocou, por 90 dias, nas praias de São Paulo e, pessoalmente, colocou um tetraplégico no mar sobre a cadeira flutuante.

Aos senhores, que representam o bom Partido do PSDB, eu faria essa referência, cumprimentando o Governador José Serra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Ouvimos o Senador Romeu Tuma.

Pela ordem de inscrição, falará a Senadora Marisa Serrano, por cessão da Senadora Marina Silva.

Estamos seguindo rigorosamente o Regimento, e V. Ex^a dispõe de dez minutos regimentais para fazer seu pronunciamento.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Nesta Quarta-Feira de Cinzas, vou falar de um assunto que, de alguma forma, tem relação também com o carnaval.

Nesta época do ano, o apelo à erotização ocorre com mais intensidade. É claro e evidente que há campanhas publicitárias, e nós as vemos em todo o País, incentivando o uso da camisinha, principalmente pela juventude. É difícil não fazermos uma correlação entre carnaval e sexo, principalmente porque, talvez, hoje, nossa juventude esteja mais liberada que a juventude da nossa época. Há adolescentes que brincam com o sexo como se fosse algo passageiro, sem qualquer tipo de permanência afetiva.

Não vim, aqui, fazer discurso moralista. Eu queria apenas chamar a atenção para alguns dados e afirmar que nossa realidade só muda com informação, com educação.

Os jovens de hoje falam de sexo com muita naturalidade. Considero esse um aspecto positivo. Aqueles que são pais de jovens, aqui, sabem como a juventude, hoje, é muito mais liberta e tem muito mais facilidade de conversar sobre essas questões do que tínhamos na nossa época. É claro que temos a preo-

cupação, principalmente, de dividir a conversa sobre aspectos íntimos em termos sociais e em termos da privacidade de cada um. Às vezes, esse fio embaralha e se torna uma única coisa. A Internet está aí, e todo mundo sabe disso. Quantas vezes ouvimos a imprensa dizer o quanto as pessoas são atacadas, na Internet, na sua moralidade e na sua vida íntima? A Internet, hoje, e todas essas experiências tecnológicas fazem com que, facilmente, as pessoas – às vezes, o jovem menos avisado – exponham sua vida particular, afetiva e sexual, para todos terem acesso. Esse é um perigo muito grande, porque realmente confunde a vida das pessoas e pode trazer sequelas irreversíveis para a juventude que está exposta a esses casos.

Quero dizer ainda que o enfraquecimento dos nossos sólidos valores morais é visto a olho nu. Nós todos falamos sobre isso. Quantas pessoas têm falado sobre esse enfraquecimento moral que estamos vivendo hoje? Pergunto: onde vamos parar com tudo isso?

No carnaval deste ano, vimos, por exemplo, a polêmica em torno da menina Júlia Lira, de apenas sete anos de idade, que desfilou como Rainha da Bateria da Escola Viradouro, no Rio de Janeiro. A Vara de Infância, Juventude e Idosos do Rio de Janeiro foi a favor disso, dando possibilidade a uma menina de sete anos de ser madrinha de uma bateria de escola de samba, embora o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente tenha questionado, vigorosamente, a presença dela frente à bateria da escola de samba.

O que quero dizer com esse exemplo é que a erotização das nossas meninas tornou-se até corriqueira, como neste caso que o Brasil inteiro acompanhou: há duas semanas, no Mato Grosso do Sul, ficamos chocados com a notícia de que duas meninas de doze anos de idade, da cidade de Miranda – isso apareceu em todos os jornais –, estão morando com pessoas da terceira idade, com a anuência das mães. Quer dizer, as mães entregam as filhas menores – no caso, elas têm doze anos – para pessoas que queiram fazer uso delas. Essa é uma banalização, é algo que choca, verdadeiramente, a sociedade brasileira.

Não me quero estender muito nessa questão, porque, nesta Casa, há a CPI da Pedofilia, que está analisando números e propostas, fazendo todo um levantamento de ações, para ajudar a combater esse problema, que não é do Rio de Janeiro, não é de Mato Grosso do Sul, mas é de todo o País.

Quero citar um problema grave que me levou, nesta semana, a discutir muito essa questão em todo o País: o início antecipado da vida sexual dos nossos jovens e, principalmente, a gravidez na adolescência.

Apresentei, na semana que passou, um projeto de lei que cria a Semana Nacional de Prevenção

à Gravidez Adolescente não Planejada. O objetivo é mobilizar o Governo e a sociedade civil para que, em campanhas educativas e preventivas sobre esse assunto, possam fazê-lo chegar aos jovens, às famílias, às escolas, aos professores, aos profissionais que trabalham nessa área, para que o discutam. Além disso, busca-se colocar a questão da menina grávida precocemente em todos os programas de atendimento à saúde da mulher. A mobilização, segundo meu projeto, deve ocorrer sempre na primeira semana de fevereiro, antecedendo o carnaval.

Esse projeto inclui um artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de definir que as ações ficarão a cargo do Poder Público. Mas não só o Poder Público deve participar dessas ações. Como eu disse aqui, o que queremos é que haja um mutirão multidisciplinar. Como sabe o Senador Augusto Botelho, que é médico, temos de, na questão da gestação precoce, colocar não somente as unidades de saúde atendendo as crianças, mas também educadores, profissionais de saúde, psicólogos, familiares, o próprio Estado, todos trabalhando juntos, para que haja a consecução de um bom objetivo, que é o de cuidar das nossas crianças.

No meu Estado, Mato Grosso do Sul, entrou em vigor, em 2008, uma lei da Deputada Dione Hashio-ka, do meu Partido, lei essa que prevê a implantação da Política de Prevenção e Atendimento à Gravidez na Infância, Adolescência e Juventude. O objetivo é oferecer atendimento especializado na área da saúde para adolescentes gestantes e promover a prevenção da gravidez precoce por meio da educação para um público de 10 anos a 22 anos de idade.

Quero citar aqui, Senador Augusto Botelho, alguns dados que me preocuparam muito.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) destacados pelo relatório Situação da Infância Brasileira 2009, do Unicef, cerca de 240 mil jovens com menos de 18 anos de idade, no Brasil, são chefes de família. Como um jovem menor de 18 anos vai ter tranquilidade, condições e experiência para ser um chefe de família? Mas já está tendo filho, com menos de dezoito anos, e tem de chefiar a sua família.

Segundo o Ministério da Saúde, em 1998, 56,5% dos homens e 41,6% das mulheres entre 16 anos e 19 anos de idade declaravam ter tido atividade sexual nos últimos doze meses. Já em 2005, nessa mesma faixa etária, os índices passaram de 56% dos homens para 78% e de 41% das mulheres para 68%. Quer dizer, houve um incremento violento: na faixa etária de 18 anos a 19 anos, as pessoas afirmaram ter vida sexual ativa nos últimos meses.

Além disso, a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher de 2006 apontou para um crescimento do número de adolescentes grávidas no Brasil. Está crescendo o número de adolescentes grávidas. Esse é um problema de saúde, mas também é um problema político, e cabe a nós ajudar a resolvê-lo. Em 2006, 23% das jovens entre 15 anos e 19 anos estavam gestantes, enquanto o índice era, dez anos antes, em 1996, de 17%. Repito: em 1996, esse índice era de 17% e, em 2006, foi de 23%, ou seja, está crescendo o número de adolescentes grávidas no País. O estudo revelou também a antecipação do início da vida sexual das mulheres ao longo desses dez últimos anos. As mulheres estão se iniciando no sexo muito mais cedo. Em 2006, 33% das meninas brasileiras de até 15 anos – são menores de 15 anos de idade – já diziam ter tido relações sexuais. Esse valor representa o triplo do ocorrido em 1996. Essa é uma preocupação grande de todos nós.

A gravidez precoce é considerada de risco tanto para a mãe quanto para o feto, sem contar as consequências sociais, sem contar os transtornos psicológicos, sem contar que 30% das meninas que engravidam se afastam da escola, deixam de estudar.

Há outro problema sério que eu queria deixar registrado aqui. Há preocupação não só com o problema educacional, com o problema psicológico, com o problema social, com o problema de saúde, mas também com a reincidência da gravidez precoce. Uma garota que, aos 15 anos de idade, tem um filho tem o segundo filho com 16 anos, e, depois, vem o terceiro filho. Quer dizer, a reincidência da gravidez precoce é outra preocupação que todo brasileiro tem de ter.

Proponho ainda a inclusão da população de adolescentes nos programas de assistência à saúde da mulher em todo o Brasil, com ênfase na anticoncepção e orientação sexual. É preciso considerar a assistência a pessoas dessa faixa etária como uma das prioridades na atenção primária à saúde. Esses programas devem contemplar também a motivação para o estudo e para o trabalho e, principalmente, os aspectos relacionados a um bom relacionamento com a família.

Assim, acredito, como disse, que os ambulatórios de ginecologia e obstetrícia das unidades básicas de saúde terão de ser melhor equipados e, principalmente, melhor orientados para atender essas crianças grávidas precocemente. É necessário que, nesses postos de saúde, o atendimento seja preventivo, para que menos crianças sejam colocadas em situação vexaminosa e de risco como essa.

Esse projeto que apresentei na semana passada engloba não só, como eu disse, os governos dos Municípios, dos Estados, da União, mas também as

ONGs, a família, a escola, a área médica, todos aqueles interessados em auxiliar a juventude brasileira a ser uma juventude mais saudável. Quando a gravidez é desejada, aceitamos facilmente que isso possa acontecer, mas o ruim é que 90% dessas gravidezes precoces são indesejadas, e daí o trauma que fica na vida dessas crianças.

Portanto, quero, nesta Quarta-Feira de Cinzas, acabando o carnaval, lembrar que é hora de retomarmos a luta pela saúde, pela integridade física e pela integridade moral da nossa juventude, principalmente das meninas que estão sofrendo todo tipo de abuso, de norte a sul do País. É hora de darmos as mãos e de fazermos chegar nossa voz e nosso apelo a toda a sociedade, para que ela se una em prol dessa causa que é muito nobre.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senadora Marisa Serrano.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Adelmir Santana, do Distrito Federal.

V. Ex^a dispõe de dez minutos regimentais para fazer seu pronunciamento.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Pedro, nobres Senadores, nobres Senadoras, nas últimas semanas, Brasília tornou-se o centro das atenções da mídia local, nacional e até internacional, por conta de nefastos acontecimentos que atingiram o núcleo central do GDF. A crise acabou levando à prisão o então Governador e colocando em xeque toda a linha sucessória, com o pedido de intervenção federal, feito pelo Exm^o Sr. Procurador-Geral da República.

Evidentemente, todos nós ficamos chocados com a evidência de corrupção no Governo local e reclamamos providências do Poder Público, para sanar, de vez, todas as mazelas geradas por práticas inaceitáveis numa república e, sobretudo, na capital do País.

Não tenho compromisso com o erro. Clamo pela apuração dos fatos dentro da lei e da ordem, doa a quem doer.

Brasília é o cérebro administrativo e o coração logístico desta Nação. Talvez, por isso, concentre tanta emoção e perplexidade neste momento crítico de sua breve história, pois tudo o que ocorre aqui ressoa intensamente em todo o País, ao ponto de vozes agourentas se posicionarem fortemente contra a cidade e não apenas contra os fatos em apuração.

Vejo, Sr. Presidente e caros colegas Senadores, esta crise como uma tragédia, algo que desandou sobre as esperanças de um início de ano festivo e promissor. Mas as imagens divulgadas e as informações que as

investigações policiais trouxeram a público abalaram, momentaneamente, o ânimo e feriram a autoestima de nossa gente.

Enganam-se, no entanto, aqueles que apostam no fracasso e na derrota. Brasília é responsável e está alerta. Os brasilienses, sempre que foi necessário, assumiram a responsabilidade pelo seu futuro. Foi assim que conquistamos o direito de participar politicamente. Foi com muita luta, envolvimento de todas as forças vivas da cidade que foi possível conquistar a autonomia política, consagrada pela Constituinte e pela Constituição de 1988.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós, brasilienses, somos uma boa síntese do povo brasileiro!

Há meio século, num tempo, Sr. Presidente, em que as turbulências da guerra fria começavam a dificultar acordos políticos e a impedir a convivência pacífica entre representantes de ideologias opostas; numa época de grandes tensões políticas, angústias sociais e perplexidade de toda espécie, que atingiam o brasileiro, esperançoso por melhorar sua condição e dar melhores dias para suas famílias; naquele momento histórico, milhares de brasileiros compartilharam do sonho de JK, tomando para si a responsabilidade de enfrentar um dos maiores desafios que um homem público pode enfrentar: construir uma cidade como Brasília, ao mesmo tempo em que governava o Brasil, isso em apenas mil dias.

A época – marcada por desigualdades sociais e estruturais e por um abissal desequilíbrio regional, além de graves impasses políticos, Sr. Presidente –, o brasileiro, ser de alma pacífica e espírito aventureiro, sempre disposto a participar da construção do seu futuro, dando o melhor de si – seu sangue, seu suor, sua confiança – e assumindo a responsabilidade por seus atos de cidadania, partiu de peito aberto para uma grande aventura: a construção de Brasília, epopéia que mudaria a realidade nacional, transformando um País desigual numa Meca de oportunidades e crescimento econômico, em menos de 50 anos.

Esse é um fato histórico!

E, para além da utopia de uma cidade-escritório, na qual o País pudesse concentrar suas questões políticas e administrativas, com uma população estimada em 500 mil no ano 2000, surgiu esta megalópole que é Brasília, o Distrito Federal, que tanto nos orgulha.

Por maior que fossem as expectativas dos visionários que planejaram Brasília, suas estimativas foram tímidas, muito aquém dos sonhos dos, agora, 2,6 milhões de brasileiros que se tornaram brasilienses e que diuturnamente trabalham para o crescimento da Capital.

Sr. Presidente, há, na Capital, uma gente maravilhosa: dinâmica, empreendedora e responsável, capaz de resolver seus problemas e de enfrentar os mais sérios desafios. Sua trajetória histórica demonstrou essa competência. O povo brasiliense sabe tomar posições corretas em situações difíceis e no momento certo. É um povo ordeiro e cumpridor de suas obrigações. Tem sido exemplar ao longo de sua breve, mas rica história.

Vivem em Brasília cidadãos e cidadãs de todas as regiões do Brasil. O pensamento, o comportamento e a ação do brasiliense revelam a síntese de nossa rica cultura; diversa, mas íntegra, focada no interesse nacional e no bem-estar de todos os brasileiros.

Brasília revelou como cidade a competência de criar condições para a convivência pacífica de todos os brasileiros que para cá vieram.

Somos, os brasilienses, os irmãos fraternos e responsáveis que receberam e acolheram, que respeitaram as diferenças, porque somos uma gente flexível e cordata. Não buscamos o embate barato; antes, priorizamos o acordo, a negociação, o bom convívio.

Sr. Presidente, aproveito este pronunciamento, para reverenciar um ícone brasiliense que recentemente faleceu, nosso querido pioneiro, Dr. Ernesto Silva. Fiz requerimento de condolências no dia de seu falecimento e teci considerações históricas sobre esse ilustre pioneiro. A perda é dolorosa, mas a lembrança de uma pessoa íntegra permanece entre nós. Tomara que, de onde estiver, Dr. Ernesto continue cuidando de Brasília.

Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, a crise política que o DF vive é profunda e tem raízes antigas. Espero que, com o aprofundamento das investigações, essas raízes possam ser extirpadas de vez e que comecemos uma nova etapa política e administrativa a partir das próximas eleições. É fundamental que o atual Governo possa cumprir seus compromissos de campanha e que a cidade receba prontas todas as obras já começadas e que melhorarão bastante a vida da população.

Como Senador por Brasília, no cumprimento de minha função de fiscalizar o Executivo, acompanharei e cobrarei o cumprimento de cada compromisso assumido pelo Governo Arruda e, agora, pelo Governo Paulo Octávio – e, seja quem for no futuro, esse será meu papel.

É importante que as autoridades policiais e judiciais cumpram suas obrigações. É fundamental que o GDF funcione bem. É importante que os milhares de servidores públicos locais, que estão trabalhando para cumprir os compromissos que o GDF tem com a população, assumam a postura cidadã e se empenhem

para que o brasiliense possa continuar orgulhando-se de sua cidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Peço um pouco mais de tolerância, Sr. Presidente. São duas páginas apenas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Gostaria, Sr. Senador Adelmir Santana, no momento em que V. Ex^a concluir, de ter a oportunidade de um aparte.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Eu lhe darei a palavra em seguida.

Sr. Presidente, é hora de todos nós, Senadores e Senadoras, olharmos para o Distrito Federal com a atenção que ele merece e de juntos trabalharmos para que a crise seja superada com democracia e participação popular.

As autoridades locais, as lideranças empresariais, os líderes populares, as lideranças partidárias e o brasiliense têm condições de gerenciar essa crise, contando, evidentemente, com a necessária ajuda do Senado, composto por políticos experimentados no enfrentamento de situações críticas. Não podemos aceitar qualquer tipo de intervenção sobre o Distrito Federal.

Precisamos estar atentos, para que o instrumento legítimo da intervenção só seja usado conforme determina a Constituição em seu art. 34, inciso III: em situações extremas, como, por exemplo, grave comprometimento da ordem pública.

Portanto, que a intervenção não seja utilizada como um instrumento político. Uma medida extrema como essa nem deveria ser cogitada, pois as instituições estão funcionando e os problemas estão sendo administrados.

O impacto gerado por uma intervenção traria sérias consequências políticas e administrativas. Uma possível intervenção do Executivo no GDF significa a suspensão de promulgação de todas as propostas de Emenda à Constituição, em análise no Legislativo.

Em última instância, é o Congresso Nacional que decide esse processo. Tenho certeza de que a sabedoria política do Congresso não permitiria a utilização desse instrumento. Antes, é fundamental que avancemos na construção de uma democracia participativa e legítima. E isso ocorre atualmente.

Termino meu pronunciamento, Sr. Presidente, conclamando a população do Distrito Federal a uma reflexão política. O momento é sério e exige compromisso, vigilância e participação. Haverá eleições em outubro. Portanto, não há por que nos anteciparmos a isso. Todo o Brasil se mobilizará para escolher seus representantes e governantes. A participação política

do Distrito Federal foi uma conquista, exigiu muito esforço e mobilização de lideranças locais. Nos últimos anos, Senador Suplicy, diminuiu a vigilância e a participação em política engajada e mobilizada em torno de um projeto de futuro.

Nos anos 70 e 80, Sr. Presidente, do século passado, Brasília efervescia politicamente, reivindicando liberdades democráticas e participação. Brasília conquistou o que tanto desejou: sua representação e autonomia política.

Concedo um aparte, Sr. Presidente – se V. Ex^a me permite –, ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Adelmir Santana, acho muito importante o pronunciamento que V. Ex^a faz. Sou um dos membros da Comissão, presidida por V. Ex^a, que, aqui no Senado, tem a responsabilidade de acompanhar os festejos dos 50 anos de Brasília. E, infelizmente, esses últimos episódios entristeceram muito a população de Brasília, e não apenas a de Brasília, eu quero lhe dizer, a do Brasil inteiro. Na sexta-feira passada, ainda que não presente, acompanhei os pronunciamentos, sobretudo, do Senador Pedro Simon, da Senadora Marina Silva, e V. Ex^a também participou, logo após o anúncio da prisão do Governador José Roberto Arruda. V. Ex^a esteja certo de que esse acontecimento repercutiu extraordinariamente em todo o Brasil e, sobretudo, nesta semana de carnaval, foi o tema de conversa em todos os lugares onde as pessoas estavam. Inclusive inúmeros articulistas, como Carlos Heitor Cony e outros, puderam detectar que, nas conversas das pessoas nesse Carnaval, até mesmo na folia, onde fosse, no Rio de Janeiro ou em qualquer cidade, seja no litoral brasileiro, onde eu mesmo estive, em Ubaituba, ou em São Luís do Paraitinga, onde passei para ver ali a destruição da cidade, e assim por diante, o tema da prisão do Governador José Roberto Arruda e a situação do Vice-Governador Paulo Octávio estão sendo comentadas. De um lado, obviamente há o sentimento de tristeza pelo fato de essas pessoas terem cometido os atos que foram objeto da averiguação muito firme e serena por parte da Polícia Federal, do Ministério Público, do Procurador-Geral da República. Eu tenho a convicção de que o Procurador-Geral da República se, de fato, concluir pela intervenção, obviamente ele estará realizando isso com base nos fatos que estão previstos na Constituição. Não tenho ainda os elementos necessários para concluir se esse é o melhor caminho ou não, mas há um sentimento de indignação muito forte da parte de todo o povo brasileiro com respeito ao comportamento havido, que atingiu não apenas o Governo do Distrito Federal, mas também a sua própria assembleia distrital e outros órgãos

da administração e da própria Justiça aqui no Distrito Federal. Isso indigna, e cabe uma reação muito forte. Daí por que é importantíssimo que a Polícia Federal, o Ministério Público, a Procuradoria Geral da República e o próprio Supremo Tribunal Federal, a partir da ação muito incisiva, serena do Ministro Marco Aurélio de Mello e depois do próprio Pleno do Supremo Tribunal Federal, tomem decisões com base nos fatos que efetivamente estiverem sendo devidamente apurados. O povo brasileiro e o povo do Distrito Federal merecem a apuração completa e a responsabilização daqueles que cometeram desvios de procedimentos. Avalio que seja muito importante que V. Ex^a, como Senador do Distrito Federal, aqui expresse a sua opinião.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço ao Senador Suplicy pelo aparte.

Na verdade, Senador Suplicy, todos nós que debatemos esse assunto na última sessão concordamos na capacidade, no discernimento do Procurador-Geral da República, que suscita ao Supremo Tribunal Federal o exame dessa questão. Nós não temos as informações, naturalmente, do processo, que corre em segredo de justiça. Mas o que nós debatemos aqui é que isso é uma medida muito dura, muito pesada para com a Capital do País. O que nós esperamos é que a linha sucessória não se cinja apenas ao Governador e ao Vice. Veja, não estou aqui a condenar ninguém, não tenho elementos para isso, nem a defender. Acho que os elementos da Justiça, da Polícia Federal, da Procuradoria saberão examinar, e o próprio Supremo Tribunal Federal, com muito critério essa questão. Mas, há uma sequência nessa linha sucessória que chega à Câmara Distrital. Aliás, há até uma diferença da nossa Lei Orgânica em relação às Constituições estaduais, desde o Presidente, podendo assumir ainda o Vice-Presidente, que, por acaso, é do Partido de V. Ex^a. Mas eu não quero que chegue a esse ponto, não estou aqui dizendo quem será o futuro Governador de Brasília, mas que tem que ser respeitada essa linha sucessória. É o que eu defendo.

Não tenho compromisso, como eu disse, com o erro. Acho que todos têm que passar pelo crivo da fiscalização, do que está sendo feito pela Polícia Federal e pela Justiça, mas temos que ter muito cuidado com essas vozes que se colocam pela intervenção, até pela extinção do Distrito Federal como organismo político, como uma conquistista que foi, como eu disse, muito dura para todos nós aqui nesta cidade.

Eu dizia que, nos anos 70 e 80 do século passado, Sr. Presidente, Brasília efervescia politicamente, reivindicando liberdades democráticas e participação. Brasília conquistou o que tanto desejou, que foi essa

participação política, essa emancipação tanto política quanto econômica.

Nós precisamos, portanto, para esta década que se inicia tão tensa e desacreditada, de um novo projeto, um projeto que envolva a população, que envolva os organismos sociais, as representações empresariais, os movimentos sociais, políticos, universidades, para efetivamente sabermos o que queremos com a nossa Brasília. Um projeto para o próximo ano – estamos em um ano eleitoral – para aqueles que conquistarem os mandatos. Nós precisamos nos unir, trabalhar em conjunto com foco e decisão para construir uma nova Brasília, a Brasília responsável pelo seu futuro.

Era o que eu tinha a dizer sobre as minhas preocupações, que são de todos nós.

Quero agradecer ao Senador Suplicy, que externou aqui uma preocupação de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. João Pedro, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Desejo a V.Ex^a sorte na missão que, da tribuna, se propôs desenvolver.

Com a palavra o Senador João Pedro por dez minutos, prorrogáveis pelo tempo necessário.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho, nesta tarde, registrar a realização do IV Congresso do Partido dos Trabalhadores que será aberto no dia de amanhã. O PT realiza, aqui em Brasília, no Centro de Convenções, o seu IV Congresso. Além de convidados e de delegações internacionais que estarão presentes aos três dias do evento – 18, 19 e 20 de fevereiro –, teremos a participação de 1.350 delegados, Senador Eurípedes – repito: 1.350 delegados eleitos!

Esse IV Congresso, evidentemente, além de fazer uma reflexão acerca da vida do nosso partido, de analisar o Brasil, de analisar a conjuntura internacional, ele se realiza em um ano muito especial na história do próprio partido, primeiro porque, neste ano de 2010, estamos encerrando esta experiência nova, este desafio do partido que é a realização de oito anos do Governo do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; e, ainda este ano, teremos uma eleição, a maior eleição do Brasil, com a escolha de Governadores e Senadores. Dois terços do Senado serão escolhidos nessa eleição de 2010 – ela se torna mais especial –, além da sucessão. Então, será um congresso histórico na vida do partido.

Neste ano de 2010, o partido, criado no contexto político do final dos anos 70., quando, no Brasil, a liberdade era muito mais restrita, completa 30 anos de existência. Muitos pensadores, historiadores, políticos, em 1979, estavam voltando para o Brasil, quando da implantação da anistia; da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Ali, em 1980, um grupo de intelectuais, de militantes sociais, de pensadores da política nacional e internacional, organizaram esse partido. E não foi simples! Setores da esquerda criticavam o PT por ser uma organização nascendo ali com uma proposta popular e socialista, de esquerda. E o Brasil vivia ali a importância de combater a ditadura, de reunir os democratas. O Senador Pedro Simon é um ator, é um político dessa leva.

Era importante focar e combater a ditadura que mostrava ainda força, já mostrando fragilidade por conta da conjuntura internacional, enfim, mais nacional, e o PT surge ali.

Então, são 30 anos de existência com erros, com erros, mas o partido guarda até hoje características importantes e traz contribuições para a democracia, que ainda está num processo de consolidação aqui no nosso País. Ele guarda aspectos importantes.

Os delegados para o Congresso são um aspecto importante, uma característica do PT, delegados que são eleitos na chapa, e a chapa é proporcional. Não vem só um lado, não vem só uma chapa, mas ela traz as diferenças do ponto de vista das tendências internas do partido. E a tendência, nesse aspecto, é trazer a cultura da vitalidade partidária. Os delegados são uma característica, mas a vitalidade do partido é outra característica do PT. Sem dono.

Quero dizer, neste testemunho, que sou militante e eleito agora Presidente do PT. Assumi, há poucos dias, a presidência por três anos no meu Estado, mas há a vitalidade, a vontade de homens, de mulheres, do intelectual ao trabalhador mais simples. Ele é o dono da voz e da crítica, da contribuição, do seu pensar, da sua análise sobre a vida do partido. Não é uma tarefa simples, e o velho Lênin já dizia isso lá atrás: se tem uma obra difícil, é a construção de um partido, ideológico, programático. É muito difícil.

Então, o PT tem um mérito importante, e aqui eu não quero fazer o discurso do exclusivismo, mas da importância de termos partidos no Brasil para fazer com que essa pluralidade democrática, os avanços da sociedade possam se fazer valer no dia a dia do povo brasileiro, da sociedade brasileira. Por quê? Têm repercussão positiva para o Brasil, para a América Latina, para o mundo. Nós não podemos viver sem um

pensamento qualificado, coletivo, ideológico. É isso o que impulsiona a sociedade.

Os partidos políticos são da maior relevância para a democracia no nosso País. E o PT traz essa contribuição à sociedade brasileira. Não foi fácil e continua sendo um desafio, porque um partido, por mais que tenha suas organizações, por mais que esteja presente nas fábricas, nas médias cidades, pequenas cidades, grandes cidades, não basta ter um milhão de filiados. Não basta a contribuição. É preciso, Senador Augusto Botelho, que a sociedade apoie o partido. Nós temos, e hoje muito mais – o Brasil permite isso –, o partido está muito mais exposto por conta da responsabilidade de ter aí em torno de 500 Prefeitos, de ter sua bancada de Senadores, de Deputados Federais, de Vereadores, Prefeitos, ter Lula na Presidência. O partido é muito mais cobrado; e deve ser cobrado pela sociedade. E deve ser cobrado. A cobrança ajuda o PT. Então, Sr. Presidente, a contribuição do PT para a vida nacional, para a política nacional, é muito importante.

Cometemos erros? Cometemos erros. Como não? Um partido nacional, presente nos Municípios do nosso País, nas administrações, como não cometer? Mas o importante é que estamos chegando amanhã no IV Congresso. E nós haveremos de, mais uma vez, no congresso, juntar forças, utopias, vontade de um Brasil melhor, da América Latina melhor, mais humana, mais igual!

Do ponto de vista da vida social, o PT faz no seu primeiro dia um debate sobre a questão internacional. As delegações estão chegando, de partidos de esquerda, socialdemocratas. Penso que ganha o Brasil, ganha a sociedade brasileira com a realização do nosso IV Congresso. E, principalmente, se nós saímos e tivemos a ousadia de construirmos um partido nacional ali no período do final da ditadura militar, o desafio maior é organizar um partido transparente, democrático, discutindo pautas de interesse nacional, pautas novas para um partido de esquerda, como a questão ambiental. É um desafio combinar o desenvolvimento, o crescimento econômico com a qualidade de vida, incluir mais!

Nós tivemos, no Governo do Presidente Lula e nesses últimos anos, avanços importantes, mas ainda temos mazelas históricas que contrariam aqueles que lutam por sociedades justas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Então, o PT continua sendo atual. O PT precisa no seu IV Congresso juntar forças, Sr. Presidente, principalmente,...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) –...forças humanas. Nós precisamos ter um perfil mais humanitário, mais solidário, e comprometidos com um Brasil socialmente justo e ambientalmente correto.

Concedo o aparte ao Senador Suplicy, meu companheiro e uma grande liderança desse partido.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS. Fora do microfone.) – Fundador do partido.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador João Pedro, nós temos a felicidade de, neste mês de fevereiro – na verdade, na semana passada –, termos duas datas. Uma delas foi objeto de um belo pronunciamento do Senador Pedro Simon na semana passada: ele falou sobre os 20 anos da libertação de Nelson Mandela e de tudo aquilo que representou a trajetória de seu partido, o ANC, e a democratização da África do Sul. Pois bem, nesta mesma semana passada, no dia 10, nós, do Partido dos Trabalhadores, tivemos razões de alegria para nos reunir: a comemoração dos 30 anos do PT, que também será objeto de sessão de homenagem na próxima semana. Mas este IV Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores se dá justamente neste momento especial, que é o oitavo ano do Governo do Presidente Lula, momento também da aceitação por todos nós, por consenso, da candidata Ministra Irma Passoni à sucessão, aliás, da candidata Dilma...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a estava pensando na fundação do partido!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É, porque a Deputada Irma Passoni, juntamente comigo, João Batista Breda, Marco Aurélio Ribeiro, Sérgio Santos e Geraldo Siqueira, fomos os seis Deputados Estaduais que, eleitos em 1978 pelo MDB, que foi terminado em 1979 por decreto do Presidente Ernesto Geisel, fomos os seis convidados a participar da fundação do PT em 10 de janeiro. Participamos do primeiro Encontro Nacional do PT, de fundação, no colégio Sion. Então, a Ministra Dilma Rousseff, por mim próprio e por todos os segmentos do Partido dos Trabalhadores, amanhã e neste sábado em especial, será aplaudida, consagrada por todos nós, mesmo aqueles que tenhamos sugestões diversas daquelas que a maioria do Partido dos Trabalhadores porventura estará ali colocando. O que percebo é que todas as tendências do Partido dos Trabalhadores aplaudem a escolha e respeitam a Ministra Dilma Rousseff como sucessora pelos méritos extraordinários que ela tem. Será uma oportunidade para cada um de nós – Senador João Pedro, Senador Augusto Botelho e para mim próprio – colocar sugestões de aperfeiçoamento com respeito aos objetivos que precisamos atingir nos próximos anos, nas próximas décadas.

(Interrupção do som)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Inclusive, o Ministro Samuel Pinheiro Guimarães está com a atribuição de pensar como será o País no ano 2022, quando completaremos 200 anos da Independência do Brasil. É muito importante que pensemos nisso. Eu quero examinar as proposições que constam desses projetos de médio e longo prazo do PT, porque, obviamente, gostaria que lá se incluía que nós iremos caminhar celeremente para a instituição da renda básica de cidadania – para dar um exemplo do que poderá ser objeto de reflexão por todos nós nesse acontecimento tão relevante que V. Ex^a aqui anuncia. Meus cumprimentos a V. Ex^a, aos 30 anos do Partido dos Trabalhadores e ao IV Congresso Nacional.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigada, Senador Suplicy.

Já finalizando, Presidente Tuma, quero ressaltar que o Senador Suplicy, além de militante, além de Senador, é isto: fundador deste partido.

A minha reflexão na tarde de hoje aqui funda-se no desejo de ressaltar que não existe democracia sem os partidos, e o congresso do partido é um momento de pensar o partido, de reafirmar princípios.

O PT continua atual, mas diferente de 1980. A responsabilidade do partido é maior por conta de ser o partido que hoje dirige o Brasil e por conta de se propor a dar continuidade a esse projeto. Então, é maior.

Espero que a militância do partido participe do IV Congresso e que possamos fazer um congresso para o bem do PT, mas, fundamentalmente, para o bem da sociedade brasileira.

O partido tem de servir, tem de ser um instrumento da sociedade e, principalmente, da população, da sociedade, que precisa de justiça, de casa, de saneamento, de alegria, de trabalho.

Já quero destacar aqui uma proposta para o PT – tem que ser assim –, a luta em defesa das 40 horas semanais. Esse projeto está aqui, no Congresso, mas é importante, é fundamental, que o PT abrace o debate, abrace a proposta, faça o debate e não perca o princípio que norteou sua criação: o compromisso inarredável com os interesses dos trabalhadores do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador João Pedro, pediria que V. Ex^a cumprimentasse a direção do partido pelo trigésimo aniversário e que transmitisse os meus votos de sucesso na realização do Congresso.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu vou levar essa mensagem de V. Ex^a, que neste momento preside a sessão. Vou transmiti-la ao presidente atual, que é Ricardo Berzoini, um grande presidente, uma pessoa importante que nesses últimos anos conduziu

o partido, e ao novo presidente, que passou pela Casa, pelo Senado, que é José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Um grande amigo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Desejo-lhe muita sorte na presidência.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho e, em seguida, pela Liderança, ao Senador José Agripino.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início do mês, no início da legislatura, eu falei aqui sobre a ameaça de novos incêndios em Roraima, falei sobre o fogo, sobre a gravidade da seca, sobre o fato de os campos e as florestas estarem muito secos e o gado estar começando a morrer. Uma parte dos recursos necessários já foi enviada para corrigir e ajudar a amenizar esse problema.

Agora, porém, o fogo começa a ser uma coisa grave lá; por onde se anda, vê-se área queimada. Então, eu gostaria de fazer um apelo às pessoas para que não tocassem fogo no campo, não jogassem cigarros, não fizessem fogos em pescarias que pudessem trazer complicações.

Neste fim de semana, eu estava descansando na fazenda quando surgiu fogo na fazenda do Gilberto Yuki. O Dinei, que é o gerente dele, estava desesperado, e fomos todos ajudar. Trabalhamos até umas seis horas da tarde. Quando achamos que tínhamos dominado o fogo, fomos todos para casa. Dali a pouco, às nove horas da noite, o fogo voltou a aparecer, e precisamos enfrentá-lo até meia-noite, quando finalmente o dominamos. Pedimos o socorro dos bombeiros, mas os grupos de combate a fogo em Roraima são poucos; deveria haver uma forma de aumentar esses grupos de combate a fogo. Eu estava a doze quilômetros de Alto Alegre, uma sede de município, e os bombeiros de lá estavam no Paredão, a quarenta quilômetros, apagando fogo, quando ligamos para lá. Liguei para a cidade, prometeram ir, mas chegaram muito depois, porque estavam cuidando de outros focos de incêndio. Temos, portanto, de nos mobilizar. As pessoas não podem tocar fogo, têm de se mobilizar para ajudar, os vizinhos têm de ajudar uns aos outros. Se não for assim, o fogo vai deixar a situação horrível.

Lembro 98, quando o fogo tomou conta de tudo mesmo. Eu gosto de andar a cavalo, e havia um local por onde eu passava sempre. Numa cavalgada de uma hora e meia a duas horas, chegávamos a ver oito tamanduás-bandeira; depois do fogo, eles não

eram mais vistos. Agora, já estavam voltando. Já conseguimos ver entre três e cinco tamanduás nesse local, mas com esse fogo de novo... Estou citando o tamanduá, que é um animal grande, que tem mobilidade. Se formos falar de jabuti e de outros pequenos, acabam-se todos.

Houve uma hora em que eu lamentei não ter uma câmera para filmar esse fogo que deu na borda de uma mata lá. O vento é muito forte e a labareda chega a atingir quatro metros de distância. A raiz do fogo é aqui, mas ela vai a quatro metros, e aí queima os outros que estão lá perto. E eu vi – posso dizer que vi – algumas árvores gritarem. Parecem gemidos, Senador Tuma! Quando o fogo começa a chegar perto delas, quando vem essa labareda, as folhas começam a tremer, a árvore treme, e aí a gente ouve tipo um gemido fino, um grito... O fogo toma conta das folhas imediatamente; não vai queimando em pedaços, não. É claro que estou falando de árvores pequenas, de árvores até a altura desta ponta aqui. Não é árvore gigante, mas árvores da borda da floresta. Parece um grito mesmo de dor, de socorro. Foi lamentável! Eu sofri ao ver aquilo, senti como nas outras vezes.

Faço um apelo às pessoas. Lá no interior de Roraima, todo mundo vê e ouve a TV Senado. A Rádio Senado é que não é ouvida. Mas faço um apelo a todos para que não permitam, para que conversem com seus vizinhos. Quando for fazer um fogo necessário para a sobrevivência... Porque nosso agricultor ainda vive de derrubar um pedaço de mato, esperar secar, queimar e plantar, porque a Nação brasileira ainda não chegou a essas pessoas, ainda não forneceu conhecimento, não passou, não forneceu recursos. Não são recursos para dar, mas empréstimos para elas. Elas não têm empréstimo porque não têm o título da terra. Agora é que surgiu a possibilidade de titular as terras, porque, com aquela lei que foi aprovada aqui nesta Casa, uma MP que permite titular até dez módulos rurais sem licitação, elas vão conseguir titular. Mas faço um apelo às pessoas para que não toquem fogo, para que evitem queimar, porque a situação está grave, está triste. Eu posso dizer que vi uma árvore se mexer e gritar agonizando antes de virar cinza.

Agora, vou falar de uma coisa boa que aconteceu para as pessoas no meu Estado.

Na penúltima sexta-feira, vim aqui reclamar do retardo na liberação de uma verba para a construção de um hospital – já estamos com ela no Orçamento há dois anos e dois meses –, sendo que ela está disponível desde janeiro de 2008. O Relator à época, Senador Valdir Raupp, foi quem designou essa verba para fazer esse hospital em Roraima.

Quero agradecer agora ao Ministério da Saúde, que prontamente atendeu a solicitação. No dia 5 deste mês, foi depositada a primeira parcela, de R\$3,2 milhões, que tornará possível a realização da licitação para dar início a tão importante obra para o meu Estado.

Como Senador e, principalmente, como médico, posso afirmar que esse hospital será construído na área central dos bairros mais distantes do centro de Boa Vista e será de grande utilidade pública.

O Hospital-Maternidade do Pintolândia é fruto de duas emendas parlamentares minhas: uma no valor de R\$16 milhões e outra no valor de R\$18 milhões. E, no dia 5 de fevereiro, conseguimos a liberação efetiva da primeira emenda, no valor de R\$16 milhões.

Esse vai ser um hospital na zona oeste da cidade, perto dos bairros mais populosos de Boa Vista. Esses bairros são os mais populosos e os mais distantes dos três hospitais públicos de Boa Vista: o Hospital Geral de Roraima, o Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré e o Hospital Infantil Santo Antônio.

Esses hospitais recebem pessoas de todos os Municípios do interior e da cidade e ainda recebem pessoas da Venezuela e da Guiana. O Governo do Estado é que vai ficar à frente da obra de construção do hospital. Neste ano, além dos R\$16 milhões liberados por mim junto ao Governo Federal, teremos mais R\$18 milhões para completar a obra, para ele se tornar um hospital de 160 leitos.

Estamos superando todas as dificuldades e, finalmente, posso afirmar, com toda certeza, que demos início à construção de um hospital no meio das pessoas mais necessitadas da minha cidade. Ele será construído no bairro Pintolândia, próximo à Escola Estadual Severino Cavalcanti, e terá três blocos. Ele fica bem em frente à 4ª DP, atrás do Centro de Saúde Cosme Silva.

No primeiro bloco, no térreo, serão construídos um auditório, salas para coleta, laboratórios, ultrassonografia, sala de ginecologia, salas de curativo, serviço social, um centro de imunização, um centro de cardiologia com ecocardiograma e eletrocardiograma, um setor de endoscopia, para fazer as endoscopias que são tão necessárias para o diagnóstico e o acompanhamento da saúde, algumas enfermarias e também um serviço de Raios X.

No segundo e terceiro blocos, ainda no térreo, ficarão a parte administrativa, o banco de leite, a farmácia, a cozinha, os vestiários, o almoxarifado, a lavanderia, o refeitório, o lactário e outros, além de um centro para repouso dos funcionários e a manutenção.

No primeiro andar funcionará a maternidade, com partos humanizados. Nesses partos, a gestante ficará no próprio quarto onde vai nascer a criança. O pré-parto

e o parto são feitos ali, podendo ter a presença de uma pessoa da família por ela designada, uma amiga, uma companheira, um companheiro.

Teremos quatro salas de centro cirúrgico para realizar cirurgias de pequeno e de médio porte. As cirurgias de alta complexidade serão deslocadas para o hospital referência, que é o Hospital Geral de Boa Vista.

A licitação para a construção do hospital deve ser lançada estes dias pelo Governo do Estado de Roraima. Assim, conseguiremos ter um hospital no centro da área oeste de Boa Vista, próximo aos mais necessitados e onde existe o maior número de pessoas na minha cidade.

Quero agradecer pelo apoio que tenho recebido do Presidente Lula e do Ministério da Saúde e vamos dar início a esta obra, que vai atender muitas gestantes e muitas pessoas que precisam de um serviço de saúde pública de qualidade em Roraima.

A população já pode comemorar mais essa conquista para Roraima. E tenham certeza de que estarei fiscalizando de perto a execução dessa obra para garantir a melhor execução possível.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a falou que ouviu uma árvore praticamente chorar antes de ser queimada.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Vi. Posso lhe dizer que ouvi ela gritar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não é uma coisa inverídica. Quando fui candidato pela primeira vez, como policial, andei pelo interior. Em uma das cidades que visitei, o palanque ficava em frente a um local que foi todo destruído pelo fogo. A imagem que eu tinha e que transmiti àqueles que lá compareceram parecia a demonstração do sofrimento da árvore que morreu prematuramente com a amargura de não poder se salvar. Os galhos retorcidos, pretos pela queimada, davam a demonstração clara de que as árvores também sofriam.

Essa postura, essa figuração que V. Ex^a aqui trouxe é importantíssima para que aqueles que queimam sem respeito algum à natureza saibam que eles lhe estão impondo um sofrimento, e, talvez, isso se vire contra nós.

Eu gostaria de cumprimentá-lo também por ter virado bombeiro, visto que o Senador Geovani Borges diz que os bombeiros ganharam a melhor atenção da população, com 87%. V. Ex^a, no seu Estado, deve estar no mesmo patamar.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder.

Lerei os outros nomes: em seguida, falará o Senador Alvaro Dias; depois, usará da palavra o Senador Valdir Raupp, seguido pelos Senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy. Essa é a lista de inscritos e de lideranças.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passaram-se as festas de fim de ano, passou-se o Dia de Reis, com suas festas e comemorações, e chegamos ao carnaval. Para nós, pelo que muito se comenta, daqui para a frente é que o ano começará. Tudo começa depois do carnaval. É verdade que, no interstício entre o dia 31 de janeiro e o carnaval, esta Casa se manifestou e promoveu alguns debates, mas, na verdade, o ano começa agora.

Confesso a V. Ex^a que passei o carnaval em Brasília. Há anos que eu não o fazia. Resolvi ficar aqui para arrumar meus papéis, para ler, para escrever algumas anotações importantes, para refletir sobre aquilo que meu País está vivendo e sobre o que é preciso fazer. Fiquei em Brasília e fiz bem, Senador Pedro Simon. Acompanhei detidamente o noticiário e fui obrigado a dar algumas entrevistas a rádio, à TV e ao jornal para fornecer explicações sobre a crise que vive a secção regional do meu Partido em Brasília. Mas, fundamentalmente, Senador Romeu Tuma, esse período de carnaval, para mim, foi importante para refletir sobre o que foi o governo passado e o que está sendo este Governo.

Já fui Governador e sequenciei outros governadores que vinham adotando uma linha administrativa semelhante à que adotei. Por isso, entendo que nada é mais importante para um Estado, para um Município ou para um País do que a sequência administrativa de forma coincidente, assemelhada, de forma a que uns se somem aos outros em matéria de ação administrativa.

Tenho a consciência de que o governo Fernando Henrique Cardoso, com seus erros e acertos, produziu um grande legado para a sociedade brasileira, que começou com o Plano Real e que produziu algo que é patrimônio do Brasil hoje: a inflação em níveis civilizados, na faixa de 4% ao ano. Isso produz enormes desdobramentos. Esse benefício chega aonde as pessoas nem imaginam. Com uma inflação de 4%, 3%, 5% ao ano, é possível financiamento de automóvel, de eletrodoméstico, de televisão em até sessenta meses. Com inflação próxima de zero, a taxa de juros tende a cair tanto quanto maior seja a pressão da sociedade e do Congresso para que essa taxa de juros caia. A população deixa de pagar o mais injusto dos impostos, que é o imposto da inflação. Esse legado é creditado a Fernando Henrique Cardoso. Talvez, seja

esse o maior dos trunfos que o governo de S. Ex^a possa exibir ao Brasil.

Os fundamentos básicos da inflação próxima a zero estão montados num tripé: câmbio flutuante; metas inflacionárias entregues ao Banco Central, que, para isso, precisa de certa autonomia; e superávit primário que obriga receitas e despesas a ficarem sob controle, para que sobre algo, para que se invista e se pague o serviço da dívida, de forma equilibrada. Esse tripé, composto por câmbio flutuante, por metas inflacionárias e por superávit primário civilizado, produziu, à época de Fernando Henrique, inflação sob controle, e o atual Governo, com responsabilidade, manteve os mesmos fundamentos, com igual rigor na política fiscal. E, se Deus quiser, o atual Governo vai entregar o País ao seu sucessor com a inflação sob controle, como Fernando Henrique o entregou ao Presidente Lula.

Não julgo mérito do atual Governo ter mantido a inflação sob controle, mas mérito do atual Governo é, sim – e é preciso que se reconheça e que se cultive isso –, o crescimento da classe C no Brasil. É verdade que, há muito tempo, este Congresso, Câmara e Senado, vem se batendo pela elevação permanente do salário mínimo. É verdade que o Bolsa Família, que é um programa de redistribuição de renda do ponto de vista social justíssimo, vem promovendo, pelo aumento da arrecadação no Brasil, uma distribuição de forma não sustentada. As pessoas que são inscritas no programa Bolsa Família recebem um salário mensal e, com isso, incorporam-se, de forma gradativa, a uma categoria social superior. É uma decisão política de Governo, no meu entender, acertada.

O crédito consignado foi outra postura do atual Governo, aumentando o nível de demanda, estimulando a economia, pela oportunidade que se dá às pessoas que têm um rendimento. Até os inscritos na previdência rural, no Funrural, aqueles que recebem o salário mínimo de aposentadoria, tiveram a oportunidade de financiamentos pelo crédito consignado. Aí incluídos estão os 2,4 milhões de velhinhos. Eles foram incluídos por uma decisão nossa, do Congresso, de baixar de 67 anos para 65 anos a idade dos beneficiários da prestação continuada, benefício esse que, hoje, atinge 2,4 milhões de brasileiros, que passaram a receber um salário mínimo.

O universo dos beneficiados pelo Programa Bolsa Família, o salário mínimo aumentado, o crédito consignado, os beneficiários da prestação continuada, tudo isso configurou o aumento de uma classe C, que é o legado que o atual Governo deixa para o futuro governo. Ocorre, no entanto – isso eu li nesse fim de semana –, que aproximadamente dezoito milhões de brasileiros, pela elevação justa do salário mínimo, pela expansão

do Programa Bolsa Família, pela renda adquirida, pela expansão do crédito consignado, pela expansão no tempo, saíram das classes D e E para a classe C. E aí é onde entra minha grande preocupação.

Sr. Presidente Romeu Tuma, o atual Governo, que tem méritos – repito, tem méritos –, fica devendo ao Brasil a reforma sindical, a reforma trabalhista, a reforma política. Nenhuma delas foi feita. O atual Governo fica devendo ao Brasil uma política de saúde condizente com as necessidades do brasileiro – a saúde, no Brasil, não vai bem. Fica devendo ao Brasil uma política de segurança, que, de Estado a Estado, do seu ao meu, vai mal.

E fica devendo uma política de infraestrutura, que é na verdade quem, de forma sustentada, pode garantir um custo Brasil capaz de gerar emprego para os nossos pretensos desempregados que queiram um emprego no mercado de trabalho normal.

Eu tenho a consciência de que, ao futuro governo, vai caber fundamentalmente mexer no IDH e no índice Gini do Brasil, que passa por isso que acabei de falar. O IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano. Ele é medido por mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, saneamento básico que a população tenha disponível. É um somatório de componentes do ponto de vista social importantes que produzem um Índice de Desenvolvimento Humano. É com quanto as pessoas contam em matéria de educação fundamental, em matéria de saúde básica, em matéria de saneamento básico e outras coisas correlatas.

Nos últimos anos, o Brasil caiu da posição 70 para a posição 75. Piorou. Muito embora o IDH tenha melhorado como número, no contexto internacional, outros países melhoraram mais do que o Brasil. O Brasil caiu. Mesmo com a classe C aumentada, o IDH piorou. Os brasileiros não estão tendo, de forma sustentada, aquela provisão de infraestrutura básica capaz de mantê-los em processo de crescimento sustentado.

O índice Gini, esse é mais perverso. É o índice que mede a distância entre ricos e pobres. Estamos na posição pior que o Haiti. Somos o oitavo mais injusto país do mundo, do ponto de vista de distância da renda entre ricos e pobres.

Acho que o futuro governo tem que ter a consciência de que, assim como entregou ao atual governo o bom legado da inflação reduzida a 3%, 4%, 5% – e o atual governo teve a responsabilidade de mantê-la com uma política econômica responsável –, produziu uma outra coisa boa, apanhou uma coisa boa e produziu uma outra coisa boa: a produção de um proletariado numeroso de 18 milhões de brasileiros capazes de comprar, mas comprar de forma que ainda reputo artificial.

O crédito consignado tem um limite. O salário mínimo não é uma conquista, é uma conquista política, mas não uma conquista no mercado de trabalho. O salário mínimo é o Poder Executivo e o Legislativo que decidem. Não é a oferta e a procura, mas é aquilo que torna oito milhões de brasileiros reféns da não qualificação. Eles não têm qualificação para se apresentar ao mercado de trabalho e impor o seu salário ou disputar um salário melhor pela sua qualificação.

Este é o desafio do próximo governo: garantir uma saúde decente, segurança decente, infraestrutura decente e cuidar desses 18 milhões de brasileiros, conquista do atual governo que, se não cuidarmos no futuro – e sabemos como cuidar –, eles podem cair de novo para as classes D e E, porque o crescimento que se lhes ofereceu não é sustentado, é um crescimento frágil, sustentado sobre doações.

O que é preciso é que aqueles a quem se dê uma porta de entrada para o Programa Bolsa Família, que permitiu que eles começassem a sair da pobreza, se ofereça a porta de saída efetiva com chave, que é a qualificação profissional, que é o crescimento do mercado de trabalho, que é a infraestrutura aumentada, que é a retomada do crescimento econômico de forma sustentada, real, competitiva no plano internacional, com reforma sindical feita, reforma trabalhista feita e reforma política feita. Isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que na minha visão, modesta visão, é a tarefa fundamental que se reserva ao futuro governo.

O Governo Fernando Henrique teve conquistas, o atual Governo, ninguém negue, tem conquistas, mas tem falhas. Resta ao futuro governo, pela avaliação crítica das conquistas do passado, projetar as conquistas do futuro por um Brasil melhor.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Muito bom, Senador.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Uma breve consideração ao Líder do DEM.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Enquanto o Senador Alvaro Dias se dirige à tribuna...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Com muito prazer, Senador Suplicy. O Regimento não permite aparte em fala de Líder, mas, com muito prazer, com a permissão do Presidente, eu aceito e ouço com muita alegria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador José Agripino, V. Ex^a, como Líder, a importância do seu Partido para demonstrar à população o acompanhamento de tudo aquilo que se prevê em benefício da sociedade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Agripino, avalio como importante a contribuição de V. Ex^a e gostaria de aqui lembrar dois tópicos de sua fala. Quando menciona que o Brasil ainda está em oitavo dentre os países mais desiguais, é importante que ressalte que, desde 2002, em todos os anos (de 2002 para 2003, de 2004 para 2005, de 2006 para 2007 e para 2008) a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE registrou gradual, ainda que pouco a pouco, diminuição do coeficiente de desigualdade, bem como a diminuição da pobreza absoluta. Sim, V. Ex^a tem razão e ressalta que é importante avançarmos muito mais, mas é importante registrar que houve um avanço considerável, inclusive como resultado de programas que se iniciaram em governos anteriores e foram aqui aperfeiçoados. Houve, inclusive, a participação muito importante, como V. Ex^a mencionou, do Congresso Nacional. Ressalto que, assim como os programas Bolsa Família e Bolsa Alimentação foram aprovados aqui por consenso, por todos os Partidos, também a sua transformação, a unificação no Programa Bolsa Família, foi por nós, pelo nosso Partido, pelo Partido de V. Ex^a, aprovado por consenso. Inclusive, quando aqui aprovamos (no Senado em 2002, na Câmara em 2003 e sancionado pelo Presidente da República em 8 de janeiro de 2004) a renda básica de cidadania, para onde vai o Bolsa Família, também o foi por todos os Partidos. Queria só assinalar isso, porque o próprio aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda, felizmente, tem tido aqui o consenso, depois do debate, visando ao aperfeiçoamento. Era essa a contribuição que gostaria de aduzir ao seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Eu agradeço, primeiro de tudo, a condescendência do Presidente em permitir o importante aparte do Senador Suplicy, a quem agradeço.

Senador Suplicy, nós temos divergências políticas, mas nós nos respeitamos do ponto de vista pessoal há muito tempo e somos amigos. Reconheço que o aparte de V. Ex^a, um aparte elegante, ...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ... é verdadeiro, até porque estamos de acordo em que conquistas têm que se somar. Se temos divergências político-partidárias, tanto V. Ex^a como eu somos brasileiros e queremos o melhor para os brasileiros, queremos o melhor para essa classe C aumentada, que é uma conquista do atual governo, mas que vejo incluída do

ponto de vista social numa classe superior mas de forma não sustentada.

Então, o que desejo é que se comecem a debater as propostas para que as conquistas se mantenham assim como se manteve o fim da inflação, assim como se mantém uma política pública responsável; que a mobilidade social que se conseguiu como produto fundamental de uma política econômica fundamentada e responsável tenha consequência. A história da humanidade registra isso. Na medida em que há uma sequência de ações ordenadas e responsáveis, se consegue dar sustentação às conquistas. E a preocupação de V. Ex^a e a minha é que os brasileiros, os 18 milhões que ascenderam à categoria que é capaz de comprar um liquidificador e até capaz de comprar uma motocicleta compre hoje, mas compre amanhã e, se possível, amanhã compre o automóvel popular. Para isso, é preciso infraestrutura, é preciso combater aquilo que nos macula e nos mostra a perversidade do nosso índice de Gini e do nosso IDH.

Têm que ser as nossas metas e procurar, em cima da necessidade de melhorar esses índices, atuar como forma de governo.

Ouçó, com muito prazer, se V. Ex^a me permitir, o Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu peço desculpas, Senador Alvaro Dias, só para não interromper.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Já concluo, Sr. Presidente.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – É para também ajudar numa reflexão. Eu penso que o que nós precisamos, no Brasil, neste momento, é de maturidade, saber que ninguém descobriu a roda agora, há um ano ou há dez anos. Tudo que se faz é fruto de uma sequência de esforços, de iniciativas, da união do povo, de pessoas que trabalham pelo Brasil todo, e todos nós somos responsáveis pelos resultados mais positivos ou não. Mas nós temos que nos acostumar, no Brasil, a fazer uma análise crítica. Crítica não significa criticar; significa pensar: até onde chegamos, até onde queremos ir, como a gente quer avançar.

(Interrupção do som.)

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Então, Senador Agripino, quando se fala em inflação, eu não tenho dúvidas em dizer que isso tudo começou lá com o Itamar Franco, Plano Real; depois a sustentação, a negociação de tudo no Governo Fernando Henrique; a continuidade no Governo Lula; e, como V. Ex^a colocou, tem que se continuar no próximo governo. Então, isso é um debate. Agora nós temos que fazer, pensar: bom, como estão os juros nesse processo de inflação? Isso é algo que

temos que questionar. Oito e meio por cento no Brasil ainda é uma taxa muito elevada; significa que quase R\$100 bilhões estão sendo gastos no pagamento da taxa básica de juros. É um dinheiro que faz falta na educação, nessas áreas todas. Então, cuidar do superávit, cuidar do câmbio, controlar a inflação... A política do automóvel foi boa no sentido de manter o emprego, gerar emprego. Que bom que foi feito isso! Agora, por outro lado, vemos tantos brasileiros gastando R\$50 mil pagando automóvel. Daqui a cinco anos não vão ter patrimônio nenhum. Poderia ter havido uma política de incentivo à casa, à habitação, um bem durável, permanente. Então, o que quero dizer para os brasileiros de maneira geral é que temos que nos acostumar a pensar que é bom o crédito consignado; é importante, como V. Ex^a colocou, mas os juros são escorchantes. Aposentados e pensionistas pagarem três por cento, dois, quatro por cento, dez vezes a taxa de inflação por mês... Isso é algo que tem que melhorar. Crédito consignado é bom, mas tem que melhorar também. BPC, o salário mínimo para o idoso e para a pessoa com deficiência. É excelente. Foi implantado no Governo de Itamar Franco. Ele foi aprovado no Governo Itamar Franco, foi consolidado no Governo Fernando Henrique e foi mais consolidado ainda no Governo do Presidente Lula, mas agora precisamos avançar. Quantas famílias que têm pessoas com deficiência pelo Brasil estão dizendo: olha, tenho filho de 18, 20 anos de idade que usa fralda, que tem uma deficiência acentuada e precisa de muito mais apoio, precisa de remédio... Esse debate tem que ser feito, e nós temos de fazer. O Bolsa Família é excelente! Mas temos que, como o Senador Cristovam coloca, dar ênfase à escola, Bolsa Escola, para enfatizar o aspecto da educação. Todos achamos que quem tem fome, quem precisa de dinheiro tem que ter dinheiro hoje, não adianta esperar para amanhã. Mas temos de ter, depois, políticas que conduzam para a plena inserção e inclusão da pessoa. Quarenta por cento das vagas de trabalho não estão sendo preenchidas por falta de qualificação. Se observamos, como V. Ex^a o fez, o relatório da Unesco sobre educação, veremos que o Brasil está atrás da Bolívia, está atrás do Paraguai, está atrás da Argentina. Quinze por cento da população tem curso superior. Avançamos. Temos escolas técnicas, institutos. Isso é bom! Temos de dizer que isso é bom, é bom, é deste Governo. Mas não adianta só dizer que é bom. Temos de saber onde estamos e para onde queremos ir. É esta maturidade que o povo brasileiro tem que pensar: Bolsa Família, excelente, queremos, está aí. Já havia Bolsa Escola, havia Bolsa Gás, havia Bolsa Alimentação, foi estruturada e organizada. Isso é bom. Fundeb é excelente. Tínhamos o Fundef antes, ensino fundamental. Agora,

temos o Fundeb. O que não é bom? É a gente não ter gasto R\$10 bilhões no ano passado. Diminuiu o valor do Fundeb em R\$10 bilhões para a educação básica. Isso não é bom. Por quê? Porque houve isenção de IPI, diminuição de Imposto de Renda, crise financeira. Então, diminuiu o Fundeb. Este é um ano eleitoral, e as pessoas, às vezes, dizem para gente falar alguma coisa ou do Bolsa Família ou do BPC, ou disso ou daquilo. Não. Nós temos que ser bem maduros no Brasil e dizer: “A gente quer avançar. Chegamos até aqui e aonde a gente quer chegar”. Então, quero parabenizar V. Ex^a pelo discurso muito bom, muito adequado, concordo com tudo que foi dito e, ao mesmo tempo, fazer este alerta para o povo brasileiro e dizer: “Olha, queremos avançar mais”. Então, vamos pensar juntos, nós todos. Queremos avançar ainda mais. Então, parabéns a V. Ex^a

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Flávio Arns, muito obrigado pelo seu primoroso aparte, substantivo, equilibrado, como V. Ex^a costuma ser, mas, acima de tudo, rico em detalhes.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a poderia me conceder um minuto, com a permissão do Presidente?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – V. Ex^a abordou uma questão, dentre as várias que abordou, que é, talvez, a maior meta do futuro governo: qualidade de gasto público. Por que é que a taxa de juros, no Brasil, é indecente? Nós temos uma inflação decente. Mas a taxa de juros, no Brasil, é indecente. Por quê? Por culpa do Governo. Esse mesmo Governo que consegue debelar a inflação, manter os fundamentos que sustentam a inflação sob controle, não é capaz de estabelecer decência na taxa de juros. Por quê? Quem é que precisa do dinheiro do público e por isso pratica taxa de juros de 8,5%? É o Governo, que deve muito; deve hoje R\$1,5 trilhão. É em quanto deve andar a dívida interna brasileira, que tem que ser remunerada todos os meses. Precisa de dinheiro novo. Para ter o dinheiro novo, que não tem, tem que comprar título. Comprar quem? Comprar o brasileiro que tem dinheiro, que vende ao Governo, e o Governo compra pagando uma taxa de juros indecente de 8,5% porque deve demais, porque precisa desesperadamente daquele dinheiro porque deve muito.

Qual seria o caminho a trilhar? Não dever tanto, baixar a dívida interna. Como? Melhorando a qualidade do gasto público, deixando de gastar o supérfluo dos cartões corporativos, das diárias, das viagens, enfim, tudo aquilo que é perdularismo do Governo para que a despesa pública ou gasto público seja gasto de qualidade e você possa, com menos despesa pública, abater a dívida interna baixando a taxa de juros. Esta é

uma das maiores tarefas do futuro Governo no campo da economia seguramente: melhorar a qualidade do gasto público, para ter inclusive dinheiro para investir na infraestrutura preparando o Brasil para o futuro.

Obrigado a V. Ex^a pelo substancioso aparte.

Concedo, com a permissão do Presidente, este último aparte ao Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Pediria que fosse urgente, em respeito...

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Um minuto, só para não deixar passar aqui o raciocínio. Quero parabenizar o Senador José Agripino pelo brilhante pronunciamento que faz nesta tarde e queria relembrar um pouco mais atrás quando o Senador Flávio Arns falou do Governo Itamar Franco. Eu voltaria um pouco mais atrás na transição democrática, naquela eleição do Tancredo, no início da Nova República: ali começaram as mudanças dos indicadores sociais do nosso País. Já no Governo Presidente Sarney, pois Tancredo não teve infelizmente a sorte de governar o País, o Sarney já começou a fazer as mudanças sociais do nosso País. E a Constituição de 1988 então foi um marco muito importante para essas mudanças. Dali para cá, os indicadores sociais do Brasil começaram a mudar muito lentamente, mas gradativamente. E o que nós precisamos é acelerar um pouco mais por meio da Educação. Eu entendo que todos os governos: Sarney, Itamar Franco, Fernando Henrique e agora o Presidente Lula todos têm avançado na Educação, na área social, mas nós ainda tínhamos 40 milhões de pessoas na miséria; ainda temos 20 milhões necessitando de 25% de um salário mínimo (o Bolsa Família) para sobreviver, mas o Ipea dá conta de que em 10, 15, 20 anos no máximo nós poderemos sair, tirar esses 18, 20 milhões que ainda vivem abaixo da linha de pobreza desta situação em que se encontram. E eu acredito que seja pela educação. Hoje apenas um terço dos jovens brasileiros, Senador José Agripino, estão matriculados no ensino médio. Nós não temos a menor condição de sair desta situação se nós não avançarmos mais na educação. Então é necessário que o Governo invista um pouco mais. Se temos mais de 200 bilhões de dólares em reservas cambiais, vamos investir um pouco mais em educação no nosso País. Era só essa contribuição. Parabéns.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Agradeço, Senador Valdir Raupp. V. Ex^a, com muita propriedade, lembra os feitos de outros Presidentes, a começar pelo Senador Sarney, que foi o responsável pelo fim da conta-movimento, que era uma balbúrdia na economia brasileira, e o responsável pelo Programa do Leite, que foi o primeiro grande programa social. Todos têm o seu mérito. Veja – coincidência dentro daquilo que

eu digo – todos os que vieram mantiveram as coisas boas dos que passaram. Eu acho que é assim que tem de caminhar o nosso Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

Peço desculpas ao Senador Alvaro Dias. Não vou marcar o tempo, Senador, para que V. Ex^a possa...

Em seguida, o Senador Pedro Simon.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Srs. Senadores, o que me traz à tribuna hoje é uma matéria do jornal **Gazeta do Povo**, do Paraná, sob o título: “Ação política fraca deixa PR no fim da fila do Orçamento. Estado sai perdendo em repasses da União para 2010”.

Diz o jornal:

“No parte e reparte das verbas orçamentárias da União para este ano, o Paraná deve receber o segundo menor valor per capita entre os 27 estados. Os R\$4,5 bilhões destinados às despesas da União no estado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) equivalem a R\$421 por paranaense. Os gaúchos, por sua vez, vão receber R\$739 e os sul-mato-grossenses, R\$828. A modéstia dos repasses para o Estado é recorrente. Especialistas dizem que deputados, senadores e governantes não atuam juntos no interesse do Paraná e não costumam pressionar o governo por mais verbas”.

Mais adiante o jornal diz: “Sem articulação, PR fica na rabeira dos repasses da União”.

E apresenta uma estatística em que o Paraná é o penúltimo Estado. Em último lugar, fica o Estado de São Paulo – proporcionalmente, é o que menos recebe recursos da União.

Concordo com a crítica, mas não com o endereço; o endereço está errado. Faço a defesa dos Parlamentares do Paraná de forma insuspeita, porque sou opositor, um dos poucos da Bancada paranaense que fez oposição durante estes sete anos ao Governo Lula. Portanto, não tenho a atribuição de passar o chapéu pelos corredores dos Ministérios.

O jornal disse que consultou especialistas e fala em cientista político da Universidade de Brasília ou da Universidade Federal do Paraná. Há cientistas políticos opinando sobre essa matéria. Não sei se são especialistas ou não. Cientista político da Universidade de Brasília faz análise do comportamento da Bancada de Parlamentares do Paraná e diz que a Bancada não deve ser unida, porque não consegue os recursos que

outros Estados conseguem. Portanto, a conclusão é que as Bancadas dos outros Estados são mais unidas do que a Bancada do Paraná. São Paulo, por exemplo, que está em último lugar, teria uma Bancada extremamente desunida nesse caso.

Enfim, não vou falar sobre o papel de um cientista político ao fazer análise dessa natureza. O que eu quero dizer é que a Bancada do Paraná, quando se trata de defender recursos para o Estado, é extremamente unida.

Eu e o Senador Flávio Arns, acompanhamos... Todos os anos, quando chega o momento da elaboração do Orçamento, os Parlamentares do Paraná, especialmente os Deputados, se reúnem. Os Secretários de Estado vêm a Brasília, participam dessas reuniões, definem prioridades e procuram consignar no Orçamento da União os recursos para projetos prioritários no Estado. Além, é claro, das emendas parlamentares individuais, que cada Parlamentar procura destinar em conformidade com o seu critério de prioridade.

Tenho uma posição a respeito das emendas individuais; eu sou contra a existência dessas emendas. Entendo que o dinheiro público deve ser distribuído em função da prioridade – os projetos sociais mais importantes – e não em função de eventuais interesses de natureza política.

Mas, seguramente, a responsabilidade pela escassez de recursos no atual Governo em relação ao Paraná não é da sua Bancada. Nem pode ser. O Orçamento é elaborado pelo Executivo. O coordenador da elaboração do Orçamento é o Ministro do Planejamento. Coincidentemente, o Ministro Paulo Bernardo é do Paraná e amigo pessoal do Presidente da República.

Obviamente caberia a ele, portanto, garantir a maior soma de recursos para o seu Estado. Nem mesmo ele tem tido essa possibilidade. Como podemos atribuir aos Parlamentares a responsabilidade pelo descaso do Governo Federal em relação ao Estado do Paraná? Há uma insensibilidade do Presidente.

Parece-me que para o Presidente da República basta agradar alguns amigos pessoais no Estado e prescindir de destinar ao Estado os recursos a que faz jus em função do que oferece como contribuição à União. Isso não vem ocorrendo realmente nestes sete anos.

O Presidente da República, quando vai ao Paraná, vai de mãos vazias. Eu não vi nenhuma inauguração importante do Presidente nestes últimos sete anos no Paraná e não vejo que tenha ele possibilidade de realizar, até o final deste ano, qualquer inauguração. A inauguração que ele pretende fazer é do palanque da sua candidata à Presidência da República. Essa

inauguração sim, ele deseja fazer porque vem se esforçando muito para construí-lo.

Vem há muito tempo intervindo na política do Paraná de forma decisiva e eficiente, buscando articular para a aglutinação de forças na construção de um palanque eleitoral para a sua candidata.

Eu, portanto, poderia até transferir essa responsabilidade aos Parlamentares governistas do meu Estado, mas, por uma questão de justiça, Senador Flávio Arns, que preside agora a sessão, não o faço; a responsabilidade é do Executivo.

E o que o jornal não salienta, mas poderia salientar, é que não basta a consignação desses recursos. A matéria faz referência aos recursos consignados. Isso não significa que eles serão liberados, porque a execução orçamentária tem sido pífia, tem sido lastimável. Setores fundamentais, como segurança pública, educação e saúde pública, são setores cujos recursos consignados no Orçamento da União não são aplicados. A execução orçamentária é insignificante até mesmo nesses setores essenciais para a vida da população. Tanto é que fui autor de um projeto no Senado Federal, aqui aprovado por unanimidade, que torna impositivo o item do Orçamento que diz respeito à segurança pública. Segundo ele. Os recursos consignados para o setor de segurança pública deveriam ser liberados integralmente sob pena de crime de responsabilidade a que estariam sujeitos o Presidente da República e o Ministro da Justiça, caso não os aplicassem. Esse projeto foi aprovado no Senado por unanimidade. Ele está parado na Câmara dos Deputados. A orientação do Ministério da Fazenda foi contrária à aprovação do projeto.

Portanto, o que é mais grave...É grave evidentemente essa distinção entre um Estado e outro, é grave a agressão ao princípio da isonomia.

E aqui os chamados especialistas dizem, entre outras coisas, que o desempenho eleitoral do Presidente Lula pode ter sido o agravante. O Governo tende a beneficiar não somente o Estado de aliados, mas também o Estado onde os eleitores são mais favoráveis. Esse especialista diz que o Rio Grande do Sul, por exemplo, tem mais recursos do que o Paraná, porque o Presidente foi melhor votado lá.

Eu até nem me lembro. O Senador Pedro Simon diz que não. Logo, esse especialista não acertou aqui na sua dissertação, ele não está matando a charada, não está dirimindo esse enigma: por que um Estado recebe mais que outro Estado.

Enfim, não basta a consignação no Orçamento da União. É preciso que se aplique o recurso. Por exemplo, o jornal diz que, em relação às emendas parlamentares, foram liberadas, no ano passado, 47,3%, das do

Paraná. E a Bancada paranaense é majoritariamente governista. São poucos os oposicionistas no Paraná. São poucos aqueles que fazem Oposição.

Então, não podemos afirmar nem mesmo que é perseguição política, discriminação ou que Bancadas oposicionistas não estão sendo contempladas. Não podemos afirmar nem isso.

O que há, na verdade – porque ao final do ano muitos ministérios devolvem recursos ao Tesouro Nacional pois não os aplicaram – o que há é incompetência administrativa. Apesar de sete anos de Governo, os atuais governantes não aprenderam ainda. É por isso que obras estão paralisadas (algumas, ou muitas) porque são superfaturadas e o Tribunal de Contas determina sua paralisação.

Veja, Senador Flávio Arns, no Paraná, o Governo – digo sempre – é muito bom de anúncio, é muito bom de **marketing**, o presidente alcança índices de aprovação popular recordes, mas o que acontece na realidade? Em relação ao Paraná, em relação a recursos para o Estado, as promessas são megalomânicas. Por exemplo: ferrovia de Paranaguá à Antofagasta no Chile. Ora, a ferrovia de Curitiba à Paranaguá é centenária, superada e sem condições de arcar com a carga que vem do oeste do Estado em função da construção da Ferroeste, que teve início inclusive quando fui Governador.

Além disso, prometeram aqui – e fizeram alarde da promessa – que teríamos um trem-bala, saindo de Curitiba e chegando a Belo Horizonte, em Minas Gerais, em alta velocidade, um trem-bala maravilhoso. E nada acontece no Estado.

Então, somos obrigados a ler que, sem articulação, o Paraná fica na rabeira nos repasses da União. Mas existe articulação, porque as promessas são feitas.

Certamente essas promessas são feitas em razão da articulação política dos governistas do Paraná, que fazem com que a Ministra Dilma inclua no PAC o trem-bala, a ferrovia que vai até o Chile e mantenha obras como a Estrada Boiadeira, por exemplo, inconclusas há 20 anos. Quer dizer, não é só responsabilidade do atual Governo, mas são 7 anos de irresponsabilidade em relação a essa obra – e não há nenhuma importância em citá-la, cito-a como poderia citar outras –, cuja terraplanagem nós realizamos no nosso Governo. Além da terraplanagem realizamos as obras de arte, 20 km de pavimentação, e vamos completar em 15 de março do próximo ano 20 anos. Vinte anos se passaram e nada se fez. Perderam-se as obras de infraestrutura, as obras de arte e a terraplanagem realizadas e nada se fez. Todos os anos a Bancada do Paraná inclui no

Orçamento da União recursos para essa obra e ela não acontece.

Então, eu creio que o endereço aqui está errado. Perdoe-me o jornalista responsável por essa matéria. Ele acertou na crítica, a crítica é necessária, é honesta. Agora, o endereço está errado. O endereço é o Palácio do Planalto, não há outro endereço. O descaso é do Presidente da República. No Brasil muitos se acostumaram fazer a corda arrebentar sempre do lado mais fraco...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou conceder o aparte, Senador Suplicy.

Vamos criticar o Parlamentar, o Deputado Federal, quem sabe até o Senador – no meu caso é impossível porque eu sou da Oposição, mas de qualquer maneira estou aqui fazendo justiça...

No meu caso é impossível porque sou da Oposição, mas de qualquer maneira estou aqui fazendo justiça àqueles que são do Governo e são parlamentares. É mais fácil criticar o parlamentar. O Presidente Lula não é responsável por nada. A única responsabilidade do Presidente da República é o alto índice de popularidade que alcança nas pesquisas. De resto, não é responsável por mais nada. Corrupção? Não. O Presidente nunca viu, nunca ouviu, nunca soube. Agora, provavelmente está vendo porque não é do Partido dele. Até deve aplaudir que o Governador de Brasília tenha sido preso. E os mensaleiros de 2005? O Presidente pediu a prisão deles? É óbvio que não pediu. Ele não viu, ele não soube, ele não ouviu. Nos temos até aqueles que, na imprensa livre e democrática do nosso País, na província, acabam assimilando esse comportamento. “Não, o Presidente da República não tem responsabilidade, quem manda mais é o deputado. O Presidente não manda.” Mas é que o Presidente não vê, não ouve. Quantas vezes, nesses sete anos, estive nesta tribuna criticando o Governo por abandonar o meu Estado? Quantas vezes compareci a esta tribuna para criticar o descaso do Governo com o Paraná? Quantas vezes estive aqui para denunciar a mentira, a farsa da promessa fácil dos trens-balas?

Ora, Sr. Presidente, é preciso responsabilizar quem responsabilidade tem, como é necessário homenagear quem homenagem merece. Neste caso, cabe a crítica, mas a crítica tem que ser direcionada ao Poder Executivo.

Quando eu fui Governador, perdoem-me lembrar, ninguém no Paraná reclamava a ausência de recursos federais. Ao contrário, outros Estados reclamavam que o Paraná era beneficiado em excesso, que, por exemplo, tinha 18% do Orçamento da Caixa Econômica

ca para investimento. Não vou dizer qual a razão. Não preciso nem dizer, pois as pessoas são inteligentes, aqueles que estão nos ouvindo agora pela TV Senado são inteligentes e sabem por que. Enfim, como sabem as pessoas inteligentes, a responsabilidade não é do deputado na elaboração do orçamento; o orçamento é elaborado lá no Governo, coordenado pelo Ministro do Planejamento, remetido ao Congresso Nacional, onde a maioria governista aprova. É um presidencialismo forte.

Exigir dos parlamentares que promovam alterações de profundidade no orçamento é exigir demais. Vejam o ultimo exemplo. Surpreendentemente até, o Congresso Nacional denuncia obras superfaturadas atendendo as auditorias do Tribunal de Contas e determina o impedimento e determina o impedimento: recursos públicos não podem ser repassados para obras superfaturadas. E elas são bloqueadas. O Presidente da República simplesmente vetou, e os recursos estão sendo liberados. Esse é um exemplo que demonstra a força do Executivo, num presidencialismo forte que submete o Congresso Nacional.

Portanto, vamos responsabilizar quem tem responsabilidade. Não há como fazer uma postura de ingenuidade diante de um fato tão visível como este. Não há como ignorar a realidade. O Orçamento é elaborado, é uma peça de ficção; o Governo não o executa, aplica os recursos que lhe convém aplicar, especialmente no ano eleitoral.

Eu vou conceder um aparte ao Senador Suplicy. Espero que V. Ex^a hoje não venha com uma marchinha de Carnaval, porque já quarta-feira de Cinzas, mas é com prazer que concedo um aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR) – Senador Suplicy, só um minuto. Eu só gostaria que, depois do aparte, que foi o único pedido, pudesse haver o encerramento da fala também, já que o tempo foi ultrapassado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Para mim está suficiente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a foi Governador, é Senador e, obviamente, conhece o Paraná melhor do que eu. Já o visitei diversas vezes. Estive lá fazendo palestras. Inclusive, tive o prazer de dialogar com V. Ex^a nas universidades do Paraná. Mas, quando V. Ex^a aqui observa que nada do Programa de Aceleração do Crescimento foi realizado no Paraná, até estranhei porque me parece que V. Ex^a sempre procura ser justo para com os dados. Olhei aqui inúmeras notícias sobre o PAC no Paraná. Apenas para dar um exemplo, a Companhia de Habitação do Paraná observa que os investimentos, por exemplo... Vou citar alguns brevemente.

Em Piraquara, investimento de R\$91 milhões provenientes do PAC para urbanização de favelas e habitação nas micro-bacias dos rios Itaqui, Iraí e Piraquara, e tem uma série de detalhes. Logo a seguir, há também no Município de Colombo um investimento de R\$19 milhões para urbanização de favelas e habitação nas bacias dos rios Palmital, Atuba, Arruda, e assim por diante, com diversos outros detalhes. Em Campo Magro, investimento de R\$13,2 milhões; em Pinhais, R\$36,8 milhões. Isso pelo órgão oficial, inclusive assinado pelo Sr. Rafael Greca de Macedo, da Companhia de Habitação do Paraná, que é um órgão do Governo Roberto Requião que coopera com o PAC. Então, pelo menos aqui, estão informações de ações efetivas que têm sido realizadas e relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento. V. Ex^a mencionou outros aspectos, mas disse que nada havia. Então pelo menos aqui observo que o próprio dado oficial do Governo do Estado do Paraná registra cooperação entre o Governo Federal, por meio do PAC, e o Governo do Estado do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Talvez V. Ex^a não tenha ouvido de forma completa o pronunciamento, porque eu disse que não há nenhuma obra importante inaugurada nesses sete anos. Existe obra em andamento, inclusive, com denúncia de superfaturamento do Tribunal de Contas. O Contorno Norte de Maringá, por exemplo, foi uma obra do PAC em andamento e que está prestes a ser paralisada em função de estar superfaturada. No aeroporto existiam obras também que foram paralisadas em função do superfaturamento.

Enfim, V. Ex^a fez referência a alguns recursos na região metropolitana de Curitiba, mas o Paraná não merece só isso! Isso é insignificante diante da grandeza do meu Estado. São anúncios feitos, mas eu não vi o Presidente inaugurando nem mesmo essas ações administrativas referidas por V. Ex^a. Não estou dizendo que elas não existam. Elas devem estar em curso, mas são insignificantes diante da grandeza do Estado do Paraná. O que se fez nesses sete anos no meu Estado é muito pouco diante do que o Estado oferece ao País como contribuição.

Eu tinha, Sr. Presidente, o dever de fazer esse pronunciamento para, do ponto de vista do meu entendimento pessoal, colocar no devido lugar as críticas que foram veiculadas pelo jornal *Gazeta do Povo*, do Paraná.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR)

– Agradeço ao Senador Alvaro Dias e, apesar de estar na condição de Presidente dos trabalhos neste momento, quero ser solidário com a análise que foi feita da reportagem, muito profunda, muito adequada e que tem que ser também neste sentido pensada pelo povo do nosso Estado.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência transfere as matérias constantes da pauta de hoje para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

São as seguintes as matérias transferidas:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 469, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.*

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Geovani Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 20-11-2009)

Prazo final prorrogado: 15-3-2010

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello

(Sobrestando a pauta a partir de: 28-11-2009)

Prazo final prorrogado: 23-3-2010

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador César Borges (Sobrestando a pauta a partir de: 17-2-2010)

Prazo final: 3-3-2010

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009

(*Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição*)

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno*)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.*

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19-12-2009).

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tripliques do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo),

que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de traba-

lho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*:

Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas,

Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Rissomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para ga-

rantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum) Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça,

da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de auto-

ria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.*

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004– Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005– Complementares; 141, 231 e 261, de 2006– Complementares; 265 e 684, de 2007– Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005– Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003–Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complemen-

tar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador

Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. – 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004– Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005– Complementares; 141, 231 e 261, de 2006– Complementares; 265 e 684, de 2007– Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005–Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004– Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005– Complementares; 141, 231 e 261, de 2006– Complementares; 265 e 684, de 2007– Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006–Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valada-

res, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004– Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005– Complementares; 141, 231 e 261, de 2006– Complementares; 265 e 684, de 2007– Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006–Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar,

de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 –
COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Comple-

mentar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea *g* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador

Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epiácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *b* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

70

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da

Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

74

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desamparamento da Proposta de

Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

75

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

76

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

77

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

78

REQUERIMENTO Nº 1.313, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.313, de 2009, do Senador Flávio Arns,

solicitando voto de rejúbilo ao embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, comemorado em 30 de setembro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 2.772, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares.

79

REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).

80

REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).

81

REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta do

Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regularizar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).

82

REQUERIMENTO Nº 1.516, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.516, de 2009, do Senador Lobão Filho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 355, de 2004; 8 e 18, de 2005; 45, de 2006; 42, de 2007; 54, de 2009; e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2007; 55 e 75, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (prestadoras de serviços públicos).

83

REQUERIMENTO Nº 1.549, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.549, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 465, de 2008; e 194, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138, de 2008; e 115, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (deduções na base de cálculo do imposto de renda de pessoas físicas).

84

REQUERIMENTO Nº 1.576, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.576, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 318, de 2003; e 64, de 2005, por regularem a mesma matéria (reintegração de posse).

85

REQUERIMENTO Nº 1.580, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.580, de 2009, do Senador João Tenório, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 86, de 2004; e

345, de 2006, por regularem a mesma matéria (inseção de impostos sobre instrumentos musicais).

86

REQUERIMENTO Nº 1.582, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.582, de 2009, do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera o art. 192 da CLT para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade).

87

REQUERIMENTO Nº 1.590, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.590, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 149, de 2008; e 251, de 2009, por regularem a mesma matéria (denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará).

88

REQUERIMENTO Nº 1.591, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.591, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (utilização de recursos arrecadados pela União das indústrias que exploram o fumo e as bebidas alcólicas para utilização na saúde).

89

REQUERIMENTO Nº 1.596, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.596, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2009, a fim de aguardar documentação prevista na Resolu-

ção nº 3, de 2009, do Senado Federal (outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada).

90

REQUERIMENTO Nº 1.628, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.628, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, que solicitando a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008 (permissão de porte de arma de fogo a carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal).

91

REQUERIMENTO Nº 1.629, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.629, de 2009, do Senador Renato Casagrande, que solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 201, de 2003; 475, de 2007; e 342, de 2008; por regularem a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).

92

REQUERIMENTO Nº 1.630, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.630, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, que solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 158 de 2002; nº 201 de 2003; e nº 475 de 2007, com o de nº 107 de 2009, por versarem sobre a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).

93

REQUERIMENTO Nº 1.631, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.631, de 2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (arren-

damento das retransmissoras de televisão na Amazônia Legal).

94

REQUERIMENTO Nº 1.633, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.633, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (divulgação de lista de material escolar antecipada).

95

REQUERIMENTO Nº 1.635, DE 2009

Votação do Requerimento nº 1.635, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2004; 123, de 2007, e 252, de 2008, que já se encontram apensados por regularem a mesma matéria (práticas de telemarketing).

96

REQUERIMENTO Nº 1.641, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.641, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 131, 142 e 304, de 2007; e 34, 64, 65 e 78, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (incentivo fiscal pela preservação florestal).

97

REQUERIMENTO Nº 1.643, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.643, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro por meio eletrônico).

98

REQUERIMENTO Nº 38, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 38, de 2010, do Senador Inácio Arruda, solicitando a criação de Comissão Representativa do Senado Federal, composta por dois Senadores, com o objetivo de comparecer à posse do Presidente do Uruguai, José Mujica, do Vice-Presidente Danilo Astori e demais Ministros de Estado e participação no Seminário sobre Experiência de Construção Unitária da Frente Ampla, que se realizarão entre os dias 1º a 3 de março de 2010, em Montevideo, Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR)

– Passo, em seguida, a palavra ao Senador Pedro Simon. Eu quero anunciar também que, na seqüência, terá a palavra o Senador Valdir Raupp, como Líder, e, em seguida, o Senador e amigo, Eduardo Suplicy.

Com a palavra, então, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na quinta-feira passada, pela manhã, reuni-me com a minha Assessoria para analisarmos o pronunciamento que iria fazer naquela tarde. Durante o recesso, estudei com atenção dois assuntos que muito atraíam o meu interesse.

O primeiro deles é a situação delicada que vive o Judiciário brasileiro em função da frequente revisão de decisões de juízes de primeira entrância por parte de membros dos Tribunais Superiores. Na verdade, eu me concentrei no estudo do caso do juiz Fausto De Sanctis, que atua em dois processos de grande presença na mídia, resultantes das operações Satiagraha e Castelo de Areia.

O outro assunto sobre o qual eu havia me debruçado com a finalidade de fazer um pronunciamento era a comemoração, naquela mesma quinta-feira da semana passada, dos 20 anos da libertação de Nelson Mandela, após 27 anos na prisão. Considero Mandela o maior estadista vivo nos dias de hoje. Acho que ele se transformou num dos maiores homens públicos do século passado, quando ele fez a transição pacífica de um regime racista, cruel e violento para a democracia multirracional. Sem ele, sem sua grandeza, sem sua imensa capacidade de perdoar, a África do Sul teria mergulhado numa guerra fratricida.

Ao final da reunião, ficou decidido que eu deveria falar sobre Nelson Mandela. Afinal, na Justiça brasileira, ano após ano, não se vêem muitas mudanças para melhor. Permanece sempre a frustrante sensação

de impunidade na realidade brasileira, olhando todos os seus poderes. É verdade que a recente criação do Conselho Nacional de Justiça vem apresentando bons serviços à Nação, mas também é verdade que os processos se arrastam por anos, dando a impressão de que só os que têm bons advogados é que obtêm justiça neste País.

Pois bem, quinta-feira eu vim a esta tribuna e falei sobre Nelson Mandela. Ao descer para o plenário, fui informado de que o Governador de Brasília, José Roberto Arruda, havia sido preso naquele momento. Não acreditei. Simplesmente não acreditei no que estavam me dizendo.

No entanto, em seguida, fui entrevistado pelos jornalistas e “caí na real”. Caí na real, como dizem os jovens. Realmente, o Superior Tribunal de Justiça havia dado uma ordem de prisão contra o Governador, que já se encontrava recolhido nas dependências da Polícia Federal. Atitude inteligente a do Governador: não esperou que o viessem buscar e, espontaneamente, foi ao órgão da Polícia Federal para se entregar.

Já no gabinete, comentei com meus assessores o que poderia ter ocorrido: enquanto eu estivesse na tribuna comentando a necessidade urgente de uma justiça efetiva e eficiente neste País, algum dos Srs. Senadores poderia se levantar e derrubar o meu pronunciamento com um simples aparte, informando que o Governador do Distrito Federal havia sido preso.

Mais tarde, voltei a examinar o pronunciamento sobre a Justiça que eu havia preparado. Num primeiro momento, pensei em não divulgá-lo mais. No entanto, concluí que o que aconteceu no Brasil, embora seja um avanço, é ainda apenas um passo em direção à Justiça que queremos. É um grande passo, sem dúvida, mas o primeiro grande passo.

Assim, estou aqui hoje para analisar a Justiça brasileira, especialmente no que se refere ao choque entre juízes de primeira entrância e tribunais superiores. Faço agora, portanto, o pronunciamento que poderia ter feito na semana passada. Ao final dele, comentarei a sentença contra o Governador de Brasília e as muitas e intrincadas questões políticas levantadas por esse fato.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trato de um dos mais graves problemas da área pública justo neste momento em que começamos o ano de 2010, ano da disputa presidencial, ano de acirramento dos ânimos políticos, ano de uma eleição que promete ser das mais duras já enfrentadas após a redemocratização.

Quero tratar da Justiça brasileira. Aliás, num valoroso artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em 24 de dezembro passado, a Procuradora da República Janice Agostinho Barreto Ascari dá uma dimensão

do problema. “A Justiça na UTI” é o título do referido artigo. Nesse texto, a procuradora examina todas as graves implicações dos desdobramentos jurídicos da conhecida Operação Satiagraha.

Leiamos os três primeiros parágrafos do referido artigo:

“Após sucessivas intervenções jurídicas incomuns, encontra-se agonizando, em estado grave, um dos mais escabrosos casos de corrupção e crimes de colarinho branco de que se teve notícia no Brasil.

A Operação Satiagraha surpreendeu o País. Nem tanto pelos crimes (corrupção, lavagem de dinheiro e outros), velhos conhecidos de todos, mas, sim, pelas manifestações de autoridades e de instituições públicas e privadas em defesa dos investigados.

Nunca se viu tamanho massacre contra os responsáveis pela investigação e julgamento do caso. Em vez do apoio à rigorosa apuração e punição, buscou-se desacreditar e desqualificar a investigação criminal colocando em xeque, com ataques vis e informações orquestradas e falaciosas, o sério trabalho conjunto do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, bem como a atuação da Justiça Federal.”

Hoje, falarei aqui sobre o juiz Fausto De Sanctis, titular da 6^a Vara Criminal de São Paulo, que, jovem ainda, tem sob sua responsabilidade vários processos que ganharam o interesse da mídia por envolverem aqueles a quem podemos chamar de “pessoas de grosso calibre”.

Dos casos sob a responsabilidade do juiz De Sanctis, o mais conhecido, sem dúvida, é a Operação Satiagraha. Mas há outros dois casos igualmente intrincados e que envolvem pessoas poderosas.

A Operação Satiagraha tem como principal acusado o Sr. Daniel Dantas, badalado banqueiro, nacionalmente famoso depois que obteve do Supremo dois **habeas corpus** quase simultâneos que o livraram da cadeia, onde se encontrava por ordem do magistrado acima citado.

Duas decisões recentes de tribunais superiores, tomadas no final do ano passado, podem invalidar as investigações da Satiagraha. Uma liminar do Supremo Tribunal Federal determinou que todas as provas originais dessa operação - reunidas em doze grandes caixas - fossem retiradas do processo e levadas para Brasília. Uma liminar de Ministro do Superior Tribunal de Justiça suspendeu ações e investigações da Satiagraha.

O segundo caso de grande impacto na comunicação social que está em mãos também do jovem magistrado é resultante de uma outra operação da Polícia Federal, chamada Castelo de Areia, que investigou doações milionárias de uma conhecida construtora nacional a políticos de todos ou quase todos os principais partidos políticos brasileiros.

No processo da Operação Castelo de Areia, a investigação do juiz De Sanctis foi suspensa, em pleno recesso da Justiça, agora em janeiro, pelo Superior Tribunal de Justiça, que aceitou as alegações dos advogados da empresa no sentido de que a investigação teria sido iniciada ilegalmente por quebra de sigilo telefônico em decorrência de denúncia anônima. De nada adiantou o juiz ter explicado ao Superior Tribunal de Justiça que o caso iniciou-se com o depoimento de um colaborador da Justiça e com os resultados de outra apuração policial.

Sobre a suspensão da investigação no Castelo de Areia, a revista Carta Capital publicou, na edição de 20 de janeiro, um editorial assinado pelo destacado jornalista Mino Carta:

Mais uma telha cai sobre a cabeça do Juiz Fausto De Sanctis, da 6ª Vara Criminal de São Paulo, especializada em crimes contra o sistema financeiro nacional e lavagem. Dia 11, o juiz aceitou a denúncia do Ministério Público Federal, amparado por investigação da Polícia Federal contra três diretores da Camargo Corrêa, por lavagem precedida por evasão de divisa. Dia 14, o Superior Tribunal de Justiça paralisou a ação!

Depois de ressaltar que “o destino inescapável” levou o juiz a tomar decisões que atingiram “enormes interesses, econômicos e políticos”, o edital da conceituada revista acrescenta:

Fausto De Sanctis é jovem magistrado de figura elegante e palavras bem medidas, raramente revela alguma tensão ao apressar a fala sem elevar o tom. Sua dedicação ao mister está fora da mais pálida dúvida, bem como sua competência e integridade. O juiz não vive, porém, dias sossegados, alvo de inúmeros procedimentos administrativos e de acusações e ironias de pares e escribas, sem falar do confronto que teve que sustentar com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, quando das prisões do banqueiro Daniel Dantas. Confronto perdido, como se sabe, pelos dois habeas corpus concedidos ao banqueiro graças a decisões de Mendes tão imperiosas quanto descabidas.

Assim disse Mino Carta.

Há ainda um outro processo com grande repercussão na mídia submetido ao Juiz De Sanctis. Trata-se do conhecido caso MSI-Corinthians, que investiga uma nebulosa parceria entre o clube de futebol paulista e uma multinacional de investidores, a MSI, comandada pelo magnata russo Boris Berezovski, uma das figuras mais controvertidas do capitalismo pós-soviético, que, após o colapso do comunismo, enriqueceu com as privatizações no regime de Boris Yeltsin.

Cabe aqui um comentário que é, na verdade, uma lamentação: no Brasil hoje, aparentemente, Judiciário, Legislativo e Executivo não se debruçam mais sobre o essencial. O que se discute, por exemplo, não é o crime praticado, mas se as autoridades colocaram os carimbos corretos nas páginas certas dos processos. Ou seja, discute-se, em muitos casos, o acessório, e não o principal.

Pois bem, prossegue a Procuradora Janice:

Em julho de 2008, decretou-se a prisão dos investigados pela possibilidade real de orquestração e destruição de provas.

A prisão preventiva do cabeça da organização foi criteriosamente determinada em sólida decisão, embasada em documentos e em fatos confirmados nos autos, como a grande soma de dinheiro apreendida com os investigados, provando ser hábito do grupo o pagamento de propinas a autoridades.

Apesar de tantas evidências, o Presidente do Supremo Tribunal Federal revogou a prisão por duas vezes em menos de 48 horas. Os fatos criminosos, gravíssimos, foram ignorados. Pateticamente, o plenário do Supremo Tribunal Federal referendou o “HC canguru” (aquele habeas corpus que pula instâncias) e voltou-se contra o juiz, mas sem a anuência dos Ministros Joaquim Barbosa e Marco Aurélio – este, aliás, o único que leu e analisou minuciosamente as decisões de primeiro grau.

E continua a procuradora:

Iniciou-se um discurso lendário, insequente e retórico para incutir, por repetição, a ideia da existência de um terrível “Estado polialesco” e da “grampolândia” brasileira, uma falação histriônica a partir de um “grampo” que jamais existiu.

Lembro-me muito bem desse episódio, pelo tanto que ele acirrou a discussão entre os juristas brasileiros. Aliás, trata-se de uma decisão inusitada e preocupante do Presidente do Supremo. Um juiz de primeira instância mandava prender um cidadão, e o Presidente do

Supremo revogava tal decisão em duas oportunidades, em apenas 48 horas.

Ali eu me perguntei: será que em outros países é assim?

Será que, na França ou nos Estados Unidos, um ministro da Corte Suprema revoga decisão de um juiz e dá, em seguida, declarações bombásticas quanto a esse mesmo magistrado?

O problema, em poucas palavras, é o seguinte: estarão as decisões dos tribunais superiores brasileiros travando investigações contra poderosos ao mesmo tempo em que desprestigiam policiais competentes e humilham magistrados inflexíveis?

O artigo da Procuradora Janice Ascari entra no cerne da questão:

Alcançou-se o objetivo de afastar policiais experientes, de trabalho nacionalmente reconhecido e consagrado: o então Diretor da Abin foi convidado a deixar o cargo; o Delegado de Polícia Federal que presidiu o inquérito foi afastado das funções e corre risco de exoneração.

Outra vertente é aniquilar a atuação da Justiça de primeiro grau, afastando o juiz. Cada decisão técnica, porque contrária aos réus, passou a ser tachada de arbitrária e parcial. Muitas foram as armadilhas postas para atacar pessoalmente o juiz e asfixiar a atividade da primeira instância, por meio de centenas de petições, habeas corpus, mandados de segurança, procedimentos disciplinares.

Por falar em procedimentos disciplinares, a revista *Carta Capital* – que vem dando uma excepcional cobertura sobre o trabalho que visa a emparedar o Juiz De Sanctis – arrola as ações contra o magistrado na sua edição de 20 de janeiro do corrente ano. Diz a revista:

Desde março do ano passado, após a operação Satiagraha, o Tribunal Regional Federal instaurou, a cargo de De Sanctis, cinco procedimentos administrativos, dos quais três foram arquivados e dois estão em curso. Mais cinco foram da lavra do Supremo Tribunal Federal: três arquivados e dois em curso. E mais três pelo Conselho Nacional da Justiça: dois em curso e um arquivado. Acrescente-se uma chuva de reclamação diversas no Supremo.

Voltemos ao artigo da Procuradora Janice:

No apagar de 2009, duas decisões captaram a atenção da comunidade jurídica. A primeira, pelo ineditismo: na Reclamação 9324,

ajuizada diretamente no Supremo Tribunal Federal, alegou-se dificuldade de acesso aos autos.

O juiz informou ter deferido todos os pedidos de vista. Sobreveio a inusitada liminar: o ministro Eros Grau determinou que todas as provas originais fossem desentranhadas do processo (!) e encaminhadas ao seu gabinete. Doze caixas de provas viajaram de caminhão por horas a fio e agora repousam no STF.

A segunda foi a liminar dada pelo ministro Arnaldo Esteves Lima, do STJ, na véspera do recesso. Por meio de uma decisão pouco clara e de apenas 30 linhas, apesar da robusta manifestação contrária da Procuradoria-Geral da República, todas as ações e investigações da Satiagraha foram suspensas e poderão ser anuladas, incluindo o processo no qual já houve condenação por corrupção.

A alegação foi de suspeição do juiz, rechaçada há mais de um ano pelo TRF da 3ª Região. Curiosamente, o réu não recorreu naquela ocasião. Preferiu esperar dez meses para impetrar Habeas Corpus no STJ, repetindo a mesma tese. As duas decisões são secretas. Não foram publicadas e não constam dos sites do STF e do STJ. Juntas, fulminam uma megaoperação que envolveu anos de trabalho sério. Reforçam a sensação de impunidade para os poderosos, que jamais prestam contas à sociedade pelos crimes cometidos.

Sr. Presidente, passo agora a tratar da Operação Castelo de Areia. O rolo compressor moveu-se desde o momento em que o juiz De Sanctis aceitou denúncia do Ministério Público contra diretores da construtora Camargo Corrêa por julgar convincentes as provas de que eles teriam enviado dólares a paraísos fiscais.

Sobre a operação Castelo de Areia, a revista *Carta Capital* informou que a Procuradora da República responsável pelo caso, Karen Louise Kahn, lamentou a decisão do Superior Tribunal de Justiça, já que o ministro que a firmou teria sido “induzido a erro por advogados ao deferir liminar sem ouvir o Ministério Público Federal”.

Segundo a Procuradora Karen Louise Kahn, a atuação do Ministério Público Federal, durante toda a investigação, “foi inteiramente pautada na legalidade, fornecendo à Justiça Federal todos os elementos necessários à concessão de medidas constritivas, como a interceptação telefônica, que acabou sendo deferida pelo juízo de forma legal e fundamentada”.

A ação referente ao caso Castelo de Areia foi suspensa, provisoriamente, no dia 14 de janeiro, quando

o Ministro César Asfor Rocha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, concedeu *habeas corpus* em favor dos acusados em função da existência de supostas provas ilícitas no processo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero comentar aqui a “sensação de impunidade” que atinge hoje todos os cidadãos brasileiros.

Existem vários estudos que avaliam a sensação que os cidadãos têm, por exemplo, em relação à impunidade reinante em suas sociedades.

O que se sabe é que a sensação de impunidade no Brasil é fortíssima. Isso ocorre porque os telejornais mostram todo dia criminosos comuns sendo enfiados num camburão, mas quase nunca apresentam um figurão sendo levado para a cadeia.

O que está na mente do cidadão brasileiro é o sorriso de gente graúda ao sair da cadeia cercada por seus advogados altamente remunerados.

Acontece, porém, que nós vimos, recentemente, na televisão norte-americana, o banqueiro Bernard Madoff, autor do maior golpe de pirâmide financeira da história, sendo xingado nas ruas de Nova Iorque ao ser conduzido ao tribunal.

Sr. Presidente, o problema é, repito, da maior gravidade. E pergunto eu: Será mesmo que os setores mais altos da nossa Justiça estão em divergências profundas com os magistrados das instâncias iniciais?

Essa é uma pergunta inconcebível num país democrático.

Mas eu pergunto ainda: Haverá fundamento na sensação que temos de que impera a impunidade em nosso País?

Será que os ricos, os poderosos, os magnatas, as grandes empresas e os políticos poderosos saem sempre vencedores nas causas que enfrentam na Justiça brasileira, aqui no Congresso ou no Poder Executivo?

Essas são as perguntas que me constroem.

As respostas a essas perguntas também me constroem.

Repito aqui, Sr. Presidente, o trecho final do artigo da Procuradora Janice Ascari, publicado pela **Folha de S. Paulo**: “A sociedade precisa de segurança e de voltar a ter confiança na Justiça imparcial, aquela que deve aplicar a lei a todos, indistintamente”.

Sr. Presidente, aqui eu acabava o meu discurso que eu leria na quinta-feira. Se V. Ex^a me permite, eu acrescento os fatos que aconteceram depois de quinta-feira.

Hoje, eu mantenho aqui essas indagações delicadas, mesmo depois da prisão do Governador do Distrito Federal, acusado de tentar subornar testemunhas, após ter sido apontado inicialmente como mentor, aqui

na capital, de um sistema de mensalão, ou seja, de pagamento de uma certa quantia mensal a Deputados de sua base política na Câmara Distrital.

Pelo que informam os jornais, a corrupção em Brasília atingiu números extraordinários.

Esse sistema de “sustentação política” não é privilégio único do Distrito Federal.

Uma acusação semelhante contra o Governo Federal derrubou, anos atrás, o então todo-poderoso Ministro José Dirceu e arrastou junto com ele mais de uma dezena de destacados petistas e de outros partidos. Aliás, cabe, aqui, um comentário. Desde o momento em que caiu o Sr. José Dirceu e assumiu a Casa Civil a Ministra Dilma Rousseff, o Governo Lula deu um salto de qualidade. Mudou para melhor, ficou mais eficiente, menos autoritário.

Mas voltemos à Operação Caixa de Pandora.

Antes de tudo, quero saudar o Ministro Fernando Gonçalves, que determinou a prisão do Governador. Pelo que diz a imprensa, trata-se de um magistrado cauteloso e discreto, como costumam ser os juizes nascidos em Minas Gerais. Pelo que dizem aqueles que o conhecem, para tomar atitude de tal grandeza, ele deve ter refletido muito e deve ter examinado à exaustão um grande número de provas arrasadoras.

Também me chamou a atenção o fato de o Ministro Fernando Gonçalves ter obtido, pouco depois de sua decisão, a confirmação de seu veredicto pelo Pleno do Superior Tribunal de Justiça. Esta, embora sendo uma atitude jurídica, pareceu-me ter um secreto conteúdo político, melhor dizendo, de sabedoria política. Porque, depois da reunião do Pleno, ficou mais difícil revogar uma decisão coletiva, tomada por alguns dos ministros mais destacados desta Nação.

A rapidez: saiu da decisão do Ministro Relator e, cinco minutos depois, saiu a decisão do Pleno. Foi realmente algo inédito. Não me lembro de alguma coisa conhecida. O normal é ele ter decidido na quinta, e o Tribunal se reunia a partir de amanhã ou depois. E, nesse espaço de tempo, teria sido, talvez, mais fácil um **habeas corpus** levado ao Tribunal Superior ter decisão.

Mas a decisão tomada pelo Tribunal foi altamente positiva. E aí, então, tivemos a negação pelo Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, de um pedido de **habeas corpus** impetrado em favor do Governador, pelos seus advogados. No seu despacho, o Ministro Marco Aurélio disse que a decisão de prender o Governador havia sido tomada com “esmero insuperável”.

Transcrevo aqui um trecho que me parece excelente do despacho do Ministro Marco Aurélio:

“Se, de um lado, o período revela abandono a princípios, perda de parâmetros, inversão de valores, o dito pelo não dito, o certo pelo errado e vice-versa, de outro, nota-se que certas práticas repudiadas a não mais poder, pelos contribuintes, pela sociedade, não são mais escamoteadas, elas vêm à baila para ensejar a correção de rumos, expungida a impunidade. Então, o momento é alvissareiro.”

Após a prisão do Governador, os fatos políticos ganharam velocidade. Quatro organizações ingressaram na justiça com pedido de **impeachment** do vice-Governador do Distrito Federal, Sr. Paulo Octávio, agora exercendo a governança. Simultaneamente, o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, entrou no Supremo com pedido de intervenção federal no Distrito Federal.

A tese de intervenção federal – pelo que nos informa a Imprensa – não encontra guarida nem no Palácio do Planalto, nem no Supremo e muito menos no Congresso Nacional.

O Presidente Lula – que, num primeiro momento, disse que as imagens de gente botando dinheiro nas meias não falavam por si, mas que, depois, se disse chocado – não quero ônus de indicar a figura sempre antipática um interventor em um ano eleitoral.

Os Ministros do Supremo dizem que é preciso exaurir as três instâncias de sucessão – vice-Governador, Presidente da Câmara Distrital, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal – antes de decretar a intervenção.

No Legislativo, a votação de um pedido de intervenção bloquearia a votação das Propostas de Emenda à Constituição neste ano eleitoral. Ou seja, ela simplesmente acabaria com a nossa produtividade legislativa, hoje baixíssima.

O Presidente da Câmara e Presidente do meu Partido, o Deputado Michel Temer, disse aos jornais: “A regra constitucional é a não intervenção”. E acrescentou: “O normal é seguir o rito institucional. Se houver problemas com o vice-Governador, assume o presidente da Câmara Legislativa. Se der problema, o Presidente do Tribunal de Justiça. Se nada der certo, aí sim, vem a intervenção, que é a excepcionalidade”.

Agora, estamos aguardamos as decisões do Supremo.

Confirmarão os Ministros do Supremo a decisão do Ministro Fernando Gonçalves? Decidirão a favor da manutenção da ordem de prisão contra o Governador? Como reagirão os Ministros do Supremo diante do pedido de intervenção?

A crise política de Brasília se arrasta há mais de oitenta dias.

Sou um admirador da obra de Juscelino Kubitschek. A criação de Brasília serviu para favorecer o desenvolvimento acelerado dos Estados que hoje são relevantes para a economia nacional, como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Tocantins, sem falar em seus efeitos benéficos sobre Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Piauí. No entanto, a representação em Brasília apresentou muitos problemas. Em cerca de vinte anos de presença no Senado, a capital da República perdeu três Senadores, dois deles renunciaram ao mandato e um terceiro foi cassado pelos seus pares.

Eram essas reflexões que eu queria com os Srs. Senadores.

Ao encerrar, Sr. Presidente, peço que seja anexada ao meu pronunciamento uma nota à imprensa distribuída pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJufe) sobre os devastadores desdobramentos das operações Satiagraha e Castelo de Areia.

Diz a nota emitida no dia 19 de janeiro de 2010, assinada em Brasília pelo Juiz Fernando César Baptista de Mattos, Presidente da Ajufe.

“A Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE), a propósito das recentes manifestações divulgadas na imprensa acerca das decisões do Superior Tribunal de Justiça, que suspenderam as ações penais abertas em decorrência das chamadas operações ‘Satiagraha’ e ‘Castelo de Areia’, vem a público, uma vez mais, defender a independência dos magistrados e salientar que a reforma de decisões deve ser vista pela sociedade como fato normal no Estado Democrático de Direito.

Diariamente, são proferidas milhares de decisões pelos juizes e tribunais brasileiros, a partir do livre convencimento e da interpretação dos fatos, da Constituição e das leis. Cada uma dessas decisões agrada uma parte do processo e desagrade a outra.

A independência funcional da magistratura é uma garantia fundamental do Estado Democrático de Direito e da cidadania, não podendo, por qualquer forma ser diminuída. A possibilidade de recorrer das decisões judiciais também integra o mesmo rol de garantias fundamentais. Portanto, a decisão judicial por órgão de primeiro grau de jurisdição, o recurso em razão dela interposto e a decisão de órgão de instância superior, reformando ou não a decisão primeira, são fatos normais do cotidiano judiciário.

O que não se pode aceitar é a tentativa, cada vez mais reiterada, de, a partir da reforma de uma decisão judicial, pretender-se desqualificar o magistrado que a proferiu. Isso deve ser repellido com veemência.

A independência dos juizes brasileiros, seja qual for a instância que integrem, é es-

sencial para a democracia. Atacar um magistrado pela decisão que proferiu é atacar a democracia.

A Ajufe, portanto, rejeita toda e qualquer tentativa de desmoralização pública de seus associados e não se furtará a manifestar-se sempre que necessário.”

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero expressar minha solidariedade à manifestação de V. Ex^a em apoio ao trabalho do juiz Fausto de Sanctis. Quero informar-lhe, Senador Pedro Simon, como já lhe contei na semana passada, que, quando houve a primeira tentativa de diminuir o trabalho do juiz Fausto De Sanctis, eu, que não o conhecia, resolvi visitá-lo em seu gabinete na Justiça Federal de São Paulo, e muito bem fiquei impressionado com a postura, os valores e a forma de estudar em profundidade e com tanta seriedade os diversos processos nos quais ele se aprofundou, agindo com muita correção, no meu entender. Avalio que a manifestação da Ajufe em defesa dos atos do juiz Fausto De Sanctis é muito positiva. Quero fazer uma sugestão, Sr. Presidente: que a manifestação hoje tão importante do Senador Pedro Simon seja encaminhada ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, bem como ao Conselho Nacional de Justiça, que coincidentemente também é presidido pelo Ministro Gilmar Mendes. Mesmo que o discurso do Senador Pedro Simon faça uma avaliação crítica das decisões de *habeas corpus* do Ministro Gilmar Mendes, avalio que se trata de texto muito relevante e que precisa ser apreciado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal e pelo Conselho Nacional de Justiça. É a sugestão que aqui formulo. Vou ser breve agora, até em consideração ao Senador Valdir Raupp, mas eu queria muito também expressar a minha alegria de compartilhar com o sentimento de V. Ex^a com respeito ao Presidente Nelson Mandela e tudo o que conseguiu realizar na África do Sul. Recomendo, Senador Valdir Raupp, o filme tão belo, “Invictus”, a que V. Ex^a assistiu. Eu tenho recomendado às pessoas, meus filhos todos assistiram, e quero que meus netos assistam, que meus amigos, que todas as pessoas assistam a esse belo filme, dirigido por Clint Eastwood e que tem no papel de Nelson Mandela um dos melhores atores – Morgan Freeman, que possivelmente ganhará o Oscar de melhor ator. Mas ele até se assemelha com Nelson Mandela na sua forma de ser, seus valores, e com isso enriqueceu muito...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Diz a informação que foi o próprio Mandela que escolheu o ator que ia fazer o seu papel.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito bem. Mas eu comungo com todo o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR) – Senador Suplicy, peço brevidade. É um prazer sempre escutá-lo e refletir com V. Ex^a, mas só em função também...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Já terminei. Fica a sugestão à Presidência do Senado de encaminhar o pronunciamento do Senador Pedro Simon para exame ao próprio Presidente do Supremo Tribunal e Presidente do Conselho Nacional de Justiça, porque o Senado tem uma função muito especial junto a esses organismos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR) – Isso será apreciado, na forma do Regimento, para se vislumbrar a possibilidade.

Mas, sem dúvida alguma, eu também compartilho que é um dos pronunciamentos mais importantes sobre a atual necessidade e desafios da Justiça no Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço a tolerância e o aparte de V. Ex^a. Acho que é exatamente nas coisas que estão acontecendo, com a prisão do Governador, que nós devemos meditar e refletir. Eu, conforme disse aqui quinta-feira, rezei muito pelo Governador nesse feriado.

Eu também passei em Porto Alegre, assim como o Líder do PFL, hoje DEM. Só que aproveitei e fui ao chamado Rebanhão, da Canção Nova. É muito interessante, Sr. Presidente, como várias igrejas reúnem os jovens nessa semana de Carnaval. Ali, no Ginásio de Esportes, eram milhares e milhares de jovens. O ambiente era de uma alegria muito grande. Parecia até, quase que eu diria, uma festa de Carnaval. Os hinos eram religiosos, mas a alegria era muito intensa. Achei lindo o tema do encontro. Eles diziam que a tese era a seguinte: nós estávamos acostumados que quem orientava os filhos, quem levava os filhos para a educação, para a religião, para a fé, para Deus, para as coisas certas na família eram os pais.

Mas os jovens hoje se queixavam muito: eu sou o único na minha família que vai à igreja. Eu sou o único na família que vai ao rito, ao culto, à missa, meus pais não querem mais nada. Aí o pastor, o pregador diz: “Não diga isso. Você não é o único. Você é o representante que Deus mandou para levar essa ideia a sua família.”

E, realmente, hoje tem que inverter. Se hoje as famílias estão descurando, estão se afastando, estão despreocupadas, mas você teve a sorte de participar

de um grupo de trabalho, está em um trabalho como este, você deve levar isso à sua família. E você é que poderá levar o seu pai e a sua mãe para o culto, para a missa, para as verdades, para o sentido da dignidade, da correção.

Fiquei emocionado com isso. Vou dizer aqui o que eu disse no ano passado, a mesma coisa, e não adianta nada: eu acho o carnaval uma festa magnífica. Acho que hoje as escolas de samba do Rio e São Paulo, principalmente, são verdadeiras aulas em que a gente aprende. E digo que não é só mulher sem roupa, são coisas bonitas que a gente vê. Mas não entendo por que no Carnaval, no sábado, no domingo, na segunda, na terça e na quarta, noticia-se no jornal da televisão 80% sobre carnaval e os outros 20% sobre crimes e acidentes que aconteceram no mundo inteiro: descarrilhou um trem na Bélgica, houve um congestionamento de 40 carros nos Estados Unidos, um marido deixou a mulher presa durante 40 horas no Rio Grande do Sul.

Mas por que também não se publica esse outro lado? Por que não se chama a atenção para as pessoas que poderiam ter uma orientação? Aqui, em Brasília, por exemplo: “Ali tem o Rebanhão. Vão ali na igreja tal. Há vários lugares de retiro, de debate, de análise, de interpretação.”

Vejam o meu querido amigo Líder do DEM. Ficou em casa estudando, lendo. Disse que é o primeiro carnaval que passou em Brasília, e ficou em casa lendo, estudando, se preparando. Ele não é de carnaval, não ligou. Mas, talvez, se estivesse assistindo, poderia se lembrar, até participar. Mas ele não podia saber, não podia adivinhar. Não saiu em jornal, não saiu em nenhuma televisão uma notícia nesse sentido.

A mim isso me impressionou muito, me impressionou muito. Aliás, dois a zero para Brasília, para os jovens. Primeiro, quando aconteceu essa questão do Governador, os jovens foram para a rua, invadiram a Câmara Distrital, lotaram a frente, foram para a frente do Tribunal, foram para a frente do Supremo. De cara pintada eles foram para a rua.

Eu sou favorável, Sr. Presidente. Venho daquela época em que esses caras-pintadas derrubaram um regime de cinco generais ditadores. Eu acredito que esses caras-pintadas têm condições de mexer com esta Casa e com as outras Casas deste País.

E a outra foi o Rebanhão. Eu vi milhares, e, naqueles milhares, 90% eram jovens que estavam ali com muita alegria, debatendo, analisando os problemas da vida e da sociedade brasileira.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR) – Agradeço, Senador Pedro Simon.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, como Líder.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, nobre Senador Flávio Arns.

Quero parabenizar o nobre Senador Pedro Simon e estava, ao mesmo tempo, ansioso por causa do tempo, mas atento ao seu sempre brilhante pronunciamento. Tenho um compromisso também com minha esposa de ir à missa hoje e estou aqui olhando o relógio. A missa é às 19 horas, mas vai dar tempo tranquilo de fazer o meu pronunciamento e ainda ir à missa daqui a pouco.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, que tanto admiramos, informa ser possível zerar a condição de pobreza extrema de cerca de 20 milhões de brasileiros em curto espaço de tempo. Eram 40 milhões até pouco tempo. Hoje são apenas 20 milhões. Mas, 20 milhões é muito ainda para um país que se vangloria de ser a 8^a economia do mundo e quer chegar à 5^a economia do mundo até 2020. E ainda temos 20 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza.

Com efeito, é possível – e plenamente factível – que nos próximos seis anos 10,5% de nossa população, que recebem até 25% de um salário mínimo mensal, fiquem livres dessa terrível situação.

Trata-se, sem dúvida, de notícia auspiciosa, que merece e deve ser comemorada. Ela atesta o acerto das políticas públicas que, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, estão sendo implementadas no País. Com isso, acelera-se o ritmo de queda da pobreza no Brasil, com significativa redução da desigualdade social que, infelizmente, sempre esteve presente em nossa trajetória histórica.

Contudo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores tenhamos clareza quanto aos limites naturais que se interpõem às políticas públicas de transferência de renda. Por mais meritórias que sejam, e efetivamente o são, tais políticas perdem sua eficácia a partir de determinado momento. É quando se requer dos governos, em todos os níveis, sensibilidade e determinação para tomar decisões que assegurem a sustentabilidade do processo de redução das desigualdades e do fim da miséria extrema.

Eis o ponto a que gostaria de chegar. Dúvida não há: o que confere qualidade ao desenvolvimento – que é a condição essencial para efetiva emancipação das camadas extremamente pobres da população – é a educação. Somente por meio da educação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O mundo contemporâneo não se cansa de nos oferecer exemplos explícitos a esse respeito. Inexiste caso de nação que tenha alcançado notável nível de desenvolvimento sem que tenha oferecido aos seus filhos um sólido sistema educacional. Mais recentemente, países que se tornaram exemplos emblemáticos de superação, do atraso e da miséria, seja na Ásia ou até mesmo na velha Europa, começaram a vencer o desafio por meio da disseminação da educação de qualidade para todos.

Outro caminho não há para o Brasil. É terrível constatar, por exemplo, que mais de 90% dos pobres brasileiros não conseguiram chegar à derradeira etapa da educação básica, que é o ensino médio. Ora, há óbvia relação entre nível de escolaridade, emprego, salário e qualidade do desenvolvimento econômico. Em outras palavras, quanto maior a escolaridade, melhores serão os salários e mais complexa e sofisticada a economia.

Quem não se lembra da Coreia do Sul, que era um país pobre, subdesenvolvido. Em 30 anos apenas, por meio de investimentos maciços na educação, chegou ao Primeiro Mundo. Assim foi com o Japão também, um pouco antes da Coreia do Sul. Também era um país atrasado e chegou ao topo do mundo, como a segunda economia, perdendo agora para a China, logo abaixo dos Estados Unidos. A China, também, está neste momento fazendo uma verdadeira revolução educacional e científica, assim como a Indonésia, um país abalado por terremotos, que também está hoje ganhando as manchetes da imprensa mundial pelo seu desenvolvimento rápido e acelerado por meio da educação.

Por isso, Sr. Presidente, apelo ao Governo Federal para que se debruce sobre o grave problema da educação brasileira. Considerando que Estados e Municípios já fazem talvez mais do que efetivamente podem, cabe à União assumir um papel central no processo de construção de um sistema educacional de qualidade voltado para todos os brasileiros, sem qualquer forma de exclusão.

Está mais do que provado ser a educação integral o caminho natural e insubstituível para a construção da verdadeira cidadania e para alicerçar o pleno desenvolvimento nacional. Educação integral pressupõe colocar à disposição das crianças, adolescentes e jovens escolas fisicamente bem construídas e conservadas, com adequados equipamentos, laboratórios e bibliotecas, sem falar em condignas instalações para as práticas esportivas.

Cito aqui um exemplo – já lhe concedo um aparte, nobre Senador Adelmir Santana – de um Município do meu Estado, Ariquemes. Lá assumiu a prefeitura, há

cinco anos, um médico, que foi deputado federal por três mandatos: Confúcio Moura. Ele foi eleito e reeleito com 72% dos votos agora na última eleição para prefeito e implantou a educação integral. Está dando um verdadeiro *show* de educação naquela cidade, de educação e cidadania, tanto é que ele é aprovado por 80%, 90% da população do Município e já está pré-lançado como candidato a governador pelo PMDB. Foi aprovado em pré-convenção com mais de dois mil filiados e convencionais no último mês de novembro próximo passado, para ser o pré-candidato a governador do Estado de Rondônia, pelo trabalho que vem fazendo na terceira cidade do meu Estado, Rondônia.

Então, a educação revoluciona. E esse horário integral, nessa escola integral em Ariquemes, implantou programas simples, mas programas que funcionam; banco do povo, instalou um pequeno banco do povo, começou com R\$ 700 mil, hoje já está com mais de R\$2 milhões, já empregou mais de 500 pessoas por meio dos pequenos financiamentos de R\$2 mil, R\$3 mil, para uma micro e pequena empresa, o que está sendo uma verdadeira revolução. O banco de alimentos; casa popular, com fábrica própria da Prefeitura; asfalto pela metade do custo. Ele faz asfalto usinado, com meio-fio, drenagem, sarjeta, de primeira qualidade, a R\$180 mil o quilômetro, quando estão pagando 400 mil por asfalto inferior, de tratamento superficial duplo, pior que o CBUQ. Ele implantou uns dez, doze programas na cidade que estão dando certo.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Raupp, eu quero me reportar à parte do seu discurso que trata da escola integral. Nós sabemos que há algumas PECs, tanto aqui quanto na Câmara, tratando dessa matéria. O que a gente, realmente, precisa é que haja um compromisso de todos os governantes, em todos os níveis, com relação à educação. Eu mesmo tive a oportunidade de me reportar sobre isso. Fui Relator em uma dessas PECs, a do Senador Cristovam, que trata dessa matéria, e tenho dito sempre que, aliado a essa escola integral, nós não temos que apenas imaginar o uso de todo o tempo do aluno na escola, que é bom – tira-o das ruas, tira-o das famílias que, às vezes, nem tem como acolher ou desenvolver os trabalhos escolares. O mais importante com a escola integral, na minha visão, é a oportunidade da revisão dos conteúdos programáticos, e não apenas de uso do tempo do aluno, para dar ao ensino uma efetiva eficácia. A gente sabe que, em países com menor potencial que o Brasil, antes de chegar à universidade, os alunos são obrigados, por força de lei, a terem conhecimento de mais de uma língua, de duas línguas e até de três

línguas diferentes. No Brasil, poucos conseguem, porque têm outras oportunidades econômicas. A escola pública ou escola de formação inicial não dá essa oportunidade, e estamos em um país que tem um enorme crescimento, por exemplo, na área de turismo, mas que precisa recepcionar bem os turistas que vêm a este País. Falha na área de serviços, porque também há uma falha no processo de educação brasileira. Então, quero me associar as suas colocações em relação à questão do ensino. Muito a propósito esta Casa neste instante está sendo presidida por um Senador focado também nesta matéria, que é o Flávio Arns, que tem preocupação com relação à educação. Acho que em bom momento todos deveríamos endurecer este discurso para transformar a questão da educação em uma prioridade em todos os níveis de Governo – municipal, estadual e federal –, e até mesmo, quem sabe, fazer uma reformulação nesta questão, porque muitas vezes não se sabe de quem é a obrigação, um fica esperando o outro, mas quem sofre é a população brasileira. Meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a pela contribuição. Acho que seria muito justo e coerente, até porque a legislação brasileira proíbe a criança e o adolescente de trabalhar. Já que proíbe trabalhar e a renda das famílias também tem melhorado ultimamente, por que não ficar integralmente na escola, pelo menos até a idade de 14, 15, 16 anos?

Claro que tudo isso custa dinheiro. A questão passa a ser esta: queremos uma Nação pujante, que respeite seus filhos e lhes ofereça condições para uma vida digna? Se esse é o propósito, não há como divagar sobre os custos de um sistema educacional como o que todos os países vitoriosos possuem. Trata-se de uma escolha política, da qual decorrerá o País que queremos.

Universalizar a educação básica de qualidade tem de ser o nosso mote. Agora! Já! Da educação infantil ao ensino médio, passando pelo ensino fundamental, eis a escolaridade a que todo brasileiro precisa de ter acesso e condições para cumprir com eficiência.

Hoje, não mais que um terço dos nossos jovens estão matriculados no ensino médio. Dos que conseguem se matricular, percentual baixíssimo conclui o curso. Eis a realidade que precisa ser urgente e profundamente alterada.

Repito: impossível exigir de Estados e Municípios que se desdobre ainda mais para ampliar sua cota na oferta e no financiamento da educação básica. Daí minha ênfase no apelo ao Governo Federal para que se faça mais presente nesse estratégico setor.

Nobre Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a gostaria de um aparte? (*Pausa.*) Concedo com prazer, nobre Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero ressaltar, prezado Senador Valdir Raupp, a importância da ênfase que V. Ex^a está colocando nos bons exemplos, como Japão e Coréia do Sul, de como a educação possibilitou o crescimento equilibrado desses respectivos países. Ao final de fevereiro, passei uma semana na Coréia do Sul, em Seul, ali convidado pelo Congresso da rede da Coréia do Sul sobre a Renda Básica e que começa a debater esse tema que para eles passou a ser considerado muito relevante. Eu gostaria de lhe informar que não apenas no Congresso da Renda Básica, mas quatro partidos diferentes pediram para que eu fosse expor a proposição para seus respectivos diretórios; um dos principais partidos, ao comemorar dez anos, me convidou para falar a respeito para dois mil delegados que comemoravam os seus dois mil anos sobre esse tema. Eu já relatei a V. Ex^a, mas dadas as iniciativas tão interessantes por V. Ex^a citadas do Prefeito de Ariquemes, eu gostaria de dizer que há um Município no Brasil, Santo Antonio do Pinhal, que resolveu instituir uma experiência inovadora da Renda Básica de Cidadania. Eu me coloco aqui à disposição do Prefeito de Ariquemes para que ele considere realizar também uma experiência pioneira nessa direção. Então eu desejo encaminhar ao Prefeito de Ariquemes depois os documentos, a lei que foi aprovada por consenso na Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira, eleito em 2004 com 55% dos votos e reeleito em 2008 com 79,06% dos votos; portanto, com uma trajetória semelhante àquela que V. Ex^a descreveu sobre o Prefeito de Ariquemes. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado pelo aparte.

Se V. Ex^a passar às minhas mãos, eu passo imediatamente ao nobre Prefeito Confúcio Moura, que tem uma aliança com o Partido dos Trabalhadores, desde o início do seu primeiro mandato e com outros partidos também.

Imagino, inclusive, Sr. Presidente, a adoção de uma espécie de pacto nacional por meio do qual, por um tempo determinado – talvez duas décadas, 20 anos, ouso propor –, União, Estados e Municípios assumam tarefas, encargos e responsabilidades com o objetivo de permitir que a educação brasileira dê o salto de qualidade de que tanto necessita.

A universidade é importante. As faculdades são importantes, mas podem ser uma consequência. Já melhoraram muito no Brasil. E, com certeza, o aumento

delas será uma consequência do aumento de jovens formados no ensino médio.

Só assim, Sr. Presidente, haveremos de dar seriedade e consistência ao meritório trabalho de redução dos absurdos níveis de desigualdade que sempre nos infelicitaram e de eliminação da miséria extrema em nosso País.

É a educação que assegurará a sustentabilidade dessa extraordinária conquista. É ela que nos fará uma Nação moderna, inequivocamente identificada com as exigências do tempo presente. Por isso, meu sincero apelo ao Governo Federal para que invista um pouco mais em educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Mantive rigorosamente o tempo concedido.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Flávio Arns, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF.) – Parabéns a V. Ex^a.

Pela ordem de oradores inscritos, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que dispõe de dez minutos regimentalmente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, inúmeros Senadores, como Flávio Arns, Romeu Tuma, Pedro Simon, João Pedro e outros, expressaram a importância da Campanha da Fraternidade que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil lança hoje, 17 de fevereiro, e que tem como tema “Economia e Vida”. O objetivo é promover uma economia a serviço da vida, sem exclusões e com vistas a criar uma cultura de solidariedade e paz. O reverendo Luiz Alberto Barbosa, do Conic, informa que “a proposta é trabalhar no conceito de inclusão social em favor de uma economia que gere a vida e não a morte”.

A propósito, gostaria de recomendar os livros de Paul Davidson e Greg Davidson, **Economics for a Civilized Society**, a Economia para uma Sociedade Civilizada, de 1988, e de Amartya Sen, **Development as Freedom**, de 1999, traduzido para o português **Desenvolvimento como Liberdade**, Companhia das Letras, de 2000, os quais me levaram a oferecer a disciplina que leciono na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, que tem como tema os instrumentos de política econômica para construção de uma sociedade civilizada e justa.

Como construir uma sociedade civilizada? Como caminhar na direção de uma sociedade mais justa? Ao escolher os instrumentos de política econômica devemos levar em conta os valores que não sejam

simplesmente a busca do interesse próprio, de se levar vantagem em tudo, mesmo que pisoteando o próximo. É claro que todos desejamos progredir, mas devemos também considerar aqueles outros valores que são próprios dos seres humanos, como a busca da verdade, da ética, a solidariedade, a fraternidade, a justiça, a equidade, a eficiência, a liberdade e a democracia.

E quais são os instrumentos de política econômica e pública que são compatíveis com esses valores? Por exemplo, a universalização da boa educação para todos – para as crianças, os jovens e os adultos que não tiveram oportunidade de estudar na infância – e a universalização da assistência à saúde. Num país com tamanha disparidade de renda e de riqueza, também são necessárias a reforma agrária, o estímulo às formas cooperativas de produção, a expansão do microcrédito – acesso a pequenas somas a taxas de juros razoáveis –, o orçamento participativo, em que a comunidade decide o destino do dinheiro público, e a renda básica de cidadania, que é o direito de todas as pessoas participarem da riqueza da Nação através de uma renda, na medida do possível, suficiente para atender às necessidades vitais de cada um, de maneira incondicional. Ao colocarmos em prática esses instrumentos, colocaremos a economia em favor da vida.

Saliento que, neste ano, o Conic lança a Campanha da Fraternidade de maneira ecumênica. O objetivo da Campanha da Fraternidade de 2010 é unir as igrejas cristãs e principalmente a nossa sociedade, que é formada por pessoas de boa vontade, na promoção de uma economia a serviço da vida sem exclusões, criando uma cultura de solidariedade e trazendo paz, conforme menciona o reverendo Luiz Alberto, da Igreja Anglicana.

O Secretário do Conic informa que o tema da Campanha da Fraternidade 2010 foi escolhido a partir das sugestões nascidas da consciência cristã das igrejas-membros do Conic. São estas: a Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia e a Igreja Presbiteriana Unida, além da CNBB, da Igreja Católica. A CNBB, inclusive, já definiu o tema para a Campanha da Fraternidade de 2011 – “Fraternidade e a Vida no Planeta” – e como lema “A criação geme em dores de parto”.

Sr. Presidente, hoje, ao fazer uma leitura da **Revista Piauí** nº 41, deparei-me com um texto que avalio ser de notável beleza: *Fusão Invencível*, escrito pela jornalista Dorrit Harazim, uma das principais colaboradoras da Piauí.

E eu quero completar o meu pronunciamento sobre a Campanha da Fraternidade com esta homenagem a D. Zilda Arns, que, segundo aqui diz Dorrit: “Até o fim da vida ela cantou e rezou em alemão, mas aprendeu a dançar forró e comer macaxeira no café da manhã”.

Eis o texto:

“Observar Zilda Arns fazer as malas e partir em viagem era uma aula de ‘eficiência máxima com risco mínimo’. Bastava observar o minimalismo com que executava a tarefa para entender por que a pantagruélica Pastoral da Criança nunca saiu dos trilhos. Criação e criatura se espelhavam numa mesma cartilha: ‘Pensar e planejar é ótimo, mas o importante é fazer e resolver’.

Um dos quartos do apartamento de Zilda Arns em Curitiba era reservado ao material necessário para a sua vida pública. O armário embutido tinha roupas, sapatos e adereços de uso apenas para viagem de agenda profissional. A cama servia para espalhar e organizar itens que precisavam caber na bagagem. ‘Quando eu entro aqui, não desmobilizo a cabeça’, explicava. ‘Mas, quando estou no meu quarto, faço questão de me sentir completamente livre, só comigo mesma. Nele não quer saber de serviço. Nem a minha bolsa eu quero ver na minha frente’.

O primeiro evento de uma viagem seria em estúdio de televisão? Sapecava logo um broche da Pastoral na lapela do traje que iria usar. Para homenagens em cidades múltiplas levava um só conjunto coringa: blazer (tubinho básico, sapato de salto sensato). Já em caso de eventos múltiplos numa mesma localidade, escolhia peças avulsas intercambiáveis. Item obrigatório para missões de muito bate-perna: o par de chinelos dobráveis acondicionado em saquinho próprio, cortesia de uma empresa aérea.

Sua mala preferida, apesar de compacta, permitia acondicionar vestidos e jaquetas com uma única dobra, em vez de duas.

‘Assim amassa menos e dispensa ser passado a ferro na chegada’, esclarecia, satisfeita. Com o tempo, e a milhagem crescente, elaborou uma lista de hotéis brasileiros que não cobram serviço de passageira. Sua técnica de dobrar peças mantendo colarinhos e mangas lisinhos merecia ser patenteada.

Foram pelo menos vinte anos com uma média de 45 viagens por semestre, e apenas três extravios de bagagem. Um deles, em 1994, roubou-lhe a elogiada serenidade, face neutra que disfarçava a sua tenacidade. Ao desembarcar em Washington, numa manhã de sábado, para receber prêmio internacional da Organização Pan-americana da Saúde, a mala com a ‘roupa chique’ tinha sumido. Foi a um supermercado comprar uma blusinha enquanto esperava a mala que nunca veio. Por isso, a homenageada da soirée subiu ao pódio vestindo blusinha de supermercado. Aprendeu a lição: a bagagem de mão, até então, reservada para materiais de trabalho (‘a única coisa que não pode extraviar nunca’) passou a abrigar também uma muda de roupa multiuso, zipada em plástico.

Poucas são as mulheres que encarariam com naturalidade uma viagem Curitiba-Timor Leste nos moldes do périplo realizado pela médica sanitária Zilda Arns, aos 66 anos de idade. À época, o Brasil ajudava a reconstrução da ex-colônia portuguesa, devastada pela guerra, e a implantação da Pastoral da Criança fazia parte da empreitada. Embora integrasse a comitiva do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a Dr^a Zilda Arns partiu em vôo comercial, enquanto a caravana oficial seguiu no avião presidencial.

Chegou para o embarque com uma bagagem de 90 quilos. Para uma viagem que a levaria a três continentes, seus pertences pessoais ocupavam apenas uma malta pequena.

O restante do excesso de peso estava tomado por material didático, dez balanças de pesar crianças e mil colheres de medição do soro caseiro. Na bagagem de mão, acrescida de duas sacolas, a pediatra acomodou camisetas com o emblema da Pastoral e material de treinamento de parteiras leigas. ‘Assim, pelo menos, garanti o serviço’, explicou na volta. ‘Eu quis levar o máximo possível comigo, porque, a posterior, tudo seria mais complicado pela distância e difícil comunicação’. Para um dos cinco filhos, Nelson Arns Neumann, à época epidemiologista e até hoje coordenador-adjunto da Pastoral, nenhuma novidade. ‘Com a mãe nada fica para depois, e infeliz daquele que vier com relatos de dificuldades’, comentou.

Ao desembarcar em Díli, capital do Timor Leste, Zilda Arns tinha lido o suficiente – e um pouco mais – sobre o país cuja população equivalia à metade do número de crianças brasileiras acompanhadas mensalmente pela Pastoral: 1,6 milhão. Ela estava pronta para dar palestras, explicar, perguntar e ouvir. Sabia que apenas 20% dos timorenses falavam português, que o indonésio e o inglês continuavam sendo idiomas de negócios, e que as palestras dos brasileiros seriam traduzidas para o tétum, a língua nacional da jovem nação. Durante a estadia, fez anotações de tudo que julgou útil ou pertinente.

Na viagem de retorno, atravessou vários fusos horários e incluiu escalas com reuniões em Jacarta, na Indonésia, e Cidade do Cabo, na África do Sul, até cruzar o Atlântico e pousar em Brasília – onde pegou a conexão para Curitiba. Ao todo, Zilda Arns ficou socada dentro de um avião três dias.

Na manhã seguinte,...

(Interrupção do som)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...uma quinta-feira, dava expediente na sede da entidade, no bairro de Mercês. E no fim de semana escreveu um relatório de dez páginas intitulado ‘Memória de minha viagem ao Timor Leste na comitiva presidencial do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso’. Para quê? ‘Ora, para que a memória seja guardada’, respondeu, surpresa com pergunta tão óbvia. É Pouco provável que outro integrante da comitiva tenha produzido tão rápido um texto tão informativo – se é que alguém escreveu algo.

O vôo rasante de Zilda Arns sobre Díli gerou resultado imediato também para a Pastoral. Passada uma semana, a sergipana Ana Ruth Góes, graduada em obstetrícia e pediatria, e coordenadora estadual da entidade, recebeu um telefonema de Curitiba. A Dr^a Zilda queria saber se ela aceitava implantar a Pastoral em Timor Leste. ‘Precisamos capacitar umas trinta agentes, além de formar algumas lideranças’, indagou e comunicou.

Feito. Em julho do mesmo ano, Ana Ruth, irmã Maria de Lourdes Mattiello e Odete Dorigon embarcavam para uma estadia de três meses no outro lado do mundo. O Timor Leste

tornava-se o 13º país para onde o Brasil exportava o que tinha de melhor.

A morte de Zilda Arns aos 75 anos no interior da Igreja Sacré Couer, em Porto Príncipe, tragada pelo terremoto que destruiu o Haiti, foi uma fatalidade dupla. Até poucos anos atrás, este período do ano estaria blindado com sua agenda, inapelavelmente reservado ao convívio com os filhos, netos e, sobretudo, os irmãos ainda vivos. O tempo entre a semana de Natal e meados de janeiro era sagrado: as três gerações se reuniam, ora na chácara da família, a 40 quilômetros de Curitiba, ora na casa de praia da ainda rústica Betaras, no litoral paranaense.

Com a morte de Heriberto (frei Crisóstomo), o reverenciado primogênito dos treze irmãos Arns (sete mulheres e seis homens), e a fragilidade física do irmão número cinco, Paulo (dom Paulo Evaristo, arcebispo emérito de São Paulo), a alegre rotina ficou mais flexível. Deixou de ser impedimento ao embarque rumo ao Haiti.

Penúltima na escadinha de filhos do patriarca e fundador da cidade catarinense de Forquilha, Zilda foi amamentada até os 3 anos de idade. As duas tranças loiríssimas que usou até os 18 anos, a covinha acentuada na bochecha esquerda, o par de olhos azul-faixa valeram-lhe um apelido familiar que os irmãos, mesmo quando já octogenários, jamais aposentaram: Tipsi, a bonequinha.

Sr. Presidente, Senador Adelmir Santana, aqui está a Tipsi aos 18 anos, D. Zilda Arns, com suas tranças tão bonitas.

Tipsi cresceu segundo o receituário de vida naquela colônia de assentados, onde crianças trabalhavam na roça desde cedo. Com 8 anos, Heriberto, o primogênito, já encarava sozinho 18 quilômetros a cavalo entre Criciúma e Forquilha, com parada para um único pão no meio do caminho. As meninas Arns trabalharam na olaria a partir dos 5 anos. ‘Criança forma o caráter através do trabalho, da realidade nua e crua’, assegurava o mesmo Heriberto, que se tornara frade franciscano e conceituado educador. ‘O trabalho foi formador para nossa geração. Quem se acostuma a ele entende melhor o progresso, cujas leis estão no sangue, no cérebro, na alma de um

povo. No nosso tempo não havia tevê, nem rádio havia’.

O que havia, toda noite, era a reza do terço. ‘Ficávamos, todos os treze irmãos, enfileirados no quarto da mãe – e de joelhos, viu?’, contava Zilda. Depois cantava-se. ‘Minha mãe tinha uma voz lindíssima. Também tocava um pouco de violino, gaitinha de boca e adorava dançar’. Sete décadas depois, em tardes de verão na chácara, Zilda e os irmãos ainda podiam ser vistos entoando canções alemãs a quatro vozes durante caminhadas.

Pela cartilha desses colonos que cravaram enxada no Sul do Brasil, a vida se balizava em quatro eixos: fé, família, trabalho e estudo. A primeira construção em Forquilha; antes de qualquer casa, foi uma igreja. A segunda, uma escola. Quando Zilda e seus irmãos cresceram além do potencial local, o pai, que tinha apenas dois anos de escolaridade formal, despachou todos os filhos para estudar em Curitiba. Ele mesmo ergueu naquela cidade a casa onde os filhos morariam sozinhos – irmãos homens de um lado do corredor, as meninas do outro.

Todos dividiam o serviço doméstico com Tipsi, encarregada de cozinhar nos finais de semana e encerrar parte da casa. As nove e meia em ponto, todos se aprontavam para dormir. “Quando chovia, a gente levava sapato e meia limpos numa sacola de pano, e calçava sapato de andar em barro até perto da escola”, gostava de lembrar a Dr^a Zilda. “Depois, trocava um pelo outro para poder entrar com o uniforme impecável, senão tinha de voltar para casa. A disciplina fazia parte da cultura e quando faz parte da cultura não machuca, não é?”

Ela demonstrou, ao longo da vida, ter razão. Ergueu a maior teia de ação social que o Brasil já conheceu sem que, em 27 anos de existência, tenha surgido uma única suspeita de desvio de verba. Lia da primeira à última linha tudo o que assinava, e relia em caso de alguma alteração, mesmo mínima. Apensar de, estatutariamente, poder fazê-lo, nunca assinava cheques da Pastoral sozinha. “Para dar o exemplo”, explicava. A entidade sempre funcionou com mordomia zero – nem carros, motorista, aluguel de jatinhos, nem cargos comissionados.

Aprendeu a lidar com a cultura de Brasília. “Há anos observo que é melhor somar esforços com o governo nos objetivos que nos são comuns”, disse. “Mas também sei que é melhor não procurar gabinetes nos primeiros meses de poder. O titular, quando assume, pensa que ele pode tudo por estar no cargo, e só percebe com o tempo que a máquina está enferrujada. É então que vale a pena a gente voltar lá – já nos olham com mais humildade e procuram entender melhor.”

Teve paciência infinita com o bloco de feministas consagradas de esquerda desnorreadas pela eficácia e impacto social da Pastoral. “Odeio comitês estéreis”, comentou tempos atrás. “Mas bater boca é bobagem, não leva a nada. Eu, em 41 anos de administração, só perdi a paciência umas três vezes, porque, realmente, me provocaram até o fim. E as três vezes me arrependi.”

A vida e obra de Zilda Arns....

E concluirei em breve, Sr. Presidente, já estou no último parágrafo.

A vida e obra de Zilda Arns resultaram do encontro dessa descendente de alemães fugidos da fome no século XIX com o Brasil desnutrido dos séculos XX e XXI. Nessa fusão, ambos foram muito além do imaginado. Quanto ao Haiti, o país perdeu, além de tudo o mais, a chance de ter o destino de suas crianças melhorado.

Tenho certeza de que o exemplo de Zilda Arns frutificará, e muito, não apenas no Haiti e no Timor Leste, mas em especial em nosso Brasil, pois o seu exemplo de vida é algo que a todos nos alegra, pois os seus exemplos aqui retratados de maneira tão bela pela Dorrit Arazim fazem com que possamos recomendar esse bonito texto sobre a vida da Dr^a Zilda Arns. Tem muito a ver com a campanha da fraternidade “Economia de Justiça.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Parabéns a V. Ex^a, Senador Suplicy. Essa campanha vem a propósito do arcabouço, que também votamos aqui, sobre o empreendedor individual, que foi uma participação do Congresso para facilitar a inclusão de pessoas que efetivamente tenham vocação para as atividades econômicas.

Então, Senador Flexa Ribeiro, quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Como último orador inscrito, inscreve-se agora o Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra por dez minutos.

Para que o Senador Flexa faça uso da palavra, vamos prorrogar a sessão por dez minutos.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2010, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da pauta da sessão ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 469, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.*

(Lida no Senado Federal no dia 22–12–2009)

Relator revisor: Senador Geovani Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 20–11–2009)

Prazo final prorrogado: 15.03.2010

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que *constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).*

(Lida no Senado Federal no dia 22–12–2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello

(Sobrestando a pauta a partir de: 28–11–2009)

Prazo final prorrogado: 23.03.2010

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que *altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.*

(Lida no Senado Federal no dia 22–12–2009)

Relator revisor: Senador César Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 17–2–2010)

Prazo final: 3–3–2010

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009

(*Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição*) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.*

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19–12–2009).

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pro-

nunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº

138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.*

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção*

e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.*

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.*

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tríplex do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.*

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (nº 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).*

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).*

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não*

quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima),

que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cen-*

to das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*:

Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocai do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).*

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.*

41

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004*.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito)*.

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância*.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente*.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade*.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005
COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003
COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complemen-

tar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

49

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 –
COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar,

de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art.*

1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005
COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006
COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio*

de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006
COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epiácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei

Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003 – Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de

1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004 – Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005 – Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007 – Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 – Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003 - Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007 - Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 - Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epiácio Cafeteira,

que *altera a redação da alínea “b” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003 - Complementar; 316 e 341, de 2004 - Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005 - Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007 - Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008 - Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

69**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.*

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

70**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

71**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

72**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

74

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, *solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).*

75

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

76

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

77

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, so-

licitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

78

REQUERIMENTO Nº 1.313, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.313, de 2009, do Senador Flávio Arns, *solicitando voto de rejúbilo ao embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, comemorado em 30 de setembro de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 2.772, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares.

79

REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).*

80

REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e*

322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).

81

REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Alvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regularizar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).

82

REQUERIMENTO Nº 1.516, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.516, de 2009, do Senador Lobão Filho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 355, de 2004; 8 e 18, de 2005; 45, de 2006; 42, de 2007; 54, de 2009; e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2007; 55 e 75, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (prestadoras de serviços públicos).

83

REQUERIMENTO Nº 1.549, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.549, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 465, de 2008; e 194, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138, de 2008; e 115, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (deduções na base de cálculo do imposto de renda de pessoas físicas).

84

REQUERIMENTO Nº 1.576, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.576, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 318, de 2003; e 64, de 2005, por regularem a mesma matéria (reintegração de posse).

85

REQUERIMENTO Nº 1.580, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.580, de 2009, do Senador João Tenório, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 86, de 2004; e 345, de 2006, por regularem a mesma matéria (inseção de impostos sobre instrumentos musicais).

86

REQUERIMENTO Nº 1.582, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.582, de 2009, do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera o art. 192 da CLT para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade).

87

REQUERIMENTO Nº 1.590, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.590, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 149, de 2008; e 251, de 2009, por regularem a mesma matéria (denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará).

88

REQUERIMENTO Nº 1.591, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.591, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (utilização de recursos arrecadados pela União das indústrias que exploram o fumo e as bebidas alcólicas para utilização na saúde).

89

REQUERIMENTO Nº 1.596, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.596, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2009, a fim de

aguardar documentação prevista na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal (outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada).

90

REQUERIMENTO Nº 1.628, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.628, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, que *solicitando a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008 (permissão de porte de arma de fogo a carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal).*

91

REQUERIMENTO Nº 1.629, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.629, de 2009, do Senador Renato Casagrande, que *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 201, de 2003; 475, de 2007; e 342, de 2008; por regularem a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).*

92

REQUERIMENTO Nº 1.630, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.630, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, que *solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 158 de 2002; nº 201 de 2003; e nº 475 de 2007, com o de nº 107 de 2009, por versarem sobre a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).*

93

REQUERIMENTO Nº 1.631, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.631, de 2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (arrendamento das retransmissoras de televisão na Amazônia Legal).*

94

REQUERIMENTO Nº 1.633, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.633, de 2009, do Senador Romero

Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (divulgação de lista de material escolar antecipada).*

95

REQUERIMENTO Nº 1.635, DE 2009

Votação do Requerimento nº 1.635, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2004; 123, de 2007, e 252, de 2008, que já se encontram apensados por regularem a mesma matéria (práticas de telemarketing).*

96

REQUERIMENTO Nº 1.641, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.641, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 131, 142 e 304, de 2007; e 34, 64, 65 e 78, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (incentivo fiscal pela preservação florestal).*

97

REQUERIMENTO Nº 1.643, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.643, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro por meio eletrônico).*

98

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 13, de 2010, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera a Lei 8.112, de 1990, para acrescentar o adicional de risco de vida).*

99

REQUERIMENTO Nº 38, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 38, de 2010, do Senador Inácio Arruda, solicitando a criação de Comissão Representativa do Senado Federal, composta por dois Senadores, com o objetivo de comparecer à posse do Presidente do Uruguai, José Mujica, do Vice-Presidente Danilo Astori e demais Ministros de Estado e participação no

Seminário sobre Experiência de Construção Unitária da Frente Ampla, que se realizará entre os dias 1º a 3 de março de 2010, em Montevideo, Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos.)

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

CERTIDÃO

Certifico que a Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 55**, de 2009, aposto ao PLV nº 17, de 2009 (MPV 468 de 2009), que “Dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal; e altera a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998”, não se reuniu para instalação.

Para constar, foi lavrado a presente Certidão, que vai assinada por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2010.



SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

Ata da 12ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 18 de fevereiro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência da Srª Serys Slhessarenko, e dos Srs. Mão Santa,
Romeu Tuma e Antonio Carlos Valadares*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto,
e encerra-se às 20 horas e 43 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 18/2/2010 07:35:31 até 18/2/2010 20:45:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GJRGACZ		X					
DEM	DF	ADELMO R SANTANA		X					
Bloco-PT	SP	A. OIZIO MERCADANTE		X					
PSDB	PR	A. VÁRIO DIAS		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
Bloco-PI	SP	EJUARDO SUPLICY		X					
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PMDB	AP	GEOVANI BORGES		X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X					
Bloco-PI	AM	JOÃO PEDRO		X					
DEM	RN	JOSE AGRIPINO		X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PSC	PI	MÃO SANTA		X					
DEM	PE	MARCO MAOEL		X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X					
DEM	SE	MAR A DO CARMO ALVES		X					
PPV	AC	MARINA SILVA		X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X					
PTB	RR	MOZAR LDO CAVALCANTI		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PTB	SP	ROMEL TUMA		X					
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X					
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO		X					
Bloco-PT	AC	TÁO VIANA		X					
PMDB	RO	VALDIR HAUFF		X					

Compareceram: 30 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, Senado da República do Brasil.

Hoje, 18 de fevereiro de 2010, temos mais uma sessão ordinária do Senado. Representamos aqui a

Mesa Diretora da Secretaria-Geral da Mesa. Trata-se da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura e a 12ª Sessão Deliberativa Ordinária. Todas as deliberações legislativas estão sobrestadas.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 54, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2008 (nº 509/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso.

RELATOR: Senador VALTER PEREIRA

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 136, de 2008 (nº 509, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

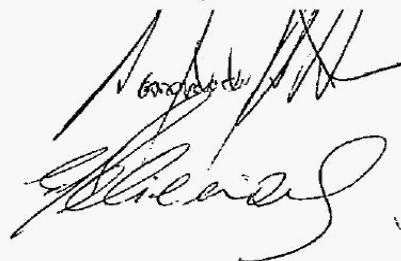
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 136, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.



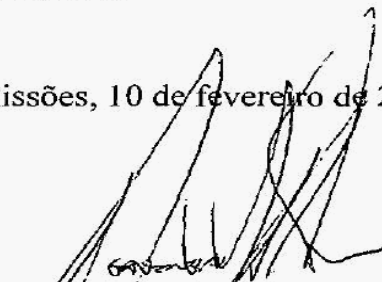
, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 136 de 2008.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 136 de 2008, NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i> SENADOR FLEXA RIBEIRO	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS <i>[Assinatura]</i>
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI <i>[Assinatura]</i>	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i> RELATOR
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP <i>[Assinatura]</i>	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Assinatura]</i>	1. GILBERTO GOELLNER <i>[Assinatura]</i>
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL <i>[Assinatura]</i>
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA <i>[Assinatura]</i>	5. EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Assinatura]</i>	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 136 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM / / 2010

[Handwritten Signature]
SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 55, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 535, de 2009 (nº 1.199/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária e Cultural de Poço Verde FM - Mhz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço Verde, Estado de Sergipe.

RELATOR: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 535, de 2009 (nº 1.199, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Rádio Comunitária e Cultural de Poço Verde FM - Mhz* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço Verde, Estado de Sergipe. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o

parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

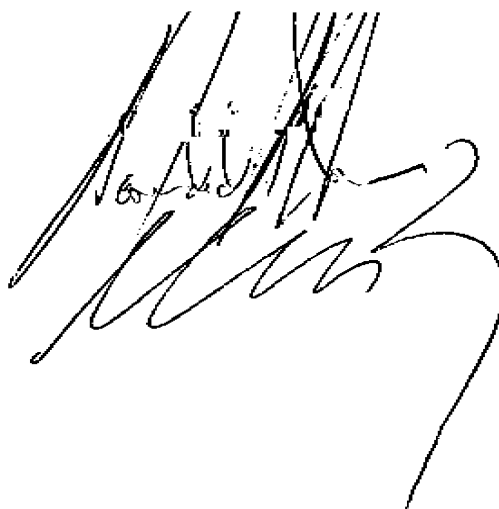
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 535, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 535, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica

legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Rádio Comunitária e Cultural de Poço Verde/FM* - Mhz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço Verde, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010.



, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 535 de 2009.

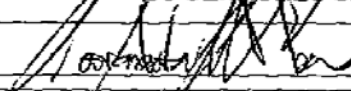
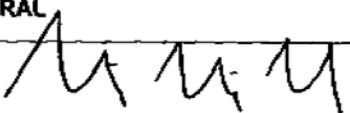
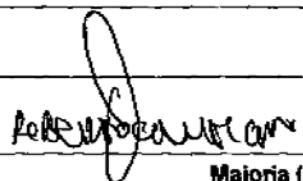
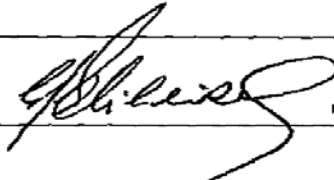
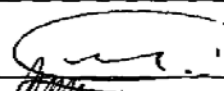

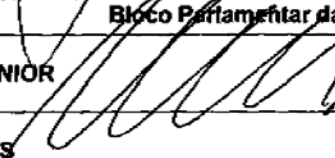
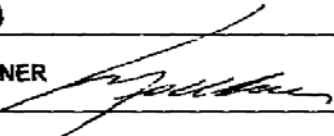
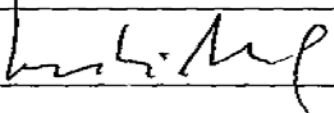
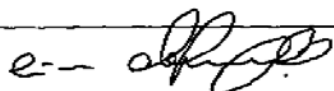
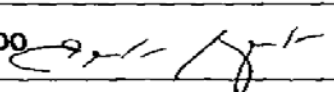
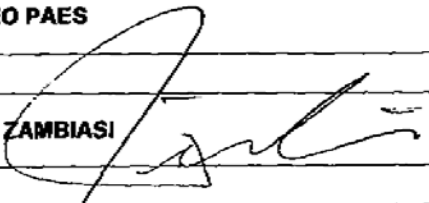
Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 535 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  <i>senador Flexa Ribeiro</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA 
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP 	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>Relator</i> 	1. GILBERTO GOELLNER 
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO 
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 535 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: // NÃO: // ABS: // AUTOR: // PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 56, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 731, de 2009 (nº 1.603/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sócio-Cultural Mar Azul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estância, Estado de Sergipe.

RELATOR: Senador LOBÃO FILHO

RELATOR “AD HOC”: Senador ROBERTO CAVALCANTI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 731, de 2009 (nº 1.603, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Sócio-Cultural Mar Azul* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estância, Estado de Sergipe. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 731, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

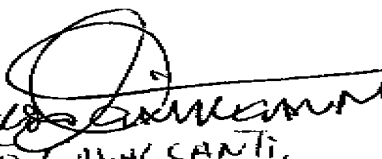
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 731, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Sócio-Cultural Mar Azul* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estância, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

Presidente,

Relator,


SENADOR ROBERTO CAVALCANTI,
RELATOR AD HOC

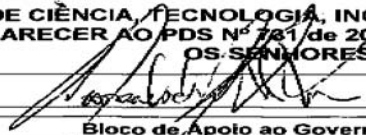
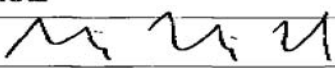
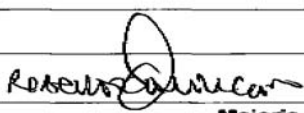
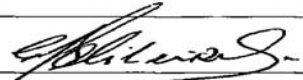
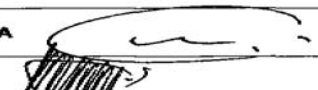

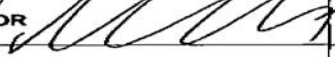
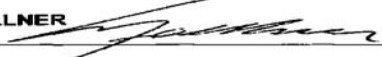
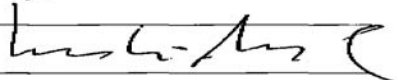

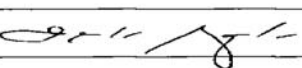
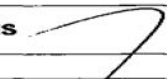
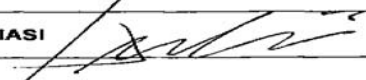
IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 731 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010


Senador FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
 Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 731 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  <i>Senador Flexa Ribeiro</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI <i>RELATOR AO HCC</i> 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA 
LOBÃO FILHO <i>RELATOR</i>	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP 	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	1. GILBERTO GOELLNER 
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO 
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES 	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 731 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCLÍDIO AMARAL				
MAGNO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
ROBERTO CAVALCANTI	X				ANTONIO CARLOS VALADARES				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	JOÃO RIBEIRO				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LOBÃO FILHO					VALTER PEREIRA	X			
GERSON CAMATA	X				ROMERO JUCA				
VALDIR RAUPP	X				GEOVANI BORGES				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	VAGO				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					GILBERTO GOELLNER	X			
JOSE AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
EFRAIM MORAIS					MARCO MACIEL	X			
CÍCERO LUCENA	X				KÁTIA ABREU				
ELEXA RIBEIRO					EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	ARTHUR VIRGÍLIO				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	FERNANDO COLLOR				
ACIR GURGACZ					SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE.

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

Publicado no DSF, de 19/2/2010.

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 57, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 738, de 2009 (nº 1.023/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Educacional e Cultural de Carandaí – ACECC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carandaí, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **ELISEU RESENDE**

RELATOR “AD HOC”: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 738, de 2009 (nº 1.023, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação Educacional e Cultural de Carandaí - ACECC* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carandaí, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

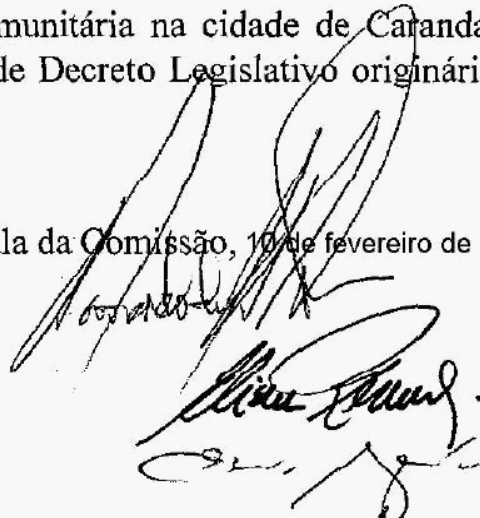
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 738, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 738, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação Educacional e Cultural de Carandaí - ACECC* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carandaí, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.



, Presidente

, Relator

RELATOR “AD HOC”: Senador **EDUARDO AZEREDO**

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 738 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 738 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

[Signature] SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS *[Signature]*

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI *[Signature]*

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA *[Signature]*

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA *[Signature]*

3. GEOVANI BORGES

VALDIR RAUPP *[Signature]*

4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR *[Signature]*1. GILBERTO GOELLNER *[Signature]*DEMÓSTENES TORRES *[Signature]*2. ELISEU RESENDE
RELATOR

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL *[Signature]*

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA *[Signature]*5. EDUARDO AZEREDO
(Ad Hoc) *[Signature]*

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI *[Signature]*

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 738 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBAO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPE	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMOSTENES TORRES	X				ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CIGERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM ELUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; - ABS; - AUTOR; - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 58, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 749, de 2009 (nº 1.466/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Aquimimo Machado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Basílio, Estado da Bahia.

RELATOR: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 749, de 2009 (nº 1.466, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Beneficente Aquimimo Machado* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Basílio, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 749, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 749, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Beneficente Aquimimo Machado* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Basílio, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

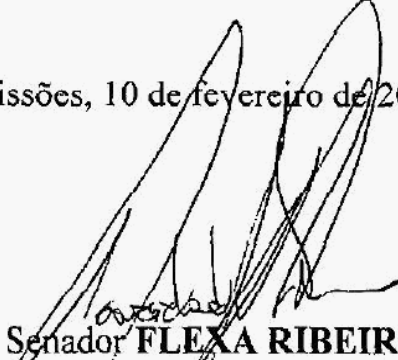
 , Presidente

 , Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 749 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010


Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 749 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

[Handwritten signature] *Senador Flexa Ribeiro*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS <i>[Handwritten signature]</i>
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI <i>[Handwritten signature]</i>	4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA <i>[Handwritten signature]</i>
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA <i>[Handwritten signature]</i>	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP <i>[Handwritten signature]</i>	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>RELATOR</i>	1. GILBERTO GOELLNER <i>[Handwritten signature]</i>
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL <i>[Handwritten signature]</i>
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA <i>[Handwritten signature]</i>	5. EDUARDO AZEREDO <i>[Handwritten signature]</i>
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Handwritten signature]</i>	1. FERNANDO COLLOR
--	--------------------

PDT

ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE
--------------	----------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 749 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	DELCÍDIO AMARAL					X			
RENATO CASAGRANDE	FLAVIO ARNS								
MAGNO MALTA	ANTONIO CARLOS VALADARES								
ROBERTO CAVALCANTI	JOÃO RIBEIRO	X							
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	VALTER PEREIRA					X			
LOBÃO FILHO	ROMERO JUCA								
GERSON CAMATA	GEOVANI BORGES	X							
VALDIR RAUPP	VAGO	X							
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	GILBERTO GOELLNER	X				X			
DEMÓSTENES TORRES	ELISEU RESENDE								
JOSÉ AGRIPINO	MARCO MACIEL					X			
EFRAIM MORAIS	KATIA ABREU								
CICERO LUCENA	EDUARDO AZEREDO	X				X			
FLEXA RIBEIRO	SERGIO GUERRA								
PAPALÉO PAES	ARTHUR VIRGLÍLIO								
TITULAR - PTB	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	FERNANDO COLLOR	X							
TITULAR - PDT	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	CRISTOVAM BUARQUE								

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 59, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 779, de 2009 (nº 1.599/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação Social de Icarai de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icarai de Minas, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **ELISEU RESENDE**

RELATOR “AD HOC”: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 779, de 2009 (nº 1.599, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Ação Social de Icarai de Minas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icarai de Minas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versam sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 779, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 779, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Ação Social de Icarai de Minas* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icarai de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

 , Presidente


 , Relator

(Relator Ad Hoc: Senador Eduardo Azeredo)

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 779 de 2009.

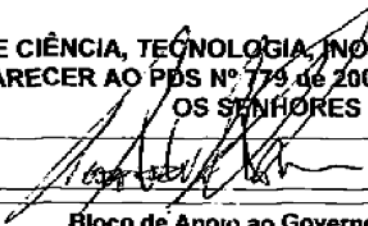
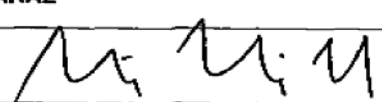
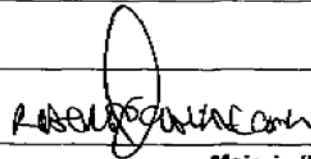
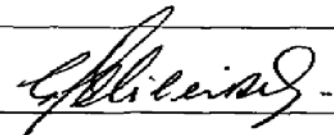

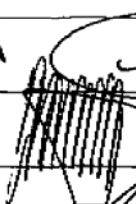
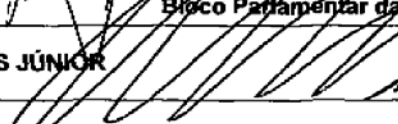
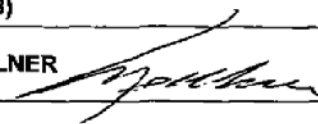
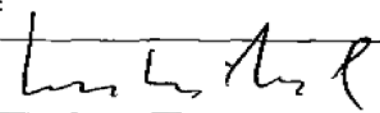
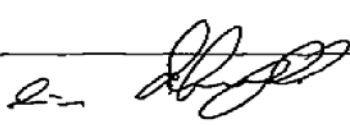
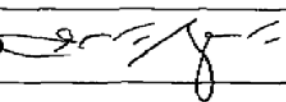
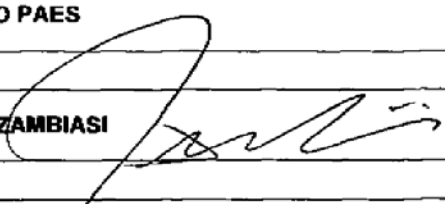
Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 779 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SENADOR FLEXA RIBEIRO	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA 
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP 	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	1. GILBERTO GOELLNER 
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE RELATOR
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO (Ad Hoc) 
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 779 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAJORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBAO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 60, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 836, de 2009 (nº 1.481/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à L.M. Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Lúcia, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

RELATOR "AD HOC": Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 836, de 2009 (nº 1.481, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *L.M. Rádio e Televisão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Lúcia, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

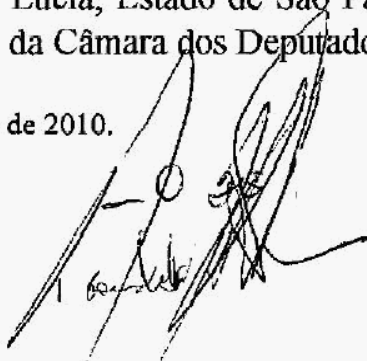
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 836, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *L.M. Rádio e Televisão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Lúcia, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.



, Presidente



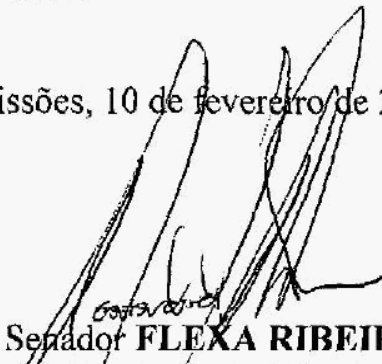
, Relator

SENADOR EDUARDO AFERESO
RELATOR AD HOC

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 836 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 836 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

[Handwritten signature] *Senador Marco Valadares*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS <i>[Handwritten signature]</i>
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI <i>[Handwritten signature]</i>	4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>RELATOR</i>	1. VALTER PEREIRA <i>[Handwritten signature]</i>
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA <i>[Handwritten signature]</i>	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP <i>[Handwritten signature]</i>	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Handwritten signature]</i>	1. GILBERTO GOELLNER <i>[Handwritten signature]</i>
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL <i>[Handwritten signature]</i>
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA <i>[Handwritten signature]</i>	5. EDUARDO AZEREDO <i>[Handwritten signature]</i> AD HOC
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Handwritten signature]</i>	1. FERNANDO COLLOR
--	--------------------

PDT

ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE
--------------	----------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 836 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCLÍDIO AMARAL				
RENAIO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO ILCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MAGIEL	X			
ÉFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CIGERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM / 1 NÃO / 0 ABS / 0 AUTOR / 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 61, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 838, de 2009 (nº 1.734/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura para São Félix para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Coribe, Estado da Bahia.

RELATOR: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 838, de 2009 (nº 1.734, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultura para São Félix* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Coribe, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, c 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 838, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 838, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultura para São Félix* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Coribe, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 838 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010


Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 838 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Senador Alceu Ribeiro
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS *Flávio Arns*

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Roberto Cavalcanti
 Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA *Valter Pereira*

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GEOVANI BORGES

VALDIR RAUPP

4. VAGO

Valdir Raupp
 Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER *Gilberto Goellner*

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL *Marco Maciel*

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO *Eduardo Azeredo*

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI *Sérgio Zambiasi*

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 838 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 62, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 849, de 2009 (nº 921/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Cultural, Recreativa e Assistencial Sãomateuense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão.

RELATOR: Senador **LOBÃO FILHO**

RELATOR “AD HOC”: Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 849, de 2009 (nº 921, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Fundação Cultural, Recreativa e Assistencial Sãomateuense* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

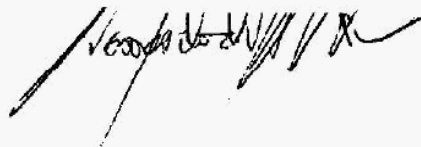
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 849, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

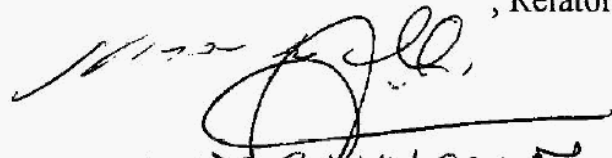
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 849, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Fundação*

Cultural, Recreativa e Assistencial Sãomateuense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.



, Presidente



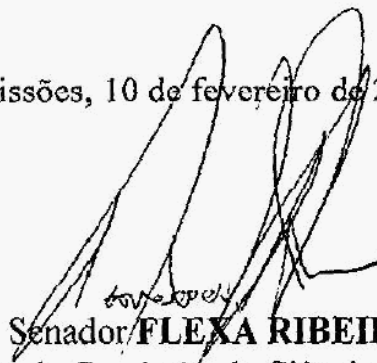
, Relator

ROBERTO CAVALCANTI
SENADOR ROBERTO CAVALCANTI
RELATOR AD HOC

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 849 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 849 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: *[Handwritten Signature]* *Senador Flávio Arns*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS <i>[Handwritten Signature]</i>
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI <i>Relator AGAC</i>	4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA <i>[Handwritten Signature]</i>
LOBÃO FILHO <i>Relator</i>	2. ROMERO JUCA
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	4. YAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER <i>[Handwritten Signature]</i>
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARGO MACIEL <i>[Handwritten Signature]</i>
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA <i>[Handwritten Signature]</i>	5. EDUARDO AZEREDO <i>[Handwritten Signature]</i>
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Handwritten Signature]</i>	1. FERNANDO COLLOR
--	--------------------

PDT

ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE
--------------	----------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 849 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL	X			
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBAO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE	X			
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BLARQUE				

TOTAL: 62 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 63, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 852, de 2009 (nº 1.458/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Centro de Montezuma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montezuma, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador WELLINGTON SALGADO

RELATOR "AD HOC": Senador EDUARDO AZEREDO

1 – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 852, de 2009 (nº 1.458, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária dos Moradores do Centro de Montezuma* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montezuma, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

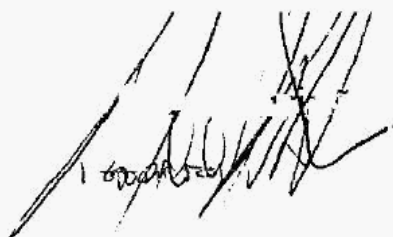
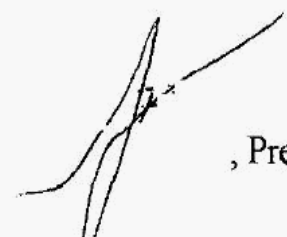

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 852, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 852, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação*

Comunitária dos Moradores do Centro de Montezuma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montezuma, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

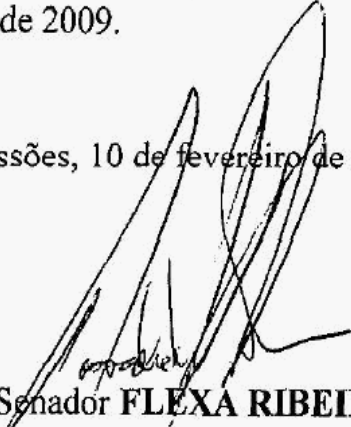
Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

 , Presidente
 , Relator

SENADOR EDUARDO A FERREIRO
RELATOR AS HOC

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

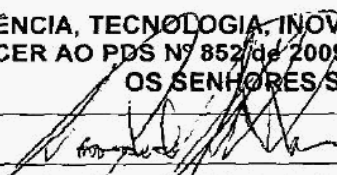
A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 852 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010


Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

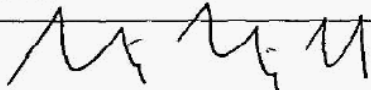
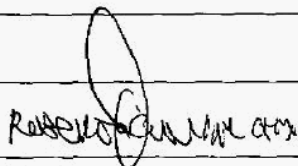
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 852 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:



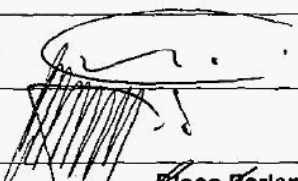


Senador Flávio Arns

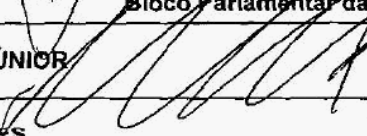
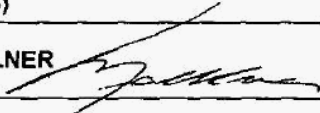
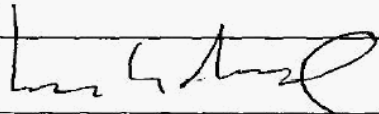
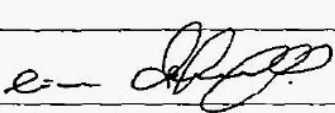
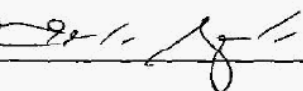
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR	1. VALTER PEREIRA 
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP 	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	1. GILBERTO GOELLNER 
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO AD HOC 
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
---	--------------------

PDT

ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE
--------------	----------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 852 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática.

PARECER Nº 64, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 855, de 2009 (nº 1.584/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Região do Além Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

RELATOR "AD HOC": Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 855, de 2009 (nº 1.584, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação dos Moradores da Região do Além Rio* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga, renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 855, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 855, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação dos Moradores da Região do Além Rio* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

SENADOR EDUARDO AFEREJO
RELATOR AS HAC

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 855 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 855 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

[Handwritten Signature] **SENADOR FLEXA RIBEIRO**
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS *[Handwritten Signature]*

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI *[Handwritten Signature]*

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

RELATOR

1. VALTER PEREIRA *[Handwritten Signature]*

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA *[Handwritten Signature]*

3. GEOVANI BORGES

VALDIR RAUPP *[Handwritten Signature]*

4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR *[Handwritten Signature]*

1. GILBERTO GOELLNER *[Handwritten Signature]*

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL *[Handwritten Signature]*

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA *[Handwritten Signature]*

5. EDUARDO AZEREDO *[Handwritten Signature]*

AS HOC

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI *[Handwritten Signature]*

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ *[Handwritten Signature]*

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS Nº 855 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT				
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

Publicado no DSF, de 19/2/2010.

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 65, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2009 (nº 1.629/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Prudente de Morais de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prudente de Morais, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador EDUARDO AZEREDO

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 858, de 2009 (nº 1.629, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Prudente de Morais de Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prudente de Morais, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

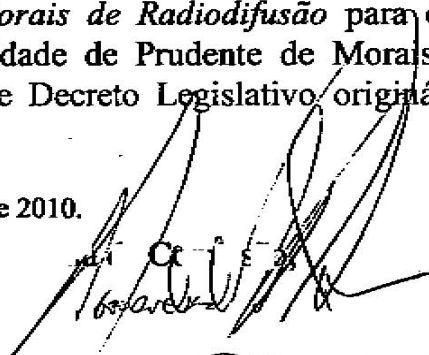
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 858, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 858, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Prudente de Moraes de Radiodifusão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prudente de Moraes, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.



, Presidente



, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 858 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 858 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

[Handwritten signature] *Senador Flávio Ribeiro*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS *[Handwritten signature]*

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI *[Handwritten signature]*

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA *[Handwritten signature]*

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA *[Handwritten signature]*

3. GEOVANI BORGES

VALDIR RAUPP *[Handwritten signature]*

4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JUNIOR *[Handwritten signature]*1. GILBERTO GOELLNER *[Handwritten signature]*

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL *[Handwritten signature]*

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA *[Handwritten signature]*5. EDUARDO AZEREDO *[Handwritten signature]*
RELATOR

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI *[Handwritten signature]*

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 858 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMIATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.



PARECER

Nº 66, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 861, de 2009 (nº 1.686/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico e Cultural Liberdade de Goiânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**

RELATOR “AD HOC”: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 861, de 2009 (nº 1.686, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Desenvolvimento Artístico e Cultural Liberdade de Goiânia* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição e aos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 861, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 861, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opino pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Desenvolvimento Artístico e Cultural Liberdade de Goiânia* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator

(Relator Ad Hoc: Sra. Saldin Roupp)

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 861 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010

Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 861 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	
	<i>[Signature]</i> SENADOR FLEXA RIBEIRO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS <i>[Signature]</i>
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI <i>[Signature]</i>	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA <i>[Signature]</i>
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA <i>[Signature]</i>	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP (Ad Hoc) <i>[Signature]</i>	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Signature]</i>	1. GILBERTO GOELLNER <i>[Signature]</i>
DEMÓSTENES TORRES <i>[Signature]</i> RELATOR	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL <i>[Signature]</i>
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA <i>[Signature]</i>	5. EDUARDO AZEREDO <i>[Signature]</i>
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Signature]</i>	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 861 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 67, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 884, de 2009 (nº 1.713/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Educativa FM de Moeda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moeda, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 884, de 2009 (nº 1.713, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Rádio Educativa FM de Moeda* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moeda, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versarem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 884, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 884, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Rádio Educativa FM de Moeda* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moeda, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

 , Presidente

 , Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 884 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

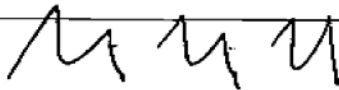
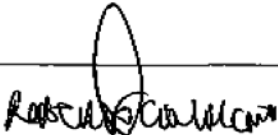
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 884, de 2009 NA REUNIÃO DE 10/02/2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

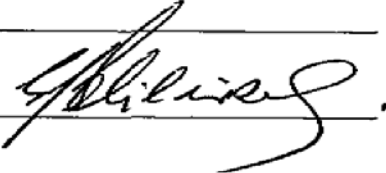
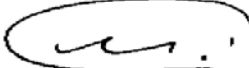



Senador Flávio Arns

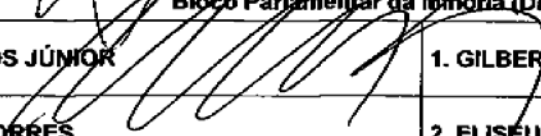
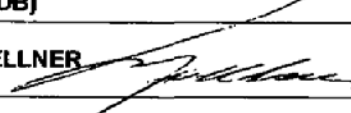
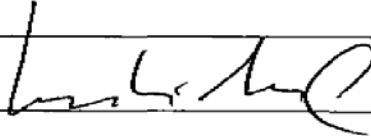
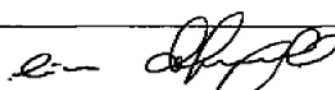
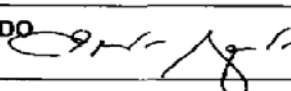
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO

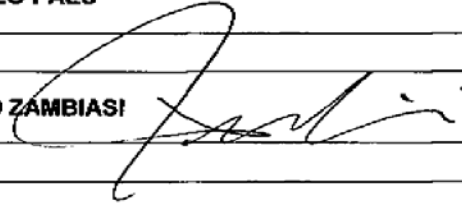
Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA 
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP 	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	1. GILBERTO GOELLNER 
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO RELATOR 
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
---	--------------------

PDT

ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE
--------------	----------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 884 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					RÔMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUUP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABRUJ				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA	X			
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER Nº 68, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 889, de 2009 (nº 1.761/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Princesa Isabel para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **RENATO CASAGRANDE**

RELATOR "AD HOC": Senador **CÍCERO LUCENA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 889, de 2009 (nº 1.761, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária Princesa Isabel* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II - ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 889, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III - VOTO

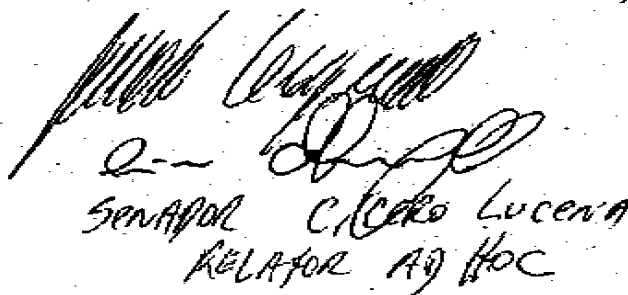
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 889, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à

Associação Cultural Comunitária Princesa Isabel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

, Presidente

, Relator




SENADOR C. CARLOS LUCENA
RELATOR AD HOC

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 889 de 2009.

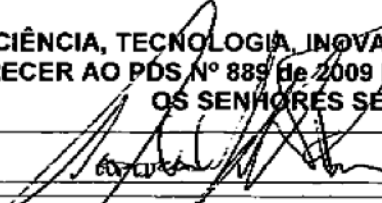
Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 889 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 *Senador Flexa Ribeiro*
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

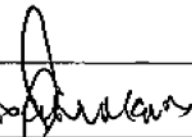
MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE
*RELATOR*2. FLÁVIO ARNS 

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI 

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA 

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA 

3. GEOVANI BORGES

VALDIR RAUPP 

4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR 1. GILBERTO GOELLNER 

DEMÓSTENES TORRES

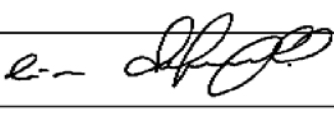
2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL 

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA
RELATOR AD HOC 5. EDUARDO AZEREDO 

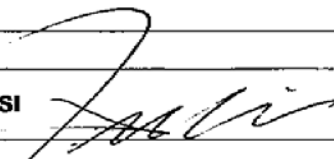
FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI 

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 889 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; --- ABS; --- AUTOR; --- PRESIDENTE; 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 69, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 911, de 2009 (nº 1.745/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Beija-Flor Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Baião, Estado do Pará.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 911, de 2009 (nº 1.745, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Beija-Flor Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Baião, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

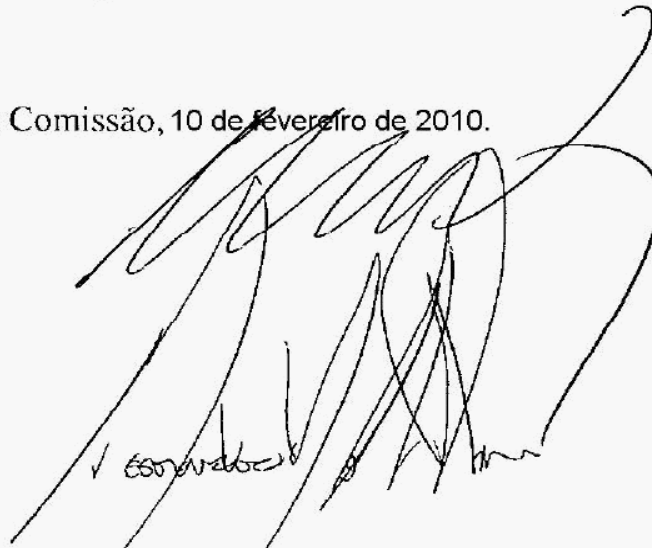
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 911, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga concessão à *Beija-Flor Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Baião, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.



, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 911 de 2009.

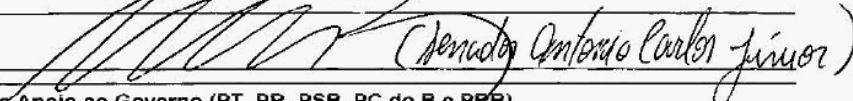
Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



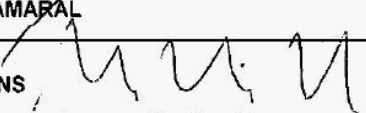
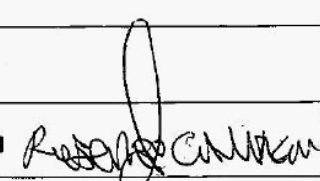
Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.


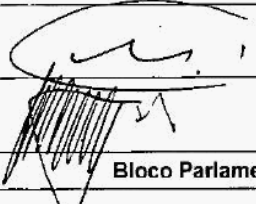
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 911/09 NA REUNIÃO DE 10/02/2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE EVENTUAL:  (Senador Antonio Carlos Júnior)

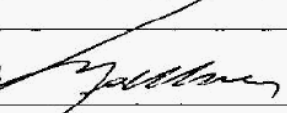
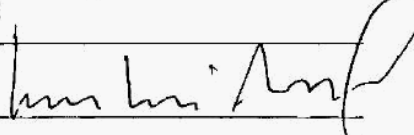
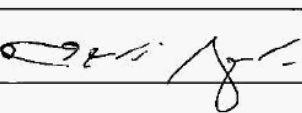
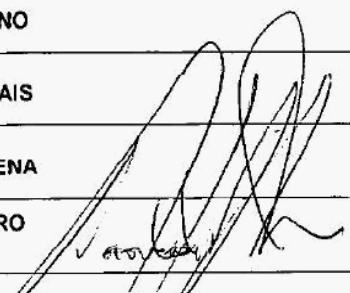
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO

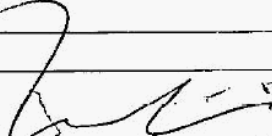
Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP 	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER 
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO 
FLEXA RIBEIRO RELATOR 	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
---	--------------------

PDT

ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE
--------------	----------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 911 12009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC, do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC, do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL	X			
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO	X				SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 10 SIM: 9 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/02/2010

SENADOR

Presidente Emérito,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e
Informática

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR.

PARECER Nº 70, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 914, de 2009 (nº 1.751/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Cidadã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.

RELATOR: Senador JOSÉ AGRIPINO

RELATOR “AD HOC”: Senador MARCO MACIEL

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 914, de 2009 (nº 1.751, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Cidadã* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versam sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

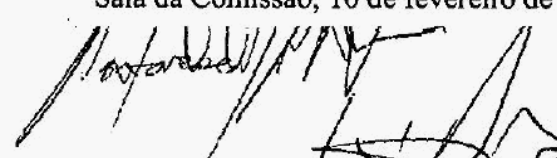
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 914, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III - VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 914, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Cidadã* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

, Presidente

 Relator

(Relator Ad Hoc: Senador Marco Maciel)

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 914 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010


Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 914 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Flexa Ribeiro
 SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS *Flávio Arns*

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI *Roberto Cavalcanti*

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA *Valter Pereira*

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA *Gerson Camata*

3. GEOVANI BORGES

VALDIR RAUPP *Valdir Raupp*

4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR *Antonio Carlos Júnior*1. GILBERTO GOELLNER *Gilberto Goellner*

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO *Relator*3. MARCO MACIEL *Marco Maciel*

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA *Cícero Lucena*5. EDUARDO AZEREDO *Eduardo Azeredo*

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI *Sérgio Zambiasi*

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 914 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR					GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES	X				ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO				
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

[Assinatura]
SENADOR FLECHA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 71, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 915, de 2009 (nº 1.757/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Manoel Ferreira Veras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroquinha, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 915, de 2009 (nº 1.757, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Beneficente Manoel Ferreira Veras* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroquinha, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de ~~proposições que versam~~ sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 915, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 915, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Beneficente Manoel Ferreira Veras* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroquinha, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.


, Presidente


, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 915 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 975 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:			<i>Senador Flávio Arns</i>
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)			
MARCELO CRIVELLA		1. DELCÍDIO AMARAL	
RENATO CASAGRANDE		2. FLÁVIO ARNS	
MAGNO MALTA		3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
ROBERTO CAVALCANTI <i>RELATOR</i>		4. JOÃO RIBEIRO	
Maioria (PMDB e PP)			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		1. VALTER PEREIRA	
LOBÃO FILHO		2. ROMERO JUCÁ	
GERSON CAMATA		3. GEOVANI BORGES	
VALDIR RAUPP		4. VAGO	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)			
ANTONIO CARLOS JÚNIOR		1. GILBERTO GOELLNER	
DEMÓSTENES TORRES		2. ELISEU RESENDE	
JOSÉ AGRIPINO		3. MARCO MACIEL	
EFRAIM MORAIS		4. KÁTIA ABREU	
CÍCERO LUCENA		5. EDUARDO AZEREDO	
FLEXA RIBEIRO		6. SÉRGIO GUERRA	
PAPALÉO PAES		7. ARTHUR VIRGÍLIO	
PTB			
SÉRGIO ZAMBIASI		1. FERNANDO COLLOR	
PDT			
ACIR GURGACZ		1- CRISTOVAM BUARQUE	

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 915 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM <td>NÃO</td> <td>AUTOR</td> <td>ABSTENÇÃO</td> <td>SUPLENTE (PMDB e PP)</td> <td>SIM</td> <td>NÃO</td> <td>AUTOR</td> <td>ABSTENÇÃO</td>	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUZZI	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM <td>NÃO</td> <td>AUTOR</td> <td>ABSTENÇÃO</td> <td>SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)</td> <td>SIM</td> <td>NÃO</td> <td>AUTOR</td> <td>ABSTENÇÃO</td>	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALEÓ PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM <td>NÃO</td> <td>AUTOR</td> <td>ABSTENÇÃO</td> <td>SUPLENTE - PTB</td> <td>SIM <td>NÃO</td> <td>AUTOR</td> <td>ABSTENÇÃO</td> </td>	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM <td>NÃO</td> <td>AUTOR</td> <td>ABSTENÇÃO</td>	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM <td>NÃO</td> <td>AUTOR</td> <td>ABSTENÇÃO</td> <td>SUPLENTE - PDT</td> <td>SIM <td>NÃO</td> <td>AUTOR</td> <td>ABSTENÇÃO</td> </td>	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM <td>NÃO</td> <td>AUTOR</td> <td>ABSTENÇÃO</td>	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; — ABS; — AUTOR; — PRESIDENTE; 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

Flexa
SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática.

PARECER Nº 72, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 917, de 2009 (nº 1.773/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Santo Antônio de Leverger para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso.

RELATOR: Senador **GILBERTO GOELLNER**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 917, de 2009 (nº 1.773, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária de Santo Antônio de Leverger* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

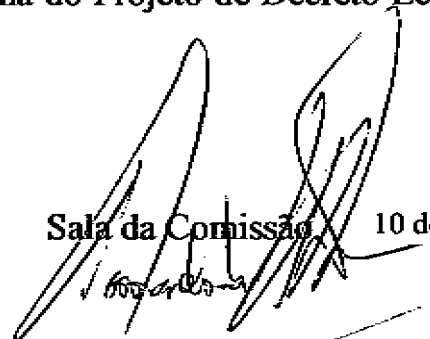
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 917, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 917, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária de Santo Antônio de Leverger* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

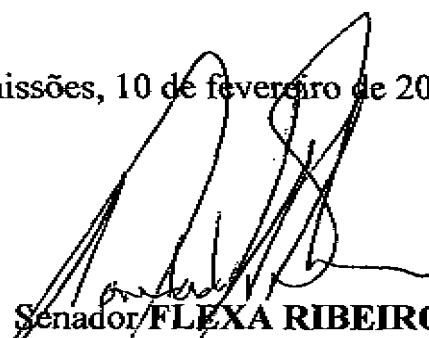
 , Presidente

 , Relator

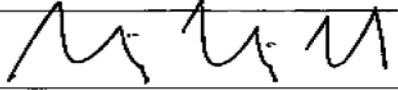


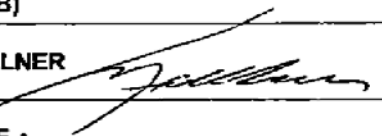
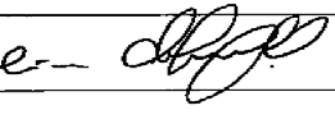
IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 917 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010


Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 917 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 DOS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  <i>Senador Flávio Azevedo</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PSC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO AZEVEDO 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA 
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP 	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	1. GILBERTO GOELLNER RELATOR 
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO 
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 917 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAU PP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; --- ABS; --- AUTOR; --- PRESIDENTE; 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 73, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 918, de 2009 (nº 1.776/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Tiago para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bituruna, Estado do Paraná.

RELATOR: Senador FLÁVIO ARNS

I - RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 918, de 2009 (nº 1.776, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária São Tiago* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bituruna, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 918, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 918, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária São Tiago* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bituruna, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.



Senador **FLEXA RIBEIRO**, Presidente

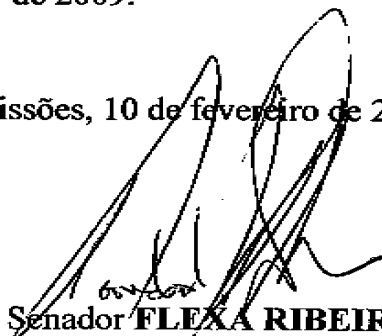


Senador **FLÁVIO ARNS**, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 918 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 918 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:  <i>senador Flexa Ribeiro</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS <i>RELATOR</i> 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA 
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP 	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	1. GILBERTO GOELLNER 
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO 
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 918 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPEL	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 74, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 920, de 2009 (nº 1.688/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e de Radiodifusão Comunitária Pará FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

RELATOR: Senador **MARCO MACIEL**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 920, de 2009 (nº 1.688, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Beneficente e de Radiodifusão Comunitária Pará FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos,

informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

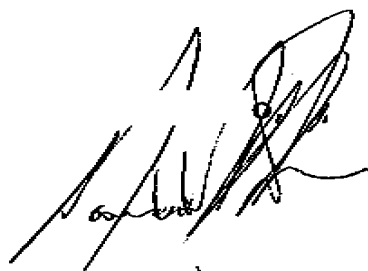
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos artigos 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 920, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

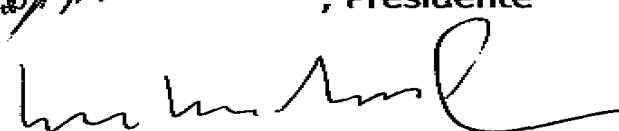
III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 920, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Beneficente e de Radiodifusão Comunitária Pará FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.



, Presidente

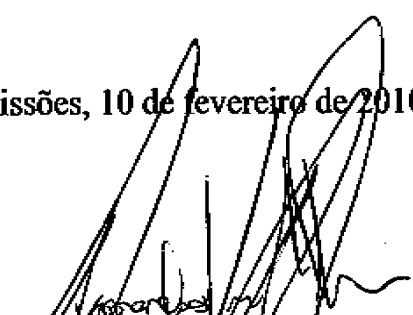


Senador Marco Maciel, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

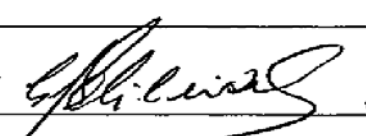
A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 920 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 920 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  SENADOR FLEXA RIBEIRO	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA 
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP 	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	1. GILBERTO GOELLNER 
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL  RELATOR
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO 
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 920 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCLIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBAO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.



PARECER Nº 75, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 921, de 2009 (nº 1.701/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Iracema, Estado do Ceará.

RELATOR: Senador EFRAIM MORAIS

RELATOR “AD HOC”: Senador MARCO MACIEL

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 921, de 2009 (nº 1.701, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Iracema, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que

seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

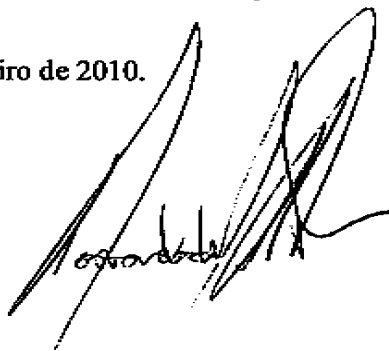
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.


III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 921, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Iracema, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

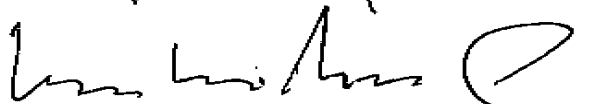
Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010.



, Presidente



, Relator

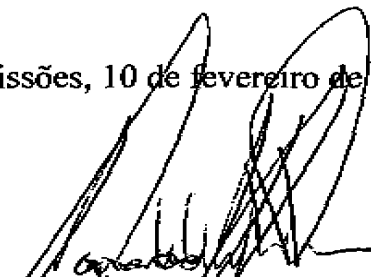


(Relator ad Hoc: senador Marco Maciel)

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 921 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 921 DE 2009 NA REUNIÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

[Handwritten Signature] **SENADOR FLEXA RIBEIRO**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

[Handwritten Signature]

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

[Handwritten Signature]

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

[Handwritten Signature]

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GEOVANI BORGES

[Handwritten Signature]

VALDIR RAUPP

4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MAOIEL

(Ad Hoc)

[Handwritten Signature]

EFRAIM MOBAIS

4. KÁTIA ABREU

RELATOR

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

1. FERNANDO COLLOR

[Handwritten Signature]

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 921 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBAO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPE	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; - ABS; - AUTOR; - PRESIDENTE; 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 76, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 935, de 2009 (nº 1.637/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Paraíso do Sul – ASCULPAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 935, de 2009 (nº 1.637, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural Paraíso do Sul - ASCULPAR* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 935, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 935, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural Paraíso do Sul - ASCULPAR* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 10/02/2010


, Presidente


, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 935 de 2009.

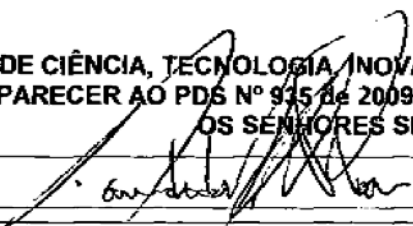
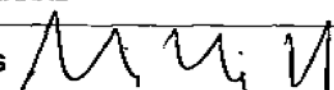
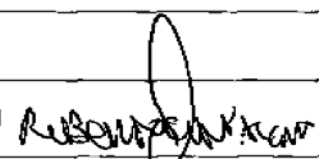
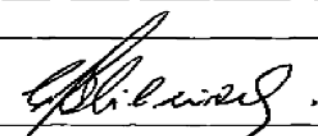
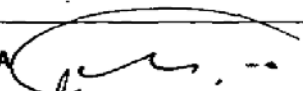
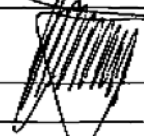

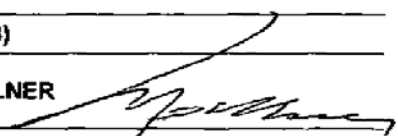
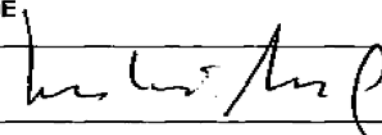
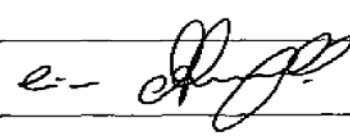
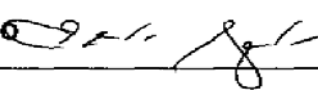
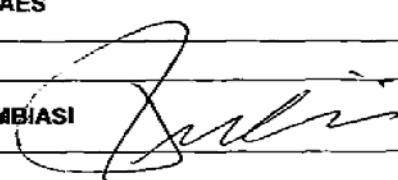
Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 935 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (Senador Flexa Ribeiro)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA 
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP 	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	1. GILBERTO GOELLNER 
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO 
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 935 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM <th>NÃO</th> <th>AUTOR</th> <th>ABSTENÇÃO</th> <th>SUPLENTE (PMDB e PP)</th> <th>SIM</th> <th>NÃO</th> <th>AUTOR</th> <th>ABSTENÇÃO</th>	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBAO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPE	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM <th>NÃO</th> <th>AUTOR</th> <th>ABSTENÇÃO</th> <th>SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)</th> <th>SIM</th> <th>NÃO</th> <th>AUTOR</th> <th>ABSTENÇÃO</th>	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM <th>NÃO</th> <th>AUTOR</th> <th>ABSTENÇÃO</th> <th>SUPLENTE - PTB</th> <th>SIM</th> <th>NÃO</th> <th>AUTOR</th> <th>ABSTENÇÃO</th>	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM <th>NÃO</th> <th>AUTOR</th> <th>ABSTENÇÃO</th> <th>SUPLENTE - PDT</th> <th>SIM</th> <th>NÃO</th> <th>AUTOR</th> <th>ABSTENÇÃO</th>	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 77, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 936, de 2009 (nº 1.172/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier – RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 936, de 2009 (nº 1.172, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier - RS* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciá-lo também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

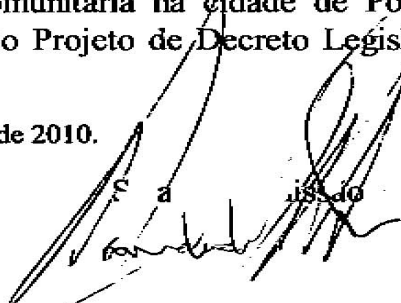
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 936, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 936, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier - RS* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.



, Presidente

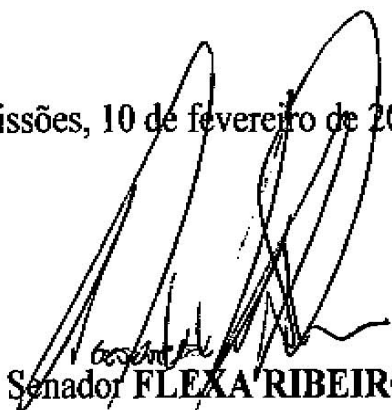


, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 936 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 936 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

[Handwritten signature] (Senador Flexo Ribeiro)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS <i>[Handwritten signature]</i>
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI <i>[Handwritten signature]</i>	4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA <i>[Handwritten signature]</i>
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP <i>[Handwritten signature]</i>	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Handwritten signature]</i>	1. GILBERTO GOELLNER <i>[Handwritten signature]</i>
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL <i>[Handwritten signature]</i>
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA <i>[Handwritten signature]</i>	5. EDUARDO AZEREDO <i>[Handwritten signature]</i>
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Handwritten signature]</i> RELATOR	1. FERNANDO COLLOR
---	--------------------

PDT

ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE
--------------	----------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 936 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIDIO AMARAL	X			
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO TUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 78, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 938, de 2009 (nº 1.321/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 938, de 2009 (nº 1.321, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudo, Estado Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 938, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 938, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação*

de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudo, Estado Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

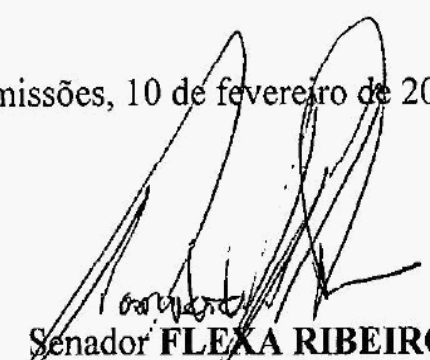

, Presidente


, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 938 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010


Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 938 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Senador Flexa Ribeiro
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS *MUN*

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI *Roberto Cavalcanti*

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA *Valter Pereira*

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA *Gerson Camata*

3. GEOVANI BORGES

VALDIR RAUPP *Valdir Raupp*

4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR *Antonio Carlos Júnior*1. GILBERTO GOELLNER *Gilberto Goellner*DEMÓSTENES TORRES *Demóstenes Torres*2. ELISEU RESENDE *Eliseu Resende*JOSÉ AGRIPINO *José Agripino*3. MARCO MACIEL *Marco Maciel*EFRAIM MORAIS *Efraim Moraes*4. KÁTIA ABREU *Kátia Abreu*CÍCERO LUCENA *Cícero Lucena*5. EDUARDO AZEREDO *Eduardo Azeredo*FLEXA RIBEIRO *Flexa Ribeiro*6. SÉRGIO GUERRA *Sérgio Guerra*PAPALÉO PAES *Papaléo Paes*7. ARTHUR VIRGÍLIO *Arthur Virgílio*

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI *Sérgio Zambiasi*

RELATOR

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ *Acir Gurgacz*

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 938 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					RÔMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CICERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALDO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAN BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

[Assinatura]
SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 79, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 939, de 2009 (nº 1.646/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Essência Nativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 939, de 2009 (nº 1.646, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Essência Nativa* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 939, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 939, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Essência Nativa* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 10 de fevereiro de 2010.

 , Presidente

 , Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 939, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador FLEXA RIBEIRO

**Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 839, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Senador Flávio Arns)
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto Cavalcanti</i>	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>Antonio Carlos Júnior</i>	1. GILBERTO GOELLNER <i>Gilberto Goellner</i>
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA <i>Cícero Lucena</i>	5. EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR <i>Sérgio Zambiasi</i>	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 939, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA	DELCIDIO AMARAL								
RENATO CASAGRANDE	FLAVIO ARNS					✓			
MAGNO MALTA	ANTONIO CARLOS VALADARES								
ROBERTO CAVALCANTI	JOÃO RIBEIRO	✓							
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	VALTER PEREIRA								
LOBÃO FILHO	ROMERO JUCA					✓			
GERSON CAMATA	GEOVANI BORGES	✓							
VALDIR RAUPP	VAGO	✓							
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	GILBERTO GOELLNER	✓							
DEMÓSTENES TORRES	ELISEU RESENDE					✓			
JOSÉ AGRIPINO	MARCO MACIEL								
EFRAIM MORAIS	KÁTIA ABREU					✓			
CÍCERO LUCENA	EDUARDO AZEREDO	✓							
FLEXA RIBEIRO	SÉRGIO GUERRA					✓			
PAPALÉO PAES	ARTHUR VIRGÍLIO								
TITULAR - PTB	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	FERNANDO COLLOR	✓							
TITULAR - PDT	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	CRISTOVAM BUARQUE								

TOTAL: 11 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 0 CA

SALA DAS REUNIÕES, 10 de fevereiro de 2010

Publicado no DSF, de 19/2/2010.

 SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 80, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 943, de 2009 (nº 1.756, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiratins, Estado de Tocantins.

RELATOR: Senador **JOÃO RIBEIRO**

RELATOR “AD HOC”: Senador **ANTONIO CARLOS JÚNIOR**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 943, de 2009 (nº 1.756, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora Aparecida* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiratins, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 943, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 943, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora Aparecida* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiratins, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 10 de fevereiro de 2010.

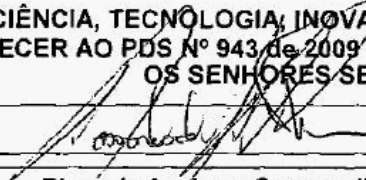

Senador **JOÃO RIBEIRO**, Relator

, Presidente

(Relator Ad Hoc: Senador Antônio Carlos Luzia)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 943 de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 SENADOR FLEXA RIBEIRO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

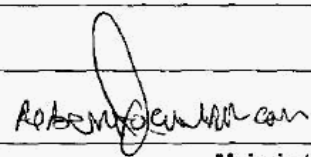
RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS 

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI



4. JOÃO RIBEIRO
RELATOR

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA 

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

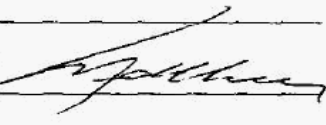
GERSON CAMATA

3. GEOVANI BORGES

VALDIR RAUPP

4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR
(Ad Hoc)1. GILBERTO GOELLNER 

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

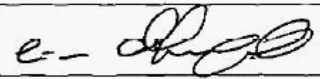
JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL 

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA



5. EDUARDO AZEREDO 

FLEXA RIBEIRO

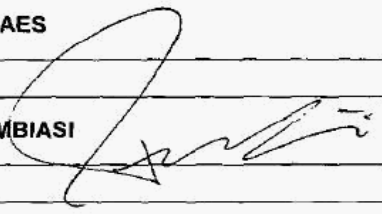
6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI



1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 943 de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELLO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAJORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPEL	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 943 de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 81, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 962, de 2009 (nº 1.770/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cruzeiro FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador SÉRGIO ZAMBIASI

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 962, de 2009 (nº 1.770, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Cruzeiro FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

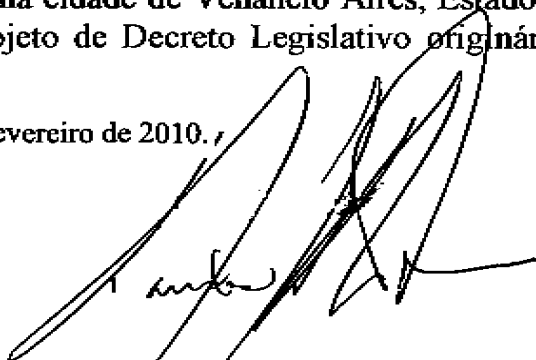
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

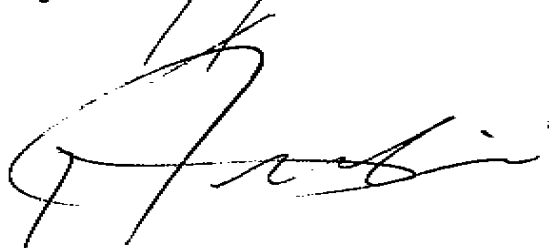
III - VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 962, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *Rádio Cruzeiro FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.



, Presidente

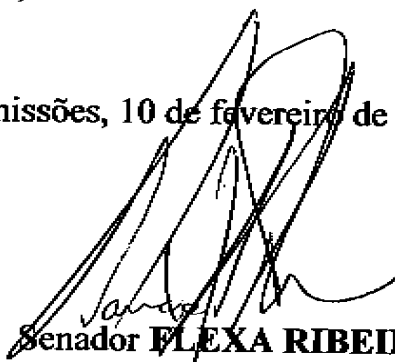


, Relator

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 962, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 362, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Senador Flávio Roberto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

Maioria (PMDB e PP)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GEOVANI BORGES

VALDIR RAUPP

4. VAGO

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

EFRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

PTB

**SÉRGIO ZAMBIASI
 RELATOR**

1. FERNANDO COLLOR

PDT

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 962, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 1

SALA DAS REUNIÕES, 10 de fevereiro de 2010

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática.

PARECER Nº 82, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 963, de 2009 (nº 1.788/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e de Comunicação Voz Amiga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 963, de 2009 (nº 1.788, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e de Comunicação Voz Amiga* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 963, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

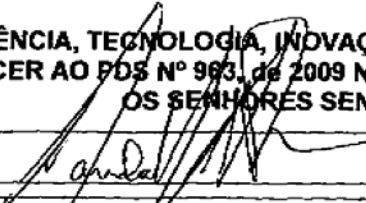
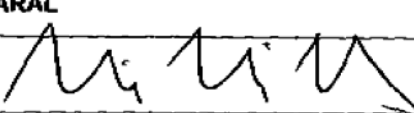
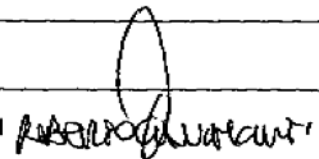
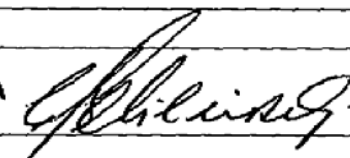
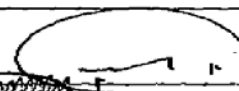

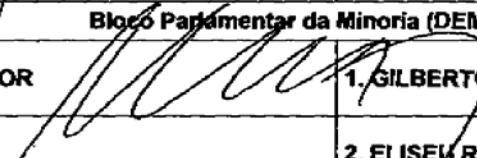
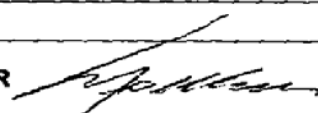
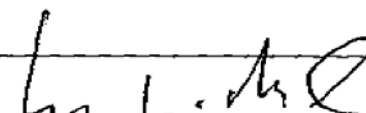
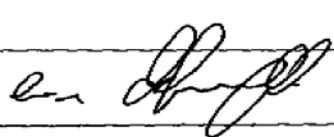
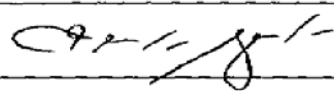
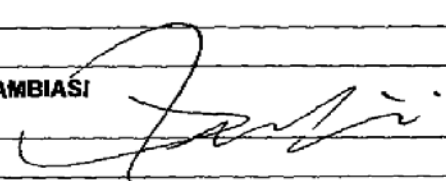
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 963, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e de Comunicação Voz Amiga* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10/02/2010

, Presidente

, Relator

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 963, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	 <i>Senador Florencio Rabeiro</i>
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS 
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI 	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA 
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA 	3. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP 	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	1. GILBERTO GOELLNER 
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL 
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA 	5. EDUARDO AZEREDO 
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR 	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE


COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 963, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELÍCIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	*			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBAO FILHO					ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
CÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALEO PAES					ARTHUR VIRGILIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB				
SERGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM; 11 NÃO; 1 ABS; 1 AUTOR; 1 PRESIDENTE; 1

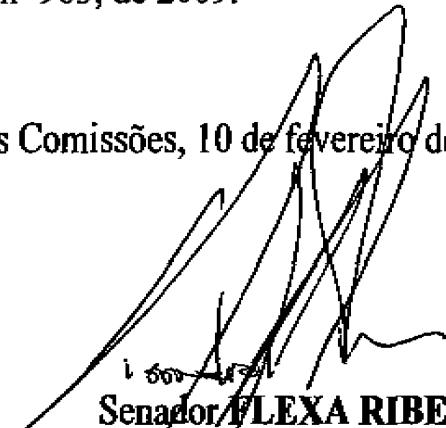
SALA DAS REUNIÕES, 10 de fevereiro de 2010


SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática.

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 963, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

PARECER

Nº 83, DE 2010

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 974, de 2009 (nº 1.876/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Capitão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 974, de 2009 (nº 1.876, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária de Capitão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 974, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 974, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural Comunitária de Capitão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

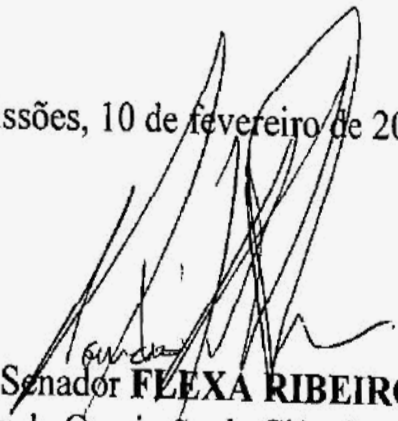
 , Presidente

 , Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

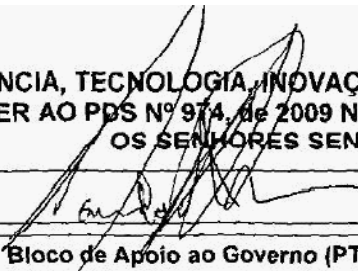
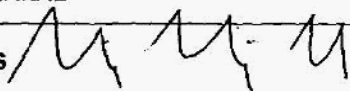
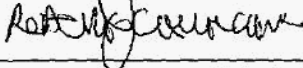
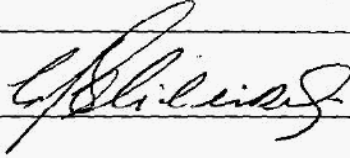
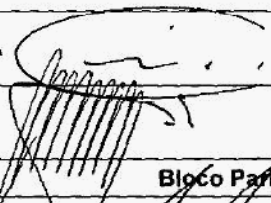

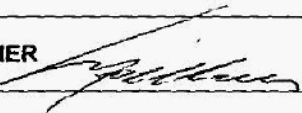
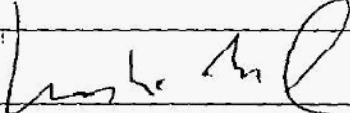
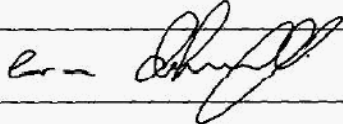
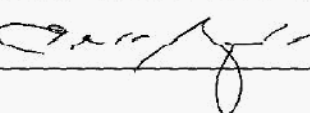
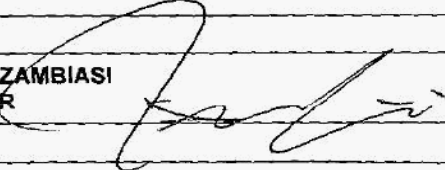
A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 974, de 2009.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2010



Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 974, de 2009 NA REUNIÃO DE 10 de fevereiro de 2010
 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:			<i>Senador Flexa Ribeiro</i>
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)			
MARCELO CRIVELLA		1. DELCÍDIO AMARAL	
RENATO CASAGRANDE		2. FLÁVIO ARNS	
MAGNO MALTA		3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
ROBERTO CAVALCANTI		4. JOÃO RIBEIRO	
Maioria (PMDB e PP)			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		1. VALTER PEREIRA	
LOBÃO FILHO		2. ROMERO JUCÁ	
GERSON CAMATA		3. GEOVANI BORGES	
VALDIR RAUPP		4. VAGO	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)			
ANTONIO CARLOS JÚNIOR		1. GILBERTO GOELLNER	
DEMÓSTENES TORRES		2. ELISEU RESENDE	
JOSÉ AGRIPINO		3. MARCO MACIEL	
EFRAIM MORAIS		4. KÁTIA ABREU	
CÍCERO LUCENA		5. EDUARDO AZEREDO	
FLEXA RIBEIRO		6. SÉRGIO GUERRA	
PAPALÉO PAES		7. ARTHUR VIRGÍLIO	
PTB			
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR		1. FERNANDO COLLOR	
PDT			
ACIR GURGACZ		1- CRISTOVAM BUARQUE	

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 974 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL	X			
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS				
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA	X			
LOBAO FILHO	X				ROMERO JUCA				
GERSON CAMATA	X				GEOVANI BORGES				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSE AGRIPINO					MARCO MACIEL	X			
EFRAIM MORAIS					KATIA ABREU				
GÍCERO LUCENA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SERGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES					ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ					CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/02/2010

Senador Flexa Ribeiro
SENADOR FLEXA RIBEIRO
 Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 7, de 2010**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 136, de 2008; 535, 731, 738, 749, 779, 836, 838, 849, 852, 855, 858, 861, 884, 889, 911, 914, 915, 917, 918, 920, 921, 935, 936, 938, 939, 943, 962, 963 e 974, de 2009**.

Nos termos do art. 91, inciso III, do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

Of. nº 007/2010 – CCT

Brasília, 10 de fevereiro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs: 136 de 2008; 535, 731, 738, 749, 779, 836, 838, 849, 852, 855, 858, 861, 884, 889, 911, 914, 915, 917, 918, 920, 921, 935, 936, 938, 939, 943, 962, 963 e 974 de 2009.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há pedido de pela ordem. Qual foi o primeiro, Secretário?

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse – Senador Flávio Arns – para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Flávio Arns. O nosso Secretário Executivo, Dr. João Pedro já está...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Presidente, também quero, pela ordem, inscrever-me para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Romeu Tuma, para uma comunicação inadiável.

E o Líder do PMDB e do Governo, Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me inscrevesse como Líder da Maioria, mas vou ter de dar uma saída e devo voltar bem no final da tarde.

Antes, porém, queria aqui fazer um registro – V. Ex^a comentava, ainda há pouco, antes de subir à mesa –, para externar os nossos profundos sentimentos pelo falecimento – chequei agora, mas foi antes de ontem –, em Manaus, do irmão do nosso querido Senador Geraldo Mesquita, do Estado do Acre. Então, quero, em nome da Bancada do PMDB, externar os nossos mais profundos sentimentos ao Senador Geraldo Mesquita e a toda a sua família pela perda. Havia perdido recentemente, há seis ou sete meses, o seu pai e, agora, perde o irmão. Que Deus possa confortá-lo, junto com sua família.

Esses são os nossos sentimentos ao nosso querido Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Mesa se associa a V. Ex^a, tomando conhecimento agora: foi confirmado pelo nosso Secretário, Dr. José Roberto, que, no dia 16 de fevereiro – hoje é dia 18 –, faleceu o irmão do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que, como V. Ex^a disse, há poucos meses, perdera o pai, líder, extraordinário político, ex-Governador do Acre. É José Henrique. E foi em Manaus, no Amazonas.

Nós pediríamos providências ao Dr. José Roberto, para que dê entrada oficialmente à Mesa naquele pedido de voto de pesar, para o Raupp e os demais presentes assinarem. Darei o encaminhamento, como manda o Regimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Quero associar-me, Sr. Presidente, à manifestação do Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, V. Ex^a vai assinar o requerimento, feito em nome do Raupp, assim como os demais que estão presentes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu não poderia também, neste momento, junto com os outros Senadores, por iniciativa agora do Senador Valdir Raupp, do Senador Flávio Arns e de V. Ex^a, deixar de pedir para assinar – sei que o pedido será aceito, simbolicamente falo isso – esse voto de pesar, pelo carinho que todos nós temos pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, nem de estar ao seu lado neste momento em que falece o seu querido irmão. Muitas vezes, aqui, comentávamos sobre os nossos familiares, e ele me falava do seu pai e também do seu irmão.

Então, minha total solidariedade. Como eu dizia, assinarei com tristeza, mas, ao mesmo tempo, mostrando a minha solidariedade a esse nosso irmão pela perda de seu tão querido familiar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós nos associamos. Vamos formular, formalizar o requerimento de pesar da Casa.

Ocupando a Presidência, faremos, em respeito ao falecimento de José Henrique – solidariedade que podemos dar ao nosso Senador Geraldo Mesquita e a sua família, que representa e simboliza a grandeza histórica do Acre, desde o seu pai, que recentemente faleceu, mas que é uma das figuras mais importantes da história política do Acre e do Brasil –, um minuto de silêncio, e darei a palavra aos inscitos. (*Pausa.*)

(Procede-se a um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há oradores inscitos.

No período do Expediente, regimentalmente, seriam dez minutos. Mas jamais ousarei... O primeiro inscrito é o Senador Paulo Paim.

Paulo Paim, permita-me – não como Presidente da Casa neste instante, mas como médico – advertilo: segundo fui informado, foi um problema circulatório, das coronárias, não é? Então, V. Ex^a, na semana passada, preocupou não só a mim, mas a todo o País com sua ausência, porque teve um problema cardiovascular. Então, nós estamos preocupados. Que seja uma advertência.

Eu sei que V. Ex^a sofre muito, sofre muito e sofre, porque pegou a bandeira dos aposentados, enfrentando muitos aloprados que não têm a sensibilidade de V. Ex^a – que fez leis para resgatar, as quais beneficiam, inclusive, o nosso Presidente da República.

Votei nele em 1994. Que ele não saia sem pelo menos se aproximar daquilo que nós conquistamos no Senado da República e sem fazer a Câmara Federal acordar, despertar. V. Ex^a se cuide, para podermos cuidar da melhoria do trabalho, do trabalhador e dos que trabalharam, os aposentados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Como disse ontem, estou falando neste momento, mas estou com uma série de aparelhos, para medir a pressão durante 24 horas e ver quando ocorre seu momento de pico, para eu fazer, então, o tratamento que os médicos entenderem mais adequado.

Sr. Presidente, era para eu estar hoje na minha cidade natal, Caxias do Sul, onde acontece a Festa da Uva. Hoje, exatamente neste horário – a partir das 14 horas –, estamos inaugurando a festa deste ano.

A Festa da Uva acontece de dois em dois anos. É uma festa magnífica, Sr. Presidente. Naturalmente, não vou compará-la ao carnaval, mas lembro que ela é uma festa também com repercussão internacional. Enfim, quando falo da Festa da Uva da minha terra natal, Caxias do Sul, não deixo de lembrar o carinho que tenho pelo meu querido Estado do Rio Grande do Sul.

Sempre digo que o Rio Grande do Sul é a morada do meu coração. Todos sabem o acalento, o amor que tenho também não só pelo Estado, mas pela cidade em que eu nasci. Ela me traz as mais belas e doces lembranças, Senador Romeu Tuma: Caxias do Sul. Lá eu vivi momentos inesquecíveis. Talvez uma das partes mais bonitas da história da minha vida, eu sinto como se tivesse sido gravada nas ruas, nos bairros, desde a Sinimbu, Julio de Castilhos, Ribeiro Mendes; mesmo lá na Maestra, enfim, na cidade de Caxias do Sul.

Foi lá em Caxias, Senador, que já aos oito anos – éramos dez; pai e mãe ganhavam o salário-mínimo – eu estudava num turno e trabalhava na fábrica de vaso da família Bovo. Trabalhei dos oito aos dez anos. Depois, dos dez aos doze anos, fui para feira livre e, felizmente, eu registro aqui, aos doze anos – foi, digamos, o grande momento da minha vida – passei no Senai e fiz um curso técnico. Aí a minha vida mudou. Enfim, quando falo aqui do Senai, lembro porque insisto tanto no Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante, do ensino técnico, o Fundep, que pode gerar R\$9 bilhões para que a gente alavanque ainda mais o ensino técnico no nosso País.

Mas eu me lembro de Caxias, nas férias do colégio, eu ia para as colônias colher uva nos parreirais que se estendiam pelo alto da serra. Foi lá em Caxias que comecei a fazer política estudantil. Estudei no Grupo Escolar Teodósio de Rocha Neto, no Grupo Escolar Maguari, no Senai, no Ginásio Noturno para Trabalhadores, Ginásio Noturno que se chamava Getúlio Vargas, na Escola Estadual Santa Catarina. Lá eu presidi o grêmio; em outros eu fui presidente em sala de aula; lá eu joguei futebol; lá eu trabalhei na Eberle, na Gethal, na DalSochio & Menegotto. Lá eu brinquei, eu namorei e por que não lembrar do Clube Calhambeque, do Clube Gaúcho e do Misterioso?

Lembro até hoje da velha e querida casa em que morei: Rua Antônio José Ribeiro Mendes, 2.222. Lá, com certeza, com os meus pais, que já faleceram, eu vivi, aí sim, os melhores momentos da minha vida. E diria como é bom, antes de falar da festa, lembrar daquele tempo, doces anos da nossa juventude.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Quando puder, Senador, eu gostaria de um aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vou lhe dar o aparte. Hoje Caxias do Sul é um grande polo

industrial, cultural, político e berço turístico do Rio Grande. A cidade contribui, e muito, para o crescimento econômico e social do nosso Rio Grande do Sul.

Conforme o IBGE, Caxias do Sul ocupa o 34º lugar no **ranking** das cem cidades com o maior PIB do País. Entre as cem maiores, ela é a de número 34. Além do mais, eu não quero esquecer aqui da gastronomia da gente caxiense, comidas típicas e maravilhosas. Lembro aqui – e quem está me ouvindo lá na região sabe – da sopa de anholini, tortéi, formaio, da polenta, da radite, do frango assado, da carne Lessa, do bife na chapa, do pão de forno, das tortas e, por que não lembrar, para quem gosta, tudo regado a um excelente vinho, ou suco de uva, que é a marca da região.

A Festa da Uva, Srs. Senadores, está na sua 28ª edição, celebra a colheita desta fruta, a uva, desde 1931. Tem uma marca muito especial para a cidade, pois traz o reconhecimento político, cultural, industrial de todo o Rio Grande e, naturalmente, que repercute em todo o País.

Também, Sr. Presidente, é valorosa a história desse povo, que construiu passo a passo, com muito trabalho e dedicação, uma cidade que eu diria belíssima e cheia de encantos.

Nos quatro eixos desta festa, tão tradicional, eu destaco: a integração, o desenvolvimento, a tradição e as suas origens. Os eixos, juntos, originam o tema da festa, que é: “Nos trilhos da história, a estação da colheita”.

A música tema, vocês podem entender a alegria que ela demonstra, é o orgulho desse lugar que sempre acolheu os seus visitantes de forma carinhosa, de sua gente que sempre compartilhou da sua cidade como que alguém que dividisse para os turistas a sua própria casa.

Senador Romeu Tuma, por favor.

Eu aproveito a paradinha porque o maquinário aqui está pulsando forte, pressionando o braço aqui.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Não pode se emocionar muito, senão o gráfico sobe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sobre, mas depois eu tomo nota que eu estava na tribuna nesse horário, 14h15.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Eu estou sentindo que V. Exª está realmente emocionado com a descrição da Festa da Uva, de Caxias do Sul. Mas eu pediria licença a V. Exª, porque há um vínculo espiritual meu muito forte com o Rio Grande do Sul. Meu pai saiu do Oriente com 10 anos de idade. Eles fugiram de navio devido ao domínio otomano dos turcos, que dominaram a região. E o meu avô, infelizmente, foi morto durante a viagem. A minha avó trouxe a família e veio para a América. E foi passando; ninguém falava em América.

Falava em Estados Unidos e outros. Quando chegou no Rio Grande do Sul, então, eles foram convidados a descer. “Mas eu paguei passagem para a América”. “Não, aqui é o Rio Grande do Sul, é o final da viagem”. Ela desceu em Porto Alegre com as crianças, inclusive o meu pai. Desculpa estar entrando nesse terreno, mas é que V. Exª mexeu com o meu coração.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas tem uma simbologia mesmo essa história.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – E aí quando desceu, ela, meio perdida, foi na casa dos imigrantes, lá em Porto Alegre, quando avisaram que tinha um patrício que morava em Pelotas, que provavelmente poderia ajudá-la.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O tal do doce do Rio Grande.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Então, ele veio a Porto Alegre, pegou minha avó, meu pai, a família, e levou para Pelotas, onde meu pai cresceu e desenvolveu a profissão de sapataria, sapataria de arte, porque Pelotas era conhecida como a cidade de cultura oriunda da Europa. Para lá vinham vários artistas e vários moradores da região; os filhos iam estudar na Europa porque era cidade rica em curtume e em gado, e tinham essa virtude e eles faziam as botas para os artistas, para os atores e aprendeu essa profissão. Então, ele jogou no Brasil Futebol Clube, tanto é que o Senador Sérgio Zambiasi quer que eu vá com ele a Pelotas, porque já descobriram a vinculação por história e quero ver se V. Exª vai com a gente em Pelotas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza. Tenho o maior carinho por Pelotas, como sei que o Zambiasi e o Simon têm também por Caxias; e diga-se que o Simon nasceu também em Caxias.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – E Caxias do Sul... Eu diria que conheço bastantes cidades do Rio Grande do Sul, porque, quando Diretor da Polícia Federal, andei por toda aquela região, principalmente em área de fronteira. Fiquei com uma cidade sem conhecer, o Chuí. Por quê? Porque eu ia com o então Ministro Paulo Brossard ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Deve ir visitar, que é uma bela cidade.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Iríamos juntos e acabamos passando a oportunidade, mas gostaria de conhecer o Chuí. Sem dúvida nenhuma, onde tenho ido, e tenho encontrado gaúchos que moram em outras cidades, em outros Estados e em outros países, que dentro do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) mostram a força do sangue gaúcho, do amor que têm pelas suas cidades natais.

E a sua é, sem dúvida nenhuma, conhecida no Brasil inteiro e no exterior. Em Caxias do Sul, eu gosto

de comprar o suco de uva de lá e estou na expectativa de que V. Ex^a traga a rainha e as princesas da festa, pois todo ano nós temos o prazer de cumprimentá-las aqui. Cumprimento V. Ex^a e peço desculpa por ter interrompido para fazer uma questão de ordem pessoal, de coração.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu agradeço, Senador Romeu Tuma. Lembrando o centro de tradição, eu mesmo fui muito a centros de tradição e ali eu diria que brancos, índios e negros se encontravam sempre, dançando músicas como a chula e tantas outras.

Mas, Senador Mão Santa, antes de passar a palavra a V. Ex^a – sei que é um momento histórico e sei que a Presidente da sessão vai entender – ... até porque alguns jornais no dia de hoje estavam lamentando a não presença do Presidente Lula e da Ministra Dilma na cidade, pela importância da festa, aqui eu justifico e adianto que, provavelmente, como a festa só termina no dia 7 de março, eles estarão lá em Caxias.

Mas eu dizia, Senador Mão Santa, que a letra-chave, a letra que é o tema da festa é Nos trilhos da história, a estação da colheita, diz:

“Embarca em nossa estação
Que o trem já vai partir
A viagem é uma canção
Que a gente canta a sorrir
Por entre vales e montes
Videiras olham pro céu
Nos lábios dos horizontes
Há sempre um beijo de Deus
Vem para o alto da Serra [A nossa Caxias]
Destino de tanta alegria
Um mundo de encanto te espera
É a Festa da Uva em Caxias
Vem para o alto da Serra
Escuta o teu coração
A uva rainha te espera
Também quem ama este chão
Nos trilhos da nossa História
O tempo olha pra trás
A imagem remoça a memória
De quanto este povo é capaz
Nos olhos, a Festa brilhante
O trem precisa chegar
O sonho do bravo imigrante
Renasce neste lugar
O aroma de uva doce
Recende em toda a estação
Colheita é como se fosse
O altar da celebração.”

Sr^a Presidente, nos primeiros 35 anos da imigração italiana a produção agrícola foi baseada no trabalho braçal. Há uma intensa adaptação do homem ao local que submete a natureza e a domina...

Nesse período são plantados os vinhedos, e estes geram o grão que se transforma, pelo trabalho, em vinho. O trabalho em torno do vinho foi a primeira indústria em Caxias e também da região. Num primeiro momento, foi essa indústria que fez a região crescer.

A integração viria a se desenvolver com o escoamento do produto de maneira mais ágil, quando da chegada do trem em 1º de julho de 1910. A vila, então, é elevada à categoria de cidade no mesmo dia. O trem vem ligar Caxias a Montenegro e a Porto Alegre, passando, assim, por toda a região.

As cantinas têm como escoar o produto e os tanoeiros dessas cantinas começam a fabricar, em escala, um sem número de pipas de madeira, que, por sua vez, são transportadas de trem para Porto Alegre e seguem de navio para São Paulo.

Com o afluxo de pessoas e de mercadorias transportadas pelos vagões dos trens, as linhas de comércio se cruzam, o crescimento se faz notar pela abertura de casas de comércio e pequenas indústrias, fortalecendo a metalurgia.

Assim, iniciada há alguns anos, esboça um crescimento real e duradouro. A economia avança. O trem é acelerado. O ritmo da vida da pequena cidade cresce e se multiplica.

Por fim, Sr^a Presidente, vou ler só uma página que foi escrita nesse momento pelos organizadores da festa. Disseram eles:

“As origens nos remetem à simplicidade e ao despojamento na forma de tudo quanto passava pela mão do homem, quer seja na artesanaria, na construção das casas, quer seja na forma habitual dos costumes, na roupa dos colonos e em seus gestos.

A simplicidade volta como valor e o despojamento é a marca desse época. O colono que construiu a cidade com seu trabalho poupava o quanto pudesse e, neste sentido, vivia para o sacrifício do trabalho, no sentido religioso do termo, e para crescer, seja no número da família, seja na compra da terra ou na compra de uma casa de comércio, etc., como forma de afirmar a vida em torno dos bens tangíveis, uma vez que os bens intangíveis era a preocupação espiritual delegada à Igreja.

Nos trilhos da vida, as linhas se entrecruzaram de diversos modos entre todas as famílias e os tempos exigem o mesmo paciente trabalho daquela época e a mesma

esperança. A colheita virá, sabemos que virá, mas para haver colheita é preciso o plantio, a poda e o cuidado, o trabalho e a esperança permanentes.”

Sr^a Presidente, só podemos olhar para o passado com o olhar de contemplação. Se a memória do vivido nos leva ao crescimento, como afirma o tema da Festa da Uva, temos de lembrar aqui: Nos trilhos da história, a estação da colheita.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, permita que eu conclua, dizendo que...

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou passar a palavra a V. Ex^a. Senador Zambiasi, eu citava que V. Ex^a é um dos apaixonados por Caxias e só não está lá hoje, porque tínhamos de estar aqui, como conversávamos ontem aqui. Eu justificava a não presença do Presidente e, então, permita-me que eu coloque essa parte.

É bem provável que o Presidente Lula e a Ministra Dilma ainda se façam presentes na Festa da Uva, pois, há duas semanas, quando estávamos na comitiva oficial que foi ao Rio Grande do Sul, tanto a Ministra Dilma como o Presidente Lula receberam a comitiva no aeroporto e disseram que fariam de tudo para estar na festa durante o período da mesma. A festa se inicia hoje, mas termina no dia 7 de março. Acredito que o Presidente Lula e a Ministra Dilma – ou pelo menos um dos dois – estarão em Caxias.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se não estiverem na abertura, poderão estar durante a festa ou no seu encerramento, que é no dia 7 de março. Eu farei de tudo para também estar lá durante esse período.

Senador Mão Santa, e concluo com o Senador Zambiasi, que é meio filho da região, que nem o Senador Simon. Senador Mão Santa, por favor.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senadora Serys, tenha paciência, porque é uma homenagem que o Brasil tem de fazer ao Rio Grande do Sul.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Que sejam breves.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Isso é histórico. Lá foi a primeira entrada, na unificação da Itália. Eles tiveram muitas dificuldades e vieram lá pelos idos...

Mas importa dizer o seguinte: nós temos de resgatar o sofrimento do Rio Grande do Sul. Eu sei que eu sou do Nordeste; é difícil... E o orgulho do piauiense é quando se diz: “Eles são os gaúchos do Nordeste”.

Nós temos uns costumes: a bacia leiteira, a pecuária, o gado... Disseram até que a bandeira do Piauí era couro, porque tem pecuária e tal. Mas o que eu queria dizer é que aquela Guerra Farroupilha foi por isto, porque o Rio Grande do Sul vivia dificuldades. A carne, que é característica de vocês, do gaúcho, que é o nosso vaqueiro lá do Nordeste, que nós chamamos... Então, a carne, o gado era mais caro, porque o Governo de Pedro II cobrava um imposto muito caro. Por isso nasceu aquela Guerra Farroupilha. E, hoje, aquilo foi depois de 1850, não é? Depois de tanto tempo, eu quero despertar o Rio Grande do Sul que todos nós devemos. Eu acho que a maior obra que eu fiz no Piauí, como Governador, foi trazer pessoas do Sul e fixar no sul do Piauí. Em um dia só eu recebi 300 famílias da Cooperativa Cotrirosa. Hoje, no Piauí, eles se chamam “piúchos”. É piauiense... Eles trabalharam. Eles são trabalhadores. Eles são de boa índole, de boa genética, da Itália, do Renascimento, com gaúcho. Poucas terras, abraçaram, e eu facilitei que se fixassem no Piauí. A Bunge, da soja... E tem este termo: “piúcho”. E eles educaram e desenvolveram o Piauí do sul, principalmente no plantio de soja e outras coisas: algodão e tal, a criação...

Mas é tão fundamental que eu quero dizer o que vão viver, agora, no carnaval. O vinho gaúcho é espetacular, Romeu Tuma. Então, repete-se aqui aquele prejuízo que o Rio Grande do Sul teve pelo gado. O gado era mais caro porque os impostos eram maiores. Aí, todo mundo ia comprar na Argentina e no Uruguai que, hoje, são pecuaristas. Agora, Zambiasi, é o vinho da Casa Valduga – o Miolo. Eu não estou fazendo comercial – são bons, mas não são competitivos. Os argentinos e chilenos entraram aí – e pode ir no supermercado. São muitos mais baratos porque o imposto é menor. Que o Presidente Luiz Inácio não vá, mas reestude baixar o imposto do vinho. A Argentina e o Chile se “europatizaram”, digamos assim, na produção. São competitivos em todo o mundo e, também, o vinho do Uruguai. E o Rio Grande do Sul, com um vinho de alta qualidade, está prejudicado. Então, que seja uma reflexão. O intercâmbio é tão grande – eu quero dizer que fiz residência médica no Rio de Janeiro e eu tinha dois colegas. Eram os melhores colegas que eu tive. Eram médicos residentes. Um é Moridon Felipe e o outro é o Jayme Pietra. Então, a gente gaúcha é gente boa e, aqui, nós temos o exemplo, três figuras extraordinárias que enriquecem o Senado e a democracia: Pedro Simon, Zambiasi e V. Ex^a – então, são os nossos aplausos. E eu estou com a felicidade por ter uma filha estudando lá – fazendo residência em dermatologia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na Santa Casa...

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Pois ela fez a prova aí – depois dos testes, tem uma entrevista. Aí, ele viu o sotaque e perguntou: “Mas menina, você é de onde?”

E ela respondeu que era do Piauí. Mas como? E ela disse: Olha, o Piauí está cheio de gaúchos buscando terra. E eu vim buscar saber, aprender com os gaúchos. Então, o Rio Grande do Sul tem essa tradição. Aquela festa pequenina, do vinho, da uva, trazida da Itália, hoje é uma festa nacional. Meus parabéns. O Rio Grande do Sul engrandece toda a sua história. Eu me lembro de que, quando eu estudava com o Léo Gomes e o Jayme Pietra, eles me gozavam, dizendo que eles já deram muitos presidentes para o País. Tem muitos Presidentes da República. Quantos são gaúchos, Zambiasi? São muitos. Estamos preparando um para presidente do mundo. E eu digo: está aí o Paim, vamos botar, que ele é o nosso Mandela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Essa frase ele usou para o Nelson Mandela. Neste momento, ele jogou para mim.

Passo a palavra de imediato, por causa do tempo, ao Senador Zambiasi, porque sei que ele é um fã de toda a região e dessa festa também. Por favor, Senador Zambiasi.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Obrigado, Senador Paim. Peço à Senadora Serys que, também na condição de gaúcha, seja generosa conosco para que a gente possa também ocupar esse privilegiado espaço da manifestação do Senador Paim em relação ao Rio Grande do Sul e à Festa da Uva...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a pode usar o art. 14, porque eu já o citei três vezes.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – E a Festa da Uva, que abre hoje. A região da Serra Gaúcha está em festa, mas acho que é o Brasil inteiro, porque hoje, felizmente para o Rio Grande do Sul, não somos o único Estado que produz uvas. Hoje, já temos uma boa presença em Santa Catarina, temos uma presença razoável no Paraná, em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco, em Mato Grosso também, Senadora Serys.

A Senadora Serys deve ter levado umas mudas do Rio Grande para o Mato Grosso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acho que você ganhou mais cinco minutos dela, agora, ao dizer que foi ela que levou a uva para lá.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Mas ainda não é suficiente, porque ainda assim o Rio Grande do Sul produz cerca 90% de toda a produção vitivinícola. Do ponto de vista do orgulho gaúcho, seria interessante, mas, do ponto de vista da produção, não, porque,

por ser um produto com origem local, às vezes, fica prejudicado dentro da discussão nacional. É difícil para alguém que não seja da Região Sul entender todas as angústias, todas as agruras pelas quais passam os produtores da vitivinicultura gaúcha. Por isso a importância da Festa da Uva, que abre hoje em Caixas do Sul, a terra do nosso Senador Simão, que está aqui conosco, a terra do ex-Governador Germano Rigotto, a sua terra, Senador Paim. Quer dizer, uma terra que produz grandes lideranças, uma terra que se destaca pela sua capacidade empreendedora, a terra do Prefeito José Ivo Sartori, que foi Deputado Estadual, Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Federal, Prefeito reeleito de Caxias do Sul, e eu acompanhei, como o Senador Paim, como o Senador Simon e como a bancada gaúcha, todas as lutas para que esta festa fosse melhor que a de dois anos atrás, porque esta é uma festa que ocorre a cada dois anos, e que a próxima, em 2012, seja ainda melhor do que esta, que foi elaborada com tanto esmero pela equipe do Prefeito José Ivo Sartori. Mas é sempre importante também chamar a atenção para as dificuldades que essa base de produção tem para enfrentar a concorrência.

Nós enfrentamos uma brutal concorrência, uma predatória concorrência dos vinhos estrangeiros, da produção estrangeira. Nós que defendemos tanto o Mercosul, eu e o Senador Simon, que estamos aqui, somos Parlamentares da Comissão do Mercosul, o Senador Paim, o Senador Tuma, que está aqui presente também, que é Parlamentar do Mercosul, e que defendemos e queremos a integração, nós também sabemos o quanto a falta de harmonização das normas do Mercosul prejudicam essas produções, os Estados mais próximos dos países membros do Mercosul, como é o caso da Argentina e do Uruguai em relação ao Rio Grande do Sul, nesta produção, não apenas na produção vitivinícola, na produção leiteira, na produção de carne, na produção de arroz, para citar algumas das áreas nas quais o Rio Grande do Sul é líder nacional ou o maior produtor nacional. Então, a sua manifestação, Senador Paim, chama a atenção do Brasil, primeiro, para uma festa belíssima, uma festa de conagração, uma festa da produção, uma festa da produtividade e do empreendedorismo, que é uma característica da serra gaúcha, aquele povo que veio da Europa e transformou aquelas montanhas quase inóspitas em áreas de altíssima produtividade e de alta qualidade, mas, ao mesmo tempo, a dificuldade desse cotidiano que aquele povo enfrenta. Por essa razão, é bom que esta Casa, que o Congresso e que o Governo Federal celebrem conosco este momento bom para o Rio Grande do Sul, Senador Tuma.

O Senador Tuma tem vínculos com o nosso Estado também a partir de Pelotas, onde o seu pai chegou, vindo lá do Oriente, aportando em Pelotas. Ainda tenho como desafio levar o Senador Romeu Tuma à Fenadoce, quem sabe neste mês de junho, porque agora, em junho, Pelotas estará fazendo a sua Feira Nacional do Doce.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu já assumi o compromisso de ir junto com V. Ex^a e com o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Teremos a oportunidade de levá-lo ao estádio Brasil de Pelotas, onde o pai dele, aos 16, 17 anos de idade, aventurou-se num campo de futebol no Brasil. Vejam como a história é rica de oportunidades e de acontecimentos. Enfim, Paim, obrigado pela oportunidade. Senadora Serys, da nossa querida Cruz Alta, onde eu prestei serviço militar, região com a qual tenho uma relação muito especial, quero dizer que este é um momento especial e muito bonito para o Rio Grande do Sul. Estou muito feliz e emocionado com a oportunidade desta manifestação também. Parabéns, Paim, por ter escolhido este dia, esta jornada para homenagear Caxias do Sul e a Festa da Uva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Zambiasi pelo aparte, o qual deu um colorido especial ao meu pronunciamento. V. Ex^a conhece muito bem a região, a questão da uva e a dificuldade do nosso vinho.

Sr^a Presidente, quero terminar, deixando aqui meus cumprimentos à rainha da Festa da Uva, eleita numa disputa com outras tantas jovens, Tatiane Frizzo, e às princesas Aline Galvan Perera e Kátia Pisetta Weber. Também meus cumprimentos ao presidente da Festa da Uva, o Sr. Gelson Luiz Palavro, e ao Prefeito Municipal Ivo Sartori, aqui também lembrado.

Caxias espera receber em torno de 600 mil pessoas, e eu aqui, da tribuna do Senado, nesta verdadeira homenagem à Festa da Uva, à Caxias e região, quero convidar todo o povo brasileiro a participar desse evento.

Podem acreditar: é um grande espetáculo, do trabalho, da produção, da agricultura.

Caxias, enfim, hoje é um grande polo industrial, econômico e social porque abraça todos os filhos do Estado que lá chegam.

Viva a Festa da Uva!

Termino, na linha do que o Senador Romeu Tuma colocou – é a última frase –, dizendo que nós faremos um esforço para que o Presidente, o Prefeito, a rainha e as princesas da Festa da Uva possam vir ao Senado e – quem sabe, não é, Senador Zambiasi e Senador Simon? – ir ao Palácio insistir para que o Presidente

Lula e a Ministra Dilma possam participar ainda da festa, que termina no dia 7 de março.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Sei que sua tolerância foi porque a senhora, além de tudo, é também gaúcha.

Muito obrigado, Senadora.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Serys Shlessarenko, 2ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Flávio Arns.

Logo após, pela inscrição, Senador Geovani Borges.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, como nós estamos também no início do ano letivo, muito se tem discutido, no Brasil, a respeito do corte etário, do corte de idade, para as crianças ingressarem no primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos. Inclusive, como agora temos uma resolução do Conselho Nacional de Educação que estabelece o mês de março como esse divisor de águas e existem iniciativas, em vários Estados do Brasil, estabelecendo o mês de junho ou de julho, eu gostaria, em termos de subsídios para o Brasil, para pais, alunos, escolas e Secretarias, de ler uma circular que foi enviada a todos esses órgãos acerca dos debates que vêm acontecendo no Senado Federal sobre o tema. Essa circular foi enviada a todas as Secretarias Estaduais de Educação, Secretarias Municipais de educação, ao Ministério Público de todos os Estados, aos promotores públicos responsáveis pela área da educação, para se debruçarem sobre o tema. Eu gostaria de ler o conteúdo dessa circular porque isso ajudará as pessoas a pensarem sobre o tema.

Diz o texto:

Muito se tem debatido a respeito da idade de ingresso da criança na primeira série do ensino fundamental de nove anos. O objetivo desta circular é de lembrar o contexto histórico para a compreensão do assunto.

No período de aprovação do ensino fundamental de nove anos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) chegou a ser alterada pelo Congresso Nacional para que a idade de entrada no ensino fundamental ficasse clara. Os artigos, porém, foram vetados pelo Senhor Presidente da República com base em dispositivo constitucional (art. 208, IV) que

dizia que a educação infantil estendia-se até os seis anos de idade.

Em 2006, a Emenda Constitucional 53 definiu que a educação infantil passaria a se estender até os cinco anos de idade. Assim, a criança que completa cinco anos de idade – no nosso ponto de vista – tem o direito constitucional de ser matriculada na 1ª série do ensino fundamental de nove anos. Com isto, a LDB precisa ser adequada à Constituição Federal, já que as razões dos vetos deixaram de existir.

No último dia 8 de dezembro, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2008, que dispõe sobre a educação infantil até os cinco anos de idade e o ensino fundamental a partir dessa idade.

O referido Projeto, de minha autoria, e relatado pelo Senador Sérgio Zambiasi, promove alterações na redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei 9394/96 (LDB), ajustando esses dispositivos à nova redação do art.208, IV, da Constituição Federal, que, por força da Emenda Constitucional nº 53, estabelece a idade de cinco anos para o ingresso no ensino fundamental.

Nos debates pelo Brasil, muitos argumentam equivocadamente que estão matriculando na 1ª série do ensino fundamental de nove anos as crianças com seis anos, e não com cinco anos de idade, baseados no que diz a LDB. Entretanto, a LDB precisa ser alterada para se adequar à Constituição Federal, o que está sendo feito agora. Contudo, ainda que essa alteração não ocorresse, o texto da Constituição Federal prevalece sobre o texto da LDB, porque, na hierarquia das leis, a Constituição vem em primeiro lugar.

Se o ensino fundamental passou a ter a duração de nove anos (ao invés de oito) e se a Constituição está a dizer que a educação infantil será prestada às crianças, em creches e pré-escola, até completarem cinco anos de idade, isso significa que a criança com cinco anos e um dia de idade tem o direito constitucional de estar matriculada na 1ª série do ensino fundamental de nove anos.

É preciso esclarecer que o acréscimo de um ano no antigo ensino fundamental de oito anos não significa que esse novo ano deve ser adicionado ao final daqueles oito anos cursados, mas deve ser inserido antecipadamente

a esse tempo, justamente para permitir uma preparação para o conteúdo antigo daquelas séries.

Outro argumento utilizado para o não ingresso de crianças com cinco anos de idade na 1ª série do ensino fundamental de nove anos, ao arrepio do que determina a Constituição Federal, é que a criança com cinco anos não tem condições de desenvolvimento biopsicossocial para acompanhamento de conteúdo do ensino fundamental.

O que está em discussão é o ingresso e não o conteúdo a ser ministrado. Se o ensino fundamental agora possui nove anos, todo o conteúdo que antigamente era ministrado em oito anos precisa ser reajustado para nove anos.

Assim, o grande e principal objetivo de toda essa discussão sobre o ensino fundamental de nove anos sempre pairou em proporcionar acesso às crianças a partir dos cinco anos de idade, como determina a Constituição. É fundamental ressaltar que, concomitante a essa alteração, caberá aos órgãos normativos ajustar o projeto político-pedagógico, bem como o currículo das escolas que oferecerão esse nível de ensino.

Então, Srª Presidente, só para sintetizar e encerrar, se V. Exª me permite, há um grande debate no Brasil sobre a idade de ingresso das crianças no ensino fundamental de nove anos. A Constituição dizia que a educação infantil ia até os seis anos de idade. A Constituição Federal foi alterada e agora diz que a educação infantil tem o seu curso até os cinco anos de idade, ou seja, até completar cinco anos de idade.

Por que foi alterado de oito para nove anos? Para que a criança pudesse ter o tempo necessário de adequação ao ambiente escolar, se acostumar às exigências da escola, escrever, ter papel, ter livro, o que muitas crianças no Brasil não têm. E, assim, terem mais chances de sucesso na primeira série do ensino fundamental. Crianças mais abastadas economicamente entram na pré-escola com três anos, ou antes – quatro anos, cinco anos. Então, nem é um debate para crianças mais abastadas economicamente.

Então, nesse sentido a LDB está sendo alterada para se adequar à Constituição. Mas mesmo que a LDB não fosse alterada, o que vale é a Constituição Federal, porque na hierarquia das leis, como se disse, a Constituição Federal tem preferência. E a Constituição é clara: até cinco anos.

Por que a confusão? Porque as pessoas acham que cinco anos e dez meses, cinco anos e três meses,

cinco anos e seis meses ainda é o quinto ano de vida. Não é; é o sexto ano de vida. Tanto que a gente diz: Mil setecentos e um, que século que é? É sempre o da frente: século XVIII. Mil novecentos e oitenta, que século que é? É o da frente: século XX. Dois mil e um é o século XXI. Cinco anos e um dia, é o sexto ano de vida – sexto ano.

Hoje em dia as crianças entram na escola com 6 anos de idade. Se entram com seis anos de idade no ensino fundamental de oito anos, têm que entrar com cinco no Ensino Fundamental de nove anos porque senão vão ter que estudar um ano a mais lá no final. Não foi o objetivo do Senado Federal e do Congresso estender a educação básica por um ano, mas antecipar a entrada da criança na escola para que ela tenha mais condições de sucesso. Então, nesse sentido, é a adequação que está acontecendo.

No meu enendimento, salvo melhor juízo, como os advogados diriam, a deliberação do Conselho Nacional de Educação fere a Constituição Federal porque ela diz que é até os cinco anos e o Conselho diz que quem completar seis até março pode entrar na primeira série.

No meu entendimento, há, infelizmente, um equívoco do Conselho Nacional de Educação, que está dizendo alguma coisa ao arrepio daquilo que a Constituição estabelece. No Estado do Paraná o Ministério Público, com base nessa mesma argumentação, interpôs junto ao Tribunal de Justiça uma ação para assegurar a todas as crianças do Estado do Paraná acesso ao primeiro ano do ensino fundamental de nove anos com cinco anos de idade e o Tribunal de Justiça deu ganho de causa ao Ministério Público.

Então, eu peço, nesse sentido, que haja uma reflexão por parte dos pais, dos professores, dos sistemas de ensino estaduais e municipais. Às vezes as pessoas dizem que nós estamos dizendo um absurdo porque a criança não tem condição de acompanhar o conteúdo.

Não é essa a discussão. Eu não estou discutindo se a criança deve entrar, não deve entrar, qual o conteúdo que deve ser apresentado para a criança. Eu estou dizendo que a Constituição Federal diz uma coisa e nós temos que obedecer a ela ou alterá-la. O que não se pode é desobedecer a nossa Lei Maior, que é a Constituição Federal.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Flávio Arns...

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Não sei se V. Ex^a permite...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – É, não é uma questão de permitir. O senhor está falando para uma comunicação inadiável

e não pode ter aparte. Mas se for só de um minuto, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, com prazer.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Eu só queria manifestar minha solidariedade quanto a sua presença na Comissão de Educação. Eu digo como nosso Presidente: nunca antes nós tivemos tanta grandeza naquela Comissão. Eu sou testemunha e V. Ex^a sabe. Quando houve aquele problema de ensino universitário a distância, V. Ex^a defendeu com garra, com altruísmo o interesse de todos os universitários que estudam por televisão a distância, principalmente no Piauí. Então, eu quero estar solidário. O Mercadante, um dos maiores gênios desse Senado, errou ao buscar isso e eu vou dizer por quê. Quantos votos V. Ex^a teve para ser presidente daquela Comissão?

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Foi unânime: 17 votos.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Dezesete? O PT só tem 11. Era a mesma coisa... daqui a pouco vão dizer o Mão Santa... O lugar era do PMDB, mas no dia que botaram meu nome, havia 74 senadores e 71 votaram em mim.

Então, o PMDB não tem esse número, como também o PT não o tem. Isso é fato. V. Ex^a engrandece esta Casa, trabalhando pela educação igual a Darcy Ribeiro, a Cristovam Buarque, a João Calmon ou a Pedro Calmon. Então, V. Ex^a tem a minha solidariedade, o meu apoio e a minha luta, para que permaneça lá para engrandecer aquela Comissão e o Senado.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Agradeço a manifestação de V. Ex^a.

Quero dizer que o que eu desejo, realmente, não só lá, como em qualquer situação do Senado Federal, é o que Regimento seja cumprido. Só isso. Então, não é uma questão de fazermos um bom trabalho ou não, que coisa pessoal não vem ao debate, mas sim a necessidade de se cumprir o Regimento Interno do Senado Federal.

Espero, Sr^a Presidente, que, com essa leitura, possamos lançar luzes sobre esse debate no Brasil e solicitar a todos os Estados que procurem o Ministério Público estadual, o Promotor responsável pela área da educação, levem essa argumentação e, qualquer dúvida, podem entrar em contato com o Ministério Público do Paraná, que já teve sucesso nessa empreitada. Certamente, em outros Estados, o sucesso também deve estar acontecendo.

Obrigado pela tolerância.

Bom ano para V. Ex^a também.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Flávio Arns. Obrigada pelo seu pronunciamento.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador Geovani Borges. Logo após, para uma comunicação inadiável, falará o Senador Romeu Tuma.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, a oportunidade de estar em Brasília como Senador da República, na suplência do Senador Gilvam Borges, do meu querido Estado do Amapá, mais uma vez me coloca frente a frente com algumas comparações inevitáveis.

É verdade que a Capital do País não vive exatamente o que podemos chamar de dias felizes. O constrangimento e a inquietação com o futuro político da cidade, às vésperas de seu cinquentenário, são notórios, mas eu quero fazer hoje aqui um breve registro alvissareiro sobre a Capital de todos os brasileiros. Na verdade, um elogio com a intenção de traçar uma comparação preocupante. Estou-me referindo ao retorno do ano letivo nas escolas públicas do meu querido Estado do Amapá, previsto para a próxima segunda-feira, dia 22 de fevereiro.

Desde criança, a gente aprende pela força da expressão popular que quem chega na frente bebe água mais limpa. Eu sempre tive imensa dificuldade de entender o porquê de não termos no Brasil a unificação do calendário escolar, focando, principalmente, uma equivalência na quantidade de dias letivos, um equilíbrio de produtividade, sobretudo quando ficam expostos os números no ensino público e no privado.

Senhores, venho de um tempo em que estudar em colégio particular era coisa pra menino que não ia bem nos estudos. Lembra-se da máxima “pagou, passou”? As escolas públicas tinham um nível de respeitabilidade muito próximo do ideal.

Não sei, ou talvez me seja difícil detalhar aqui o desmonte do sistema que hoje dá, visivelmente aos alunos de escolas particulares, um ganho, uma série de vantagens em relação aos de escola pública. E o sinal mais explícito dessas desigualdades, não seria demais dizer, é a quantidade de dias letivos.

Comecei fazendo comparação com Brasília, porque, exatamente dia 1º de fevereiro, começaram as aulas em inúmeros colégios da capital. Primeiro de fevereiro. Lá, no Amapá, as crianças vão começar, e olhe lá, no dia 22. Por quê? Fica a pergunta desafiando minha mente. A explicação do governo local é que o atraso no retorno do ano letivo nas escolas públicas amapaenses se deu em decorrência do curso de graduação que os professores da rede pública

do Estado estão fazendo na Universidade Federal do Amapá (Unifap).

Tenho o orgulho e a satisfação de dizer, Sr^a Presidenta, que, quando Deputado Federal, fui autor da Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, que criou a Unifap, que hoje é uma realidade no meu Estado. Naquela época, ela foi oriunda do Projeto de Lei nº 907/83, que se transformou, por norma jurídica, na Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, que criou, em consequência, a Universidade Estadual do Amapá (Ueap).

Segundo nosso Secretário de Educação, as aulas dos educadores deveriam se encerrar nesta semana, mas foi informado pelas duas instituições que as aulas dos professores só terminariam depois do período de carnaval. Por isso, foi marcado o início do período letivo para o dia 22 de fevereiro, segunda-feira próxima.

Não sei, senhores, mas, parece-me que, em se tratando de educação, não dá para contemporizar. Mesmo o carnaval, mesmo o curso preparatório não podem ser usados como desculpa para adiar o calendário escolar. E se nos parecer plausível tal argumento, ainda assim, pairam no ar denúncias de que, na verdade, outras insuficiências concorrem para justificar o adiamento.

Fala-se em falta de merenda escolar, fala-se em falta de material para funcionamento das escolas. Não sei, não sei! Sinceramente, torço muito para que, de fato, o único motivo do atraso seja mesmo esse curso preparatório a que cerca de quatrocentos professores amapaenses estão sendo submetidos.

Não estamos questionando a legalidade de arbitrar uma data. Afinal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), Estados e Municípios têm o poder de definir o calendário escolar, com base nas características da região. Assim como, em um mesmo Estado, pode haver dois Municípios com períodos letivos diferentes.

Mas, quando se suscita trazer para o debate nacional a unificação do calendário escolar no Brasil, na verdade o que se almeja, o que se vislumbra é uma igualdade de chances, uma padronização de conteúdos básicos, de oportunidades. Todos sabem, por exemplo, que os feriados são muito mais feriados na rede pública do que na rede particular. Por quê? Será, realmente, que isso não traça, desde o início, uma desvantagem clara entre os alunos da rede oficial e os da rede privada? Não lhes parece óbvio que, numa corrida, quem dispara na frente ganha vantagens? Pode ser que, nas fábulas, onde se consagrou o valor da persistência, isso não aconteça. E que a figura folclórica da tartaruga, chegando ao destino antes do coelho, seja exemplar. Mas, na vida real, não é assim que se dá.

A marcha ou a corrida precisa ser marcada pelo equilíbrio, pela igualdade, dentro de uma visão coletiva. Qualidade no material didático para todos, qualidade nas instalações e na infraestrutura das escolas para todos, qualidade no preparo dos professores para todos, qualidade no aproveitamento do tempo em sala de aula e nas atividades extrassala para todos. E que, aí, sim, dentro de um universo de igualdade de chances, os valores individuais ganhem expoentes.

Em ocasiões passadas, já se discutiu, no Legislativo federal e nas instâncias estaduais e municipais, a unificação do calendário escolar no País, inclusive sob o viés de estímulo ao turismo.

Mas, insisto: é preciso discutir os parâmetros de qualidade e de quantidade em todas as suas implicações.

Como combinar qualidade e quantidade? Quais devem ser os papéis do sistema público e do privado em relação a isso? Será que um atrapalha o outro? Como combiná-los?

Pelos dados de 1999, o sistema federal vem aumentando o número de professores-doutores, o que seria um indicador de melhoria de qualidade e também o número de alunos, sobretudo em cursos noturnos, o que seria um indicador de expansão e quantidade. Comemoramos! Mas tenhamos em mente a necessidade de ir além. Ainda que o calendário escolar do Amapá se estenda além do normal para possíveis compensações ou mesmo que tenha a sorte de não sofrer qualquer quebra de continuidade em função de problemas como uma eventual greve, ainda assim me inquieta saber que começaremos o ano letivo vinte e dois dias depois de diversas escolas daqui, da Capital do Brasil, do Distrito Federal.

Em 22 dias, mudam-se as perspectivas, muda o cenário político e social de uma cidade. Descobertas científicas são feitas no mundo, paradigmas são quebrados.

Presto, aqui, minha homenagem e faço minha saudação aos professores, aos diretores, às merendeiras, a todos o corpo técnico das escolas amapaenses e, claro, aos nossos queridos alunos nesse retorno às aulas, mas não sem antes dividir com os senhores essa minha inconformidade com as desigualdades do calendário escolar.

Era o que tínhamos a registrar.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta, pela tolerância do tempo e pela generosidade por me ter concedido mais um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senhor, com certeza, Senador Geovani Borges, merece, porque V. Ex^a é daqueles que

respeitam o tempo. Por isso, a gente aumenta o tempo com prazer.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Ilustre Presidente, Senadora Serys; Sr^{as} e Srs. Senadores, acabei de receber uma carta da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, assinada pelo seu Presidente, Dr. Carlos Eduardo Benito Jorge, que é filho de um grande delegado que praticamente me orientou e me levou a ser um orgulhoso servidor da Polícia de São Paulo e da Polícia Federal.

Ele faz referência a uma luta que deve ser desencadeada principalmente pelos parlamentares oriundos da polícia e por todos os policiais junto a seus representantes pela aprovação da Emenda Constitucional nº 549, de 2006, e inserção dos delegados de polícia nas carreiras jurídicas.

O que diz a Emenda nº 549, subscrita pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá e outros do PTB, que acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica?

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º, do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º É acrescido o art. 251 às Disposições Gerais da Constituição Federal, com a seguinte redação:

“Art. 251. Os Delegados de Polícia organizados em carreira, no qual o ingresso depende de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil [a banca é formada também por membros da Ordem dos Advogados], admitido o provimento derivado na forma da lei, são remunerados de acordo com o disposto no art. 39, §4º e o subsídio da classe inicial não será inferior ao limite fixado para o membro do Ministério Público que tenha atribuição para participar das diligências na fase investigatória criminal, vedado o exercício de qualquer outra função pública, exceto uma de magistério.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

O importante é a justificação apresentada pelos subscritores da emenda:

Preliminarmente, como decidiu o Supremo Tribunal Federal, sobre a situação jurídica do delegado de polícia, ao interpretar o preceito

to do §4º do art. 144 da Constituição Federal na ADI nº 245/RJ:

“O que a Constituição exige é a existência de carreira específica de delegado de polícia para que membro seu dirija a polícia civil, tendo em vista, evidentemente, a formação necessária para o desempenho dos cargos dessa carreira.”

Cabe registrar, sobretudo, ser o Delegado de Polícia um agente político, não só em razão de seu assento constitucional (art. 144, §4º), mas, também, pela sua independência no exercício das atribuições de polícia judiciária. Tem, dentre outros encargos, o de prestar informações de suas decisões procedimentais, ao Poder Judiciário, conforme art. 5º, incisos LXI, LXII e LXV da Constituição Federal.

Não há a menor dúvida de que a carreira de delegado de polícia tem natureza jurídica tanto pelas exigências de sua investidura como pelas características específicas do cargo.

O ingresso na carreira é feito mediante CONCURSO PÚBLICO de provas e de títulos, sendo exigido o título de BACHAREL EM DIREITO, além de outros requisitos previstos em lei, inclusive com a inclusão do provimento derivado visando ao indispensável estímulo para a progressão funcional para os agentes da autoridade policial.

As atribuições do cargo de Delegado de Polícia são, repita-se, de natureza jurídica, tendo a seu cargo os procedimentos processuais. O Código de Processo Penal estabelece claramente quais são as funções da autoridade policial para auxiliar a administração de justiça criminal, tanto quanto previsto em várias leis complementares.

O processo criminal, com raríssimas exceções, tem seu início e garantia de sucesso a partir do trabalho de investigação, coleta de provas e execução de atos de autoridade desenvolvidos pelo delegado de polícia, na sua função de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, como determina o art. 144 da C.F.

Prisão em flagrante, arbitramento de fiança, apreensão de objetos de interesse criminal e provas, interrogatórios, depoimentos, buscas pessoais, despachos, intimações, condução coercitiva de pessoas (atos semelhantes aos praticados pelo juiz); representação por prisão temporária e preventiva (atos semelhantes aos praticados pelo Ministério Público); interpretação da Constituição, legislação ordinária e, em especial, da lei penal e processual para a prática de atos privativos

(semelhante às atividades desenvolvidas por todas as demais carreiras jurídicas) são atos de rotina inerentes ao exercício do cargo de delegado de polícia.

Então, Senadora, sei que o meu tempo está esgotado. Há mais algumas coisas, mas, se V. Exª permitir, dou por lido o pronunciamento.

Agradeço V. Exª.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Estão concedidos mais dois minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Com efeito, o art. 241 da C.F., alterado pela E.C. nº 19/98, estabelece o seguinte:

“Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 39, §1º, correspondente às carreiras disciplinadas no art. 135 desta Constituição”. Este princípio, na redação original, tinha dois efeitos: o reconhecimento dos delegados de polícia como carreira essencial à administração da Justiça e a aplicação da isonomia remuneratória.

Ademais, o próprio texto constitucional vigente, alterado pela referida Emenda nº 19, resolveu esta questão em relação aos agentes políticos, ao fixar o subsídio único como forma de remuneração estipendial a teor dos artigos 39, § 4º, c/c 144, § 9º da Constituição Federal.

Vem, aí, o art. 9º e segue pronunciamento do jurista Celso Bastos, de Ives Gandra Martins e José Afonso da Silva, constitucionalistas que expedem seus pensamentos.

Peço a V. Exª que dê como lidas as manifestações dos três juristas e uma referência ao grande membro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Celso de Mello, por quem tenho grande admiração e que se manifestou em parecer contrário.

Os três juristas, sem dúvida nenhuma, apresentam suas justificativas favoráveis à pretensão dessa medida constitucional que está para ser discutida na Assembleia.

Daqui, faço um apelo ao Presidente Michel Temer, que foi Secretário de Segurança em São Paulo, para que dê urgência à votação dessa PEC.

Obrigado, Presidente.

Presidente Serys, peço que V. Exª dê com lido o teor restante, porque não quero ferir o princípio do cumprimento do tempo, que V. Exª tanto elogia.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º do Regimento Interno.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º , DE 2006
(do Senhor Arnaldo Faria de Sá e Outros)

Acrescenta preceito às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional peculiar das Carreiras Policiais que indica.

As **Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal**, nos termos do § 3º, do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º - É acrescido o art. 251 às Disposições Gerais da Constituição Federal, com a seguinte redação:

"Art. 251 Os Delegados de Polícia organizados em carreira, no qual o ingresso depende de concurso público de provas e títulos com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, admitido o provimento derivado na forma da lei, são remunerados de acordo com o disposto no art. 39, § 4º e o subsídio da classe inicial não será inferior ao limite fixado para o membro do Ministério Público que tenha atribuição para participar das diligências na fase investigatória criminal, vedado o exercício de qualquer outra função pública, exceto uma de magistrado."

Art. 2º - Esta Emenda Constitucional, entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Preliminarmente, como decidiu o **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, sobre a situação jurídica do delegado de polícia, ao interpretar o preceito do § 4º do art. 144 da Constituição Federal na ADI nº 245/RJ

"O que a Constituição exige é a existência de carreira específica do delegado de polícia para que membro seu diga a polícia civil, tendo em

vista, evidentemente, a formação necessária para o desempenho dos cargos dessa carreira."

Cabe registrar, sobretudo, ser o Delegado de Polícia um agente político, não só em razão de seu assento constitucional (art. 144, § 4º), mas, também, pela sua independência no exercício das atribuições de polícia judiciária. Tem, dentre outros encargos, o de prestar informações de suas decisões procedimentais, ao Poder Judiciário, conforme art. 5º, incisos LXI, LXII e LXV da Constituição Federal.

Não há a menor dúvida de que a carreira de delegado de polícia tem natureza jurídica tanto pelas exigências de sua investidura como pelas características específicas do cargo.

O ingresso na carreira é feito mediante CONCURSO PÚBLICO de provas e de títulos, sendo exigido o título de BACHAREL EM DIREITO, além de outros requisitos previstos em lei, inclusive com a inclusão do provimento derivado visando o indispensável estímulo para a progressão funcional para os agentes da autoridade policial.

As atribuições do cargo de Delegado de Polícia são, repita-se, de natureza jurídica, tendo a seu cargo os procedimentos processuais. O Código de Processo Penal estabelece claramente quais são as funções da autoridade policial para auxiliar a administração de justiça criminal, tanto quanto previsto em várias leis complementares.

O processo criminal, com raríssimas exceções tem seu início e garantia de sucesso a partir do trabalho de investigação, coleta de provas e execução de atos de autoridade desenvolvidos pelo delegado de polícia, na sua função de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, como determina o art. 144 da C.F..

Prisão em flagrante, arbitramento de fiança, apreensão de objetos de interesse criminal e provas, interrogatórios, depoimentos, buscas pessoais, despachos, intimações, condução coercitiva de pessoas (atos semelhantes aos praticados pelo juiz); representação por prisão temporária e preventiva (atos semelhantes aos praticados pelo Ministério Público), interpretação da Constituição, legislação ordinária e em especial, da lei penal e processual para a prática de atos privativos (semelhante às atividades desenvolvidas por todas as demais carreiras jurídicas) são atos de rotina inerentes ao exercício do cargo de delegado de polícia.

Com efeito, o art. 241 da C.F., alterado pela E.C. nº 19/98, estabelecia o seguinte:

"Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 39, § 1º, correspondente às carreiras disciplinares no art. 135 desta

Constituição: Este princípio, na redação original, tinha dois efeitos: o reconhecimento dos delegados de polícia como carreira essencial à administração da Justiça e a aplicação da isonomia remuneratória.

Ademais, o próprio texto constitucional vigente, alterado pela referida Emenda nº 19, resolveu esta questão em relação aos agentes políticos, ao fixar o subsídio único como forma de remuneração estipencial a teor dos artigos 39, § 4º, c/c 144, § 9º da Constituição da República, a saber:

"Art 39 -

§ 4º - O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

A carreira de Delegado de Polícia conta com destaque constitucional porque o legislador constituinte de 1986/1988 entendeu necessário fortalecer o papel da polícia judiciária na persecução penal.

O eminente jurista **CELSO BASTOS**, em sua obra **Comentários à Constituição do Brasil**, escrita em parceria com **IVES GANDRA MARTINS**, comenta a decisão do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL** dada na **ADIn nº 171-MG** e cita o voto vencido do Ministro **CELSO DE MELLO**, no sentido de que os delegados de polícia exercem funções isonômicas também com os membros do Ministério Público especialmente, "na fase investigatória criminal" (acréscimo nosso).

*"Todas elas são de **carreiras jurídicas** - preleciona **JOSÉ AFONSO DA SILVA** - primeiro porque exigem formação jurídica como requisito essencial para que nelas alguém possa ingressar, segundo porque todas têm o mesmo objeto, qual seja, a aplicação da norma jurídica; terceiro porque, por isso mesmo sua atividade é essencialmente idêntica, qual seja, a de exame de situações fáticas específicas, emergentes, que requeram a solução concreta em face da norma jurídica - na busca de seu enquadramento nesta, e que significa a submissão das situações de fato*

na descrição normativa, operação que envolve interpretação e aplicação jurídica, campo essencial comum que dá o conceito dessas carreiras" (...)

Tudo está, pois, a evidenciar que a Constituição assemelhou, ela própria e desde logo, para efeito de lhes conferir isonomia de vencimentos as carreiras jurídicas do Estado, compreendendo as versadas no seu Título IV e mais a de Delegado de Polícia" (OP Cit., 9º Volume, p.130).

CELSO BASTOS recorda, ainda, que:

"todos os delegados são bacharéis em direito, como os membros do Ministério Público, do Poder Judiciário, das Procuradorias e Defensorias. Exercem, por outro lado, função de relevo, pois constituem a primeira frente oficial dos governos para barrar o crime organizado, sendo, por outro lado, os que mais se expõem para ofertar tranquilidade aos cidadãos. (...)

Pretender dispensar-lhe tratamento diverso permitindo remuneração inferior, como se se tratasse de função menor, com menor dignidade é, de rigor, considerar ser a segurança pública atividade estatal de menor relevo, quando é aquela que o cidadão mais deseja do Estado." (Op. Cit., p. 131).

Impende, ainda, ressaltar, no ponto, que a circunstância de a Emenda Constitucional nº 19 ter suprimido do texto da Lei Maior no Capítulo pertinente à Administração Pública, o dispositivo específico relativo à isonomia, não afasta o princípio isonômico constitucional brasileiro, "nem libera a própria administração da obrigação de sujeitar-se a ele, uma vez que se trata de princípio constitucional geral, inscrito no art. 5º, *caput*, e, assim, aplicável a toda a vida estatal e social

Por último, saliente-se, por oportuno, que após a Emenda Constitucional nº 19/98, o constituinte derivado vem restaurando, progressivamente, a essencial vinculação entre as carreiras jurídicas. Em passado recente a Emenda Constitucional nº 45/2004, estabeleceu no novo inciso V, do art. 93 a isonomia das diversas carreiras da magistratura, em nível federal e estadual, mantida a equiparação dos Ministros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal. Os Ministérios Públicos da União, dos Estados e do Distrito Federal, por outro lado, têm os seus subsídios atrelados aos da Magistratura

Urge, portanto, restaurar os princípios reitores da carreira do Delegado de Polícia, conforme a vontade do poder constituinte originário, reconduzindo essa carreira à sua posição justa e constitucional.

Essas, as razões por que contamos com a aprovação dos nossos ilustres Pares a esta proposição.

Salas das Sessões, 03 de maio 2006

Arnaldo Faria de Sá

Deputado Federal - São Paulo

OFÍCIO CIRCULAR

Nº 003/2010-ADDEPOL/BR

Brasília, 18 de fevereiro de 2010

As Suas Excelências os senhores
Deputados Federais e Senador oriundos do cargo de Delegado de Polícia.

Assunto: Votação da PEC 549/06

Senhores Parlamentares,

Como é de conhecimento de Vossa Excelência, nos foi garantido que está acordado entre o Presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Michel Temer, e os líderes dos diversos partidos, que nas primeiras seções ordinárias do ano será votada, em Seção Extraordinária, a Proposta de Emenda Constitucional nº 549 de 2006 (Reinserção dos Delegados de Polícia nas carreiras jurídicas).

Em face do acordo firmado com o Presidente da Câmara dos Deputados, estamos mobilizando os Delegados de Polícia de todo o Brasil com a finalidade de que busquem apoio de Vossas Excelências e dos Deputados Federais de seus Estados para a votação e aprovação da PEC 549/06.

Vossas Excelências sabem o quanto é importante que demonstremos força e união aos demais parlamentares, razão pela qual nos reuniremos em grande número na Câmara dos Deputados, nos dias 23 e 24 de fevereiro próximo, a partir das 10:00 horas, no Salão Verde dessa Casa, com o objetivo de formarmos blocos de Delegados de Polícia por Estado, com a missão de visitarem cada um dos Deputados oriundos de suas unidades federativas visando fechar compromisso com o parlamentar, no sentido de que:

1º - cobre do líder de seu Partido o apoio à votação da PEC 549/06;

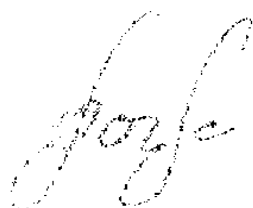
2º - suba à tribuna do Plenário e promova o discurso manifestando apoio à votação e aprovação da PEC 549/06;

2º - autoriza que sejam feitas demonstrações que Deputado apóia a votação e aprovação da PEC 549/06

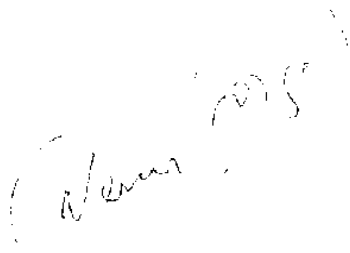
Firmado compromisso com o Deputado, solicitaremos aos grupos de Delegados de Povo que tirem fotos com os parlamentares, a fim de que possamos divulgar em nossos sites e, se possível, nos informativos ou boletins das Associações dos Estados.

Os Delegados de Polícia do Brasil, em especial os de suas unidades federativas, contam com o total e irrestrito apoio de Vossas Excelências para a votação e aprovação da PEC 549/06, que resultará em inexpressivo ganho para a segurança pública do País.

Atenciosamente,



CARLOS EDUARDO BENITO JORGE
Presidente da Adepol do Brasil



A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O senhor será atendido na forma do Regimento, Senador Romeu Tuma, com certeza.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Agradeço ao senhor.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Srª Presidente, eu gostaria de pedir a palavra para uma comunicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti, para uma comunicação.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – É, na verdade, uma comunicação de pesar, um requerimento assinado por mim e pelo Senador Augusto

Botelho, em que requeremos, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 17, ontem, do Sr. Ubirajara Evangelista Pinho, e apresentação de condolências à família do falecido.

Da biografia do Sr. Ubirajara, eu quero ressaltar que, além de ter sido um excelente pai de família, pecuarista, foi também suplente de Deputado Federal. Na época do regime militar, foi cassado como Deputado Federal e ficou impedido de assumir, porque era uma determinação daquela época.

Portanto, quero fazer, aqui, o registro e encaminhar meu voto de pesar a toda a família.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mozarildo Cavalcanti, o reque-

rimento já chegou à Mesa e a ele será dado encaminhamento, em conformidade com o Regimento.

Passo a Presidência ao Senador Mão Santa, para que eu possa fazer meu pronunciamento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 66, DE 2010

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2010, do Sr. Ubirajara Evangelista Pinho, e apresentação de condolências à família do falecido.

Justificação

O voto de pesar, ora pleiteado, justifica-se pelos relevantes serviços prestados, notadamente ao Estado de Roraima, como empresário e pecuarista naquele Estado.

O Sr. Ubirajara, foi suplente de deputado Federal, pelo então território de Roraima, cujo titular, Atlas Brasil Catanhede, foi cassado, em 1968, pelo regime militar. Entretanto, não assumiu o mandato e o território de Roraima ficou sem deputado até 1980.

Como pioneiro, fez de tudo para manter as lembranças de um passado de esperanças para o Território Federal de Roraima, batalhando pela organização da mais tradicional feira do Estado, a Expoferr.

Por todos os serviços prestados, pelo distinto cidadão roraimense, a família merece, portanto, as condolências desta Casa.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2010. – Senador **Mozarildo Cavalcanti** – Senador **Augusto Botelho**.

A Sr^a Serys Slhessarenko, 2^o Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3^o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Pela inscrição, convidamos a Senadora Serys Slhessarenko para mais um brilhante pronunciamento, como Senadora e professora do nosso Brasil.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos ouvem, na semana passada, as notícias vindas da Europa informavam sobre a dificuldade econômica de alguns de seus membros, como Grécia

e Portugal, o que, aliás, abalou as bolsas de todo o mundo, inclusive a do Brasil.

Começo fazendo referência a este caso para comentar sobre a economia do Brasil, que aponta para um forte crescimento em 2010, e, evidentemente, com a contribuição imprescindível do meu querido Estado de Mato Grosso.

Na última semana, o maior mercado consumidor do mundo, o mercado chinês, abriu suas portas à carne de Mato Grosso. Quer dizer, não temos mais restrições para vender as carnes bovinas de excelente qualidade de Mato Grosso para a China.

Para que as Sr^{as} Senadoras, os Srs. Senadores e nossa população, todos que nos ouvem e assistem pelo sistema de comunicação desta Casa entendam o que isso significa, basta eu apresentar os números do consumo de carne pelos chineses.

Segundo a FAO, órgão das Nações Unidas para a alimentação, em 2007, somente a China – atentem senhoras e senhores que nos veem e que ouvem e Sr^{as} e Srs. Senadores – consumiu 85 milhões de toneladas de carne. Para termos uma comparação, os Estados Unidos consumiram 38 milhões, e nós, brasileiros, que adoramos, aliás – não é, Senador gaúcho aí? –, um churrasquinho nos finais de semana – nós mato-grossenses gostamos muito também; aliás, todos os brasileiros –, consumimos 16,7 milhões de toneladas de carne por ano. E a China, 85 milhões de toneladas.

O consumo **per capita** de carne bovina na China é de apenas 4 quilos por ano. Ainda assim, os chineses já consomem 10% da produção mundial. Se cada chinês consumisse a mesma quantidade de carne bovina que um brasileiro, 25,5 quilos, que é o que o brasileiro consome, a China responderia por 75% do consumo mundial, Senador Botelho.

Estes números refletem a dimensão daquele mercado consumidor. É o país mais populoso do mundo, com quase um bilhão e meio de habitantes, e que está em meio a um ciclo de desenvolvimento econômico e social impressionante, que tem colocado mais e mais chineses em condições de ampliar seu consumo de alimentos que são considerados mais caros, como a carne.

Apesar de ainda representar um consumo relativamente pequeno, o crescimento no consumo, nos últimos anos, nos anima a vislumbrar aumento na participação de nossas carnes naquele mercado. Observamos um salto na demanda de carne bovina, que saiu de 6 mil toneladas importadas para 25 mil neste ano, segundo prevê o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. A abertura desse mercado representa um alento – um alento muito grande – para os

produtores de Mato Grosso, para o meu Mato Grosso, que sofreu com alguns embargos que prejudicaram o sistema produtor e que podem ser sentidos pelo fechamento de grandes e importantes frigoríficos no Estado. Essa situação não prejudicou apenas o produtor, mas muitos municípios que tinham a sua receita baseada na produção de carne.

A crise foi tão grave, senhoras e senhores, que muitos produtores entraram em desespero e acabaram por abater matrizes; quer dizer, para reduzir os rebanhos, abateram as fêmeas, e não só os machos, o que freou o crescimento em 2008. Entretanto, ações do Governo do Estado em 2009 frearam a redução do rebanho e garantiram o crescimento e sustentabilidade à pecuária da região.

O rebanho bovino mato-grossense totalizou 27,295 milhões de cabeças em 2009 – atencem, senhores, Mato Grosso produz mesmo! – e cresceu 5% em relação ao ano anterior, conforme levantamento do Indea, divulgado pela Associação dos Criadores de Mato Grosso – Acrimat.

Das 1,314 milhão de novas cabeças contabilizadas, 212,6 mil foram de animais machos e 1,101 milhão de fêmeas – altas de 2% e 7% sobre 2008, respectivamente. Os produtores investiram pesado, senhoras e senhores, em tecnologia para aumentar a eficiência na produção, o que tem impacto direto na redução da área necessária para produzir carne e leite.

A abertura da China à carne de Mato Grosso é resultado direto do comprometimento de nossos produtores e do Governo do Estado, que, como costume dizer, pegaram literalmente esse boi pelo chifre e vacinaram 100% do rebanho mato-grossense – 100%. Segundo o Indea, essa vacinação foi espontânea, representando a preocupação e a conscientização da necessidade de se atingir parâmetros de qualidade para garantir acesso a mercados internacionais. Como o Presidente da Acrimat, Sr. Mário Candia, faz muito bem em ressaltar em suas falas, o Mato Grosso não tem um caso sequer de aftosa há 14 anos. Nenhum caso. Nenhum caso.

O sucesso da campanha de vacinação se dá pelo empenho de 105 mil proprietários rurais, que investiram mais de R\$40 milhões na compra de vacinas.

Se 2009 foi o ano da abertura para as aves brasileiras, este ano será o ano da carne bovina brasileira, especialmente mato-grossense. Finalmente, o governo chinês reconheceu o Mato Grosso como área livre de febre aftosa, liberando, com isso, a importação de carne bovina.

O embargo à carne mato-grossense existia desde 2005. Nesses quase cinco anos, os produtores mato-

grossenses se uniram em função da comprovação da erradicação da doença.

Não existe aftosa em Mato Grosso há 14 anos.

A exportação para a China nunca foi totalmente paralisada. Durante o período do embargo, as vendas eram indiretas para Hong Kong. O Estado estava exportando cerca de 478 toneladas por mês, o que resultou em um ingresso mensal de US\$3,56 milhões. A perspectiva é ampliar em muito esse volume.

Apesar de o mercado chinês representar hoje uma fatia pequena nas exportações de carne de Mato Grosso, as perspectivas são excelentes, e estamos crescendo de forma consistente e sustentável nessa participação no volume de carne exportada pelo País. Por outro lado, quando vendemos subprodutos do boi à China, é um grande destino para a produção do Estado.

Em 2009, senhoras e senhores, 77% dos miúdos de boi foram exportados por Mato Grosso para a China. Logo, já temos *expertise* em exportar para a China. Basta aplicá-la à carne e seremos, com toda certeza, o maior exportador de carne do Brasil.

Sei que muitos devem estar pensando que essa demanda incrível que se apresenta à carne de Mato Grosso poderia significar pressão por desmatamento, além do aumento da emissão de gases metano pelo crescimento dos rebanhos. Mas não. Esse pensamento é apenas inevitável, as pessoas pensam isso, mas devemos lembrar que grandes produtores rurais estão investindo em tecnologia que tornam suas produções ambientalmente sustentáveis.

Redução no período de confinamento aliado à melhoria na nutrição dos animais são armas importantes que os produtores de Mato Grosso estão estudando para reduzir a emissão de gases metano, um dos vilões do aquecimento global pelos animais.

Os resultados parecem animadores e plenamente vantajosos para os produtores.

A pressão internacional pela melhoria da qualidade e eficiência ambiental para a produção de carne, especialmente para exportação, tem levado nossos produtores a investirem cada vez mais em tecnologia.

O mundo não quer mais consumir produtos de origem animal que não venham de fontes sustentáveis, que respeitem, ao mesmo tempo, as pessoas, o meio ambiente e a legislação. Nossos produtores rurais de Mato Grosso estão cada vez mais atentos a essa demanda. Tal fato, em conjunto com as ações de vigilância da Amazônia para evitar desmatamento ilegal, cada vez mais precisas, nos tranquilizam de que, cada vez mais, o boi produzido em Mato Grosso é o boi chamado boi verde.

Parabéns à Acrimat e parabéns a seus dirigentes, simbolizados na figura do grande mato-grossense Mário Candia, por conseguir colocar Mato Grosso em mais uma posição de destaque na pauta de exportações do Brasil, reforçando cada vez mais a vocação do Estado de Mato Grosso para Estado do agronegócio, gerando renda e emprego para nossa gente, ao grande produtor e, principalmente, ao pequeno produtor também, que, em conjunto, fazem uma dupla que faz com que Mato Grosso cresça cada vez mais no agronegócio, tanto na agricultura quanto na pecuária, mas também na agricultura familiar, porque hoje Mato Grosso está mostrando para que veio.

Quero também, ainda, rapidamente, falar que ontem, Quarta-feira de Cinzas, o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil – Conic, lançou oficialmente a Campanha da Fraternidade 2010 e escolheu para esse lançamento o Estado de Santa Catarina, o Estado da nossa querida Senadora Ideli Salvatti.

Aplaudo a campanha deste ano, pela feliz ideia de seu lançamento ser em Santa Catarina, Estado que vem enfrentando terríveis dificuldades devido às fortes chuvas, que tantos prejuízos causaram a sua população – Santa Catarina, que ainda chora a perda no Haiti de sua filha mais ilustre, a Dr^a Zilda Arns, reconhecida mundialmente pelos trabalhos que desenvolveu pela saúde principalmente das crianças e dos idosos, num trabalho humanitário sem precedente.

Neste momento de mais uma campanha pela fraternidade, tema tão caro à Dr^a Zilda, faço questão de mais uma vez homenageá-la. Brasileira fantástica, médica pediatra e sanitária, fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, irmã de Dom Paulo Evaristo Arns e tia do nosso querido Senador Flávio Arns.

O tema desta edição abre um leque de reflexões que com certeza incomodará muita gente, por tratar de um assunto extraído do Evangelho de São Mateus, que alerta para a relação que cada um de nós mantém com o dinheiro.

“Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”, tema da Campanha da Fraternidade do ano de 2010. Para o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs esse tema corresponde a uma problemática do momento, e, nesta Campanha da Fraternidade, a defesa será para que a economia não seja apenas fonte de exploração e enriquecimento dos homens e dos países, mas para que o dinheiro e as riquezas do mundo todo, de todos os países e povos, sejam utilizados também como meio de diminuir as desigualdades sociais, implicando a luta pela erradicação da fome e da miséria no planeta Terra. Ela exigirá, fundamentalmente, que

todos reflitam sobre a necessidade de haver mais solidariedade entre os povos.

Uma celebração ecumênica aconteceu, na tarde de ontem, na Universidade Federal de Santa Catarina, marcando o início da campanha deste ano.

O Arcebispo da capital, Dom Murilo Krieger, celebrou uma missa na Catedral Metropolitana, que marca a apresentação do movimento aos fiéis católicos e abre o período da Quaresma.

“Segundo o Arcebispo, o importante é ter uma mentalidade solidária, que faça com que esta riqueza beneficie a todos.” Até o lançamento da próxima campanha, serão, com certeza, realizadas reflexões, debates, palestras, leituras bíblicas, além de iniciativas particulares, comunitárias e eclesiais.

Realmente, é importante que esta Campanha da Fraternidade faça com que cada brasileiro e cada brasileira faça uma reflexão profunda sobre esse tema, que é da maior relevância. Realmente, é para pararmos para pensar no tema que diz a todos nós, brasileiros e brasileiras, que não se pode servir a Deus e ao dinheiro. Servirmos a Deus significa estarmos a serviço da solidariedade, dos nossos irmãos, de todos e todas que vivem e convivem conosco.

Hoje, pela manhã, ainda estive no Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, que está acontecendo a partir de hoje, e a nossa Ministra Dilma Rousseff lá esteve, trazendo uma fala fundamental em termos econômicos e sociais para o nosso País, em que mostrou realmente que o nosso Governo, o Governo do Presidente Lula, é um Governo que procura construir um Brasil para todos e para todas, mas com muita força, com muita determinação, com muita solidariedade para com os mais despossuídos.

Um aparte ao Senador Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senadora Serys, estou pedindo um aparte para falar, realmente, que a Campanha da Fraternidade, neste ano, tem o aspecto ecumênico: são várias denominações cristãs, que se reuniram para trabalhar sobre esse tema. É muito importante que haja essa união das igrejas, porque a Campanha da Fraternidade é uma campanha de solidariedade com os mais necessitados, com os mais pobres e também de conscientização da população. O tema principal é: “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”, simultaneamente. Mas acho que essa Campanha, como todo o tempo durante a Quaresma, angaria fundos, para fazer cursos de treinamento para os mais pobres, para melhorar as condições de vida dos mais necessitados. Então, gostaria, juntamente com o discurso de V. Ex^a, de fazer um apelo, para que as pessoas participem, contribuam, para que possamos trabalhar dentro do espírito cristão e congregar mais

ainda as igrejas cristãs; para que possamos difundir a palavra de Cristo. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Botelho.

Realmente é um momento bonito, no nosso País, a Campanha da Fraternidade, em que as igrejas se unem; em que as igrejas cristãs buscam, com o mesmo fervor, com a mesma determinação, com a fé em Cristo, promover um ano de debates, de muito trabalho bíblico – vamos dizer assim –; em que todas as igrejas buscam, com fé e com determinação, ajudar na construção de uma sociedade melhor, especialmente para os mais despossuídos.

A todas as igrejas que estão juntas, neste momento da Campanha da Fraternidade, a nossa crença de realmente crer no Senhor Maior; a todos aqueles que juntos buscam a construção da solidariedade para uma sociedade melhor. Eu sei que são padres, pastores, bispos, todos juntos nessa vontade de ajudar a construir a sociedade que o Senhor realmente busca, que é a da generosidade, da fraternidade, da solidariedade, muito especialmente. Realmente, este é um momento grande para o nosso País, no qual se desencadeia a Campanha da Fraternidade.

Por último, queria dar uma palavra a respeito de algo sobre o qual quem está falando em solidariedade precisaria falar neste momento. Estou-me referindo à liberdade e à solidariedade. Quero aqui mencionar, infelizmente, o excesso de chuva que se abate sobre o meu Mato Grosso.

Com as chuvas acima da média, nós que detemos mandato devemos mobilizar-nos – e também a sociedade –, para colocar em prática a fraternidade e ajudar, com doações de todas as formas, as famílias atingidas pelas chuvas em todos os lugares. Mas, no caso, estou falando do meu Mato Grosso.

Quero externar minha imensa preocupação com os Municípios atingidos pelas inundações geradas pelas cheias de rios em cidades de Mato Grosso. Segundo a Defesa Civil, já são 21 mil pessoas atingidas. Pelas informações que tenho, são os Municípios de Várzea Grande, Santo Antônio do Leverger, Barra do Bugres, Tangará da Serra, Barão de Melgaço, Peixoto de Azevedo e Cáceres.

Nessa conta, repito, são praticamente 21 mil pessoas atingidas em Cáceres, Santo Antônio do Leverger, Barra do Garças, Municípios cujos nomes já citei, e em Cuiabá.

Dizem as jornalistas Joalice de Deus e Renê Dióz, do *Diário de Cuiabá*:

“[...] o panorama mais crítico de inundações é o de Santo Antônio do Leverger, a 34 quilômetros de Cuiabá, que não via uma cheia

tão devastadora do rio Cuiabá desde 1995. Por lá, a régua [...] instalada no rio Cuiabá apontou, na terça-feira, a altura de 9,45 metros, configurando cota de alerta [...].

Felizmente, ontem, senhoras e senhores, a água já havia baixado cinco centímetros, e acreditamos que a tendência agora é diminuir.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Estou encerrando, Sr. Presidente.

Já liguei para alguns Prefeitos desses Municípios, colocando-me à disposição, para acionar possíveis ajudas do nosso Governo Federal.

Falei também com o Vice-Governador, Silval Barbosa, que está, neste momento, no Município de Alto Garças, em que, felizmente, não há enchente. Ele está lá com o Prefeito Trentini e com muitas lideranças de vários partidos, com lideranças da nossa querida cidade de Alto Garças. O Vice-Governador, Silval Barbosa, já sobrevoou os Municípios e comunicou ter liberado as primeiras ajudas aos Municípios atingidos, como combustível, medicamentos, cestas básicas. Agora, estou aguardando as últimas informações sobre declaração de estado de emergência, bem como o reconhecimento pelo Governo do Estado, para legalmente pleitear a ajuda do Governo Federal.

Fica, nesses primeiros momentos...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Dois minutos, Sr. Presidente.

Fica, nesses primeiros momentos, a minha total solidariedade às pessoas atingidas. Informo que estarei em plantão permanente para o encaminhamento dos pleitos desses Municípios.

Até o momento, no total, de acordo com o Boletim da Defesa Civil de meu Estado, pelo menos, esses sete Municípios, os quais já li, estão com problemas sérios.

Seguindo ainda a reportagem do **Diário de Cuiabá**: “em Barra do Bugres, por exemplo, ocorreram enxurradas e inundações bruscas que ocasionaram a queda de barreiras, o deslizamento de cabeceiras de seis pontes, inundação de residências, comércio, imóveis públicos e privados, tanto na zona urbana quanto rural”.

Em Cáceres, o Estado prestou ajuda e levou até a localidade centenas de cestas de alimentos, cobertores, colchões, filtros d'água. “Cáceres está sob controle, mas chove muito em Tangará Serra (por onde

passa o rio Sepotuba, afluente do Paraguai)”. Além de Tangará, outros Municípios foram atingidos.

Ponto também considerado preocupante, o nível das águas na represa do Manso durante as chuvas está ainda abaixo da cota de alerta, como tranquilizou o Vice-Governador. Lá, o nível de alerta é de oito metros. Ontem, a água estava em 6,4 metros.

Já na Grande Cuiabá, as chuvas estão menos intensas, mas o volume de precipitações nas regiões médio norte e norte do Estado mantinham o estado de atenção. Somente em um único dia choveu 130 milímetros em Juara. Belíssimo Município de nosso Estado do Mato Grosso, Juara fica a 709 quilômetros Cuiabá.

Espero que consigamos contornar todas essas situações da forma mais rápida e possível. Minha solidariedade ao meu povo matogrossense. Garanto que farei tudo o que tiver a meu alcance para ajudar e garantir os direitos a essas pessoas que foram atingidas pelas chuvas por essa tragédia.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Professora Serys Shlessarenko. Mas, quando V. Ex^a dava aula, V. Ex^a lembrava que as cores do Brasil são aquelas ali da bandeira: o verde, amarelo, branco e azul. Iguais as cores da bandeira do Piauí. Não é?

Esse vermelho talvez seja esse negócio de fantasia de Carnaval.

A Sr^a Serys Shlessarenko (Bloco/PT – MT) – Não, Sr. Presidente, tenho aqui as cores do Brasil... (fora do microfone).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas está pequenininho; deveria ser maior, grandão, o Brasil.

Convidamos para usar da palavra o Senador Augusto Botelho.

Senador Augusto Botelho representa o Estado de Roraima. É médico – geneticamente ligado à Medicina pela figura brilhante de seu pai, pioneiro da Medicina lá em Roraima, e ele continua com muito estoicismo e muito amor. É um exemplo que nos orgulha.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, primeiramente, eu gostaria de falar a respeito de Ubirajara Evangelista de Pinho, trabalhador da agricultura de Roraima. Era funcionário da Agricultura e era criador. Ele era casado com a minha tia, tia Onília que também já morreu. Todos os filhos dele já morreram e só tem os netos de tio Ubirajara.

Ubirajara tinha uma coisa especial: foi o primeiro funcionário da Agricultura que foi cuidar de proteger

as tartarugas. Antes de se falar em ecologia, em ter IBAMA e todos esses órgãos, ele começou a trabalhar – foi idéia de um Secretário da Agricultura de Roraima, porque as tartarugas estavam ficando poucas em Rio Branco – e descobriram os tabuleiros. Tabuleiros são praias onde as tartarugas desovam todos os anos; elas desovam lá e quando as tartaruginhas começam a entrar na água, vêm as raposas, os gaviões, os caracará e as pegam antes de chegarem à terra.

E também os peixes (surubins, filhotes, tucunarés) ficam comendo essas tartarugas que vão entrando na água. Naquela época eu era garoto quando começaram a fazer isso, eu devia ter uns 16 ou 17 anos – já faz um bocado de tempo. Eles faziam isso e o tio Ubirajara ficava às vezes 60 dias naquela praia, sozinho, isolado, porque só se podia ir de barco. A pessoa ia lá, ficava lá, vivia lá, levava comida, rancho, farinha e tudo, comia peixe o tempo todo. Voltava, pegava o barco, colocava as tartaruginhas nele, subia 20 quilômetros no rio e largava as tartarugas. Assim foi, e desde aquela época começamos a aumentar; hoje em dia a gente pega tartaruga, às vezes pescando peixe no Rio Branco, porque elas estão abundantes lá. Essa foi uma contribuição. Ele era um grande pescador, o tio Ubirajara, e gostava de peixes, de animais. Aliás, as tartarugas mais gostosas que comi na minha vida foram na casa dele, de tio Ubirajara Pinho.

Cedo um aparte ao Mozarildo Cavalcanti, que conheceu o Ubirajara e a tia Onília, os dois.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto, apenas para reiterar que nós dois apresentamos um requerimento solicitando ao Senado a inserção em Ata de profundo pesar e encaminhamento de condolências à família porque, além do que V. Ex^a referiu, o homem de coração grande, ligado à família, aos seus afazeres de pecuarista, desportista, ele foi também suplente de Deputado Federal. Lamentavelmente, o titular era o Atlas Brasil Cantanhede, que hoje dá nome ao aeroporto internacional de Boa Vista. Naquela época, quando o titular era cassado o suplente não assumia. E, infelizmente, o Ubirajara não nos deu a honra, portanto, de ser Deputado Federal, embora tivesse o direito de ser. Então, quero me associar a V. Ex^a e mandar, portanto, as minhas condolências, as nossas condolências a toda a família daquele ilustre homem roraimense que foi Ubirajara Pinho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Mozarildo. Em nome dos meus primos e primas, eu agradeço.

E também o tio Ubirajara e a tia Onília tinham uma característica: nas exposições agropecuárias eles faziam uma banca de vender comida típica da região, e sempre eram os campeões do xote. Lembra

dos torneios de xote que havia lá? Na idade deles, eles ganhavam sempre. Xote é uma dança regional nossa, do Nordeste também. Eles eram sempre campeões de xote.

Então, nós assinamos esse requerimento e esperamos prestar essa homenagem ao Ubirajara Pinho, que foi um dos pioneiros da agricultura e da pecuária em Roraima. E também pioneiro da ecologia, em conservação das tartarugas no nosso Estado.

Mas eu quero aproveitar esta sessão de quinta-feira para comemorar o fato de que, confirmando as expectativas já anunciadas pelo próprio Presidente Lula, o Brasil fechou o mês de janeiro com geração de 181 mil empregos, postos de trabalho só neste primeiro mês de 2010. Este, Sr. Presidente Mão Santa, é o maior volume de criação de postos formais de trabalho para os meses de janeiro da história.

O número foi divulgado hoje pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e superou a estimativa do Ministro Lupi, do Trabalho, que era a criação de 142 mil empregos no primeiro mês do ano.

Ainda em janeiro, o Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, registrou um total de 1,4 milhão de pessoas admitidas em postos formais de emprego e 1,2 milhão de demissões. Com isso, o saldo líquido do Caged ficou positivo em 181 mil vagas com carteira assinada. O número foi bem acima dos 142 mil empregos de janeiro de 2008.

Sr. Presidente, o Brasil vive atualmente um momento positivo e único. Nosso País está num momento muito bom e nada melhor do indicativo da economia que a geração de emprego para mostrar isso. Conseguiremos atingir a meta estabelecida pelo Governo Federal de gerar dois milhões de empregos em 2010.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de acordo com levantamentos feitos nos últimos anos, os meses de janeiro têm sido tradicionalmente o de menor geração de vagas, por conta da menor atividade.

Em novembro do ano passado, por exemplo, a criação de vagas atingiu 247 mil, por isso creio que atingiremos facilmente a meta do Presidente Lula de gerar dois milhões de empregos formais em 2010.

A criação de empregos foi mais forte na indústria, com geração recorde de 68 mil postos de trabalho, um saldo superior em 17% ao recorde anterior para um primeiro mês do ano, verificado em 2008. O setor de serviços também teve uma geração recorde no período, de quase 58 mil empregos.

Na construção civil, os 54 mil postos criados representaram o melhor desempenho para o setor de toda a série do Caged.

No mês de janeiro, os únicos que tiveram redução de vagas foram comércio, com menos 1.787

postos, por conta do final dos contratos temporários de final de ano, e administração pública, que perdeu 806 postos.

Sr. Presidente Mão Santa, quero finalizar fazendo um elogio ao Ministro Carlos Lupi e ao Presidente Lula, que estão conseguindo cumprir as promessas de geração de emprego e renda feitas à população brasileira.

É disto que precisamos, Sr. Presidente: mais brasileiros e brasileiras com emprego e dispostos a lutar pelo crescimento do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Vamos chamar um Líder. Estamos alternando.

O Líder inscrito seria eu, Mão Santa, do PSC. Em seguida, o Antonio Carlos Valadares, do PSB. Então, por estar na Presidência, convido o Antonio Carlos Valadares – estamos alternando –, para falar como Líder.

Em seguida, como orador inscrito, o Sérgio Zambiasi, o quinto inscrito. Depois, Romeu Tuma cedeu para Mozarildo Cavalcanti e teremos Alvaro Dias.

Anunciamos, com muito prazer, Antonio Carlos Valadares, que fala como Líder do PSB, esse brilhante Senador que representa Sergipe, Aracaju e todo o Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de uma longa trajetória, depois de uma demorada tramitação, a chamada PEC da alimentação foi aprovada pela Câmara dos Deputados no reinício dos trabalhos do Congresso Nacional.

A promulgação dessa PEC e a sua publicação no *Diário Oficial* confirmaram a vontade do Poder Legislativo em dar a sua contribuição, a sua colaboração à conscientização da sociedade brasileira diante de grupos vulneráveis da população que sofrem ainda o grave problema da fome e da desnutrição.

A alimentação, Sr. Presidente, é o processo pelo qual obtemos os nutrientes indispensáveis para as nossas funções vitais, como crescer, movimentar-se, trabalhar, reproduzir-se, etc. Sendo isso tão fundamental ao ser humano, como não constar do capítulo dos direitos sociais de nossa Constituição algo que garanta esse direito?

Pois foi um lapso do nosso legislador-constituente não deferir um mecanismo de proteção do processo alimentício, tal como acontece com a educação, com a saúde, com a Previdência. Em 1988, estabeleceu determinados princípios em defesa de direitos sociais,

mas se esqueceu o nosso legislador-constituente da alimentação.

Quando percebi essa inadmissível lacuna, já em 2001, providenciei imediatamente uma proposta de emenda à Constituição que corrigisse essa falha. E, então, o Senado Federal, de logo, a aprovou. Indo para a Câmara dos Deputados, passou lá, entre comissões e o Plenário, quase seis anos.

Entre a apresentação da proposta e a sua promulgação, nós consumimos nada menos do que nove anos, o que significa dizer que o processo legislativo é vagaroso, que o processo legislativo é demorado, mas um dia acerta nas suas funções, um dia acerta nos seus objetivos.

Programas sociais importantes como o Bolsa-Família e outros que garantam o acesso à alimentação ficam na dependência da boa vontade dos governantes, porque esse ainda não é ou não era um direito constitucional.

Inclusa na Constituição essa prerrogativa, vai-se tornar uma obrigação de Estado, e nenhum governante futuro poderá deixar de atender a esse direito constitucional de todos os brasileiros. Não só corrigir o problema da desigualdade social como fortalecer todos os segmentos da nossa economia que possam contribuir para uma alimentação boa e que seja capaz de atender a todos os segmentos do povo brasileiro.

O Presidente Lula, que sempre defendeu a prerrogativa do cidadão de tomar café da manhã, almoçar e jantar, como não poderia deixar de ser, deu todo o apoio à aprovação dessa PEC.

O Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do seu Presidente, Dr. Renato, como também Deputados Federais, a exemplo do Deputado Fonteles, do Espírito Santo, fizeram uma campanha de âmbito nacional que repercutiu na Câmara dos Deputados, o que levou à sua promulgação, finalmente, agora no início do mês de fevereiro.

Não podemos, Sr. Presidente, correr o risco de ver perderem-se, nos imprevisíveis caminhos da política, programas sociais tão importantes como os que dão acesso aos alimentos. O programa, por exemplo, do fortalecimento da agricultura familiar, o suporte financeiro, o financiamento, o seguro-rural, a assistência técnica e a extensão rural são medidas indispensáveis ao fortalecimento da agricultura e, conseqüentemente, à fixação do homem no campo e à concessão de alimentos baratos à nossa população.

Para o Presidente Lula, o combate à fome ainda continua no discurso em muitas nações ricas, como se fosse um problema invisível que não sensibiliza as pessoas. E vai além na sua missão em prol daqueles que passam fome, pois entendemos que os gastos

feitos pelos países ricos para socorrer seus sistemas econômicos seriam mais do que suficientes para erradicar a fome no mundo.

Um exemplo, Sr. Presidente, da inversão de prioridades está nos gastos de bilhões e bilhões de dólares com movimentos militares que acontecem em todo o mundo, muitas vezes programados por governos dos Estados Unidos. A última crise, a crise do *subprime*, dos Estados Unidos, a crise habitacional que redundou em prejuízos incalculáveis não só aos países ricos da América e da Europa, atingindo também os países do terceiro mundo, como o Brasil, essa crise, Sr. Presidente, obrigou a que os americanos e também os europeus injetassem bilhões e bilhões – e por que não dizer trilhões? – de dólares para impedir que a crise se alastrasse. Isso tudo por conta da irresponsabilidade daqueles que, na economia americana sem freios, sem uma regulamentação adequada, tinham plena liberdade para assaltar a população, para enganar a população, para fraudar os financiamentos. E, conseqüentemente, criaram uma economia falsa, fantasma, que redundou nessa que nós consideramos a maior crise que já se abateu sobre o mundo depois da quebra de 1929.

Sr. Presidente, eu não pretendia me repetir nesta tribuna, mas o dever legislativo me impõe certas insistências discursivas, em nome de um bom público. Por mais anacrônica e contraditória que possa parecer em tempos de fome zero, a iniciativa da PEC da Alimentação, que se transformou na Emenda à Constituição nº 64, de 2010, guarda pertinência e relevância intocáveis dentro de um contexto cultural e histórico, recheado de desigualdades dolorosas e injustiças gritantes. Nesse sentido, vale a pena retomar o centro da argumentação política, por meio da qual se esconde a motivação pela aprovação da matéria a que me refiro.

Trata-se, Sr. Presidente, da inscrição imprescindível no *caput* do art. 6º da nossa Constituição, do direito expresso à alimentação, reconhecendo o mesmo como elemento fundamental do longo e descompassado processo de inclusão social no Brasil. Aliás, já não era sem tempo de o País tomar providências normativas mais enérgicas contra os males da fome.

Afinal de contas, conforme cálculo de pesquisadores da ONU, o número de pessoas famintas no mundo chegou a mais de um bilhão de pessoas.

Sr. Presidente, ali pelos idos de 2002, recebi a visita do relator da ONU, o sociólogo suíço, Dr. Ziegler, e ele veio ao Brasil para saber como o nosso País está tratando a pobreza com relação à alimentação e quais as providências do Congresso Nacional, por meio de medidas legais, visando a dar cobertura a programas sociais.

Pude constatar que a ONU, por intermédio de seu representante, tinha uma grande preocupação e também um grande alívio também ao saber que aqui no Senado Federal um Senador havia apresentado uma emenda à Constituição, dispondo sobre o grave problema da alimentação, e essa notícia ele levou para a ONU.

Nós participamos, no ano passado, de um encontro organizado pela FAO, em Roma, e lá nós encontramos presidentes do mundo inteiro, inclusive o nosso Presidente Lula, todos irmanados nesta luta incansável para derrubar a fome em todo o mundo. Fui convidado como membro do Parlamento do Brasil por ter sido o autor desta PEC, a chamada PEC da Alimentação.

O Secretário-Geral da ONU reiterou, bem recentemente, que o fornecimento de alimentos é condição básica para uma vida digna. Foi dele igualmente que os chefes de Estado do mundo inteiro ouviram a advertência sobre a necessidade de a comunidade internacional aumentar sua produção de alimentos em 70% até 2020, com a finalidade de suprir as necessidades da população em crescimento.

A Declaração de Viena, assinada pelo Brasil em 1933, já demonstrava a preocupação dos dirigentes internacionais com a alardeante questão famélica do mundo. Formulada durante a Segunda Conferência Internacional de Direitos Humanos, tal declaração encerrava em seu conteúdo o direito de todos à alimentação, reconhecendo o seu acolhimento como condição prévia ao exercício da cidadania.

Além disso, e já orientado para a eventual apropriação de tal direito por politicagens eleitoreiras, o próprio texto declara expressamente que a alimentação não deverá ser, em hipótese alguma, utilizada como instrumento de pressão política.

Retrospectivamente, cabe lembrar, eu mesmo havia apresentado, em 2001, uma PEC bastante semelhante a esta sobre a qual discorro no presente instante, quer dizer, à proposta da ONU. Naquela oportunidade, além da questão da alimentação, estávamos muito sensíveis à ausência flagrante de algum dispositivo constitucional que se prestasse a garantir o direito à alimentação, seguindo o ordenamento jurídico de diversos países.

Por isso mesmo, nada mais coerente que se mantivesse na PEC que está sob presente apreciação menção igualmente explícita àquilo que pretendíamos.

Sr. Presidente, com o objetivo de considerar alimentação como direito humano fundamental e consolidar a segurança alimentar e nutricional como política de Estado, a emenda constitucional nº 64 atende substancialmente a uma reivindicação elementar dos segmentos vulneráveis de nossa população.

Traduz-se, basicamente, no estabelecimento imediato de políticas consistentes que combatam a fome e a miséria, de forma a permitir ao cidadão brasileiro usufruir de alimentação adequada.

Embora os programas sociais levados a cabo pelo Governo tenham de algum modo amenizado o estado deplorável em que o Brasil estava mergulhado, a ninguém ocorre imaginar que o problema da fome e da falta de comunicação, em realidade, sejam eliminados. Os bolsões de miséria ainda persistem em todos os cantos do País, como se fossem focos bacteriológicos sempre a proliferar em ambientes os mais diversos. Nem mesmo o Fome Zero, apesar de toda excelência no desempenho de suas funções, consegue dar conta de todo o desafio a que se propõe.

No mundo, o cenário não se afigura mais promissor tampouco. Segundo a FAO, seriam necessários US\$44 bilhões ao ano em investimentos em agricultura para a produção de alimentos em quantidade suficiente, em vez dos atuais US\$8 bilhões. Diante disso, só nos resta deduzir que a comunidade internacional está muito longe da meta de reduzir a fome pela metade até 2015, contrariando as estimativas mais ingênuas.

Já estou encerrando, Sr. Presidente.

Pior que isso, o impacto de crescimento previsto de mais de 2,5 bilhões de habitantes até 2050 vai ser extremamente prejudicial ao problema da fome, sobretudo aos países em desenvolvimento.

No Brasil, a instituição da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional definiu, em 2006, os parâmetros conceituais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Com isso, deu-se os primeiros passos para assegurar o direito humano à alimentação adequada em território nacional. No entanto, em que pese o seu valor simbólico como marco legal, tal sistema, na visão dos especialistas, ainda não atende aos requisitos normativos suficientes para caracterizar o poder público como responsável fundamental pelo atendimento do direito alimentar no País.

Portanto, Sr. Presidente, com a promulgação da PEC da Alimentação, transformada agora em realidade, por meio da Emenda Constitucional nº 64, novos horizontes se descortinarão no Brasil, pavimentando um caminho mais seguro de o Estado apoiar toda a cadeia de produção, comercialização e abastecimento de bens alimentares em nosso território. Mais que isso: competirá aos Governos fixar compromissos mais firmes com a utilização sustentável de recursos naturais, com a promoção de práticas de boa alimentação por meio de programas educacionais, com a distribuição de água e alimentos durante situações de crise e, por fim, com a garantia da qualidade biológica e nutricional dos gêneros alimentícios.

Cumpra registrar, Sr. Presidente, que não seria por demasiado frisar que sem alimentação o ser humano não sobrevive fisicamente e, sem comunicação dessa necessidade, sem conscientização dessa necessidade à população brasileira, à sociedade e ao mundo, o problema da fome continuará, por certo, se agravando.

Sr. Presidente, agradeço pela paciência com que V. Ex^a me deixou aqui na tribuna e eu gostaria que este discurso permanecesse nos Anais do Senado Federal como uma vitória do Congresso Nacional, como uma contribuição inestimável ao reconhecimento de que um país do Terceiro Mundo, um país em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, pode mostrar ao

mundo inteiro como se comportar no combate à fome e à desnutrição em nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Cumprimento V. Ex^a pela brilhante iniciativa e pela vitória da sua aprovação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 67 , DE 2010

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Senhor José Henrique Sá de Mesquita, irmão do Senador Geraldo Mesquita, ocorrido no dia 16 do corrente:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2010

Handwritten signatures and notes:

7 de fevereiro (Mão Santa)
(Gestão Borbes)

Handwritten signatures:
 [Illegible signature]
 [Illegible signature]
 [Illegible signature]
 [Illegible signature]

ts006.doc
 Augusto 2010

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
A Presidência encaminhará o voto solicitado e o requerimento vai ao arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 68, DE 2010

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Ministro de Estado da Justiça informe como se desenvolve a atuação da ONG “Hutukara Associação Yanomami – HAY” e de outras Organizações Não-Governamentais que têm seu campo de ação entre os índios Yanomamis, informando também se a referida ONG tem, direta ou indiretamente, interferência indevida na invasão na Reserva Indígena Yanomami pelos garimpeiros.

Justificação

É de conhecimento universal que as Organizações Não-Governamentais atuam com recursos federais. Essas ONGs têm um perfil diferente de uma associação científica e profissional, pautando as suas ações em uma intervenção mais social e política.

Constantemente os jornais estão publicando matérias informando sobre irregularidades cometidas por estas organizações. Apesar das denúncias de invasão da reserva ao longo dos últimos anos o Governo Federal não tem demonstrado interesse em impedir tal procedimento, que, segundo me consta, tem apoio de organizações não-governamentais.

Notícias recentes contribuem para o entendimento de que há interessados na invasão da Reserva Indígena Yanomami pelos garimpeiros. Indago: a quem interessa tal procedimento?

De posse das informações do Ministro de Estado da Justiça o Senado Federal poderá tomar as providências necessárias à proteção dos brasileiros que residem na Reserva Indígena Yanomami.

Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
A Presidência encaminhará o voto solicitado e o requerimento vai ao arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 69, DE 2010

Nos termos do Art. 222 do RIsf, Requeiro voto de aplauso a Festa da Uva em Caxias do Sul – RS na pessoa do Presidente do evento o senhor Gerson

Luiz Palavro extensivo ao Prefeito de Caxias do Sul senhor José Ivo Sartori. Para tanto gostaríamos que esse voto fosse enviado para o seguinte endereço: Rua Ludovico Cavinato, 1.431 – CEP. 95032-620 – Caxias do Sul – RS.

Justificação

Guardadas as devidas proporções, pois o carnaval é uma festa incomparável, quero destacar outra festa que está acontecendo a partir de hoje na minha terra natal, Caxias do Sul. É a festa da Uva, que se estenderá até o dia 7 de março.

Todos sabem que o Rio Grande do Sul é a morada do meu coração e que dentro desta grande morada, eu acaleto com amor o lugar onde nasci e que me traz belas e doces lembranças, a nossa Caxias do Sul. Lá eu vivi momentos inesquecíveis com meus pais. Uma, das tantas partes bonitas da minha história está gravada naquelas ruas.

Voltando para a Festa da Uva, ela está em sua 28ª edição e celebra a colheita da fruta desde 1931. Ela tem um significado muito especial para a cidade. Os quatro eixos dessa Festa são fundamentados na Tradição, na Integração, no Desenvolvimento e nas Origens. Os eixos juntos originam o tema que é: “Nos trilhos da história, a estação da colheita”.

Quero deixar aqui meus cumprimentos a rainha da festa da Uva, Tatiane Frizzo, e as princesas Aline Galvan Perera e Kátia Pisetta Weber, assim como ao Presidente da Festa da Uva, Gelson Luiz Palavro, e ao Prefeito Municipal, Ivo Sartori.

Caxias do Sul espera receber em torno de 600 mil pessoas e eu quero convidar a todos para participarem desse evento que, podem acreditar, é um espetáculo!

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2010. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– A Presidência recebeu os seguintes Avisos:

– **Nº 9, de 2010** (nº 87/2010, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 123, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Relatório de Auditoria Operacional na Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (TC 009.789/2009-0); e

– **Nº 10, de 2010** (nº 138/2010, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 172, de 2010, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à

Representação formulada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental – Semag, acerca da fixação, para o exercício de 2010, dos percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição dos recursos tratados no inciso III do art. 159 da Constituição Federal – incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, e com a redação dada pela Emenda 44, de 30 de junho de 2004 – FPE (TC 003.056/2010-4).

As matérias vão à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Presidência recebeu o ofício nº 15, de 2010, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 588, de 2007, foi sancionado e transformado na Lei nº 12.104, de 2009.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 15/10/PS-GSE

Brasília, 11 de fevereiro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador Heráclito Fortes
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Assunto: Encaminhamento autógrafa de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 3.940, de 2008 (nº 588/07 no Senado Federal o qual “Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 12.104, de 1º de dezembro de 2009.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2010

Altera o inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para limitar em vinte horas semanais o tempo de dedicação do professor à interação com os educandos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 67

V – período reservado a estudos, planejamento, avaliação e integração com a comunidade incluído na carga de trabalho, admitida, em qualquer regime, como tempo de dedicação do professor à interação com os alunos, o máximo de vinte horas semanais.” (NR)

Justificação

Os professores que atuam nas várias etapas e modalidades da educação básica pública sentem-se sobrecarregados, seja pela proporção do número de aulas – ou de qualquer outra interação com os alunos – em relação à sua carga semanal de trabalho, seja pelo excessivo número de estudantes a eles confiados. Dessa sobrecarga advêm, entre outros, dois prejuízos: os constantes problemas de saúde dos docentes e a fragilidade do processo de ensino-aprendizagem, de que resulta a tão denunciada falta de qualidade da educação pública.

Não podemos tolerar situações como a de professoras que atuam na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental como regentes de ensino, função que lhes impõe uma carga de vinte ou mais horas em sala de aula num regime de 22 ou 25 horas semanais de trabalho. Muitas vezes, premidas por baixos salários, essas professoras sujeitam-se a duplicar seus empregos ou jornadas, chegando a suportar quarenta ou mais horas semanais de docência direta em sala de aula.

Outra situação frequente, derivada de equivocadas construções curriculares, obriga professores em regime funcional de 30 e 40 horas a assumir trinta ou mais horas de aula em 10, 15, 20 ou mais turmas, do que resulta terem até mil alunos no mesmo ano letivo.

Na maioria dos países, a “função docente” – seja qual for a carga de trabalho funcional – é limitada a 20 horas semanais. Essa medida, além de valorizar o trabalho dos professores, exige a contratação de milhares de outros docentes, dando emprego a muitos brasileiros e brasileiras. Como a lógica atual de financiamento da educação se baseia em número de matrículas, não será difícil para os Estados e os Municípios reorganizarem suas redes sem grandes impactos nas despesas do ensino público. Ademais, quaisquer gastos para aprimorar a qualidade do ensino serão investimentos e não desperdícios, como hoje acontece em situações

provocadas pela sobrecarga de trabalho que vemos na maioria das escolas brasileiras.

Senadora **Serys Slhessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III – piso salarial profissional;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI – condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. **(Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)**

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de

coordenação e assessoramento pedagógico. **(Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)**

TÍTULO VII

Dos Recursos financeiros

Art. 68.

(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo, à última, decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e encaminhado às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência transfere as matérias constantes da pauta de hoje para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 469, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.*

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Geovani Borges (Sobrestando a pauta a partir de: 20-11-2009)

Prazo final prorrogado: 15-3-2010

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que *constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de*

2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello
(Sobrestando a pauta a partir de: 28-11-2009)

Prazo final prorrogado: 23-3-2010

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador César Borges
(Sobrestando a pauta a partir de: 17-2-2010)

Prazo final: 3-3-2010

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19-12-2009).

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento

civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.*

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorá-

vel, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.*

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.*

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tripliques do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.*

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (nº 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).*

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).*

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e das outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).*

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003,

na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que *dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que *institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que *altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99,

na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que *dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Ruscimanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso*

XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.*

41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que *dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito)*.

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância*.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente*.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade*.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(*Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais)*.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente*.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior*.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

50

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de

2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei

Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. – 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valada-

res, que *altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complemen-

tar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as

Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e

341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos

que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob n.ºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n.ºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n.º 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado n.º 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n.º 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei n.º 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob n.ºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda n.º 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas n.º 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda n.º 2-Plen, e pela aprovação da Emenda n.º 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei n.º 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições fi-*

nanceiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob n.ºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda n.º 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob n.ºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda n.º 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda n.º 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob n.º 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda n.º 1-CCJ, que apresenta.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer n.º 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e

Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

74

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

75

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

76

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero

Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

77

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

78

REQUERIMENTO Nº 1.313, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.313, de 2009, do Senador Flávio Arns, solicitando voto de rejúbilo ao embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, comemorado em 30 de setembro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 2.772, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares.

79

REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).

80**REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).

81**REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regularizar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).

82**REQUERIMENTO Nº 1.516, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.516, de 2009, do Senador Lobão Filho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 355, de 2004; 8 e 18, de 2005; 45, de 2006; 42, de 2007; 54, de 2009; e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2007; 55 e 75, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (prestadoras de serviços públicos).

83**REQUERIMENTO Nº 1.549, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.549, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 465, de 2008; e 194, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681,

de 2007; 138, de 2008; e 115, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (deduções na base de cálculo do imposto de renda de pessoas físicas).

84**REQUERIMENTO Nº 1.576, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.576, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 318, de 2003; e 64, de 2005, por regularem a mesma matéria (reintegração de posse).

85**REQUERIMENTO Nº 1.580, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.580, de 2009, do Senador João Tenório, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 86, de 2004; e 345, de 2006, por regularem a mesma matéria (inseção de impostos sobre instrumentos musicais).

86**REQUERIMENTO Nº 1.582, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.582, de 2009, do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera o art. 192 da CLT para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade).

87**REQUERIMENTO Nº 1.590, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.590, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 149, de 2008; e 251, de 2009, por regularem a mesma matéria (denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará).

88**REQUERIMENTO Nº 1.591, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.591, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2007, além das Comissões constantes

do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (utilização de recursos arrecadados pela União das indústrias que exploram o fumo e as bebidas alcólicas para utilização na saúde).

89

REQUERIMENTO Nº 1.596, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.596, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2009, a fim de aguardar documentação prevista na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal (outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada).

90

REQUERIMENTO Nº 1.628, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.628, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, que solicitando a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008 (permissão de porte de arma de fogo a carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal).

91

REQUERIMENTO Nº 1.629, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.629, de 2009, do Senador Renato Casagrande, que solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 201, de 2003; 475, de 2007; e 342, de 2008; por regularem a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).

92

REQUERIMENTO Nº 1.630, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.630, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, que solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 158 de 2002; nº 201 de 2003; e nº 475 de 2007, com o de nº 107 de 2009, por versarem sobre a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).

93

REQUERIMENTO Nº 1.631, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.631, de 2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (arrendamento das retransmissoras de televisão na Amazônia Legal).

94

REQUERIMENTO Nº 1.633, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.633, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (divulgação de lista de material escolar antecipada).

95

REQUERIMENTO Nº 1.635, DE 2009

Votação do Requerimento nº 1.635, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2004; 123, de 2007, e 252, de 2008, que já se encontram apensados por regularem a mesma matéria (práticas de telemarketing).

96

REQUERIMENTO Nº 1.641, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.641, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 131, 142 e 304, de 2007; e 34, 64, 65 e 78, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (incentivo fiscal pela preservação florestal).

97

REQUERIMENTO Nº 1.643, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.643, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei

do Senado nº 280, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro por meio eletrônico).

98

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 13, de 2010, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera a Lei 8.112, de 1990, para acrescentar o adicional de risco *de vida*).

99

REQUERIMENTO Nº 38, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 38, de 2010, do Senador Inácio Arruda, solicitando a criação de Comissão Representativa do Senado Federal, composta por dois Senadores, com o objetivo de comparecer à posse do Presidente do Uruguai, José Mujica, do Vice-Presidente Danilo Astori e demais Ministros de Estado e participação no Seminário sobre Experiência de Construção Unitária da Frente Ampla, que se realizarão entre os dias 1º a 3 de março de 2010, em Montevideo, Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Chamo para usar da tribuna, como Líder, intercalando, o Senador Mão Santa e, em seguida, o Senador Sérgio Zambiasi, como orador inscrito.

Senador Mão Santa, V. Ex^a falará pela Liderança e o Senador Sérgio Zambiasi, em seguida, como orador inscrito. Depois, falarão os Senadores Mozarildo Cavalcanti, como orador inscrito, e Alvaro Dias, aqui presente, como, provavelmente, o último orador. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. DEM – SP)

– Senador Sérgio Zambiasi, o Senador Mão Santa está dizendo que, de acordo com o rodízio, é V. Ex^a. Ele não quer falar só cinco minutos, Senador.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB –RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Sr. Presidente Romeu Tuma, Senador Mão Santa, obrigado também pela gentileza.

Senhoras e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, Sr. Presidente Romeu Tuma, para falar de um tema que considero de extrema importância para o desenvolvimento sócio-econômico do meu Estado, o Rio Grande do Sul, e também do nosso vizinho, Santa Catarina.

Trata-se da questão das obras de duplicação da BR-101 Sul. Essa rodovia é, sem dúvida, o grande corredor do Mercosul, que, depois de concluída, vai facilitar o escoamento da produção agroindustrial dos dois Estados mais meridionais do Brasil, como também as ligações com os países do Mercosul, especialmente a Argentina e o Uruguai, com os quais o Mercosul faz uma longa fronteira.

A extensão do trecho sul da Br-101 é de 348 km, ligando diretamente os Municípios de Palhoça, que fica ao lado de Florianópolis, a Capital catarinense, Paulo Lopes, Laguna, Capivari de Baixo, Tubarão, Araranguá, Sombrio e Santa Rosa do Sul, em Santa Catarina e Santa Rosa do Sul, em Santa Catarina, e Torres, Três Cachoeiras, Terra de Areia e Osório, no Rio Grande do Sul.

A luta pela duplicação dessa rodovia é antiga. Os primeiros estudos de pré-viabilidade realizados pelo DNIT ocorreram a partir de 1996, mas somente em 2001 foram liberadas as primeiras licenças prévias do projeto de modernização e ampliação do trecho compreendido entre Florianópolis e Osório, no Rio Grande do Sul, pelo Ibama, que é órgão licenciador do empreendimento.

Desde então, já se passaram nove anos e a conclusão dessa que é a mais importante ligação rodoviária do sul do País estava prevista para este ano. Eu disse que estava, porque, no estágio atual da duplicação, é impossível que tal previsão se confirme. Talvez, com muito otimismo, a parte gaúcha, mas ainda assim tenho alguma dúvida.

É aqui que batem o desespero e a frustração para os milhares de usuários da rodovia. Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, transitam por ali, em dias de trânsito comum, de trânsito tranquilo, normal, mais de quinze mil veículos por dia. E as obras não andam, Senador Tuma. Diariamente, todos os usuários da BR-101 Sul são submetidos a todo tipo de estresse. Há a pressão terrível de engarrafamentos enormes. Em feriados mais prolongados, como no carnaval ou na Páscoa, que se aproxima, é comum para quem está naquela estrada pegar um engarrafamento digno do Guinness.

Nesse final de semana do carnaval, segundo *sites* de notícias, houve momentos em que o trânsito parou em trechos de até cem quilômetros, especialmente na parte catarinense. Imaginem um engarrafamento com

cem quilômetros de extensão em uma BR! Dá para imaginar o transtorno para quem estava na estrada.

Para fazer os poucos mais de 450 quilômetros entre Porto Alegre e Florianópolis, a demora chegou acerca de 15 horas na estrada. Quinze horas ao volante! É inimaginável o cansaço físico e emocional a que estão submetidos principalmente os motoristas de ônibus e caminhões que passam pela região transportando pessoas e cargas para todo o Brasil. Isso sem contar o problema cotidiano para os mais de oitocentos mil habitantes das comunidades ao longo ou próximas da rodovia.

Em alguns casos, como Tubarão, em Santa Catarina, locomover-se entre bairros distantes quatro, cinco, seis quilômetros é aventura para uma ou duas horas. Isto para quem mora lá, para os habitantes locais... No Rio Grande do Sul, onde a BR-101 corta ao meio as localidades de Três Cachoeiras e Terra de Areia a situação não é menos dramática.

Por essas razões, faço, desta tribuna, um apelo ao Ministério dos Transportes, Ministro Alfredo Nascimento, e à Ministra Dilma Rousseff, responsável pelas obras do PAC, para que determinem soluções imediatas para os gargalos de tráfegos formados nas áreas urbanas dos Municípios por onde passa a BR-101 Sul.

As cidades que estão sofrendo com a demora na conclusão das obras deveriam receber atenção prioritária, pois os prejuízos para a população, sejam econômicos, pelos transtornos com a lentidão do trânsito, ou humanos, pois ocorrem muitos acidentes, não são difíceis de prever.

Pois bem. Preocupado exatamente com tantos problemas que a demora das obras de duplicação da BR-101 Sul, no trecho de Osório, no Rio Grande do Sul, a Florianópolis, em Santa Catarina, vem provocando, estou marcando audiência com o Ministro dos Transportes, Sr. Alfredo Nascimento, e penso em sugerir agenda conjunta entre as Bancadas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina com a Ministra Dilma Rousseff.

Repito: concluir prioritariamente as obras nas áreas urbanas por onde a BR-101 Sul é uma questão de respeito para com os usuários da rodovia e também para com as populações locais. É uma coisa quase incompreensível, Senador Mozarildo Cavalcanti. As empreiteiras ganham as licitações, contratam os trabalhos com o Governo e a última parte da obra é a parte urbana, quando deveria ser a primeira, exatamente porque, quando se duplica uma BR e se coloca um gargalo de trânsito dentro das cidades, imaginem o transtorno que isto provoca para o trânsito local, para a vida local das cidades, assim como para aqueles que chegam nesse gargalo urbano quando uma rodovia

corta uma cidade, como é o caso da BR-101 Sul e de tantas outras BRs pelo Brasil que atravessam cidades, e não há um planejamento, não há uma forma de fazer um contorno e evitar tamanhos transtornos que a população sofre.

E não é só o motorista profissional, não é só o caminhoneiro, não é só o motorista do ônibus ou o turista, aquele que usufrui da rodovia para uma viagem de lazer, mas a população local também, que sofre 24 horas por dia ao volante de um veículo, ficando duas, três, quatro horas trancada no trânsito. Nesse feriadão de Carnaval, segundo relatos fartamente divulgados pela imprensa do sul, para fazer 20, 30 quilômetros, o motorista levou duas horas. Quer dizer, dá para imaginar a pressão, o estresse, o cansaço, especialmente dos profissionais do volante, que têm compromisso, que têm horário, que levam cargas com hora para chegar, com hora para sair.

Para se ter uma ideia dos transtornos que o afunilamento do trânsito na BR-101 sul vem provocando, especialmente nas áreas urbanas dos municípios, onde são executadas as obras de duplicação, ontem, ao anoitecer – eu estava falando aqui do problema que essas obras provocam em áreas próximas às cidades –, ocorreu mais um gravíssimo acidente, envolvendo três caminhões, na pista sentido Terra de Areia/Torres, lá no meu estado, onde um caminhoneiro perdeu a vida, lamentavelmente, outro sofreu gravíssimos ferimentos. A via ficou trancada por quase seis horas no sentido Rio Grande do Sul/Santa Catarina, provocando mais um enorme engarrafamento e todos os transtornos que uma situação dessas provoca para quem estava na estrada. Esse é apenas um exemplo grave e trágico, com mais uma perda humana, consequência exatamente da lentidão dos trabalhos de duplicação da BR-101 sul, especialmente – repito, tenho que bater nessa tecla – nas áreas urbanas cortadas pelas obras da rodovia e que deveriam merecer tratamento diferenciado, tratamento privilegiado exatamente porque as populações locais acabam tendo prejuízos incalculáveis. É um sofrimento quase indescritível. Só quem está lá vivendo no dia a dia, só quem está ali convivendo com a comunidade de Terra de Areia, de Três Cachoeiras no Rio Grande do Sul, ali em Tubarão, ali em Laguna, enfim, em Capivari de Baixo, que fica entre Tubarão e Laguna, só quem está ali, no cotidiano, conversando com as pessoas, falando com as comunidades dessas áreas entende o sofrimento, a angústia, o estresse, o tensionamento pelos quais essas comunidades passam, aguardando que haja uma forma mais rápida para atender as demandas e a conclusão dessa obra.

Isso reforça a minha convicção de que o Ministério dos Transportes, sem mais demora, deve priorizar a

conclusão das obras nas áreas urbanas por onde passa a BR-101. E acredito que não apenas da BR-101, qualquer duplicação, qualquer rodovia deveria merecer atenção prioritária para as áreas urbanas para depois entrar em áreas mais abertas.

E também entendo que, quando se promove uma obra dessa dimensão, é compromisso, é dever do Governo promover algum tipo de compensação, de indenização aos municípios afetados, que estão tendo suas economias seriamente comprometidas, além da desestruturação da sua infraestrutura viária interna seriamente prejudicada pelo tráfego pesado e intenso que torna a vida local um verdadeiro caos.

Então, deixo, desta tribuna do Senado, este apelo à Ministra Dilma, que conhece bem a região, porque viveu tantos anos no Rio Grande do Sul, que é o seu Estado de adoção. Santa Catarina fica do lado. Com certeza freqüentou várias vezes a BR-101. Essa obra é fundamental, é necessária. Santa Catarina fechou muitas vezes o trânsito da BR-101 clamando pela duplicação dela.

No Rio Grande do Sul, em 2001, eu presidia a Assembléia Legislativa, quando fizemos uma grande mobilização por meio do Parlamento gaúcho com a campanha “BR-101 Duplicação já”, até que, finalmente, em 2004, as obras começaram lentamente a sair do papel. Mas, infelizmente, percebe-se que quando se faz uma obra dessa dimensão não se pode colocar em segundo plano as travessias urbanas. Definitivamente, é incompreensível, é inconcebível. Eu sou um leigo, não conheço a engenharia de obras de uma rodovia, mas é inconcebível que as áreas urbanas sejam as últimas a serem atendidas, em consequência, sacrificando o cotidiano, a vida das pessoas que vivem nesses entornos.

Deixo, portanto, aqui o apelo, seja à Ministra Dilma, que é responsável pela condução das obras do PAC, ao Ministro Nascimento, ao diretor do Dnit, Dr. Hideraldo Luiz Caron, que é o responsável pela execução de todas as obras no Brasil, especialmente no sul, para que ordenem às empresas, às empreiteiras responsáveis por essa obra que tenham mais respeito com a vida, com o conforto e com a comunidade daquelas pessoas que convivem nas áreas urbanas que são cortadas pela BR-101 sul.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Zambiasi, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa para falar como Líder do seu Partido, o PSC.

Em seguida, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Antonio Carlos Valadares, que preside esta sessão de 18 de fevereiro, quinta-feira, Parlamentares presentes na Casa, brasileiras e brasileiros que nos assistem aqui no plenário do Senado da República ou que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, hoje eu vinha nos céus livres do Brasil, na Gol – ouviu, Mozarildo? –, essa companhia do Constantino Oliveira, e vi uma reportagem sobre o litoral do Piauí, o Delta do Piauí: “Rota litoral piauiense”, da revista *Gol* – tem uma bela mulher aqui na capa, ô, Antonio Carlos Valadares – que diz o seguinte:

Na medida, o litoral do Piauí é o menor do País, mas oferece tanta diversidade, no kitesurf, nas praias, nos passeios de barco pelo Delta do Parnaíba, o que torna gigante.

É uma reportagem feita pela jornalista Valéria Corbucci, com fotos de Renato Stockler. Eis aqui a natureza do Piauí.

Senador Antonio Carlos Valadares, é interessante! Ô Pedro Simon, eu convido V. Ex^a e a Ivete a passarem uma lua de mel lá no litoral do Piauí. E vamos logo agora, sexta-feira, está ouvindo? Nós vamos lá rezar. Lá há uma grande devoção cristã.

Antonio Carlos Valadares, são 66 quilômetros o litoral do Piauí. Atentai bem, Pedro Simon, está na Bíblia que a verdade, a beleza, a felicidade estão no meio. Então, o litoral do Piauí está no meio do Ceará e do Maranhão; é o menor. Então, no meio estão realmente, como diz a Sagrada Escritura, a beleza, a verdade, a felicidade. Sessenta e seis quilômetros! É o menor do Brasil.

Mozarildo Cavalcanti, quando você vai comprar um perfume, você compra aquele francês bem pequenininho, não é, Antonio Carlos Valadares? Quantos quilômetros tem o litoral do seu Sergipe?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE. *Fora do microfone.*) – Uns cem quilômetros.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – É maior do que o do Piauí. O Estado é bem menor.

Cabem dentro do Piauí doze Sergipes. Mas nós vamos aqui ficar só nos 66 quilômetros.

Nós temos alguma identidade. A praia lá de Sergipe é Atalaia. A praia lá do litoral do Piauí, a mais frequentada, é Atalaia. É o rio Parnaíba. Elas se parecem. Eu conheci a de Sergipe. Eu acho, eu não sei, lá pela história, deve ter sido primeiro, não é? Mas se

parecem, está entendendo? A cor barrenta do mar é porque vem um rio. O rio Parnaíba se abre. Ele é diferente. Ele não se lança uno, como o Amazonas, no mar. Ele se divide em cinco rios antes de se lançar no mar, justamente lembrando uma letra delta, triangular, Alvaro Dias.

Enfim, nós não sabemos grego, mas eu daria o exemplo. O rio Parnaíba se abre em cinco rios. Em cinco, lembrando uma mão, com certeza santa, não é Mozarildo?, que forma 78 ilhas. Dois terços pertencem ao Maranhão e um terço ao Piauí. A ilha Santa Isabel é a maior, pertence ao Piauí e é próxima à minha cidade de Parnaíba.

Lá nasceu, Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a tem que fazer um culto em respeito ao delta, o único que se iguala a Rui Barbosa, Evandro Lins e Silva, o jurista que é um exemplo. Esse Judiciário não precisa buscar exemplos fora do País.

Na história, o exemplo está lá e veio do Piauí: Evandro Lins e Silva, o melhor Presidente que o Supremo Tribunal Federal teve em toda a sua história. Eu o conheci pessoalmente e com ele convivi.

Ele é da minha cidade, de uma simplicidade, ô Pedro Simon, franciscana. E me recordo que em um dos encontros que tive com ele, Antonio Carlos Valadares, a exemplo do que os paulistas fizeram com Rui Barbosa convidando-o para paraninfo de uma turma de Direito, da qual resultou o livro *Oração aos Moços*, levei-o a Paranaíba para ele ser paraninfo da primeira turma de Direito da sua cidade, da minha cidade, da cidade de João Paulo Reis Velloso, de Chagas Rodrigues, de Alberto Silva, que passaram por aqui com muito brilho.

Então Evandro Lins e Silva dizia, Antonio Carlos Valadares – Antonio Carlos, presta atenção, é muito bom esse pessoal da Justiça aprender com a gente – eu vi Evandro Lins e Silva: “Ô Governador Mão Santa, como era diferente, eu tinha uma banquinha, uma banquinha tão simples, e de lá jorrava justiça com vergonha”.

Ele, ele, ele, somente ele, teve coragem de, no Supremo Tribunal Federal, na ditadura, libertar os presos políticos. Antonio Carlos Valadares, presta atenção. Ensina esse pessoal teu, da Justiça. Você é da Justiça, não é? A sua origem, como eu sou da medicina, de cirurgia, não é? Advogado é da Justiça.

Então, sabe o que ele disse, Mozarildo? Eu vi o Miguel Arraes dizendo, Pedro Simon, que já tinha certeza que ia ser devorado pelos jacarés. Ele estava preso em Fernando de Noronha – essa ilha, hoje do turismo, era cadeia para os presos políticos –, sem nenhuma esperança, na ditadura – viu, Antônio Carlos?

E lá chegou o *habeas corpus* conseguido por Evandro Lins e Silva.

Eu vi a deferência que Miguel Arraes tinha por aquele homem. E ele dizia que era em uma banquinha, nada de suntuoso, naquele tempo – uma mesinha. E a moral da Justiça não está no prédio, está na verdade que ela traz. Justiça que não nasce da verdade, que nasce da mentira, não pode se casar. Não foi aquela de Cristo, que dizia: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Não foi aquela, Mozarildo, de Montaigne, que dizia: “É o pão de que mais a humanidade precisa. Não seria aquela de Aristóteles, que dizia: “Que a coroa da justiça brilhe mais do que os reis e esteja mais alta do que os santos”.

Então, lá nesse delta, nasceu Evandro Lins e Silva. E isso é importante eu dizer, porque vamos falar da natureza piauiense. O filósofo Sófocles, o pai da ambientologia, disse, e estão discutindo hoje: “Muitas são as maravilhas da natureza, mas, de todas, a mais maravilhosa é o ser humano”. Daí eu me prender na gente que vem de lá.

Mas, Mozarildo, quero convidá-lo também. Sei que você mora lá na Boa Vista, próxima daquela ilha do Chávez, Margarita, mas aqui é melhor, além de ser nossa. Então, tem 78 ilhas.

Está aqui a fotografia, dada pela GOL. E o que diz aqui. Olha aqui: isso aqui é uma pousada, Mozarildo, de um casal de médicos, Ariosto e Tereza, ele cirurgião vascular, dono de hospital, e ela, oftalmologista. Mas gostam mesmo e fizeram uma pousada que está aqui, ganhando... “Dunas compõem a paisagem exuberante do delta do Parnaíba, o único em mar aberto das Américas. Acima, um dos chalés pé na areia da pousada BGK em Barra Grande.”

Enfim, só existem três deltas no mundo em mar aberto. Um é este do Piauí, Parnaíba, se lançando no mar. O outro é o Mekong, do Vietnã, cheio de complicação e guerra. E o outro é o do Nilo, no Egito, África. Então, esse é o delta em mar aberto. A Argentina tem um delta, mas não é em mar aberto, é porque o rio se abre em Mar de del Plata, que antigamente pensavam que era mar, mas é um rio muito largo, com duzentos quilômetros.

Então o da Argentina não é um delta em mar aberto, é no rio Mar del Plata, que chamaram antigamente de mar, porque era largo demais, com mais de 200 quilômetros. Mas ele, na realidade, é um rio.

Então, só tem três deltas em mar aberto no mundo, está ouvindo Senador Pedro Simon? Daí estou lhe convidando para conhecer o nosso.

E queria dizer que lá temos verdes mares bravios, brancas dunas, Senador Mozarildo, ventos que nos acariciam, sol que nos tosta o ano inteiro, rios

que nos abraçam e lagoas. O Piauí tem mais de cem lagoas, lagoas como a Lagoa do Portinho, uma das mais belas.

Mas o que quero dizer é que essa reportagem engrandece e convida o povo do Brasil a visitar e ver. São quatro cidades nesses 66 quilômetros: Parnaíba, histórica, onde nasci; Simplício Dias da Silva, que custeou a Batalha do Genipabu expulsando os portugueses na guerra, lá em Campo Maior, e, evidentemente a cidade de Luís Correia, que já tem alguns anos. E, quando governador do Estado, Deus me permitiu criar duas novas: a Ilha Grande de Santa Isabel, que é uma ilha, metade de Parnaíba e metade ligada ao povoado do Morro da Mariana, que é hoje uma pujante cidade turística, com riquezas na pesca, no artesanato e na pecuária.

E ao lado do Ceará, Mozarildo, Deus me permitiu criar, desmembrando de Luiz Correa uma cidade: Cajueiro da Praia. Ela é bem próxima a Camuci, que é próximo à praia decantada dos cearenses: Jericoacoara. Eu a idealizei, eu a sonhei para ultrapassar de Jericoacoara – e vai ultrapassar. Jericoacoara é uma das mais encantadoras praias cearense, mas nós dotamos, no limite com Ceará, essa cidade, Cajueiro da Praia, de toda a infraestrutura – asfalto, energia, hospital, unidades escolares – de tal maneira que hoje é um ponto atrativo que já é reconhecida. Se nós ainda não ultrapassamos Jericoacoara, isso é questão de alguns dias, alguns meses, alguns anos.

A praia mais importante de Cajueiro da Praia é Barra Grande. Essa reportagem cita a beleza da cidade Cajueiro da Praia com sua praia Barra Grande. Ela diz onde ficar na BGK (Barra Grande Kitecamp), mas há outras pousadas, como Portal Barra. Diz onde comer e os passeios a fazer.

E de Luís Correia, que foi sem dúvida o maior carnaval da Região Norte.

Basta dizer que eu estava lá. Temos uma casa, eu e Adalgisa, na Praia do Coqueiro. É bem no meio do litoral do Piauí. Lá, vamos dizer, realizou-se o maior carnaval da região do delta, do litoral. Os bares foram garantidos pela Prefeitura, lo Prefeito Kim e seu Vice, Luiz Neto. Tivemos a Praça Pública do Povo, o Correio Folia, com abadares, e o clube de Barramarres. Cantaram os turistas, tanto do Ceará quanto do Maranhão, que procuraram Luís Correia.

Parnaíba... A revista, destaca, na história, uma cidade universitária e colorida. Antonio Carlos Valadares, esse é o meu orgulho. Como Governador do Estado, como fez V. Ex^a, transformei o Piauí em um dos maiores polos universitário e Parnaíba em uma cidade universitária.

Cidade universitária e colorida.

Quem faz o passeio do delta pode se hospedar em Parnaíba. A cidade, localizada às margens do rio Igaracu, viveu a fase áurea da exploração da carnaúba, palmeira que sustentou no passado a economia do Piauí. Essa Memória continua(...).

E destaca que hoje Parnaíba se transformou em uma cidade universitária quando nós transformamos, Mozarildo, a Universidade Estadual em uma das maiores universidades públicas desse país.

Foi o maior desenvolvimento universitário na História do Brasil..

Em 1990, Antonio Carlos Valadares – atentai bem! – o MEC dizia... Isso me preocupa, e eu advirto o Presidente Luiz Inácio: não é esse oba oba, não, os aloprados enganando e mentindo na própria base. Não está nada bom não. tem muita mentira neste Brasil. Senão vamos...

Pedro, em 1990 – atentai bem! –, o MEC dizia que das dez melhores universidades, sete eram publicas e três privadas. Sete públicas e três privadas. Em 2000, eu era governador do Piauí, daí estar aqui vitorioso, representando a grandeza do Piauí. Lá não teve terremoto, mas teve um desgraçado governo do PT, que é pior do que terremoto; está fechando tudo.

Pedro Simon, em 2000... Veja como Luiz Inácio tem que aprender, aqui está a verdade. Em 2000 – ô, Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a que devia ser o Richelieu, porque seu Partido está coligado –, inverteu a situação: das dez melhores universidades, sete eram privadas, particulares, pagas, e só três eram públicas. Quer dizer – está ouvindo, Pedro Simon? – o estudante pobre está é lascado!

Eu aqui, eu nunca fui pobre, não – meu avô foi o homem mais rico do Piauí, tinha dois navios –, mas eu estudei todo o tempo na universidade federal, fiz pós-graduação.

Hoje estão crescendo as universidades privadas, pagas. Ô Pedro Simon, a mensalidade de uma faculdade de Medicina hoje chega a R\$4 mil. É isso, Luiz Inácio. Estão enganando-o. Estão mentindo para você. O Rui Barbosa, que está ali, não era melhor do que nós não. Ele viveu mais tempo, mas não era não. Nós temos história também. Ele disse: “Só tem um caminho, uma salvação. São as leis e a justiça”. Eu digo: só tem um caminho, uma salvação, Rui Barbosa: a educação, que está sendo negada aos pobres. Uma faculdade privada de Medicina, Pedro Simon, cobra R\$4 mil ao mês; essas faculdades privadas cobram entre R\$3 a 4 mil. Eu falei logo a mais cara. Eu sei até onde é. Não vou citá-la para não criar inimizade. Ô Antonio Carlos Valadares, você se formou em universidade pública ou particular?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pública.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – E V. Ex^a, Mozarildo?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Pública.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Ô Pedro Simon, V. Ex^a se formou em universidade pública ou particular?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Particular.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Particular. É rico, lá do Rio Grande do Sul. Eu aqui me formei na Faculdade de Medicina da Universidade do Ceará, do Governo, e fui fazer pós-graduação no Hospital Servidor do Estado. Pós-graduado em Cirurgia, residência, em hospital público. Hoje, privado. Das dez melhores universidades, sete são pagas. Eu dei o exemplo de Medicina. As outras são mais baratas, mas Odontologia é muito cara também. A média da mensalidade de uma faculdade de Odontologia, Pedro Simon, é R\$2.500,00. É lógico que as de Direito – a administração é livre –, diminuem o preço, mas é claro, quem ganha salário mínimo como botar um filho seu na faculdade para pagar essa mensalidade?

Então, essa é a realidade. Esse País é bom, é gostoso. A gente dança o carnaval. Torce pelo futebol. É um povo agradável, mas só vejo perspectiva na educação e estou vendo diminuídas as possibilidades, Pedro Simon, de o pobre se igualar e vencer na educação. As faculdades que estão proliferando – e não sou contra – são as particulares.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Nossa concentração de renda é enorme. Um Senador disse que entre trezentos países o Brasil é o sétimo mais injusto. Muito pior do que isso, Mozarildo – ô, Luiz Inácio, aprenda! – é a concentração de cérebro, de educação. Cada vez mais os ricos estão tendo mais chances de serem doutores e os pobres estão sendo mais afastados. Esse é que é... Só tem uma liberdade, que é na educação.

Eu realmente digo e tenho condição de dizer a verdade. A minha família podia, mas mesmo assim... Mas vi muitos alunos brilhantes que não tinham condição estudarem na mesma faculdade federal, pública, e serem vencedores. Hoje está difícil. O resto é conversa fiada. É pago.

Antonio Carlos Valadares, um minuto pelos 30 anos do PT. Me dá outro aí? Ele é do PT, ou melhor, é do PSB, que apoia o PT.

Mas eu queria dizer o seguinte: eu não sei. Pedro Simon, este Brasil não tem terremoto, mas esses

trinta anos de PT... Olha, que o Piauí... eu não sei o que é pior!

Então, essa reportagem pura e limpa engrandece o nosso Piauí. Pura, sem dinheiro, verdade verdadeira, feita por Deus e pelos piauienses de vergonha. Está aqui o que eu represento.

E olha aqui o Governo do PT.

Bota lá, bem grande: *Dias de mentiras*. O Governo do PT no Piauí é um tripé – olha aqui, Antonio Carlos Valadares –: mentira, corrupção e incompetência. Três pernas.

Senador Antonio Carlos Valadares, são três pernas... Isso aqui é de um portal. *Dias de mentira. Cinco hidroelétricas do rio Parnaíba*. Nenhuma! Tudo prometido. *Uma hidroelétrica no rio Poty*. Mentira! *Asfaltamento das estradas do cerrado*. Mentira! *Refinaria de petróleo*. Mentira! *Barragens*. Mentira!

Não vou levar todas... Tantas coisas boas lá, vou dizer apenas que tudo aqui é mentira. Isso é do *180 Graus*, um portal muito corajoso.

Porto. Não há nada. É tudo mentira.

Senador Antonio Carlos Valadares, estou mostrando. Lá no Delta. Não estou ficando...

Todas as fotos...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Tudo é mentira. Um minuto a mais em nome da verdade. Nada. Isto aqui é o Porto dos Tatus. É lá na ilha, na cidade de Ilha Grande, Morro da Mariana, que era um povoado. Isso aqui está mais bonito do que Miami. Tudo é mentira. Não tem nada disso. Olha aí. Olha aí. Então, é governo que quer se consolidar na mentira, na corrupção e na incompetência. E mais ainda: isto é um aeroporto internacional lá. Mentira! O de Parnaíba não tem nem... Não pousa. Nem mais teço-teco tem; só andorinha e urubu. Em São Raimundo Nonato, muito menos. Olha, isto é mais bonito do que... E o pior é que o Governo do PT fez isso, fez um livro, uma revista e divulgou aí. E eu só falei aqui... Mas isso tudo é...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – ... de mentira, publicado pelo portal *180 Graus*.

Tripé, Antonio Carlos. Antonio Carlos, olha a verdade! Mentira, corrupção e incompetência. Isso não segura nada. É isto que Goebbels dizia: uma mentira repetida se torna verdade. Agora aprenda: a ignorância é audaciosa. Isso era no tempo do Hitler, de Goebbels – ele só tinha rádio e o que ele dizia ficava. Mas hoje – leia o livro do Alvin Toffler, *A Terceira Onda* – é a desmassificação da comunicação. Essas baladeiras que estão aí, esses portais, esses blogs que o governo não paga, trazem a verdade. E a verdade diz que o tripé que estão montando no Piauí é uma perna da

mentira, uma da corrupção e uma da incompetência. Então, essas são as nossas palavras...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Aplausos à Revista Gol.

Não precisa mentir para mostrar a grandeza e a beleza do Piauí e de nossa gente. Não precisa. Precisamos, sim, difundir a beleza, a natureza e o valor da nossa gente, a gente piauiense.

Fica no Piauí. Nós estamos vivendo da esperança. Perder a esperança é um pecado, é a maior estupidez. Então o povo do Piauí crê na esperança da democracia mudarmos e de uma alternância no poder no Piauí e no Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti, por vinte minutos.

Naturalmente, o Presidente Mão Santa será generoso com V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, que preside neste momento a sessão, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Telespectadores da *TV Senado*, e Sr^{as} Telespectadoras também da *TV Senado*, ouvintes da *Rádio Senado*, pessoas que aqui estão nos prestigiando nas galerias, eu tenho como fulcro principal da minha atuação no Senado a defesa e o desenvolvimento inteligente para a Amazônia.

E, como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteiras que atua dentro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nós temos procurado fazer um diagnóstico da Amazônia a partir da inteligência da Amazônia. Isto é, pelas pessoas, pelos institutos, como o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e o Instituto de Biotecnologia da Amazônia, ambos de Manaus; pelo Instituto Evandro Chagas e pelo Museu Emílio Goeldi, de Belém do Pará. Estamos ouvindo os reitores das Universidades Federais. Ouvimos também, sobre as faixas de fronteiras, o Embaixador encarregado dessa área. Vamos ouvir na semana que vem o Diretor da Polícia Federal sobre a segurança naquelas fronteiras.

Mas hoje eu quero abordar um tema, Senador Mão Santa, que eu considero fulcral, primordial para que nós pensemos realmente em cumprir um dispositivo constitucional que diz que é dever da República eliminar as desigualdades regionais.

Se nós olharmos o mapa do Brasil e olharmos o mapa dos EUA, nós vamos ver o seguinte: tirando o Alaska, os EUA têm mais ou menos a mesma área do Brasil; e a população dos EUA é pouco maior do que o

Brasil. Quantos Estados têm os Estados Unidos? Cinquenta. Cinquenta Estados. E se prestarmos atenção ao mapa dos EUA, veremos que os limites são traçados na régua. Régua. Não estão preocupados com os limites geográficos: rio montanhas etc. Por que? Porque houve um planejamento de criação de estados para desenvolver de maneira harmônica o país, de norte a sul, de leste a oeste.

Quanto ao Brasil, se olharmos o mapa do Brasil, veremos que é um mapa troncho, é um mapa desigual por natureza. Olhe só: só um Estado da Amazônia, o Estado do Amazonas, é maior do que os sete Estados do Sul e Sudeste juntos. Como é que se pode governar um Estado desse tamanho? Um latifúndio desse tamanho?

Vamos ao Estado do Pará. Equivale aos sete Estados do Sul e do Sudeste. E o Sul e o Sudeste? Não são exemplos de desenvolvimento? Por quê? Porque têm Estados pequenos. Um Estado como Santa Catarina, por exemplo, cabe várias vezes dentro do meu Estado, que é o Estado de Roraima, que é um Estado pequeno, e é um exemplo de Estado bem desenvolvido. O Estado do Mato Grosso, que é outro Estado da Amazônia, é um pouquinho menor só do que os sete Estados do Sul e do Sudeste. E, por incrível que pareça, esses três Estados só, só esses três Estados do Amazônia (o Amazonas, o Pará e o Mato Grosso) são mais de 50% da área do Brasil. Aí, essa geografia não ajuda de jeito nenhum a desenvolver o Brasil de maneira igual, não ajuda a eliminar as desigualdades regionais. E, aí, quando se discute, como discutimos quando fui Constituinte, a redivisão territorial do País... Getúlio Vargas fez uma redivisão por decreto, criou Territórios Federais. O meu Estado foi criado por meio de um decreto. Foi Território Federal do Rio Branco, depois Território Federal de Roraima – mudou o nome. O Território Federal do Guaporé depois se transformou em Estado de Rondônia, e o Território Federal do Amapá. Os outros dois – Iguazu e Ponta Porã – foram reincorporados aos Estados de origem pela Constituinte de 46.

Essa foi a primeira redivisão territorial, feita por Getúlio Vargas. Depois, houve uma outra redivisão territorial feita também por um ato do Presidente da República, na época do regime militar, que foi a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, por desmembramento do Estado de Mato Grosso, que era um gigante maior do que esses de que falei.

Em todos esses casos, deram-se bem o Estado do qual foi desmembrado o novo Estado, ou o novo Território, assim como se deu bem aquele que foi desmembrado. Não vou nem citar aqui quem são os melhores exemplos, porque Mato Grosso do Sul cresceu

demais. Mato Grosso cresceu também por decorrência de, digamos, não ter que investir numa área tão grande. O Tocantins, que representava apenas 4% da arrecadação do Estado de Goiás, hoje corresponde mais ou menos ao mesmo tanto da arrecadação de Goiás, um pouco menos logicamente.

O meu Estado, que é o menor de todos, tem menos de 500 mil habitantes, era um pedaço do Amazonas, esse “Amazonazão”, que ainda é maior que os cinco Estados do Sul e do Sudeste. Pois bem. O meu Estado, que chegou a ser Município do Estado do Amazonas, depois Território Federal durante 45 anos, é Estado da Constituinte para cá, isto é, de 1988 para cá. Embora Estado para valer, foi a partir da posse do primeiro Governador eleito em 1990.

Somos mais ou menos 500 mil habitantes, mas o Município vizinho a nós, Barcelos, que é do Amazonas e já foi Capital da Província do Amazonas – portanto, do Estado do Amazonas –, não tem 30 mil habitantes e vive praticamente da pesca de peixes ornamentais. Por quê? Porque o Governo do Amazonas não tem como desenvolver de maneira harmônica o Estado todo.

Hoje, com essa população pequena que citei, arredondando para 500 mil habitantes, nós temos uma universidade federal, um instituto federal de ensino tecnológico, uma universidade estadual, uma universidade virtual e seis outras instituições particulares de curso superior. Temos hoje a melhor proporção, em termos de habitantes, de pessoas graduadas e que se estão graduando por essas universidades. É a melhor proporção do Brasil. Quando alcançaríamos isso, Senador Mão Santa, se continuássemos Município do Estado do Amazonas?

Por isso, na Constituinte, debatemos muito este tema. É lógico que apareceram propostas de todo jeito: redividir Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Não pretendo isso. Pretendo redividir a Amazônia e fazer com que o mapa da Amazônia seja equivalente ao do Sul, do Sudeste e do próprio Nordeste. Somos Estados gigantescos, como eu falei.

Então, quando assumi aqui meu primeiro mandato de Senador, eu apresentei três propostas, exatamente para convocar o plebiscito. É bom que se esclareça, porque, quando se fala em criar Estado, a pessoa pensa que, por ter sido apresentado o projeto, virará Estado no outro dia. Não é, não. A Constituição manda convocar um plebiscito para que a população daquele Estado diga se quer ou não a criação de um novo Estado.

Pois bem, as minhas três propostas criavam o Estado do Solimões lá no Amazonas, na parte oeste, na fronteira com a Colômbia, com o Peru, uma área problemática e desassistida pelo Poder Público.

O Senador Jefferson Péres, que já faleceu, à época apresentou um substitutivo trocando. Em vez de criar um Estado, criar três Territórios Federais na mesma área do então Estado do Solimões. E ele argumentava que era uma primeira etapa pela qual se tinha que passar para se criar infraestrutura e, depois, criar o Estado. Eu acho que se tem que ouvir a voz dos Parlamentares daquele Estado.

Mas sei que é difícil para o Parlamentar do Estado, seja do Amazonas, do Pará ou do Mato Grosso, propor a redivisão do seu Estado. Mas o Senador Jefferson Péres teve coragem de propor essa redivisão, criando três Territórios.

Outra proposta minha era criar o Estado do Tapajós, no oeste do Pará. Lá existem mais de 1,6 milhão de habitantes, cidades centenárias, como é o caso de Santarém e outras. É uma região próspera, riquíssima. É um Estado pronto. Apenas falta efetivamente fazer um plebiscito, depois a lei complementar e instalar o Estado.

Apresentei o terceiro projeto criando a redivisão da parte norte do Mato Grosso, o Estado do Araguaia.

Pois bem. Esses três projetos foram aprovados aqui no Senado, foram para a Câmara. Na Câmara, um Deputado de Mato Grosso alterou o projeto que criava o Estado do Araguaia propondo a criação do Estado do Mato Grosso do Norte e o Território Federal do Araguaia, porque entende ele que lá existe uma reserva indígena e que é melhor haver um Território Federal.

Muito bem, mas, de qualquer forma, repito, é preciso convocar o plebiscito e dar direito à população para dizer se quer ou não quer a redivisão territorial. Se a população disser que não quer, morreu. A Constituição diz que só se pode criar um Estado se a população disser que quer. Mas o interessante é que existem outras propostas também com relação à Região Amazônica.

Existe um projeto do Deputado Giovanni Queiroz, desde 1992, que propõe a criação do Estado do Carajás no sul do Pará, uma região também muito rica onde está a Vale do Doce, mas muito distante de Belém e desassistida. Igual a esse projeto foi apresentado um aqui no Senado, pelo Senador Leomar Quintanilha, e que está na Câmara aguardando a hora de ser votado.

Existe outra proposta também, que não é de minha autoria – uma é de autoria do Deputado Sebastião Madeira e a outra, do Senador Edison Lobão –, criando o Estado do Maranhão do Sul. É um Estado da Amazônia também. É bom que se diga que uma parte do Maranhão pertence à Região Amazônica.

Pois bem. Esses projetos estão na Câmara e não são aprovados. Por quê? Não se está criando um

Estado; está se autorizando o Tribunal Eleitoral a fazer um plebiscito. A legislação aqui aprovada, inclusive de iniciativa do Senado, interpretou o artigo da Constituição que diz que o plebiscito se dá na população diretamente interessada. Houve uma lei complementar dizendo que população diretamente interessada é toda a população do Estado. Foi aprovada. Eu discordei porque, na verdade, população diretamente interessada é aquela que vai ser desmembrada. A outra é indiretamente interessada. Mas, de qualquer forma, a lei complementar foi aprovada, está em vigor e, se houver, portanto, a aprovação do plebiscito, vai ser feito o plebiscito em todo o Estado.

Por que não aprovam? Aí temos dois tipos de análises enviesadas. A primeira, dos próprios Parlamentares dos Estados onde se pretende fazer o plebiscito. Eles acham que não se pode dividir; não pode dividir o Pará, não pode dividir o Amazonas, não pode dividir o Mato Grosso. E eu sempre digo: não é dividir; é multiplicar. Porque, se um Estado como o Pará passar a ter, em vez de um Estado só na mesma área, três Estados, foi dividido ou foi multiplicado? Foi multiplicado. Passamos a ter três Estados na mesma área, três Governadores, nove Senadores. Mas a maioria dos políticos desses Estados não quer nem permitir que o povo seja ouvido. Isso é uma ditadura parlamentar. Não permitem a aprovação do projeto para consultar a população.

Esse viés dos políticos locais é endógeno. Aí vem o outro, que é exógeno. Os Estados grandes, como São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, não querem perder poder político, mesmo já tendo bastante poder econômico, tendo bastante poder no que se refere a concentrar as melhores universidades, os melhores institutos de pesquisa. Não querem perder sequer poder político. Por quê? Porque esses novos Estados, como aconteceu com Roraima, passam a ter três Senadores, como São Paulo. Aí São Paulo não quer, Rio de Janeiro não quer, Minas Gerais não quer.

É compreensível que eles não queiram, agora é incompreensível que os políticos dos Estados que deveriam ser submetidos ao plebiscito não queiram. E aí a ditadura parlamentar fica de ambos os lados atuando para que os projetos não sejam aprovados na Câmara. Lamento muito que isso aconteça. Os meus projetos, Senador Mão Santa, são de 1999. O projeto do Deputado Giovanni é de 1992. E não são aprovados.

Por outro lado, o Governo Federal também não quer que aprove. Por quê? Porque também haverá mais Parlamentares. E ele argumenta que vai se gastar na implantação desses Estados. E não há retorno? Lógico que há retorno. Esses Estados – falei do caso de Goiás e de Tocantins – passaram a arrecadar mais,

aumentando, portanto, o bolo da arrecadação federal e também da arrecadação estadual.

Mas o mais importante nessa proposta, Senador Mão Santa, é que, ao criar um Estado, você está levando para perto do cidadão o Poder Público. Você está levando uma melhor prestação da educação, da saúde, da segurança. E olhem que são Estados que representam essa imensa Região Amazônica com uma área imensa de fronteira desguarnecida.

Então, eu queria deixar registrado neste dia o meu apelo à Câmara dos Deputados para que vote esse projeto. Ora, o Parlamentar, que é eleito pelo povo, está negando ao povo o direito de dizer se quer ou não quer a criação do Estado? Isso é realmente uma ditadura parlamentar. Não se pode dizer que o Poder Executivo é que não quer, porque ele não aparece, porque é a Câmara que não está votando.

Agora, na hora da convocação do plebiscito, da realização do plebiscito, aqueles que são contrários à redivisão, à criação do novo Estado, vão apresentar seus argumentos, políticos, econômicos, técnicos, e os que são a favor vão contraditar. E aí quem vai ouvir? Vai ser uma verdadeira campanha de esclarecimento público, com horário na televisão e tudo. E aí é o povo que vai decidir. Se a maioria da população, por exemplo, do Pará entender que não deve haver a criação do Estado do Tapajós ou do Estado do Carajás, morreu. Se a população do Amazonas achar que não se devem criar os três territórios federais, morreu. Se a população de Mato Grosso não quiser a criação do Estado do Mato Grosso do Norte e do Território Federal do Araguaia, também morreu. O que nós não podemos é ver uma Câmara de Deputados, Deputados eleitos pelo povo – no Senado, nós representamos os Estados; lá, os Deputados representam o povo –, representantes do povo tirando do povo o direito de opinar sobre se querem ou não querem a criação de novos Estados nessa região.

Eu não entendo realmente, mas é aquela história: não adianta emperrarem, eu não desisto dessa tese porque eu tenho a convicção de que todas as áreas que foram redivididas – eu já citei aqui Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia, Roraima, Amapá –, todas melhoraram, melhoraram muito a vida da população que vive lá.

Então, espero ver, ainda este ano, aprovados esses projetos, que estão mofando nas Comissões da Câmara dos Deputados. Lamento dizer isso, porque fui Deputado por dois mandatos, de 1982 a 1986 e de 1986 a 1990, sendo Constituinte de 1986 a 1988. Acho que a tarefa do Deputado é muito nobre, não tenho nenhum preconceito contra Deputado, mas acho que, nesse caso, os nossos Deputados estão realmen-

te cometendo uma grande maldade com a população desses Estados negando a eles o direito de se pronunciarem a respeito.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Antonio Carlos Valadares, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O brilhante Senador Mozarildo Cavalcanti fez um pronunciamento, advertindo as forças majoritárias da Casa para que se faça uma revisão territorial com a criação de novos Estados no Brasil.

Agora, o orador seguinte é o Senador Alvaro Dias. Como último orador está inscrito o Senador Pedro Simon.

O Senador Alvaro Dias traduz a grandeza deste Congresso. Muito novo foi Vereador lá em Londrina. Isso já tem uns 40 anos. Parece que S. Ex^a tem isso de idade, mas tem de vida pública, com as páginas mais belas da vida de um político, as páginas das cores da bandeira do Brasil.

Estou aqui com o livro do Presidente Sarney: “Crônicas do Brasil Contemporâneo”. O Presidente Sarney imaginou que V. Ex^a poderia sucedê-lo como Presidente da República. Acabou perdendo o apoio do PMDB e acho que desde aí ele perdeu a cabeça e ficou tonto. Então, acho que V. Ex^a já está amadurecido para esse sonho. O Partido de V. Ex^a está falando em dois nomes, de Serra e Aécio, mas V. Ex^a é o terceiro nome, que se iguala ao dos dois primeiros. O Paraná, pelo que me consta, nunca deu um Presidente da República, não é?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E V. Ex^a tem a generosidade do povo do Piauí na alma.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu quero lhe dizer que eu, o Piauí e o Nordeste acreditamos em V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Essas coisas acontecem. A política, como disse José Maria Alckmin, é como a nuvem: muda. Está aí, configurando, mas pode surgir V. Ex^a. Eu sei e tenho acompanhado que a maioria do povo do Paraná o quer como Governador do Estado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a já o foi e eu acho que é. E feliz do país que tem disponível um nome como o de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Senador Mozarildo, o Senador Mão Santa, tão generoso que é, quando nos vê assim, nessa ressaça pós-carnaval, procura trazer um ânimo e procura aplacar o nosso desânimo, para que nós possamos ter entusiasmo. A política é, lamentavelmente, um cenário de incompreensões, de ingratidões...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a foi eleito Vereador em que ano? Em que ano?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E realmente uma palavra de estímulo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Em que ano V. Ex^a ganhou o primeiro mandato?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em 1969 eu fui Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Em 1969. Então já passou. Eu acho que V. Ex^a está no banco de reserva e que, de uma hora para outra, o grande técnico Fernando Henrique Cardoso pode escalá-lo como candidato.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Venho à tribuna hoje sem o constrangimento de repetir aquilo que já dissemos inúmeras vezes, porque trago o testemunho insuspeito de um jornalista que, na *Folha de S. Paulo*, abordou com muita competência essa questão.

Eu me refiro à mistificação constante dos dados oficiais, especialmente pelo Presidente da República e também pelos seus coadjuvantes. O jornalista Gustavo Patu, da *Folha de S. Paulo*, sintetiza, com muita propriedade, a tendência à mistificação. Ele diz:

[...] combinação de preferência ideológica e conveniência eleitoral, todas as realizações reais e imaginárias citadas nos palanques [...] convergem para a apologia do papel do Estado e do gasto público, numa estratégia já empregada com sucesso no pleito de quatro anos atrás. Na época, o neoliberalismo, embora adotado com convicção pela primeira equipe econômica petista, foi o vilão escolhido.

Essa é a conclusão do jornalista, que foi muito feliz na abordagem, porque aprofundou os estudos e foi buscar os números da realidade no que diz respeito a um dos últimos pronunciamentos do Presidente Lula, que afirmou que, como torneiro mecânico, foi o Presidente que mais fez universidades no País. Fazer universidade! Como se faz uma universidade, Senador Mozarildo? Mas o Presidente Lula fez universidades. Essa afirmação é emblemática e demonstra o uso recorrente de números de consistência duvidosa.

Das 13 universidades contabilizadas como novas pelo Presidente da República, nove são mero resultado de fusão, desmembramento ou ampliação de instituições federais de ensino superior inauguradas anteriormente.

Aí está a mistificação, a manipulação das informações, a tentativa de convencer de forma desonesta, de angariar popularidade de forma desrespeitosa, usando a mentira como arma poderosa.

Aliás, em discussões na Comissão de Educação, aqui, no Senado Federal, quando se aprovam projetos criando novas universidades, sempre lembro, Senador Mão Santa, que não devemos gerar falsa expectativa. O Presidente da República gera falsa expectativa quando anuncia novas universidades. Elas são criadas no papel, não são instaladas. São anunciadas, mas não são efetivadas, e é evidente que isso vai significando um legado, uma herança que ficará para o próximo Governo. Anuncia-se a criação de uma universidade em determinado Estado. Não há tempo. O Presidente Lula já anunciou várias que não aconteceram. Obviamente isso vai ficar para o próximo Governo. A pressão se fará sobre o próximo Governo. O atual não quer saber se existirão recursos suficientes para instalação de todas as universidades anunciadas, mas a população terá o direito de exigir.

A Ministra Dilma afirmou, no mesmo evento, na presença do Presidente da República, que “até 2003 tinham sido construídas no Brasil 140 escolas técnicas profissionalizantes, e só no Governo Lula já haviam sido feitas 40”. Os números exibidos pela Ministra estão inflados! Até 2009, houve a construção de pouco mais da metade do anunciado.

Portanto, temos de denunciar essa falta de respeito com a população. É um ano eleitoral, e nós temos de encontrar, nas janelas das mentiras, algumas verdades – pelo menos algumas verdades.

O Presidente se vangloriou, afirmando o seguinte: “Nos últimos anos, se juntar tudo o que os outros Presidentes da República investiram em saneamento básico, não chega à metade do que nós estamos investindo hoje”.

Ora, os gastos efetivos com saneamento são muito inferiores aos valores orçados e ainda não superaram o patamar de 0,23% do PIB, atingido em 2001.

Portanto, os números verdadeiros mostram que o que se realizou no Governo Lula não supera os índices apresentados em 2001.

Mas o Presidente diz tranquilamente que, nos últimos anos, se juntarmos todos os Presidentes da República, não investiram o que ele investiu em saneamento básico.

Senador Mozarildo, muitas pessoas me dizem: “Olha, você critica demais”. Mas eu acho que há pouca gente criticando. É por isso que há reincidência na mentira, porque nós não temos, em número suficiente, aqueles que podem estabelecer o contraditório. Até me surpreende ver pessoas me pedindo que não critique. Ora, infeliz do país sem críticos, responsáveis sobretudo! Infeliz da nação sem oposição, porque será a consagração do despotismo! Nós não podemos ter leitores de um livro só. É evidente que a repetição da mentira... A mentira muitas vezes repetida vai se transformando em verdade. Isso já é histórico, não há nenhuma novidade nisso. Há apenas a repetição do fato.

O Brasil possui, aproximadamente, 100 milhões de pessoas sem acesso a esgoto e 45 milhões sem água nas torneiras de casa. Mas essas pessoas são obrigadas a ouvir do Presidente da República que, nestes anos, ele investiu mais do que todos os outros Presidentes da República no País.

O Programa Minha Casa, Minha Vida foi lançado com o objetivo de construir um milhão de casas para as famílias com renda de zero a dez salários mínimos. Esse foi o anúncio bombástico. Lembro-me bem da festa que se fez para que esse anúncio alcançasse a maioria dos brasileiros rapidamente. Gerou uma expectativa enorme. Em todos o País, as famílias sem moradia ressuscitaram as suas esperanças: “Agora vamos conseguir a casa própria”.

Pois bem, até agora, o Governo está muito distante dessa meta. Foram fechados, até 24 de dezembro, contratos para viabilizar a entrega de 247.950 unidades. Contratos. Apesar de mais de 90% do déficit habitacional do País estar nas famílias com renda mensal de até três salários mínimos, o programa ainda está focado na população com renda acima desse valor, segundo o balanço do programa feito pelo Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica Federal até 24 de dezembro passado.

Portanto, o Programa Minha Casa, Minha Vida não atende às expectativas exatamente da população que mais necessita do apoio do Governo para conquistar a realização do sonho de ter moradia própria.

Outro assunto – este é o mais impressionante, Senador Mão Santa; eu o tenho abordado até exageradamente: o PAC.

Em 29 de janeiro passado, o Presidente Lula declarou: “Lançamos o PAC, o maior conjunto de obras simultâneas nas áreas de infraestrutura e logística da história do País, no qual já foram investidos R\$213 bilhões”.

Ocorre que menos de 10% dessa cifra diz respeito ao Tesouro Nacional, e a taxa de investimento caiu em 2009 para patamares inferiores aos de 2007.

O Presidente inclui nesse valor, por exemplo, obras da Petrobras.

Na verdade, o Brasil está devendo muito em matéria de investimentos em obras de infraestrutura. Avalia-se que seriam necessários, para atender as perspectivas de crescimento econômico do Brasil, investimentos da ordem de US\$30 bilhões anuais em obras de infraestrutura. E o que se vê é que o atual Governo, em determinado ano, investiu R\$6 bilhões; no outro, chegou próximo de R\$10 bilhões, ficando, portanto, muito distante das metas que são exigidas para preparar o País para um crescimento econômico sem um apagão logístico de consequências inimagináveis. Se o Brasil estivesse crescendo como cresceram os outros países emergentes no período de crescimento econômico mundial, nós estaríamos já, certamente, vivendo as consequências do apagão logístico, porque não investimos o necessário em obras de infraestrutura.

Eu acho que nós temos o dever de colocar essas questões, Senador Mozarildo. Este é um ano eleitoral, os candidatos já estão por aí, pelo País afora, até nos blocos carnavalescos. Os candidatos estão com visibilidade, e nós temos de colocar na mesa do debate essas questões, que são essenciais para o futuro do Brasil.

Nós não podemos ficar só ouvindo, e as pessoas não podem prever quem estabelece o contraditório. Afinal, estamos no regime democrático. Este é o Parlamento brasileiro, é a nossa única tribuna, nós não temos outros espaços para uma comunicação de maior abrangência para nos confrontarmos com as mensagens oficiais transmitidas pelo Governo através da propaganda institucionalizada, através da publicidade direta e indireta, subliminar, especialmente a publicidade subliminar, que é devastadora, porque faz com que milhões de pessoas assimilem realidades plantadas como se fossem verdades, ficções como se fossem realidade, sem se aperceberem de que estão assimilando o produto que lhes é oferecido por essa propaganda – uma forma de passar a ideia de que estamos no paraíso, de que o paraíso tem de continuar, e de que, para que isso possa acontecer, é preciso eleger alguém que seja da indicação do Presidente da República.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a expôs um assunto em seu pronunciamento que, até certo ponto, constrange muita gente. Existem amigos da gente que, por exemplo, não votam no Lula, não votaram nele, nem vão votar na candidata dele, mas dizem: “Não fique falando do

Lula porque ele tem uma popularidade enorme”. Aliás, falar mal, não. O Presidente Lula acha que toda crítica construtiva significa falar mal dele, quem não concorda com ele está falando mal dele. Infelizmente, esse é o pensamento dele. Mas eu, por exemplo, sinto-me muito à vontade, porque, em 2006, quando fui reeleito Senador, o povo de Roraima votou contra o Presidente Lula no primeiro e no segundo turnos – acho que foi o único Estado da Federação em que Lula perdeu no primeiro e no segundo turnos. Portanto, não estou contrariando os eleitores que votaram em mim, até porque fizemos uma campanha contra o Presidente Lula em razão da postura dele em relação a Roraima. Mas, olhando para o geral – e V. Ex^a faz uma abordagem muito boa da questão –, estamos diante de uma situação de manipulação permanente de dados e de propagandas tão enorme, que essa popularidade realmente não pode cair. Como resistir a esses dados falsos colocados por órgãos do Governo, pela Petrobras e até por empresas privadas?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Inclusive multinacionais.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Pois é. Então, é lamentável que a gente assista a isso. Ouvi, um dia desses, um jornalista dizer que estamos vivendo uma “manipuladura”, uma ditadura da manipulação. Também há poucos dias, assisti a um programa na Globo News sobre o Chacrinha. Verifiquei, então, que o Presidente Lula é um discípulo do Chacrinha.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É um animador de auditório.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Ele não veio para explicar, ele veio para confundir – não vou nem dizer para mentir, mas para confundir. E é aquela história: comunica-se muito bem. Então, como dizia o Chacrinha, “quem não se comunica, se trumbica”. Eu lamento é que ele ache que essa maioria que ele tem nas pesquisas permite a ele fazer e dizer o que ele entende, esquecendo-se até de que majorias, ao longo da história, levaram ditadores ao comando de muitos países importantes, como a Alemanha, a Itália, a Rússia e outros. A propósito, há um exemplo bíblico nesse sentido: a maioria esmagadora, a unanimidade praticamente, escolheu que Jesus fosse para a cruz e que Barrabás fosse absolvido. Então, é preciso que o Presidente Lula – lógico, como V. Ex^a colocou, tem ressalvas de um trabalho bom – não se julgue colega de Deus, ou até, o que é pior, professor de Deus, e ache que ninguém pode analisar sequer o governo que ele faz e, muito menos, as distorções que ele apresenta para a população.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

A grandeza da democracia está no fato de que nós podemos discordar. Obviamente, eu creio que é muito mais importante discordar de quem tem alta popularidade do que de quem está no chão – é por isso que dizem, popularmente, que não se chuta cachorro morto. É evidente que nós não teríamos a mesma autoridade para formular críticas se não as estivéssemos formulando exatamente na direção de quem ostenta elevados índices de popularidade.

Imagino que isso valoriza a atuação de oposição no País, porque ela é absolutamente imprescindível. Entendemos que a lição de Santo Agostinho cai muito bem nesta hora no Brasil: “Eu prefiro aqueles que me criticam, porque me corrigem, àqueles que me bajulam, porque me corrompem”. Eu prefiro esse ensinamento de Santo Agostinho.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o brilhante pronunciamento do Senador Alvaro Dias.

E o importante, Alvaro Dias, é que tenho recebido muitos *e-mails* que traduzem o seu engrandecimento político. Eles se referem, Mozarildo, ao Senador AD. Eu fiquei perplexo, mas depois é que fui entender, Alvaro Dias: V. Ex^a já está como JK e ACM. Eu recebo *e-mails* fazendo referências ao Senador AD. Só depois é que fui entender que é Alvaro Dias, quer dizer, V. Ex^a.

Mas o que temos a dizer cai muito bem para o Presidente Luiz Inácio fazer uma reflexão, assim como seu Líder aqui, Antonio Carlos Valadares. Neste País, 74% dos brasileiros não têm um livro, sequer um livro. Quer dizer, a concentração de riquezas aqui é grande, mas a concentração de saber é muito maior, somos uma elite privilegiada; 74%, Pedro Simon, não têm um livro; 90% das cidades brasileiras não têm uma livraria.

Um quadro vale por dez mil palavras.

Vamos olhar o número de cidades que floresceram, de 1994 a 2002, no período de Fernando Henrique Cardoso. Só no Piauí, Mozarildo, tive o privilégio de criar, com o apoio do Governo Federal, 78 novas cidades, transformar povoados em cidades.

Então, atentai bem, Mozarildo, um quadro vale por dez mil palavras. Só eu aqui, Deus me permitiu, apoiado pelo Governo Federal, criamos, no Piauí, 78 novas cidades. Peguei o Estado com 145 cidades, Pedro Simon, e o entreguei com 224.

Então, atentai bem! Esse reflexo foi no País todo. E no Governo do Luiz Inácio, sabe quantas cidades foram criadas? Eles não aprovam tudo por medida provisória? V. Ex^a, com sua visão de estadista, estava clamando, sobre a criação de Estado, provando que o mundo civilizado, os países desenvolvidos, quantos Estados existem. Aí estão os Estados Unidos que, di-

vidido geograficamente, parecem uns azulejos, você olhando seu mapa. Eles têm mais de 50 Estados. Os Estados Unidos, em uma área geográfica mais ou menos como a nossa.

Pois, Presidente Luiz Inácio, os aloprados estão a lhe enganar.

Pedro Simon, nos sete anos, quase oito de Luiz Inácio, só foram criados, tinham 5.560 municípios, quatro. Isso é muito importante, Pedro Simon, eu criei. Transformar povoados em cidades. Você pega o homem do campo, além do que se vê, estradas, avenidas, praça para se namorar, mercado para comercializar, hospitais para dar saúde, escolas para educar, cadeia. O essencial é invisível aos olhos. Quem vê bem vê com coração. Foi transformar homens do campo em líderes, vereadores, vice-prefeitos, prefeitos. Eu tenho exemplo, dois do Piauí. Das cidades filha, Jatobá, hoje aquele prefeitinho lá do povoado de Jatobá é prefeito de Campo Maior, a da Batalha do Jenipapo. Nós temos a Janaína, prefeito de Joca Marques, pequenininha, povoado, prefeito da cidade mãe, Luzilândia.

Então, o essencial é invisível. Foi a oportunidade de aparecer novos líderes para contribuir com a grandeza deste País.

Então, Pedro Simon, o governo Luiz Inácio só criou quatro municípios no Brasil e nenhum novo Estado. Estão mofando projetos, como o de Mozarildo Cavalcanti, que daria uma grandeza a este País.

Agora, como último orador, chamamos Pedro Simon, que atende a verdade que está na Sagrada Escritura: os últimos serão os primeiros.

Permita-me ler aqui, a nossa Secretária Executiva traz o Expediente, antes que V. Ex^a chegue à tribuna e as atenções do povo, não do Rio Grande do Sul, de Caxias do Sul que comemora a Festa da Uva, o Brasil todo, que o tem como Cícero.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica as Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que o período do Expediente da sessão do dia 23 de fevereiro será destinado a reverenciar a memória da Dr^a Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança, bem como da Pastoral da Pessoa Idosa; do Dr. Luiz Carlos Costa, representante especial adjunto da Organização das Nações Unidas no Haiti; e dos Militares brasileiros integrantes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), vitimados pelo terremoto acontecido em 12 de janeiro de 2010, naquele País, nos termos do art. 158 combinado com o art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, conforme solicitação constante do Requerimento nº 65, de 2010, subscrito por diversos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras.

A Presidência informa que se encontram abertas as inscrições para a referida homenagem.

Passo às mãos da nossa Secretária Cláudia Lyra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na linha do meu pronunciamento de ontem eu reafirmo que o Brasil está vivendo, quem sabe, um dos mais importantes momentos da sua história política. Muita gente ainda não se deu conta dos fatos registrados pela imprensa e que culminaram com a prisão de um Governador, o Governador de Brasília. Mas, com certeza, todos nós vamos sentir uma mudança radical no modo de fazer política, daqui para o futuro. Não digo, tão somente, para os governantes de agora, mas para todos aqueles que terão seus nomes submetidos ao crivo dos eleitores, na próxima eleição.

Nós já vivemos momento semelhante, no início da última década. O país saía de um tempo de escuridão e de medo. O povo ocupou as ruas, pediu eleições diretas, elegeu o seu presidente e, menos de dois anos depois, exigiu a sua cassação. Parecia que, a partir dali, haveria uma profunda depuração em todos desvios do dinheiro público.

Que, pelo menos no Poder Executivo, seria inaugurada outra conduta; agora orientada pelos puros princípios da ética e da dignidade. O *impeachment* foi, sem dúvida, um grito da população, cansada dos desvios do dinheiro público que, ela mesma, sente que falta na fila dos hospitais e na escuridão do analfabetismo.

Aquela CPI, Presidente, no início da década passada, na qual tive participação significativa, nada mais foi do que o eco desse mesmo grito das ruas. Os caras-pintadas derrubaram as paredes dos conchavos e exigiram ética na política.

Logo depois, veio a CPI do Orçamento. O Congresso “cortou na própria carne”, como se dizia, à época. Foram cassados dez parlamentares, pelo Congresso, todos eles pilhados em desvios de recursos do Orçamento da União. É verdade que foi feita uma injustiça com o companheiro Ibsen Pinheiro, por exemplo. Os mesmos recursos, portanto, que seriam utilizados nos hospitais, nas escolas, na segurança pública, no incentivo à atividade produtiva, geradoras de emprego e de renda.

Mais uma vez, a população demonstrou a esperança de que algo de novo, muito diferente e muito melhor, estaria acontecendo, a partir de então, no trato do dinheiro público.

A realidade cuidou de demonstrar, depois, que o tempo nem sempre é o senhor da razão.

Os desvios se multiplicaram, tanto no Executivo como no Legislativo. A corrupção tomou novas formas, municadas por antídotos às investigações que cassaram um presidente e diversos parlamentares.

As Comissões Parlamentares de Inquérito, as CPIs, hoje tornaram-se verdadeiros cartórios de expedição de atestados de idoneidade indevidos, ou em palcos para disputar políticas locais. Muitas vezes, chegou-se à conclusão de que teria sido melhor não haver a CPI, do que uma investigação mal conduzida, ou direcionada para nada encontrar, embora os finais evidentes de desvios de conduta.

O Executivo ergueu outros muros. Outros conchavos, agora com outros nomes como, por exemplo, “recursos não contabilizados de campanha”, mas que, na verdade, mais serviram para montagem de “maiorias” (entre aspas), sob a pecha da tal da governabilidade. Pela governabilidade, valia tudo: os conchavos, arregos, as compras de políticos, de votos e tudo mais.

A lei passou a depender muito mais da liberação de emendas e do preenchimento de cargos e não da consciência do legislador, que deveria, sempre, ser moldada pelo interesse coletivo, e não individuais, de grupos ou de empresas. Por que, então, essa esperança minha, hoje, de que a população pode acreditar em um tempo de mudança de postura política acostuada à falta de ética no trato de recursos públicos, tão necessários e, aparentemente, tão escassos?

É que, desta vez, meus irmãos, as iniciativas estão partindo diretamente da instituição mais importante para cobrir a verdadeira causa da corrupção no Brasil.

Lá, no Poder Judiciário, está havendo um importante debate. Antes, mesmo que como arremedos, as punições se centravam muito mais nas consequências da corrupção e não nas causas. Assim, as formas de desvio de recursos apenas se alteravam e dependiam, unicamente, da criatividade dos seus autores. A mídia nunca exerceu o seu papel fundamental de olhos da população no Poder Judiciário, pelo menos tanto quanto o faz, e com a veemência, no Poder Executivo e, principalmente, no Congresso.

O Judiciário sempre foi uma instituição que se escondia sob becas. E que se movia muito mais rapidamente quando o advogado era o mais bem pago. Advogados não raramente também remunerados através de recursos escusos.

A imprensa nunca cuidou, como devido, do Poder Judiciário. Submeteu-se ao crivo dos pedidos de audiência. Muito diferente do Legislativo, onde parlamentar e repórter convivem em corredores e gabinetes. Talvez também porque, pela própria característica

do mandato, o parlamentar tenha que ser mais ávido por holofotes.

Acho que são esses mesmos holofotes que lançaram luz além das paredes do Judiciário. No princípio, parecia que esse ou aquele Ministro, esse ou aquele juiz, também mais ávido por protagonismos, sensíveis à presença de microfones, pareciam vulgarizar a liturgia de seus respectivos cargos. Parece que o efeito foi, ao contrário do que se poderia imaginar, benéfico. Abriu um flanco para a entrada do “olho do cidadão”, a presença da imprensa.

Eu acho que essa pode ser a grande mudança de rumos na política brasileira neste momento da nossa história: o grito das ruas também fazer eco além das paredes do Judiciário.

Nos gabinetes de quem tem, como função constitucional, que fazer cumprir as leis. A instituição, enfim, que pode efetivamente acabar com a impunidade, a causa maior da corrupção.

É claro que eu sei, Sr. Presidente: o Judiciário somente, não! Esta Casa precisa muito mudar as leis, o processo, diminuir o número extraordinário de recursos e mais recursos, pelo que um caso não anda e não termina nunca. Claro que esta Casa tem de agir. Mas lá do Judiciário é que deve vir a força propulsora que nos leve a caminhar atrás.

É por isso que eu acredito na mudança de rumos na política brasileira, a partir de agora: diferente de antes, estamos tratando da causa da corrupção, e não unicamente dos seus efeitos.

Todas as CPIs do Congresso Nacional, quando o assunto é corrupção, pecaram por não contemplar as duas faces de uma mesma moeda: de um lado, o corrupto; do outro, o corruptor. Aliás, acho até que se trata de uma moeda de uma só face. Mas sempre se cuidou, ainda que sem a abrangência necessária, do corrupto. Investigar o corruptor sempre foi um assunto proibido.

Eu mesmo apresentei – e como insisti – número suficiente de assinaturas necessárias para o pedido de instalação da CPI dos corruptores.

Exerci o meu direito enquanto minoria. Mas a maioria não permitiu que ela fosse instalada. Apesar de ter número, o Presidente Fernando Henrique, a liderança no Congresso Nacional e as presidências não deixaram que ela fosse instalada. A mesma maioria que se encastela nas liberações de emendas do Orçamento e no preenchimento de cargos públicos, a mesma maioria que se esconde no discurso, talvez prática da tal “governabilidade”. Uma governabilidade que, segundo o Presidente da República, Presidente Mão Santa, faria com que “Cristo tivesse que fazer acordo com Judas” para poder governar.

De repente, um Judiciário que parecia querer trocar “Vossa Excelência” por “Vossa Santidade” expõe ao público, através da imprensa, que quer estar mais próximo das ruas, para que possa também fazer eco. O “Olimpo”, que parecia só lançar raios fulminantes para muitos e libertários para poucos, parece que desceu os primeiros degraus que podem, enfim, levá-lo ao encontro da sociedade.

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Cavalcante, percebeu muito bem essa mudança. Para ele, “há um pacto contra a impunidade dentro do Poder Judiciário”. Repito: “Há um pacto contra a impunidade dentro do Poder Judiciário”.

Em princípio, essa afirmação que repito ser correta do Presidente da OAB não deveria passar de mera redundância. Ora, seria necessário um pacto para que o Poder, que tem como princípio constitucional fazer cumprir a lei, coloque-se contra a impunidade? Essa já não deveria ser a norma de conduta natural de quem faz cumprir as leis? – pergunto eu. Ou impunidade não é sinônimo de descumprimento legal?

Vou ao Aurélio Buarque de Holanda. “Impune é aquele que escapa ou escapou à punição.”

De toda forma, bem-vindo o pacto do Judiciário contra a impunidade. Bem-vindo no “fazer cumprir” as leis. E que elas não sejam cumpridas apenas por aqueles que não têm condições de “escapar à punição”, porque não têm condições de encontrar um advogado de grife.

Mas o Presidente da OAB vai além quando trata da prisão, pela primeira vez, de um Governador: “Espero que seja um marco na luta contra a corrupção no Brasil. Precisávamos de uma atitude firme e corajosa do Superior Tribunal de Justiça, como precisamos de outros tribunais, porque o Judiciário, neste momento, é o grande aliado da sociedade brasileira na luta contra a corrupção”, continua o Presidente da OAB nacional.

Mais que aliado, eu diria. Na verdade, o responsável. Responsabilidade não só pelo que tem que fazer constitucionalmente, mas pelo que vai acontecer nesta mesma sociedade quando se souber que ninguém ficará impune se praticar atos lesivos à população. Imagine o dia em que a sociedade souber que ninguém ficará impune se praticar ato lesivo à população.

“Que os processos não tenham capa, mas conteúdo.” Reparem que frase emocionante. Disse o Ministro Marco Aurélio: “Que os processos não tenham capa, mas conteúdo.” E continua o Ministro Marco Aurélio, chamando o preso de “paciente”.

E continua o Presidente da OAB: “Precisamos priorizar cada vez mais o julgamento de processos que envolvam atos de corrupção em qualquer esfera de poder. A minha expectativa é que o Judiciário inau-

gure um novo tempo nessa relação com a sociedade, ampliando a confiabilidade e assumindo o compromisso de se unir no sentido de combater à corrupção”. Disse o Presidente da OAB, feliz na sua manifestação.

Concordo plenamente com a ideia do Dr. Ophir Cavalcante. Aliás, essa é uma tese que eu, como muitos, vimos defendendo desde muito tempo: processos contra quem tem o dever de cuidar dos recursos públicos têm que ser priorizados; e não ficar na gaveta da imprensa ou do delegado ou do promotor ou do juiz ou do tribunal.

A dor na fila do hospital não espera. A minha tese é a de que ninguém possa tomar posse em cargo público com pendência no Judiciário; ninguém pode tomar posse em cargo público com pendência no Judiciário. Não estou antecipando, *a priori*, possíveis condenações, apenas defendo a ideia da necessidade de priorizar julgamento de quem se propõe a manusear recursos que são de todos, principalmente de quem sofre a dor nas filas dos hospitais.

Priorizar, Sr. Presidente! Prioridade! Quem é candidato e está sendo processado, que seja julgado! Que saia do último lugar da fila do arquivo do juiz ou do promotor ou do delegado ou do juiz ou do tribunal. Tem de ser julgado até a eleição. E, se por acaso não forem julgados até a eleição, aqueles que se elegeram têm de ser julgados até a posse.

Segue o Presidente da OAB:

Quero crer que a própria sociedade e o Conselho Nacional de Justiça apontam nesse sentido. Precisamos avançar muito, há muito que corrigir, mas a gente vê uma luz no fim do túnel. Gostaríamos que toda a magistratura brasileira entrasse nessa cruzada contra a corrupção, dando celeridade a processos que são importantes, para mostrarmos a verdadeira face da sociedade brasileira, uma sociedade do bem.

Digo eu, Presidente, na mesma trilha do Dr. Ophir, que a instalação do Conselho Nacional de Justiça foi um passo importante nessa mudança de postura do Judiciário. Criou uma instância de controle interno, de acelerador e freios. Mas ainda é insuficiente. Trata-se de uma criação de dentro para fora. É preciso que a sociedade participe mais ativamente nos rumos do Judiciário. Quem sabe com a criação de conselhos locais ou regionais, compostos de entidades representativas da população.

Já levantei, em outra oportunidade, essa mesma tese. Voltarei a ela em breve, porque o momento me parece mais propício para discutir essa questão. Até que a minha ideia frutifique, e assim espero, a imprensa deverá continuar exercendo esse papel fundamental de dar transparência aos atos de quem tem o dever de fazer cumprir as leis e

principalmente no sentido de que a justiça tem que ser igual para todos, sem qualquer tipo de discriminação.

Mas o Presidente da OAB levanta uma tese que julgo da maior relevância: a de que “o Estado tem que ser competente na cobrança do dinheiro público desviado”.

Os números sobre os desvios do dinheiro público, no Brasil e no mundo, são muito diferentes, dependendo dos métodos de cálculo. Métodos quase sempre subjetivos, obviamente porque a corrupção nem sempre deixa rastros estatísticos.

Sabe-se, entretanto, que, no planeta, a corrupção visita a casa dos trilhões. No Brasil, a casa dos bilhões. Dinheiro suficiente para que não tenhamos, nunca mais, a tal dor da fila dos hospitais. Nem a escuridão do analfabetismo. Nem a insegurança que nos lança, diariamente, numa espécie de guerra civil não declarada.

Eu fico imaginando se conseguíssemos recuperar pelo menos uma parte significativa desses recursos, que são de todos nós. Teríamos muito menos fome – talvez, sequer tivéssemos fome – e teríamos quase nenhuma miséria. É bom lembrar que, no planeta, a cada quatro segundos, um ser humano é varrido da vida, pelas ondas mortíferas da fome. De todas essas vítimas, seis milhões são crianças, todos os anos!

No Brasil, há quem defenda a tese de que o Programa Fome Zero é um desperdício. Na maioria das vezes, são pessoas que nem ao menos se dão conta de que a fome brasileira seria efetivamente zero, se conseguíssemos de volta uma parte, percentualmente pequena, dos recursos que nos são roubados pela corrupção.

Acontece que o faminto e o corrupto não frequentam os mesmos lugares. Ou, quando o fazem, o faminto é expulso porque “infesta” o ambiente do corrupto. Constrangimentos de outra ordem, nunca como sinônimo de peso de consciência.

Que bom a OAB continuar se posicionando pela ética na política. A mesma OAB que esteve, muitas vezes, à frente das multidões, nas ruas, pela moralidade no tratamento dos recursos que são de todos.

No final da entrevista, Dr. Ophir Cavalcante é categórico:

Há de haver, sim, uma sanção penal para que essas pessoas sintam que a lei é igual para todos. Há de haver a penalidade em relação aos direitos políticos, que hoje é limitada. Há de haver uma punição para afastar essas pessoas que tanto mal fazem à política, à sociedade brasileira.

Que as palavras do Presidente da OAB também façam eco em todos os corredores, em todos os gabinetes. E que mudem corações e mentes.

Muitos passos já foram dados na luta contra a corrupção e sua maior causa: a impunidade. Mas é bom que se diga também que muitos desses mesmos passos, muitos passos iguais a esses não foram adiante. O combate à impunidade tem que ser, sempre, um caminho sem volta.

A corrupção e a impunidade nos lançam numa espécie de túnel escuro e cinzento. A nossa esperança agora, reforçada, é de que, mesmo lá no final, haverá uma luz.

Que bons, Sr. Presidente, os dias que estamos vivendo! Que bom esse debate a que estamos assistindo! Que não fique aqui, pelo amor de Deus, nem de leve, a imagem de que eu, um político de mais de 60 anos de luta, 55 anos de Parlamento, esteja aqui a olhar para o Judiciário – ele, o culpado; e nós, não.

É claro: é longa a culpa desta Casa. É longa a culpa do Congresso Nacional, por ação e por omissão, por muita omissão. Não há vontade, não há sentido, não há disposição, não avançam, não continuam as propostas que visam estabelecer normas que terminem com esse viés que leva para a corrupção. Esses processos andam, vão, vêm, são arquivados, morrem, e não acontece nada. Não há disposição. Não há disposição. Não há o sentido real e concreto de nós desejarmos fazer a nossa parte. Mas isso não tira de nós o direito de analisar o que acontece lá no Judiciário, porque eles também têm a tarefa deles, que agora estão fazendo, que agora estão começando a fazer.

E, por amor de Deus, o Executivo... Se olharmos para este Congresso, eu digo com a maior tranquilidade: neste Governo, no Governo passado, nos Governos anteriores, toda a corrupção feita neste Congresso, quando aparece o corrupto neste Congresso, o corruptor está lá no Executivo, vem de lá. Para serem executadas as emendas, o Parlamentar tem que beijar a mão do Executivo, tem que fazer o troca-troca, tem que vender a alma para que sua emenda seja executada e a obra seja feita no seu interesse.

Aquele loteamento de cargos que apareceu no Governo atual de Brasília, cada parlamentar com direito a oitenta representantes, cada partido com não sei quantos, aquilo não é um fato novo; aquilo aconteceu no Governo atual. Houve um momento de luta, em que, durante muito tempo, Petrobras era lugar para técnicos; não era lugar para políticos. Eletrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica não significavam cargos para serem retalhados politicamente. Houve uma luta muito grande. E o PMDB, o Presidente Sarney e o PT se aliaram e ganharam. Derrotaram a Ministra Dilma e transformaram a Petrobras, a Eletrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica em cargos políticos: uma

diretoria é do PCdoB, a outra é do PMDB, a outra é do PT, e assim por diante.

Não vamos deixar de reconhecer que a corrupção está lá no Executivo, está aqui no Congresso, mas o Judiciário tem de fazer a sua parte. Eu confio que comece a fazer, eu creio que comece a fazer.

Repito, Sr. Presidente: não é o que pensa o brasileiro, que o Brasil é um país corrupto; o Brasil é tão corrupto quanto a maioria dos outros países. A diferença é que, nos outros países, corrupto rico vai para a cadeia, corrupto político vai para a cadeia, corrupto importante vai para a cadeia. No Brasil, só ladrão de galinha vai para a cadeia.

Sinto que vivemos um momento em que podemos mudar isso. Sinto que há um instante em que isso pode acabar, ou pelo menos iniciar a fase que leve ao extermínio. Que bom se isso acontecer, Sr. Presidente!

Quanto a mim, sou muito sincero: se depender de mim, eu voto pela convocação de uma assembléia nacional exclusiva, com a missão exclusiva de fazer o capítulo da política, o capítulo dos direitos, o capítulo das punições, o capítulo dos partidos políticos, o capítulo da reforma partidária, o capítulo da reforma econômica. Que bom se nós tivéssemos uma Assembléia Nacional Constituinte só para fazer isso! Pessoas que fizessem isso com absoluta independência, pessoas escolhidas pelo povo, que, depois de publicada essa Constituição, iriam para a casa sem nenhuma outra missão. Durante um prazo de tempo de dez ou mais anos, não poderiam exercer mandato em nenhum congresso, nem exercer nenhum cargo executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era isso o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Essas foram as palavras do Senador Pedro Simon, mostrando sua grande indignação diante da corrupção e acreditando no fim da impunidade em nosso Brasil. Lembraria a Pedro Simon que isso é real. Segundo o Alcorão, quem rouba tem sua mão cortada. Está lá escrito. Milhares de religiosos aceitam essa pregação.

Convidamos agora para usar a palavra, como Líder, o Senador Aloizio Mercadante. S. Ex^a é Líder do Governo, do Partido dos Trabalhadores, e um dos maiores economistas da história deste País.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Senador Mão Santa, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, subo à tribuna para celebrar 30 anos da história do Partido dos Trabalhadores. Nós estamos realizando, a partir de amanhã, aqui em Brasília, o nosso IV Congresso. Foram muitos encontros nacionais, mas agora

teremos o IV Congresso Nacional do PT, com cerca de 1.400 delegados eleitos em todo o País.

Nós tivemos uma eleição direta para a nova direção. No PT, a direção é sempre eleita pelo voto direto, secreto, universal. Quinhentos mil militantes partidários participaram das eleições, tivemos várias chapas e essas chapas comporão a nova direção nacional, que toma posse a partir desse congresso.

Este é um congresso em que temos muitas coisas a celebrar desses 30 anos de história, que não foram fáceis. Lembro quando a gente fundou o Partido, eu estive presente lá no Colégio Sion, em São Paulo, em fevereiro de 1980. Nós éramos alguns sonhadores, principalmente alguns intelectuais de Esquerda que tinham sido perseguidos, exilados pela ditadura militar, uma geração de jovens que tinham lutado contra a ditadura, no movimento estudantil, por liberdade de expressão, anistia. Nós éramos uma parte importante das comunidades eclesiais de base e setores da pastoral popular de várias denominações religiosas que acreditavam naquele novo caminho que o PT representava. Nós éramos, sobretudo, sindicalistas que tinham tido um papel histórico muito importante a partir das grandes greves operárias no final dos anos setenta, onde algumas lideranças históricas, especialmente Lula, se apresentaram ao País questionando o regime militar, organizando os trabalhadores, lutando por condições de vida, por democracia. E a conjunção de todos esses elementos, dos movimentos sociais, dos movimentos populares, dos sindicalistas, daquela Esquerda que, na resistência e na clandestinidade, lutou contra a ditadura, de intelectuais como Florestan Fernandes, Paulo Freire e tantos outros que contribuíram, decididamente, para a construção deste projeto que agora nós celebramos 30 anos.

Não foram fáceis esses 30 anos: primeiro, derrotar a ditadura; depois, dizer que era importante um partido, numa época em que só havia dois partidos – oposição e situação –, construir novos programas, novos caminhos.

E o PT tinha uma idéia muito forte: que os trabalhadores tinham que ser sujeitos da sua história e que o Brasil, para poder ter distribuição de renda, inclusão social, para diminuir a concentração da renda, da riqueza, do poder, precisaria que os trabalhadores tivessem um papel protagonista na história do País. E essa era a mensagem fundamental que os sindicalistas traziam, especialmente a qualidade da liderança de Lula, que, já naquela época, era um talentoso líder sindical.

Nós fundamos o PT e eu me lembro de que, já em 1982, participei da coordenação da campanha do Presidente Lula para Governador de São Paulo. Ajudava a fazer o programa de governo, junto com Paulo Freire,

que dava aula comigo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, morava em um prediozinho atrás da universidade, um intelectual cujas palavras eram sempre quase que uma poesia e, lutando, educando o povo numa visão libertadora, criativa, nos ajudava nessa tarefa; Perseu Abramo, que era também um jornalista comprometido com as causas dos trabalhadores, com a luta pela transformação da sociedade; Ladislau Dowbor também fazia parte desse grupo; Paul Singer. Era um conjunto de intelectuais. Nós nos reuníamos para elaborar o programa de Governo. Sabíamos muito pouco do que era uma campanha eleitoral. Então, foi muito difícil. A nossa mensagem... Ainda era a Lei Falcão. Só se podia colocar o retrato e o currículo do candidato. Isso cerceava demais a discussão. Mas foi um aprendizado importante. Começamos ali a construir as primeiras sementes do Partido em São Paulo e no Brasil.

Em 1986, o Presidente Lula foi candidato a Deputado Federal. Participei da coordenação da campanha dele a Deputado Federal. Foi uma campanha muito bonita porque... Era difícil naquela época. O Plano Cruzado... O MDB tinha uma liderança, um apoio popular muito grande. Questionar aquele hegemonia – elegia a maioria dos Governadores, Deputados, Senadores – era muito difícil. Mas o Lula, ainda assim, foi o Deputado Federal mais votado no Brasil, com mais de 600 mil votos. Ele representava ali o novo. Ele representava a ruptura. Ele representava o movimento de transformação importante, de uma teimosia política relevante.

Veio depois, eu diria, para mim, o momento mais importante da história do Partido: a campanha de 1989. Em 1989, o Lula percorreu o Brasil. Fizemos um mergulho no coração do povo brasileiro. Uma experiência riquíssima de mobilização, de luta, de encantamento. A militância de Esquerda do País todo, os movimentos populares empunharam essa bandeira. Parecia uma campanha em que a imprensa sempre questionava, perguntava quem iríamos apoiar no segundo turno, mas o PT foi firme, convicto. Andei com o Presidente Lula o País inteiro. Era um momento difícil, de hiperinflação, de crise econômica, de tensionamento. Havia questionamento de toda ordem em relação ao que seria o eventual governo Lula. Fomos pela cidadania, fomos pelo movimento das ruas, fomos pela força da militância, fomos pelo apoio que os artistas, os intelectuais, o que havia de mobilizado e organizado na sociedade brasileira, nos deram.

Naquele segundo turno, na polarização com Collor de Mello, definitivamente, colocamos a imagem de uma nova mensagem no País, de um novo recado, de um novo processo, de um novo tempo.

Depois do *impeachment* de Collor, o Presidente Lula e nós retomamos as caravanas da cidadania, percorrendo o Brasil, lançando uma mensagem de esperança e vínhamos com grande expectativa na campanha de 1994, quando fui candidato a vice-presidente da República com ele. Fomos derrotados pela estabilidade econômica e pelo Real. Era muito forte no sentimento popular a presença da estabilidade econômica, o fim da inflação e os outros temas deixaram de ter a relevância que esse tema tinha majoritariamente, e nós perdemos as eleições em 1994 e 1998. Em 1998, já em circunstâncias diferentes. O projeto neoliberal, a idéia das privatizações, da âncora cambial, da sobrevalorização do câmbio, da deteriorização das contas externas e públicas, do aumento dos juros. Tudo isso já mostrava a sua fragilidade, já havia o questionamento desse modelo econômico, que ainda era dominante. A idéia do mercado, da globalização, do Estado mínimo. Era predominante o discurso neoliberal, e nós questionávamos o que era apresentado como o fim da história, principalmente depois da queda do Muro de Berlim.

Marcamos mais uma vez uma posição, posição que foi fundamental, porque viríamos a capitalizar esse sentimento na eleição de 2002; na eleição da esperança, na eleição onde nós buscávamos superar o medo; o medo da mudança, o medo do novo, o medo da transformação. Os nossos adversários usaram isso em 89, usaram em 94, usaram em 98, voltaram em 2002, dizendo que, se o Lula ganhasse a inflação voltaria, o País não iria crescer, que iríamos ficar isolados internacionalmente, que não teríamos mais condições de manter a estabilidade da economia.

E, hoje, nós temos o melhor da história do PT: que é o balanço do Governo Lula desses sete anos. Hoje, nós temos sete anos em que a inflação do governo Lula é menor do que no governo Fernando Henrique Cardoso. Sete anos em que a taxa de crescimento deste governo é mais do que o dobro dos vinte anos que nos antecederam.

Hoje, nós temos um governo que gerou 11.400 milhões de empregos e que enfrentou essa grave crise internacional, em que o País entrou tarde, saiu antes, saiu cedo, saiu melhor, com uma grande perspectiva de futuro. E, agora, em janeiro, hoje, saem os dados do Brasil, batendo o recorde histórico, no mês de janeiro, da criação de empregos na indústria e na economia.

Hoje, nós temos um País que tirou 21 milhões de pessoas da pobreza. Trinta por cento da população que vivia abaixo da linha da pobreza deixou essa condição no governo Lula. E a renda da metade mais pobre da população cresceu 32% a mais do que os 10% mais ricos do País. Nós tivemos um ritmo de crescimento

dos mais pobres, um ritmo chinês da renda, por causa do Bolsa Família, que protege 12.400 milhões de trabalhadores; por causa do salário mínimo que cresceu, em termos reais, 64%, por causa dos 11.400 milhões novos empregos; por causa do crédito consignado; por causa do Pronaf na agricultura familiar. Nós tínhamos um crédito, em 2002, de R\$2,5 bilhões. Esse ano de 2009, foram R\$15 bilhões para a economia popular na agricultura familiar.

Nós temos uma mudança importante no País, porque os programas de transferência de renda para os mais pobres chegam a R\$33 bilhões por ano, coisa a que jamais a história do Brasil assistiu. Não tivemos um governo que se dispusesse a transferir renda, a distribuir renda, a promover a inclusão social, a abrir oportunidades para a maioria do povo.

Este é o Governo que vai mostrar o que é o ProUni. São mais de 560 mil vagas já criadas. Terminaremos o Governo com mais de 720 mil vagas novas para alunos carentes terem uma bolsa de estudo e chance no ensino superior. Dobramos as vagas no ensino universitário. Este País tinha 140 escolas técnicas federais. O Governo Lula está criando mais 214 escolas técnicas federais, ensino profissionalizante, que é um ponto de estrangulamento, porque hoje falta mão de obra qualificada, faltam técnicos especializados em vários setores da economia. Portanto, hoje o Brasil tem crescimento, tem estabilidade, tem distribuição de renda, tem uma política de saúde, de educação que atende às necessidades fundamentais do povo e, sobretudo, tem um rumo, um caminho que o mundo reconhece e valoriza.

Por isso que o Presidente Lula é eleito personalidade do ano pelo *Le Monde*, na França; eleito personalidade do ano pelo *El País*, na Espanha; eleito estadista global depois de 40 anos do Fórum Econômico Mundial, com uma grande liderança. É o Presidente que o Presidente Obama diz: "Este é o cara". E o mundo inteiro hoje valoriza e respeita o Brasil. E o Brasil, hoje, tem uma perspectiva histórica diferente depois deste Governo.

Somos um país extremamente competitivo em energia, energia hidráulica, energia solar, energia eólica. A descoberta do pré-sal vai mudar a história econômica do Brasil. Vamos virar uma grande potência exportadora de petróleo, de derivados de petróleo, que é uma coisa ainda muito importante na matriz energética mundial. Terá que ser substituído, mas não será substituído tão cedo.

Somos hoje o líder em geração de energia renovável. Há aí a redução dos índices de desmatamento. O Brasil começa a se conformar também com uma potência ambiental, pelo peso que têm as nossas flo-

restas tropicais, pelo peso que têm os nossos recursos hídricos, pelo potencial que temos no setor de energia limpa. O Brasil tem como liderar esse movimento e começa a assumir essa posição mais protagonista na Conferência de Copenhague.

Portanto, um País que hoje combina estabilidade econômica, crescimento econômico, distribuição de renda, inclusão social e democracia, liberdade absoluta da imprensa para criticar o governo, quem quer que seja, separação e independência dos poderes, respeito ao Legislativo e ao Judiciário. Mesmo nos momentos mais difíceis, o Presidente não atacou o Congresso Nacional. Conviveu com as derrotas e com as dificuldades como deve ser um papel de um líder democrático.

Olhem o nosso entorno. Todos os Presidente disputando o terceiro mandato, conservadores, como a Colômbia, ou de Esquerda, como na Venezuela. Aqui não tem terceiro mandato; aqui não tem um mandato adicional, como aconteceu no Governo anterior; aqui tem democracia, alternância e pluralidade. E são esses valores, do País que têm estabilidade, do País que tem crescimento, do País que tem distribuição de renda, do País que tem democracia, do País que tem uma perspectiva ambiental nova, que fazem do Brasil ser hoje a referência internacional que é.

O respeito que nós temos em todos os fóruns relevantes, como fizemos agora em Copenhague ou como fizemos do G-20 nesta crise para buscar uma governabilidade democrática para essa conjuntura.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Já passo, Senador Suplicy.

Por isso, dei 30 anos da minha vida neste projeto. O balanço do PT, o balanço do Governo Lula é, de alguma forma, o balanço da minha vida. E quero dizer aqui que, com todas as dificuldades, com os graves erros que cometemos... o nosso Partido cometeu graves erros, como o foi a crise do chamado mensalão, na gestão da coisa pública. E não nos consola ter um “mensalão do PSDB”, em Minas, ou o “mensalão do Democratas” no Distrito Federal, ou os erros que os outros partidos cometeram, nós temos que ser rigorosos, temos que aprender com essas experiências e construir novas atitudes e novos padrões.

Mas crescemos também na adversidade e no erro; aprende-se com eles, para poder corrigir e seguir adiante. Mas o legado que o Governo Lula deixa para o Brasil, isso ninguém apagará da história do nosso Partido e da história da Nação brasileira. O mundo inteiro olha para o Brasil de uma forma diferente, e o povo olha também de uma forma diferente para o Governo. Porque, quando, na história do Brasil, um Presidente,

concluindo o seu mandato, tem 80% de apoio popular? Quando? Com toda a Oposição, com todos os setores conservadores nos atacando sistematicamente? Isso faz bem à democracia. Eles têm que criticar mesmo, e nós temos que apresentar resultados. Mas estão aí os resultados. Em que momento da história o País teve estabilidade, democracia, crescimento, distribuição de renda e protagonismo internacional como tem hoje no Governo Lula? Digam-me, em que momento da história recente do País? É por isso que temos 80% de apoio do povo e este grande reconhecimento internacional.

Por isso, quero dar parabéns ao nosso Partido, aos milhões de militantes que o construíram, àqueles que ajudaram a construir e não viveram para ver, àqueles que ajudaram a construir e fizeram outras opções, mas deixaram a sua marca neste momento importante da história do Brasil.

Senadora Marina.

A Sr^a Marina Silva (PV – AC) – Senador Aloizio Mercadante, só quero cumprimentar V. Ex^a e o Partido dos Trabalhadores, juntamente com sua direção por estes 30 anos, dos quais, somente há 5 meses, não me sinto parte. Portanto, o legado a que V. Ex^a se refere, de alguma forma, ainda que modestamente, lá, no meu Estado do Acre, na Amazônia, acho que tem um pouco da minha contribuição. E tenho dito o tempo todo que saí do Partido dos Trabalhadores em razão da visão que tenho, daquilo em que acredito e que defendo para o Brasil no que concerne ao desafio do desenvolvimento sustentável como sendo o desafio deste século, para o qual o Brasil talvez seja um dos Países que reúnem as melhores condições. Infelizmente, o Partido dos Trabalhadores, a exemplo de outros Partidos, não foi capaz de perceber o quanto este tema se constitui em novos desafios estratégicos do nosso País e, com certeza, na energia utópica que mobiliza milhões de jovens e pessoas comprometidas com a transformação do mundo e do Brasil. Minha saída foi em razão desta visão que tenho. Obviamente, nunca fiz nenhum discurso para satanizar o Partido dos Trabalhadores, mesmo reconhecendo – como reconhece agora V. Ex^a – que cometemos erros graves que devem ser investigados, devendo ser punidos aqueles que os praticaram. Mas sempre fiz questão de dizer que a grande maioria da militância, dos membros e dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores não merecia ser culpada pelos erros de alguns. Isso eu continuo dizendo, até porque me sinto parte deles. Lamentavelmente, acho que, neste momento, não se está tendo a percepção das conquistas que tivemos nestes últimos 25 anos, em relação à nossa democracia e à sua consolidação por meio das instituições e, nos últimos 16 anos, com ganhos importantes para a economia e a política social

– e V. Ex^a já ostentou aqui os números. Nós devemos integrar essas conquistas como parte da história do povo brasileiro e da grande contribuição que a sociedade brasileira foi capaz de dar, porque os resultados que agora são ostentados são fruto de um acordo social que talvez só o Presidente Lula seria capaz de fazer, por sua história, por sua trajetória, por seu compromisso com aqueles que nunca tiveram espaço para ver as suas demandas sendo colocadas no centro da agenda política do Brasil, que são os excluídos. Graças a esse esforço de 30 anos foi possível chegar ao governo e separar um pouco dos recursos que sempre foram para os que têm e direcioná-los para os que não têm. Ainda temos muitos desafios pela frente, mas essas conquistas históricas devem aqui ser reconhecidas. Integrar todas elas é parte do nosso compromisso histórico e de uma visão estratégica de País. Mas temos um futuro pela frente e não podemos engessar o Brasil numa disputa entre a contribuição do Governo do Presidente Lula e a contribuição do Governo do Presidente Fernando Henrique, ainda que tenhamos que reconhecer os avanços e os erros de cada um deles ou aquilo que não foram capazes de resolver. Eu não tenho uma visão que compara como se fossem a mesma coisa. Acho que conseguimos aprofundar contribuições importantes e relevantes no Governo do Presidente Lula, mas temos grandes desafios pela frente e são esses desafios que, no presente, têm que sinalizar para o futuro que nós queremos. Então, parabéns V. Ex^a pelo discurso que faz, pelas conquistas que ostenta, mas devo dizer que ainda temos muitas, uma delas inclusive no que concerne à visão de que meio ambiente e desenvolvimento são incompatíveis; temos que parar com essa história de que meio ambiente e desenvolvimento devem ser tratados em oposição. Não é verdade. São partes de uma mesma equação. O desafio é tanto desenvolver protegendo como proteger desenvolvendo. Fiquei muito feliz quando vi a República em Copenhague. E teria ficado muito triste, há quatro meses, antes de Copenhague, se tivesse prosperado a idéia de que o Brasil não ia assumir metas porque não tínhamos como assumi-las, porque ia prejudicar a indústria, ia prejudicar a agricultura e de que nós deveríamos continuar com o velho diapasão do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, sem querer assumir a responsabilidade diferenciada das metas que o Brasil poderia assumir. O Brasil, graças a uma mobilização da sociedade, assumiu metas e foi o País que conseguiu, de alguma forma, fazer a diferença em Copenhague. Fiquei feliz com a República inteira lá. Acho que, talvez, se não fosse a pressão da sociedade civil e alguns elementos da conjuntura, teríamos passado pelo vexame de continuar dando

ouvidos àqueles que defenderam que o Brasil não deveria assumir metas.

(Interrupção do som)

A Sr^a Marina Silva (PV – AC) – Ainda bem que mudou a posição brasileira. Acho que poderíamos ter tido um desempenho melhor em Copenhague se o Brasil tivesse protagonizado a idéia de uma contribuição para o fundo de apoio aos Países mais vulneráveis. O Presidente Lula, quando chegou, sinalizou que concordava com a idéia de que deveria aportar recursos para o fundo, mas a nossa representação já havia dito que o Brasil não iria contribuir, o que fez com que tivéssemos um desempenho aquém daquilo que poderíamos ter. E devo dizer a V. Ex^a que o Brasil ainda não tem o desempenho que pode ter nas energias renováveis, exceto em hidroeletricidade. Na parte de eólica, de solar, de biomassa, os investimentos ainda deixam muito a desejar. Mas, com certeza, V. Ex^a tem razão: o caminho é uma matriz energética limpa, segura e diversificada, para que o Brasil possa, de fato, fazer a diferença, promovendo inclusão social, melhorando a qualidade da educação, gerando emprego, mas preservando as bases naturais do seu desenvolvimento, porque ele já é uma potência ambiental pela própria natureza. Basta tão somente fazer jus à potência ambiental que é. A ciência já está pronta para dar as respostas. O que precisamos é do compromisso político e ético de colocar toda a nossa técnica a serviço de um novo caminho, ou pelo menos de uma nova maneira de caminhar, que é a do desenvolvimento sustentável. Parabéns pelos 30 anos do PT! Parabéns a V. Ex^a, que tem tido uma atitude construtiva nesta Casa no que concerne aos desafios da agenda do desenvolvimento sustentável. Vamos ter polêmicas aqui em relação ao pré-sal, vamos ter polêmicas aqui em relação à regulamentação do art. 23, em que um membro do Partido dos Trabalhadores apresentou emenda que subtrai a competência do Ibama para fiscalizar desmatamento.

(Interrupção do som)

A Sr^a Marina Silva (PV – AC) – A emenda é do nosso querido amigo Deputado Paulo Teixeira. Ele me disse que apresentou a emenda com o compromisso de o Presidente Lula vetá-la. Espero que não precisemos transferir a responsabilidade para o Presidente Lula de vetar uma emenda que tira do Ibama a competência de fiscalizar desmatamento, quando assumimos uma meta de redução de 80% do desmatamento, dentro da meta global que o Brasil assumiu.

Que nós, aqui, no Senado, possamos derrubar essa emenda nefasta, com a qual o Brasil não conseguirá assumir e atingir as metas com as quais se

comprometeu em Copenhague. Muito obrigada. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senadora Marina. E não poderia deixar de dizer, primeiro, que a história desses ...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ... trinta anos também é a sua história. Eu me lembro, desde o início desse processo, da sua militância, da sua presença nos encontros, dos seus primeiros mandatos lá no distante Acre. Lembro-me de, quando fui fazer a campanha, na primeira campanha para Jorge Viana, quando ele perdeu a eleição, em 1994 – depois eu voltei, em 1998 – aquela liderança jovem, que vinha de uma experiência de luta, talentosa, chegou a ser essa grande referência política nacional e internacional, que é a sua presença na vida pública. Toda a militância que você construiu, o aprendizado que teve no PT foi também uma contribuição que tem que ser reconhecida, valorizada e prestigiada.

Acho que muito do que você é como liderança histórica construiu junto com essa militância, tanto trazendo contribuições, quanto crescendo com ela.

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu pediria que V. Ex^a pudesse dar um tempo para a gente concluir com a mesma generosidade que teve para com o grande tribuno Pedro Simon.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Peço permissão para prorrogar por mais uma hora para atender a todos os que estão inscritos aqui na lista e a conclusão do brilhante pronunciamento de um dos mais brilhantes líderes que o PT apresentou ao Brasil nesse trinta anos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela generosidade, mas, seguramente, não mereço esses elogios, mas o nosso Partido merece.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a mereceu cinco, mas é minutos. A nota é dez para V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Está bem.

Eu queria dizer, portanto, Senadora Marina, que a sua contribuição foi muito importante na nossa história. Não só na nossa história, mas na história do nosso Governo. Estive aqui, por mais de seis anos, defendendo seus projetos para a área ambiental, a disputa no plenário em todas as áreas, em muitos momentos, na criação do Instituto Chico Mendes, na legislação em defesa do Código Florestal, na discussão da CTNBio,

em muitos momentos, precisávamos dar apoio às iniciativas, no projeto de gestão e manejo das florestas. Portanto, tínhamos orgulho dessa relação, desse seu trabalho e da contribuição que deu.

Acho que o Brasil teve em Copenhague um desempenho do tamanho que o Brasil e o Presidente Lula têm na política internacional hoje. Somos protagonistas, assumimos uma liderança, sem imposições, sem autoritarismo, de um país que quer parceria, de um país que sabe ouvir, de um país que sabe refletir.

E digo mais: acho que Copenhague reconheceu, a história reconhecerá, eu acho que teremos uma liderança histórica na agenda ambiental mundial, seja porque, na nossa meta ambiciosa – e o Brasil ajudou que os países emergentes saíssem daquela posição defensiva na discussão da redução de gases que alimentam o efeito estufa – mas, mais do que isso, temos o potencial de uma matriz energética limpa que raros países poderiam ter.

Temos como reduzir rapidamente a nossa emissão exatamente pelo combate ao desmatamento, no que sua gestão ajudou decisivamente e que teve continuidade na gestão do Ministro Minc.

Os últimos dados que temos são os melhores em termos dos últimos 21 anos. Evidente que era um cenário de crise. Isso talvez tenha alguma relevância, mas há um esforço, há um caminho, há uma tensão, há uma preocupação crescentes. O último leilão de energia eólica foi um sucesso estrondoso, mostrando que o Brasil, tanto na solar... No “Minha Casa, Minha Vida”, as casas todas hoje têm aquecimento solar. As coisas vão se desenvolvendo, vão se consolidando, e acho que a sua contribuição a esse debate, dentro do Governo e fora dele, junto ao País, é fundamental, construindo essa militância, essa trajetória bonita que só engrandeceu o nosso Partido e a vida pública do Senado e do País.

Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero solidarizar-me, prezado Senador Aloizio Mercadante, à homenagem que faz aos 30 anos do Partido dos Trabalhadores, sobretudo às vésperas da verdadeira consagração que teremos no próximo sábado pela manhã, quando será oficializada a candidatura da Ministra Dilma Rousseff à sucessão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. V. Ex^a sabe da amizade que tenho com a querida Senadora Marina Silva, que é também candidata e que foi, até cinco meses atrás, nossa companheira no Partido dos Trabalhadores. Avalio que a presença dela nessa disputa irá enriquecer extraordinariamente a sucessão presidencial, assim como também avalio, em se confirmando a decisão do Deputado Ciro Gomes, do PSB, de se candidatar de fato à Presidência, que

também enriquecerá sobremodo a disputa eleitoral. Eu, que estou vindo do Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, testemunhei o momento em que a Ministra Dilma Rousseff, pela manhã, dialogou com os delegados internacionais dos mais diversos partidos e países, sobretudo da América do Sul, mas também dos cinco continentes. Na parte da tarde, os Ministros Celso Amorim e Marco Aurélio Garcia expuseram as diretrizes de políticas internacionais do Brasil, nesse Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, e de como teremos um avanço muito significativo. Bem salienta V. Ex^a que o nosso Partido, na medida em que em 30 anos cometemos erros, como um todo, tem procurado saber como preveni-los, como corrigi-los. É muito importante a avaliação crítica que temos sempre realizado para não incidirmos nos erros que, muitas vezes, aconteceram ao longo de nossas vidas. É muito importante assinalar esses avanços que V. Ex^a tem ressaltado: como é que o Governo do Presidente Lula conseguiu compatibilizar o crescimento com desenvolvimento social e melhoria da distribuição da renda e da riqueza por meio dos inúmeros mecanismos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... já salientados por V. Ex^a (*Fora do Microfone.*). Eu gostaria de informar a V. Ex^a que, sobre esse aspecto, inclusive, acabo de recolher mais de 10% dos 1.350 delegados – mais de 145 assinaturas – para que ali, na parte referente às diretrizes para o Programa de Governo Dilma Rousseff 2010, tenhamos a consideração não apenas do aprimoramento permanente dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, mas a própria transição do Programa Bolsa Família para Renda Básica de Cidadania incondicional, como um direito de todos de participarem da riqueza da Nação, conforme previsto na Lei nº 10.853, de 2004, aprovada por todos os partidos, por V. Ex^a mesmo, e sancionada pelo Presidente Lula. Mas eu gostaria de ressaltar um aspecto que V. Ex^a mencionou e que difere o Presidente Lula e o nosso Partido em relação ao que acontece ali na Colômbia, ali na Venezuela. Avalio que o Presidente Lula foi sábio ao dizer a nós, Senadores do PT, aos nossos Parlamentares, Deputados Federais, algo que ele disse logo no início do segundo mandato, num jantar realizado na minha residência para todos nós, da Bancada do PT: “Eu não quero que vocês apresentem proposições no sentido de que eu possa ter uma terceira reeleição”. O Presidente Lula avaliou que isso era saudável para a democracia, que era importante que ele pudesse, na sua equipe, ter uma pessoa que agora, conforme todos sabemos ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... pudesse levar adiante (*Fora do Microfone.*), para quem ele pudesse passar o bastão, e de uma maneira muito saudável para a democracia, para a saúde da democracia brasileira. Portanto, quero parabenizá-lo por ressaltar esse ponto positivo do comportamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ali, Alvaro Uribe e Hugo Chávez estão sofrendo tensões pelo desejo de continuar quase que indefinidamente; aqui, o Presidente Lula, com mais de 80%, passa o bastão e diz ao povo brasileiro: “Gostaria que vocês agora examinassem as qualidades desta extraordinária Ministra que tanto colaborou com o meu Governo, a Ministra Dilma Rousseff”. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Suplicy, eu queria também dizer que essa história é sua. Lembro-me, ainda, de quando V. Ex^a era Deputado Estadual...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ... e nós fundamos o Partido. Você participou da fundação e, em todos esses 30 anos, ajudou, de forma muito especial, a construir a nossa trajetória.

Essa decisão de estadista do Presidente Lula, de convicção nas instituições democráticas, no pluralismo, na liberdade, na alternância de poder, engrandece o País, fortalece a história desta Nação e mostra que o prestígio que um Presidente alcança, com 80% de apoio do povo, não pode ser maior do que os valores democráticos permanentes que temos de ter.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a permite que eu participe do debate?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Lógico.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a é pelo debate qualificado. Realmente, V. Ex^a está fazendo um belo pronunciamento, como quase sempre são belos os seus pronunciamentos, mas V. Ex^a tem que reconhecer a grandeza histórica da cultura democrática do Brasil, que foi trazida aqui pelo nosso Rui Barbosa, brilhante como V. Ex^a.

A história conta-nos sobre Emily Crown, líder do parlamento inglês. V. Ex^a sabe mais do que eu. Quando o Rei Carlos I estava tonto porque estava sofrendo uma guerra e não tinha credibilidade para conseguir dinheiro para a Inglaterra vencer a guerra contra a Irlanda e a Escócia, foi buscar o Parlamento, que ele tinha fechado, e Emily Crown deu um grande ensinamento: “Consigo o dinheiro, abato, mas jamais na Inglaterra rei nenhum será acima da lei”. Foi esse espírito de nos curvamos diante da lei que Rui Barbosa trouxe para nós, com o nascedouro – e V. Ex^a sabe mais do que

eu – do regime, também parlamentar, bicameral, presidencialista nos Estados Unidos. A lei é tudo.

Então, o Presidente Luiz Inácio é um grande estadista, é o nosso Presidente, um querido Presidente, mas não ter eleição não foi dele, não! Fomos nós, nós da história, da cultura democrática, nós, aqui, que represento neste instante como Presidente do Senado. Jamais passaria isso aqui. Poderia passar na Câmara.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Mão Santa, é muito importante essa contribuição. A construção da democracia não é obra de um presidente. E também não é só dos Parlamentares que aqui estão. Acho que a construção da democracia no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –

Se V. Ex^a me permite, aprendo muito com V. Ex^a, mas não poderíamos esquecer Juscelino Kubitschek. Ele tinha essa popularidade, essa eleição. Propuseram a ele até o segundo mandato...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– E ele não embarcou.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –

Não. Entregou. Até um adversário...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Foi um período...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –

Até um adversário, não é? V. Ex^a sabe a ameaça, e até ele poderia não se controlar no discurso de Jânio Quadros. V. Ex^a sabe mais história do que eu.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– E Juscelino...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –

Também deu exemplo...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Deu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –

Ele não aceitou fugir da Constituição.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Foi um período de forte crescimento da economia, um período de democracia, as tentativas de golpe de Estado não prosperaram. Juscelino teve a grandeza, inclusive, de anistiar aqueles que tentaram derrubá-lo do governo e, assim, pacificar o País. Ele foi, realmente, um exemplo importante e uma referência histórica na construção do que somos como sociedade.

No entanto, Getúlio foi acuado no Palácio do Catete por uma tentativa golpista. Quando ele se mata – “saio da vida para entrar na história” – e deixa a carta-testamento... Com o Estado Novo, ele impôs uma ditadura ao Brasil, de 1937 a 1945, mas ele voltou, eleito pelo povo, de 1950 a 1954 e, com aquele gesto, abortou o golpismo e prolongou o período de democracia por mais dez anos.

Mas nós somos de uma geração... No início de minha participação na campanha presidencial do Presidente Lula – ele me convidou para coordenar o programa de governo e viajamos pelo Brasil para fazer aquela campanha de 1989 –, eu nunca havia votado para Presidente. Nem Lula nem ninguém da nossa coordenação jamais havia votado para Presidente no Brasil, porque foram 25 anos de ditadura militar, de 1964 a 1989. Era uma geração que havia sido privada dessa oportunidade, mas que hoje sabe o valor que tem a democracia, o valor que tem o direito de votar e de ser votado, o valor que tem a liberdade partidária, o valor que tem a pluralidade de opiniões, a preservação do Parlamento livre e independente.

Esses valores foram construídos muito solidamente na nossa trajetória. O Presidente Lula foi preso pela ditadura, perseguido. Ele viu muitos serem torturados e mortos, testemunhou a repressão aos movimentos sociais, o medo, a pressão do Estado sobre o cidadão, o cerceamento da liberdade de expressão, de organização e de manifestação. Isso forjou nele uma convicção democrática profunda, muito profunda, que ele demonstrou ao longo de todo esse governo e ao longo de sua trajetória. Tenho certeza, portanto, de que é um exemplo que ficará.

Hoje, no nosso Congresso, nós temos centenas de partidos do mundo inteiro, gente de toda a América Latina, da Ásia, da Europa, dos Estados Unidos, do Oriente Médio, de todos os continentes. Estão aqui olhando o que é o PT, o que é a governança democrática da esquerda no Brasil, o que é o êxito do nosso governo que o mundo aplaude.

Esses valores da democracia são os mais importantes que a gente traz, junto com o compromisso de inclusão social e de distribuição de renda, de criar um mercado interno forte, de massas – mercado que permitiu que o Brasil superasse a crise internacional. A Europa teve um déficit fiscal muito grande – estão aí Grécia, Portugal, Espanha, países que vão ter muitas dificuldades no pós-crise. Está aí o déficit público americano, está aí a situação do Japão.

Nós estamos saindo na frente, criando um grande mercado de massas. Por quê? Porque aqui houve distribuição de renda, o Bolsa família, o salário mínimo, o crédito consignado, o Pronaf, a agricultura familiar. Tudo isso criou um mercado interno que permite ao Brasil crescer para dentro e superar essa crise internacional.

Cito também, Senador Mão Santa, a estabilidade da economia. Aliás, repito: a inflação neste governo é menor do que a registrada no governo anterior, que deu uma grande contribuição em termos de estabilidade. Cito o crescimento econômico: no período do

governo Lula, nós crescemos mais do que o dobro do que crescemos nos últimos vinte anos. Nesses sete anos do governo Lula, tivemos também a maior distribuição de renda documentada no IBGE, nos sessenta anos da história do IBGE. Foi aqui que nós tiramos 30% da população da condição de estar abaixo da linha de pobreza, 21 milhões de pessoas deixaram essa condição.

Merece referência também o protagonismo internacional brasileiro: o Brasil hoje lidera os países emergentes; lidera a Conferência de Copenhague; tem um papel decisivo no G-20. O Brasil propõe uma nova pauta para o FMI e ajuda o Fundo na crise, não sob as condições que nos eram impostas, mas buscando novas condicionalidades para o país em desenvolvimento.

Este País respeitado, pujante, tem a credibilidade que tem hoje porque os valores republicanos e democráticos, que foram sendo construídos aqui nesta Casa, por Rui Barbosa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Isto é o que eu quero dizer: até no período de exceção, militar... Vamos fazer justiça. Nós estamos contribuindo, V. Ex^a na sua e eu na minha, daí nós poderemos ser chamados de pais da Pátria. Até no período revolucionário militar, eles tiveram uma sabedoria: a alternância de poder. Não ficou nenhum caudilho, e houve a divisão de Poderes – podiam não ser equipotentes, mas funcionaram.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É, teve cassação de mandato...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu estava ao lado de Petrônio Portella quando... Eu fui pinçado por Petrônio. V. Ex^a foi pinçado por Luiz Inácio, eu fui pinçado também. Lá no meu gabinete tem um retrato me mostrando cabeludo – o Petrônio querendo que eu fosse político –, novinho, como você quando entrou naqueles tempos. Mas eu quero lhe dizer que eu estava, coincidentemente, quando houve aquela reforma do Judiciário. Mandaram fechar o Congresso. Ele estava lá, veio a imprensa, e ele disse: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Eles refletiram e reabriram o Congresso. Quer dizer, os militares... É, porque nós importamos o modelo democrático, a República foi importada da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos. Nós estamos sendo é muito hábeis e muito inteligentes: aqui não correram cabeças, não rolaram cabeças como na França, não é? E cada um de nós está dando a sua colaboração. Dos próprios militares, temos que respeitar a sabedoria, quando eles fizeram a alternância de poder.

Alternaram no modelo deles, que Ulysses teve coragem de enfrentar. Petrônio representava o gás

naquela eleição – os dois mais belos discursos, do anticandidato...

Chegamos a isso, e Luiz Inácio foi muito importante, o PT foi muito importante. O Presidente José Sarney – está aqui o livro – teve papel importante na transição, agiu com sabedoria e promoveu a abertura política ao receber o Luiz Inácio e fazer nascer o PCdoB e o Partido dos Trabalhadores. Então, esta é a Constituição que nós todos temos de comemorar. O PT é fruto dessa democracia que nós importamos e estamos aprimorando.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Se não fosse a democracia, os trabalhadores não teriam hoje a liberdade de organização sindical, de manifestação, e o Presidente Lula jamais chegaria onde chegou.

E chegou para mudar a história do Brasil. Depois de trinta anos de história partidária, de tantos sacrifícios, de tantas derrotas, de tantas dificuldades, eu quero dizer que valeu a pena o que nós fizemos. A melhor herança que nós poderíamos deixar para a sociedade é um governo com essa qualidade, que mudou o Brasil para melhor, mudou o patamar da história do Brasil com conquistas que, acho, jamais serão revertidas. O valor da democracia, a importância da estabilidade econômica, a inclusão social e a distribuição de renda, o fim daquela era do Brasil passivo e subordinado e o surgimento de um país protagonista nas relações internacionais, os valores da cidadania e da participação popular, da pluralidade do Brasil, mostram que nós estamos num caminho novo, num caminho certo, num caminho extremamente promissor, que o mundo inteiro reverencia e o povo brasileiro aplaude com 80% de apoio ao Presidente Lula.

Muito obrigado pela tolerância...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Tanto é verdade, que eu acho que a participação do nosso Presidente Luiz Inácio na história é como a de Mitterrand. Ela é complicada. Allende sofreu, Allende também perdeu umas três vezes, mas deu ao Chile... Quer dizer, são vários fatores. O Luiz Inácio, acompanhado de V. Ex^a, que foi o Cirineu dele, contribuíram muito para essa beleza do momento democrático.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

E V. Ex^a também, naquele período de ditadura, mesmo com a alternância, nunca abandonou a luta pelos valores democráticos no MDB. Quando tínhamos um regime militar no poder, V. Ex^a estava ao lado daqueles que lutavam por democracia...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Elias Ximenes do Prado e eu, em 1972, conqui-

távamos a prefeitura, tirando-a da ditadura militar na minha cidade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O MDB.

Então, por isso, quero dizer que hoje temos muito a celebrar, porque foi a democracia, a participação, a pluralidade, a liberdade de expressão e de manifestação que permitiram que o Brasil se encontrasse com o desenvolvimento, com a estabilidade e com a distribuição de renda. Então, parabéns a essa militância, aos milhões de brasileiros e brasileiras anônimos espalhados pelo País que ajudaram a fazer esse caminho vitorioso, que permitiram a eleição do Presidente Lula.

Hoje estamos começando a comemorar o último ano de um governo que, tenho certeza, terminará como o governo mais popular da história do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nossos cumprimentos e parabéns a V. Ex^a, ao partido e à democracia.

Está inscrito aqui ainda Eduardo Suplicy. V. Ex^a quer falar? V. Ex^a está inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – E estava também a Marisa. Não, a Marisa Serrano não está, mas a Marina Silva estava na fila e, depois dela, o nosso Senador Acir Gurgacz, que representa Rondônia.

Então, V. Ex^a é o inscrito, é o da vez.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de falar, mas...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, V. Ex^a está na frente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Acir, por favor, pode falar antes. Eu aguardarei.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, como sempre, Eduardo Suplicy manifesta sua gentileza – talvez seja o mais gentil Senador da história da República – e cede sua vez para o nosso Senador que representa Rondônia, Acir Gurgacz, brilhante empresário que representa a esperança no trabalho e no desenvolvimento.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Suplicy, por sua gentileza, e também ao Sr. Presidente pela paciência de estar aqui junto conosco, aguardando nossos pronunciamentos para os Senadores e o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado de Rondônia, no qual moro há mais de 30 anos e onde desenvolvi toda a minha vida profissional e política,

ainda é um Estado jovem. Com apenas 28 anos de emancipação política e administrativa, Rondônia ainda guarda resquícios do período em que era Território Federal, administrado pela União. Vivemos um processo de organização social, política e administrativa; e alguns ajustes ainda são necessários, como no caso da PEC nº 60, de autoria da nobre Senadora Fátima Cleide, que trata da transposição dos servidores do ex-Território para os quadros da União.

No último dia 13, na semana passada, 16 Municípios de Rondônia, Estado que abriga hoje mais de 1 milhão e 500 mil habitantes, completaram 18 anos de emancipação.

Em razão da interrupção das atividades durante o carnaval, resgato este tema hoje. E é com grande alegria que comemoro esta data com a população desses 16 Municípios do Estado de Rondônia, criados por meio da Lei nº 375, de 13 de fevereiro de 1992.

Esse povo tem contribuído vigorosamente para o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

O momento é oportuno para lembrarmos os grandes avanços que já tivemos e mantermos o espírito de pioneiros na busca do progresso e do bem-estar para os rondonienses.

É com esse espírito que venho defender nesta Casa duas propostas importantes para o fortalecimento da organização social e política de nosso Estado de Rondônia.

A primeira delas é a proposta de criação do Município de Extrema de Rondônia, que será formado pela união dos Distritos de Vista Alegre do Abunã, Fortaleza do Abunã, Nova Califórnia e Extrema, que atualmente integram o Município de Porto Velho, a capital do Estado.

A necessidade de emancipação desses distritos se justifica por conta da distância de mais de 300 quilômetros da sede de Porto Velho. Além disso, se destaca a considerável atividade econômica desenvolvida pelos quase 10 mil rondonienses que vivem atualmente nos quatro distritos.

A consulta popular na forma de plebiscito será feita pelo Tribunal Regional Eleitoral no dia 28 de fevereiro, e quero manifestar aqui o meu apoio à transformação desses quatro distritos no Município de Extrema de Rondônia.

É preciso dizer sim à organização social e política de nosso Estado, pois sempre lutamos pelo associativismo e pelo fortalecimento de nossas comunidades.

Foi somente com organização e a união desses quatro distritos que a realização do plebiscito se tornou realidade. Com isso, os anseios de seus moradores serão atendidos pela Justiça Eleitoral e pela democracia brasileira.

Portanto, é em nome da cidadania e do fortalecimento do espaço comunitário que conclamo os demais moradores de Porto Velho a votarem sim no plebiscito do dia 28.

Dessa maneira será possível reconhecer o direito legítimo dessas comunidades à organização política e à luta por maior autonomia e pelo desenvolvimento local.

Quero também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, defender daqui desta tribuna uma proposta de projeto de lei que apresentei na semana passada à Comissão de Constituição e Justiça, para apreciação e votação nesta Casa, que também trata de conferir ao Estado de Rondônia uma melhor organização social e política.

Esse projeto de lei pretende transferir ao domínio do Estado de Rondônia terras pertencentes à União. Esse tipo de transferência de terras da União para o Estado foi aprovada recentemente para os Estados de Roraima e Amapá, por meio da Medida Provisória nº 454, de 2009.

A medida concedeu a esses dois Estados o direito de que as terras federais lhe fossem efetivamente transferidas. No entanto, faltou a inclusão do Estado de Rondônia no mesmo processo. Afinal de contas, como Roraima e Amapá, Rondônia também foi Território Federal.

Portanto, peço apoio aos nobres Senadores e Senadoras para que essa distorção de tratamento entre as unidades federativas seja corrigida o mais breve possível.

Esse projeto de lei que ora apresento, além de fazer justiça ao Estado de Rondônia, tratando-o de forma igualitária aos demais ex-Territórios da União, facilitará o processo de regularização fundiária já em curso na Amazônia, por meio dos programas Arco Verde e Terra Legal.

Esses programas, que são do Governo Federal, e o projeto de lei que ora apresento, caminham juntos para regularizar as terras na Amazônia, reduzir o desmatamento, promover a cidadania e oferecer alternativas sustentáveis de desenvolvimento para a região.

A transferência dessas terras da União para o nosso Estado será um grande passo para a consolidação do pacto federativo e na construção de uma Rondônia forte e cidadã, no qual a presença do Estado sirva como elemento de promoção da justiça social, assegurando o direito de propriedade e promovendo o desenvolvimento econômico.

Somente dessa forma os colonizadores assentados pelo Incra em Rondônia, ao longo dos anos, receberão a Certidão de Cadastro de Imóvel Rural, o que possibilitará o acesso às políticas públicas de

fomento à produção. Entre elas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Pronaf. O acesso a tais políticas é um desejo antigo desse povo trabalhador.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conto com o apoio de todos na aprovação desse projeto de lei, certo de que assim participaremos juntos da construção de um Brasil mais justo e solidário.

Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade e a sua paciência em atender nosso pedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Como último orador inscrito presente, convidamos para usar da palavra o Senador Eduardo Suplicy, que havia cedido sua vez ao Senador Acir Gurgacz, que fez um brilhante pronunciamento. Entendo e quero dar meu apoio para que se aumente o número de Municípios lá em Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – São 52 Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – São 52 Municípios. Deus me permitiu, quando governei o Piauí, criar 78 novos Municípios. E, sem dúvida nenhuma, o Suplicy está aí e talvez seja o candidato do Partido dos Trabalhadores para Governador de São Paulo.

Mas quero dizer que foi um experiência muito boa ver povoado se transformar em cidade. Além do que você vê, ruas iluminadas, praça para namorar, mercado para comercializar, escola para educar, hospital para saúde e cadeia para botar ordem. O essencial é invisível aos olhos. É chamar aquele povo lá, rural, e transformar em líderes, vereadores, vice-prefeitos e prefeitos. O Piauí goza de dois casos, que são das pequenas cidades. Jatobá, que é Prefeito da encantadora Campo Maior; João Felix, um dos maiores líderes do Estado do Piauí. Uma mulher também, de uma cidade pequena, filhote, dessas que temos, Joca Marques, e, de repente, pela sua competência, ela é Prefeita da maior cidade, Luzilândia.

Então, quero crer que inspire o nosso Presidente da República a facilitar isso. Na época em que governei o Estado, foi possível criarmos 78 novos Municípios, e o Piauí se desenvolveu, melhorou. E eu sinto...

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente Senador Mão Santa, eu queria, se me permite, fazer uma consulta, e ao prezado Senador Acir Gurgacz. Como hoje, agora, sou o último orador, eu queria saber se por acaso poderei contar com a

generosidade e a paciência de V. Ex^a para um pronunciamento mais completo, porque o escrevi com muito cuidado, já faz algum tempo. Mas estava esperando o dia em que chegasse o momento, tal como hoje, onde não há pessoas pressionando outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em 30 anos do Partido dos Trabalhadores, vou dar um presente a V. Ex^a. Quantos minutos V. Ex^a quer?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O suficiente para que eu possa ler um texto que escrevi para meus queridos netos: Teodoro, Bernardo, Laura, Maria Luíza e Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem quantos netos? Cinco?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Cinco netos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois eu tenho sete. Então, eu, vitorioso, vou homenageá-lo dando o tempo que você quiser, em homenagem aos meus netos também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Pois aqui está minha carta, que se relaciona ao que estou apresentando ao Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores com respeito às diretrizes para o programa do governo Dilma Rousseff, que será examinado amanhã de manhã. Proponho que se acresça o item 18, no bloco denominado “Crescimento acelerado e o combate as desigualdades sociais e regionais”. Será um eixo que vai estruturar o desenvolvimento econômico, logo após a alínea “f”, que trata do aprimoramento permanente dos programas de transferência de renda como o Bolsa Família, para erradicar a fome e a pobreza, facilitar o acesso de homens e mulheres ao emprego, formação, saúde e melhor renda.

A seguinte alínea “g”: Transição do Programa Bolsa Família para a renda básica de cidadania incondicional como um direito de todos participarem da riqueza da Nação, conforme prevista na Lei nº 10.853, de 2004, de iniciativa do PT, aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 08 de janeiro de 2004. E o estímulo às administrações municipais a iniciar experiências pioneiras da instituição da Renda Básica de Cidadania, como em Santo Antonio do Pinal, por iniciativa do Partido dos Trabalhadores.

Eis a minha carta aos meus queridos netos Teodoro, Bernardo, Laura, Maria Luíza e Felipe:

Eu gostaria muito de explicar a vocês uma proposta em que tanto eu, seu avô, acredito que será boa para todas as pessoas, tanto aqui em nosso País, o

Brasil, quanto em todos os países do mundo. Trata-se da instituição de uma Renda Básica de Cidadania.

Outro dia encontrei o Ziraldo, um dos maiores cartunistas brasileiros. No último dia 21 de outubro, ele ganhou o Prêmio Quevedos, na Espanha, pelo conjunto de seu extraordinário trabalho. Eu dei a ele o meu livro sobre a RBC e disse que tinha tido a ideia, por muitos amigos estimulada, de que ele pudesse escrever uma história em quadrinhos a respeito. Foi então que ele me disse que me daria essa história de presente, o que me deixou muito feliz. Pediu-me que escrevesse a história da Renda Básica de Cidadania para as crianças.

Senador Mão Santa, apenas um detalhe a que eu gostaria que prestasse atenção. Por que escrevi essa carta aos meus netos e para o Menino Maluquinho, personagem de Ziraldo? Porque ele disse: “Eduardo, eu quero lhe dar de presente uma história em quadrinhos para explicar a Renda Básica de Cidadania. Mas eu vou lhe pedir que escreva essa história para as crianças da forma mais didática possível, para que eu possa, então, elaborar a cartilha, a história em quadrinhos.”

Por isso, escrevi essa história da forma a mais didática possível. Eis o porquê deste meu pronunciamento. Por essa razão, achei que será ótimo se eu puder explicar a renda básica de cidadania para meus netos, para toda e qualquer pessoa e também para o Menino Maluquinho, que é o principal personagem das histórias em quadrinho do Ziraldo. Vocês vão notar que, algumas vezes, tive de usar algumas palavras difíceis, que só entenderão melhor quando crescerem. É que resolvi escrever um texto relativamente simples que pudesse resumir o que explico em maior detalhes em meus livros *Renda de Cidadania: saída pela porta* e *Renda Básica de Cidadania: a resposta dada pelo vento*, respectivamente da Cortez Editora, Fundação Perseu Abramo e LP&M.

A renda básica de cidadania suficiente, na medida do possível, para atender às necessidades vitais de cada pessoa será paga a todos os habitantes de uma comunidade, de um município, de um estado ou de um país ou até mesmo, um dia, de todo o continente ou do Planeta Terra, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica. Todas as pessoas passaram a ter o direito de receber a renda básica de cidadania como um direito de participar da riqueza daquela comunidade, município, estado, nação ou mesmo da Terra.

Por que pagar igualmente para todas as pessoas, até mesmo para os que têm mais recursos e não precisam dela para a sua sobrevivência, como o Pelé, a Xuxa, ou o Presidente Lula, o Senador Mão Santa, o Senador Acir Gurgacz, ou o Senador Suplicy, ou o

Ziraldo, ou até mesmo o nosso empresário mais bem-sucedido, Antonio Ermírio de Moraes? Porque os que temos mais vamos colaborar para que nós mesmos e todos os demais venham a receber.

E quais as vantagens de tal procedimento? Primeiro, é muito mais fácil explicar o conceito da renda básica de cidadania do que os diversos programas de transferência de renda que existem em nosso País e em quase todos os países.

Por exemplo, notem quanto tempo eu vou precisar para explicar o Programa Bolsa Família. Vamos marcar, são 19 horas e 28 minutos. Toda família no Brasil que tiver uma renda mensal *per capita* ou por pessoa inferior a R\$140,00 passa a ter o direito de receber o benefício, que se inicia pelo valor de R\$68,00. No caso de essa família ter uma renda familiar mensal por pessoa inferior a R\$70,00, terá ainda o direito de receber R\$22,00, R\$44,00 ou R\$66,00 caso a família tenha respectivamente uma, duas, três ou mais crianças até 16 anos de idade e ainda mais R\$33,00 por jovem, até o máximo de dois, entre 16 e 18 anos.

Portanto, o Programa Bolsa Família paga um mínimo de R\$22,00 e o máximo de R\$200,00 por mês. O valor médio do benefício é de R\$95,00 por família. O orçamento previsto do Programa Bolsa Família em 2009 foi de R\$11.434 bilhões. O tamanho médio da família brasileira está em torno de 3,5 pessoas. É um pouco maior para as famílias nessa faixa de renda.

Há obrigações que as famílias necessitam cumprir: caso a mãe esteja grávida, deverá comparecer à rede pública de saúde, seja o posto de saúde ou o hospital no Município, para fazer o exame pré-natal e ter a sua saúde acompanhada. As crianças de até 6 anos devem ser levadas por seus pais para serem vacinadas segundo o calendário do Ministério da Saúde; as de 7 a 16 devem frequentar, pelo menos, 85% das aulas; os adolescentes de 16 a 18 devem frequentar, pelo menos, 75% das aulas.

Portanto, precisei de pouco mais de dois minutos para explicar o Programa Bolsa Família.

Suponhamos que, a partir de janeiro do ano que vem, o Governo anunciasse que vai iniciar a Renda Básica de Cidadania, mesmo com um valor modesto acima do que é pago às pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Digamos, como o valor médio do Bolsa Família é R\$95,00, numa família de três, seria 31,50 por pessoa. Então, vamos supor que iniciaremos por um valor médio de, pelo menos, R\$40,00 – um dia, vai ser 60; um dia, 100; um dia, 1000; e assim por diante.

Então, vamos marcar: são 19 horas e 31 minutos. Vamos ver quanto tempo vai durar a explicação, Senador Acir. A partir de janeiro próximo, todas as pessoas

no Brasil, inclusive as estrangeiras aqui residentes há cinco anos ou mais, não importa a sua condição socioeconômica, passarão a receber R\$40,00 por mês. Numa família de 6 pessoas, o total será de R\$240,00.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Só para informar, V. Ex^a só usou dez minutos do seu tempo até agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

Com o progresso do País, esse valor será aumentado um dia para R\$100, R\$500, e assim por diante. A ninguém será negado. Será incondicional.

Durou menos que um minuto a explicação. O senhor compreendeu bem, V. Ex^a compreendeu bem, Senador Acir? Foi mais fácil de compreender? (*Pausa.*)

Esta é a primeira vantagem: o direito universal e igual para todos de participarmos da riqueza da Nação. Até para o menino maluquinho é muito mais fácil de compreender.

Quais as outras vantagens de se pagar um valor igual para todos?

Hoje, Senador Mão Santa, V. Ex^a vai ouvir todas as explicações.

Eliminamos a burocracia envolvida em se ter que saber quanto cada pessoa ganha no mercado formal ou informal, seja na carteira de trabalho do trabalhador, do funcionário público, no pagamento feito com nota para qualquer pessoa em retribuição a alguma atividade ou que não tenha sido registrado, como, por exemplo, o recebimento pago nas ruas à pessoa que toma conta do automóvel, à vizinha para lavar a sua roupa ou por ter tomado conta das crianças enquanto foi ao trabalho, ou comprar algo na feira ou de um vendedor ambulante, informalmente.

Também eliminamos qualquer estigma ou sentimento de vergonha da pessoa ter de declarar “eu só recebo isso e, por isso, mereço complemento de renda”.

Eliminamos, também, o fenômeno da dependência que ocorre quando há programas que dizem que quem não recebe até certo patamar tem o direito de receber complemento, e a pessoa está ou não por decidir: “Vou ou não iniciar atividade que vai pagar esse montante? Mas se eu fizer atividade, passo a receber tanto, daí vem o Governo e me tira o que eu estava recebendo, eu talvez prefira não realizá-lo e entro na chamada ‘armadilha da pobreza ou do desemprego’”.

Entretanto, se todos nós soubermos que, daqui para a frente, cada um de nós e mesmo os nossos membros de família vão, cada um, receber aquela quantia, a Renda Básica de Cidadania, então, qualquer trabalho que fizermos significará progresso, um

acréscimo ao rendimento, e há sempre um estímulo ao trabalho.

Bem, a vantagem mais importante da Renda Básica de Cidadania é que ela elevará o grau de dignidade e de liberdade do ser humano. Temos de pensar, como diz o grande economista Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia, que desenvolvimento, se for para valer, deve significar a expansão, um maior grau de liberdade para todas as pessoas na sociedade.

No caso da moça que não tem outra alternativa para alcançar a sua sobrevivência senão a de vender o seu corpo, ou o rapaz que, por falta de alternativa, se vê instado a se tornar membro de uma quadrilha de narcotraficantes, ou daquela pessoa que, por falta de alternativa, às vezes em Rondônia ou no interior do Piauí, se vê instado a aceitar uma condição de trabalho semiescravo ou mesmo de escravo, essa pessoa, se houver a Renda Básica de Cidadania, vai poder dizer não a essa única alternativa: “Graças à renda básica, vou poder aguardar um tempo, quem saber fazer um curso e conseguir um trabalho mais de acordo com a minha vocação, a minha propensão”.

Mas algumas pessoas já estão pensando, o Senador Mão Santa, às vezes, me chama a atenção: “Será que não vai estimular a ociosidade? O que vamos fazer com aquelas pessoas que têm uma tendência inarredável à vagabundagem? Será que algumas das pessoas que estão nos assistindo têm essa tendência?”

Eu gostaria, então, de convidá-los todos a pensarmos um pouco, porque, afinal de contas, todos nós, seres humanos, amamos fazer uma porção de coisas e nos sentimos responsáveis por fazer uma série de atividades, desde as mães que, normalmente, amamentam os seus filhos com todo amor e carinho, ou nós, pais e mães, quando estamos tomando conta de nossas crianças para que se desenvolvam bem, para que bem se alimentem, para que sejam bem-educadas, ou quando nossos pais e avós são mais idosos – eu, por exemplo, tenho minha mãe, Filomena, com 101 anos, nem sempre posso estar com ela. Felizmente – éramos 11, hoje, 9 –, sempre alguns de meus irmãos ou irmãs estão na companhia dela, e, com muito amor e carinho, fazemos essa atividade tão significativa; ou ali, nas organizações de vizinhanças, nas igrejas das mais diversas denominações; ou nos diretórios acadêmicos, nas ONGs, quantas pessoas não se dedicam ao trabalho voluntário? Quando, por exemplo, os grandes pintores da história da humanidade – Vincent Van Gogh, Amedeo Modigliani – pintaram as suas obras, saíam pelas ruas para tentar vendê-las e conseguir a sobrevivência, mal conseguiam. Ambos ficaram doentes, morreram precocemente e, hoje, as suas obras são vendidas por milhões de dólares.

Pois bem, ademais, este é um argumento importante: a nossa Constituição, Senador Mão Santa, assegura o direito à propriedade privada. Isso significa que aquela pessoa que detém a propriedade do capital, das fábricas, das fazendas, dos hotéis, dos restaurantes, das instituições financeiras, dos títulos financeiros, das propriedades imobiliárias, essas pessoas têm o direito de receber lucros, juros, aluguéis, os rendimentos do capital.

E, por acaso, uma pessoa, segundo a nossa Constituição, para receber juros e lucro de aluguéis, precisa necessariamente demonstrar que esteja trabalhando? Não. Precisa necessariamente demonstrar que as suas crianças estejam frequentando a escola? Não. Entretanto, as pessoas que têm mais recursos fazem questão de que suas crianças, seus adolescentes estejam frequentando as melhores escolas, as melhores faculdades.

Portanto, se nós asseguramos aos que têm mais recursos o direito de receber os rendimentos sem aquelas condicionantes, por que não estendermos a todos, ricos e pobres, o direito inalienável de todos partilharmos a riqueza de nossa Nação, partilharmos a riqueza, por exemplo, do Delta do Parnaíba ali no Piauí, ou da riqueza do Pão de Açúcar, da beleza da Cidade Maravilhosa, o Rio de Janeiro, ou do Pantanal, ou da beleza extraordinária da nossa Amazônia, ou dos Pampas do Rio Grande do Sul? E das coisas tão belas, da vida cultural intensa da minha grande cidade de São Paulo?

Será que não é de bom senso, ainda mais quando consideramos certos aspectos da história do Brasil, como o fato de que, por mais três séculos, milhões de pessoas foram arrancadas da sua terra natal, a África, para virem para o Brasil contribuir para a acumulação de capital de tantas famílias, sem que houvesse uma remuneração adequada aos escravos que viviam nas senzalas e com alimentação precária, o que fazia com que a sua expectativa de vida média fosse pouco superior a 30 anos de idade? Ou, então, quando consideramos certos fatos da história recente, como o que o Presidente Lula muitas vezes tem assinalado, que felizmente parece que Deus é brasileiro, veio morar no Brasil e ajudou a Petrobras a encontrar lá no fundo do Oceano Atlântico, na camada pré-sal, enorme reserva petrolífera, que justamente agora vai possibilitar a todas as pessoas a não mais viverem em condições de pobreza; que vai prover a boa educação para todos, a ciência, a tecnologia, a cultura, a saúde, que são as finalidades para as quais o projeto relativo ao pré-sal está sendo considerado? Mas, dentre as proposições, poderá estar sendo considerada justamente a Renda Básica de Cidadania.

Trata-se, portanto, do bom senso. Os fundamentos, em verdade, da proposta da Renda Básica de Cidadania foram elaborados ao longo da história e estão presentes em todas as religiões e nos raciocínios dos grandes filósofos, economistas, pensadores do mais largo espectro.

Quando V. Ex^a saiu de casa hoje, Senador Acir Gurgacz, V. Ex^a o fez por onde? Pela janela ou por onde?

O Sr. Acir Gurgacz (PDT – RO. Fora do microfone.) – Pela porta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela porta.

Já dizia o Mestre Confúcio, 520 anos antes de Cristo, que a incerteza é pior do que a pobreza. E pode alguém sair de casa, senão pela porta? O nome de meu livro *Renda de Cidadania* tem como subtítulo *A Saída é pela Porta* exatamente para demonstrar...

(*Interrupção do som.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...que, se desejamos melhorar a distribuição da renda, erradicar a pobreza, prover dignidade e liberdade real para todos na sociedade, uma solução de tão bom senso quanto V. Ex^a sair de casa pela porta é instituímos uma Renda Básica de Cidadania justa.

Seguindo um pouco mais adiante na história, 300 anos antes de Cristo, vamos nos deparar com Aristóteles que escreveu *Política*, em que observou que Política é a ciência de alcançar uma vida justa para todos, o bem comum. Para isso, mencionou ele: “É necessária a justiça política que precisa ser precedida da justiça distributiva, que torna mais iguais os desiguais”.

Ora, mas isso é coincidente também com aquilo que nos ensinam os textos da Bíblia Sagrada. Qual a palavra mais citada na Bíblia em hebraico, no Antigo Testamento, Senador Acir? O Senador Mão Santa é um especialista na Bíblia Sagrada e sabe que é *tzedaka* (t, z, e, d, a, k, a), que, em hebraico, significa justiça na sociedade, justiça social, que era o grande anseio do povo judeu, como o é do povo palestino. E, se formos ali no *Deuteronômio*, no livro escrito por Davi, no *Livro dos Provérbios*, no *Êxodo*, veremos que sempre a palavra *tzedaka* está presente.

Não é à toa, pois, que o MST, nos seus seminários, muitas vezes, começa pela leitura do *Êxodo* para lembrar a luta pela terra prometida, a luta por justiça.

Mas, se formos ao *Novo Testamento*, que o Presidente Mão Santa conhece tão bem, vamos observar que, nos *Atos dos Apóstolos* está escrito que eles juntaram todos os seus bens e viveram em solidariedade, de tal forma a prover cada um de acordo com suas necessidades. Nas parábolas de Jesus, como na

do senhor da vinha, ele contou que contratou inúmeros trabalhadores ao longo da jornada, na primeira, na segunda e até na última hora do dia e com cada um contratou aquilo que ambos consideravam justo. Quando chegou ao final da jornada, iniciou o pagamento pelo último que ali chegou. Quando pagou ao primeiro, este lhe perguntou: “Mas o senhor está me pagando o mesmo que pagou ao último que aqui chegou e eu trabalhei mais do que ele”? “Ora, você não percebe que estou lhe pagando exatamente o que ambos combinamos como justo e que o último que aqui chegou também merece receber o necessário para a sobrevivência da sua família?”

Se formos a São Paulo, Presidente Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – São Paulo foi duro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São Paulo disse na *Segunda Epístola aos Coríntios*...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – “Quem não trabalha não merece ganhar para comer.”

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São Paulo disse na *Segunda Epístola aos Coríntios* que todos devemos seguir o exemplo de Jesus, que em sendo tão poderoso, resolveu viver em solidariedade no meio aos mais pobres, de tal maneira que, conforme está escrito, para que haja justiça, para que haja igualdade...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas ele não disse apenas isso, não. V. Ex^a tem de saber que ele fazia tendas – tenda é casinha, é casebre. Então, até os últimos anos de sua vida ele dava o exemplo do trabalho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem, mas ele também disse que para que haja justiça, para que haja igualdade, toda aquela pessoa que teve uma safra abundante não tenha demais e toda aquela pessoa que teve uma safra pequena não tenha de menos.

E se nós formos olhar os ensinamentos, por exemplo, depois que houve...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas está escrito. O Deus, o que ele disse?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – “Comerás o pão com o suor do teu rosto.”

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas é também o próprio... Hoje a campanha da fraternidade...

(*Interrupção do som.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Campanha da Fraternidade de 2009 colocou que o importante é que nós possamos criar as condições de justiça que promoverão a paz. Mas este ano, a Campanha da Fraternidade tem como lema Justiça e a Vida. E é muito importante que nós pensemos em como compatibilizar isso. E se nós formos olhar os ensinamentos das outras religiões, e, depois, da Guerra do Iraque e do Afeganistão, a destruição das torres em Nova Iorque, em 11 de setembro, há alguns anos, veremos que há um enorme interesse para saber o que pensam os seguidores de Maomé, do Alcorão, como os quatro califas que escreveram o *Livro dos Hadis*, como Omar, o segundo deles, que disse: “Toda aquela pessoa que detém um grande patrimônio deve separar uma parte dele para aqueles que pouco ou nada têm”.

Se formos olhar os ensinamentos do budismo como os de Dalai Lama que ontem dialogou com o Presidente Barack Obama, deixando preocupados os membros do governo chinês, veremos que Dalai Lama, em *Uma Ética para o Novo Milênio*, observa que, se for para aceitar o consumo tão suntuoso dos mais ricos, nós precisamos antes assegurar a sobrevivência de toda a humanidade.

E se seguirmos um pouco mais adiante na História, no início do século XVI, poderemos encontrar os ensinamentos de um dos grandes filósofos do humanismo moderno que foi Thomas More e que no livro...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –... na discussão sobre a pena de morte, estava ali havendo um diálogo entre o cardeal arcebispo e Rafael Hitlodeu, o viajante português, observando que a pena de morte não havia colaborado para a diminuição da criminalidade violenta na Inglaterra naquela época de Henrique VIII. Rafael Hitlodeu disse que muito mais eficaz do que infringir esses castigos horríveis a quem não tem outra alternativa senão a de primeiro tornar-se um ladrão para daí ser transformado em cadáver é você assegurar a sobrevivência das pessoas. Então, um amigo de Thomas More, chamado Juan Luís Vives, escreveu um tratado de subvenção aos pobres para o prefeito da cidade flamenga de Bruges, em que pela primeira vez se propõe a um prefeito municipal um programa de garantia de renda mínima, que foi de alguma maneira, em 1525, 1526, aplicado em Ypres, também na Bélgica.

Dois séculos depois, podemos nos deparar com um outro Thomas, que foi um dos maiores ideólogos das revoluções americana e francesa. Refiro-me a Thomas Paine, que é considerado um dos maiores ideólogos das revoluções americana e francesa e que,

para a Assembléia Nacional da França, em 1795, no texto *Justiça Agrária*, de apenas vinte páginas, observou que a pobreza é algo que tem a sua origem na civilização e na instituição da propriedade privada. Lá na América, onde ele havia estado antes da independência, não conseguiu encontrar tamanha...

(Interrupção do som)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...destituição e pobreza como a que se observava nas vilas e cidades européias de 215 anos atrás. Por quê? Porque lá na América a propriedade era comum, entre os índios. Ele considerava de bom senso que uma pessoa que cultive a terra e realize empreendimentos possa usufruir de seu trabalho na sua propriedade. Mas era o seu plano que toda pessoa que assim o fizesse destinasse uma parcela desse rendimento para um fundo que a todos pertenceria. Uma vez acumulado esse fundo, nós então pagaríamos a cada pessoa residente naquele País, não como uma caridade, mas como um direito de todos participarem da riqueza da Nação, que lhes foi retirado quando instituída a propriedade privada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI. Fazendo soar a campanha.) – V. Ex^a me permite, como é o nome do Partido de V. Ex^a?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, vamos cultivar o trabalho. Olhe, vamos semear o trabalho. Voltaire, um Senador brilhante da França, disse que três males o trabalho afasta, no mínimo: o tédio, a preguiça e a necessidade – que é a pobreza, não é? E Napoleão Bonaparte, que andou por lá depois da República – bonito o que disse o baixinho Napoleão – disse: “Conheci os limites da minha visão, conheci os limites do meu braço – ele que era guerreiro –, conheci os limites das minhas pernas, mas não conheci os limites do trabalho”. Vamos ensinar isso, dar o exemplo. Vamos pregar, cultuar o trabalho. Olha, que Deus podia colocar o filho dele... Mas o colocou na casa de um trabalhador, de um operário – seria até do PT, do Partido dos Trabalhadores. Então, vamos pregar o trabalho, Suplicy!

Rui Barbosa que está ali, sabe o que ele disse? Que a primazia é do trabalho e do trabalhador. Ele vem antes, ele faz a riqueza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a me der a oportunidade, de fato, de prosseguir, eu vou mostrar-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a fez essa carta aos netos. V. Ex^a é neto de um dos

maiores homens que passaram aqui no Brasil, um trabalhador. Qual é o nome dele?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Francesco Matarazzo, meu bisavô.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, este é o exemplo que seu bisavô deu: o trabalho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E eu trabalho tanto por esta idéia porque tenho a consideração de que, no dia em que for aprovada esta proposição, as pessoas trabalharão muito melhor e com maior grau de liberdade. Vou procurar comprovar isso e na companhia – se V. Ex^a me permitir hoje dizer – de um dos maiores...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a me permite lhe dar uma sugestão? Eu tenho aprendido muito. Escreva uma biografia do seu bisavô. Foi o exemplo de maior trabalho em São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu sei. Eu já li a biografia escrita por Ronaldo César Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Vamos fazer em quadrinho para as crianças verem o exemplo do trabalho do bisavô de V. Ex^a, que fez a riqueza de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a quiser ouvir um pouco mais, vou continuar.

Outro inglês, professor primário, Thomas Spence, num folheto publicado em Londres com o título “Os direitos das crianças”, em 1797, propôs que cada localidade coloque em leilão o uso de todos os bens imóveis existentes, que utilize a receita para cobrir todas as despesas públicas locais, inclusive a construção e a manutenção dos imóveis, assim como os impostos devidos ao governo. E que distribua trimestralmente o excedente em partes iguais entre todos os habitantes, cuja subsistência será assim assegurada.

Em 1848, Joseph Charlier, em *Solução do Problema Social*, afirmou que todos os homens têm o direito a gozar dos recursos naturais criados pela providência para que possam prover as suas necessidades. Em *Princípios de Economia Política*, em 1848, o economista e filósofo inglês John Stuart Mill defendeu que se deveria atribuir a cada pessoa, seja ou não capaz de trabalhar, um mínimo de subsistência.

No século XX, filósofos e economistas das mais diversas tendências, depois de examinarem as mais diversas ideologias e proposições, chegaram a uma conclusão comum, como a expressa por Bertrand Russell, em 1918, em *Caminhos para a Liberdade: Socialismo, Anarquismo e Sindicalismo*.

O plano que estamos preconizando reduz-se essencialmente a isto: que certa renda, suficiente para as suas necessidades, será

garantida a todos, quer trabalhem ou não, e que uma renda maior – tanto maior quanto permita a quantidade total de bens produzidos – deverá ser proporcionada aos que estiverem dispostos a dedicar-se a algum trabalho que a comunidade reconheça como valioso.

Em 1920, em *Um Esquema para um Bônus Social*, Dennis Milner e Mabel Milner propuseram:

Todo indivíduo, todo o tempo, deveria receber de um fundo central uma pequena soma em dinheiro que seria suficiente para manter a vida e a liberdade, se tudo o mais falhasse; que toda pessoa deveria receber uma parte de um fundo central, de maneira que toda pessoa que tenha certa renda deveria contribuir com uma parcela proporcional à sua capacidade.

Em 1937, a grande economista Joan Robinson, em *Introdução à Teoria do Pleno Emprego*, propôs que se distribua a todos, aos sábados, uma libra. Seu colega na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, que também conviveu com John Maynard Keynes, que, em 1977, foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia, James Edward Meade, foi um dos principais defensores da Renda de Cidadania. Desde quando elaborou *Diretriz de Política Econômica para um Governo Trabalhista*, em 1935, até trabalhar de forma mais amadurecida em sua trilogia sobre Agathotopia, em 1989, 1992 e 1995, onde desenvolveu uma bela argumentação – a qual acabo de explicar ao nosso querido Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, que agora está vendo os planos de médio e longo prazos, pois está preparando como será o Brasil 200 anos após a independência, em 1922. Disse-lhe que será importante que considere a proposição da renda básica de cidadania, que espero que seja realizada.

Pois bem, James Meade contou de sua longa viagem em busca de Utopia, Senador Mão Santa. Por mais que navegasse, não conseguiu encontrar Utopia. Mas, no caminho de volta, deparou-se com Agathotopia, que em grego quer dizer em “um bom lugar”. Lá tornou-se amigo de um economista que lhe disse que os agathotopianos sabem onde fica Utopia, mas não iriam lhe contar, pois tinham uma diferença muito grande com os utopianos, que eram seres humanos perfeitos que viviam num lugar perfeito, enquanto os agathotopianos eram seres humanos imperfeitos, que cometiam as suas bobagens e perfidias – eu, às vezes, também cometo bobagens, Senador Mão Santa – mas que tinham conseguido construir um bom lugar para viver.

E então ele estudou aqueles arranjos sociais e instituições de Agathotopia e verificou que eram os melhores que até então havia encontrado para alcançar simultaneamente os objetivos de liberdade, no sentido de cada um poder trabalhar naquilo que for a sua

vontade e de poder gastar o que receber de acordo com a sua vontade; de igualdade no sentido de não haver grandes disparidades de renda e de riqueza; e de eficiência no sentido de se alcançar o maior padrão de vida possível de acordo com os recursos e a tecnologia vigentes.

E eis que então quais eram esses instrumentos? Primeiro, flexibilidade de preços e de salários para alcançar a boa locação de recursos; muita interação entre trabalhadores e empresários, entre o trabalho e o capital, de tal forma que os trabalhadores fossem contratados não apenas por salários mas também por participação nos resultados. Mas, como às vezes os salários podem cair e a participação nos resultados, por fenômenos de seca ou de inundações ou internacionais, o resultado não fica tão bom, então é necessário haver um outro instrumento que possibilite a todos terem uma vida com dignidade o suficiente para a sua sobrevivência, que é a renda básica de cidadania. E ele, então, no seu capítulo final de Agathotopia, formula algo que me foi muito útil aqui quando o Senador Francelino Pereira foi designado Relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, em 2002. Eu dei o meu livro para ele e falei: “por favor, Francelino, estude e daí me diga o que acha; eu estou disposto a dialogar”. E ele concluiu, dizendo: “Eduardo, é uma boa ideia, mas você precisa torná-la compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo a qual, para cada despesa é preciso haver a receita correspondente. Que tal você aceitar um artigo que diga que a Renda Básica de Cidadania será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como, portanto, faz o Bolsa Família?” E eu achei que aquilo era uma proposta de bom senso e aceitei. E graças a essa proposição, a lei foi aprovada por consenso de todos os partidos: primeiro, no Senado; em seguida, na Câmara; e foi ao Presidente Lula, em janeiro de 2004, quando o então Ministro Antonio Palocci disse ao Presidente: “como é para ser instituído gradualmente, por etapas, é factível, pode sancioná-lo”. E o Presidente sancionou a lei que institui a Renda Básica de Cidadania.

Pois bem. Mesmo o maior economista do século...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a me permite participar?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Primeiro, eu já vi aí V. Ex^a cantando e a Bíblia está cheia de cânticos. Davi dedilhava a sua harpa e fazia os salmos. “Jesus é o meu pastor e nada me faltará” é um samba de Davi – que coisa bela! Mas V. Ex^a, que tem

esse dom da música – eu não tenho, eu confesso –, V. Ex^a tem até na genética. O seu filho é um dos maiores artistas do Brasil, aquela figura encantadora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, quero lembrar a V. Ex^a, que tem o dom de ser um orador e um cantor... O cântico se comunica mais do que a oratória. Está na Bíblia, nos Salmos. Então, eu queria lembrar “Guerreiro Menino”: “um homem também chora”. É do Fagner. Sou fã do Fagner.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A composição é de Gonzaguinha. Eu queria oferecer para V. Ex^a botar no livro, porque é a coisa mais bela. É uma comunicação. Ele diz assim:

Guerreiros são pessoas

São fortes, são frágeis (...)

É triste ver este homem

Guerreiro menino

Com a barra de seu tempo

Por sobre seus ombros

Eu vejo que ele berra

Eu vejo que ele sangra

A dor que traz no peito

Pois ama e ama

Um homem se humilha

Se castram seu sonho

Seu sonho é sua vida

E a vida é trabalho

E sem o seu trabalho

Um homem não tem honra

E sem a sua honra

Se morre, se mata

Não dá pra ser feliz

Não dá pra ser feliz

Então, queria dar essa contribuição de presente para V. Ex^a, que lidera o Partido dos Trabalhadores, que está fugindo do trabalho como o diabo foge da cruz. Então, é isso.

Acredito em Deus, que amou e amou, que é Deus, que é o cimento da família, essa sagrada instituição, daí respeitá-lo porque V. Ex^a falou dos netinhos... Acredito no estudo que leva à sabedoria, que vale mais do que ouro e prata, e no trabalho, que faz as riquezas.

Então, queria lhe oferecer, Acir Gurgacz, “Guerreiro Menino”, do Fagner, composição do Gonzaguinha.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, eu gostaria de perguntar a V. Ex^a se considera que eu ter elaborado esse texto e fazer esse pronunciamento, em favor da Renda Básica de Cidadania, que eu procuro fazer para persuadi-lo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com o trabalho não vem renda básica, não; vem a renda grandiosa, que nos leva à...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a não permitiu que eu concluí-se a minha pergunta. V. Ex^a considera que eu não estou realizando um trabalho? V. Ex^a considera que eu estou aqui, ao realizar esse pronunciamento, fugindo do trabalho como se fuge da cruz? É essa a sua interpretação?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A sabedoria está no meio. É o momento de uma necessidade, de uma caridade. Caridade é amor, todos nós pactuamos com isso. Mas isso é um passo que nos leve ao trabalho. Aí será o fim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quem sabe se eu aqui agora relatar a V. Ex^a o que pensam os maiores economistas do Século XX e XXI a respeito desse tema, se V. Ex^a tiver a paciência de ouvir um pouco mais, vai poder se tornar persuadido da proposta.

Eu gostaria de agora falar sobre o maior economista do Século XX, que foi John Maynard Keynes, que, em 1939, em *Como Pagar pela Guerra (How to Pay for The War)*, que ele escreveu para o *The Times*, procurou convencer os seus compatriotas, quando estavam para entrar na guerra contra a Alemanha e, depois, contra o Japão, que era necessário se preparar para a defesa e separar o necessário para isso. E como, em função da guerra, iria haver problemas sociais graves, ele, então, propôs que se separassem 2% do produto doméstico bruto do Reino Unido, à época, que correspondia a 5 bilhões de libras esterlinas e, portanto, 100 milhões de libras esterlinas para se prover uma Renda Básica. Em 1939, John Maynard Keynes.

Abba Lerner, que trabalhou com Oskar Lange sobre a Teoria Econômica do socialismo de mercado, em 1944, publicou “A Economia do Controle: A Economia do Bem-Estar”, em que propõe a instituição de uma soma fixa como um imposto de renda negativo para todos.

Outros laureados com o Nobel de Economia, defensores do sistema de mercado, argumentaram em favor da garantia de uma renda mínima para os que não tivessem o necessário para sobreviver. Assim, Friedrich Von Kayek, em “O Caminho da Servidão”, em 1944, e George Stigler, em “The Economic of Minimum Wage Legislation”, na *American Economic Review*, de 1946, observou que, se quiser combater a pobreza absoluta e promover o emprego, que é o que V. Ex^a deseja, melhor até do que o instrumento do salário mínimo, seria a instituição de um imposto de renda negativo que proveria uma renda mínima aos que não alcançassem o necessário com seus rendimentos. O mesmo

ponto, de maneira bastante didática foi popularizado por Milton Friedman...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –... em “Capitalismo e Liberdade”, em 1992. Mas quem mais se empenhou na elaboração e defesa de uma renda mínima, garantida ao longo, sobretudo dos anos sessenta e setenta, foi James Tobin, um seguidor de John Maynard Keynes, como é o Paul Krugman, hoje, o Prêmio Nobel brilhante, recente, que, em muitos aspectos, difere de Friedman, pois era um defensor das proposições de Keynes.

Em 1972, o Nobel, James Tobin, ajudou o candidato democrata, George McGovern a elaborar a proposta de um *Demogrant* de mil dólares anuais para todos os americanos, justamente o conceito de uma renda básica.

James Tobin, Paul Samuelson, John Kennedy Galbraith, Roberto Lampman, Harold Watts e 1.200 economistas, em 1968, encaminharam um manifesto ao Congresso norte-americano, em favor da adoção de um sistema de complementação e garantia de renda.

Em 1969, o Presidente Richard Nixon convidou Daniel Patrick Moynihan, um arquiteto de programas sociais dos Governos John Kennedy e Lindon Johnson, para desenhar o *The Family Assistance Plan*, que instituiria a garantia de uma renda mínima através de um imposto de renda negativo. Foi aprovado na Casa dos Representantes, mas barrado no Senado.

Naquela época, um dos que mais se empenharam pela garantia de uma renda foi Martin Luther King Jr., como se pode observar em seus inúmeros ensaios em *Where Do We Go From Here: Chaos or Community?*, de 1997, onde ele afirma: “Eu agora estou convencido de que o mais simples meio provará ser o mais eficaz – a solução para a pobreza é aboli-la diretamente por meio de uma medida agora amplamente discutida: a renda garantida”.

Em 2005, numa estada nos EUA, procurei o ex-Senador George Mc Govern, que havia perdido a eleição presidencial para Richard Nixon, em 1972, para lhe relatar que o Brasil havia aprovado a instituição de uma renda básica de cidadania, conceito semelhante ao que ele defendera em 1972. Ele ficou feliz e me disse: “Bem que me diziam que eu era uma pessoa com ideias adiante de seu tempo.”

Em 1974, o Congresso norte-americano aprovou uma proposta de imposto de renda negativo parcial, apenas para os que trabalham e não alcançam um patamar de renda, com o nome de *Earned Income Tax Credit*, ou Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, o qual teve um desenvolvimento importante. Hoje, Sena-

dor Mão Santa, mais de 23 milhões de famílias recebem essa complementação de renda nos Estados Unidos da América, que é de, mais ou menos, US\$2 mil por ano, em média. Esse programa se somou aos programas de assistência às famílias com crianças dependentes, substituído, em 1996, pela Assistência Temporária às Crianças Dependentes, ao Seguro Desemprego, aos Cupons de Alimentação, e à Seguridade Social. Nas últimas décadas, quase todos os países europeus criaram programas de transferências e garantias de renda, a exemplo da Renda Mínima de Inserção, na França, do Rendimento Familiar Mínimo, em Portugal, de benefícios às crianças de forma bastante generalizada. Nos países da América Latina, espalharam-se os programas de transferência de renda condicionada, como Oportunidades, no México, Chile Solidário, *Jefes e Jefas de Hogar*, ou, mais recentemente, *Asignación Familiar*, na Argentina, *Avancemos*, na Costa Rica, e *Ingreso Ciudadano*, no Uruguai.

Em 1986, em Louvain, na Bélgica, um grupo de cientistas sociais, economistas e filósofos, entre os quais Philippe Van Parijs, Guy Standing, Claus Offe, Robert van der Veen, criaram a BIEN, *Basic Income European Network*, para se constituir num fórum para debater todas as formas de transferência de renda nos mais diversos países e também para propugnar que em cada país se constitua uma Renda Básica Incondicional. Desde então, a cada dois anos, a BIEN tem realizado congressos internacionais. Em 2004, por ocasião do congresso realizado em Barcelona, como havia pesquisadores dos cinco continentes, propus que se transformasse a BIEN em *Basic Income Earth Network*, ou Rede Mundial da Renda Básica, o que foi aprovado consensualmente. Depois, houve o XI Congresso Internacional, em Cape Town, e o XII Congresso Internacional, em Dublin, em junho de 2008, quando foi feita uma consulta a nós, os treze brasileiros que ali estávamos, se poderíamos sediar o próximo, o XIII Congresso Internacional da BIEN. Assim ficou definido, pois dissemos que sim, e o XIII Congresso Internacional da BIEN vai ser realizado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, em 30 de junho, 1º e 2 de julho deste ano, 2010, e, felizmente, o Presidente Lula aceitou fazer a palestra de abertura na manhã do dia 1º de julho próximo.

No início dos anos 60, numa vila de pescadores, o prefeito ali observou que de lá saía uma grande riqueza na forma da pesca. Ele observou que havia muitas pessoas pobres na vila e propôs aos seus concidadãos: “Vamos...

(*Interrupção do som.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... criar um imposto de 3% sobre o valor da pesca para formar um fundo que a todos pertencerá.” Houve enorme resistência. “Mais um imposto. Sou contra”. Mas eis que conseguiu, após cinco anos, persuadir a comunidade, porque havia ali pessoas como o Senador Mão Santa, que, com o tempo, vou conseguir persuadir.

Finalmente, criado o fundo, a experiência deu tão certo que, dez anos depois, ele se tornou Governador do Estado do Alasca. E eis que o Alasca, no final dos anos 60, na baía de Prudhoe, encontrou, como agora achamos no fundo do Oceano Atlântico, enorme reserva petrolífera. Então, eleito Governador em 1976, disse ele aos seus então 300 mil concidadãos residentes no Alasca:

Nós precisamos pensar não apenas nesta geração, mas na futura. O petróleo e outros recursos naturais não são renováveis. Vamos, então, separar uma parcela dos royalties [que depois ficou estabelecida em 25%] decorrentes da exploração dos recursos naturais para instituir um fundo que a todos pertencerá.

E o que aconteceu? Esses recursos passaram a ser aplicados em títulos de renda fixa, ações de empresas do Alasca, contribuindo para diversificar sua economia, ações de empresas internacionais, inclusive brasileiras, as mais rentáveis, como da Petrobras, da Vale do Rio Doce, do Bradesco, do Itaú, e ações de empresas dos Estados Unidos e empreendimentos imobiliários. E o valor daquele fundo passou de US\$1 bilhão, em 1980, para US\$40 bilhões, atualmente.

Para cada pessoa residente no Alasca, pois a única condição é residir ali há um ano ou mais... Pergunto ao Senador Acir Gurgacz, só para dar um exemplo: quantas pessoas são na sua família?

O Sr. Acir Gurgacz (PDT – RO) – (*Inaudível. Fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Três.

Senador Mão Santa, para dar um exemplo, se V. Ex^a me permite fazer-lhe uma pergunta pessoal: quantas pessoas são na sua família?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu e Adalgisa temos quatro filhos e sete netos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vamos supor marido, mulher e quatro filhos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Suplicy, todos trabalham.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Todos trabalham.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Todos os meus filhos, graças a Deus. Eu acho que essa foi a maior riqueza que eu tive. Foi dar o exemplo. Pa-

dre Antonio Vieira dizia: “Palavra sem exemplo é um tiro sem bala”. O exemplo arrasta.

Já que o senhor não quis cantar o *Guerreiro Menino*, do Fagner, composição do Gonzaguinha, eu lhe lembrava do Luiz Gonzaga, nosso filósofo lá do Nordeste. Eu sou do Nordeste. Dizia ele que a esmola que você dá a um homem são – ele diz isto na sua cantoria bonita – mata de vergonha, humilha o cidadão e vicia. Mas eu ficaria com Deus mesmo, que disse: “Comerás o pão com o suor do seu rosto”.

É uma mensagem aos governantes para propiciar trabalho. Eu fui governante e procurei propiciar. A gente propicia. É dever do governante propiciar trabalho.

E aí, dos filósofos, de todos os economistas que você disse, permita-me ficar com Franklin Delano Roosevelt, paralítico, que governou os Estados Unidos quatro vezes. Ele ajudou a vencer a guerra. Ele, depois da recessão, disse: “Norte-americano, arrume um trabalho. Persista. Se não der certo, arrume outro trabalho”.

Está aí. Então, eu quero... Agora, que a caridade tem que ser feita... Amor, fé, esperança e caridade ninguém está contra. Mas ela é momentânea. Então, eu creio nessas minha crenças. Mas V. Ex^a é um homem muito generoso. Está defendendo aquilo que o apóstolo Paulo disse: fé, esperança e amor, que é caridade. Ele vai além e diz que a melhor das três é o amor.

Então, V. Ex^a merece todos os aplausos por esse amor, essa caridade, essa solidariedade. Mas a base maior é o trabalho. Essa é a minha crença.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...Gurgacz estivesse...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Olha, a família do Acir Gurgacz é de trabalho. Eu conheço a história e vou lhe dar o livro que ele me deu. Muito trabalho. Desbravaram o norte todinho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a já conhece o que acontece no Alasca? Gostaria de conhecer?

Então, vamos supor que estivesse o Senador Acir Gurgacz vivendo no Alasca. Entre 1º de janeiro e 31 de março, teria preenchido um *application form*, um requerimento, e o Senador Mão Santa também. Ele poderia até se recusar a fazê-lo, mas vamos supor que estivesse inscrito. O Senador Mão Santa trabalha aqui no Senado e vive em tal endereço, e que V. Ex^a também tivesse escrito assim. Teria ainda colocado, não precisaria responder qual o seu rendimento, qual o seu patrimônio – isso não vai afetar –, teria que esclarecer que residia aqui há um ano ou mais... Então, no ano passado, fui ao Alasca verificar se o que o Senador me contou era verdade e realmente funciona.

Poucas perguntas adicionais, e duas pessoas que lhe conhecem testemunham se a declaração é verdadeira. V. Ex^a responde por suas crianças até 18 anos, o Senador Mão Santa também, enquanto tivesse crianças pequenas.

E quem assim procedeu, quando chegar a última semana de setembro ou a primeira de outubro, teria recebido, por transferência eletrônica, na sua conta bancária, ou por cheque enviado à sua residência, se assim preferiu, nos primeiros anos, 80, cerca de 300, depois 400, 500. No ano de 2008, inclusive com a Sarah Palin como Governadora, foram US\$2,609 por pessoa, e portanto, em uma família de três pessoas, como a de V. Ex^a, seriam mais de US\$7 mil; em uma família de seis pessoas ou até dez, se contarmos os netos, seriam mais de US\$26 mil – e a família do Senador Mão Santa, se estivesse lá vivendo – e ele jamais ia deixar de trabalhar por ter recebido o direito, mais do que natural, de todos participarem da riqueza da nação.

Eu gostaria de informar que, se em 1976, quando o Governador Jay Hammond propôs aquele fundo para todos os 300 mil residentes do Alasca, 76 mil votaram “sim”, 38 mil votaram “não” – dois para um, venceu. E hoje, conforme estudo do economista Professor Scott Goldsmith....

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...da Universidade do Alasca, hoje é considerado suicídio político para qualquer liderança propor o fim dessa sistemática. E por que razão? Porque fez do Alasca o mais igualitário dos 50 estados norte-americanos.

Veja: nos Estados Unidos da América, nos 50 Estados onde funcionam todos aqueles sistemas de transferência de renda, inclusive o crédito fiscal por remuneração recebida, que paga um complemento de renda a quem trabalha mas não consegue atingir certo patamar, então se paga para estimular o trabalho, durante os anos 1990, de 1989 a 1999, houve um crescimento do rendimento anual médio das famílias 20% mais ricas de 26%; das famílias 20% mais pobres, de 12%. Portanto, houve concentração de riqueza. Já no Alasca, graças a se distribuir cerca de 6% do produto doméstico bruto igualmente para todos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eduardo Suplicy, V. Ex^a me permite...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas V. Ex^a vai me interromper na hora em quem apresento o xeque-mate!

No Alasca, graças a se ter distribuído 6% do produto doméstico bruto igual para todos os seus habitantes, que hoje são quase 700 mil, qual foi o resul-

tado? As famílias 20% mais ricas cresceram no seu rendimento médio 7%. As famílias 20% mais pobres cresceram 28%. Ou seja, do ponto de vista de quem deseja criar uma sociedade com maior equidade, com maior igualdade, não há dúvida de que houve bons resultados.

Gostaria de informar a V. Ex^a que...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a foi extremamente generoso comigo, então, não vou abusar. De minhas quinze páginas, estou na décima, então...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não, eu fico no debate qualificado. Mas V. Ex^a vai entender. V. Ex^a citou muita gente aí. Vou citar eu mesmo. Por isso estou aqui.

Fui prefeito, V. Ex^a não foi. Então, vou dizer como eu procedi. Estou aqui para trazer essas experiências. Não vim contar, não; eu sei. Fui prefeito e trabalhava mesmo. Entrava às 7 horas; até uma hora, era aquele negócio de despachar, secretários... Suplicy, olhe para cá, aprenda. Estou aqui para ensinar.

Fui prefeito, Lula não foi. Conheci isso tudinho que esses teóricos fizeram. E sabe o que eles acham? Às 13 horas, eu abria a porta, na cidade de Parnaíba. Estou dizendo, eles estão me ouvindo. Por isso estou aqui. Preste atenção, eu tenho a ensinar. E estou aqui por isso.

V. Ex^a foi o melhor Presidente da Câmara Municipal que São Paulo já teve.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – E com trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Foi por isso, pela austeridade de V. Ex^a. E vou dizer porque eu estou aqui. Às 13 horas, eu abria a porta, entravam 20, 30... Eu enfrentava o povo. Eu sei disso. Eu sou médico, eu sei psicologia. Preste atenção. Aí, chegava um cara e dizia: “Dr. Francisco” – é como sou conhecido lá – “estou com fome, estou sem trabalho, estou morrendo aqui de fome”.

E eu, Prefeito comecei, criei – não ouvi conversa não, eu fiz história... comecei a dar bilhete de acordo com o lugar onde moravam: “Vai comer em tal restaurante”. Aí ele olhava assim e dizia: “Mas minha mulher também não tem”. Aí eu dava dois para os restaurantes. Aqueles homens tinham tanta vergonha e dignidade... Quem está dizendo sou eu, não é esse negócio de teoria, não.

Cidade pequena, Prefeito sabe tudo...Eles vinham duas, três vezes e pronto. Não vinham mais, eles achavam aquilo, como diz o Luiz Gonzaga, uma humilhação, uma vergonha. Eles arrumavam trabalho.

Então, foi evoluindo a ideia. Eu dava. E estou falando aqui, e a minha cidade está ouvindo. Não tinha negócio de fome não, nunca teve. Eu saí prefeito de lá, fui candidato a Governador do Estado. Tinha quatro candidatos, eu tive 93,84% dos votos dessa cidade. Tinha um candidato do PT. Teve uma urna lá que deu 276 para Mão Santa; 2, Átila Lira, que era o mais forte; PT, zero; e o outro, zero. Dava bilhetes de acordo com o bairro para o restaurante, mandava recolher e pagar. Olhe para cá. Eu que fiz, criei esse negócio de programa social e paguei caro por isso, fui o primeiro injustiçado, fui cassado – a maior imoralidade da justiça, como V. Ex^a acabou de dizer.

Quando chegamos em Teresina, eu criei... Do lado do Palácio, tinha um batalhão, minha mulher, D. Adalgisa, chegou lá e disse: “Você não precisa de proteção”. Botamos os soldados para fora, e ela fez o primeiro restaurante “Sopa na Mão”, o primeiro do País. Garotinho foi comer lá, Mário Covas foi comer lá, eu os levava. E aquilo foi se expandindo, quando eu vi, estava no Estado todo. Eu fui cassado, e disseram... É a página mais negra e mais imoral dessa justiça da história do mundo, não é do Brasil. Porque aí disseram que eu dei comida – “Sopa na Mão” – e o nome mão, Mão Santa...

Eu tinha um programa, “Luz Santa” – Luiz Inácio não inventou caridade não. “Luz Santa”, melhor programa do que esses que estão aí: eram 30 quilowatts. Corresponde a uma casa com quatro lâmpadas e o serviço social pagava. E o nome “Luz Santa”, Mão Santa.

Água, eu nunca cortei de um pobre. O rico não vai ao banco e parcela em dez anos? Então, aquelas contas atrasadas eu mandava parcelar, o serviço social... Chamavam isso de “Água Santa”. E dei remédio. Dei e dei mesmo. E se voltar ao executivo, vou dar mais. Não estou convencido de que não... Agora, eu nunca pedi título, não pedi voto. Dava de comer a todo mundo. Mário Covas foi lá, Garotinho. Foi o primeiro restaurante popular no Brasil. Foi o nosso. Nós sabemos o que é sensibilidade.

Mas quero, como primário, como mais importante, ensinar ao povo do Brasil dois caminhos: o estudo e o trabalho. Essa é minha causa. Rui Barbosa disse: “Oração e trabalho”. Eu digo: “Estudo e trabalho”. Essa é a minha crença. Quer dizer, esses programas sociais, Suplicy, têm de existir. Por isso digo que o Prefeito deve transformar em estudo, em caminhos para trabalho. E se consegue encaminhar uma pessoa para o trabalho, a não ser os deficientes, que têm que ter uma rede de proteção.

Então, temos muita coisa em comum, essa sensibilidade, essa generosidade. Apenas eu valorizo mais o trabalho e o resultado do trabalho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a...

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Pois não, cinco minutos para V. Ex^a. Debate qualificado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, vou procurar, nesses cinco minutos, sintetizar os pontos principais e, sobretudo, dizer-lhe que tenho convicção de que a renda básica de cidadania é muito consistente com a promoção do trabalho. A sua implantação será fundamental para aumentar as oportunidades de trabalho para todas as pessoas no Brasil, e muito mais de acordo com sua vocação, sua vontade.

A propósito da renda básica de cidadania, assinala o grande filósofo e economista Philippe Van Parijs, em *Real Freedom for All. What (if anything) may justify capitalism?* – “Liberdade real para todos. O que (se é que há alguma coisa) pode justificar o capitalismo?” –, que, se desejarmos de fato uma sociedade justa, temos de colocar em prática os princípios de justiça estabelecidos por um dos maiores filósofos contemporâneos, John Rawls, da Universidade de Harvard. Ele diz que, se nós quisermos criar uma sociedade justa, precisamos colocar em prática os instrumentos que realizem os três princípios de justiça, que são os seguintes:

1. Toda pessoa tem direito igual ao conjunto mais extenso de liberdades fundamentais que seja compatível com a atribuição a todos desse mesmo conjunto de liberdades (princípio de igual liberdade);

2. as desigualdades de vantagens socioeconômicas só se justificam se (a) contribuem para melhorar a sorte dos membros menos favorecidos da sociedade (princípio da diferença), e se (b) são ligadas a posições que todos têm oportunidades equitativas de ocupar (princípio de igualdade de oportunidades).

Então, Philippe Van Parijs explica muito bem que, se desejarmos colocar em prática esses princípios, a Renda Básica de Cidadania é o instrumento que mais contribuirá para essa finalidade.

Na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o Deputado Ciro Gomes é hoje o relator da proposta que cria o Fundo Brasil de Cidadania, que guarda relação com o Fundo Social Pré-Sal, de minha autoria, já aprovado aqui no Senado Federal, que estabelece que será separada uma proporção dos *royalties* decorrentes da exploração dos recursos naturais, uma proporção das diversas concessões de serviços e obras públicas e também uma proporção dos aluguéis dos imóveis pertencentes à União e outros recursos para

constituir um fundo que poderá financiar uma Renda Básica de Cidadania para toda a população.

Quanto mais pessoas compreenderem como a Renda Básica contribuirá para a construção de um Brasil civilizado e justo, mais estarão dizendo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à Presidente Dilma Rousseff, ao Presidente José Serra, à Presidente Marina Silva ou ao Presidente Ciro Gomes: “É uma boa proposta. Vamos logo colocá-la em prática”.

Tenho convicção, Sr. Presidente Mão Santa, de que, em breve, experiências pioneiras mostrarão a importância de se implantar uma renda básica de cidadania. Refiro-me, por exemplo, àquilo que está para acontecer em Santo Antônio do Pinhal, onde o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira encaminhou projeto de lei sobre a matéria à Câmara, os nove Vereadores o aprovaram e ele sancionou em novembro último.

Além dessa, há experiências como as que ocorrem em Omitara/Otjivero, a cem quilômetros de Windhoek, na Namíbia: em uma vila rural, mil habitantes passaram, há dois anos, a receber uma renda básica modesta, equivalente a doze ou treze dólares norte-americanos ou cem dólares da Namíbia. Reportagem da revista *Der Spiegel*, de agosto último, Senador Presidente Mão Santa, indica que os resultados de dois anos de concessão de uma renda básica de cidadania modesta naquela vila aumentou a atividade econômica, o empreendedorismo, inclusive das mulheres, e melhorou a frequência das crianças às escolas. Então, quero lhe passar a reportagem da revista *Der Spiegel* que mostra como, em um país em desenvolvimento pobre como a Namíbia, a experiência da renda básica, tão estimulada pelo bispo Zephania Kameeta, está dando certo e trazendo consequências positivas, inclusive no sentido da consecução do objetivo que V. Ex^a tanto aqui assinalou – o importante é as pessoas trabalharem. Pois lá as pessoas estão trabalhando mais, com muito maior autoestima, melhorou o nível de equidade social e diminuiu consideravelmente a pobreza absoluta.

Portanto, trata-se de olhar para ver.

Eu irei, a caminho de Munique – recebi um convite para visitar aquela cidade –, passar na Namíbia para verificar essa experiência *in loco*.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a é o Líder do PT?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sou Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Do Governo? Não.

Valdir Raupp ontem fez um belo pronunciamento nesta Casa, dizendo que ainda há mais de vinte milhões abaixo da linha da pobreza. Ou seja, não estamos contra

não, estamos aplaudindo emergencialmente o que foi feito, mas ele mesmo, o Líder, diz: “Só tem uma saída, que é a educação”. Ela vai acabar com isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Educação é fundamental, e a Renda Básica de Cidadania contribuirá para a erradicação da pobreza absoluta desses vinte milhões de habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há essa pobreza que V. Ex^a está descobrindo e que está nas pesquisas, mas há também a concentração de renda: estamos, entre os trezentos países do mundo, entre os sete piores!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Há muita desigualdade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pois é, mas maior do que essa concentração de renda é a concentração do saber, que está só nas mãos dos ricos.

Neste País – atentai bem ao que vou lhe dizer –, 74% dos brasileiros – aprendi isso com a professora Marisa Serrano – não têm um livro. Este País nos envergonha. Este Senado, aberto, em uma luta do professor Cristovam Buarque e de todos nós, aprovou um piso para a professora, a mãe da sabedoria, a única classe cujos membros também são chamados de mestres, como Cristo. Hoje, o País, os Poderes, que somos nós, a Justiça... Ele é ilegítimo! Novecentos e sessenta reais!

Quanto ganha o pessoal da Justiça? Quanto ganham as professorinhas? Quanto ganham os médicos?

Então, reconheço essa preocupação de V. Ex^a, mas acho que maior ainda é a falta de chance de saber da população: 74% dos brasileiros e brasileiras não têm um livro.

Isso aqui foi muito positivo. Eu aprendi muito com V. Ex^a e acho que V. Ex^a poderá ser um grande Governador de São Paulo, como V. Ex^a foi o melhor Presidente da Câmara Municipal da cidade de São Paulo. Isso explica o povo ter reconhecido a sua austeridade e o exemplo do seu bisavô – homem que mais deu trabalho e emprego no Brasil –, elegendo-o várias vezes Senador da República.

Muito agradecido. Foi um debate qualificado. Nós ainda vamos ter esse ponto de encontro. V. Ex^a trouxe aqui aquilo que é fundamental: a generosidade, o amor e a caridade, que nunca registrei – confessei até que fiz intensamente no meu governo, não é? Fui até mal compreendido, não é?

Mas a minha crença é nessa... Eu cheguei aqui acreditando no estudo e no trabalho, uma passada no estudo e no trabalho.

Então, nós agradecemos a V. Ex^a.

Há poucos dias me perguntaram sobre V. Ex^a. Eu disse: “É o homem que trabalha mais lá. Eu acho que ele chega às cinco horas da manhã e é o último que sai, cheio de livros”. Todos nós o respeitamos, porque V. Ex^a simboliza o trabalho aqui. V. Ex^a tem muito carinho de todos os Senadores, porque todos nós o reconhecemos. V. Ex^a tem porte atlético, é um atleta – ouvi dizer que luta jiu-jitsu, boxe –, mas nunca usou sua força para outra coisa que não fosse carregar pastas e livros e defender suas teses.

Os nossos parabéns e os nossos cumprimentos.

São Paulo trouxe para cá esse grande e extraordinário líder, que é Suplicy. Votaram na austeridade que V. Ex^a teve na Câmara, saiu de Vereador para Senador. Isso é um pulo difícil na história do Brasil. E o exemplo do bisavô de V. Ex^a, que lá no Piauí nós admiramos, todo o mundo admira. Era o homem-trabalho, o homem que criava empreendimentos, o homem empreendedor, o homem que fazia a riqueza. Isso somou ao que a gente é.

Então, meus parabéns!

Permita-me encerrar a sessão?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só quero alguns segundos para agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Um minuto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...a atenção de V. Ex^a. Eu gostaria de dizer da minha adolescência e juventude. Como muitas pessoas, impressionaram-me os ensinamentos, de um lado, de Jesus, de outro lado, de Karl Marx. V. Ex^a sabe que um dia eu fui explicar para a CNBB, para as Comunidades Eclesiais de Base, as Pastorais da Terra a Renda Básica de Cidadania e observei que era consistente com os ensinamentos de Karl Marx, que disse que quando a sociedade humana estiver mais amadurecida se poderá inscrever como lema da bandeira na sociedade de cada um, de acordo com a sua capacidade e a cada um de acordo com as suas necessidades. E foi então que D. Luciano Mendes de Almeida, o saudoso Presidente da CNBB me disse: “Eduardo, você não precisa citar Karl Marx, porque ele é muito mais bem defendido por São Paulo, na II Epístola aos Coríntios, tal como eu aqui citei. Daí eu li essa Epístola tão bonita, em que ele diz que deveríamos todos seguir o exemplo de Jesus que, em sendo tão poderoso, resolveu se solidarizar e viver dentre os mais pobres, de tal maneira que conforme está escrito, para que haja justiça, para que haja igualdade, todo aquele que tenha uma safra abundante demais não tenha demais, todo aquele que teve uma safra pequena não tenha de menos.

Eu agradeço muito a atenção de ambos os Senadores Acir Gurgacz e o Senador Mão Santa com quem, mesmo com as nossas divergências, nós aprendemos uns com os outros e bastante.

Como dizia o amigo Carlito Maia, “o que nós precisamos é uns dos outros.”

Peço a V. Ex^a que inclua o meu discurso todo como lido.

SEGUE, NA ÍNTEGRA PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY.

**Do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania
Para os trabalhadores da agricultura familiar e para meus netos**

Eduardo Matarazzo Suplicy
Senador PT-São Paulo

Meus queridos netos Teodoro, Bernardo, Laura, Maria Luiza e Felipe:

Eu gostaria muito de explicar a vocês uma proposta em que tanto eu, seu avô, acredito que será boa para todas as pessoas, tanto aqui em nosso país, o Brasil, quanto em todos os países do mundo. Trata-se da instituição de uma Renda Básica de Cidadania. Outro dia eu encontrei o Ziraldo, um dos maiores cartunistas brasileiros. No último dia 21 de outubro ele ganhou o Prêmio Quevedos, na Espanha, pelo conjunto de seu extraordinário trabalho. Eu dei a ele o meu livro sobre a RBC e disse que tinha tido a idéia, por muitos amigos estimulada, de que ele pudesse escrever uma história em quadrinhos a respeito. Foi então que ele me disse que me daria essa história de presente, o que me deixou muito feliz. Pediu-me que eu escrevesse a história da Renda Básica para as crianças.

Por esta razão achei que será ótimo se eu puder explicar a Renda Básica de Cidadania para meus netos, para toda e qualquer pessoa e também para o menino maluquinho, que é o principal personagem das histórias em quadrinhos do Ziraldo. Vocês vão notar que algumas vezes tive que usar algumas palavras difíceis, que só entenderão melhor quando crescerem. É que resolvi escrever um texto relativamente simples, que pudesse resumir o que explico em maior detalhe em meus livros **Renda de Cidadania. A Saída é pela Porta (Cortez Editora e Ed. Fundação Perseu Abramo, 5^a ed. 2008) e **Renda Básica de Cidadania. A Resposta dada pelo Vento** (L&PM, 3^a ed. 2008).**

A Renda Básica de Cidadania, suficiente, na medida do possível, para atender as necessidades vitais de cada pessoa, será paga a todos os habitantes de uma comunidade, de um município, de um Estado, de um País, ou até mesmo um dia de todo um Continente ou do Planeta Terra. Não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, todas as pessoas passarão a ter o direito de receber a Renda Básica de Cidadania como um direito de participar da riqueza daquela comunidade, município, Estado, País, Continente ou da Terra. Será igual para todas.

Por que pagar igualmente a todas as pessoas? Até mesmo aos que têm mais recursos e não precisam dela para a sua sobrevivência, como o Pelé, a Xuxa, o Presidente Lula, o Senador Suplicy, o Ziraldo ou até mesmo nosso empresário mais bem sucedido, Antônio Ermirio de Moraes?

Porque os que têm mais vão colaborar para que eles próprios e todos os demais venham a receber.

E quais as vantagens de tal procedimento?

Primeiro é muito mais fácil de explicar o conceito da Renda Básica de Cidadania do que os diversos programas de transferência de renda que existem em nosso país e em quase todos os países.

Por exemplo: notem quanto tempo preciso para explicar o Programa Bolsa Família que existe no Brasil desde outubro de 2003, tendo em conta os valores válidos a partir de setembro de 2009.

Toda família no Brasil que tiver uma renda mensal per capita ou por pessoa inferior a R\$ 140,00, passa a ter o direito de receber um benefício que se inicia pelo valor mensal de R\$ 68,00, no caso desta família ter uma renda familiar mensal por pessoa inferior a R\$ 70,00. Terá ainda o direito de receber R\$ 22,00, R\$ 44,00 ou R\$ 66,00, caso a família tenha, respectivamente, uma, duas, três ou mais crianças de até 16 anos de idade. E ainda mais R\$ 33,00 por jovem, até o máximo de dois, entre 16 e 18 anos. Portanto, o Programa Bolsa Família paga um mínimo de R\$ 22,00 e um máximo de R\$ 200,00 por mês. O valor médio do benefício é de R\$ 95,00 por família. O orçamento previsto do Programa Bolsa Família em 2009 é de R\$ 11.434 bilhões. O tamanho médio da família brasileira está em torno de 3,5 pessoas. É um pouco maior para as famílias **nesta faixa de renda. Há obrigações que as famílias necessitam cumprir. Caso a mãe esteja grávida, deverá comparecer na rede pública de saúde, seja o posto de saúde ou hospital no município, para fazer o exame pré-natal e ter a sua saúde acompanhada. As crianças de até 06 anos devem ser levadas por seus pais para serem vacinadas segundo o calendário do Ministério da Saúde. As crianças de 07 a 16 anos devem frequentar pelo menos 85% das aulas. Os adolescentes de 16 a 18 anos devem frequentar pelo menos 75% das aulas.**

Suponhamos que a partir de janeiro do ano que vem o governo anunciasse que vai iniciar a Renda Básica de Cidadania, mesmo com um valor modesto acima do que é pago às pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Então o governo diria:

A partir de janeiro próximo, todas as pessoas no Brasil, inclusive as estrangeiras aqui residentes há cinco anos ou mais, não importa a sua condição sócio-econômica, passará a receber R\$ 40,00 por mês. Numa família de seis pessoas, o total será de R\$ 240,00. Com o progresso do país, esse valor será aumentado, digamos para R\$ 100,00, um dia para R\$ 500,00, e assim por diante. A ninguém será negado. Será incondicional.

Não é muito mais fácil de compreender? Até para o menino maluquinho?

E quais são as outras vantagens de se pagar igual para todos?

Eliminamos a burocracia envolvida em se ter que saber quanto cada um ganha no mercado formal ou informal. Ou seja, na carteira de trabalho do trabalhador, do funcionário público ou no pagamento feito com nota para qualquer pessoa em retribuição a alguma atividade. Ou que não tenha sido registrado, como por exemplo, o recebimento pago nas ruas à pessoa que toma conta do automóvel, à vizinha para lavar a sua roupa ou ter tomado conta de suas crianças, enquanto foi ao trabalho, ao comprar algo na feira ou de um vendedor ambulante.

Eliminamos qualquer estigma ou sentimento de vergonha de a pessoa ter de declarar: eu só recebo tanto, por isso necessito um complemento de renda para minha sobrevivência.

Eliminamos o fenômeno da dependência que ocorre quando há programas que dizem: quem não recebe até tanto, tem o direito de receber tal complemento. E a pessoa está por decidir. Vou ou não iniciar esta atividade? Mas se eu a fizer, passo a receber tanto, e daí vem o governo e me tira o que eu estava ganhando? Então, é possível que resolva não fazer aquele trabalho e assim entro na armadilha do desemprego ou da pobreza.

Se todos nós, entretanto, soubermos que daqui para frente, cada um de nós e todos em nossa família têm o direito à Renda Básica de Cidadania, qualquer trabalho que fizermos significará um acréscimo de rendimento e, portanto, haverá sempre o estímulo ao progresso.

A vantagem mais importante da Renda Básica de Cidadania é que ela elevará o grau de dignidade e de liberdade de todas as pessoas. Temos que pensar, como diz o grande economista Amartya Sen, que desenvolvimento, se for para valer, deve significar maior grau de liberdade para todos na sociedade. No caso, por exemplo, de uma moça que não vê alternativa para a sua sobrevivência que não seja vender o seu corpo. Ou de um jovem que para ajudar o sustento de si próprio e da família se vê levado a se tornar um "aviãozinho" de uma quadrilha de narcotráfico. Ou ainda, de um trabalhador no meio rural que só consegue um trabalho em condições semelhantes à da escravidão. Se estiver em vigência a Renda Básica de Cidadania para essas pessoas e para todas em suas famílias, elas certamente poderão dizer não para quem oferece aquela única alternativa, e esperar um pouco mais até que surja uma oportunidade mais de acordo com sua propensão ou vocação. Quem sabe possam até fazer um curso profissionalizante durante algum tempo até que surja melhor oferta.

Alguns de vocês podem então pensar: mas será que a Renda Básica não vai estimular a ociosidade? O que vamos fazer com aquelas pessoas que tenham uma tendência forte à vagabundagem? Será mesmo que existem tantas? Pensemos um pouco.

Todos nós seres humanos amamos fazer uma porção de coisas. E nos sentimos responsáveis por fazer uma série de atividades, mesmo sem um pagamento no mercado. Por exemplo, as mães quando estão amamentando seus nenês, com muito amor. Nós, pais e mães, quando cuidamos de nossas crianças, para que se alimentem, não se machuquem, bem se desenvolvam. Quando nossos pais e avós são mais velhos e precisam de nossa assistência. Ali nas organizações de bairros, nas igrejas das mais diversas denominações, nos diretórios acadêmicos em que tantos de nós realizamos trabalhos voluntários porque nos sentimos úteis à comunidade. Quando os grandes pintores, Vincent Van Gogh e Amedeo Modigliani pintaram as suas obras, saíam pelas ruas para tentar vendê-las, obter a sua sobrevivência, mal conseguiam. Ambos ficaram doentes e morreram precocemente. Hoje as suas obras são vendidas por milhões de dólares.

Ademais, a nossa Constituição assegura o direito à propriedade privada. O que significa que os proprietários das fábricas, das fazendas, dos hotéis, dos restaurantes, dos bancos, dos imóveis dos títulos financeiros têm o direito de receber os rendimentos do capital, ou seja, os lucros, os aluguéis e os juros. Por acaso está escrito na lei brasileira que para receber tais rendimentos os proprietários do capital precisam necessariamente demonstrar que estejam trabalhando? Não, e normalmente eles trabalham, inclusive muitos também dedicam boa parte de seu tempo para o trabalho voluntário. Por acaso, para receber aqueles rendimentos, eles precisam demonstrar que suas crianças estejam frequentando a escola? Não. Entretanto, fazem questão que elas estejam nas melhores escolas.

Portanto, se asseguramos aos que têm mais recursos o direito de receber aqueles rendimentos sem aquelas condicionalidades, por que não estender a todas as pessoas, ricas e pobres, o direito de todas participarem da riqueza da nação como um direito de todos sermos brasileiros e brasileiras? Ainda mais quando consideramos certos aspectos de nossa história: Como o fato de, por mais de três séculos, pessoas terem sido arrancadas da África para virem trabalhar como escravos no Brasil e assim ajudar na acumulação de capital de muitas famílias. Ou então, como o Presidente Lula tem dito, parece que Deus é brasileiro, ajudou a Petrobrás a encontrar o petróleo na camada pré-sal no fundo do Oceano Atlântico. Vocês consideram uma boa idéia que todos os brasileiros venham a participar desta riqueza através de uma modesta renda que permita a sua sobrevivência, igual para todos, como um direito à cidadania?

Trata-se de uma proposta de bom senso. Seus fundamentos foram elaborados ao longo da história da humanidade e estão presentes em todas as religiões e no raciocínio de grandes filósofos, economistas e pensadores do mais largo espectro.

Quando vocês saíram de casa hoje, o fizeram pela janela ou por onde?

Pela porta? Pois bem, já dizia o Mestre Confúcio, 520 anos antes de Cristo que a incerteza é pior que a pobreza. E pode alguém sair de casa senão pela porta?

Justamente queremos demonstrar que se desejarmos acabar com a pobreza absoluta, tornarmos a sociedade mais igual e justa e assegurarmos dignidade e liberdade real para todos na sociedade, uma solução tão simples quanto sairmos de casa pela porta é instituímos uma Renda Básica de Cidadania.

300 anos antes de Cristo, no livro "Política", o filósofo Aristóteles ensinava que a política é a ciência de como alcançar uma vida justa para todos – o bem comum. Para isto, se fazia necessária a justiça política, que precisava ser precedida da justiça distributiva, que torna mais iguais os desiguais.

Qual a palavra na Bíblia Sagrada, em hebraico, mais citada, 513 vezes, no Antigo Testamento? É Tzedaka, que quer dizer justiça social, justiça na sociedade, que era o grande anseio do povo judeu, como também o é do povo palestino.

No Novo Testamento, nos Atos dos Apóstolos, nós observamos que eles resolveram juntar todos os seus bens, viver em solidariedade, de maneira a prover cada um de acordo com as suas necessidades. Nas parábolas de Jesus, como a do Senhor da Vinha, encontramos princípios semelhantes. O senhor da vinha contratou inúmeros trabalhadores ao longo do dia. Com cada um combinou o que ambos consideravam justo. Ao final do dia começou a fazer os pagamentos pelo último que ali chegou. Quando pagou ao primeiro, este lhe perguntou: Mas o senhor está me pagando igual ao último que aqui chegou e eu trabalhei mais do que ele? Ora, você não percebe, respondeu o senhor, eu estou lhe pagando aquilo que ambos combinamos como justo e que o último que aqui chegou também tem o direito de receber o necessário para o sustento de sua família?

Na Segunda Epístola de São Paulo aos Coríntios, ele recomenda a todos que sigamos o exemplo de Jesus que, sendo tão poderoso, resolveu viver entre os pobres, e ~~solidário a eles. De tal maneira, conforme está escrito, para que haja justiça, para que haja igualdade, todo aquele que teve uma safra abundante, não tenha demais. E todo aquele que teve uma safra pequena, não tenha de menos.~~

Também os seguidores de Maomé, do Alcorão e do Islamismo, neste aspecto, seguem princípios semelhantes. No Livro dos Hadis, dos quatro califas, o segundo deles, Omar, diz: Toda a pessoa que detém um grande patrimônio deve separar uma parte dele para aqueles que pouco ou nada têm.

No Budismo, como escrito por Dalai Lama, em "Uma Ética para o Novo Milênio", ele diz que se for para aceitar o consumo tão suntuoso dos mais ricos nós precisamos antes assegurar a sobrevivência de toda a humanidade.

Se seguirmos um pouco mais adiante na História, no início do Século XVI, podemos encontrar os ensinamentos de um grande humanista que foi Thomas More. Em 1516, ele escreveu um livro muito gostoso de ler, "Utopia", que fala de um lugar onde tudo funcionaria bem. A certa altura há um diálogo sobre a pena de morte que, introduzida na Inglaterra, não havia colaborado para diminuir a criminalidade violenta, os assaltos, os roubos e os assassinatos. Então, um personagem comenta que muito melhor do que infligir estes castigos horríveis em quem não tem outra alternativa senão a de primeiro roubar, para depois ser transformado em cadáver, é você assegurar a sobrevivência de todas as pessoas. Com base nesta reflexão, um amigo de Thomas More, Juan Luis Vives, escreveu para o prefeito da cidade flamenga de Bruges, em 1526, um tratado de subvenção aos pobres onde, pela primeira vez propôs uma garantia de renda mínima.

Mais de dois séculos depois, Thomas Paine, considerado um dos grandes ideólogos das Revoluções Americana e Francesa, explicou para a Assembléia Nacional da França, em 1795, em Justiça Agrária, que a pobreza é algo que tem sua origem na civilização e na propriedade privada. Lá na América, que ele conheceu antes da Independência, ele não enxergava tamanha destituição e pobreza quanto nas vilas e cidades européias de então. Mas considerava de bom senso que uma pessoa que cultive a terra e faça nela benfeitorias possa usufruir de seu trabalho na sua propriedade. Deveria, entretanto, separar uma parcela desse rendimento para um fundo que a todos deveria pertencer. E desse fundo, uma vez acumulado, se pagaria a cada pessoa residente neste país tanto um capital básico e uma renda básica, não como uma caridade, mas como um direito de todos participarem da riqueza da nação e que lhes foi retirado quando instituída a propriedade privada. E esta era uma proposta para todos os países.

Outro inglês, professor primário, Thomas Spence, num folheto publicado em Londres com o título "Os direitos das crianças" (1797) propõe: que cada localidade coloque em leilão o uso de todos os bens imóveis existentes, que utilize a receita para cobrir todas as despesas públicas locais, inclusive a construção e a manutenção dos imóveis, assim como os impostos devidos ao governo. E que distribua trimestralmente o excedente em partes iguais entre todos os habitantes, cuja subsistência será assim assegurada.

Em 1848, Joseph Charlier, em "Solução do problema social", afirma que todos os ~~homens têm o direito a gozar dos recursos naturais criados pela Providência para que~~ possam prover às suas necessidades. Em "Princípios de Economia Política" (1848), o economista e filósofo inglês, John Stuart Mill defendeu que se deveria atribuir a cada pessoa, seja ou não capaz de trabalhar, um mínimo de subsistência.

No Século XX, filósofos e economistas das mais diversas tendências, depois de examinarem as mais diversas ideologias e proposições, chegaram à uma conclusão comum, como a expressa por Bertrand Russel, em 1918, em "Os Caminhos para a Liberdade: socialismo, anarquismo e sindicalismo":

"O Plano que estamos preconizando reduz-se essencialmente a isso: que certa renda, suficiente para as necessidades, será garantida a todos, quer trabalhem ou não, e que uma renda maior – tanto maior quanto o permita a quantidade total de bens produzidos – deverá ser proporcionada aos que estiverem dispostos a dedicar-se a algum trabalho que a comunidade reconheça como valioso".

Em 1920, em "Um Esquema para um Bonus Social", o casal Dennis e Mabel Milner propuseram que

"Todo indivíduo, todo o tempo, deveria receber de um fundo central uma pequena soma em dinheiro que seria suficiente para manter a vida e a liberdade se tudo o mais falhasse: que toda pessoa deveria receber uma parte de um fundo central, de maneira que toda pessoa que tenha certa renda deveria contribuir com uma parcela proporcional à sua capacidade".

Em 1937, a grande economista Joan Robinson, em "Introdução à Teoria do Pleno Emprego", propôs que se distribua a todos, aos sábados, uma libra. Seu colega na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, que também conviveu com John Maynard Keynes e que, em 1977, foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia, James Edward

Meade, foi um dos principais defensores da Renda de Cidadania. Desde quando ele elaborou "Diretriz de Política Econômica para um Governo Trabalhista", em 1935, até trabalhar de forma mais amadurecida em sua trilogia sobre Agathotopia, em 1989, 1992 e 1995, ela desenvolveu uma bela argumentação.

Meade relata sua longa viagem em busca de Utopia. Por mais que navegasse, não conseguiu encontrá-la. No caminho de volta, deparou-se com Agathotopia. Um economista que se tornou seu amigo lhe disse que os agathotopianos sabiam onde ficava Utopia, mas não iriam lhe contar, pois tinham uma grande diferença com os utopianos, que eram seres humanos perfeitos que viviam num lugar perfeito. Os agathotopianos eram seres humanos imperfeitos, que cometiam as suas bobagens e perfidias, mas que tinham conseguido construir um bom lugar para se viver.

Meade observou que em Agathotopia eles haviam construído instituições e arranjos sociais que eram os melhores para, simultaneamente, se alcançar os objetivos de liberdade, no sentido de cada um poder escolher no que trabalhar e de poder gastar o que receber no que quiser; de igualdade, no sentido de não haver grandes disparidades de riqueza e renda; e de eficiência, no sentido de se alcançar o maior padrão de vida possível com os recursos e a tecnologia vigentes.

E quais eram os arranjos? Flexibilidade de preços e salários para haver a boa alocação de recursos; formas de associação entre trabalhadores e empresários, de maneira que aqueles fossem contratados não apenas por salários, mas também por participação nos resultados; e, finalmente, um dividendo social que proporcionasse a garantia de renda a todos. Propôs ainda que esses objetivos fossem alcançados por etapas, porém com passos firmes nesta direção.

O maior economista do Século XX, John Maynard Keynes, em 1939, em "How to Pay for the War?", publicado em "The Times", procurou convencer seus compatriotas, quando estavam para entrar em guerra, que deveriam se preparar para a defesa, e inclusive, separar 2% do Produto Nacional Bruto, portanto 100 milhões de libras esterlinas de um total de 5 bilhões, para se assegurar a todas as pessoas uma renda básica.

Abba Lerner, que trabalhou com Oskar Lange sobre a Teoria Econômica do Socialismo de Mercado, em 1944, publicou "A Economia do Controle: A Economia do Bem Estar", em que propõe a instituição de uma soma fixa como um imposto de renda negativo para todos.

Outros laureados com o Nobel de Economia, defensores do sistema de mercado, argumentaram em favor da garantia de uma renda mínima para os que não tivessem o necessário para sobreviver. Assim, Friedrich Kayek, em "O Caminho da Servidão, em 1944, George Stigler, em "The Economics of Minimum Wage Legislation", na American Economic Review, 36, de 1946, em que observa que se se quiser combater a pobreza absoluta e promover o emprego, melhor do que o salário mínimo, seria a instituição de um imposto de renda negativo que proveria uma renda mínima aos que não alcançassem o necessário com seus rendimentos. O mesmo ponto, de maneira

bastante didática foi popularizado por Milton Friedman, em "Capitalismo e Liberdade", em 1992. Quem mais se empenhou na elaboração e defesa de uma renda mínima garantida ao longo, sobretudo dos anos sessenta e setenta, foi James Tobin, que em muitos aspectos diferia de Friedman, pois era um defensor das proposições de Keynes. Em 1972, o Nobel James Tobin ajudou o candidato democrata George Mc Govern a elaborar a proposição de um "Demogrant" de US\$ 1.000 anuais para todos os americanos, justamente o conceito de uma renda básica.

James Tobin, Paul Samuelson, John Kenneth Galbraith, Robert Lampman, Harold Watts e 1200 economistas, em 1968, encaminharam um manifesto ao Congresso norte-americano em favor da adoção de um sistema de complementação e garantia de renda. Em 1969, o Presidente Richard Nixon convidou Daniel Patrick Moynihan, um arquiteto de programas sociais dos governos John Kennedy e Lindon Johnson, para desenhar o Plano de Assistência à Família, que instituiria a garantia de renda mínima através de um imposto de renda negativo. Foi aprovado na Casa dos Representantes, mas barrada no Senado. Naquela época, um dos que mais se empenharam pela garantia de uma renda foi Martin Luther King Jr, como se pode observar em seus inúmeros ensaios em "Where Do We Go From Here: Caos or Community?", de 1967, onde afirma: **"Eu agora estou convencido de que o mais simples meio provará ser o mais eficaz – a solução para a pobreza é aboli-la diretamente por meio de uma medida agora amplamente discutida: a renda garantida."**

Em 2005, numa estada nos EUA, procurei o ex-Senador Mc Govern, que havia perdido a eleição presidencial para Richard Nixon, em 1972, para lhe relatar que o Brasil havia aprovado a instituição de uma Renda Básica de Cidadania, conceito semelhante ao que ele defendera em 1972. Ele ficou feliz e me disse: "Bem que me diziam que eu era uma pessoa com ideias adiante de seu tempo".

Em 1974, o Congresso Norte-Americano aprovou uma proposta de um imposto de renda negativo parcial, apenas para os que trabalham e não alcançam um patamar de renda, com o nome de Earned Income Tax Credit, ou Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, o qual teve um desenvolvimento importante. Hoje mais de 23 milhões de famílias recebem essa complementação de renda que é de mais de mais de dois mil dólares por ano em média. Este programa se somou aos programas de Assistência às famílias com crianças dependentes, substituído em 1996, pela Assistência Temporária às Crianças Dependentes, ao Seguro Desemprego, aos Cupons de Alimentação, e à Seguridade Social. Nas últimas décadas, quase todos os países europeus criaram programas de transferências e garantias de renda a exemplo da Renda Mínima de Inserção, na França, do Rendimento Familiar Mínimo, em Portugal, de benefícios às crianças de forma bastante generalizada. Nos países da América Latina se espalharam os programas de transferência de renda condicionada, como Oportunidades no México, Chile Solidário, Jefes e Jefas de Hogar, ou mais recentemente, Asignación Familiar, na Argentina, Avancemos na Costa Rica e Ingreso Ciudadano no Uruguai.

Em 1986, em Louvain, na Bélgica, um grupo de cientistas sociais, economistas e filósofos, dentre os quais Philippe Van Parijs, Guy Standing, Claus Offe, Robert van der Veen, criaram a **BIEN, Basic Income European Network**, para se constituir num fórum para debater todas as formas de transferência de renda nos mais diversos países. Também para propugnar que em cada país se institua uma Renda Básica Incondicional. Desde então, a cada dois anos a BIEN tem realizado congressos internacionais. Em 2004, por ocasião do congresso realizado em Barcelona, como havia pesquisadores dos cinco continentes, resolveu-se transformar a BIEN em Basic Income Earth Network, ou Rede Mundial da Renda Básica. Durante o XII Congresso Internacional da BIEN, em Dublin, em junho de 2008, foi feita uma consulta a nós brasileiros se poderíamos sediar o próximo XIII Congresso Internacional da BIEN. Assim ficou definido e o XIII Congresso se realizará na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, FEA-USP, em 30 de junho, 1º e 2 de julho de 2010. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já aceitou fazer a conferência de abertura do evento.

No início dos anos sessenta, numa vila de pescadores, o prefeito observou que de lá saía uma grande riqueza na forma da pesca, mas uma boa parte da população continuava pobre. Disse ele, então aos seus habitantes. Vamos criar um imposto de 3% sobre o valor da pesca para instituir um fundo que a todos pertencerá. Teve enorme resistência: "Mais um imposto. Sou contra".

Demorou cinco anos para persuadir a comunidade. Uma vez instituído, foi tão bem sucedido que, dez anos depois, se tornou governador do Estado do Alasca que, ao final dos anos sessenta descobriu enorme reserva petrolífera. Em 1976, aquele Governador Jay Hammond disse aos seus 300 mil concidadãos: "Nós precisamos pensar não apenas nesta geração, mas na futura. O petróleo e outros recursos naturais não são renováveis. Vamos então separar uma parcela dos royalties decorrentes da exploração dos recursos naturais para instituir um fundo que a todos pertencerá. Por 76 mil votos a favor e 38 mil contra, 2X1, a proposta foi aprovada. A lei separou 25% dos rendimentos da exploração dos recursos naturais que passaram a ser investidos em títulos de renda fixa, ações de empresas do Alasca, de forma a contribuir para diversificar sua economia, dos EUA, internacionais, inclusive das 30 empresas mais lucrativas do Brasil, como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, o Itaú e o Bradesco, o que significa que nós brasileiros contribuimos para que isso funcione lá, e empreendimentos imobiliários. O valor do Fundo Permanente do Alasca evoluiu de aproximadamente US\$ 1 bilhão, no início dos anos oitenta, para US\$ 40 bilhões recentemente. Em 2009 sofreu um declínio por causa da crise econômica mas está em recuperação.

Cada pessoa residente no Alasca, desde que há um ano ou mais, que tenha preenchido um formulário de apenas uma página, entre 10. de janeiro e 31 de março, em que diz: o seu endereço de trabalho, de residência, se mora lá há um ano ou mais, mesmo que tenha viajado, número de pessoas na família até 18 anos, não precisa informar o rendimento e o patrimônio, poucos dados a mais e o testemunho de duas pessoas sobre se as declarações são verdadeiras. Quem assim procedeu, desde o início dos anos oitenta, até o início de outubro, esta pessoa recebeu em sua conta bancária, por transferência eletrônica, ou por cheque em sua residência, se assim preferiu, a cada ano, primeiro cerca de US\$ 300,00, e gradativamente mais, até US\$ 2.069 por pessoa em 2008. Em 2009, baixou para US\$ 1305, em função da crise que abalou a economia e fez baixar o valor do petróleo e das ações na Bolsa de Nova York.

Por ter distribuído cerca de 6% do Produto Interno Bruto ao longo dos últimos 26 anos a todos os seus habitantes ali residentes há um ano ou mais – são cerca de 700 mil atualmente, dos quais 611 mil cumpriram aquele requisito em 2008 - o Alasca se tornou o mais igualitário dos 50 Estados Norte Americanos. Ao longo do período 1989-99, enquanto as famílias 20% mais ricas nos EUA tiveram um crescimento da sua renda familiar per capita de 26%, as famílias 20% mais pobres tiveram um crescimento de 12%. Já no Alasca, graças aos dividendos proporcionados igualmente a todos os habitantes, o crescimento da renda familiar per capita das famílias 20% mais ricas foi de 7%, portanto, cresceram. Já o das famílias 20% mais pobres foi de 28%, portanto 4 vezes mais. O que significa que, para o objetivo de se alcançar uma sociedade mais equitativa, a experiência foi altamente bem sucedida.

Em 1999, os professores Bruce Ackerman e Ann Alstott, da Universidade de Yale, publicaram o livro "The Stakeholder Society", ou "A Sociedade dos Participantes. Baseados na proposta de Thomas Paine, eles propuseram que toda pessoa nos EUA ao completar 21 anos tenha o direito de receber uma soma de US\$ 80 mil para iniciar a sua vida adulta, com a possibilidade de gastar no que bem aprover, seja para **completar seus estudos, iniciar um empreendimento ou o que for.** Um de seus estudantes de pós-graduação, membro da Sociedade Fabiana e amigo do Primeiro Ministro Tony Blair transmitiu-lhe a idéia. E quando Blair anunciou que sua esposa Cherie estava grávida de seu quarto filho, Alexandre, ele anunciou que daí para a frente toda a criança nascida no Reino Unido passaria a ter depositada na sua conta bancária, ao nascer e ao completar 6, 11 e 16 anos, respectivamente, as somas de 250, 50, 50 e 50 libras esterlinas. Se a família da criança tiver uma renda familiar anual inferior a certo patamar, próximo de 17 mil libras esterlinas, aquelas somas passarão a ser 500, 100, 100 e 100 libras esterlinas, respectivamente. Como elas rendem juros, quando a pessoa completar 18 anos, ela terá para seu livre dispor uma soma que se aproximará de pelo menos 4 mil ou 5 mil libras esterlinas pelo direito de todos partilharem da riqueza da nação. Com o nome de "Child Fund Trust", ou Fundo Patrimonial da Criança, esta lei que o criou foi aprovada pelo Parlamento do Reino Unido em 13 de maio de 2003. Finalmente, em sua terra natal, a proposição de Thomas Paine, formulada em 1795, foi aplicada, ainda que modestamente.

No Brasil, podemos considerar a instituição de uma Renda Básica de Cidadania como consistente com os valores propugnados pelos indígenas que viviam em comunidade, pelos quilombolas e abolicionistas combatentes pela abolição da escravatura e por todos aqueles pesquisadores e cientistas que lutaram para que o Brasil pudesse criar uma nação justa. Dentre esses podemos citar Caio Prado Junior, Milton Santos, Josué de Castro e Celso Furtado. Em 1956, como deputado federal pelo PTB, num pronunciamento na Câmara dos Deputados sobre desníveis de renda, o autor de "Geografia da Fome" e de "Geopolítica da Fome", Josué de Castro, disse:

"Eu defendo a necessidade de darmos o mínimo a cada um, de acordo com o direito que tem todos os brasileiros de ter um mínimo para a sua sobrevivência."

Foi nos anos 1966-68, quando fiz meus estudos de Mestrado em Economia na Michigan State University, EUA, que me deparei com o conceito da garantia de renda através de um imposto de renda negativo. Quando fiz o Doutorado em Economia na MSU, com 15 meses de estudo na Universidade de Stanford, nos EUA, mais me familiarizei com o conceito. Ao voltar ao Brasil, interagi com o professor Antonio Maria da Silveira que, em 1975, na Revista Brasileira de Economia, propôs que instituisse no Brasil um imposto de renda negativo no artigo "Moeda e redistribuição de renda". Quando me elegi Senador pelo PT-SP, pela primeira vez, em 1990, chamei o professor Antonio Maria para colaborar na proposição de um Programa de Garantia de Renda Mínima, PGRM. Toda pessoa adulta, de 25 anos ou mais, que não alcançasse pelo menos 45 mil cruzeiros mensais, teria direito a um complemento da ordem de 30% a 50%, a critério do Poder Executivo, da diferença entre aquele patamar (na época, de cerca de US\$ 150.00 mensais) e o nível de renda da pessoa. O projeto foi aprovado pelo Senado Federal, por consenso de todos os partidos, em 16 de dezembro de 1991. Foi para a Câmara dos Deputados, onde, na Comissão de Finanças e Tributação, recebeu parecer entusiástico do Deputado Germano Rigotto (PMDB-RS).

Foi então que o debate sobre a matéria frutificou no Brasil. Em 1991, num debate com ~~aproximadamente 50 economistas com afinidade~~ com o PT, realizado em Belo Horizonte, em que a convite de Walter Barelli, eu e Antonio Maria da Silveira apresentamos a proposta do PGRM. O Professor José Márcio Camargo, da PUC-Rio de Janeiro, ponderou que a garantia de uma renda mínima era um bom passo, mas deveria ser feito para as famílias carentes, com crianças em idade escolar, desde que frequentassem a escola. Assim não seriam instadas a trabalhar precocemente para ajudar no sustento de suas famílias. Escreveu dois artigos na "Folha", em 3 de dezembro de 1991, e em 10. de março de 1993, sobre o tema. Desde o final dos anos oitenta, o Professor Cristóvam Buarque, na Universidade de Brasília, pensava em algo semelhante.

Assim em 1995, tendo em conta estas reflexões, o Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB), em Campinas, e o Governador Cristóvam Buarque (PT), no Distrito Federal, iniciaram os seus programas de renda mínima associado às oportunidades de educação e Bolsa-Escola. Toda família que não recebesse à época até meio salário mínimo mensal per capita, então 70 reais, teria direito de receber o suficiente para completar os 70 reais per capita, em Campinas, ou um salário mínimo, no Distrito Federal. Aquelas experiências se alastraram por dezenas de municípios, como Ribeirão Preto, Piracicaba, Jundiaí, São José dos Campos, Belo Horizonte, Belém, Mundo Novo etc por todo o Brasil. No Congresso Nacional surgiram diversos projetos de lei para que a União reforçasse os municípios que caminhassem nessa direção.

Em 1996, levei o Professor Philippe Van Parijs, filósofo e economista que tão bem tem defendido a Renda Básica de Cidadania, para uma audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, presente o Dep. Nelson Marchezan, um daqueles proponentes. Van Parijs salientou que o objetivo melhor seria a renda básica incondicional, mas que se iniciar a garantia da renda mínima associando-se às oportunidades de educação era um bom passo, pois estaria relacionado-a ao investimento em capital humano. Foi então que o Presidente

Fernando Henrique Cardoso deu o sinal verde para que fosse aprovada a Lei 9.533, de 1997. Ela autorizava o governo federal a conceder apoio financeiro, de 50% dos gastos, aos municípios que instituíssem programa de renda mínima associado a ações sócio-educativas.

Em março de 2001 foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso uma nova lei, de sua iniciativa, a de No. 10219/2001, que autoriza o governo federal a realizar convênios com os governos de todos os municípios brasileiros para adotarem o programa de renda mínima associado à educação, ou Bolsa Escola. O presidente chamou a Lei de José Roberto Magalhães Teixeira, em homenagem ao Prefeito de Campinas que havia falecido. Pouco depois o governo instituiu o Programa Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás. Em 2003, o governo Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o programa Vale-Alimentação.

Em outubro de 2003, o governo do Presidente Lula resolveu unificar e racionalizar os diversos programas como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás no Programa Bolsa Família, o qual passou a ter 3,5 milhões de famílias inscritas em dezembro de 2003. Expandiu-se para 6,5 milhões de famílias em dezembro de 2004, 8,5 milhões de famílias em dezembro de 2005 e 11 milhões de famílias em dezembro de 2006. Deverão ser cerca de 13 milhões de famílias ao final de 2009, com os valores que foram ajustados até alcançar os valores acima explicados, hoje vigentes.

O Programa Bolsa Família, ao lado de outros instrumentos de política econômica, contribuiu para que o Brasil diminuísse o grau de desigualdade e reduzisse a pobreza absoluta. Segundo estudo do IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada número 30, PNAD 2008, Primeiras Análises, de 24 setembro 2009, o coeficiente Gini de desigualdade da renda domiciliar per capita, que atingira 0,599; em 1995, 0,581, em 2003; diminuiu gradualmente, a cada ano, até chegar em 0,544 em 2008. A proporção de famílias com renda abaixo da linha considerada extremamente pobre, com renda mensal per capita abaixo de R\$ 93,75 que era de 17,5% em 2003, baixou para 8,8% em 2008. A proporção de famílias pobres, com renda mensal per capita abaixo de R\$ 187, 50, baixou de 39,4% em 2003, para 25,3%, em 2008.

Esse resultado alvissareiro pode também ser mostrado da seguinte forma. Os 20% mais pobres tiveram um crescimento na renda per capita 47 pontos percentuais mais acelerado. Enquanto, em 2001, a renda média dos 20% mais ricos era 27 vezes a dos 20% mais pobres, em 2008 passou a ser 19 vezes, uma redução de 30% na desigualdade em 7 anos.

O Brasil, apesar dos progressos alcançados, é ainda um dos países mais desiguais do mundo, agora o décimo mais desigual dentre todos. Enquanto os 40% mais pobres vivem com 10% da renda nacional, os 10% mais ricos vivem com mais de 40%. A renda apropriada pelo 1% mais rico é igual à dos 45% mais pobres. A criação e expansão do Programa Bolsa Família, que foi precedido pelos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e outros, teve efeitos positivos. Para avançar ainda mais em direção à erradicação mais eficiente e direta da pobreza absoluta, à maior equidade e à garantia de maior liberdade real para todos é que se propõe a aplicação da Renda Básica de Cidadania.

Ao longo dos anos noventa, mais e mais passei a interagir com os pesquisadores que haviam fundado a BIEN e a participar de seus congressos bi-anuais. Persuadido fiquei de que melhor do que se garantir uma renda através de um imposto de renda negativo, ou de formas condicionadas, seria se criar uma Renda Básica Incondicional para toda a população. Por esta razão, em dezembro de 2001, apresentei novo projeto de lei no Senado para se instituir a Renda Básica de Cidadania, RBC. O relator designado, Senador Francelino Pereira (PFL-MG), depois de estudar a proposição, disse a mim: Eduardo, é uma boa idéia. Mas você precisa torná-la compatível com a lei de responsabilidade fiscal, para cada despesa, é necessário ter a receita correspondente. Que tal você aceitar um parágrafo que diga que ela vai ser instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como o faz o Bolsa-Escola, e depois o Bolsa Família, até que um dia se estenda a todos. Achei que era de bom senso, lembrei-me da recomendação de James Meade, e aceitei. Graças a essa característica o projeto foi aprovado por consenso de todos os partidos no Senado, em dezembro de 2002 e, em dezembro de 2003, na Câmara. Em janeiro de 2004, o ~~Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, quando consultado pelo Presidente Luiz Inácio~~ Lula da Silva, disse que como era para ser instituído gradualmente, era factível, portanto poderia sancionar. Assim, em 8 de janeiro de 2004, o presidente sancionou a Lei 10.835/2004, que cria a RBC. Neste dia, ele recebeu a seguinte mensagem do economista Celso Furtado:

"Neste momento em que Vossa Excelência sanciona a Lei da Renda Básica de Cidadania quero expressar-lhe minha convicção de que, com essa medida, nosso país coloca-se na vanguarda daqueles que lutam pela construção de uma sociedade mais solidária. Com frequência o Brasil foi referido como um dos últimos países a abolir o trabalho escravo. Agora, com este ato que é fruto do civismo e da ampla visão social do senador Eduardo Matarazzo Suplicy, o Brasil será referido como o primeiro que institui um sistema de solidariedade tão abrangente e, ademais, aprovado pelos representantes de seu povo."

Da mesma maneira como os primeiros programas de renda mínima associados à educação se iniciaram localmente, em Campinas e no Distrito Federal, é possível se começar a Renda Básica de Cidadania em comunidades ou em municípios.

Dentre os países em desenvolvimento, uma experiência significativa iniciou-se na Namíbia, na vila de Otjivero/Omitara, a 100 km da capital Windhoek, em janeiro de 2008. Todos os 1.000 habitantes desta vila rural, desde então, passaram a receber 100 dólares da Namíbia, equivalentes a cerca de 12 dólares norte-americanos, por mês. A iniciativa foi da Coalizão em Favor da Renda Básica da Namíbia, que tem como um de seus principais entusiastas o Bispo Zephania Kameeta, da Igreja Luterana, e que conseguiu contribuições voluntárias de diversas fontes, inclusive de sindicatos de trabalhadores da República Federal da Alemanha, para viabilizar o fundo necessário. A revista *Der Spiegel*, de agosto de 2009, publicou uma extensa reportagem sobre "Como

uma Renda Básica Salvou uma Vila na Namíbia”, em que ressalta os inúmeros efeitos positivos da experiência. Melhorou o nível de atividade econômica, inúmeras atividades econômicas se iniciaram, diminuiu a pobreza absoluta, aumentou a frequência das crianças nas escolas, melhorou o grau de nutrição, elevou-se a auto-estima das pessoas e começa a haver um grande interesse da sociedade sobre a experiência pioneira.

No Brasil, o Recivitas, Instituto pela Revitalização da Cidadania, depois de criar na Vila de Paranapiacaba, no alto da Serra de Mar, de 1.200 habitantes, uma Biblioteca Livre e uma Brinquedoteca Livre, para que pessoas disponham de livros e de brinquedos para uso de quem quiser utilizá-los, resolveu propor a todos os seus habitantes a criação de uma Renda Básica de Cidadania. A presidente, Bruna Augusto Pereira e o coordenador Marcos Brancaglione dos Santos aguardam passos a serem dados pelo Prefeito de Santo André, onde fica a vila, para seguirem adiante com o projeto. Enquanto aguardam, iniciaram uma experiência pioneira no vilarejo de Quatinga Velha, em Mogi das Cruzes, onde, desde o início de 2009, fazem o pagamento mensal de R\$ 30,00 para 57 pessoas.

~~Outra experiência alvissareira acontece em Santo Antonio do Pinhal, na Serra da Mantiqueira, a 177 km de São Paulo, no caminho para Campos de Jordão. Ali, em 29 de outubro de 2009, a Câmara Municipal, por consenso dos nove vereadores, aprovou o Projeto de Lei Municipal de uma Renda Básica de Cidadania proposto pelo Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, do PT, eleito em 2004 por 55% dos votos e reeleito em 2008, com 79.06% dos votos. O projeto será sancionado pelo prefeito em 12 de novembro de 2009. É o primeiro, dentre os 5.564 municípios brasileiros que aprova uma lei que institui a RBC. Diz seu artigo 1º:~~

~~“Com o objetivo de se fazer de Santo Antonio do Pinhal um município que harmonize o desenvolvimento econômico sustentável com a aplicação dos princípios de justiça, que signifiquem a prática da maior solidariedade entre todos os seus habitantes, fica instituída a Renda Básica de Cidadania de Santo Antonio do Pinhal –RBC, que se constituirá no direito de todos os registrados e residentes ou residentes no Município há pelo menos 05 (cinco) anos, não importando sua condição socioeconômica, de receberem um benefício monetário. ”~~

~~Tal como na lei federal, será de igual valor para todos e o suficiente para prover as necessidades mínimas de cada pessoa, considerando para isso o grau de desenvolvimento do município e as possibilidades orçamentárias. E será alcançada por etapas a critério do Conselho Municipal de RBC, priorizando as camadas mais necessitadas.~~

~~Com a finalidade de financiar o pagamento da RBC, será criado o Fundo Municipal que terá como fontes 6% das receitas tributárias do Município; doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais; transferências do Estado e da União; produtos de aplicação de seus recursos e outras. Santo Antonio do Pinhal, com 7.036 habitantes, metade dos quais em área rural, a outra urbana, tem 53 pousadas, correspondentes a 1.200 leitos, 32 restaurantes, pequenos e médios agricultores, artesões e diversas atividades de comércio e indústria. Tem boas escolas e um baixo índice de criminalidade, zero de homicídios.~~

É perfeitamente possível que se entusiasmem os seus visitantes, que nas temporadas e feriados lotam suas agradáveis pousadas e restaurantes, para que contribuam para a realização pioneira da RBC e dos princípios de justiça elaborados pelo filósofo John Rawls em "Uma Teoria de Justiça" (1971). Segundo o Professor Philippe Van Parijs, em "Real Freedom for All. What (if anything) may justify capitalism? (1995) Oxford, a RBC é um dos instrumentos que contribuirá para a realização destes três princípios:

1. Toda pessoa tem direito igual ao conjunto mais extenso de liberdades fundamentais que seja compatível com a atribuição a todos desse mesmo conjunto de liberdades (princípio de igual liberdade);
2. As desigualdades de vantagens socioeconômicas só se justificam se (a) contribuem para melhorar a sorte dos membros menos favorecidos da sociedade (princípio da diferença), e se (b) são ligadas a posições que todos têm oportunidades equitativas de ocupar (princípio de igualdade de oportunidades).

— Para se viabilizar a realização da RBC, será necessário obter os recursos que serão volumosos. Se quisermos dar um passo além do Bolsa Família, mesmo que modesto, seria de bom senso começarmos pelo menos com um valor acima da média paga por este programa, de R\$ 95 por família, o que significa algo como R\$ 31,50 por pessoa numa família de três. Portanto, se pensarmos numa RBC de R\$ 40,00, teríamos R\$ 240 por mês numa família de 6 pessoas. Em 12 meses, o valor anual seria de R\$ 480 por pessoa. Se multiplicarmos por 192 milhões de brasileiros que seremos no início de 2010, teríamos a necessidade de R\$ 92,160 bilhões, ou seja, algo em torno de 3,5% do Produto Interno Bruto de R\$ 2,6 trilhões, em torno de 8 vezes o orçamento do Bolsa Família, um salto considerável.

R\$ 40 por mês é uma quantia modesta, mas com o tempo, o progresso do país e a aceitação crescente da população, a RBC poderá se tornar algo como R\$ 100, um dia R\$ 1.000 e assim por diante. Para que isso seja viável, um caminho poderá ser a criação do Fundo Brasil de Cidadania, conforme Projeto de Lei No. 82/1999 que apresentei no Senado. Já aprovado por consenso pelo Senado, tramita na Câmara dos Deputados, onde já foi aprovado na Comissão de Família e Seguridade Social e agora aguarda o parecer do Deputado Ciro Gomes (PSB-CE), na Comissão de Finanças e Tributação. Constituem recursos deste fundo 50% dos recursos oriundos da autorização ou concessão da exploração de recursos naturais; 50% da renda oriunda dos aluguéis de imóveis da União, que pertencem a todo povo; 50% dos recursos provenientes da concessão de serviços e obras públicas e outros recursos. Com os rendimentos provenientes da aplicação destes recursos do fundo, a exemplo da experiência do Fundo Permanente do Alasca, se pagaria a RBC a todos os residentes no Brasil.

Quanto mais as pessoas compreenderem como a RBC contribuirá para a construção de um Brasil civilizado e justo, mais estarão a dizer ao Presidente da República, aos governadores e prefeitos: É uma boa proposta. Vamos logo colocá-la em prática.

Brasília 18 de fevereiro de 2010

Os delegados ao 4o. Congresso Nacional do PT encaminham a seguinte emenda às ***Diretrizes para o Programa de Governo Dilma Roussef 2010***:

Acrescer ao item 18 – no bloco denominado *O crescimento acelerado e o combate às desigualdades sociais e regionais serão o eixo que vai estruturar o desenvolvimento econômico* –, logo após a alínea f, que trata do "aprimoramento permanente dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para erradicar a fome e a pobreza, facilitar o acesso de homens e mulheres ao emprego, formação, saúde e melhor renda"; a seguinte alínea:

g) transição do Programa Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania - RBC, incondicional, como um direito de todos participarem da riqueza da nação, conforme prevista na Lei 10.853/2004, de iniciativa do PT, aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 8 de janeiro de 2004; e o estímulo às administrações municipais a iniciarem experiências pioneiras da instituição da RBC, como Santo Antonio do Pinhal (SP), por iniciativa do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Será V. Ex^a atendido na forma do Regimento.

Mas só lembrar a V. Ex^a que Deus colocou o filho Dele na casa de um trabalhador, de um operário. E que V. Ex^a representa São Paulo, que simboliza o trabalho no País.

Senador, estão aqui dois assessores que trabalham e estudam. Essa é a grandeza do Senado. Todos dois têm duas formaturas, são doutores duas vezes. O José Roberto, Direito e História; o João Pedro, Direito e História. Estão aí dois exemplos da grandeza do

Senado, os nossos assessores e secretários, ambos jovens, entraram pela porta estreita do concurso. Não foi pela porta larga da vadiagem e são a nossa tranquilidade. Olha que a tranquilidade é tal que qualquer pessoa pode, como eu, presidir o Senado, porque os assessores são extraordinários e não nos deixarão cometer erros contra a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 84, DE 2010

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 839, de 2009 (nº 569/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 21 de maio de 2007.

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

RELATOR “AD HOC”: Senador **PAULO DUQUE**

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido.

Esta Comissão é, portanto, chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 839, de 2009 (PDC nº 569, de 2008, na origem), de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário, em 8 de outubro de 2009, após passar também pelo crivo das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 39, de 31 de janeiro de 2008, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº 330 (MRE — COCIT/DAI/DAM I ASEG-BRAS-PARG), de 24 de outubro de 2007, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que informa que o documento, composto de 10 artigos, “insere-se na prioridade que o Brasil tem conferido à cooperação e integração da América do Sul, contribuindo para o desenvolvimento e segurança regionais. Diz

respeito também aos compromissos de fortalecimento da transparência e confiança mútua assumidos no âmbito da Organização dos Estados Americanos”.

Ainda nas palavras do Ministro Celso Amorim, o acordo “atribui ênfase ao desenvolvimento de uma visão compartilhada de defesa; à promoção de ações conjuntas de treinamento e instrução militar; ao incentivo à cooperação no planejamento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços; ao intercâmbio de pontos de vista sobre as diretrizes do planejamento estratégico e de informações no campo da inteligência estratégica; à promoção de ações conjuntas de formação, capacitação e especialização de pessoal; e à colaboração em assuntos relativos a equipamentos e sistemas (...)”.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O acordo em análise está em consonância com o rol de documentos análogos a que nosso País está vinculado com nações limítrofes. Assim como os demais, o presente tratado objetiva estreitar vínculos bilaterais pela via da cooperação no campo da defesa. A iniciativa tem como base contribuir para a paz e a prosperidade global e regional.

Cuida-se de tratado que, tendo por fundamento o interesse comum, reafirma os princípios da soberania, da igualdade dos Estados e da não interferência em áreas de jurisdição exclusiva das Partes.

O acordo busca ampliar a cooperação mediante intercâmbio de pontos de vista sobre as diretrizes do planejamento estratégico; intercâmbio de informações no campo da inteligência estratégica; fortalecimento de medidas de confiança mútua, tais como a notificação prévia de manobras militares na região de fronteira; intercâmbio com vistas à capacitação de pessoal; visitas a unidades militares e a instituições civis relacionadas com a defesa; visitas de navios e aeronaves militares; desenvolvimento de projetos de aplicação de tecnologia de defesa; reuniões entre instituições de defesa equivalentes; além de outros programas e projetos de cooperação, de comum acordo entre as Partes.



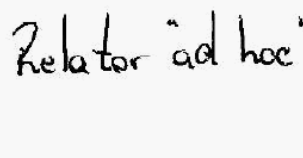
O acordo traz ainda um importante dispositivo sobre a proteção das informações produzidas em seu âmbito, garantindo, respeitadas as respectivas legislações nacionais, que as informações não serão utilizadas para fins diversos dos do acordo.

O texto dispõe, também, sobre responsabilidades financeiras, segurança de informações sigilosas e responsabilidade civil.

III – VOTO

Por todo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 839, de 2009.

Sala da Comissão, 4 de fevereiro de 2010.

, Presidente
 Relator
 Relator "ad hoc"

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 839, DE 2009**IV – DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório apresentado pelo Senador Paulo Duque, Relator "Ad Hoc", que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 839, de 2009, de autoria da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Heráclito Fortes (Presidente em exercício), Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Rosalba Ciarlini e Romeu Tuma.

Sala da Comissão, em 04 de fevereiro de 2010.



Senador HERÁCLITO FORTES

Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: POV Nº 839, DE 2009.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/02/2010, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR "AD HOC": SENADOR PAULO DUQUE	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - ALOÍZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM) <i>Presidente em exer. c. r. o.</i>	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 - CRISTOVAM BUARQUE

PARECERES

N^{os} 85 E 86, DE 2010

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009, (1.015/2007, na Casa de Origem, do Deputado Celso Russomano), que *acrescenta dispositivo ao art. 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória aprendizagem noturna.*

PARECER Nº 85, DE 2010 (Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

RELATOR: Senador PAULO PAIM

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009 (nº 1.015, de 2007, na origem), propõe acrescentar novo parágrafo ao art. 158, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para determinar que parte do aprendizado do candidato à Carteira Nacional de Habilitação deve ser feita à noite, cabendo ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) a fixação da carga horária mínima correspondente às aulas noturnas.

O autor da proposição argumenta que a responsabilidade pela maioria dos acidentes de trânsito cabe ao condutor, sendo secundárias as causas relacionadas às condições da via ou do veículo. Por essa razão, preconiza o aperfeiçoamento do processo de formação do motorista, assegurando experiência prévia nas mais diversas situações que compõem a rotina dos motoristas, entre as quais se destaca, por sua peculiaridade, o trânsito noturno.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto foi aprovado nas Comissões de Viação e Transporte e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão analisar a proposição sob os aspectos gerais de educação e de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

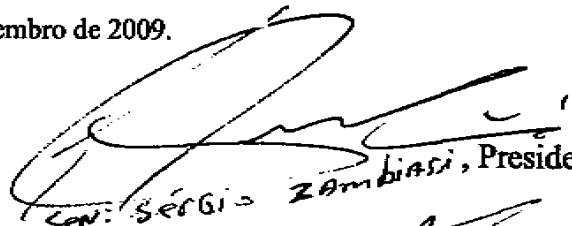
Trata-se de proposta que merece todo o nosso apoio, uma vez que visa o aprimoramento da formação do motorista. De fato, a condução de veículos à noite guarda especificidades que não podem ser assimiladas apenas com a instrução teórica ou com aulas de direção diurnas. Para enfrentar o trânsito noturno, é preciso que o aprendiz tenha vivenciado, na prática, peculiaridades tais como a diminuição da visibilidade e o efeito dos faróis dos veículos e da sinalização refletiva nas vias, entre outras circunstâncias.

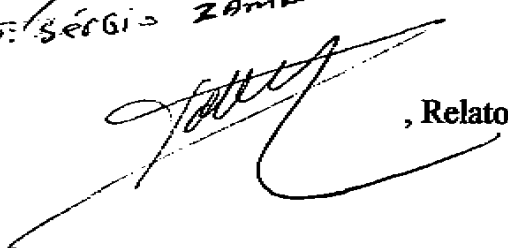
A iniciativa é, pois, meritória e certamente trará benefícios para a qualidade do trânsito e para a redução dos acidentes de modo geral.

III – VOTO

Pelo exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009.

Sala da Comissão, 8 de setembro de 2009.


SEN: SÉRGIO ZAMBIASI, Presidente FEVEREIRO


, Relator

PARECER Nº 86, DE 2010
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009 (PL nº 1.015, de 2007, na origem), propõe acrescentar novo parágrafo ao art. 158, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para determinar que parte do aprendizado do candidato à Carteira Nacional de Habilitação seja feita à noite, cabendo ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) a fixação da carga horária mínima correspondente.

O autor da proposição argumenta que a responsabilidade pela maioria dos acidentes de trânsito cabe ao condutor, sendo secundárias as causas relacionadas às condições da via ou do veículo. Por essa razão, preconiza o aperfeiçoamento do processo de formação do motorista, assegurando experiência prévia nas mais diversas situações que compõem a rotina do automobilismo, entre as quais se destaca, por sua peculiaridade, o trânsito noturno.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado nas Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas. O parecer da primeira comissão foi favorável ao projeto.

II – ANÁLISE

A matéria insere-se na competência da União para legislar privativamente sobre trânsito, nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal. Não há qualquer restrição à iniciativa parlamentar de proposições sobre o tema.

O projeto observa os princípios gerais do ordenamento jurídico nacional e foi elaborado segundo a técnica legislativa determinada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, concordamos com o autor com relação à necessidade de incluir nos cursos de formação para habilitação de condutores o aprendizado no período noturno. O candidato precisa ser preparado para enfrentar todas as adversidades do trânsito, a fim de que não tenha que aprender com os próprios erros quando já estiver habilitado.

O Código de Trânsito Brasileiro dispõe indiretamente sobre o assunto, ao determinar que “a formação de condutores deverá incluir, obrigatoriamente, curso de direção defensiva e de conceitos básicos de proteção ao meio ambiente relacionados com o trânsito” (art. 148, § 1º).

A regulamentação desse dispositivo foi feita pelo Contran, por meio de sucessivas resoluções. Atualmente, o assunto é tratado pela Resolução nº 168, de 2004, alterada pelas Resoluções nº 169, de 2005; nº 193, de 2006; nº 222, de 2007; e nº 285, de 2008.

Segundo essa norma, os “cursos para formação para habilitação de condutores de veículos automotores” abrangem o “curso teórico-técnico” e o “curso de prática de direção veicular”.

Com relação a este último, a Resolução nº 285, de 2008, alterou o texto da Resolução nº 168, de 2004, para determinar que “o candidato deverá realizar a prática de direção veicular, mesmo em condições climáticas adversas tais como: chuva, frio, nevoeiro, *noite*, dentre outras, que constam do conteúdo programático do curso” (item 1.3 do Anexo II).

O tratamento infralegal do tema não é suficiente, entretanto, para garantir sua efetividade. A inclusão do dispositivo ora proposto no Código de Trânsito Brasileiro, ao tornar explícita a exigência de aprendizagem noturna, certamente contribuirá para sensibilizar a sociedade e as autoridades do setor para que o tema seja tratado com mais rigor.

III – VOTO

Pelo exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

Senador Jarbas Vasconcelos

, Presidente em Exercício



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: PLC Nº 113 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/02/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>in. Jarbas Vasconcelos</i>	
RELATOR: <i>Sen. Valdir Raupp</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESARENKO	1. RENATO CASAGRANDE <i>[assinatura]</i>
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO <i>[assinatura]</i>
EDUARDO SUPLYC	3. MARCELO CRIVELLA <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO <i>[assinatura]</i>	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GEOVANI BORGES	3. GERALDO MESQUITA, JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES <i>[assinatura]</i>	4. LOBÃO FILHO <i>[assinatura]</i>
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>	6. NEUTO DE CONTO <i>[assinatura]</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU <i>[assinatura]</i>	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	2. ADEL MIR SANTANA <i>[assinatura]</i>
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL <i>[assinatura]</i>	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	6. EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>
JARBAS VASCONCELOS <i>[assinatura]</i>	7. MARCONI PERILLO <i>[assinatura]</i>
LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i>	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA <i>[assinatura]</i>	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 05/02/2010

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA**LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.**

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....

Art. 148. Os exames de habilitação, exceto os de direção veicular, poderão ser aplicados por entidades públicas ou privadas credenciadas pelo órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTRAN.

§ 1º A formação de condutores deverá incluir, obrigatoriamente, curso de direção defensiva e de conceitos básicos de proteção ao meio ambiente relacionados com o trânsito.

.....

Art. 158. A aprendizagem só poderá realizar-se:

I - nos termos, horários e locais estabelecidos pelo órgão executivo de trânsito;

II - acompanhado o aprendiz por instrutor autorizado.

Parágrafo único. Além do aprendiz e do instrutor, o veículo utilizado na aprendizagem poderá conduzir apenas mais um acompanhante.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XI - trânsito e transporte;

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Ofício nº 007/10-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 10 de fevereiro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009, que "Acrescenta dispositivo ao art. 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória aprendizagem noturna", de autoria do Deputado Celso Russomanno.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador JARBAS VASCONCELOS
Presidente em Exercício

*DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO.***RELATÓRIO****RELATOR: Senador VALDIR RAUPP****I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009 (PL nº 1.015, de 2007, na origem), propõe acrescentar novo parágrafo ao art. 158, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para determinar que parte do aprendizado do candidato à Carteira Nacional de Habilitação seja feita à noite, cabendo ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) a fixação da carga horária mínima correspondente.

O autor da proposição argumenta que a responsabilidade pela maioria dos acidentes de trânsito cabe ao condutor, sendo secundárias as causas relacionadas às condições da via ou do veículo. Por essa razão, preconiza o aperfeiçoamento do processo de formação do motorista, assegurando experiência prévia nas mais diversas situações que compõem a rotina do automobilismo, entre as quais se destaca, por sua peculiaridade, o trânsito noturno.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado nas Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas. O parecer da primeira comissão foi favorável ao projeto.

II – ANÁLISE

A matéria insere-se na competência da União para legislar privativamente sobre trânsito, nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal. Não há qualquer restrição à iniciativa parlamentar de proposições sobre o tema.

O projeto observa os princípios gerais do ordenamento jurídico nacional e foi elaborado segundo a técnica legislativa determinada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, concordamos com o autor com relação à necessidade de incluir nos cursos de formação para habilitação de condutores o aprendizado no período noturno. O candidato precisa ser preparado para enfrentar todas as

adversidades do trânsito, a fim de que não tenha que aprender com os próprios erros quando já estiver habilitado.

Entendemos, entretanto, que o Código de Trânsito Brasileiro já dispõe satisfatoriamente sobre o assunto, ao determinar que “a formação de condutores deverá incluir, obrigatoriamente, curso de direção defensiva e de conceitos básicos de proteção ao meio ambiente relacionados com o trânsito” (art. 148, § 1º).

A regulamentação desse dispositivo foi feita pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), por meio de sucessivas resoluções. Atualmente, o assunto é tratado pela Resolução nº 168, de 2004, alterada pelas Resoluções nº 169, de 2005; nº 193, de 2006; nº 222, de 2007; e nº 285, de 2008.

Segundo essa norma, os “cursos para formação para habilitação de condutores de veículos automotores” abrangem o “curso teórico-técnico” e o “curso de prática de direção veicular”.

Com relação a este último, a Resolução nº 285, de 2008, alterou o texto da Resolução nº 168, de 2004, para determinar que “o candidato deverá realizar a prática de direção veicular, mesmo em condições climáticas adversas tais como: chuva, frio, nevoeiro, *noite*, dentre outras, que constam do conteúdo programático do curso” (item 1.3 do Anexo II).

Verifica-se, portanto, que a preocupação do autor da proposição já está sendo adequadamente tratada pelo Contran. Além disso, não seria conveniente trazer para o âmbito da legislação ordinária detalhes pertinentes à regulamentação infralegal.

III – VOTO

Pelo exposto, voto pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei da Câmara n 113, de 2009.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECER Nº 87, DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2005, do Senador Pedro Simon, que acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, determinando prazo para o registro do desaparecimento de criança e adolescente e estabelece prazo máximo para o início das investigações, do Senador Pedro Simon.

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania passa a examinar, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2005, de autoria do eminente Senador PEDRO SIMON, que visa a acrescentar art. 265-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.969, de 13 de julho de 1990), para determinar aos órgãos competentes que efetuem o registro de comunicação de desaparecimento de criança ou adolescente, uma hora após a ocorrência do fato, dando início à investigação no prazo máximo de seis horas, a partir da notificação.

O parágrafo único do art. 265-A inclui, entre as providências a serem tomadas, a comunicação do desaparecimento à Polícia Rodoviária, aos portos e aeroportos e às companhias de transportes, com os elementos necessários à identificação da criança ou adolescente desaparecido.

O art. 2º contém a cláusula de vigência, coincidente com a de publicação.

Na justificção, o seu autor relata que, em 1997, foi submetido à apreciação do Senado projeto de lei cujo objetivo era acrescentar artigo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, determinando que a investigação sobre o

desaparecimento de crianças e adolescentes fosse iniciada imediatamente após a sua notificação. Aprovado no Senado, aquele projeto foi remetido à Câmara dos Deputados, onde recebeu parecer contrário à sua aprovação.

Por considerar oportuno e adequado um projeto com esse objetivo, em face do elevado índice de menores desaparecidos, o proponente reapresenta-o, agora, com o mesmo intento.

Acrescenta-se, na justificação, não haver, na legislação, dispositivo determinando prazo para o registro do desaparecimento nem para o início da busca de menores desaparecidos, e somente 24 horas após o desaparecimento a autoridade policial admite efetuar o registro, nada obstante o elevado número de ocorrências.

Informa-se, ainda, que Organizações Não-Governamentais, entre as quais a ABCD/Mães da Sé, registraram, em sete anos de existência, mais de 5.000 casos de pessoas desaparecidas no Brasil, com apenas 15% de casos solucionados. Ademais, por ano, em torno de 204 mil pessoas desaparecem no País.

Não há emenda a examinar.

II – ANÁLISE

O PLS nº 285, de 2005, não apresenta vício de **regimentalidade**. Com efeito, o Regimento Interno desta Casa atribui à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania competência para opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por deliberação do Plenário, bem assim, no mérito, entre outros, sobre direito civil, em que se enquadra a matéria (art. 101, incisos I e II, alínea *d*).

Nada há a opor quanto aos requisitos formais e materiais de **constitucionalidade**, tendo em vista competir privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), e ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*). Os termos da proposição não importam violação de cláusula pétrea, não há vício de iniciativa nem ofensa ao art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à **juridicidade**, o projeto de lei, versado sob essa *forma*, afigura-se adequado ao alcance dos objetivos pretendidos; a matéria nele tratada *innovará* o ordenamento jurídico; possui o atributo da *generalidade*; é

consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; e afigura-se dotado de potencial *coercitividade*.

No mérito, é oportuno o teor legiferante do PLS nº 285, de 2005, todavia, o cerne da proposição continua a ser a iniciativa tardia, da autoridade policial, nos procedimentos investigatórios de desaparecimento de criança ou adolescente, pois qualquer demora no desencadeamento de diligências dessa natureza pode revelar-se vital para a definição dos resultados.

Diante da premência de diligências que o desaparecimento de menores suscita, a previsão contida no art. 265-A do Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser alterada para determinar a adoção de providências imediatas, visando à localização. Em conseqüência, também se impõe a alteração da ementa da proposição.

III – VOTO

Diante de todo o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2005, com apresentação das seguintes emendas:

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se à ementa do PLS nº 285, de 2005, a seguinte redação:

“Acrescenta art. 265-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar às autoridades policiais o início imediato das diligências investigatórias para a localização de crianças e adolescentes desaparecidos.”

EMENDA Nº 2-CCJ

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 285, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º Acrescente-se o art. 265-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a seguinte redação:

‘Art. 265-A. Tão logo tenha conhecimento do desaparecimento,

a autoridade policial deverá dar início às diligências investigatórias para localização da criança ou adolescente.

Parágrafo único. As primeiras providências incluirão a comunicação à Polícia Rodoviária, aos portos e aeroportos, e às companhias de transportes, sendo fornecidos os elementos necessários à identificação do desaparecido.”

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

Senador Jarbas Vasconcelos, Presidente em exercício

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: PLS Nº 285 DE 2005ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/02/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>em exercício: Senador Carlos Vasconcelos</i>	
RELATOR: <i>Senador Valdir Raupp</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPPLY <i>[Handwritten Signature]</i>	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO <i>[Handwritten Signature]</i>	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GEOVANI BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES <i>[Handwritten Signature]</i>	4. LOBÃO FILHO <i>[Handwritten Signature]</i>
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP <i>[Handwritten Signature]</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO <i>[Handwritten Signature]</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMI R SANTANA <i>[Handwritten Signature]</i>
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL <i>[Handwritten Signature]</i>	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS <i>[Handwritten Signature]</i>	7. MARCONI PERILLO <i>[Handwritten Signature]</i>
LÚCIA VÂNIA <i>[Handwritten Signature]</i>	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI <i>[Handwritten Signature]</i>	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA <i>[Handwritten Signature]</i>	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: *PLS Nº 285, DE 2005*

GOVERNO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GOVERNO FEDERAL								
SERY SLESARENKO								
ALOIZIO MERCADANTE								
EDUARDO SUPLICY	X							
ANTONIO CARLOS VALADARES								
IDELI SALVATTI								
JOÃO PEDRO	X							
GOVERNO ESTADUAL								
PEDRO SIMON								
ALMEIDA LIMA								
GEOVANI BORGES								
FRANCISCO DORNELLES	X							
VALTER PEREIRA								
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA								
GOVERNO FEDERAL								
KÁTIA ABREU								
DEMÓSTENES TORRES								
JAYME CAMPOS								
MARCO MACIEL	X							
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X							
ALVARO DIAS								
JARBAS VASCONCELOS								
LÚCIA VANIA	X							
TASSO JEREISSATI	X							
GOVERNO FEDERAL								
ROMEU TUMA	X							
GOVERNO FEDERAL								
OSMAR DIAS								

TOTAL: *13* SIM: *12* NÃO: *—* ABSTENÇÃO: *—* AUTOR: *—* PRESIDENTE *A*

SALA DAS REUNIÕES, EM *10* / *02* / 2010 Senador(a) *[Assinatura]*

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENCIA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2009\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 05/02/2010)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

TEXTO FINAL

**Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, DE 2005
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Acrescenta art. 265-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar às autoridades policiais o início imediato das diligências investigatórias para a localização de crianças e adolescentes desaparecidos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

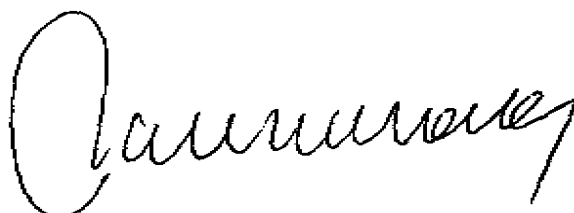
Art. 1º Acrescente-se o art. 265-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a seguinte redação:

“Art. 265-A. Tão logo tenha conhecimento do desaparecimento, a autoridade policial deverá dar início às diligências investigatórias para localização da criança ou adolescente.

Parágrafo único. As primeiras providências incluirão a comunicação à Polícia Rodoviária, aos portos e aeroportos, e às companhias de transportes, sendo fornecidos os elementos necessários à identificação do desaparecido. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.



, Presidente

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Ofício nº 008/10-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 10 de fevereiro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2005, que "Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, determinando prazo para o registro do desaparecimento de criança e adolescente e estabelece prazo máximo para o início das investigações", de autoria do Senador Pedro Simon.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Senador JARBAS VASCONCELOS
Presidente em Exercício

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu os Ofícios nºs 7 e 8, de 2010, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2005.

Com referência aos expedientes recebidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 7/10-Presidência/CCJ

Brasília, 10 de fevereiro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009, que “Acrescenta dispositivo ao art. 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória aprendizagem noturna”, de autoria do Deputado Celso Russomanno.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Jarbas Vasconcelos**,
Presidente em Exercício.

Ofício nº 8/2010-Presidência/CCJ

Brasília, 10 de fevereiro de 2010

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2005, que “Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, determinando prazo para o registro do desapa-

recimento de criança e adolescente e estabelece prazo máximo para o início das investigações”, de autoria do Senador Pedro Simon.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Jarbas Vasconcelos**,
Presidente em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que foram encaminhados ao Arquivo os **Requerimentos nºs 756 e 1.483, de 2008**, nos termos do art. 76, inciso III, do Regimento Interno, referentes, respectivamente, à:

– Comissão Temporária para acompanhar, junto ao Senado Colombiano, o processo de paz e defesa dos direitos humanos; e à

– Comissão Temporária destinada a averiguar, in loco, a situação do Estado de Santa Catarina, visando encaminhar medidas a serem tomadas para minorar os efeitos da situação de calamidade pública decorrente das chuvas ocorridas naquele ano.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Srª Senadora Maria do Carmo Alves enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto do art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exª será atendida.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (DEM – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com imenso pesar que venho a esta tribuna fazer uma homenagem a uma grande mulher brasileira. É com pesar por que estou falando da Doutora Zilda Arns, que perdeu a vida no trágico terremoto que assolou o Haiti neste início de ano.

Poderia discorrer sobre a história de Zilda Arns em muitas palavras e por um longo tempo. Mas nada traduz tão bem a importância do trabalho da Doutora Zilda como o artigo de MILÚ VILLELA, coordenadora da Comissão de Articulação do movimento Todos pela Educação e presidente do Faça Parte, do Centro de Voluntariado de São Paulo, que foi publicado na Folha de São Paulo, no dia 22 de janeiro deste ano, no caderno Tendência/Debates, o qual passo a ler:

“A DOUTORA Zilda Arns, que perdeu a vida no trágico terremoto no Haiti, nos deixou a valiosa lição de que, no campo social, as soluções simples são as que dão melhores resultados. A Pastoral da Criança, fundada por ela em 1983, se converteu num exemplo de tecnologia social justamente porque não enveredou por caminhos desnecessariamente complexos.

Apoiada numa rede de voluntárias, a pastoral conseguiu derrubar a mortalidade e a desnutrição infantil no país adotando medidas singelas, como a

difusão do soro caseiro para combate à diarreia e à desidratação.

Como dizia a dra. Zilda, “tudo o que a pastoral faz é simples”. Foi assim que nasceu a ideia de criar misturas nutricionais com sobras de alimentos antes rejeitadas pelas comunidades pobres. Nas mãos das voluntárias da pastoral, cascas de frutas e legumes se transformaram em misturas capazes de levar saúde e reduzir drasticamente a desnutrição de milhares de crianças em todo o país.

Ela também nos deixou outra lição igualmente simples e fundamental: a informação e a conscientização das famílias, especialmente das mulheres, é fator decisivo para a criação de um novo ambiente de cidadania nas comunidades carentes.

As voluntárias da pastoral se mobilizam para atender as crianças. Sua ação se dá com as mães e gestantes que recebem informações sobre higiene, cuidados com pré-natal e as crianças e sobre os direitos dos pequenos num país onde as garantias legais muitas vezes teimam em não sair do papel. Com esse suporte, as mães atendidas recuperam a autoestima e conseguem enfrentar melhor os desafios da maternidade.

Mas nada disso teria o efeito espetacular que hoje se conhece se não houvesse a dimensão comunitária que a pastoral soube imprimir em sua atuação. As mais de 260 mil voluntárias da entidade vão a campo com genuíno interesse em dar apoio às famílias das classes menos favorecidas.

Essas guerreiras são da própria comunidade em que atuam. Conhecem os problemas que estão ao seu redor e têm a legitimidade necessária para passar adiante o conhecimento acumulado. Juntas, elas formam uma rede de proteção e apoio que não resulta apenas nas condições nutricionais das crianças e na condução adequada da gestação. O impacto do trabalho da pastoral pode ser sentido também na redução da violência doméstica e no melhor planejamento familiar.

Esse trabalho em rede talvez seja o melhor exemplo de voluntariado de que se tem notícia no país. As mulheres aprendem umas com as outras, recebem capacitação da pastoral e angariam novas parceiras pelo caminho.

Foi essa bem construída rede de colaboração que permitiu à pastoral se transformar numa referência não só no Brasil, onde atende mais de 1,8 milhão de crianças e 95 mil gestantes em mais de 42 mil comunidades de 4.066 municípios.

A expertise da pastoral chegou a países da América Latina e da África graças ao vigor da dra. Zilda na difusão de seu modelo em regiões pobres do mundo.

Ela não estava no Haiti por acaso. No momento em que boa parte das famílias brasileiras goza de férias de início de ano, Zilda Arns embarcou para o Haiti para levar a mensagem da Pastoral da Criança ao país mais pobre das Américas.

É emblemático que ela tenha perdido a vida nesse desastre. A dra. Zilda não era uma mulher de gabinete. Ela ia a campo e viveu intensamente o papel de missionária que sonhou para si aos 15 anos de idade.

Sua ida ao Haiti, um país devastado pela guerra civil e pelos conflitos sociais, só ressalta o compromisso que tinha com a pastoral e a melhoria de vida das famílias pobres.

A perda de uma figura tão brilhante em situação tão trágica nos impele a buscar lições que possam gerar novos frutos. E não são poucas as boas ideias deixadas por essa médica pediatra e sanitarista que revolucionou a questão da saúde infantil no Brasil.

Que a simplicidade e a eficácia defendidas por ela continuem a prosperar entre nós. E que o trabalho voluntário das mulheres da pastoral prossiga, sirva de exemplo e ganhe cada vez mais relevância no Brasil e em outros países. É o que esperam as crianças que dependem da generosidade alheia para vencer os desafios da existência e todo o conjunto daqueles que lutam por uma sociedade mais justa”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo aqui registrado nos anais desta Casa essa singela homenagem que do fundo do meu coração presto a Doutora Zilda Arns.

E finalmente, Senhor Presidente, encerro este meu pronunciamento com a certeza de que as minhas palavras não são uma expressão isolada, mas sim a expressão do sentimento de todo este Senado, de todos os meus colegas Senadores e Senadoras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está encerrada esta sessão do Senado da República do dia 18 de fevereiro.

(Levanta-se à sessão às 20 horas e 43 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2010, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte pronunciamento. Com revisão do orador.)

– Presidente, Senador Adelmir Santana, Srs. Senadores, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Suplicy, Senador Tião Viana, estamos voltando hoje do recesso de Carnaval, Senador Adelmir, e sempre se costuma dizer que o Brasil começa a trabalhar após o Carnaval. Então espero que realmente agora nós possamos retomar as nossas atividades que foram iniciadas em começo de fevereiro e interrompidas pelo recesso de Carnaval.

Durante esse tempo, nós temos percorrido diversos Municípios no Pará, com o programa do nosso Instituto Teotônio Vilela, que é o instituto de formação política do PSDB nacional, por meio da regional do Pará, levando a vários Municípios do nosso Estado uma proposta de discussão para a formação do programa de governo que será apresentado por ocasião do pleito eleitoral a partir das convenções que ocorrerão em junho. O tema do seminário recebeu o nome de “O Pará que nós queremos”.

No dia 07 de fevereiro, estivemos no Município de Acará com a Prefeita Francisca Martins. Lá encontramos os nossos amigos Vereadores Paulo Jorge; Manuel Costa, o Manduca e Idelfonso Cardias. Começamos numa comunidade do Município de Acará, a vila Guarumã, onde foram nos apresentadas algumas reivindicações. Depois fomos à sede do Município, onde fizemos uma grande reunião, com a participação do ex-Governador Simão Jatene, do Deputado Federal Nilson Pinto, dos Deputados Estaduais Manoel Pioneiro e José Megale, e de vários companheiros que lá fizeram uma exposição. Depois ouvimos as reivindicações da sociedade do município de Acará, que é o maior produtor de macaxeira, a nossa mandioca do Brasil. Produz 2,3% de toda a mandioca em nosso País.

No dia 13 agora, em pleno sábado de Carnaval, estivemos no Município de Primavera, com a nossa Prefeita Cleuma de Oliveira, o vice-prefeito Thierry Gonçalves, o Secretário Municipal Marcelo Santos, e os Vereadores Luiz Moura Carvalho, João Reis, Edílson, César, Lindomar, reinaugurando uma escola municipal que foi, além de reformada, ampliada.

O importante dessa nossa ida ao município de Primavera, além de rever os amigos, junto com o Deputado Megale e com a Cilene Couto, filha do Senador Mauro Couto, foi encontrar nessa escola municipal, Senador Adelmir Santana, algo que nos deu uma alegria muito grande.

O Município de Primavera é pequeno, com dificuldades orçamentárias, mas a Prefeita colocou nessa escola municipal uma sala de informática com dez computadores, para fazer a inclusão digital para a juventude, não só para a juventude, mas para a população de maneira geral de Primavera.

Quero parabenizar os Vereadores, a Prefeita, os secretários municipais, a população local e todos os companheiros que lá estiveram nesse nosso encontro.

No próximo final de semana vamos estar, no sábado, dia 20, em São Miguel do Guamá, como o Prefeito Nenê Lopes e, no domingo, dia 21 de fevereiro, em Marapanim, com o nosso Prefeito Ribamar. Também levaremos a esses Municípios o nosso seminário do Instituto Teotônio Vilela, para debater o tema “O Pará que queremos”.

Mas, além dessas notícias, Senador Adelmir, eu quero fazer o registro de algo que me chamou a atenção na mídia no dia de hoje.

Após quarenta anos de autonomia, a Petrobrás volta a importar gasolina - algo que me tomou de espanto quando li a matéria no jornal. E qual é o motivo? Ora, já festejamos a posição superavitária do Brasil na produção de petróleo. Isso, há alguns anos, foi festejado nacionalmente. Sabíamos que, àquela altura, o Brasil ainda importava um determinado tipo de óleo, mais fino, e exportava um óleo de tipo mais grosso. O País era superavitário no balanço das importações e exportações.

Mas agora, face à crise do Etanol - todos sabemos que o preço do açúcar no mercado internacional, como *commodity*, subiu de preço. Assim, os produtores de etanol reduziram a produção. E o Brasil tomou logo de início uma atitude para tentar não importar gasolina, que foi a de reduzir a quantidade de etanol na mistura da gasolina de 25% para 20%.

Com isso, aumentou efetivamente o consumo de gasolina, melhor dizendo.

Então, em função disso, o Brasil teve que importar 270 mil metros cúbicos de gasolina da Venezuela, de Hugo Chávez. O combustível chega ao Brasil até o final do mês. Custou à Petrobrás algo como US\$140 milhões. O volume não chega a ser significativo. Mas a falta de informações da estatal é preocupante, principalmente porque o Presidente Lula, há três meses, já iniciando o período da campanha eleitoral, afirmou que o Brasil se tornaria a Arábia Saudita verde. E, agora, o que estamos assistindo é o Brasil comprar gasolina da Venezuela.

Para o especialista em energia, Adriano Pires, Diretor-Fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura, em declaração ao jornal *O Estado de S. Paulo*, de hoje, dia 17 de fevereiro:

Os últimos movimentos do Governo e da Petrobrás claramente mostram a preocupação com o risco de desabastecimento tanto da gasolina quanto do etanol. Há quase uma década o Brasil se tornou um exportador. Primeiro, foi o

anúncio da Petrobrás de que interromperia a exportação, há cerca de um mês, e agora tem de comprar de outros produtores; é surpreendente”, diz o Dr. Adriano Pires, Diretor-Fundador do Centro brasileiro de Infraestrutura.

O professor da Universidade de São Paulo, Ido Sauer, e ex-Diretor da Petrobrás, também se surpreendeu com a importação, lembrando que o Brasil, como eu disse, já era superavitário, nos anos 70, na produção de gasolina.

Infelizmente, o Brasil não se precaveu e não montou uma política de estoque de combustíveis, diferentemente de outros países. Nos Estados Unidos, o es-

toque é divulgado pela Agência de Energia Americana e, no momento, é de 230 milhões de barris.

Espero que a Petrobras preste informações ao povo brasileiro e que a Agência Nacional de Petróleo cumpra seu papel, para que todos os brasileiros saibam o que está por vir e não sejam surpreendidos como agora ou quem sabe com um racionamento daqui a alguns meses.

Que não aconteça aqui o que está acontecendo na Venezuela, quando Hugo Chávez enfrentou a crise de energia elétrica, ordenando aos venezuelanos: “Apaguem as lâmpadas”. Que os brasileiros não precisem ouvir a ordem de parar os carros por racionamento de combustível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL

ATA DA 10ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2010

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 011**, de 13 de fevereiro de 2010)

RETIFICAÇÃO

Republique-se na íntegra, na página 3024, por omissão, a Ata e o Relatório de Apuração Final dos Vetos, realizada na sessão do Congresso Nacional, em 9 de fevereiro do corrente:

Casa	Item	Descrição	Sim	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Gerai	Resultado
CTD	02.04	Anexo VI	204	119	3	30	1	179	359	Mantido

Programa de Trabalho Subtítulo

Objeto Número

Restrição de Objeto
4220 Petróleo Brasileiro S.A.
ES

25.045.0290.1115.0002/0009 - IMPLANTAÇÃO DO TERMINAL, EM BARRA DO RIOCHÃO (ES), PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ESCORIMENTO DE GLP E 75% DE 1,1 EM M3/DIA PARA 15,0 M3/DIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Construção de terminal de grandes líquidos no porto de Barra do Riochão/ES
Contrato 9302.0045178.08.2 Serviços de elaboração de projeto de detalhamento e de construção civil do pier do Terminal Aquaviário de Barra do Riochão.

Situações Encontradas:

Organismo do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado.

Programa de desembolso (físico-financeiro) incompatível com a execução física dos serviços.

Projeto básico deficiente ou desatualizado.

Julgamento ou classificação das propostas em desacordo com os critérios do edital ou da legislação.

Observações:

01.05	PR	25.753.0268.3161.0041/2009 - MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS - REPAR, EM ARACIÁRIA (PR) NO ESTADO DO PARANÁ	205	118	3	30	3	179	359	Mantido
-------	----	--	-----	-----	---	----	---	-----	-----	---------

25.753.0268.3161.0041/2009 - MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS - REPAR, EM ARACIÁRIA (PR) NO ESTADO DO PARANÁ

Objeto: Modernização e Adequação da Proteção - Refinaria Pres. Getúlio Vargas (REPAR)/PR

Contrato 0300.0025639.96.2 Serviços de Projeto Executivo, construção civil, montagem eletromecânica em geral, assistência à pte partida e operação da Caldeira GV-560 e seus sistemas periféricos na REPAR.

Situações Encontradas:

Programa do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado.

Restrição à competitividade da licitação decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento.

Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.

Projeto básico deficiente ou desatualizado.

<u>Casa</u>	<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Sim</u>	<u>Não</u>	<u>Abstenção</u>	<u>Branco</u>	<u>Nulo</u>	<u>Quorum</u>	<u>Gerar</u>	<u>Resultado</u>	
CD	01.26	Contrato 0850.004145.08.2 Serviços relativos à subestação da obra de COMPEN, análise do projeto básico, executivo, construção civil, montagem e interligação de equipamentos, comissionamento e testes, apoio à pré-operação e à operação assistida Comperj	201	121	3	31	3	328	359	Mantido	
Situatões Encontradas:											
- Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
01.27	Edital 554194.08.8 Fortecimento mat. e equip., análise de consistência do proj. básico, elaboração do proj. executivo, constr. civil, montagem eletrônica, interligações e comissionamento da Unidade de Destilação.	200	120	3	31	1	326	359	359	Mantido	
Situatões Encontradas:											
- (*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.											
- (**) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
01.28	Edital 055795.08.8 Mat., equip. e serv. para análise de proj. básico, elaboração proj. executivo, constr. civil, mont. eletrônica, interlig. e comission. Das unidades 12205, 06821 e Subestações SE2200 e SE6321 do COMPER	201	116	4	15	1	324	359	359	Mantido	
Situatões Encontradas:											
(*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
- (**) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.											
01.29	Edital 060926.09.8 Contratação dos serviços de Elaboração de Projeto Executivo e Constituição dos Prédios da Fiscalização da Petrobras para a obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ	201	116	4	35	3	324	359	359	Mantido	
Situatões Encontradas:											
(*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido											
(**) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
01.30	Edital 0622523.09.8 Contratação de Serviços de fornecimento, construção e montagem da ampliação do sistema de produção de água tratada de Porto das Caixas, Itaboraí RJ, na Região Leste da Baía de Guanabara para o Complex	201	117	3	15	3	324	359	359	Mantido	
Situatões Encontradas:											
(*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
- (**) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.											
Observações:											

Casa	Item	Descrição	Sim	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Gezal	Realizado	
CD	01.41	Contrato 0800.0040907.08.2 Serviços de Terraplenagem, Drenagem e Aterro Viário da área do futuro Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, Consórcio Terraplenagem Comperj	201	115	2	36	3	321	359	Mantido	
Situações Encontradas:											
- (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
- (*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.											
01.42		Contrato 0800.0043445.08.2 Serviços relativos à subestação da obra do COMPERJ, análise de projetos básico, executivo, construção civil, montagem e interligação de equipamentos, comissionamento e teste, apoio à pré- operação e à operação assistida Comperj	201	116	2	37	3	322	359	Mantido	
Situações Encontradas:											
- (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
01.43		Edital 0541904.08.9 Forneimento mat. e equip., análise de consistência do proj. básico, elaboração do proj. executivo, constr. civil, montagem eletromec., interligações e comissionamento da Unidade de Destilação.	201	116	2	17	3	322	359	Mantido	
Situações Encontradas:											
- (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
- (*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido											
01.44		Edital 0557935.08.8 Mat., equip. e serv. para análise de proj. básico, elaboração proj. executivo, constr. civil, mont. eletrom., interlig. e comission. Das unidades 02200, 06821 e Subestações SE2200 e SE6821 do COMPERJ	198	116	2	38	5	321	359	Mantido	
Situações Encontradas:											
- (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
- (*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.											
01.45		Edital 0609676.09.8 Constração dos serviços de Elaboração de Projeto Executivo e Construção dos Prédios da Fiscalização da Petrobras para a obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ	203	120	2	31	3	328	359	Mantido	
Situações Encontradas:											
- (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
- (*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.											

<u>Causa</u>	<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Sim</u>	<u>Não</u>	<u>Abstenção</u>	<u>Branco</u>	<u>Nulo</u>	<u>Quorum</u>	<u>Gerar</u>	<u>Resultado</u>	
CD	01.40	Edital 062523.09.8 Contratação de Serviços de fornecimento, construção e montagem da ampliação do sistema de produção de água tratada de Porto das Caixas, Itaboraí-RJ, na Região Leste da Baía de Guanabara para o Complex	204	120	2	31	3	328	359	Mantido	
Situações Encontradas:											
- (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
- (*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.											
Observações:											
CD	02.40	32337 32337 - Comperj Esportes S.A. - CUBEST RJ	202	120	2	31	4	328	359	Mantido	
25.753.0285.1240.0033 - Construção de Unidades de Estilbenzeno e Estireno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) RJ											
Contrato 0800.004076.08.2 Fornecimento de materiais, equipamentos e serviços de Projeto e Execução da Linha de Transmissão 130 kv de COMPERJ., Amir Engenharia e Automação Ltda											
Situações Encontradas:											
- (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado.											
CD	03.40	Contrato 0800.0040907.08.2 Serviços de Terraplenagem, Drenagem e Anel Vitrificado da Área do futuro Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, Consórcio Terraplenagem Comperj	203	120	2	31	3	328	359	Mantido	
Situações Encontradas:											
- (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
- (*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.											
CD	04.40	Contrato 0800.0041445.08.2 Serviços relativos à subestação da obra do COMPERJ, análise do projetos básico, executivo, construção civil, montagem e interligação de equipamentos, comissionamento e testes, apoio à pré-operação e à operação assistida Comperj	203	120	2	31	3	328	359	Mantido	
Situações Encontradas:											
(*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											

<u>Casa</u>	<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Sim</u>	<u>Não</u>	<u>Abstenção</u>	<u>Branco</u>	<u>Nulo</u>	<u>Quorum</u>	<u>Gerai</u>	<u>Resultado</u>
CD	01.54	Edital: 0457935.09.8 Mat., equip. e serv. para análise de proj. Básico, elaboração proj. executivo, constr. civil, mont. eletrom., instalac. e comission. Das unidades 02200, 05041 e Subestações SE2200 e SE6821 do COMPERJ	221	120	3	32	3	127	359	Mantido
Situatões Encontradas:										
- (*) Orcamento do Edital - Contrato - Aditivo incompleto ou inadequado										
(*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.										
01.54		Edital 0609626.09.8 Contratação dos serviços de Elaboração de Projeto Executivo e Construção dos Prédios da Fiscalização da Petrobras para a obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)	200	120	3	32	4	127	359	Mantido
Situatões Encontradas:										
- (*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.										
(*) Cumprimento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado										
01.60		Edital 0622523.09.8 Contratação de Serviços de fornecimento, construção e montagem da ampliação do sistema de produção de água tratada de Porto das Caixas, Ilhabela RJ, na região leste da Baía de Guanabara para o Complexo	196	119	2	38	4	121	359	Mantido
Situatões Encontradas:										
- (*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.										
- (*) Orcamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado										
Observações:										
01.61		32.500 Comperi Pet S.A. - CPRUCPE	197	119	2	38	3	121	359	Mantido
EC		25.753.0285.124R.0033 - Construção das Unidades de PTA e PET do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) - RJ								
Contrato 0541984.08.8 Fornecimento mat. e equip., análise de consistência do proj. básico, elaboração do proj. executivo, constr. civil, montagem eletromec., instalações e comissionamento da Unidade de Destilação.										
Situatões Encontradas:										
(*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.										
- (*) Cumprimento do Edital - Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado										

Casa	Item	Descrição	Sím	Mão	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Geral	Resultado
CD	01.67	Edital 0622523.09.8 Contratação de Serviços de fornecimento, construção e instalação da aplicação do sistema de produção de água tratada de Porto das Caixas, Ilhaoral-RV, na Região Leste da Baía de Guanabara para o Complexo Situções Encontradas: - (*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido. - (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado Observações:	199	121	2	34	3	325	359	Mantido
CL 68	22341	Comperj Poliolefinas S.A. - CEROPOL RJ 26.763.0285.125.0033 Construção de Unidades de Polietileno e Polipropileno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) - 5ª Contrato 0800.0040676.08.2 Fornecimento de materiais, equipamentos e serviços de Projeto e Execução da Linha de Transmissão 138 kV do COMPERJ, Amir Engenharia e Automação Ltda Situções Encontradas: - (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado	199	121	2	34	3	325	359	Mantido
CL 68	0800	0040907.08.2 Serviços de Terraplenagem, Drenagem e Rec. Vário da área do futuro Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, Consórcio Terraplenagem Comperj Situções Encontradas: - (*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido. - (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado	199	121	2	34	3	325	359	Mantido
CL 70	0800	0043445.08.2 Serviços relativos à subestação da obra do COMPERJ, análise do projeto básico, executivo, construção civil, montagem e interligação de equipamentos, comissionamento e testes, apoio à pré-opsção e à operação assistida Comperj Situções Encontradas: - (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado	199	120	2	34	4	325	359	Mantido
CL 71	0541904	08.8 Fornecimento mat. e equip., análise de consistência do proj. básico, elaboração do proj. executivo, constr. civil, montagem eletrômc., interligações e comissionamento da Unidade de Destilação. Situções Encontradas: - (*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido. - (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado	200	117	2	37	3	322	359	Mantido

<u>Casa</u>	<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Sim</u>	<u>Não</u>	<u>Abstenção</u>	<u>Branco</u>	<u>Nulo</u>	<u>Quorum</u>	<u>Gerar</u>	<u>Resultado</u>	
CD	01.72	Edital 0557935.08.8 Mar., equip. e serv. para análise de proj. Básico, elaboração proj. executivo, constr. civil, mont. eletrom., interlig. e comission. Das unidades U2200, U6821 e Subestações SE2200 e SE6821 do COMPERJ	200	117	2	37	3	322	359	Mantido	
Situções Encontradas:											
(*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.											
- (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
01.73		Edital 0609626.09.8 Contratação dos serviços de Elaboração de Projeto Executivo e Construção dos Prédios da Fiscalização da Petrobras para a obra do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ	200	117	2	37	3	322	359	Mantido	
Situções Encontradas:											
- (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
(*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.											
01.74		Edital 0622523.09.8 Contratação de Serviços de fornecimento, construção e montagem da ampliação do sistema de produção de água tratada de Porto das Caixas, Itaboraí-RJ, na Região Leste da Baía de Guanabara para o Complex	199	117	2	39	3	320	359	Mantido	
Situções Encontradas:											
- (*) Orçamento do Edital / Contrato / Aditivo incompleto ou inadequado											
- (*) Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido.											
Observações:											
.....											
.....											

Ata da 13ª Sessão, não Deliberativa em 19 de fevereiro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Pedro Simon e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a Sessão às 9 Horas, e Encerra-se às 13 Horas)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Brasília, Capital da República do Brasil. Estamos no Senado da República, sexta-feira, dia 19 de fevereiro de 2010, 9 horas.

Esta é a 13ª sessão, Senado Federal, Secretaria-Geral da Mesa, 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária do dia 23 do corrente, terça-feira, será destinado a reverenciar a memória da Dr^a Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, do Dr. Luiz Carlos Costa, representante da ONU, e dos Militares Brasileiros vitimados pelo terremoto do dia 12 de janeiro de 2010 no Haiti, nos termos do Requerimento nº 65, de 2010.

Esta sessão é não deliberativa e todas deliberações legislativas estão sobrestadas.

Esta sessão nasceu da necessidade de os Srs. Senadores e de as Sr^{as} Senadoras apresentarem as suas teses, às vezes mais demoradas, que nos dias deliberativos não são permitidas. Então, utilizam as sextas-feiras e segundas-feiras, em sessões não deliberativas, para que possam falar.

Essa é uma tradição no nosso Senado da República. Rui Barbosa fez discurso de quatro horas neste plenário. O gaúcho Paulo Brossard fez renascer a democracia, mas fazia longos discursos de três horas. Aí o Presidente do Senado, o piauiense Petrônio Portella, limitou para uma hora, e ele fazia então três por semana.

O destino nos traz outro gaúcho, bravo e herói, que se recupera da saúde, o que tranquiliza os trabalhadores brasileiros e os aposentados sofridos. Paulo Paim, com a bravura gaúcha, é o primeiro orador inscrito.

Declaramos aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos – e com a chegada de Pedro Simon, que representa aqui São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 11, de 2010** (nº 42/2010, na origem), do Ministro de Estado da Fa-

zenda, enviando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, o relatório sobre o pré-pagamento de contratos selecionados da Dívida Contratual Externa junto ao Banco Mundial e do Programa de Recompra de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira.

O expediente, juntado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2007** (nº 206/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucunaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2008** (nº 489/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2009** (nº 1.219/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade Fm para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2009** (nº 1.428/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Rio Acimense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 607, de 2009** (nº 99/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Acitol – Associação Comunitária Independente de Toledo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2009** (nº 1.523/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2009** (nº 1.197/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 732, de 2009** (nº 1.609/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à RCI – Rádio Comunitária de Jaciara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaciara, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 802, de 2009** (nº 1.543/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 809, de 2009** (nº 1.725/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores de Palestina de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 822, de 2009** (nº 1.712/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2009** (nº 1.714/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 829, de 2009** (nº 996/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária a Voz do Povo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 830, de 2009** (nº 997/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte – MA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 831, de 2009** (nº 1.002/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 832, de 2009** (nº 1.014/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Habitacional de Alfenas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 833, de 2009** (nº 1.097/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas – APACNOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 835, de 2009** (nº 1.243/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Amcar – Associação dos Moradores do Canto do Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2009** (nº 1.597/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2009** (nº 1.636/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Centro Social de Monte Grave para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 878, de 2009** (nº 1.687/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 881, de 2009** (nº 1.699/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão

- de Açúcar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2009** (nº 1.719/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2009** (nº 1.732/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 888, de 2009** (nº 1.760/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2009** (nº 1.767/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Gazeta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2009** (nº 1.771/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 897, de 2009** (nº 1.783/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação do Município de Itupiranga – Sociedade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 898, de 2009** (nº 1.787/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Saraiva Leão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 903, de 2009** (nº 1.694/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 908, de 2009** (nº 1.726/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 922, de 2009** (nº 1.722/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 932, de 2009** (nº 1.254/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 933, de 2009** (nº 1.318/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão EZR Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2009** (nº 1.633/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2009** (nº 1.747/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo;
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2009** (nº 1.310/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Conselho Cultural Educativo Comunitário (Concec) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul; e
 - **Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2009** (nº 1.329/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica.Com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.
- Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 70, DE 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Senador José Sarney,

Com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Alta de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do General Ivan de Souza Mendes, ocorrido em 18 de fevereiro de 2010.

Justificação

“O General Ivan de Souza Mendes, último chefe do Serviço Nacional de Informações, morreu na manhã desta quinta-feira, aos 87 anos”. É assim que os principais jornais do País noticiaram, ontem e hoje, o falecimento do “General Ivan”. O aposto “último chefe do Serviço Nacional de Informações” pode ter duas leituras, na avaliação do seu currículo. A primeira, mais pejorativa, por se tratar de um órgão sabidamente importante nos tristes acontecimentos durante o regime militar que fez noite na política brasileira durante mais de vinte anos. A segunda, na qual eu me incluo, coloca ênfase na palavra “último”. O General Ivan foi o “último” comandante daquela instituição de informações estratégicas para o regime militar. Foi ele, portanto, o responsável por desmontar uma estrutura que cuidava de municiar o regime de exceção, com informações que, sabidamente, culminaram em muitos dos episódios de violência contra quem se opunha à ditadura implantada em 1964.

O General Ivan foi um dos principais articuladores da transição do regime militar para o Governo Civil, e foi escolhido por Tancredo Neves para ocupar o cargo. Quem viveu aquele momento da história política brasileira, como eu, que houvera também sido escolhido por Tancredo, para ocupar o cargo de Ministro da Agricultura, sabe que o País ainda se ressentia de tantos anos de repressão e de arbítrio. Era, portanto, um momento ainda carregado de sensibilidade política. Sensibilidade esta que se reforçou com a morte de Tancredo Neves.

A História é o testemunho mais que fiel da competência e do espírito público do General Ivan de Souza Mendes, na sua missão de desanuviar as tensões, enquanto dirigiu o SNI e de dar, àquele órgão, uma verdadeira função de Estado, em um regime de liberdade democrática.

O General Ivan de Souza Mendes, apesar de ter ocupado outros cargos importantes, inclusive como interventor na então “Prefeitura de Brasília”, jamais se utilizou do prestígio pessoal para angariar qualquer tipo de vantagem. Quando perguntado o que fez quando deixou o Governo e se tinha aceitado um emprego privado, respondeu: “Não podia. Não achei ético aceitar emprego na iniciativa privada. Eu tinha sido chefe do SNI, tinha um conhecimento geral sobre vários problemas do País, sabia muito. Tive alguns convites, mas nunca aceitei”. “Como o Sr. Vive, então”, foi a pergunta que se seguiu. O General Ivan respondeu: “Da minha aposentadoria. Não é muito, mas é o que o País pode me pagar”.

Como se observa, morreu o General Ivan de Souza Mendes. As suas lições, entretanto, permanecem vivas. E necessárias.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2010. – Senador **Pedro Simon**

REQUERIMENTO Nº 71, DE 2010

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento de Sérgio Murilo Santa Cruz, ocorrido dia 17 de fevereiro, do corrente, na cidade de Recife, estado de Pernambuco.

I – inserção em ata de voto de profundo pesar;

II – apresentação de condolências aos seus familiares.

Justificação

Advogado criminalista e Deputado Estadual e Federal o combativo, Sérgio Murilo Santa Cruz, nasceu em Carpina (PE) em 1931.

Em 1974, foi eleito Deputado Federal e considerado pelo Diap o deputado mais influente na Câmara. Reelegeu-se nas eleições de 1978 e 1982. Foi um dos articuladores da Aliança Democrática, que propiciou a candidatura de Tancredo Neves a Presidência, no Colégio Eleitoral (1985). A única eleição majoritária disputada por Sérgio Murilo foi pela Prefeitura de Recife em 1985.

Trabalhou até o ano 2000, quando o avanço do mal de Parkinson e de Alzheimer o deixou impossibilitado de exercer a profissão que tanto devotava e muito se dedicou.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2010. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados e os requerimentos vão ao arquivo.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

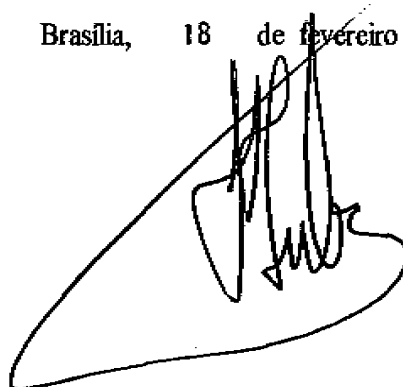
É lida a seguinte:

MENSAGEM
Nº 58, DE 2010
(nº 57/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 21 a 27 de fevereiro, em viagens oficiais ao México, nos dias 21 e 22, a Cuba, nos dias 23 e 24, ao Haiti, dia 25 e a El Salvador, de 25 a 27.

Brasília, 18 de fevereiro de 2010.



Aviso nº 70 - C. Civil.

Em 18 de fevereiro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 21 a 27 de fevereiro, em viagens oficiais ao México, nos dias 21 e 22, a Cuba, nos dias 23 e 24, ao Haiti, dia 25 e a El Salvador, de 25 a 27.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

Com a palavra, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, eu quero fazer um registro breve, como pedi aos outros Senadores, porque tenho que, de imediato, fazer meus exames, que vão iniciar às nove e meia.

Sr. Presidente, eu quero registrar uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas, divulgada nesta semana, que achei muito interessante.

Esta pesquisa da Fundação Getúlio Vargas aponta o período de junho de 2003 a julho de 2008 como a fase de maior expansão da economia brasileira nos últimos trinta anos. Segundo a pesquisa, nesse período, a indústria expandiu, as vendas do comércio registraram alta, a geração de novos postos de trabalho aumentou e a renda cresceu.

O estudo foi coordenado pelo ex-Presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore e teve a participação de mais seis economistas.

Pela pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, que considerou dados a partir de 1980, o bom desempenho da economia começou seis meses após a posse do Presidente Lula e se prolongou por 61 meses. Diz a pesquisa – e estou aqui relatando – que o segundo melhor período foi entre fevereiro de 1987 e outubro de 1988, na gestão do ex-Presidente José Sarney. A mesma pesquisa aponta que o menor período recessivo foi também no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e durou seis meses, de julho de 2008 a janeiro de 2009, quando o País conviveu com os efeitos da crise financeira internacional.

Sr. Presidente, sabemos que muita coisa ainda precisa ser feita, mas temos certeza de que estamos no caminho certo. A política econômica do Governo está mostrando seus resultados. Esse trabalho da Fundação Getúlio Vargas é uma demonstração de que essa forma de conduzir os destinos do País foi a melhor no campo do crescimento dos últimos trinta anos.

Quero ainda, nessa mesma linha, Sr. Presidente, rapidamente falar sobre o desemprego não só no Brasil, mas também no mundo.

Falo um pouco sobre um tema de suma importância, que diz respeito ao desemprego no mundo em geral. A crise econômica mundial afetou todos os países no que diz respeito ao trabalho. Depois dela, o desemprego alcançou níveis que nunca antes haviam sido registrados.

Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foram 212 milhões de pessoas que perderam o emprego formal no mundo em 2009; e fo-

ram também 1,5 bilhão de pessoas, o que corresponde a 50,6% da força de trabalho global, que ficaram em ocupações chamadas vulneráveis, ou seja, como falamos aqui no Brasil, sem carteira assinada.

O relatório calcula ainda que nos países mais ricos esse quadro só vai ser modificado em 2013. Para os países emergentes a situação é mais favorável. Há uma previsão de que o emprego volte aos níveis anteriores à crise já a partir do fim de 2010, começo de 2011.

Um fato para nós significativo é que estatísticas também comprovam que a situação se agravou mais rapidamente nos países que têm uma legislação trabalhista mais flexível. Esse tipo de legislação permite a contratação com baixo nível de direitos e com salários também irrisórios.

Países que flexibilizaram a legislação, como Estados Unidos, Irlanda e Espanha, são exemplos desse tipo de contratação flexível. Nos Estados Unidos, por exemplo, o desemprego aumentou 10%, ou seja, 3,1 pontos percentuais acima do registrado no ano anterior. Na Espanha, o índice de desemprego foi de 19,4%, ou seja, aumentou 5,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

No entanto, em países com uma legislação trabalhista mais pró-empregados, mais favorável ao empregado, com carteira assinada, esses índices foram bem mais baixos. Na Alemanha, foi registrado somente 0,5 ponto percentual a mais em relação ao ano anterior.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística também demonstra que, no Brasil, tivemos um índice de 6,8% de desemprego em dezembro de 2009. Nós, que já tivemos, em 2000 e 2002, até 10% de desempregados, diminuimos para 6,8%.

A Fundação Getúlio Vargas informa, ainda, que o nosso percentual de pessoas sem emprego formal praticamente não teve aumento em 2009. Ficou, se compararmos com 2008, em menos que 0,3 ponto percentual.

De acordo com relatório da OIT, Panorama Laboral 2009, o desemprego aumentou significativamente no primeiro trimestre de 2009 em seis regiões metropolitanas. Mas o Brasil soube enfrentar a crise, e o relatório demonstra isso. Nós fomos o único país, entre os examinados, em que as taxas caíram no segundo e terceiro trimestres de 2009; ou seja, o desemprego não aumentou.

Na opinião do economista Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, uma característica marcante no cenário do emprego brasileiro da última década é o fato de que aumentou muito a taxa de formalização dos empregos. Palavras dele: “A geração de empregos formais foi, pelo menos,

duas vezes maior do que antes”, ou seja, antes de o Governo Lula assumir.

Nós estamos indo pelo caminho certo. Direitos trabalhistas devem ser cada vez mais implementados e ampliados. É assim que se constrói uma Nação que pratica a justiça social.

O economista disse ainda que, entre 2004 e 2008, a média anual de geração de emprego no Brasil foi de 1,4 milhão de postos de trabalho contra 650 mil, se voltarmos e compararmos com os anos de 1999 até 2003. Ou seja, nós dobramos, no mínimo, o número de homens e mulheres com carteira assinada.

Diz mais ainda o economista: “(...) há uma recuperação gradual e, em setembro de 2009, já atingiu o ritmo de geração de emprego formal de antes [da crise] de setembro de 2008”. Houve, com certeza absoluta, uma mudança positiva nesse ano de 2009, aqui no Brasil; e, com o anúncio apontado ontem pelo Ministro Carlos Lupi, nós tivemos o melhor momento, dos últimos 50 anos, em matéria de postos de trabalho.

Sr. Presidente, quero, para concluir, dizer que outra questão, no meu entendimento, positiva para nossa economia foi a criação do Simples (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições) para as micro e pequenas empresas. Isso seria responsável pelo aumento de 60,4% na criação de empregos formais.

Quero informar ainda, Sr. Presidente, que nós estamos num bom momento, estamos num bom debate. E que bom que percebo que um projeto de nossa autoria, que é o que reduz a jornada de trabalho sem redução de salário, está sendo debatido pelo Governo, pelas centrais, pelos empresários! O projeto é de nossa autoria, junto com o Senador Inácio Arruda.

Haverá, neste fim de semana, em São Paulo, na casa do Presidente Michel Temer, uma reunião entre lideranças para discutir uma forma escalonada para que se construa o entendimento, para que haja redução de jornada, redução dos tributos que os empresários pagam à União e não haja redução de salário.

Eu me considero contemplado com esse debate, porque foi há mais de dez anos que, com o Senador Inácio Arruda, apresentamos essa PEC, quando éramos ainda Deputados. Eu e ele coletamos assinaturas e o debate começou na sociedade. Hoje, 20 anos depois da Assembleia Nacional Constituinte, em que participamos daquele debate que reduziu de 48 para 44, nós estamos verificando que é possível se construir um grande entendimento, envolvendo todos os setores da sociedade, para que a redução de jornada, sem redução de salário, de forma gradual, aconteça com a redução de tributos.

Com isso, na verdade, todos ganham, porque, no primeiro momento, o Governo pode arrecadar menos, mas, por outro lado, mais pessoas estarão trabalhando, produzindo, recebendo, consumindo. O comércio vai vender muito mais e, conseqüentemente, o Governo acabará também, por via indireta, arrecadando.

Senador, por favor.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Paim, eu quero me congratular com V. Ex^a pelas colocações desta manhã, no que diz respeito à geração de empregos, renda, enfim, os dados que V. Ex^a traz à Casa no seu discurso. Mas me chamou a atenção quando V. Ex^a falou da questão do Simples, ou do Super Simples, uma luta que desenvolvemos também no Senado. Fomos Relator por duas ou três vezes de alterações nessa lei. E, numa das últimas alterações, mais precisamente na penúltima, foi incluída uma figura excepcional e de importância para a sociedade brasileira entre as alterações no Super Simples, na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa: a figura do empreendedor individual. V. Ex^a sabe que é uma oportunidade que foi criada aqui, no Congresso Nacional, num projeto de lei e na Lei Geral, que permite a formalização de pessoas simples, de trabalhadores, de autônomos, que o Estado brasileiro deixava à margem da atividade econômica legalizada. Supõe-se que essa faixa de trabalhadores e empreendedores está na casa de 12 a 14 milhões de pessoas. Então, reforço as colocações de V. Ex^a com relação ao Super Simples, destacando esta alteração, a inclusão da figura jurídica do empreendedor individual, que certamente vai contribuir muito nessa questão da renda e na questão da formalização dos trabalhadores na economia brasileira. Então, foi um avanço. Costumo dizer que a Lei Geral ou Super Simples, com o empreendedor individual, foi uma reforma tributária às avessas. Na verdade, contemplamos com redução de carga tributária, com redução da burocracia do Estado brasileiro, uma infinidade de empresas que se enquadram dentro dos parâmetros do Super Simples. Congratulo-me com V. Ex^a pelas colocações de hoje. Meus parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Adelmir Santana, quero cumprimentar V. Ex^a, que tem sido parceiro nessas discussões todas que apontam na linha de fortalecer, principalmente, o mercado de trabalho. Eu sempre digo que o mercado de trabalho é fundamental. Ele cumpre esse papel de fortalecer a economia e contempla, com certeza absoluta, empregado, empregador e a própria União, Municípios, Estados, que arrecadam. E V. Ex^a, como líder da área do comércio, cumpre um papel fundamental nesse sentido. Meus cumprimentos e obrigado pelo aparte.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Ex^a ainda e aos Senadores e Deputados que fiz aqui uma retrospectiva desses mais de 20 anos da Assembleia Nacional Constituinte. E, neste meu pronunciamento – quero que V. Ex^a o considere na íntegra –, eu falo do debate que houve, na Assembleia Nacional Constituinte, dos direitos dos trabalhadores, da questão da previdência, do Sistema Único de Saúde; falo da importância do Estatuto da Criança e do Adolescente; falo da Loas; falo do Estatuto do Idoso, que felizmente já é lei – projeto de nossa autoria – há mais de seis anos; falo da importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência e do Estatuto da Igualdade Racial, projetos que aprovamos aqui, no Senado, e se encontram na Câmara; falo da importância do fim do fator previdenciário – aprovamos aqui no Senado e falta a Câmara votar; falo da recuperação dos benefícios dos aposentados; falo de uma política permanente para os aposentados. Todos esses, projetos aprovados aqui, no Senado, que estão lá na Câmara dos Deputados. Falo aqui, claro, do meu descontentamento com a DRU, Sr. Presidente, que desloca 20% de toda a arrecadação, por exemplo, da seguridade social e que podem ser destinados para quaisquer outros fins que entenda a União. Por isso, apresentei uma PEC no sentido de que não haja mais o desconto de 20% da seguridade. Ou seja, com isso, nós estaríamos alavancando, com quase R\$50 bilhões, recursos para a saúde, para a educação e para a assistência. Segundo o último dado que eu tinha, era em torno de R\$38 bilhões, e a estimativa com que estamos trabalhando – se a DRU cair – é de algo em torno de R\$50 bilhões, que ficariam na assistência, na previdência e também na saúde.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. Como eu falava, eu tenho que, às nove e meia, fazer alguns exames e peço a V. Ex^a que considere na íntegra os três pronunciamentos que aqui comentei.

Obrigado, Presidente.

**SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS
DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de falar um pouco sobre um tema importante, que foi matéria veiculada na imprensa recentemente e que diz respeito ao mundo em geral, é o desemprego.

A crise econômica mundial afetou todos os países no que diz respeito ao trabalho. Depois dela o desemprego alcançou níveis que nunca antes haviam sido registrados.

Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho, foram 212 milhões de pessoas sem em-

prego formal em 2009. E foram também 1,5 bilhão de pessoas, o que corresponde a 50,6% da força de trabalho global, em ocupações vulneráveis.

O relatório calcula ainda que nos países mais ricos esse quadro só se alterará em 2013. Para os países emergentes a situação é um pouco mais favorável, prevê-se que o emprego volte aos níveis anteriores da crise até 2011.

Um fato muito significativo é que as estatísticas comprovam que a situação se agravou mais rapidamente nos países que tem uma legislação trabalhista mais flexível.

Esse tipo de legislação permite a contratação de temporários com baixo nível de direitos empregatícios e facilita a demissão.

Países como Estados Unidos, Irlanda e Espanha são exemplos desse tipo de contratação. Nos Estados Unidos, por exemplo, o desemprego aumentou 10%, ou seja 3,1 ponto percentual acima do registrado um ano antes. Na Espanha o índice foi de 19,4%, número 5,4 ponto percentual do ano anterior.

No entanto, em países com uma legislação trabalhista mais pró-empregados, esses índices foram bem mais baixos. Na Alemanha foi registrado 0,5 ponto percentual a mais de um ano antes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registrou que, no Brasil, tivemos um índice de 6,8% de desemprego em dezembro de 2009.

A Fundação Getúlio Vargas informou que o nosso percentual de pessoas sem emprego formal aumentou, em 2009, 0,2 ponto percentual em relação a 2008.

De acordo com relatório da OIT, Panorama Laboral 2009, o desemprego aumentou significativamente no primeiro trimestre de 2009 em seis regiões metropolitanas...

Mas, o Brasil soube enfrentar a crise e o relatório demonstrou isso. Nós fomos o único país entre os examinados, em que essas taxas caíram no segundo e terceiro trimestres de 2009.

Na opinião do economista Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, uma característica marcante no cenário do emprego brasileiro da última década, é o fato de que aumentou muito a taxa de formalização dos empregos.

Suas palavras foram: “*A geração de empregos formais foi, pelo menos, duas vezes maior do que antes*”

Sr^{as} e Srs. Senadores, nós estamos indo pelo caminho certo. Direitos trabalhistas devem ser cada vez mais implementados e ampliados. É assim que se constrói uma Nação que pratica a justiça social.

O economista disse ainda que entre 2004 e 2008, a média anual de geração de empregos formais foi de

1,4 milhão de postos de trabalho, contra 650 mil empregos ao ano entre 1999 e 2003.

Nas palavras dele"... há uma recuperação gradual e, em setembro de 2009, já atingiu o ritmo de geração de emprego formal de antes de setembro de 2008. Houve queda em dezembro fechando o ano com 995 mil postos de trabalho"

O que eu achei muito interessante e positivo é que uma das causas apontadas para isso é o expressivo aumento da escolarização. Segundo Néri, esse é um determinante na oferta de vagas com carteira assinada.

Outra provável causa é a criação do Simples (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições) para micro e pequenas empresas. Isso seria responsável pelo aumento de 60,4% na criação de empregos formais.

Sr. Presidente, só posso terminar dizendo, parabéns Brasil, nós estamos no caminho certo mas, volto a afirmar que uma das maneiras de reduzirmos o desemprego é a redução da jornada de trabalho.

Com a aprovação do projeto que apresentei em parceria com o Senador Inácio Arruda, poderemos dar melhor qualidade de vida aos nossos trabalhadores e dar emprego a muitos que estão sem expectativas de um futuro melhor.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meados dos anos 70 e início da década de 80, ganhou força no Brasil um movimento em favor da redemocratização. Essa ação culminou em 83 com as "Diretas Já" que levaram milhares de pessoas às ruas pela possibilidade de eleições diretas para a presidência da República. O país e nossa gente vivia em um período ditatorial e ansiava por direitos, por exercê-los em sua liberdade.

O movimento rendeu frutos e, em 1985, tivemos a volta do poder civil à presidência. Nos anos que se seguiram, mais especificamente no período entre 1987-88, foi formada a Assembléia Constituinte, da qual fui deputado.

Dos inúmeros debates ali travados, construímos o principal instrumento democrático de nosso país: a Constituição Federal. Firmamos então nossa decisão a favor de um governo democrático.

Nossa Carta Magna conservou a forma de governo presidencial. Ficou garantido que os brasileiros escolheriam seus governantes por meio de seus votos, diretos e secretos. E foi isso que fizemos em 1989.

De lá para cá já tivemos cinco eleições diretas (1989, 1994, 1998, 2002 e 2006) e, em 2010, realizaremos mais uma. É fundamental, nesse contexto, que

as pessoas saibam o quanto são importantes para que essa democracia seja posta em prática.

Apesar de já estarmos vivendo em um país democrático, nós construímos essa condição dia após dia. E todos, independentemente de suas profissões ou idades, tem papel de destaque nesse trabalho...

Digo isso pois quando votamos, estamos decidindo nosso futuro pelos próximos quatro anos. Afirmando isso porque exigir o cumprimento de uma Lei, é exercer a democracia, é servir de exemplo para que outros façam o mesmo.

E, é também nesse contexto que entramos nós, legisladores. Nosso papel é o de fiscalizar, debater e de aprovar projetos e propostas que viabilizem e efetivem os preceitos dispostos em nossa Constituição a qual, como muitos sabem, ampliou os direitos sociais.

Nessas quase três décadas de vida pública já vi diversos avanços. É claro que muito pode ser feito ainda, mas é inegável que estamos no caminho.

Um exemplo de conquista foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Uma Lei foi fundamental na forma de o país perceber as crianças e adolescentes, os quais, até então, eram divididos em basicamente duas classes: a dos filhos de uma elite dominante e os filhos de pessoas pobres, às margens da sociedade. Aos primeiros eram dados direitos, já aos segundos, cabia sempre uma situação de irregularidade, com total falta de respeito aos Direitos Humanos. Ou seja, não havia futuro para esses jovens.

Ainda hoje temos resquícios desse pensamento e dessa realidade, é fato. Isso porque não há maneiras de alterarmos as formas de pensar e de agir de todo um povo de uma hora para outra. Mas as pessoas já tem um conhecimento maior de seus direitos e veem as crianças como crianças, adolescentes como adolescentes. Ainda existem muitas injustiças? Certamente, e cabe a nós, enquanto cidadãos, denunciá-las.

É o que digo também às pessoas que lutam para que os direitos garantidos via Estatuto do Idoso, matéria de nossa autoria, sejam colocados em prática.

Conforme o IBGE, existem hoje no país cerca de 20 milhões de pessoas com mais de 60 anos, representando quase 11% da população. As previsões são de que em 2050, o Brasil seja o quinto maior país em população idosa do mundo.

Diante de dados como esse não há como, enquanto legisladores, ficarmos impassíveis. Desde 1991, por exemplo, as aposentadorias e pensões deixaram de receber os mesmos percentuais de reajuste concedidos ao salário mínimo.

Como resultado temos perda do poder de compra desses benefícios que alcançam os 75%. Se somarmos a isso as perdas provocadas pelo fator previden-

ciário – 35% para homens e 40% para mulheres, no ato das aposentadorias-, veremos que essas pessoas estarão, em breve, recebendo apenas o equivalente a um salário mínimo, independente do quanto tenham contribuído.

O que os governos vem alardeando ao longo dos anos é um suposto déficit da previdência. Porém, o superávit da Seguridade Social, sem a incidência da DRU, entre 2000 e 2007 foi de R\$ 400 bilhões. Com a DRU esse número cai para R\$ 140 bilhões. Nesse sentido a PEC 24/03, de nossa autoria, proíbe qualquer bloqueio ou contingenciamento dos recursos da Seguridade.

Um país mostra seu valor pela forma como trata suas crianças e seus idosos e, na década de 80, durante a Constituinte, vimos que lamentavelmente o Brasil não olhava de maneira adequada para essas pessoas. Nossa Constituição, como dissemos, garantiu direitos a, por exemplo, crianças, adolescentes e idosos e coube a nós, legisladores, efetivá-los.

Uma democracia é dinâmica. Ela está em constante mutação, pois as necessidades de um povo também são assim. Por isso, é uma luta constante. Temos no Congresso nacional milhares de projetos em debate.

Não podemos minimizar a importância de nenhuma matéria. Porém, acreditamos que devem ter prioridade aquelas direcionadas ao maior número de brasileiros e àqueles que estão, de alguma forma, excluídos. Nesse contexto podemos destacar, por exemplo, discussões em torno de políticas que visam a proteção do meio ambiente e as que buscam garantias no campo da saúde, da segurança e da educação.

Sou defensor do ensino de qualidade e do ensino profissionalizante como forma de resgate e inclusão social. Por isso em 2005 apresentei a PEC 24 que cria o Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante (Fundep).

Outro ponto importante e que merece atenção diz respeito aos debates em torno do estatuto dos Povos Indígenas. Pessoas que há anos não tem seus direitos, sua cultura, seus costumes respeitados.

Na mesma linha podemos citar o Estatuto da Igualdade Racial, de minha autoria. A Constituição garante que todos são iguais, independente de gênero, cor da pele, idade ou classe social. Mas o que vemos e o que as pesquisas dão conta, mostram que ainda não atingimos o ideal. Sabemos que a maioria de nossa população (48%) é formada por negros, porém praticamente não os vemos em universidades, cargos profissionais mais elevados seja nas áreas privadas, no executivo, legislativo, Judiciário e mesmo nas Forças Armadas.

Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo mostrou que 87% dos brasileiros admite que há discriminação racial no país, porém apenas 4% da população se considera racista. Novamente aqui precisamos de uma mudança cultural. Acredito que o instrumento legal que podemos utilizar para auxiliar nessa mudança são as Leis, daí a importância do Estatuto.

Com a aprovação de políticas afirmativas acredito que em alguns anos todos seguirão os seus caminhos. Assim, não precisaremos mais falar dos Estatutos do Idoso, do Índio, da Mulher, da Igualdade Racial, das Pessoas com Deficiência, também de minha autoria, enfim, das políticas voltadas a assegurar Direitos Humanos e Sociais.

E a meu ver a garantia dessas políticas e direitos passa pela base, ou seja, pelas cidades. Afinal, é nos municípios que as coisas acontecem. Nessas localidades os brasileiros cobram e exigem de seus prefeitos que o posto de saúde funcione adequadamente, que tenha professores nas salas de aula, dentre outras coisas.

Nesse contexto, um tema que cada vez mais requer urgência e decisão política é a revisão do Pacto Federativo brasileiro. É preciso modificar a atual distribuição de direitos e deveres entre União, distrito federal, estados e municípios. O governo federal fica com 60% dos recursos. Ao passo que os estados ficam com 25% e os municípios 15%.

É fato que nas últimas décadas, essa disparidade tem causado inúmeros problemas para estados e municípios que ficam na dependência do Poder Central. As administrações municipais assumiram inúmeros encargos e atribuições de responsabilidade da União e dos estados. Enquanto, de maneira contrária, a participação dos municípios no bolo tributário diminuiu.

Os estados, por sua vez, também possuem problemas financeiros, ocasionados pela falta de repasses de verbas da União. Por isso, um novo pacto federativo deve efetivamente construir agendas sociais focadas na melhoria de vida e bem estar da população, com o devido corte das diferenças. Um pacto federativo com responsabilidade social que caminhe junto com políticas públicas contra as desigualdades regionais.

E, como é de se esperar, não há como efetivar políticas e ações sem recursos financeiros. Pensando numa solução para amenizar esse problema apresentei a PEC 23/05 que tem por objetivo regionalizar as discussões do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A idéia é instituir o Orçamento Participativo em âmbito federal. Uma idéia que não é nova, mas que

se justifica pela proposta democrática de assegurar a participação do cidadão.

No meu entendimento a melhor fórmula de gestão pública é aquela que inclui a participação popular no processo decisório. Acredito que um orçamento participativo poderá evitar a maior parte dos desvios de recursos, pois a população saberá o quê e como fiscalizar. Julgamos ser um avanço e que se for implantado só irá gerar bons frutos.

Além disso, no combate a corrupção seria muito bom se o Congresso aprovasse o projeto 209/05, de minha autoria, que prevê que os crimes de corrupção ativa e passiva se tornem insuscetíveis de fiança e de liberdade provisória.

Na mesma linha é preciso se pensar em uma reforma política a qual, na minha visão, engloba o voto distrital misto, a fidelidade partidária, o financiamento público de campanha e o fim do foro privilegiado.

Defendo uma lei eleitoral que combata os interesses de grandes grupos políticos. Isso dará maior transparência às ações. E nesse ponto insisto: a população tem de observar quem a representa e votar diferente.

De nossa parte, é preciso ouvir mais a população, planejar um orçamento e uma legislação que inclua os seus anseios, que valorize o homem e o meio ambiente em programas de cidadania, inclusão, segurança pública e direitos humanos.

Há muito a se fazer. Basta começarmos e enfrentarmos as dificuldades. A batalha precisa ser incansável. A cobrança sobre nós, homens públicos, deve ser constante. Assim como deve ser firme a luta de cada um por seus direitos.

Nesse contexto a arma que o cidadão tem é o voto, um item fundamental para avançar sempre na melhoria da qualidade de vida de toda nossa gente. Sonhamos com um país onde todos possam viver e envelhecer com dignidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante pronunciamento, o da vez aqui é Adelmir Santana. Mas há um compromisso com o Senador Acir Gurgacz, que vai pegar um avião.

São dois brilhantes Senadores, empreendedores, realizadores, e Acir Gurgacz esqueceu de colocar o nome aqui. Eu, porém, assumi o compromisso de atendê-lo, já sabendo que V. Ex^a, Senador Adelmir Santana – V. Ex^a é de Brasília –, é sempre muito cordato e solidário.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Não serei eu quem vai impedir que o Senador chegue até Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a hoje simboliza a esperança de melhores dias no Distrito Federal. V. Ex^a não se omitiu um instante da problemática, tem enfrentado a situação com muita firmeza e com muita clareza. Os pronunciamentos de V. Ex^a têm enriquecido o debate e têm dado uma contribuição de luz para o imbróglio que estamos vivendo.

Com a palavra, como havia me comprometido, o Senador Acir Gurgacz.

Agradeço ao Senador Adelmir Santana.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Muito obrigado, Senador Adelmir Santana.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vou voltar aqui ao assunto...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Permita-me interrompê-lo rapidamente. É só para autorizar o Secretário Executivo a atender a solicitação do Senador Paulo Paim, que solicitou a transcrição, na íntegra, dos pronunciamentos que fez.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Muito bem.

Quero voltar ao assunto que iniciamos ontem, Presidente, quando falamos sobre a importância da emancipação política de Extrema de Rondônia. Assim como quer a população daqueles distritos, aconteceu com os demais municípios de Rondônia: emanciparam-se, cresceram e estão se estruturando, tomando as decisões administrativas de acordo com sua visão, o seu entendimento em relação ao que é melhor para suas comunidades.

Quero, mais uma vez, dar o meu apoio ao “sim” para o plebiscito do dia 28 de fevereiro e peço à população de Porto Velho que também diga “sim”, apoiando o futuro município de Extrema de Rondônia.

É importante a emancipação desses distritos, pois só assim vamos ver Rondônia se desenvolvendo, e esses municípios crescendo. Isso aconteceu com outros municípios, como Ji-Paraná, Vilhena, Guajará-Mirim, Rolim de Moura, Ariquemes, Cacoal, enfim, outros tantos municípios que foram emancipados e, a partir da emancipação, passaram a se desenvolver e a construir a sua própria economia. Tendo isso em mente é que venho aqui hoje, mais uma vez, dar esse apoio aos distritos, ressaltando a importância do futuro município de Extrema de Rondônia.

Um outro assunto importante, Sr. Presidente.

O Ministério da Saúde divulgou uma pesquisa com relação à dengue no País, mas não incluiu nesse estudo o Estado de Rondônia, que sofre muito com a dengue neste momento. Já houve uma queda, sabe-

mos disso, mas ainda temos muitos problemas com a dengue no Estado de Rondônia, em praticamente todos os seus municípios. Então, pedimos uma atenção especial do Ministério da Saúde para que não esqueça de atender o nosso Estado de Rondônia.

Reiteramos, portanto, o pedido ao Ministério da Saúde para que dê uma atenção especial ao Estado de Rondônia. As pessoas lá estão sofrendo muito. Já tivemos dias em que alguns municípios não tiveram leitos para atender a população, não havia leitos em hospitais públicos nem em hospitais particulares. Então, é importante e é necessária uma atuação mais forte de nosso Ministério para nos ajudar a combater a dengue no Estado de Rondônia.

Presidente, era isso o que eu tinha a comunicar. Muito obrigado por sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, como já havíamos anunciado, a palavra é do Senador Adelmir Santana, que cedeu seu lugar a Acir Gurgacz.

Adelmir Santana é esse bravo Senador pelo Distrito Federal que tem mostrado, diante desses acontecimentos desagradáveis da política, que pertence a todos nós, a sua presença e a sua firmeza em pronunciamentos muito lúcidos, ensinando ao Brasil que não temos de estuprar a Constituição, temos de nos aproximar da Constituição – aí está Marco Maciel, que simboliza e entende muito bem isso. Temos de entender que a Roma antiga já se aproximava do Direito. Desde o primeiro escrito do Imperador Justiniano, quer dizer, lá na época daqueles Césares, buscava-se uma aproximação das leis. Então, nós somos daquele...

E esta Casa tem dado o exemplo.

Nós vivemos a complicação da morte de Getúlio Vargas. Café Filho, impossibilitado por doença; Carlos Luz assumiu e ligou-se a um grupo que não queria obedecer o resultado da eleição de Juscelino Kubitschek. Liderado por Carlos Lacerda, exigiu uma maioria absoluta que, naquele tempo, não constava da Constituição. Juscelino Kubitschek teve 36% dos votos, mas era assim que rezava...

Então, esses udenistas, liderados por Carlos Lacerda e Carlos Luz, pegaram a maior fragata brasileira, Tamandaré, com o almirante que mais entendia de balística, o Almirante Carlos Pena Boto, e ameaçaram torpedear o Palácio do Catete. Foram buscar apoio de Jânio Quadros, que demonstrou ter muito juízo ao não participar da ação, Senador Marco Maciel. Aí o General Lott fez aquele movimento militar, mas o Congresso mostrou sabedoria e colocou Nereu Ramos, Senador de Santa Catarina, que presidiu este País muito bem; como Presidente do Senado, não se afastou, e Juscelino assumiu.

E Juscelino Kubitschek deu um grande ensinamento – é para o PT aprender. Juscelino saía do Governo com essa maioria estrondosa, com o polo automobilístico do Sul, com Brasília aqui no centro e com a Sudene para o Marco Maciel lá no Nordeste. Quiseram que ele fosse reeleito, mas ele disse “não”, que não iria se afastar da Constituição.

Nós, então, temos de nos aproximar da Constituição. É assim que nós entendemos.

Eu estou falando, como quis Deus neste momento, representando a Presidência deste Senado.

E V. Ex^a é um Senador que, desde o primeiro instante, advertiu no sentido de que encontrássemos essa paz, paz que só pode estar onde Rui Barbosa disse: “Só tem um caminho e uma salvação, a lei e a justiça”. E a Constituição é o conjunto de leis.

Com a palavra este extraordinário Senador que lidera o momento da legalidade em Brasília.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, que preside esta sessão. V. Ex^a destacou bem: eu tenho me posicionado sempre na defesa do respeito da linha sucessória com relação às questões de Brasília. Hoje, entretanto, apesar de todos esses acontecimentos, que cada vez mais recrudescem em nossa cidade, eu tecerei considerações sobre outras matérias.

Há poucos dias, Sr. Presidente, ocupei esta tribuna para fazer algumas considerações sobre as oportunidades perdidas pela Nação brasileira. Declarei aqui que o Brasil tem desperdiçado muitas oportunidades para avançar e conquistar a estabilidade institucional tão necessária para assegurar a governabilidade e afirmei que, em todos os anos em que há eleições gerais no País, tem-se um instante propício à reflexão sobre os nossos principais problemas, sobre as nossas aflições e possibilidades, porque geralmente se abre um espaço amplo para o diálogo democrático.

Minhas preocupações estavam, naquele instante, voltadas para o projeto de nação que desejamos. E abordei a questão do sucessivo adiamento das reformas estruturantes, como a reforma política, a base de todas as reformas, a tributária, que, no meu entendimento, pode ser feita cartesianamente, isto é, começando por pontos menos polêmicos e traumáticos para a Federação.

Vejo que agora é o instante de se aproveitar as janelas de oportunidades que aí estão, brechas históricas que permitem ao País ingressar em novas frentes do desenvolvimento econômico e social. Estou convencido de que esta é a hora de fazer acontecer. Estamos diante de um momento raro para o País avançar

e alcançar o grau de desenvolvimento que almejamos, com melhoria real do bem-estar das pessoas.

Penso que as disputas eleitorais deste ano não devem toldar, de forma alguma, as nossas visões e impedir que nos dediquemos a um diálogo aberto e franco, que una todas as facções políticas desta Casa em favor do Brasil, em favor de projetos permanentes de nação que visem, sobretudo, o bem-estar dos brasileiros e das futuras gerações.

Como tantos pares desta Casa, creio que o filósofo *Norberto Bobbio*, muito citado pelo Senador Maciel sempre que se refere a questões políticas, cuja sabedoria deixou um legado importante para o mundo, sobretudo para nós que nos dedicamos ao exercício da política, teve razão ao afirmar que “o objetivo do diálogo não é demonstrar quem é o melhor, mas chegar a um acordo ou, pelo menos, clarear as idéias de ambas as partes”. E é isto que peço aos meus pares neste momento crucial para o destino futuro do Brasil: diálogo e compreensão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é inegável que a recente crise mundial provocou prejuízos a todas as nações. Alguns países foram menos atingidos do que outros, como o Brasil, que, diferentemente de outras ocasiões, havia feito o dever de casa na hora certa e, assim, pode enfrentar a turbulência sem colocar em risco as conquistas duramente alcançadas, certamente mediante sacrifícios da sociedade.

O Brasil pagou parte dessa indigesta conta. Felizmente, essa situação, ao que tudo indica, está mudando. O recente encontro de Davos, na Suíça, deu os primeiros sinais da recuperação da economia mundial. E muito se ouviu falar do sucesso dos emergentes, da pujança de suas economias, caso em que se situam o Brasil, a Índia e a China, todos eles com projeções mundiais de crescimento numa faixa que vai de 5% a 10%.

Não é por outra razão que o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, a OMC, Pascal Lamy, declarou que os emergentes foram mais bem conduzidos no período pré e pós-crise. Ele argumentou que o Brasil, pela primeira vez na história, teve uma reação macroeconômica anticíclica apropriada, pois já vinha de uma estabilidade pré-crise. E anunciou profeticamente que a retomada do comércio internacional já começou.

É esta, portanto, a nova janela de oportunidade que podemos antever para o Brasil.

Essa crença está em linha também com o nível de confiança revelado no encontro internacional de Davos, realizado no início do mês. Pesquisa da consultoria PricewaterhouseCoopers indicou que o otimismo dos executivos sobre o crescimento da receita

nos próximos doze meses aumentou, e aumentou razoavelmente, considerando-se as evidências de que o pior da crise já ficou para trás.

Embora haja ainda muito ceticismo em relação ao futuro imediato, sobretudo após a eclosão da crise recente na Grécia, que se reflete principalmente nas economias da Itália, Portugal e Espanha, há uma percepção generalizada de que o risco se tornou um elemento permanente no processo de planejamento estratégico dos países.

Em que pese tal percepção, há uma expectativa entre os executivos internacionais de que o Brasil é o país que mais vai criar empregos nos próximos doze meses, como consequência natural da vitalidade de sua economia revelada principalmente no período da crise.

Essa pesquisa também se alinha às estimativas divulgadas ao final de janeiro pelo Fundo Monetário Internacional. O FMI já prevê uma recuperação da economia em ritmo mais acelerado do que imaginava em relatórios anteriores. De acordo com esses estudos divulgados, o FMI prevê uma expansão das atividades econômicas no ano de 3,9% – contra 3,1% do estudo de outubro do ano passado – e de 4,3% para o ano de 2011. Esse é o índice preconizado pelo FMI.

Para o FMI, as medidas adotadas pelos governos mundiais surtiram os efeitos desejados. A instituição avalia que a mudança de sinal de recuperação de estoques e a força do consumo nos Estados Unidos contribuíram fortemente para isso.

Ainda de acordo com o relatório do FMI, as economias avançadas deverão ter um crescimento econômico da ordem de 2,1%, enquanto os emergentes deverão ter uma expansão da ordem de 6%. E, neste particular, Srs. Senadores, também se apresentam melhores perspectivas para o crescimento da economia brasileira. O Fundo Monetário Internacional elevou a projeção de crescimento da economia do Brasil para 4,7% este ano, contra a expectativa anterior de 3,5%.

Nesse novo cenário, o Brasil continuará, todavia, crescendo em ritmo mais lento do que o das economias emergentes, que deverão apresentar expansão, este ano, na casa de 6%, como afirmei anteriormente, com a China crescendo 10% e a Índia, 7,7%, segundo aponta o FMI.

Também o Banco Mundial apresenta projeções conservadoras com relação ao crescimento do PIB brasileiro. Pela previsão do Bird, o PIB brasileiro se expandirá em 3,6% graças à recuperação do investimento e do consumo, bem como pela forte demanda dos produtos pela China.

Mas esse cenário pode ser ainda melhor para nós. Os números do FMI contrastam com os prognósticos

de crescimento do Ministério da Fazenda, cuja expectativa é de que a alta do PIB brasileiro será de 5,2% em 2010. Mais otimista ainda, o Banco Central estima que esse crescimento do PIB deve chegar a 5,3%.

Corroboram essas expectativas as projeções do Instituto Internacional de Finanças, para o qual o fluxo de capital privado para mercados emergentes deve crescer 66% este ano, com Brasil e China liderando o processo. Para o Instituto Internacional de Finanças, o fluxo líquido de capital para mercados emergentes deve alcançar a cifra de U\$722 bilhões.

Na mesma direção, projeções da Fundação Getúlio Vargas consideram que a última crise econômica foi a mais curta desde 1980. Mas, para o bem da economia brasileira, antes dela registrou-se um período de 61 meses de expansão econômica, de junho 2003 a julho de 2008. O próprio Presidente do Banco Central, nas vezes em que esteve aqui no Congresso, foi taxativo em afirmar que havia inúmeros trimestres em que o Brasil apresentava crescimentos sucessivos.

Para o economista Paulo Pichetti, um dos responsáveis pelo estudo da Fundação Getúlio Vargas, a pior crise ocorreu em dezembro de 2008, quando houve um corte na produção da indústria, a adoção de férias coletivas e muitas demissões nas empresas.

Felizmente, a recuperação iniciada em janeiro de 2009 confirma estes prognósticos. O Brasil poderá viver, a partir de agora, um novo ciclo de crescimento em virtude, sobretudo, da melhoria dos fundamentos da economia do País: estabilidade da moeda, expansão do mercado interno e mudanças nas regras para o câmbio, que flutua ao sabor do mercado, isto é, o câmbio flutuante.

Fatos que comprovam teses antigas do eminente e saudoso economista Celso Furtado, proclamado muitos anos antes. Dizia Celso Furtado: "O Brasil precisa conciliar a busca prioritária do desenvolvimento com critérios de distribuição social". É o que estamos fazendo desde o Governo Fernando Henrique, com o advento do Plano Real, ao Governo Lula – é bom que se reconheça isso –, com as políticas compensatórias, com a política de compensação social e de redistribuição de renda.

Como se vê, embora ainda sejam contraditórios os sinais de recuperação da economia mundial, o Brasil mudou e situa-se em uma posição bastante confortável se comparado com o resto do mundo. E as pequenas empresas, principal reduto da geração de postos de trabalho, assumem papel de destaque para a retomada do emprego, do crescimento econômico e para a melhoria da distribuição da renda nacional.

Os fatos confirmam essa preleção. Pesquisa divulgada por instituição financeira no início de fevereiro

revela que os pequenos e médios empresários dos mercados emergentes estão otimistas em relação a 2010. Segundo a enquete, esses empresários manifestam intenção em aumentar seus investimentos.

O Brasil, mais uma vez, é destaque nessa pesquisa. Ostenta um dos maiores índices de confiança entre os emergentes. Índia, Chile e alguns países da América Latina, entre os quais o Brasil, apresentam cenários de crescimento econômico expressivo em razão do foco econômico voltado para os seus mercados internos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem pressa. Não pode perder essa oportunidade que bate à porta. Apresenta-se, não temos dúvidas, o momento propício para fazer o que for possível, ao nosso alcance, para posicionar melhor as pequenas empresas para melhorar o ambiente em que elas atuam.

É necessário estabelecer uma agenda pró-desenvolvimento, definir estratégias lastreadas no vigor da economia nacional e construir um plano de ação para ocupar os espaços que ora se apresentam ao Brasil. E essa agenda passa necessariamente pelo fortalecimento dos pequenos negócios. Registro, a propósito, o lúcido depoimento do Prof. Marcio Pochmann, Presidente do Ipea, no qual ele assinala: "Os pequenos empreendimentos não perderam importância relativa na geração de trabalho e renda, obtendo adicional potencial de expansão associado ao movimento de terceirização da produção de bens e serviços".

Para Marcio Pochmann, o futuro das ocupações está cada vez mais calcado no segmento das pequenas empresas. Ele lembra que 27,1% do total de trabalhadores assalariados do País estão hoje empregados nas pequenas empresas.

O segmento todo era constituído, até 2008, por 31 milhões de ocupações. Naquele ano, o rendimento médio mensal do conjunto de ocupados nos pequenos empreendimentos foi de R\$902,00, sendo R\$633,03 para os empregados assalariados, R\$2.607,00 para os empregadores e R\$807,34 para os trabalhadores por conta própria, números que somados revelam a força e o potencial dos pequenos negócios.

Nós, aqui no Congresso, a aprovarmos o Super Simplex e o Empreendedor Individual, criamos o ambiente para favorecimento dos pequenos negócios brasileiros. Eu, como Presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae, como presidente de algumas instituições empresarias, sinto que o momento é oportuno para o Brasil.

O segmento dos pequenos negócios continua sendo o maior gerador de novos postos de trabalho, promovendo, entre outros importantes avanços, a subs-

tancial queda na taxa de pobreza absoluta: de 30,8% para 17,4%, entre os anos de 1989 e 2008.

De acordo com estudos do Ipea, o comércio foi responsável por 43,9% de todas as vagas abertas nas pequenas empresas nesse período, seguido pela construção civil, que ficou em segundo lugar, com 15,8% da oferta de novos empregos. O estudo acrescenta que, a persistir a mesma taxa de expansão média anual da ocupação de empreendimentos privados não agrícolas com até dez trabalhadores, verificada no período em estudo, o Brasil deverá registrar em 2020 46% do total de postos de trabalho pertencente aos pequenos negócios.

A conceituada Fundação Getulio Vargas (FGV) também examinou os impactos da crise internacional e seus efeitos sobre a população brasileira. Em estudo recente, a Fundação identificou uma mudança na mobilidade social do País. A crise afetou, segundo dados da Fundação Getulio Vargas, as mudanças das classes socioeconômicas verificadas desde 2004, travando o crescimento das classes consumidoras formadas pelos grupos de renda A, B e C. De acordo com esse estudo, a crise jogou 4,2 milhões de brasileiros que integravam as classes A e B para as classes C, D e E, mas, em compensação, o estudo demonstra que 4,7 milhões de pessoas emergiram da classe C e ascenderam na pirâmide.

Projeções realizadas pelos pesquisadores da FGV revelam perspectivas otimistas em relação ao futuro do País, caso o ritmo de crescimento recupere a média dos cinco anos antes da crise. Nessa hipótese, a faixa de pobreza, onde hoje estão 17,42% dos brasileiros, cerca de 33 milhões de pessoas, cairia pela metade e, assim, o mercado consumidor, compreendido pelas classes A, B e C, receberia milhões de novos integrantes.

Sr. Presidente, meus caros companheiros Senadores, para concluir, reafirmo que tenho defendido nos mais diferentes polos empresariais...

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Ademir Santana, solicitaria que me fosse dado um aparte para cumprimentar V. Ex^a pelas considerações que expende nesta manhã de hoje no Senado Federal.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Com muito prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Realmente V. Ex^a tem razão quando chama a atenção para o fato de que o Brasil atravessa um momento de prosperidade; isso, a meu ver, tem a sua raiz no Plano Real, que é, sem dúvida, o mais bem sucedido plano de estabilidade econômica que o Brasil já conheceu, algo sem precedentes, quer no período Republicano, quer no

período ainda do Império. Eu diria que graças ao Plano Real foi possível ao Brasil ter um programa de estabilidade econômica que está permitindo não somente o crescimento da economia, mas também um grande trabalho no campo de melhoria da condição social do nosso povo. O desenvolvimento não é só crescimento econômico, a palavra desenvolvimento abarca, além do crescimento econômico, o desenvolvimento social, a redução das desigualdades e o fim das assimetrias ainda muito significativas em nosso País, mercê da extensão do seu território. Portanto, manifesto a V. Ex^a minhas congratulações pelo discurso que realiza nesta Casa, na manhã de hoje, e aproveito a ocasião para dizer também que V. Ex^a tem razão quando insiste, como temos feito com freqüência, na necessidade das reformas políticas, porque sem elas, certamente, não vamos melhorar os níveis de governabilidade, nem criar um vertebramento necessária a um processo sustentado de um verdadeiro desenvolvimento, que significa justiça social também.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Exatamente dentro do meu pronunciamento, eu dizia que é importante que haja o desenvolvimento econômico com critérios na questão da distribuição social. E fazia referência a que isso tudo, na nossa opinião, começa, efetivamente, no Governo Fernando Henrique e com o Plano Real, porque a inflação – e a falta de controle – é o imposto mais perverso contra aqueles que são mais pobres, os que menos têm acesso às informações e à questão bancária.

Então, ao se consolidar a estabilidade da moeda, na verdade, evitamos o descompasso e as dificuldades que tinham os trabalhadores entre os preços e a remuneração. Então, foi o início, eu disse aqui, da mudança econômica que aconteceu no Brasil e cuja continuidade, certamente, foi dada pelo Presidente Lula, por meio do seguimento com os programas sociais de compensação, enfim os programas de distribuição de renda compensatórios.

Agradeço a V. Ex^a.

Como eu dizia, para concluir, reafirmo o que tenho defendido aqui e nos mais diferentes fóruns empresariais. Este é o futuro que espera o Brasil. Quem sabe, logo ali, adiante! Mas, para isso, temos que, novamente, fazer com cuidado nosso dever de casa.

Mais uma vez, deparemos-nos com a necessidade de promover mudanças; realizar, entre outras tarefas, um mutirão que seja capaz de elevar o segmento das pequenas empresas a um novo patamar de prioridade.

Creio ser necessário que o Congresso aprove, por exemplo, uma série de medidas complementares

ao fortalecimento dos pequenos negócios brasileiros. Já tivemos a oportunidade de apresentar uma série de projetos que complementam a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o Super Simples, o empreendedor individual, tudo isso objetivando melhorar o ambiente para os investimentos econômicos, o que vai muito ao encontro, inclusive, da Campanha da Fraternidade, que agora se inicia, promovida pela Igreja Católica e de outras Igrejas que comungam dos mesmos princípios.

Ademais, Sr. Presidente, estou convencido ser fundamental que Estados e Municípios se conscientizem da importância de sua parcela de responsabilidade para o sucesso dos pequenos negócios, das pequenas empresas.

O Programa Empreendedor Individual, aprovado pelo Congresso no bojo da Lei do Super Simples, é um exemplo do que estou falando: uma ferramenta valiosa para transformar a realidade do nosso País, mas que depende de vontade política para sair do papel.

Todos sabem que, com esse programa, milhões de brasileiros sairão da clandestinidade social e passarão a integrar o mundo real da formalidade; terão cidadania e farão jus a inúmeras garantias sociais, tais como aposentadoria, licenças em caso de doença e acidentes de trabalho, pensão por morte e invalidez, e as trabalhadoras terão direito à licença-maternidade, como qualquer outro trabalhador ou qualquer outro empreendedor.

Com ele – com o Super Simples ou com o EI (Empreendedor Individual) –, amplia-se não só a base de assistência social, mas também a rede de arrecadação governamental, promovendo-se, ao mesmo tempo, mais justiça fiscal para todos os contribuintes. O programa é revolucionário e se impõe neste momento tão importante da nossa história.

O Senado não pode, de forma alguma, eximir-se de suas responsabilidades neste momento tão crucial da vida nacional. Deve enfrentar, de forma ativa, todas essas questões, fortalecendo o debate em torno de ideias que ajudem o Brasil a crescer e a distribuir melhor os benefícios de suas riquezas à maioria da sua população.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Adelmir Santana, vemos a necessidade destas sessões não deliberativas das sextas e segundas-feiras, quando os Srs. Senadores têm tempo para apresentar as teses mais delicadas e mais profundas. Assim foi o pronunciamento do Senador e vitorioso empresário, dirigente do

Sistema S em Brasília, respeitado no País e no mundo, o empreendedor e Senador Adelmir Santana.

Convidamos agora o Senador Pedro Simon, que falará por cessão de Antonio Carlos Valadares. O próximo orador é o Senador Mozarildo Cavalcanti; depois, Marco Maciel; em seguida, Mão Santa e Eduardo Suplicy.

Este é o Senador Pedro Simon.

V. Ex^a tem que ser chamado Pedro – o grande, já houve – nosso do Brasil, o Senhor Ética.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, diante do contexto em que estamos vivendo, tenho me esforçado, vindo à tribuna bem mais vezes do que venho normalmente, porque acho que estamos vivendo um momento importante, no que tange aos rumos que está tomando a sociedade brasileira.

Nos acontecimentos de Brasília, há o lado do debate, há o lado da discussão, há o lado da preocupação que temos em torno dos fatos acontecidos. Temos que tirar algumas lições, e o que é mais importante: tem sido aberto um debate em torno do que podemos aproveitar com relação à situação que está acontecendo. Uma grande vitória já aconteceu: o Judiciário agiu com muita diferença neste caso em relação a alguns casos anteriores.

A atuação do Relator do Superior Tribunal de Justiça, a política interna, a fórmula pela qual ele terminou de dar o voto, sem esperar que saísse o *habeas corpus* do voto do Relator ao Supremo, mas, meia hora depois, caso inédito, reúne-se o Superior Tribunal e, por 14 a 2, toma a decisão – 12 a 2, não sei –, acatando o voto. E o *habeas corpus* foi para o Supremo, e o Relator, Marco Aurélio, num voto importantíssimo, confirmou a prisão.

A importância desse ato, com todo respeito ao Governador Arruda, por quem tenho o maior carinho, foi nosso colega nesta Casa, mas a importância desse ato foi que, pela primeira vez, um homem público, no exercício de seu mandato, dorme na cadeia por algum tempo. Impressionante como isso emocionou a sociedade. Impressionante! Em todos os jornais, todos os articulistas, o que tenho recebido de manifestação... Nas páginas dedicadas aos leitores, nos jornais, há unanimidade em relação a estarmos vivendo um momento novo.

Ninguém é ingênuo para dizer: “Mudou. Agora, vai ser diferente.” Não. Mas foi um passo muito importante no sentido da mudança. É dentro desse contexto que eu continuo o meu pronunciamento hoje.

O Presidente da República enviou um projeto a esta Casa considerando criminosos os corruptores, as

empresas que corrompem funcionários, com escândalo, e apresenta uma série de ameaças, proibindo essas empresas de funcionarem e entrarem em qualquer tipo de obras realizadas pelo Governo, com penalidades pesadas para as firmas que lesem os cofres da União. Projeto interessante, muito, muito importante.

As empresas que participam desse tipo de conluio acabam sendo beneficiadas. Para subornar um servidor, por exemplo, superfaturam”, afirma Mamede Said, professor de direito público-administrativo da Universidade de Brasília (UnB). “São medidas muito salutares para colocar um freio nas ações desonestas”, pondera. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também elogiou a iniciativa do Executivo. Em nota, o presidente da Instituição, Ophir Cavalcante, defende que a mudança “servirá para enfrentar essa relação, muitas vezes espúria, entre o poder público e as empreiteiras. Na corrupção, há sempre dois sujeitos: o corrompido e o que corrompe. (...).

O corrompido, é fundamental que também seja punido, mas quem corrompe, é fundamental que não seja deixado de lado.

É uma nota importante do Governo. É um projeto que está aqui e eu pretendo pedir urgência para a aprovação desse projeto.

É interessante: esse projeto entra aqui e, três dias depois, o Governo veta e o Congresso aceita o veto. O Congresso, no Orçamento, tinha tirado aquelas grandes obras em que o Tribunal de Contas dizia que tinha corrupção, que estavam sob fiscalização e para as quais ainda não tinha sido liberado o direito de andar adiante.

O Governo, de uma maneira surpreendente, inédita, vetou as emendas, apresentadas no Congresso, que retiravam do Orçamento a construção de obras cujos escândalos apontados pelo Tribunal de Contas impediram que andassem. E o Congresso, pobre Congresso... Eu não me lembro de ninguém ter derrubado veto do Governo, a não ser quando o Governo, por engano, erra e pede que a gente derrube o veto. Mas, 15 dias depois de o Governo determinar que obras apontadas com corrupção sejam realizadas, o Governo manda para esta Casa um projeto considerando crime hediondo o das empresas que corrompem funcionários e o das que dirigem métodos escusos para roubar na realização de obras públicas.

Eu venho com essa tese há muito tempo, Sr. Presidente. Há muito tempo.

Tenho, aqui, e apresento cópia:

Requerimento Nº 402/95

De acordo com o §3º do art.58 da Constituição Federal e com o art. 21 e seu parágrafo único, do Regimento Comum do Congresso Nacional, solicitamos a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apuração, no prazo de 12 meses, das denúncias sobre agentes corruptores, feitas durante a CPI do Impeachment e a CPI do Orçamento, conforme documentação anexa.

Justificação. Durante a CPI que investigou as acusações do Sr. Pedro Collor contra o Sr. Paulo César Farias e a que apurou as denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, ambos em entrevistas concedidas à revista Veja, diversos parlamentares manifestaram-se favoráveis à criação de outra CPI destinada a examinar a atuação dos agentes corruptores. No encerramento da chamada CPI do Orçamento apresentei requerimento, aprovado por unanimidade, solicitando “a instalação imediata da CPMI destinada a apurar a ação dos corruptores”. Como outros parlamentares, inclusive em discursos, defendi, sempre, a criação dessa CPI, o que, no entanto, por circunstâncias políticas não ocorreu. A restauração dos valores morais, iniciada com a CPI do Impeachment, tem de prosseguir e, por isso, é imprescindível a investigação dos fatos apontados nas duas CPIs já solicitadas. A Nação não compreende que, após tantas notícias, nada tenha sido apurado e, muito menos, que corruptos e corruptores não tenham sido punidos.

A preocupação em combater os corruptores, sem os quais não haveria corruptos, teve resultados altamente positivos no governo do Presidente Itamar Franco, quando os preços de muitas obras caíram, aproximadamente, 30%. O superfaturamento em obras públicas é uma forma de corrupção indiscutível, que não aconteceria sem o comprometimento de setores da administração. A CPI do Impeachment e a do Orçamento [depois chamada de Anões do Orçamento] afastaram, puniram alguns corruptos, mas os corruptores estão ainda mais impunes e, o que é pior, em plena atividade, razão pela qual considero imprescindível e moralizadora a imediata instalação da CPI que estamos propondo.

Brasília, 15 de fevereiro de 1995.

Eu era Líder do Governo Itamar. No Governo Itamar, nós fizemos a CPI do Orçamento, posteriormente conhecida como CPI dos Anões do Orçamento.

Os fatos geram, e geram exageradamente, apurando Parlamentares e apurando empreiteiras. Eu me lembro de que a situação ia muito bem, muito bem – o Senador Marco Maciel está aqui e lembra muito bem –, o debate ia intenso, até o momento em que a revista *Veja* publicou páginas e páginas sobre a matéria.

O Governo tinha feito uma busca na casa de uma empreiteira aqui em Brasília, no Lago Sul, e nessa casa tinha descoberto uma infinidade de casos, uma infinidade de fatos graves com relação à ação dessa empreiteira com o Governo.

Eu me lembro de que o Senador Bisol me chamou a sua casa. O Senador Passarinho, Presidente da Comissão, não quis ir. Eu fui. E lá eu vi os fatos encontrados naquela casa. E um jovem gordo – pensei que ele era funcionário do Bisol, que era secretário do gabinete do Bisol – era o que mais falava, e mostrava, e explicava e dizia aquelas coisas. Eu me lembro de que eu disse: “Vamos com calma”. Eu acho que o Bisol era muito entusiasta, mas era muito brilhante e muito disposto a botar para fora as coisas que ele sabia. Não tinha a sensibilidade de ver o momento e até onde ele podia ir.

Eu me lembro de que recomendei calma: “Vamos devagar. Vamos devagar”. Mas o jovem que tinha todos os fatos e que estava ali, depois vim a saber, era o chamado jornalista Lula – o nome dele era Lula. Faz tempo que eu não o vejo. O homem da *Veja*. E na semana seguinte publicou tudo aquilo que estava fechado na CPI e que era para ficar em sigilo na CPI. Publicou páginas e páginas.

E aí aconteceu de tudo. Uma das coisas é que havia uma lista em que apareciam nomes de Senadores, quase todos. E aí foi um escândalo. Foi-se ver depois, essa lista era a lista que enviaram para aquele livro de fim de ano, não sei se era uma agenda, não sei o que, e aparecia tudo como pessoas que estavam ganhando dinheiro da empreiteira. Isso criou um ambiente horrível, e nós não conseguimos mais prorrogar os trabalhos da CPI. Não houve jeito. Houve uma revolta por parte de todos e não houve jeito, não conseguimos.

Aí a proposta foi minha. Nós tínhamos um prazo para encerrar os trabalhos, e mais adiante não íamos. Aí eu disse: “Nós temos duas saídas: uma é debater, falar sobre tudo, buscar tudo”. E o que se queria inclusive era trazer a empreiteira, abrir um debate em cima dos corruptores. Só que eu achava que, se nós entrássemos nesse caminho, não ia acontecer nada. Ia esgotar o prazo e nada aconteceria. Então, apresentei uma proposta: “Neste tempo que nos falta, vamos completar aquilo que já está pronto, que é apurar os Parlamentares que estavam envolvidos, e vamos assumir o compromisso de que, terminada esta CPI,

imediatamente, nós já convocamos uma para os corruptores. E aí nós vamos ter autoridade”.

Tinha alguém que queria inverter: “Primeiro os corruptores e depois os Parlamentares”. “Aí nós não temos autoridade. Agora, se nós equacionarmos o nosso problema, tivermos a capacidade de cortar na nossa carne” – como se dizia na época –, “depois, ninguém nos tirará a autoridade de ir para cima dos corruptores”. Nessa altura, eu era Líder do Governo, do Governo Itamar Franco. E, no Governo Itamar Franco, todas as atitudes envolvendo qualquer fato, este Senado e a Câmara teriam a mais ampla liberdade.

Acontece que, votadas as conclusões da CPI, cassados os Parlamentares, terminou o Governo Itamar e entrou o Governo Fernando Henrique.

O Governo Fernando Henrique – e o companheiro Marco Maciel é testemunha – foi a continuação do Governo Itamar. Foi seu Ministro das Relações Exteriores e seu Ministro da Fazenda. Como Ministro da Fazenda no Governo Itamar, iniciou o Plano Real. E ele foi o candidato praticamente lançado e apoiado pelo Itamar.

E eu, embora não fosse ele o meu candidato, fechei com o Fernando Henrique e com meu querido companheiro Marco Maciel. Instalado o Governo, foi o caminho natural eu continuar na Liderança que vinha do Governo Itamar. E durante todos os fatos, durante todo o encaminhamento da eleição, da vitória, da transferência, eu exerci esse cargo. E estava nesse cargo quando fui ao Fernando Henrique pedir a instalação dessa comissão. Ele, falando na sua elegância, etc. e tal, mas, na verdade, não deixou constituir. Foi aí que eu me afastei do Governo Fernando Henrique.

Nesse fato e em um outro: nós tínhamos conseguido, no Governo Itamar, algo espetacular. Criamos uma comissão – lembra-se, Senador Marco Maciel? – de, digamos – o termo está meio desmoralizado –, notáveis. Ao lado do Presidente da República, essa comissão, constituída de homens da sociedade, dos mais importantes, tinha autonomia para receber as denúncias graves apontadas contra o Governo e, com prioridade absoluta, fazer as investigações.

O decreto que o criou determinava obediência absoluta de qualquer membro do Governo, inclusive do Presidente, de dar informações.

O Presidente Fernando Henrique a extinguiu. Quando foram ao seu gabinete – eu acredito –, ele jurou que não sabia de nada. Chamou seu chefe de gabinete: “O que é isso?”. Aí foi ver, por um daqueles atos ilícitos de Governo, alguém que ele nunca descobriu quem foi, levou, e ele assinou a extinção da Comissão. E me prometeu criá-la de novo, mas não criou.

Eu apresentei um projeto de lei nesta Casa criando a Comissão, mas não foi aprovado. Aí eu me afastei do Governo Fernando Henrique. Podia ter ficado. Alguns dizem que eu errei, que eu devia ter ficado, que eu podia ter ajudado, podia ter colaborado; saindo, não resolveria nada. Eu tinha uma grande amizade pelo Presidente Fernando Henrique, tinha muito respeito por ele, mas me afastei. E a verdade é que, naquela época, no Governo do Fernando Henrique, e, nesta época, no Governo do Lula, nada com relação a corruptores. Nem no Governo, nem no Congresso e, com todo respeito, nem na Justiça.

Ainda agora, reparem vocês, está um caos Brasília. O Governador está na cadeia, o Vice está numa situação em que dá pena de ver a angústia em que vive: renuncia, não renuncia; o que faz, o que não faz. O Presidente da Câmara chegou de roupa nova – porque sentia que o Governador ia renunciar –, preparando-se para assumir, e não aconteceu.

A Constituição de Brasília, ao contrário de todas as outras, inventa que quem assume no lugar do Governador é o Vice; se não for o Vice, é o Presidente da Câmara Legislativa; e, se não for o Presidente da Câmara Legislativa, é o Vice-Presidente da Câmara Legislativa, para depois vir a figura do Presidente do Tribunal. Como o Vice é do PT, arma-se essa confusão toda.

Fala-se de tudo: corrompeu fulano, beltrano, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê. Mas, e o corruptor? De onde vem esse dinheiro? A gente sabe quem pegou, quem botou no bolso, na meia; a gente sabe quem levou o dinheiro! Mas alguém chamou para depor alguém de alguma empreiteira, que já dava dízimo para o governo anterior – para o governo anterior e para o atual Governo – e que continuaria dando? Alguém está preocupado, alguém analisa, alguém admite, debate a figura do corruptor?

Estou dando um exemplo que é de hoje, de agora. Agora. Está acontecendo agora, aqui, em Brasília. Mas é assim. Por isso, o projeto do Lula é muito importante.

Está aqui o *Correio Braziliense*... Engraçado, sempre penso que quem deveria estar focalizando-me era aquela câmera ali. No entanto, é aquela lá. Então, não entendo, acho que tenho de falar de lado. Não sei se falo para aquela... Mas aquela está apagada, a que está acesa é aquela ali. Então, ainda vou pedir para me explicarem por quê. [*Manifestação fora do microfone.*]

Ah, então aquela é para ti. Então, se puder, vou sentar do teu lado, para falar ali, isso é possível? (*Pausa.*)

Olhem aqui: “Mira no bolso de empresários corruptos”.

Agora, o Lula mandou. É crime hediondo a corrupção de empreiteiros em cima de funcionário e do Governo. É muito bom isso. É claro que o Lula faz isso sem muita autoridade, volto a dizer, porque terminou de vetar – e o veto foi aceito pelo Senado e pela Câmara – para que obras apontadas pelo Tribunal com indícios sérios de corrupção possam continuar. Obras que o Senado e a Câmara, por unanimidade, tinham tirado, proibido. Mas, de qualquer maneira, é uma decisão realmente muito importante.

Interessante a declaração do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo: “Caixa 2 é geral no Brasil, não só na eleição”!

O caixa dois é um fundo de caixa. Ainda agora foram ver a documentação que encontraram na casa do Governador que está preso e teriam encontrado uma série de recibos do seu partido, um talão de recibos, com verbas dadas ao partido, no cofre do Governador.

Então, isto nós sabemos: o que é o caixa dois, o que é a corrupção na vida partidária.

Aqui, dou mérito à Ministra Dilma – e dou demérito ao Presidente Sarney, ao PMDB e ao PT –, quando lutou para que na Petrobras e na Eletrobrás só estivessem técnicos das empresas. E o PMDB, com o Presidente Sarney, e o PT se uniram e derrotaram a Ministra. E lá estão na presidência de uma empresa da Petrobras um presidente do PCdoB, dois presidentes do PMDB e quatro presidentes do PT. E lá está, no Banco do Brasil, um presidente do PT e um vice do PMDB. Lá está, na Caixa Econômica Federal, um presidente do PT. Lá estão na Eletrobrás os homens do PMDB. Esses cargos, que a Ministra brigava para que fossem técnicos, longe da política, hoje são um caixa aberto.

E, quando se fez uma CPI para se apurar a Petrobras, foi um vexame, uma página vergonhosa na história deste Congresso. O meu partido – e agradeço muito – não me indicou; não me vem mais indicando para CPIs, o que, aliás, é algo que vou botar na minha biografia. Quando as CPIs funcionavam para valer, eu estava em todas. Agora, quando elas são mentirinha, sou um *persona non grata* ao PMDB.

É no meio dessa realidade que o Congresso Nacional... Quando nós apresentávamos uma emenda e havia uma ansiedade por parte da sociedade no sentido da moralização da coisa pública... E não tenho nenhuma dúvida: reforma política, fim do voto atual, criar o voto distrital; fim das verbas que cada um pega de campanha, e só verba pública. Cada vez em que falo isso, recebo uma infinidade de cartas, brigando

comigo: “Mas, Senador, é uma roubalheira! Roubam de tudo que é jeito, e ainda querem dinheiro público para fazer campanha? O que é isso Senador!”

Tenho que olhar para aquela câmara, e olho para a outra. Você, eleitor, tem que entender que o dinheiro que é gasto na campanha, essas fortunas que alguns gastam na campanha, é dinheiro público. Essas empresas que dão montanhas de dinheiro para A, B ou C não dão de boazinhas, é troca-troca. Dão aqui para receberem lá. Dão aqui para receberem na forma de aumentar as verbas de construção da empresa tal, da refinaria tal. Obras que duplicam seu preço porque as empreiteiras estão ali, e todo mundo já está sabendo que foi feito assim: tantos por cento vão para a campanha.

E nós entramos – e eu fui um dos que entraram – com um projeto de lei determinando: em eleição, só verba pública; e todos ganham igual. Eu, um pelado que não tem um tostão, vou fazer campanha igual a Antonio Ermírio de Moraes, que é bilionário e tem uma montanha de dinheiro; mas nem o dinheiro dele ele pode botar na campanha. É assim: nem o dele, quanto mais buscar de fora! Esta é a regra, esta é a norma: verba pública de campanha. Aí toda a sociedade pode fiscalizar. Se, de repente, aparece um candidato cheio de *outdoors*, cheio de propaganda, cheio de não sei o quê, não sei quantos carros distribuídos, qualquer um pode apelar para a Justiça e dizer: olha lá, ele pode gastar R\$15 mil e olha quanto está gastando!

Nós achávamos que tinha chegado o momento exato de aprovarmos apenas verba pública de campanha, e o que é que acontece? O Congresso rejeita a verba pública de campanha. Mas vai além. O normal é que as empreiteiras, as empresas, os bancos que dão verba para o candidato, eles tenham que dizer: dei tanto para o Simon, dei tanto para João, tanto para o Manoel. Isso tem que aparecer. É verdade que no Brasil aparece depois da eleição. Tenho um projeto que determina que, 30 dias antes da eleição, tem que aparecer o nome das verbas já recebidas. Não! Aparece no relatório do Tribunal lá depois, quando o cidadão já assumiu, já está lá. Mas, de qualquer maneira, aparece. E apareceu agora, há pouco tempo, o da eleição passada. E um bolo de nomes de políticos, de todos os partidos, está lá, e os nomes apareciam.

Na reforma, não só o Congresso não aprovou a proposta de verba pública na campanha, como determinou que, se a empreiteira der uma importância xis para o Pedro Simon, tem que publicar. Mas, se a empreiteira der a verba xis para o PMDB, fica em sigilo. E aí o PMDB pega aquele dinheiro e dá para quem quer do partido, e fica em sigilo.

O Tribunal Superior Eleitoral está tomando a decisão de achar que essa decisão do Congresso Nacional é ilegal. O Tribunal Superior Eleitoral quer mais restrições para doações a partidos. O Tribunal acha que essa secreta verba dada à direção do partido é ilegal, é imoral, é fugir da realidade.

Então, em vez de melhorarmos e entrarmos na verba pública e terminarmos essas doações que existem aí, e que o Congresso votou, é a verba secreta: basta doar para o partido. E ainda é pior: antigamente, pelo menos, a empreiteira dava para quem quisesse; agora não, agora, o comando partidário tem a ditadura na mão de pegar o dinheiro e dar para quem bem entender.

Falo, Sr. Presidente, com toda sinceridade: verba pública de campanha e voto distrital.

É claro, Senador Marco Maciel, vejo com simpatia o voto em lista, mas nós tínhamos que moralizar os partidos. Repare que um partido como o PMDB e alguns partidos têm, em alguns estados, o pai, a mãe, a avó, o avô, a empregada doméstica, o tio, a tia, o cunhado, a cunhada, como membros do diretório, que listam a saída de lá. Mas sou sincero: o ideal é o voto em lista, em que cada partido escolheria os melhores nomes, os grandes nomes. E aí, então, seria uma maravilha votar no partido. Você vota no 15; não vota no João, nem no Manuel, nem no Antônio, vota no 15. Aí vai ver a lista do 15: se o 15 fizer um Deputado, é o que está em primeiro lugar na lista. Desde que, é claro, num país que nem o Brasil, onde um homem que nem o Mão Santa teve que sair do partido porque lhe negaram legenda... Se ele ficasse no PMDB não teria nem legenda! Imagine voto em lista num partido como esse! Mas, um dia, temos que chegar lá. Mas, se não é o ideal, o voto distrital já é um avanço, porque o voto distrital vira o voto como o de prefeito. O prefeito pode ter dinheiro, pode ter o que for. Mas ali, quanto ao prefeito, a prefeitura conhece o prefeito, sabe quem é. E não acontece, como eu vejo, muitas vezes, em alguns Estados, de o deputado trabalhar em determinada zona, passar um tempo e ele estar desmoralizado naquela zona, não ter mais crédito nenhum naquela zona. O que ele faz? Ele sai dali e vai para outro lado, vai fazer a campanha lá do outro lado. Tem candidato a deputado que é candidato por 300 Municípios. E, às vezes, a gente tem dificuldade de encontrar uma lista, uma nominata de candidatos, porque alguns tomam conta do partido.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Permita-me...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com todo prazer.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Pedro Simon, estou atento às palavras de V. Ex^a e quero, sem desejar interrompe-lo, fazer uma breve consideração. Na realidade, defendo – assim como faz V. Ex^a – o voto em lista, com uma ressalva que acho importante destacar. O entendo ideal para o Brasil é inspirado no modelo sueco. Nele há uma lista, mas o eleitor tem direito, nessa lista, de fazer opção. Ou seja, ele pode votar no trigésimo segundo e riscar o primeiro.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já seria uma grande saída.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Então, assim o eleitor faz sua opção partidária.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já seria uma grande saída.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – O voto deve ser dado ao Partido. E, ao mesmo tempo ele escolhe aquele com quem mais se identifica por seu programa, por suas intervenções. Daí, por que eu estava dizendo, aqui, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que o voto em lista, na minha concepção, não seria como, muitas vezes, a imprensa propaga. Acredito que se nós avançarmos nesse campo, estaremos dando um grande passo porque, na realidade, desde o Código Eleitoral de 1932, logo após a Revolução de 1930, se estabeleceu que o voto pertence ao Partido. O voto, portanto, tem essa significação que, a meu ver, é muito importante porque a pessoa não vota num cidadão. A pessoa vota num conjunto programático, num programa que significa dizer num partido. Espero que, um dia, a reforma política aconteça para que possamos, realmente, viabilizar essas reformas indispensáveis à governabilidade em nosso País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço e concordo com V. Ex^a. Realmente, um voto em lista que permita ao eleitor, dentro da lista, não votar mas dar prioridade para que o que está em 40º lugar entrar em 1º, eu acho que é uma grande saída. Sinceramente, eu estou ouvindo isso pela primeira vez. Mas respeito e vejo com muita simpatia.

Para encerrar, Sr. Presidente, veja a carta de Argeu Affonso, em *O Globo*:

Não é tão difícil assim dar uma solução no caso dos fichas-sujas. Basta uma lei determinando que qualquer um deles, condenado em primeira instância, possa candidatar-se, ser votado, eleito e diplomado, mas só tome posse do mandato quando e se inocentado em segun-

da, terceira, quarta etc. instância [...]. Enquanto isso, a cadeira ficaria ocupada pelo suplente [...]. Isso daria margem a que o candidato eleito, ele mesmo, lutasse pela presteza do seu julgamento e não (como agora) usasse manobras protelatórias, chicanas e recursos para que o processo se arraste nos tribunais. Em tempo: uma lei também deveria punir esses partidões ou partidecos que dão guarida a fichas-sujas. Talvez, multando-os pesadamente, já que recebem suados reais dos contribuintes através do esdrúxulo Fundo Partidário [...].

Olha que é uma tese!

Eu já defendo a tese de que candidato a Deputado, ou a Senador, ou a Prefeito, ou a Vereador, quem está sendo processado, o processo deveria ser julgado até a votação; e se, por algum acaso, não fosse votado até a votação, fosse votado até a posse. Esse senhor apresenta essa proposta. Não, o cara pode ser candidato, é eleito, é até diplomado, mas aí a Justiça tem de julgar o caso dele, obrigatoriamente, absolvendo-o ou condenando-o, para que ele possa assumir.

O que eu estranho, mas estranho mesmo, é que pessoas como o ilustre Presidente do Supremo Tribunal, homem competente...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...capaz, inteligente, culto, que está todos os dias nos jornais dando ideias e pensamentos muito importantes sobre matéria muito importante, mas, sobre essa matéria, que é tão importante, S. Ex^a não diz o seu pensamento. Seria realmente fundamental que partisse do Supremo Tribunal e do Superior Tribunal Eleitoral alguma proposta neste sentido, do apressamento, da prioridade absoluta que se deve dar na Justiça ao cidadão que, devendo, quer ser candidato, é apontado como candidato e deveria ter o direito de ser julgado antes da eleição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, em meio a todo esse debate que, baseado no Governo de Brasília, estamos travando em nível nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Pedro Simon, uma luz para a melhoria da Constituição e da democracia no nosso Brasil, convidamos para usar da palavra, por cessão do Senador Flexa Ribeiro, o Senador Mozarildo Cavalcanti. Em seguida, falará o Senador Marco Maciel, por cessão do Senador Romeu Tuma.

Esta é uma sessão não deliberativa. Isso nasceu de uma ideia da qual eu participei com outros Senado-

res, de fixarmos esses dias das sessões não deliberativas para que os Senadores da República apresentem as suas teses mais prolongadas, mais dedicadas, de melhor conteúdo, para manter a tradição de sabedoria desta Casa. Rui Barbosa fazia pronunciamentos de quatro horas; o nosso Paulo Brossard, do Rio Grande do Sul, também.

Então, Pedro Simon, em pouco mais de quarenta minutos, com sua inteligência privilegiada, oferece ao País os rumos do aperfeiçoamento da democracia, já que as nossas instituições são bem novas. Elas têm pouco mais de um século, foram importadas da Europa, e precisamos nós, pais da Pátria, aperfeiçoá-las e modificá-las para apresentar no futuro uma democracia de que todos possamos nos orgulhar.

E eis que está na tribuna um dos mais estoicos Senadores da República. Além da sua qualificação profissional de médico brilhante, ele é um dos maiores líderes da instituição secular, Maçonaria, que torna o mundo melhor.

Há poucos dias, eu lia, Senador Pedro Simon, uma biografia de Allende, médico como nós, que modificou e avançou uma política social no Chile, transformando aquele país numa das melhores civilizações da América. E ele governava inspirado pela sua formação maçônica.

Ontem, eu tive o prazer, no exercício da Presidência, de dar andamento a um requerimento que Mozarildo Cavalcanti faz todos os anos, homenageando, nesta Casa, a instituição Maçonaria, à qual nós devemos, através de Gonçalves Ledo, a Independência e outras conquistas. Rui Barbosa era maçom, como o é Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelas palavras elogiosas. Quero dizer que tenho muito orgulho, realmente, de ser maçom, filho de maçom. Tenho um filho maçom e um neto já DeMolay, e acredito firmemente nos princípios da maçonaria, que são, em síntese, a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A liberdade aí entendida no sentido amplo; não é só a liberdade de ir e vir, prevista na Constituição, mas a liberdade de expressão, a liberdade de crença. Ao contrário do que muita gente pensa, a Maçonaria não é uma religião. Pelo contrário, é uma instituição que aceita religiosos de qualquer crença. É proibido, sim, ingressar na Maçonaria sem crer em Deus, mas se aceita qualquer crença, seja o cristianismo, o islamismo, o hinduísmo, enfim, qualquer religião, desde que a pessoa tenha por princípio acreditar em Deus. E a liberdade também no sentido de oportunidades para todos. E aí vem, em seguida, a igualdade. Essa igualdade não é só, como

diz a Declaração dos Direitos Humanos, que todos nós nascemos iguais em direitos. Não; Isso é muito bonito no papel, mas, na prática, é verdade? Nós somos, de fato, iguais? Nós lutamos por essa sociedade que um dia virá.

É verdade que sou dos maçons que reclama que a Maçonaria trabalha muito em silêncio, e por isso mesmo é tida como uma sociedade secreta. E ela não é secreta; é uma sociedade registrada em cartório, com regimentos, com todos os documentos necessários para que uma instituição funcione. Agora, é uma sociedade que tem segredos. Qual é a sociedade que não tem segredos? Aqui nós temos: por exemplo, a senha de cada Senador para marcar presença é um segredo. Ou uma instituição como a Ford ou a Boeing não tem segredos para produzir os seus inventos? Lógico que tem.

A Maçonaria tem segredos, que são basicamente três e que vêm da nossa tradição, porque fomos muitos perseguidos no passado pela Inquisição, pelos reis que eram intolerantes. Temos praticamente três segredos, que são os que se referem à nossa identificação de um para com o outro: sinais, toques e palavras. Então, eu, por exemplo, que não sei uma palavra de japonês nem conheço uma letra de japonês, se chegar ao Japão e fizer um sinal, serei reconhecido como um maçom por um maçom do Japão.

E a última é a fraternidade. Todas as religiões pregam que nós somos irmãos, que nós somos iguais, que nós temos de ser solidários, mas, na prática, pouca gente pratica isso. E nós procuramos praticar. Eu só acho que levamos muito ao pé da letra o princípio bíblico que diz que temos de dar com uma mão sem que a outra perceba. Acho que isso é bonito quando você ajuda alguém e não alardeia que está ajudando esse alguém. Contudo, acho que a sociedade maçônica devia, anualmente, prestar contas à grande sociedade brasileira do que ela está fazendo nas suas obras sociais, nas creches, nas escolas, nos hospitais que a Maçonaria mantém, nas instituições de ensino. Isso deveria ser mais divulgado. Eu defendo esse ponto de vista.

A outra crendice que existe a respeito da Maçonaria é a de que a Maçonaria não aceita mulheres, discrimina as mulheres. Não é verdade. A Maçonaria as aceita, e as mulheres desempenham, talvez, o papel mais importante da Maçonaria, que é o papel de fazer as obras sociais. Quando eu fui presidente da minha loja – nós chamamos de “Venerável” da Loja, que é eleito –, minha mulher era presidente da Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul e fez, como todas as presidentes fazem, um excelente trabalho social.

Como era de se supor, Senador Mão Santa, eu me empolguei com a referência à Maçonaria, mas o objetivo do meu pronunciamento de hoje não tem a alegria que o tema da Maçonaria tem para mim.

Nós ouvimos ontem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, uma notícia interessante no Jornal Nacional. Diante das enchentes em Mato Grosso, em São Paulo, em Santa Catarina etc., em vários estados do Brasil, mas notadamente em São Paulo e Mato Grosso, o repórter dizia o seguinte:

Em Roraima, o problema é o oposto do que se vê em Mato Grosso e em São Paulo. O principal rio do estado, o rio Branco, está quatro metros abaixo do nível considerado normal. Dos 15 municípios de Roraima, dez decretaram situação de emergência por causa da estiagem e cinco, o estado é de calamidade pública.

Nós só temos quinze municípios! Friso isso para que o Brasil entenda. Se falarmos em quinze municípios para Minas Gerais, que tem oitocentos, não é nada, mas quinze são todos os municípios de Roraima. Então, nós estamos em estado de emergência em dez municípios e, em cinco, em estado de calamidade pública.

Entre eles, Pacaraima, um município cuja sede é colada na fronteira com a Venezuela. E de onde vem a energia para Roraima? Da Venezuela. Lá se sofre com a falta d'água e com a falta de luz.

Entre eles Pacaraima, onde os moradores sofrem com a falta d'água. No sul do estado, a preocupação é com a criação de animais. "Está tudo morrendo, agora só Deus vai dar um jeito. Vou ter que pegar água da torneira para dar para o gado", disse o produtor rural Carlos Cardoso.

Outro problema são as queimadas, que avançam sobre as serras e áreas de floresta. O fogo também causa prejuízo aos agricultores, que perderam produções inteiras.

"O fogo é demais. Eu estava com a foice nas costas. É de pelear para livrar o lote, mas como não livre, queimou tudo", contou o produtor rural Antônio Barbosa.

Sr. Presidente, se esse tivesse sido o primeiro evento, o primeiro incêndio acontecido em Roraima, nós teríamos como compreender por que providências importantes não foram tomadas preventivamente.

Trago uma matéria, que depois vou pedir que conste com parte do meu pronunciamento. O artigo data de 21 de outubro de 1998 – friso: 1998! Publica-

do em *O Estado de S. Paulo*, sob o título "O Incêndio do Século":

O maior incêndio do ano no Brasil, registrado até o momento, pode ser atribuído à queimada de Roraima de março de 1998. A catástrofe ambiental foi chamada pela imprensa de o Megaincêndio do Século [em 1998!]. De fato, outro evento de até maiores proporções, já que envolveu mais pessoas e mais e maiores propriedades, aconteceu desde o final de junho de 1998 na Flórida, Estados Unidos da América!!! [Maior porque envolveu mais propriedades e mais gente, mas não pelo tamanho] O evento de Roraima foi muito noticiado, pela imprensa nacional e internacional. O evento da Flórida passou quase que despercebido na nossa imprensa. [Porque na Flórida agiram, e agiram com competência].

Outra matéria daquela época, de 1998: "Roraima decreta estado de emergência por causa da seca" – do *site Terra*. Outra, de uma revista de estudos avançados: "Roraima, os paradoxos de um grande incêndio do fim do milênio".

Pois bem; em 1998 nós vimos que poderia acontecer aquele incêndio, que era possível, de fato, que acontecesse e se repetisse. Como temos o cacoete da medicina, Senador Mão Santa, fazemos a seguinte analogia. Você é surpreendido quando surge uma doença nova: aí, às vezes, você realmente não sabe nem o que fazer. Em 1998, aquele megaincêndio foi como uma doença nova que havia surgido em Roraima, e nós não tínhamos experiência com aquilo. Foi preciso, por paradoxal que pareça, virem bombeiros e helicópteros da Argentina para nos ajudarem no combate ao incêndio.

No entanto, Senador Eurípedes, o que aconteceu agora era perfeitamente previsível, era só olhar a meteorologia, o fenômeno do *El Niño*, com o aquecimento das águas do Pacífico, que tem um impacto violento sobre a Amazônia. Ao contrário do que a imprensa coloca – diz que são apenas as queimadas da Amazônia –, lá há incêndios não porque tocaram fogo por tocar, mas por causa da estiagem prolongada, em que qualquer ponta de cigarro jogada pode provocar incêndio.

Mas, então, como eu disse, em 1998 aconteceu. E aconteceu de novo sabe quando, Senador Mão Santa? Em 2003. Teve menores proporções e deu a sorte de, assim que começaram os incêndios, um fenômeno natural decorrente do próprio aquecimento ter provocado uma grande precipitação de chuvas que impediu que tomasse as proporções do incêndio de 1998.

Muito bem, este ano... Aliás, desde o ano passado, todas as redes de televisão vêm noticiando o aquecimento em algumas partes do mundo e o esfriamento noutras partes – nos Estados Unidos e na Europa há neve toda hora –mas não se deu a Roraima nenhuma prioridade quanto nessa questão, nenhuma prioridade.

Eu quero aqui ressaltar, porque conheço de perto, o trabalho do Corpo de Bombeiros do meu Estado. Conheço de perto e sei que é um Corpo de Bombeiros aguerrido, que tem realmente uma experiência no combate a incêndios, mas tem precariedades. O Ministério da Justiça, bem como o Ministério da Integração Nacional, não têm dado, nem para o Corpo de Bombeiros do Estado, que é quem tem de comandar nessas horas, nem tampouco para os órgãos federais lá sediados, como o Ibama etc., as condições para combater adequadamente um incêndio.

Senador Eurípedes, onde está ocorrendo a maioria desses incêndios? Nos assentamentos do Incra. O Governo Federal colocou aquele pessoal lá, mas deixa os pobres morrerem à míngua, sem alternativa... Aliás, os governos passados orientavam os colonos assentados a derrubarem a mata e plantarem, sob pena de não receberem o título definitivo. Depois que recebia o título definitivo, continuavam sem nenhuma assistência do governo federal – um assentamento do Incra é um assentamento federal. Resultado: ele terminava por vender o seu lote para outras pessoas. Só não faltava quem quisesse comprar lotes e fazer, juntando vários lotes, grandes fazendas, já com a mata derrubada, tudo pronto para plantar o que se quisesse, mas especialmente o capim para o gado.

Pois bem. Além dos assentamentos do Incra, onde é que também estão ocorrendo os incêndios com maior intensidade? Nas unidades de conservação, que são federais também, e em algumas reservas indígenas – tudo terra federal. Aliás, o meu Estado é uma ilha cercada de reservas indígenas e ecológicas por todos os lados; mais de 70% do meu Estado são de terras federais, porque são reservas indígenas ou reservas ecológicas e assentamentos do Incra.

Então, na verdade, o Governo Federal continua tratando o meu Estado como se ele não existisse. Por quê? Porque lá há poucos eleitores. Senador Eurípedes, Senador Mão Santa, em dezembro de 2006, o Presidente Lula já havia sido reeleito... No meu Estado, porém, havia perdido no primeiro e no segundo turno, e perdeu não só porque não foi lá pedir voto: perdeu porque, no primeiro mandato, só fez malvadeza com Roraima, e o mesmo aconteceu no segundo. Mas, Senador Marco Maciel, sabe o que ele disse em um discurso feito na Suframa, em 18 de dezembro de 2006,

dirigindo-se ao então Governador Ottomar? Veja: são palavras do Presidente Lula:

Você não se preocupe, não, viu, Ottomar? Não se preocupe. Não é porque eu perdi as eleições lá em Roraima que eu vou deixar de cuidar de Roraima com carinho. Vou cuidar de Roraima e pretendo ir lá no começo do meu segundo mandato.

Não foi, não; foi agora, no final. Ele só esteve no aeroporto, longe do alcance da população, num parque chamado Parque Anauá, e depois voou de helicóptero para a fronteira com a Guiana para inaugurar, pela terceira vez, uma ponte concluída já há bastante tempo.

Ele disse: “Pretendo ir lá no começo do meu segundo mandato para discutir com o Governo e com os políticos do Estado o que nós temos que fazer para ajudar para que haja desenvolvimento”. E o Governador Ottomar acreditou. Fez um documento, assinado por toda a Bancada de Roraima, que levamos ao Presidente da República, com todas as reivindicações que eram da alçada do Governo Federal. Foi feita alguma coisa? Não, não foi feito nada, nada, nada.

Quero dizer que, na verdade, esse descaso... Vamos e venhamos: se estamos enfrentando um incêndio desse porte, uma grande culpa, grande culpa mesmo, é do Governo Federal; a outra é do atual Governador, que assumiu em 14 de dezembro de 2007, que não tem rumo para o seu governo, não tem planejamento, vive mais viajando do que lá no Estado, faz viagens para Minas Gerais – ninguém sabe o porquê –, viaja para Brasília quase toda hora, viaja para o exterior – recentemente ficou de férias em Miami... Então, realmente, ele não está preocupado com o Estado; está preocupado com a eleição, daqui a 220 dias.

Pois bem. O que ele fez? Ele, sob a alegação de que precisava sensibilizar o Presidente Lula, aliou-se ao maior adversário político do então Governador Ottomar Pinto, que chamou o Governador aqui, inclusive desta tribuna, de bandido, que na campanha política nem se esforçou para fazer campanha para o Presidente Lula e só se concentrou em falar mal do Governador Ottomar, do Vice-Governador, atual Governador, e de mim.

Para não dizer que eu estou falando por qualquer motivação, eu vou ler aqui um trecho do discurso proferido pelo Líder do Governo aqui no Senado. Foi feito no dia 21 de fevereiro de 2006, portanto num ano eleitoral, no início da pré-campanha, vamos dizer assim.

Então, está aqui nos Anais do Senado:

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR *Pela ordem. Sem revisão do orador*) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentavelmente, trago à tribuna um fato extremamente grave ocorrido no meu Estado e que diz respeito não só à minha pessoa, mas ao Senado Federal.

Há poucos minutos, o meu gabinete, na rua Victor Hugo, nº 106, Bairro do Canarinho, em Boa Vista, Roraima, foi invadido por pessoas ligadas ao Governo do Estado. Pessoas da assessoria de comunicação do Governador – do então Governador Ottomar Pinto – entraram no meu gabinete, filmando, tentando intimidar as pessoas, e nós reagimos e chamamos a Polícia.

Essa situação tem se repetido. Há alguns dias, a minha residência, em Roraima, foi invadida pelo helicóptero que presta serviços ao Governo do Estado, para fazer filmagens dentro da minha residência. [A residência de que ele fala é a fazenda dele.]

Temos sido atacados diariamente pela rádio pública do Governo do Estado, que, aliás, ainda tem um sinal dado pelo Governo Federal. Portanto, a Rádio Roraima AM é uma rádio cujo sinal ainda é do Governo Federal, mas é usada, todos os dias, para me atacar, achincalhar a minha honra, da minha esposa, dos meus filhos e dos Deputados de Oposição.

Quero registrar que já comuniquei à Polícia Federal e estou comunicando à Presidência do Senado e ao Ministro da Justiça, porque é um absurdo o andamento das coisas no Estado de Roraima.

Eu responsabilizo o Governador Ottomar Pinto. Ele pensa que ainda está no tempo da ditadura, ele pensa que ainda está no tempo em que as pessoas vão abaixar a cabeça para ele no Estado. Não vamos. Ele está desesperado por conta da eleição.

Imagine se o Brigadeiro Ottomar estava desesperado. Ele ganhou do Senador Jucá, na disputa para o Governo, no primeiro turno. Ele teve 62% dos votos e o Líder do Governo teve 30%.

E prossegue:

Mas nós estamos o tempo todo, mesmo recebendo essas agressões, Senador Romeu Tuma... [Presidia a sessão o Senador Romeu Tuma, que disse ao Senador Romero Jucá estar solidário com S. Ex^a.]

Claro, eu sei disso. Sei que a posição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores desta Casa é pela

democracia, pelo respeito e pela responsabilidade. O Governador está usando dinheiro público, pagando pessoas na área de comunicação para ficar atocaiando [palavra dele], fazendo emboscadas e armação para as pessoas que lhe fazem oposição no Estado. É uma posição antidemocrática, irresponsável e bastante negativa.

Mas, apesar de tudo isso – tenho dito reiteradas vezes e quero reafirmar aqui –, nesta campanha, nós não vamos baixar o nível, Presidente Romeu Tuma. [Mas só o que ele fez foi baixar o nível. Vamos ver isto até neste discurso aqui.] Vamos fazer uma campanha de propostas, apresentando o que entendemos que está errado no Estado e a forma como queremos mudar o nosso Estado.

O Estado de Roraima não merece esse tipo de agressão, que não é feita só a mim e a minha família, mas a toda a população do Estado.

Ora, 62% da população do Estado elegeram o Governador Ottomar contra o Senador Romero Jucá. Prossegue ainda o Líder do Governo:

Se um governador é irresponsável [o Governador a que ele se refere é o Brigadeiro Ottomar] a ponto de agredir, de fazer isso com um Senador da República [veja bem, Senador Marco Maciel], imaginem o que não faz esse bandido [referindo-se ao então Governador Ottomar Pinto] com a população comum do meu Estado. Quero dizer que estou indignado. Peço providências à Polícia Federal, peço providências ao Senado, porque foi invadida a minha residência, foi invadido o meu escritório, que é extensão do gabinete do Senador no Estado. Os invasores foram presos por nós [por eles, os capangas do Senador] e entregues à Polícia Civil. Espero que a Polícia Civil de meu Estado, que está tão maltratada pelo Governador, não seja irresponsável por tentar distorcer os fatos que ocorreram no meu escritório.

Eu li este discurso, Senador Eurípedes e Senador Marco Maciel, para frisar que, apesar de o Líder do Governo dizer isso aqui no Senado abertamente, chamando o Governador Ottomar Pinto de bandido, de ter movido mais de dezoito ações para cassar o Governador Ottomar Pinto – ele foi absolvido pelo TER, decisão ratificada pelo Tribunal Superior; portanto, não havia nenhuma verdade nas acusações que fez o Senador Romero Jucá –, o atual Governador se juntou ao Senador Romero Jucá, que chamou o Governador Ottomar de bandido, com a argumentação de que iria resolver todos os problemas do Estado, porque o Senador Jucá

é Líder do Presidente Lula e, portanto, tem um prestígio enorme para resolver todos esses problemas.

Infelizmente, não é o que estamos vendo.

la resolver o problema das terras. O Presidente Lula assinou um decreto devolvendo as terras do Inbra para Roraima. O jornal *Folha de Boa Vista* disse que o Presidente do Instituto de Terras de Roraima (Iteraima) afirmou que seriam necessários oito anos para que a situação da regularização fundiária em Roraima se estabilizasse.

Oito anos! Então, em oito anos que o Senador passou aqui como Líder do Governo ele não fez nada para resolver. Está fazendo agora um monte de auê porque vai se submeter a uma eleição agora.

E de quem é essa irresponsabilidade com os incêndios? É do Governador do Estado, é do Líder do Governo Lula e é do Presidente Lula e dos seus Ministérios. Os Ministérios do Presidente Lula não se entendem. Quem devia estar nessa ocasião lá? O Ministério da Integração Nacional, o Ibama, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Justiça... Agora, tardiamente, estão providenciando.

Quando, se já temos já dois casos confirmados até agora? Esse é o terceiro caso de incêndio em Roraima. Temos de adotar, Senador Mão Santa, que é médico como eu, temos de adotar a prevenção, a vacina, para que essas coisas não se repitam com o meu Estado.

E pior: falei, há poucos dias, com o Presidente da Câmara de Vereadores de Caracaraí, que é um dos maiores Municípios do interior do Estado, e ele me disse que lá o gado realmente está morrendo de sede. Sabem por quê? Uma solução simples que foi adotada em 1998 pelo então Governador Neudo Campos, que é a de cavar cacimbas com retroescavadeira, uma coisa simples de fazer nos leitos baixos ou secos dos rios, dos lagos, não foi prioridade para o Governador. Na verdade, o Governador não tem demonstrado competência, aptidão, para governar o nosso Estado.

Por isso mesmo, quero pedir, Senador Pedro Simon, que agora preside a sessão, que sejam transcritas como parte do meu pronunciamento essas matérias a que me referi porque não posso ficar calado diante do que ocorre no meu Estado. Lamentavelmente, depois de ter havido dois casos, em 1998 e em 2003, agora acontece de novo. Por quê? Porque há dois anos e dois meses que o atual Governador assumiu e optou por mudar o rumo do Governo do Estado traçado pelo Governador Ottomar Pinto. O Estado está só se endividando. Ele recebeu o Governo com dinheiro em caixa e agora está devendo uma fortuna. Não paga direito aos professores, não paga aos policiais militares, trata mal as pessoas.

Diga-se de passagem, nem o Governador Ottomar o queria como vice, mas houve uma pressão política

que fez com ele fosse aceito. O Governador Ottomar reconhecia que ele não tinha preparo, não tinha maturidade e não tinha, sobretudo, competência e vontade, de fato, de trabalhar por Roraima.

É por isso que quero chamar a atenção, ao terminar, dos órgãos do Estado – do Estado e não do Governador –, como o Ministério Público do Estado, o Tribunal de Contas do Estado e também do Ministério Público Federal – aqui, envolve ação federal – para que a gente possa responsabilizar as pessoas que devem ser responsabilizadas.

Quero terminar aqui fazendo um elogio ao Comandante do Corpo de Bombeiros, que também é o Coordenador da Defesa Civil, homem que eu conheço de perto e que tem um grande trabalho prestado ao meu Estado, e a toda corporação do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil de meu Estado. Lamentavelmente, eles agem com os mecanismos que têm, os quais realmente não são suficientes para enfrentar um incêndio desses. Repito: em 1998, a imprensa disse: “Foi o megaincêndio do século.” E, agora, nós estamos vendo, em 2010, isso se repetir. Então, eu quero homenagear o coronel Paulo Sérgio Santos Ribeiro e, por intermédio dele, toda a corporação dos bombeiros e os membros da Defesa Civil. Não dá, realmente, para apenas registrar o incêndio e não procurar, como se faz na Medicina, as causas e os responsáveis por esse problema. É como se diz: temos de saber quais são os vírus, as bactérias, os fungos, enfim, os micróbios que estão causando essa doença.

Eu tenho confiança em que, também a Assembleia Legislativa vá, inclusive, fazer uma CPI para apurar isso. Não podemos ficar à mercê de um Governador que não quer – não quer, realmente – governar Roraima e quer ser reeleito. Eu tenho certeza de que o povo de Roraima não vai ceder. Como está no Governo, como pode pressionar os funcionários públicos, como pode negociar cargos no Governo, como já tem dinheiro, como diz, para comprar a consciência das pessoas, ele acha que vai ser reeleito. Mesmo assim, eu confio na consciência do meu povo, que conseguiu derrotar o Líder do Governo para Governador, derrotar a esposa dele para Senadora e derrotar o Presidente Lula para Presidente. Eu tenho a confiança de que o povo de Roraima sabe, de fato, quem é que quer o bem de Roraima, quem é que, de fato, pretende ver Roraima, uma terra de bem como é, governada por gente decente, realmente igual à gente de Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, e reitero, portanto, o pedido de transcrever a matéria a que me referi.

SEGUEM DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Roraima: os paradoxos de um grande incêndio ao fim do milênio

AZIZ NACIB AB'SÁBER

A GEOGRAFIA DAS CATÁSTROFES envolve fatos e processos vinculados aos atributos específicos do território de cada país considerado. Na crônica dos acontecimentos catastróficos registram-se atividades vulcânicas, terremotos, maremotos, tornados violentos e avalanches de gelo. No caso do espaço total do território brasileiro não existem tais tipos de processos espasmódicos. Entretanto, têm ocorrido grandes enchentes que afetam a vida e a funcionalidade de metrópoles, capitais regionais ou até pequenos centros que ficaram, parcial ou totalmente, no caminho das águas. Doutra banda, têm ocorrido grandes incêndios em florestas e cerrados, na Amazônia e no Brasil Central, deslanchados por incúria ou descuidos imperdoáveis ou, ainda, por ações deliberadas e criminosas de alguns atores sociais, ao que se acrescentam epidemias e infecções hospitalares, de conseqüências letais. Nos últimos anos foram constatadas, ainda, ventanias localizadas e arrasadoras em localidades do Sul do país e no interior de São Paulo. Em 1963 ocorreu um caso de vento encanado, por entre arranha-céus, ao longo da Avenida Paulista, considerado como um caso de *canyon* de vento urbano-metropolitano. Nas periferias da cidade em bairros carentes e favelas têm acontecido catastróficos escorregamentos de terra.

Em termos de processos anormais de interferências climáticas e hidrológicas cíclicas, nada se compara, porém, às perturbações criadas por *El Niño*, no espaço total da América Tropical, onde o Brasil ocupa o mais largo espaço territorial e aéreo. Tratando-se de uma interferência que somente ocorre de 13 em 13 anos, aproximadamente, com maior intensidade e periculosidade regionais, tem havido uma perda de memória sobre as múltiplas interferências climáticas e hidrológicas de *El Niño*, no Brasil. De tal maneira que as conseqüências catastróficas não são registradas ou transmitidas aos governantes que se sucedem no poder. E, assim, *El Niño* chega inesperadamente, afetando as mesmas regiões de sempre, porém em localidades e meses diversos. Nessas ocasiões radicalizantes, governantes e técnicos – pegos de surpresa – aceitam sugestões esdrúxulas de seus assessores; são pressionados por consultores e empreiteiras para obras caras e inúteis, e só conseguem alívio psicológico quando a própria natureza corrige o ritmo dos processos espasmódicos, fazendo cessar parte de suas conseqüências. Ninguém se preocupa em saber nada sobre as seqüelas posteriores às catástrofes, após os grandes períodos de secas, enchentes dramáticas ou incêndios agigantados. Há 13 anos, técnicos e pro-

dutores rurais obrigaram os governantes paulistas da época a derrubarem a barragem do Valo Grande, sob a alegação de que assim seriam corrigidas para sempre as enchentes do Baixo Ribeira. Menos de 15 anos depois, em uma nova interferência de *El Niño*, ocorreram grandes cheias no vale do Ribeira, devido a chuvadas excepcionais, afetando, desta vez, o seu médio vale inferior. Assim pode-se afirmar que de nada adiantou a construção da ponte que substituiu a barragem do Valo Grande de Iguape. Em Roraima, após as grandes queimadas e incêndios que afetaram os campos limpos do Lavrado por mais de cinco meses seguidos, foram somente as grandes chuvas do fim de março que apagaram as queimadas. Tal como prevíamos. E, agora, governantes inoperantes aproveitam para uma tirada demagógica sobre o enorme incêndio, dizendo que “foi bom porque agora os agricultores (*sic*) não precisam fazer as tradicionais queimas para preparo da terra para o cultivo”. A demagogia das autoridades certamente não tem limites, entre nós. Seria bom que eles soubessem que nos últimos 40 anos aconteceram secas prolongadas em Roraima nos anos de 1972, 1985 e 1998.

Pensamos que as conseqüências do período de seca prolongada, sobre o mundo das águas na Roraima, ainda não foram tratadas com a seriedade requerida. É indiscutível que a perda de volume d'água do rio Branco – coletor solista de toda a ~~bacia hidrográfica da porção norte de Roraima – é o termômetro principal dos~~ processos que afetaram profundamente a hidrologia regional. O rio, que possuía de 800 a 1.000 m de largura frente às barrancas fluviais de Boa Vista, teve sua largura reduzida para 100-200 m, no máximo (29-3-1998). O curso do rio, que possuía uma coluna d'água de 4 a 5 m, a despeito das variações sazonais e de uma variabilidade climática habitual, passou a uma espessura média de águas, da ordem de 60 centímetros, podendo ser atravessado a vau, em inúmeros pontos. Enormes bancos de areia solta, que normalmente estavam escondidos abaixo das águas, emergiram. Largas praias de estiagem – designadas na Amazônia pelo nome de “tabuleiros de rios” – foram estabelecidas nas margens do antigo leito, ora para a direita, ora para a esquerda, obrigando o rio Branco a freqüentes estrangulamentos e sinuosidades. Mas, o pior aconteceu com os pequenos cursos d'água afluentes que percorrem as colinas arenosas do Lavrado, ladeados pelas aléas de buritizais, matilhas biodiversas e cajueiros nativos. A evaporação forte, relacionada a muito calor (34° de temperatura média) e a falta de chuvas por alguns meses, foi suficiente para desperenizar a drenagem do Lavrado, colocando o lençol d'água superficial abaixo do leito dos córregos, igarapés ou riozinhos. Apenas as poucas águas dos rios provenientes das serranias florestadas de oeste garantiram a perenidade do agora esquelético rio Branco (março de 1998). Milagrosamente, os buritizais – galerias – resistiram em grande parte à passagem do fogo pelos campos limpos do Lavrado, fato que certamente se deve ao suporte ecológico aluvial, ligeiramente hidratado da beira-rio, e à capacidade de adaptação dos buritis aos climas tropicais continentais. Na paisagem desolada, o alinhamento dos buritis e seus acompanhantes biodiversos, a margem de riachos secos – com fluxos temporariamente “cortados” à moda dos rios do sertão nordestino, na época das secas – oferecia a imagem de uma notável resistência biótica.

Queimadas ilegais provocam incêndios em terras indígenas e unidades de conservação de Roraima

Agência Brasil

Publicação: 18/02/2010 15:37 Atualização: 18/02/2010 18:33

Focos de incêndio registrados no norte do estado de Roraima ameaçam terras indígenas e unidades de conservação. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a causa dos incêndios são as queimadas irregulares.

O estado, que tem a maior parte no Hemisfério Norte, sofre com a seca causada pelo fenômeno climático El Niño, caracterizado pelo aquecimento das águas do Oceano Pacífico. A parte atingida pelo incêndio é ~~próxima às reservas indígenas de Raposa Serra do Sol e Maracá, e às unidades de conservação~~ Equador, estão o Parque Nacional do Viruá, a Estação Ecológica de Caracá e a Estação Ecológica Maracá.

Além dessas unidades federais de conservação, o Ministério do Meio Ambiente monitora focos de incêndio próximos às florestas nacionais de Roraima e Anauá. As queimadas ocorrem próximas aos municípios de Alto Alegre, Amajari, Cantá, Pacaraima e Murcajá. Neste município, a situação é mais crítica, de acordo com o coordenador do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Ibama (Prevfogo), Elmo Monteiro.

Segundo o Ibama, 140 brigadistas já estão trabalhando no combate ao fogo com o auxílio de dois helicópteros. Hoje, mais 35 bombeiros, ligados a Força de Segurança Nacional, frão para Roraima. O Instituto Chico Mendes mantém dois aviões monitorando a área.

Amanhã (19), um avião Hércules C-130, da Força Aérea Brasileira, deverá levar à Roraima mais 40 bombeiros do Distrito Federal e mais 40 brigadistas do Ibama.

No verão de 1998, o estado sofreu um grande incêndio, de mais de dois meses de duração, também provocado por queimadas ilegais em época de grande seca provocada pelo El Niño. "Nós estamos atuando para não atingir esse recorde", disse o coronel dos Bombeiros do Rio de Janeiro, Wanus de Amorim, que trabalha no gabinete do ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) e coordena as ações de combate ao fogo em Roraima.

DEFESA CIVIL - Previsão é de grande seca em Roraima

ELIANE ROCHA

Colaboradora da Folha

Com a proximidade do fim do Inverno rigoroso, a preocupação desta vez é com a seca que pode castigar o Estado. A previsão da Defesa Civil é que entre os próximos dois anos Roraima possa ter sérios problemas com possibilidades de incêndios florestais.

"Os agricultores terão problemas com falta de água para alimentação e para os animais. Estamos nos preparando para isso", previu o secretário executivo da Defesa Civil, Kleber Cerquinho, ao citar que é provável que isso venha a acontecer no próximo ano ou em 2008.

A previsão de seca se dá em virtude do inverno rigoroso, considerado o maior dos últimos 20 anos no Estado. Kleber Cerquinho lembrou do efeito El Niño, quando as grandes cheias ocorrem próximas de períodos secos. "O último incêndio foi em 2003".

~~Ele afirmou que, caso ocorra uma grande emergência, necessitará o apoio do Governo Federal, tendo em vista que o recurso de R\$ 270 mil destinados para alimentação teve boa parte comprometida durante esse Inverno. "Esse recurso também atende à Operação de Incêndio".~~

O secretário ressaltou que hoje a Defesa Civil e os órgãos ambientais do Estado possuem uma aparelhagem mais completa, capaz de atender às grandes emergências de incêndios florestais, diferentes de épocas anteriores, como em 1998 e 2003. "Hoje temos condições de equipar 600 homens para atender incêndios florestais".

No entanto, até o momento Cerquinho disse não ter registrado nenhum incêndio no interior do Estado ou até mesmo nas rodovias, onde é comum ocorrências, muitas vezes feitas de maneira irresponsável e criminosa. "Muita gente pára no acostamento das estradas e acaba jogando ponta de cigarros", comentou ao frisar que essa atitude contribui como uma ignição para o incêndio.

REGIÕES – Kleber Cerquinho frisou que as áreas mais afetadas por incêndios florestais são os municípios de Mucajaí, Cantá, Iracema, Caracarái, Bonfim, Pacaraima, Amajari e parte rural de Boa Vista.

Um dos fatores que contribuem para os incêndios, segundo ele, são as questões topográficas, ou seja, terrenos inclinados favorecem a subida do fogo mais rápido, do que nas áreas planas. A baixa umidade relativa também é um fator que propicia a ocorrência de incêndios. "Quando a umidade fica abaixo de 40%", disse.

Roraima decreta estado de emergência por causa da seca

A estiagem provocou a morte do gado em Roraima

CYNELDA CORREIA

O governador Archilata Júnior (P&DB) assinou decreto que coloca Roraima em situação de emergência por causa da seca que assola a região. O decreto será publicado neste sábado, 13 de fevereiro, no Diário Oficial do Estado. Ontem, o município de Boa Vista, único dos 15 municípios que ainda faltava adotar a medida, também homologou o decreto de situação de emergência.

Caso o quadro evolua e problemas maiores com risco à vida humana e perda de rebanho comecem a acontecer, há possibilidade de ser decretado estado de calamidade pública, assim como ocorreu em 1998.

Hoje mais de vinte mil roraimenses sofrem com a forte estiagem. Em alguns dos municípios, a Defesa Civil do Estado é quem faz o abastecimento de água potável nas residências, com um carro pipa. Em outros municípios, o poder público ou os moradores perfuram poços artesianos em busca de água.

A concentração dos trabalhos tem sido nas regiões Norte, mais castigada com a estiagem, e Oeste do Estado, que é onde está a fronteira do lado com as florestas, as unidades de conservação e a reserva indígena Yanomami, que também começa a ser atingida pelos incêndios.

No caso da capital, a área rural vem sendo atingida por incêndios. Nos outros municípios, Amajari, vem sendo o mais afetado. Há mais de uma semana equipes trabalham no combate ao fogo na localidade.

Municípios decretam estado de calamidade

VANESSA LIMA

Os municípios de Iracema, Mucajaí, Pacaraima, Alto Alegre e Amajari decretaram ontem estado de calamidade pública. A previsão é que a medida seja publicada ainda hoje no Diário Oficial do Estado. Os municípios vêm sendo castigados pela forte estiagem que atinge o Estado e já estavam em situação de emergência.

De acordo com o coronel Paulo Sérgio Santos, comandante do Corpo de Bombeiros e coordenador estadual da operação Roraima

Fogo consome vegetação às margens da rodovia estadual que liga Boa Vista a Alto Alegre

Verde, durante o feriado prolongado várias regiões foram atingidas por incêndios criminosos, o que intensificou o quadro crítico e a situação de alerta nos municípios.

“Com os incêndios nessa região de Campos Novos, Iracema, até [o município de] Pacaraima a gente teve uma situação agravada no arco do fogo no Estado. Essa é uma atividade basicamente feita de forma clandestina que agravou ainda mais a situação dos municípios, que já era difícil pela própria falta de água”, destacou o coronel.

Até ontem à tarde, o monitoramento realizado pelo Comitê de Queimadas registrou 309 focos de incêndios distribuídos por todo o Estado. O município de Mucajaí lidera os números com 106 focos, seguido de Iracema (87), Alto Alegre (44) e Amajari (24).

Conforme explicou o coronel Paulo Sérgio, a situação de emergência estava baseada nos efeitos da estiagem em relação a agricultura, pecuária e falta de água para consumo humano tanto em algumas sedes dos municípios quanto nas vilas. As ações eram voltadas para a construção de bebedouros e perfuração de poços artesianos. Agora, o nível de gravidade é outro.

As condições verificadas são semelhantes ao período das grandes queimadas registradas em 1998 e 2003. Com o novo quadro decretado, há uma atenção especial. As ações continuam em todos os níveis, pois à medida que a estiagem vai se prolongando, os efeitos acarretados são maiores, mais comunidades são afetadas, assim como a agricultura e o risco de incêndios florestais aumenta.

Com relação ao acesso a recursos financeiros, a situação de calamidade pública requer maior agilidade. Atualmente, estão sendo empregados nas ações R\$ 2 milhões do orçamento do próprio Corpo de Bombeiros. O Estado ainda aguarda a liberação dos R\$ 10 milhões aprovados pelo Ministério da Integração Nacional para atender a população atingida pela seca. Outros projetos de solicitação de recursos tramitam no governo federal.

Para dar apoio a ação de combate aos incêndios em Roraima, foi feita solicitação e um efetivo de 280 homens estão sendo enviados ao Estado. São 140 bombeiros do Distrito Federal e mais 140 brigadistas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama).

Ainda hoje a primeira remessa de 40 profissionais chega à Boa Vista. O efetivo será enviado ao Estado de forma fracionada em função da logística de aeronaves para o transporte. Os bombeiros e brigadistas vão atuar diretamente no combate a

Diário Oficial BOAVISTA, 09 DE FEVEREIRO DE 2010

computados como tais, sendo-lhes, se o caso, facultado o enquadramento no artigo 93 e §§ da Lei federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 6º Em caso de subcontratação de obra ou serviço, desde que admitida no edital e no contrato, a subcontratada deverá cumprir os parâmetros do PROGRAMA de que trata este decreto, de modo isonômico àquela que a subcontrata, conforme estabelecido nos artigos 3º e 4º, sendo vedada à subcontratada somar o seu contingenciamento de vagas no da contratada.

Art. 7º Para os efeitos deste decreto, considera-se:

I - indivíduo em cumprimento de medida socioeducativa, aquele que está submetido a uma das medidas previstas nos incisos III, IV, V e VI, do artigo 112 da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA;

II - egresso do sistema socioeducativo, aquele que cumpriu uma das medidas previstas nos incisos III, IV, V e VI, do artigo 112 da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA.

Artigo 8º - A contratação dos beneficiários do PROGRAMA, realizada conforme o que dispõem os artigos 3º a 6º deste decreto, dar-se-á formalmente, nos termos da legislação pertinente, do seguinte modo:

I - publicado o edital que licitará obra ou serviço, e desde que o administrador público responsável pela certame escolha aderir ao PROGRAMA, a proponente deverá encaminhar, concomitantemente aos documentos exigidos na fase de habilitação, carta de compromisso afirmando sua disposição em contratar, nos limites estabelecidos nos artigos 3º e 4º, os beneficiários do PROGRAMA, na forma do modelo constante do Anexo I deste decreto;

II - quando do início efetivo da execução da obra ou serviço, o contratado, por seu representante legal, deverá apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato, a lista dos empregados que se enquadrem nas categorias descritas no artigo 7º, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do modelo constante do Anexo II deste decreto.

~~Quando do início da execução da obra ou serviço, o contratado, por seu representante legal, deverá apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato, a lista dos empregados que se enquadrem nas categorias descritas no artigo 7º, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, nos termos do modelo constante do Anexo II deste decreto.~~

Art. 9º A fiscalização da contratação ocorrerá desde o início efetivo da execução da obra ou serviço, por aquele que for designado fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato.

Art. 10. A relação de proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos indivíduos beneficiários do PROGRAMA e aquelas necessárias ao adimplimento do ajuste administrativo, nos termos do que dispõem os artigos 3º e 4º deste decreto, deverá ser mantida durante todo o tempo da execução do contrato, incluindo-se aí suas prorrogações, no limite determinado pela legislação.

§ 1º Havendo demissão, nos casos de que cuida este decreto, a contratada deverá proceder a sua comunicação ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para a Administração atualizar seus cadastros.

§ 2º A contratada deverá, em até 5 (cinco) dias corridos, providenciar o preenchimento da vaga em aberto, com o auxílio dos cadastros mantidos pela Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social - SETRABES e pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJUC, por meio do Centro Sócio-Educativo - CSE, se necessário, respeitadas suas necessidades, nos mesmos termos de que trata o artigo 7º deste decreto.

Art. 11. Para os fins previstos neste decreto, cabe:

I - à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania-SEJUC, por meio do Centro Sócioeducativo - CSE:

a) cadastrar todos os indivíduos que se amoldem ao perfil englobado pelo PROGRAMA com o objetivo de facilitar o preenchimento das vagas de trabalho disponibilizadas na forma dos artigos 3º a 6º deste decreto;

b) certificar, em caso de dúvida do gestor do contrato, que o indivíduo contratado pela empresa nos termos dos artigos 3º a 6º deste decreto insere-se em uma das categorias a que se refere o artigo 7º;

II - à Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social - SETRABES:

a) captar vagas junto ao mercado de trabalho roraimense para a alocação dos beneficiários do PROGRAMA;

b) disponibilizar, aos beneficiários do PROGRAMA, vagas nos cursos e atividades de qualificação social e profissional que oferece aos indivíduos roraimenses, procurando, quando possível, adequar a vocação profissional do indivíduo à disponibilidade da grade de opções de cursos e à demanda do mercado de trabalho local.

§ 1º Os cadastros dos potenciais beneficiários do PROGRAMA de que trata este artigo conterão, além dos seus dados identificadores, histórico de suas aptidões e qualificações profissionais e pessoais, inclusive com informações de cursos e atividades que eventualmente hajam desenvolvido o/ou concluído.

§ 2º O cadastro dos beneficiários do PROGRAMA deverá resguardar o sigilo e a intimidade do indivíduo, conforme as normas que regem a matéria.

§ 3º A definição do número de vagas em cursos de qualificação social e profissional a que se refere a alínea b, do inciso II, deste artigo, será definida em conjunto pelas Secretarias da Justiça e Cidadania, por meio do Centro Sócioeducativo - CSE, e da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social - SETRABES, dependendo da capacidade logística de execução e acompanhamento das atividades, bem como da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários.

§ 4º As características psicossociais dos indivíduos contratados na forma dos artigos 3º a 6º deste decreto, deverão ser compatíveis com as atividades por eles desenvolvidas perante o órgão ou entidade pública contratante.

Art. 12. Caberá à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJUC, por meio do Centro Sócioeducativo - CSE e a Secretaria de Estado do Trabalho e Bem - Estar Social, buscar a inserção dos indivíduos beneficiários do PROGRAMA, que se enquadram nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 7º deste decreto, no mercado de trabalho roraimense em geral.

Art. 13. Aos indivíduos, em cumprimento de medida socioeducativa, e aos egressos do sistema socioeducativo, aplicam-se as normas previstas neste decreto, em interpretação conforme as normas que regem a preservação da intimidade e os ditames do ECA.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução das ações previstas neste decreto correrão por conta das dotações respectivas dos órgãos nelas envolvidos.

Art. 15. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 5 de fevereiro de 2010.
JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
 Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 10.920-E DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010

"Dispõe sobre a reinclusão de Praça, integrante da carreira policial militar do ex-Território Federal de Roraima, ao Quadro de Praças Policiais Militares da Polícia Militar de Roraima".

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 62, da Constituição Estadual, e considerando a decisão expedida pelo Excelentíssimo Sr. Doutor da 2ª VARA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA, em sede liminar, referente ao processo nº 2009.42.00.001476-3, em 19 de dezembro de 2009,
 D E C R E T A:

Art. 1º Reincluir nas fileiras da Polícia Militar de Roraima, a contar de 19 de dezembro de 2009, o Soldado PM RAIMUNDO NONATO BARBOSA DA SILVA, RG nº 119.113 - SSP/RR, e CPF nº 241.730.372-72, até ulterior deliberação judicial em contrário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 8 de fevereiro de 2010.
JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR
 Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 10.924-E DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010.

"Declara em situação anormal, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, as áreas dos municípios do Estado de Roraima afetadas por ESTIAGEM, e estabelece outras providências".

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, c/c o art. 11, incisos II e XVIII, da Constituição do Estado de Roraima e o § 1º, do art. 17, do Decreto 5.376, de 17/02/2005 e a Resolução Nº 03, do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, de 02/07/99,

CONSIDERANDO que a diminuição da precipitação pluviométrica, caracterizada como estiagem, ocorrida nos últimos meses, tem provocado a diminuição dos níveis dos rios e igarapés e consequentemente a falta de água para o consumo humano e animal nas zonas rural e urbana dos municípios relacionados no anexo único do presente Decreto, tendo ocasionado danos à agricultura, pecuária e meio ambiente dessas regiões;

CONSIDERANDO a situação de anormalidade causada pela falta de precipitação pluviométrica, que resultaram em um desastre de origem natural na grande maioria dos municípios, exigindo do poder público estadual a adoção de medidas para restabelecer a normalidade;

CONSIDERANDO que obras de infra-estrutura para suprimento de água dos animais e da população necessitam ser implementadas, em curto prazo, para redução das vulnerabilidades da população rural e urbana situada nos municípios afetados;

CONSIDERANDO competir ao Estado à preservação do bem-estar da população, bem como das atividades sócio-econômicas nas regiões atingidas por eventos adversos, causadores de desastres para, em regime de cooperação, combater e minimizar os efeitos das situações de anormalidade;

CONSIDERANDO que é dever constitucional da Administração

Amajari e Alto Alegre sofrem com incêndios florestais

Fonte: a A A A

Foto:

Realização dos 309 focos de 2010-02-15 a 2010-02-16 no

Amajari - RR

Amajari - RR

Alto Alegre - RR

Amajari - RR

Recalcão - RR

Caracaraí - RR

Pacaraima - RR

Bom Vista - RR

Uiramã - RR

Moisés - RR

Bacabal - RR

Cama - RR

O gráfico mostra a incidência de focos de incêndio nos municípios do Estado

As pessoas que ajudaram a apagar o incêndio, apenas a casa sede da propriedade não foi destruída. Outras fazendas vizinhas também foram atingidas. A Serra do Tepequém, também sofreu com os incêndios e com a seca que assola todo o município.

Na região do Boquirão, que fica localizada no município de Alto Alegre, já na divisa com o Amajari, são vários os focos de incêndios que já destruíram cercas e pastos. O céu cinzento na região é prenúncio de fogo e a fumaça incomoda quem trafega nas estradas vicinais.

Na RR-205, que liga Alto Alegre, já na entrada para a Vila do Taíamo, o fogo tomou conta de um lado e do outro, levando perigo aos motoristas que trafegavam pela rodovia estadual, onde não há acostamento.

A forte estiagem vem proporcionando uma imagem desoladora com os animais procurando um local para beber água. O problema é que a maioria dos açudes existentes secou. (Com a colaboração de Fernando Heder).

No município de Amajari, várias propriedades sofreram prejuízos com incêndios de grandes proporções. Há meses o município vem sendo atingido com focos de incêndio. As autoridades da região também decretaram estado de calamidade pública.

No último fim de semana, fazendeiros e um grande número de trabalhadores passaram três dias tentando controlar as chamas que invadiram diversas propriedades. O grupo se deslocava de uma fazenda para outra tentando debelar o fogo que se alastrava com a força do vento e destruía tudo o que encontrava pela frente.

A fazenda Bacabal, que fica ao longo da estrada que liga o Amajari, teve toda sua área queimada e segundo relatos de

Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Porta-Voz

Discurso do Presidente da República

seja, o estado fica sem poder oferecer, a quem quer que seja que vai investir lá, a possibilidade de um futuro. Então, não é um problema do governador ou um problema do presidente, é um problema que o País tem que resolver.

Qual será o futuro do Amapá? O que nós vamos querer para o Amapá? Quando tomei posse, eu imaginei que a gente ia fazer a ponte Brasil-França, que havia interesse dos dois países. Hoje, o que acontece? Eu estou terminando o primeiro mandato, já pensei em tomar champanhe naquela ponte umas dez vezes e não vou tomar porque a ponte não saiu ainda, e a burocracia brasileira é tão empedernida quanto a burocracia da França. Ou seja, um dia eu pego 11 advogados brasileiros indo para Paris para discutir a ponte e o ~~dinheiro da passagem daria para fazer a ponte. Ao invés de 11, vai um~~ advogado ou vão dois, façam uma reunião aqui no Brasil e tirem uma diretriz: qual é a sua defesa lá em Paris?

Mas o que nós vamos querer do Amapá? O que nós queremos do Acre, como é que ele vai se desenvolver? O estado do Amazonas e o estado do Pará têm dimensões de grandeza própria para se desenvolver. Isto aqui já está consolidado como um parque industrial altamente moderno, invejável. O Pará tem uma estrutura de exportação também invejável. Mas os outros estados do Norte não têm. Então, nós vamos ter que cuidar disso, alguém tem que assumir a responsabilidade. Você não se preocupe não viu Ottomar? Não se preocupe. Não é porque eu perdi as eleições lá que eu vou deixar de cuidar de Roraima com carinho. Vou cuidar de Roraima e pretendo ir lá no começo do meu segundo mandato para discutir com o governo, com os políticos do estado, o que nós temos que fazer para ajudar, para que haja desenvolvimento. E, depois, Rondônia. São os estados que compõem essa parte Norte do País, que eu acho que têm que ter a oportunidade que já teve o Sul e o Sudeste há 50 anos. Eu não quero tirar nada de nenhuma parte do Brasil, não quero prejudicar, uma vírgula, nenhum estado do Sul nem do Sudeste, não quero, nem do Centro-Oeste. A única coisa que eu quero é

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Presidente do Iteraima estipula prazo de oito anos para estabilizar situação

WILLAME SOUSA

O presidente do Instituto de Terras de Roraima (Iteraima), Pedro Paulino, disse que seriam necessários oito anos para que a situação da regularização fundiária em Roraima se estabilizasse. Mas, este prazo não seria suficiente para solucionar definitivamente o problema de terras no Estado. Ele acrescentou que a demora não se deve à falta de ações governamentais voltadas à questão e, sim, à complexidade para a resolução da situação.

Presidente do Iteraima, Pedro Paulino:
"Procuram o Instituto para dar início ao processo de regularização"

Paulino citou como exemplo destas dificuldades a falta de documentação dos posseiros que buscam hoje a instituição para ter o título definitivo da terra. Em determinados casos faltam documentos pessoais, tais como CPF, RG e Certidão de Nascimento. Outro fator que dificulta o processo é a falta de informação por parte dos proprietários, que não vão até o Iteraima para dar início ao procedimento de regularização.

"Um dos grandes entraves para que a gente titule as terras é o não comparecimento do requerente ao Instituto e a falta da documentação pessoal. É interessante que quem tenha posse de terras, independente de qual seja a gleba, procure o Instituto para dar início ao processo de regularização. Acredito que cerca de 60% dos posseiros não nos procuram para que seja regularizada esta situação", disse, acrescentando ainda que geralmente este processo leva cerca de 90 dias.

Paulino informou que há hoje em Roraima um número entre 10 e 12 mil de imóveis com regularização pendente, algo que demanda tempo para ser resolvido. "Apesar de estarmos dinamizando este procedimento, que é muito complexo, não podemos dizer que daqui a três, quatro ou cinco anos todas as pessoas que têm posse estejam regularizadas. Acredito que dentro de oito anos, não por falta de ação do Estado, mas por diversos fatores, Roraima ainda vai estar titulando terras", acrescentou.

O presidente foi um dos entrevistados do Agenda da Semana, programa apresentado nas manhãs de domingo pelo administrador Marcelo Nunes, na Rádio Folha (AM 1020). Após mais de um ano do repasse das terras da União ao Estado, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já repassou as glebas Cauamé, Caracará, Murupu, Tacutu, Quitauaú, BR-210 II, Barauana e parte da gleba Normandia. Elas, segundo Paulino, correspondem a 80% das áreas ocupadas em Roraima.

No entanto, durante este período, apenas cerca de 400 títulos foram emitidos. Segundo o presidente, esta demora é devida a uma ação do Incra contra o Governo do Estado, que impedia a efetivação do registro destas glebas junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Entretanto, este problema foi solucionado no final do mês de janeiro. Por isso, as expectativas de Paulino para este ano são boas.

"Trabalhamos com um planejamento para que no ano de 2010 façamos a entrega de 1.600 títulos nestas primeiras glebas que já foram transferidas ao Estado. Mesmo assim, estamos desenvolvendo um trabalho satisfatório, porque em 30 anos o Incra emitiu só 26 títulos", afirmou ele.

O Incêndio do Século

(Artigo publicado no "O Estado de S.Paulo", 21-10-98.)

O maior incêndio do ano no Brasil, registrado até o momento, pode ser atribuído à queimada de Roraima de março de 1998. A catástrofe ambiental foi chamada pela imprensa de o Megaincêndio do Século. De fato, outro evento de até maiores proporções, já que envolveu mais pessoas e mais e maiores propriedades, aconteceu desde o final de junho de 1998 na Flórida, Estados Unidos da América !!! O evento de Roraima foi muito noticiado, pela imprensa nacional e internacional. O evento da Flórida passou quase que despercebido na nossa imprensa.

O Brasil inteiro sofreu durante mais de trinta dias, com as queimadas que viraram incêndio fora de controle em Roraima durante março recente. Os prejuízos foram de fato enormes, mas apesar de todo sofrimento, parece que não se compara à tragédia da Flórida. Um resumo dos fatos é descrito abaixo.

No início de março, a falta de chuva em Roraima mostrava uma paisagem desoladora. A queda do nível dos rios deixava transparecer bancos de areia, antes encobertos pelo volume normal das águas. O maior rio de Roraima, o Rio Branco, com suas vertentes na Serra de Pacaraima, ao norte, e desembocadura no Rio Negro, no Estado do Amazonas, ficou com uma profundidade de apenas 35 centímetros. O lago natural do Parque Anauá, em Boa Vista, com 3 mil metros quadrados e capacidade para 100 milhões de litros, havia secado por completo.

Em meados de março, a estiagem em Roraima revelava-se uma das piores dos últimos 15 anos, trazendo forte prejuízo à economia do Estado. Segundo o governador Neudo Campos, as perdas estimadas eram de R\$ 10 milhões. A crise vinha se abatendo principalmente sobre a agricultura e a pecuária. Nas regiões sul e norte do Estado, segundo cálculos do governo, cerca de 12 mil cabeças de gado morreram de fome e de sede. Rios e igarapés secaram, e em oito dos 15 municípios do Estado o abastecimento de água estava totalmente comprometido. O município de Pacaraima, última cidade brasileira ao norte na fronteira com a Venezuela, com população de 4 mil habitantes, sem uma gota d'água, foi socorrida pela cidade venezuelana vizinha, Santa Elena do Uairém.

No dia 26 de março, a capital Boa Vista e a BR-174 amanheceram encobertas pela fumaça. A visibilidade era de apenas 30 metros e os carros circulavam com os faróis acesos.

Roraima sofre com estiagens e queimadas

Dos 15 municípios de Roraima, dez decretaram situação de emergência por causa da estiagem e, em cinco, o estado é de calamidade pública.



★★★★★ [de sua nota](#)

Em Roraima, o problema é o oposto do que se vê em Mato Grosso e em São Paulo.

O principal rio do estado, o Rio Branco, está quatro metros abaixo do nível considerado normal. Dos 15 municípios de Roraima, dez decretaram situação de emergência por causa da estiagem e em cinco, o estado é de calamidade pública.

Entre eles, Pacaraima, onde os moradores sofrem com a falta d'água. No sul do estado, a preocupação é com a criação de animais. "Está ludo momendo, agora só Deus vai dar um jeito. Vou ter que pegar água da torneira para dar para o gado", disse o produtor rural Carlos Cardoso.

Outro problema são as queimadas, que avançam sobre as serras e áreas de floresta. O fogo também causa prejuízo aos agricultores, que perderam produções inteiras.

"O fogo é demais. Eu estava com a foice nas costas. É de pelear para livrar o lote, mas como não livre, queimou tudo", contou o produtor rural Antônio Barbosa.

O Ministério da Justiça autorizou o envio de 35 bombeiros da Força Nacional de Segurança para atuarem no combate as queimadas em Roraima. O objetivo é evitar que o fogo se espalhe por áreas de proteção ambiental e também pela reserva indígena Yanomami.

Nós estamos trazendo efetivo exatamente para ter uma resposta mais rápida e eficaz

Autor Romero Jucá (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro /RR)
Data 21/02/2006 **Casa** Senado Federal

Tipo Discurso

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentavelmente, trago à tribuna um fato extremamente grave ocorrido no meu Estado e que diz respeito não só à minha pessoa, mas ao Senado Federal.

Há poucos minutos, o meu gabinete, na rua Victor Hugo, nº 106, Bairro do Canarinho, em Boa Vista, Roraima, foi invadido por pessoas ligadas ao Governo do Estado. Pessoas da assessoria de comunicação do governador entraram no meu gabinete, filmando, tentando intimidar as pessoas, e nós reagimos e chamamos a Polícia.

Essa situação tem-se repetido. Há alguns dias, a minha residência, em Roraima, foi invadida pelo helicóptero que presta serviços ao Governo do Estado, para fazer filmagens dentro da minha residência.

Temos sido atacados diariamente pela rádio pública do Governo do Estado, que, aliás, ainda tem um sinal dado pelo Governo Federal. Portanto, a rádio Roraima AM é uma rádio cujo sinal ainda é do Governo Federal, mas é usada, todos os dias, para me atacar, achincalhar a minha honra, da minha esposa, dos meus filhos e dos deputados de Oposição.

Quero registrar que já comuniquei a Polícia Federal e estou comunicando à Presidência do Senado e ao Ministro da Justiça, porque é um absurdo o andamento das coisas no Estado de Roraima.

Eu responsabilizo o Governador Ottomar Pinto. Ele pensa que ainda está no tempo da ditadura; ele pensa que ainda está no tempo em que as pessoas vão abaixar a cabeça para ele no Estado. Não vamos. Ele está desesperado por conta da eleição. Mas nós estamos o tempo todo, mesmo recebendo essas agressões, Senador Romeu Tuma...

O SR. MÃO SANTA (PMDB - PI) - Senador Romero Jucá, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL - SP) - Não é permitido apartes, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) - Quero registrar, Sr. Presidente, que mesmo com todas essas provocações, com todas essas agressões, nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL - SP) - É claro que todo o Plenário está solidário com V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) - Claro, eu sei disso. Sei que a posição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores desta Casa é pela democracia, pelo respeito e pela responsabilidade. O governador está usando dinheiro público, pagando pessoas da área de comunicação para ficar atocaiando, fazendo emboscada e armação para as pessoas que lhe fazem oposição no Estado. É uma posição antidemocrática, irresponsável e bastante negativa.

Mas, apesar de tudo isso - tenho dito reiteradas vezes e quero reafirmar aqui -, nesta campanha, nós não vamos baixar o nível, Presidente Romeu Tuma. Vamos fazer uma campanha de propostas, apresentando o que entendemos que está errado no Estado e a forma como queremos mudar o nosso Estado de Roraima.

O Estado de Roraima não merece esse tipo de agressão, que não é feita só a mim e à minha família, mas a toda a população do Estado. Se um governador é irresponsável a ponto de agredir, de fazer isso com um Senador da República, imaginem o que não faz esse bandido com a população comum do meu Estado. Quero dizer que estou indignado. Peço providências à Polícia Federal, peço providências ao Senado, porque foi invadida a minha residência, foi invadido o meu escritório, que é uma extensão do gabinete do Senador do Estado. Os invasores foram presos por nós e entregues à Polícia Civil. Espero que a Polícia Civil do meu Estado, que está sendo tão maltratada pelo Governador, não seja irresponsável de tentar distorcer os fatos que ocorreram no meu escritório.

Sr. Presidente, infelizmente, esse era o comunicado que eu tinha a obrigação de fazer à Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Com a palavra, o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, que dirige os trabalhos do Senado Federal na manhã de hoje, Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Eurípides Camargo, Mão Santa, Sr^{as}. e Srs. Senadores:

Inicialmente, Sr. Presidente, venho registrar aqui o início de mais uma Campanha da Fraternidade que a CNBB realiza todo o ano em nosso País. Penso que, desde a década de 1960, ao tempo que Dom Helder Câmara era Bispo Auxiliar na Arquidiocese do Rio de Janeiro, essas conferências começaram. E, naturalmente, ao longo do tempo, elas estão sendo fertilizadas por um debate extremamente positivo sobre as grandes carências do Brasil. Eu diria que a Igreja, por esse caminho, dá uma contribuição muito significativa para que conheçamos melhor os problemas brasileiros e formas de como superar tais questões.

Essas campanhas, em algumas hipóteses, são feitas em caráter ecumênico, compreendendo outras confissões religiosas. Em pelo menos duas oportunidades, a campanha da fraternidade teve esse caráter ecumênico. Isso ocorreu nos anos 2000 e 2005.

É bom lembrar que o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic) fez o lançamento oficial da campanha deste ano. O tema é “Fraternidade e Economia”, com o lema “você não podem servir a Deus e ao dinheiro”, aliás, inspirado no Evangelho de Mateus (Capítulo 6, Versículo 24).

Ao meu ver, a campanha nos leva a uma reflexão muito estratégica sobre as prioridades com as quais nos defrontamos e à busca da justiça econômica.

Acrescentaria também como fato extremamente relevante a colocação que o reverendo Luiz Alberto Barbosa, Secretário-Geral do Conic: A Campanha da Fraternidade Ecumênica que está sendo realizada neste ano de 2010 ajuda a suscitar o ecumenismo no mundo moderno. Enfim, são confissões religiosas de diferente cariz que se unem numa tarefa comum. A abertura da Campanha, como se sabe, geralmente é feita logo após o carnaval, ou seja no início da Quaresma que estamos celebrando.

Na realidade, essa Campanha da Fraternidade coincide, conseqüentemente, com o período quaresmal para a Igreja Católica Apostólica Romana e associa muitas confissões religiosas, que se enlaçam com o mesmo objetivo.

A abertura da cerimônia de lançamento da Campanha da Fraternidade foi feita pelo Pastor sinodal Carlos Möller. Logo em seguida, o Padre Valdeir dos Santos Goulart, Diretor Executivo das Edições CNBB, e o Reverendo Luiz Alberto Barbosa fizeram a apresentação do material. Caberá a Elinete Miller, membro do comitê gestor da Campanha da Fraternidade de 2010, fazer a apresentação do cartaz da campanha, com leitura do significado.

No dia 18 de fevereiro, o Papa Bento XVI, a partir do Vaticano, saudou a Campanha da Fraternidade da Igreja por meio de mensagem enviada ao Presidente da CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Geraldo Lyrio Rocha. A Campanha, aberta nessa quarta-feira, é realizada durante a quaresma.

Bento XVI, na sua mensagem, desejou sucesso às Igrejas e às comunidades eclesiais no Brasil: “Que, neste ano, decidiram unir seus esforços para reconciliar as pessoas com Deus, ajudando-as a se libertarem da escravidão do dinheiro.”

Recordo que a escravidão ao dinheiro e à injustiça têm origem no coração do homem, onde se encontram os germes de uma misteriosa convivência com o mal.

“E, assim [acrescentou Bento XVI], encorajo-vos a perseverar no testemunho do amor de Deus, do Filho de Deus, que se fez homem, do homem agraciado com a vida de Deus, do único bem que pode saciar o coração da gente”.

O CMI, Conselho Mundial de Igrejas, que reúne 349 Igrejas em todo o mundo e mais de meio bilhão de cristãos, também manifestou seu apoio à Campanha da Fraternidade no Brasil. Em mensagem, o Conselho Mundial de Igrejas, afirma que “está engajado nessa reflexão, questionando as inter-relações entre riqueza e poder que geram injustiça e pobreza, além de lesar gravemente a boa criação de Deus”. Esta é, portanto, uma causa que mobiliza a família cristã não só no Brasil, mas ao redor do mundo.

Dentro desse clima de reflexão quaresmal, é bom destacar que o Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Cardeal Dom Odilo Scherer, espera que as questões suscitadas na Campanha da Fraternidade sejam discutidas durante a campanha eleitoral deste ano. Considero isso uma boa sugestão, porque permite, ao mesmo tempo em que se faz essa reflexão sobre o tema proposto, dar também um caráter de reflexão pública e, por que não dizer, política sobre a necessidade de encontrarmos meios e modos de dar ao País um desenvolvimento digno desse nome, porque, muitas vezes, confunde-se desenvolvimento com crescimento econômico, que são coisas muito distintas, a meu ver.

O verdadeiro desenvolvimento é aquele que permite a realização do homem todo e de todo homem.

Conseqüentemente, o crescimento econômico é apenas uma faceta da complexidade do que constitui o verdadeiro processo de desenvolvimento. Então, para termos um verdadeiro desenvolvimento, é necessário levar-se em conta a necessidade de criar, no País, uma cultura de participação, para que reduzamos as nossas desigualdades sociais e eliminemos as assimetrias que ocorrem entre as diferentes regiões do País. O Brasil é um país muito grande, sob o ponto de vista territorial e ainda convive com grandes desigualdades, com grandes assimetrias, e isso não propicia a execução de uma verdadeira política que signifique o desenvolvimento como realização integral do homem da comunidade, na sociedade em que vive.

Eu gostaria, portanto, de fazer uma referência ao artigo que publicou, no dia 18 de fevereiro, o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Odílio Scherer.

Diz ele:

Com a quarta-feira de cinzas, iniciamos o tempo litúrgico da Quaresma, que nos prepara para a celebração da Páscoa, a festa principal da Liturgia e o mistério central de nossa fé: mistério redentor da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, mediante o qual a humanidade alcança o perdão, é reconciliada com Deus e recebe a vida nova no Espírito Santo.

Mais adiante diz Dom Odilo:

Nossa experiência humana mostra que somos pecadores, frágeis criaturas, sujeitas a frequentes desvios e quedas no caminho; somos tentados a esquecer Deus, a nos deixarmos levar pela “soberba da vida”, que coloca Deus de lado e nos leva a pautar nossa existência sem Deus. A solicitação tentadora de Adão e Eva no paraíso continua sempre atual: “Sereis como deuses”. Esta é [Sr. Presidente, nós sabemos] a grande tentação do homem.

Por isso, [e volto a citar Dom Odilo] desde o primeiro dia da Quaresma, a Igreja chama à conversão, o que significa, literalmente, a voltar-se novamente para Deus; chama também à penitência e à renovada adesão a Jesus Cristo e seu Evangelho, como sinais da conversão sincera. A imposição das cinzas é acompanhada por converti-vos e crede no Evangelho

Neste ano, [insisto] a Campanha da Fraternidade nos convida a aprofundar, durante a Quaresma, o tema – “economia e vida”, e o lema – “vós não podeis servir a Deus e ao dinheiro”. A situação social e econômica do

nosso tempo desafia a nós, cristãos, como a todas as pessoas, a se colocarem seriamente [frente à questão análise da referida Campanha da Fraternidade]. Se as atividades econômicas pessoais, da sociedade como um todo e as do Estado estão, de fato, a serviço da fraternidade e da vida, ou estão sendo campo de profundas injustiças, de dor e de morte?

O lema da Campanha coloca o dedo na ferida: A avareza, que é a busca ávida dos bens desta vida, como se eles fossem o objetivo último do viver humano, leva o homem a passar por cima de tudo para obter e possuir esses bens. É Jesus quem diz: “não podeis servir a Deus e ao dinheiro”.

Encerrando as referências ao artigo de Dom Odilo Scherer, Cardeal Arcebispo de São Paulo, diz ele:

A vida econômica da sociedade, que envolve o trabalho, a produção, a distribuição, o consumo e a posse de bens, deveria ser o espaço privilegiado para a construção de verdadeiras relações de solidariedade e fraternidade entre as pessoas, grupos e povos; mas não é o que sempre acontece. A Campanha da Fraternidade [portanto] nos convida a um sério exercício de conversão da vida pessoal e social, no tocante às atividades e às relações econômicas, para serem mais conformes ao desígnio de Deus sobre o homem e sobre o mundo.

Sr. Presidente, chamaria a atenção que a Campanha da Fraternidade contribui também para suscitar o bom debate sobre questão tão relevante. É a questão do bem comum.

O que se entende por bem comum? A Igreja tem entendido que bem comum é o conjunto de condições sociais que permitem e favorecem às pessoas o desenvolvimento integral da personalidade.

Pio XII afirmava que a riqueza de uma nação não se mede por critérios quantitativos, mas pelo bem-estar de seu povo. O que acabo de citar se trata de um trecho de uma locução radiofônica do Papa Pio XII.

A CNBB desenvolve esse conceito de bem comum ao dizer que abrange a existência dos bens necessários para o desenvolvimento da pessoa e a possibilidade real de todas as pessoas terem acesso a tais bens. Isso requer um empenho social e o desenvolvimento de grupos e de pessoas individualmente, implicando a existência da paz, estabilidade e a segurança de uma ordem justa.

Bem comum, saliente-se, é diferente de interesse geral. Interesse geral não distingue cada pessoa do grupo, considera apenas o coletivo. Pode subentender o sacrifício de alguns, usualmente o mais fraco, em consideração a outros e gerar, em determinados ca-

sos, exclusão social. O bem comum envolve todos os membros da sociedade, ninguém sendo isentado de cooperar, participar e desenvolver, de comum acordo com as possibilidades específicas de cada um. Enfim, todos têm, também, o direito de aproveitar as condições de vida social decorrentes do bem comum.

A responsabilidade pela construção do bem comum, a despeito de caber a cada pessoa, cabe, também, à sociedade organizada e, por que não dizer também, ao Estado, pois o zelo pelo bem comum é a razão de existir da autoridade política, ou seja, daqueles que são mandatários do povo.

O Conic, a que já fiz referência, foi fundado em 1982. Define-se como uma associação fraterna de igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e salvador.

Essas igrejas desejam inserir-se nessa campanha, em um contexto histórico e ecumênico mais amplo.

O ano de 2010, assim, marca o centenário do grande encontro missionário que as igrejas da Reforma realizaram em Edimburgo, na Escócia. Foi lá que os povos destinatários de missão pediram aos missionários de diferentes igrejas que se unissem, primeiro para facilitar o acolhimento do evangelho.

Com essas considerações, Sr. Presidente, quero, a exemplo...

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Dom Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não. Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – V. Ex^a traz mais uma Campanha da Fraternidade, que se sucede a cada ano e que, sem dúvida, melhora a vida. É aquela paz do Senhor. Eu queria dizer apenas o seguinte – aqui, falo como Líder do Partido Social Cristão: entendemos, e entendemos bem, que religiões são caminhos que nos levam a Deus, e todas elas são muito boas. Evidentemente, o mundo, desde que é mundo, teve muitas religiões, mas, no mundo, quando se passou a estudar e a pensar – haja vista Sócrates –, houve a valorização da sabedoria. Sócrates, que era tido como o mais sábio dos homens, foi sacrificado porque começou a ensinar, Senador Eurípedes, que deveria haver um só Deus, não o politeísmo, com muitos deuses. Isso desagradou aqueles reis que cultuavam muitos deuses e que se beneficiavam desses cultos. Antes mesmo de Cristo, ele já pregava isso, assim como aquela religião dos que chamamos de judeus, aqueles que pregam e vivem o Antigo Testamento e que ainda esperam pelo Messias, o qual acreditamos que tenha vindo há 2.010 anos. Então, cerca de 566 anos depois de Cristo, nasceu aquele líder chamado

Maomé, que acreditava em um Deus também, Alá. Ele, sem dúvida, foi um extraordinário homem, que o mundo segue, porque ele teve capacidade de liderança. Diferentemente do nosso Jesus Cristo, ele conviveu com cargos públicos, com conquista de terras, de reinos e de riqueza e escreveu, não é? Cristo nada escreveu. Quem escreveu os Evangelhos foram seus apóstolos e os não apóstolos, mas seguidores, como o apóstolo Paulo. Essas são as religiões que dominam o mundo. Outros apresentaram-se na China e na Índia, como Confúcio e Gautama, o Buda. Todas elas levam ao bem. Eu queria dizer que entendemos, e entendemos bem, que, nesse espírito cristão que V. Ex^a representa – V. Ex^a é cristão –, em 2.009 anos, houve momentos de grandeza, em que pregavam os apóstolos, mas houve também momentos de decepção na história do mundo, na época medieval, quando se vendia lugar no céu. Um dos cristãos protestou contra isso. Aí, veio a grande Reforma, que beneficiou todos, e criaram outras com os mesmos princípios da Reforma. Mas temos de entender aquilo que nos une, não o que nos separa. O que nos une é a vida de Cristo, que é vivida. O que fez Cristo? Fez o que fazemos. V. Ex^a o fez, como político, como Governador, e eu o fiz. É a nossa cara, e, por isso, estamos aqui. É a melhor filosofia, a cristã, e, por isso, estou no Partido Social Cristão, que tem como símbolo o peixe – o peixe lembra Cristo alimentando os frágéis, os famintos –, que tem como *slogan* a fé e a ética na democracia, que tem como programa a promoção do ser humano e que tem como doutrina a cristã, que é a melhor de todas. O que fez Cristo? Senador Eurípedes, Ele fez o que fizemos e o que vamos fazer: alimentou os famintos, deu de beber a quem tem sede, vestiu os nus, assistiu aos doentes, visitou os presos, em solidariedade, e fez obras com os milagres, e, por isso, nós O seguimos. Mas eu queria dizer que vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro. Aqui, estou com o portal da Campanha da Fraternidade Ecumênica do Piauí/2010, apresentada pela Diocese de Barra do Piraí. Ninguém pode servir a dois senhores, porque ou há de odiar um e amar o outro ou há de se dedicar a um e desprezar o outro. Não podeis servir a Deus e ao dinheiro, como dizemos. Mas quero dizer que a importância disso é muito grande. Nesta minha vivência no Senado – já estou aqui há sete anos –, aprendi muito, muito, muito, muito. Defino isto como uma universidade em que se busca a sabedoria para melhorar o mundo. Mas quero falar de um momento de glória. Todas essas religiões são contra a violência, pois todas elas pregam a paz. A nossa diz “que a paz do Senhor esteja convosco”, quando terminam nossos atos religiosos. Ouvi um debate, aqui, numa audiência pública sobre violência. Eram muitas cabeças, Sena-

dos Eurípedes. Cada um dava sua sentença, sua luz: aumentar o Exército, botar o Exército na rua, voltar a força e a cadeira elétrica, aumentar a pena no Código. Aí, um jornalista apresentou-se, falou e disse: “Quero dar meu depoimento. Minha profissão me obriga a ir às favelas do Brasil, ao Complexo do Alemão, à Rocinha. Eu vou lá e as conheço. Onde há uma igreja [ô Marco Maciel, ouça o que disse o jornalista], há paz em torno”. Então, precisamos apoiá-las, fomentá-las. Todas elas são boas. Quero me associar, como Líder do Partido Social Cristão, a essa Campanha, que é ecumênica. V. Ex^a, como sempre, traz a mensagem de Deus, a Sagrada Escritura e a vida de Cristo ao Parlamento e ao Brasil. Então, meus cumprimentos a V. Ex^a! Está escrito no Livro de Deus: “Quando dois ou três estão ao meu lado falando sobre isso, nossas palavras passarão dos Céus à Terra, e eu estarei aí”. Então, V. Ex^a traz, neste instante, Deus ao Plenário do Senado.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado nobre Senador Mão Santa pelas palavras de V. Ex^a. Devo dizer que essa reflexão crítica que estamos fazendo sobre a Campanha da Fraternidade deste ano de alguma forma nos leva a pensar coletivamente, buscando melhores rumos para o nosso País e nossas instituições.

Semana passada, o Senador Flávio Arns fez um discurso sobre o tema – ele que é sobrinho do Cardeal Dom Evaristo Arns –, trouxe pontos muito importantes ao debate da questão.

Devo, antes de terminar, mencionar que como essa Campanha da Fraternidade deste ano, além da Igreja Católica Apostólica Romana, traz também a participação das igrejas membros do Conic. Gostaria de mencionar quais são essas igrejas:

Igreja Católica e Apostólica, pois fundada por Jesus Cristo sob o alicerce dos apóstolos; a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul tem seu fundamento em Jesus Cristo e na fé apostólica; a Igreja Episcopal Anglicana no Brasil é uma província eclesiástica da Comunhão Anglicana espalhada pelo mundo; a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil faz parte da família reformada do protestantismo histórico e é uma das igrejas cristãs presbiterianas e, finalmente, a Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia, ISOA, uma das igrejas orientais e tem suas raízes na comunidade de Antioquia, fundada, como sabemos sobre o alicerce dos apóstolos, inclusive o grande Apóstolo que foi São Paulo.

Portanto, este ano de 2010 pode suscitar, além de grande debate sobre o País e seu desenvolvimento, mas também criar condições para que reflitamos sobre as questões que nos desafiam, visto que este ano vamos ter as chamadas eleições gerais, que vão

da eleição do Presidente e Vice-Presidente da República até a eleição das assembleias legislativas e Câmara Distrital.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu encerro minhas palavras. Antes, porém, gostaria, na forma do Regimento Interno do Senado e de acordo com as tradições da Casa, de requerer as seguintes homenagens pelo falecimento de Sérgio Murilo Santa Cruz, ocorrido no dia 17 de fevereiro do corrente, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Peço que, uma vez aprovado esse requerimento, seja feita inserção em ata do voto de profundo pesar pelo passamento do referido homem público e grande advogado criminalista pernambucano, e também apresentação de condolências a seus familiares, inclusive ao filho Sérgio Murilo Santa Cruz Filho.

Ele foi, como disse há pouco, advogado criminalista, deputado estadual e federal e se caracterizava pela combatividade na defesa das suas idéias.

Em 1974, Deputado Federal, o Diap o considerou o mais influente parlamentar na Câmara dos Deputados. Elegeu-se nas eleições de 1978 e 1982. Foi um dos articuladores da chamada Aliança Democrática, pacto constitutivo que permitiu sairmos do Estado autoritário para o Estado Democrático de Direito e que propiciou a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República no Colégio Eleitoral de 1985.

A única eleição majoritária por Sérgio Murilo foi pela Prefeitura do Recife., em 1985. Sérgio Murilo, com quem tive a oportunidade de conviver, não somente no campo político, mas também até no campo futebolístico, porque ambos torcíamos pelo Santa Cruz, trabalhou até o ano 2000, quando o mal de Parkinson o acometeu, deixando-o impossibilitado de continuar o seu trabalho no campo da profissão, como advogado, e também no exercício de atividades políticas.

Não podemos, portanto, deixar, neste momento, de fazer um registro pelo seu passamento e expressar a convicção de que Deus o acolherá em seu regaço.

Eram essas as palavras que gostaria de proferir neste instante, nobre Senador e Presidente, Pedro Simon.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Agradeço o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti que, por gentileza, venha presidir a sessão, porque estou sendo chamado com urgência ao meu gabinete.

E, com muita, muita alegria, dou a palavra ao nosso querido Mão Santa, afirmando que estas sessões de sexta-feira e de segunda-feira, nesta ação

nova do Senado Federal, têm muito da sua garra, da sua competência e da sua liderança.

É com prazer que dou a palavra – como diz V. Ex^a –, pelo tempo que for necessário, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Simon, que preside, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui, que nos assistem no plenário do Senado, e que nos acompanham pelo nosso fabuloso sistema de comunicação do Senado. E é bom mesmo, está vendo, Pedro Simon? Ontem, porque eu liguei a Televisão Senado, eu queria ouvi-lo. Não é que eu não vi não, mas quando a gente está na Presidência, os Secretários Executivos, as Secretárias, nos levam documentos, porque tem que cumprir o expediente, dar andamento, e perdemos alguns instantes. Hoje não perdi. Mas ontem eu vi mais um extraordinário pronunciamento de V. Ex^a, e quis ver de noite. Como a gente sente falta!. E lá no meu apartamento ela não entrou, deve ter tido um defeito. Mas ela é boa mesmo, a Televisão Senado, ela é agradável, ela é ouvida. E eu não o vi ontem, por isso. Mas Deus me premiou, porque V. Ex^a voltou hoje à tribuna e ensinou a todos nós do País. Então, V. Ex^a continua sendo o grande mestre da democracia.

E ontem eu tive um debate muito qualificado com o Mercadante. Eu acho que ele ficou surpreso. Não sabia que eu já sabia tanto. Porque meu professor é V. Ex^a, e eu procuro aprender.

Então, Pedro Simon,... Ô Mozarildo, sete anos. Vocês têm mais. Mas sete anos é muito. Seis anos é o curso de Medicina. O sujeito aprende. Eu me lembro, quando eu vinha no corredor, no início, com Tasso Jereissati. Também a vida dele foi mais executiva, como a minha. Eu fui Secretário de Saúde, eu fui Prefeito, eu governei o Estado por duas vezes. E ele também. E nós vínhamos ali no corredor, no início do mandato. Aí, nós somos muito próximos ali, Ceará e Piauí, amizade antiga, respeito mútuo, admiração mútua. Aí, ele perguntou: “Mão Santa, o que tu estás achando disso?”. Nós vínhamos naquele corredor. Eu digo: “Tasso, eu vim aqui e vou enfrentar isso como vou fazer um mestrado, um pós-graduado, um PhD”.

Olha, nós acabamos de sair da sala de aula. Éramos da CAE, Comissão de Assuntos Econômicos. E éramos nós dois. E eu passei lá... E devo a V. Ex^a, Pedro Simon. Eu devo muito. Eu sou agradecido. Teve um movimento em que tiraram... Por dois anos quiseram nos tirar, e nos tiraram. V. Ex^a disse que sairia, mas tinha que ficar o Mão Santa lá, com uma independência. Então, eu passei seis anos na CAE. Aquilo

é mais que um curso de economia, pelos problemas, pela dedicação.

Mas eu vinha vindo, no começo, com Tasso Jereissati, e eu disse: “Rapaz, eu estou enfrentando isto como se fosse um pós-graduado, um mestrado. Acabamos de sair de uma aula, ali da CAE. E, ó, está buzinando, tem até sirene, e tem o diretor” – era o Sarney, não é? – “vamos dar presença e tudo”.

Então, nós aprendemos muito, e V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, foi o grande mestre, o grande “Rui Barbosa”. Nós convivemos, e eu me aproximei. E quero dizer isto: o Senado é esta instituição que nos traz sabedoria, convivência e aprendizagem com todos. Nós aprendemos com todos.

Ontem, V. Ex^a deu mais um ensinamento. No momento, ensinando a atravessar esse mar vermelho de corrupção que existe. V. Ex^a foi o Moisés: deu a luz, os caminhos; como Rui Barbosa dizia no passado: “Só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça”.

Mas o nosso amigo Mercadante, homem, também, de grande cultura em economia, começou, empolgado, naquela de que o nosso Luiz Inácio – com todo o respeito, ele é o nosso Presidente, e queremos que seja feliz. Nunca falamos mal dele. Um dia, uma pessoa chegou e disse: “Você falou mal, falou da Dona Marisa.” No meu improviso, numa comparação, eu disse que ela lembrava Martha Rocha. Mas eu disse que não. Martha Rocha, na minha geração, foi o símbolo da beleza e da dignidade da mulher. Eu não disse isso. É porque, no dia, eu disse: “Vá andar de mãos dadas, lá na Cinelândia, com a sua encantadora que parece a Martha Rocha – para mostrar a violência.

Senador Pedro Simon, estamos aqui. Mas o nosso Aloizio Mercadante se excedeu, porque Lula tinha feito tudo. Mas, Senador Aloizio Mercadante, se V. Ex^a me permite...

Aí eu vim, com conhecimento de estudar o Rui, de estudar V. Ex^a, e disse que não era assim, não. “O Lula não teve o terceiro mandato, porque não quis”. Ô Mercadante, não é assim, a verdade não é assim. Isto aqui é um País novo, as instituições são novas. Nós temos que aperfeiçoá-las, melhorá-las. Nós as importamos da Europa, há pouco mais de 100 anos. E esse homem foi lá e viu. O modelo daqui é bicameral, monárquico. E foi justamente na Inglaterra que começamos a aprender o que somos hoje.

Quando o Rei Carlos I havia fechado o Congresso, de repente, a Inglaterra entrou em guerra contra os países vizinhos – Irlanda, Escócia –, e o rei se viu aperreado. O rei da Inglaterra, Sua Majestade, havia fechado o Parlamento e não tinha dinheiro para enfrentar os países vizinhos. Aí resolveu reabrir o Parlamento. E um grande homem, um grande líder – por

isso nós temos isto aqui; muitas pessoas não sabem por que há o Senado –, Emily Crown, chegou e disse – olhe a nossa credibilidade, nós que a temos, nós somos o povo, somos filhos do voto e da democracia –: “Rei, eu abro o Congresso. Vamos buscar o dinheiro para Vossa Majestade enfrentar a guerra, mas quero dizer-lhe que, nunca mais, na Inglaterra, um rei estará acima da lei”.

E o que nós somos? Foi Rui Barbosa, que esteve aqui, depois de libertar os escravos. Ele fez a lei, a nossa querida princesa Isabel apenas assinou, o povo jogou flores. Ele fez a República, a primeira Constituição, foi Ministro da Fazenda e foi perseguido pelo segundo Presidente Militar, o Marechal de Ferro – ele, Senador da República –, porque queriam meter um terceiro militar, e ele disse: “Estou fora”. Não era aquilo que tinham feito, a República. Um militar, Deodoro, Floriano, e vinha outro. Aí disseram: nós lhe damos de novo.

Este é o grande ensinamento para o PT, para o PMDB, ao qual pertenci por uma vida. Disseram: “Você vai ser Ministro da Fazenda de novo. E ele disse: “Não troco a trouxa das minhas convicções por um ministério”. Agora estão trocando por qualquer “carguinho”, por qualquer boquinha, os partidos aí. São o mesmo que urubu na carniça: querem é cargo.

E Rui Barbosa, por isso, foi perseguido. Foi para a Argentina, trabalhou na Inglaterra e viu isso, o que Locke escreveu. Ele viu o nascer de um país democrático, não monárquico, mas bicameral, que são os Estados Unidos. Então, nós copiamos as instituições, que não são novas, mas não é assim: “Luiz Inácio não vai ter o terceiro mandato, porque não quis”. Juscelino Kubistchek tinha toda essa popularidade. Juscelino, aquele otimista; Juscelino, o pai da indústria no Sul, que fez Brasília no centro, que colocou a Sudene; Juscelino, um médico como nós. Está vendo, Mozarildo? Foi-lhe oferecido, e ele não quis, porque respeitava a Constituição e a lei.

Então, com todo o respeito, não é que Luiz Inácio não tenha querido, não. Não quis, porque é muita gente, é muita história que já temos do Brasil. Ô Mozarildo, é preciso entender que só somos oito anos mais novos do que os Estados Unidos. Eles quiseram. Os alopados quiseram o terceiro mandato; quiseram seguir o Fidel, o Chávez, o Correazinha, o índio da Bolívia, o padre reprodutor do Paraguai, o da Nicarágua, Honduras deu um rolo, mas é porque a democracia é fruto de todos nós. Nós não deixamos. Não deixamos, porque na democracia tem de haver divisão de poder e alternância de poder.

Então, essa é a verdade. Com todo o respeito, ele é o nosso Presidente, nós queremos que seja feliz, que acerte. Eu votei em Luiz Inácio em 1994.

Mozarildo, nem os militares... Não é essa gentinha aí, esses alopados que pensam que dominam o Brasil. Nem os militares ousaram tanto. Na democracia, ô Mozarildo, tem de haver divisão de poder e alternância de poder. Os militares foram inteligentes. Ninguém pode negar que eles fizeram a alternância de poder. Mudaram a Constituição, eleição direta. Quem não se lembra de Ulysses defendendo sua candidatura, e Petrônio Portella, do meu Piauí – Mozarildo! –, a eleição indireta de Geisel? Houve alternância de poder. Não foi o mesmo, não. Foram cinco, eles foram inteligentes. Foram patriotas, porque os três Poderes funcionaram. Houve restrições, fechou-se aqui, mas se abriu.

Eu me lembro. Eu estava do lado de Petrônio Portella, Mozarildo, quando se fechou isto aqui, porque ele mandara votar uma reforma do Judiciário. A imprensa toda atrás de Petrônio, que só deu uma frase, Mozarildo. Aí aprendi que o poder é moral. O poder é moral. Perdeu-se a moral... Olha, o poder não pode ser suspeito. Petrônio só disse uma coisa, eu estava do lado dele. A imprensa: “E aí? Os militares fecharam o Congresso.” Ele só disse o seguinte: “É o dia mais triste da minha vida”. Só isso. Ô homem de moral! Essa frase chegou lá. Ouvuiu, Eurípedes? E eles mandaram reabrir, porque... Até eles!

Ao Juscelino ofereceram, e ele não quis, porque se tem de curvar-se à lei. Então, os alopados quiseram, mas... Está certo que o Luiz... Mas não foi ele, não: somos nós, a democracia. Nós estamos aqui. São instituições novas. É um olhando para o outro, um freando o outro. É esse equilíbrio que buscamos.

Mas a minha vinda aqui, Mozarildo, é para comemorar o ensino superior na minha cidade de Paranaíba.

Tenho um trabalho em mão do Professor Iwelman Mendes, o melhor Vereador da história da minha cidade. Sempre digo, Senador Eurípedes, que o Vereador é um Senador municipal e que o Senador é um Vereador Federal. Ele faz um trabalho muito bonito no ensino universitário de nossa cidade, ensino este que já completa quarenta anos. Relembra ele os fundadores do ensino universitário na minha cidade: Cândido de Almeida Athayde, José Pinheiro Machado, Lauro Andrade Correia e Monsenhor Antonio Sampaio.

O mais importante é que se instalou lá o *Campus* Ministro Reis Velloso. O Ministro Reis Velloso nasceu na minha cidade. Os militares foram sábios. Houve muito desenvolvimento: televisão, universidades, estradas. Mas, Mozarildo, eles foram buscar a luz, o farol: era esse João Paulo dos Reis Velloso. Nasceu filho de car-

teiro com costureira e, aos dez anos, abria a fábrica de meu avô. Meu avô foi muito rico, mas eu não, porque fui médico de Santa Casa e operei todo mundo de graça. Mas Deus é bom e me colocou aqui, no Senado, pelas mãos do povo. Então, João Paulo dos Reis Velloso foi a luz do regime militar. E digo isto com muito orgulho: ele é o patrono do *Campus* universitário da Parnaíba, no Piauí. Ele, por vinte anos, mandou neste País.

Atentai bem os aloprados do PT que estão se reunindo hoje: feliz do povo que não precisa buscar exemplos da história em outros países. Mozarildo, que os aloprados que estão reunidos meditem sobre isso!

Por vinte anos, ele mandou mesmo: foi Ministro do Planejamento, foi Ministro da Fazenda. Ele foi o melhor Ministro do Planejamento deste País. Este não é o País do “nunca antes”. Neste País, houve o antes, e foram todos muito bons, desde os governadores gerais, como Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá; desde Dom João VI, que, em vinte anos, trouxe toda a burocracia europeia; desde Dom Pedro I, que fez a Independência e foi ser Dom Pedro IV; desde Dom Pedro II, o melhor dos reis da história do mundo; desde a nossa Princesa Isabel, que libertou os negros. Todos foram muito bons e resolveram os problemas da sua época. Não há essa de “nunca antes”. A ignorância é muito audaciosa!

João Paulo dos Reis Velloso deu um ensinamento muito bom para os dias de hoje. E quis Deus que hoje o Partido dos Trabalhadores governasse este País. São vinte anos de mando. Olha para cá, Mozarildo! Ele foi filho de carteiro e de costureira. Olha para cá! Ele, que foi filho de carteiro e de costureira, foi primeiro lugar em Harvard. Não há indignidade, imoralidade e corrupção na sua vida. Isso é que tem de ser lembrado.

Hoje, podemos repetir aqui o que Rui Barbosa anteviu:

De tanto ver triunfarem as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

É o que diz Rui Barbosa. Por isso, ele é um profeta. É o dia que vivemos na Capital da República do Brasil. Como é atual isso! Por isso, ele está ali, debaixo de Cristo. Ele foi mais além e disse: “Só há um caminho e uma solução: a lei e a justiça”. Estou aqui para ensinar. Rui Barbosa viveu a época dele.

Ô Mozarildo, quando V. Ex^a fala na Amazônia, V. Ex^a fala com autoridade.

Olhem, abutres, aproveitadores de Governo, nós não podemos estuprar a Constituição; temos é de nos

aproximar dela e respeitá-la. Isso é antigo. Muito antes de Cristo, já havia o Direito Romano. Rui Barbosa disse que só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça. Então, temos de nos aproximar da Constituição.

No caso aqui, não podemos intervir. Intervenção do quê? Há um caminho. A Constituição é sábia. Isso é um produto da civilização.

Até V. Ex^a foi Constituinte, não foi? Eram 513 Deputados e 81 Senadores. Ali estavam Afonso Arinos, Mário Covas, Ulysses, Mozarildo, Pedro Simon. Não são imbecis! Ulysses pegou a Constituição e a beijou em 5 de outubro de 1988. O que disse? A Constituição-Cidadã deu muitos direitos ao cidadão. V. Ex^a estava lá, Mozarildo, quando ele disse: “Desrespeitar a Constituição, desobedecer à Constituição é rasgar a bandeira brasileira”. Eu já vi isso.

Estamos aqui para ensinar. Não podemos estuprar a Constituição, ô Luiz Inácio! Não vá na onda desses aloprados, não! Justiça é uma inspiração divina, mas é feita por homens pecadores, falsos, traidores, que erram. E como erram! É inspiração divina, mas não é feita por Deus. Ela é executada por esses homens que conhecemos, não é verdade? Esse negócio de intervenção? Intervenção o quê?

Vou dar um exemplo com a história. Este País é rico, este País é grandioso, este País tem um Senado da República. Este é o único Senado do mundo que funciona numa sexta-feira depois do carnaval. Estamos aqui, apresentando a luz do direito aos aloprados no dia de hoje.

Atentai bem! Ô Mozarildo, vamos analisar, vamos aprender com a história, com o passado. De repente, Getúlio Vargas resolve deixar a vida, e assume seu Vice-Presidente constitucional. Havia problemas, conflitos, dificuldades. O País estava conturbado com a morte do pai dos trabalhadores. Ainda hoje, vivemos, na grandeza do seu Partido, os sonhos de Getúlio, e Mozarildo os representa com grandeza. Café Filho fraqueja – adoce seu coração – e se hospitaliza no meu hospital, o Hospital dos Servidores do Estado.

A Constituição apontava Carlos Luz, Deputado Federal. E ele resolveu “udenizar-se”. E não chamavam de UDN, mas de ódio. Então, tinha havido uma eleição democrática. Um homem mineiro, sorridente e otimista, tinha sido eleito de acordo com a Constituição. Ele teve apenas 36% dos votos. Não havia esse negócio de segundo turno. Aí se aproveitaram da morte de um e da doença do outro e bradaram, como Presidente, Carlos Luz, que entrou num navio da Marinha, o Tamandaré – a maior fragata, com o maior almirante que entendia de balística, o Almirante Pena Boto –, e que ameaçou bombardear o Catete, o Palácio e Carlos Lacerda. Não obtendo apoio lá, ele foi a São Paulo para

buscar apoio do Governador Jânio Quadros. Mas ele mostrou juízo. Aí é que está. Naquele momento, ele foi o mais ajuizado. Jânio Quadros o levou ali e não o apoiou. Este País iria entrar numa guerra civil.

Então, foi eleito democraticamente, com as regras do jogo, Juscelino Kubitschek. E aí houve uma reação daqueles que tinham credibilidade e que acreditavam ainda nessas forças reformadoras de Vargas. O General Lott controla as Forças Armadas. Mas não eram só as Forças Armadas. É este Congresso – adentra no plenário Valdir Raupp – buscou a solução constitucional. Nereu Ramos, Senador de Santa Catarina, foi Presidente deste País por mais de noventa dias, dentro da paz, da ordem, do que diz a Constituição. E assume Juscelino Kubitschek, o maior ícone da nossa democracia. E tanto ele ensina aos aloprados, que, quando saiu, ele tinha esses 80%. E lhe ofereceram também a oportunidade de continuar no poder, mas ele passou a faixa presidencial ao seu adversário Jânio Quadros. Foi até preparado para isso. Dizem que ele esperava que Jânio o agredisse na posse. E Juscelino disse que reagiria como homem, mas Jânio o deixou viajar, e, já no avião, ele era vítima de agressões, de infâmias. Mas se obedeceu à Constituição.

Então, hoje, nesse caso, temos de ver as cadeias naturais. Há o Vice-Governador, o Presidente da Câmara. A Constituição do Estado é diferente. A cadeia natural ainda prevê a posse do Presidente do Judiciário do Distrito Federal. Se isso tudo se embolasse, ó Luiz Inácio, é que Vossa Excelência faria isso.

Estou aqui para aconselhá-lo, Luiz Inácio. O General Obregón é o ex-Presidente do México. Quando Vossa Excelência for lá, junto com sua encantadora esposa, Marisa – eu já o vi lá, tirando fotografias belas das pirâmides –, vá ao palácio do México e leia esta frase dita pelo General: “Prefiro um adversário que me diga a verdade a um aliado que me leve a mentira”. E os que lhe dizem mentiras são esses aloprados que o rodeiam a cada instante. Essa é a verdade.

Intervenção, Luiz Inácio? Há os caminhos legais pregados pela Constituição. Eu não os estou defendendo. Se há acusações, que provem! Isso não nos compete. Mas nos compete lembrar esse caminho. Então, queremos dizer isso e pedir a Luiz Inácio que não perca tempo com isso, mas que ajude o Piauí. Essa universidade eu a fiz, em nome do Piauí, onde Vossa Excelência sempre foi muito votado. Vossa Excelência é admirado lá. O Piauí, hoje, está decepcionado é com o Governador do PT, menino traquino, que mente, não com Vossa Excelência.

Então, fiz uma lei boa e justa. Esse *Campus* avançado Reis Velloso foi muito bem descrito pelo Professor Iweltman e faz mais de quarenta anos, com

uma estrutura física espetacular. São vários os cursos universitários. Mozarildo, é o que aqui diz o Professor Iweltman. Sabe quantos alunos ele tem? Tem 2.737 alunos presenciais. Que seja transformado numa universidade, a Universidade Delta! Isso foi aprovado no Senado – o Relator foi o Senador Alvaro Dias – e foi para a Câmara. Alguns aloprados do PT, com inveja, travaram a matéria por alguns dias, mas ela caiu nas mãos – e Deus foi quem a encaminhou – de Paulo Renato, símbolo maior da história da educação desse Brasil. Eu governava quando ele era um extraordinário Ministro. E ele deu parecer favorável.

Então, nós viemos aqui, Luiz Inácio, pedir isso em nome do Piauí, que tem sede do saber e que está decepcionado com seu Governador, porque este busca a mentira. Nós trazemos aqui a verdade.

“Todos os esforços, se concretizados, alicerçarão a implantação da futura Universidade Federal do Delta do Parnaíba, já aprovada em comissões no Congresso Nacional”, diz o Professor Iweltman, que é Vereador e que, sem dúvida, vai ser Deputado. É um homem de perspectiva. Quero crer que ele ainda chegará ao Senado da República.

Esse é o pedido do povo do Piauí. Está ouvindo, Raupp? Vou passar à sua mão, Raupp. V. Ex^a representa o lado bom do PMDB, o lado da verdade. E por quê?

Ô Mozarildo, vou ler o que se diz aqui: “Senador Mão Santa, *Minha vida no Senado*, no dia 21 de março...”. É dito:

Mão Santa pede Universidade do Delta do Parnaíba. Mão Santa (PMDB – PI) pediu ontem o empenho do Governo Lula para a instalação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, a ser localizada na cidade piauiense de Parnaíba. Instituição de ensino será uma expansão da Universidade Federal do Piauí e deverá beneficiar estudantes de Municípios do Estado do Maranhão e do Ceará.

Conforme o Senador, a criação da universidade vai representar uma chance a mais de oferecer ensino gratuito e de qualidade aos alunos que não conseguem o benefício do Programa da Universidade para Todos (ProUni) e do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Ao defender a iniciativa, destacou outros Estados já contemplados com mais de uma universidade federal, como Amazonas, Bahia e Paraíba, cada um com mais de duas.

Então, essas são as solicitações do povo do Piauí. Ressalto a experiência do Presidente Luiz Inácio, que já está no fim do seu mandato.

O extraordinário reitor da Universidade Federal do Piauí é o Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior, que é gente muito boa. Senador Raupp, tenho colocado dotações orçamentárias para a biblioteca e para o restaurante e, agora, para o laboratório da futura Faculdade de Medicina da esperada Universidade Delta, hoje o *Campus* Reis Velloso. Então, queríamos isso. Essa é a verdade.

Aqui, neste documento, está escrito “40 anos de Ensino Superior na Parnaíba. A UFPI e sua contribuição nessa trajetória”. O texto é de autoria do Professor Iweltman Mendes.

Então, esse é o apelo que fazemos a Sua Excelência, o Presidente, cujo Partido comemora trinta anos. E o *Campus* Reis Velloso chegou. Quis Deus, que escreve certo por linhas tortas, que aqui chegasse, além do Senador Raupp, que representa o PMDB bom, do Governo que está aí, o Senador João Pedro, um dos melhores frutos do Partido dos Trabalhadores.

Então, vou passar ao Senador Raupp e a V. Ex^a, Senador João Pedro, esta reivindicação, para que entreguem ao Luiz Inácio quando se comemoram trinta anos do Partido dos Trabalhadores, a fim de que o *Campus* Universitário Reis Velloso, que tem mais de quarenta anos, seja transformado na Universidade do Delta. Então, vou entregar o documento do Professor Iweltman Mendes aos dois, ao Líder do Governo, Senador Raupp, figura melhor e maior do PMDB, de que tenho saudades, e ao nosso João Pedro, que simboliza o lado bom do PT.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Pedro Simon deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia e sempre Líder do PMDB nesta Casa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, do Estado de Roraima, que passa neste momento por um problema sério de incêndio, de fogo... Senador Mozarildo, há algum tempo eu já havia discutido a possibilidade de o Governo Federal comprar equipamentos para um centro de combate a incêndio. Inclusive poderia ter base em Brasília, que tem um bom Corpo de Bombeiros e onde está toda a sede das Forças Armadas – poderia capacitar e treinar um centro, um esquadrão de combate a incêndio. Eu soube inclusive que tem gente de Brasília com equipamentos lá em Roraima, neste mo-

mento, ajudando lá pelo menos a mapear nessa situação a gravidade do problema, já que não tem muitos equipamentos.

O Brasil é um dos países que têm as maiores florestas do mundo, depois da Rússia – é o segundo país do mundo com maior floresta, terceiro é o Canadá – e não tem essa preocupação com brigadas... Até que tem as brigadas de combate a incêndio, mas não tem os equipamentos necessários, aqueles aviões grandes com tanque que podem descer no rio ou lagos e pegar água e já levar direto para combater o incêndio.

Então, eu deixaria aqui, mais uma vez, um apelo ao Governo Federal, que pudesse equipar esses esquadrões contra incêndio em todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Valdir Raupp, embora não seja regimental fazer um aparte...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – É que falei sobre esse assunto há pouco, inclusive dizendo que o primeiro megaincêndio aconteceu em Roraima em 1998, aliás, foi o maior incêndio do mundo. Depois, aconteceu outro em 2003. E nada foi feito para melhorar isso. A ideia de V. Ex^a de ter um esquema centralizado em Brasília é razoável, mas por que não na Amazônia?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pode ser também na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – À época, em 1998, fomos socorridos sabe por quem? Por bombeiros da Argentina! O Brasil sequer tinha equipamento para atender o incêndio que aconteceu em Roraima. Então, há muito tempo... Aqui vou falar como médico...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Poderia ter dois ou três esquadrões como esse.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sim, um em cada região, podia até ser.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Um em cada região.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Se nunca tivesse acontecido em Roraima um incêndio, poder-se-ia dizer: “Não, foi um fato inusitado”. Não, não foi, já aconteceu em 1998, em 2003 e agora, de novo, em 2010. Então, o que este Governo faz é muita conversa e pouca ação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo à tribuna, nesta tarde já de sexta-feira, para falar sobre rodovias e também sobre o Programa de Aceleração do Crescimento.

Eu era Governador quando o Governo Fernando Henrique criou o Avança Brasil, um programa interessante que, infelizmente, aconteceu muito tardiamente, não deu tempo de fazer muita coisa. Aliás, fez muita coisa, sim, no Brasil, mas poderia ter feito um pouco mais.

Agora, no Governo Lula, foi criado o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento. Tive, inclusive, o privilégio de ter sido o relator do Orçamento Geral da União em 2007, quando começou o PAC: naquele Orçamento foram alocados aproximadamente R\$15 bilhões para começar o PAC em todo o Brasil. De lá para cá, esse programa vem ganhando cada vez mais força.

Nós temos, no Estado de Rondônia, algumas obras do PAC. Sei que há obras espalhadas por todo o Brasil, mas queria aqui destacar as obras de Rondônia.

Começaria pelas usinas do rio Madeira, as usinas de Santo Antônio e Jirau, que empregam hoje algo em torno de vinte mil trabalhadores diretos, mais uns vinte ou trinta mil indiretos – falo sempre nas esteiras, no bojo das usinas do rio Madeira.

Outras obras estão chegando em Rondônia: constroem-se fábricas de cimento, *shoppings*, casas populares – são mais de doze mil unidades de casas populares neste momento em construção em Rondônia; há épocas em que falta material de construção, dado o volume de obras grandiosas que estão acontecendo no Estado de Rondônia.

Mas falo aqui também das nossas BRs, das BRs federais no Estado de Rondônia, que não são poucas. Eu começaria falando da BR-364, que é a espinha dorsal do Estado de Rondônia e do Mato Grosso também, por onde são escoados todos os produtos daquela região para o porto de Porto Velho, porto graneleiro e porto de carga. A propósito, o porto graneleiro foi construído quando eu ainda era Governador e foi inaugurado pelo Presidente Fernando Henrique, que me deu a honra de ir lá inaugurar o porto graneleiro e a usina de Samuel. Agora, no Governo Lula, as obras das usinas e as obras das rodovias estão em franca expansão.

Neste momento, trabalha-se – o projeto executivo já está em fase de conclusão – na licitação da restauração da BR-364, essa espinha-dorsal, esse corredor de exportação do Mato Grosso, Rondônia e de outros estados brasileiros. É uma obra de R\$600 milhões que está entrando no PAC. Essa é uma BR antiga – tem entre 25 e 30 anos – e já precisa, com uma certa urgência, de um recapeamento geral, uma restauração geral, porque só o tapa-buracos não resolve mais. Todos os anos, no período das chuvas, os

buracos acabam se abrindo em quantidade cada vez maior, causando muitos transtornos, muitos acidentes, muitos carros capotados, pneus estourados, ônibus batidos, caminhões tombados, com perdas de vida e também de produtos. Então, faz-se necessária, com urgência, a restauração dessa BR. E essa obra vai iniciar agora, no mês de junho ou de julho. É um trabalho de dois anos, com manutenção para mais dez anos. É uma obra grandiosa: vão fazer terceiras faixas nas subidas, acostamentos, asfalto usinado, de primeira qualidade – CBUQ, o chamado asfalto quente –, vão fazer também trevos e passagens urbanas – trevos nos entroncamentos com as outras rodovias e passagens nas cidades.

Essa BR vai fazer parte também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de um corredor de exportação bioceânico, porque ela liga as nossas rodovias e liga os nossos portos do oceano Atlântico aos portos do Pacífico: portos de Ilo e Matarani, no Peru, e Arica, no Chile.

Eu estive percorrendo essa BR de carro no ano passado, fui de Rondônia até os portos de Ilo, no Peru, e Arica, no Chile, e vi lá muitas empresas brasileiras trabalhando: a Odebrecht, a Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez. Há também um consórcio de empresas peruanas e de outros países, acho que da Espanha, trabalhando naquela obra, que, por sinal, vai ser inaugurada este ano.

Esse era um sonho que parecia muito distante. Quando eu era Governador, há quinze anos, parecia um sonho difícil de ser alcançado, mas esse sonho está chegando, está próxima a sua realização: será inaugurado agora, em outubro, pelo Presidente Lula e pelo Presidente Alan García, do Peru. Já acertaram a data de inauguração, que vai ser agora, no mês de outubro.

Além da BR-364 e desse corredor de exportação, temos outras BRs, as BRs transversais.

Temos a BR-429, que liga a BR-364, nas mediações de Presidente Médici e Ji-Paraná, à fronteira com a Bolívia, lá na cidade de Costa Marques. Essa BR, por muitos anos, ficou paralisada. Eu, quando Governador, construí as primeiras pontes – no rio Machado e em outros rios –, construí vinte quilômetros de asfalto, mas não consegui avançar, porque era uma BR federal. Agora, ela foi incluída no PAC; resultado de trabalho da Deputada Federal Marinha Raupp junto à Ministra Dilma Rousseff e ao Presidente Lula, nós conseguimos colocar essa BR no PAC no ano passado, seus primeiros 105 quilômetros. E já neste ano, no PAC II, vão entrar os outros quase trezentos quilômetros. Então, todo o trecho dela, uma obra de R\$400 milhões, vai entrar no PAC a partir deste ano.

Em breve, nós vamos ver também o asfalto chegando onde antes não existia. Já chegou em Alvorada e vai chegar em Terra Boa, São Miguel, Seringueira, São Francisco, São Domingos e Costa Marques, que fica na fronteira com a Bolívia. É, também, uma obra grandiosa, que vai tirar do isolamento mais de oitenta mil pessoas.

Sr. Presidente, falo também da BR-421. Essa BR sai de Machadinho d'Oeste, passa por Ariquemes, Montenegro, Campo Novo, Buritis, Nova Mamoré e chega a Guajará-Mirim, também na fronteira com a Bolívia, um outro corredor. Os projetos de impacto ambiental dessa BR, também de suma importância, estão sendo finalizados agora para possibilitar o prosseguimento das obras, tendo em vista que o asfalto está próximo de Campo Novo, e com a derivação de uma rodovia estadual para Buritis. Então, essa BR deve passar por Campo Novo, derivando para Buritis, Nova Mamoré e Guajará-Mirim.

Da mesma forma, a BR-174, que vai de Vilhena a Juína, Aripuanã, toda aquela região noroeste do Mato Grosso. É, também, uma BR importante para o Estado de Rondônia. Quando Governador, dei início a ela, asfaltando vinte quilômetros, mas não consegui avançar muito mais porque era uma BR, uma federal. Agora estamos lutando para que seja finalizada, para que seja incluída no PAC também.

Falo também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da BR-425. Essa sai da BR-364, no entroncamento com Abunã, na Ponta do Abunã, indo para o Acre, passa por Nova Mamoré e vai a Guajará-Mirim também, encontrando-se com a BR-421 nas imediações de Nova Mamoré, chegando a Guajará-Mirim.

Além da BR-425, também há uma ponte de integração, uma ponte binacional. O Presidente Lula assumiu o compromisso com o Presidente Evo Morales, há uns dois anos, de não deixar o governo sem ter essa obra iniciada. Então, espero que isso aconteça. O projeto já está ficando pronto, e a obra deve ser licitada até junho, julho, por aí. Se Deus quiser, terá início essa grande obra, que é uma ponte binacional, uma ponte de integração do Brasil com a Bolívia.

Diga-se de passagem, Senador Mozarildo, que preside esta sessão neste momento, que essa é uma dívida do Brasil com a Bolívia de 108 anos, porque o Tratado de Petrópolis, de 1902, dizia que tinha que haver uma saída da Bolívia para o Oceano Atlântico. Os bolivianos, o Presidente Evo Morales reclama até hoje parte do território do Acre, que era território boliviano. Naquele grande acordo, o Brasil se comprometeu a dar uma saída da Bolívia para os portos do Atlântico, tendo em vista que naquela época a Bolívia vivia em guerra com o Peru e com o Chile e não tinha saída

para o Pacífico. Hoje, ela já sai para o Oceano Pacífico, mas sai também para o Oceano Atlântico. Então, essa obra da ponte na BR-425, que vai de Abunã a Guajará-Mirim, substituiu a ferrovia Madeira-Mamoré, aquela ferrovia histórica do período áureo da borracha que dava essa saída para a Bolívia. Então, agora, sem a ferrovia, que, com o passar do tempo, foi se deteriorando, sem manutenção, tendo pequenos trechos funcionando para turismo, um pequeno trecho em Porto Velho e um pequeno trecho de Guarajá-Mirim até próximo a Nova Mamoré.

Então, a restauração da BR-425 e a construção da ponte Binacional Guajará/Guayaramerin, na Bolívia, vai dar essa saída da Bolívia para o Oceano Atlântico, para os portos do Oceano Atlântico, via porto de Porto Velho, porque pode passar pela ponte Guajará-Mirim, pela BR-364, chegando ao porto de Porto Velho, com transbordo de carga no porto de Itacoatiara.

Então, o Brasil deve cumprir, deve pagar essa dívida que tem com o povo boliviano.

Por último, falo da BR-319, uma BR importantíssima também, pela qual o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, tanto tem brigado, tanto tem lutado, para conseguir uma licença ambiental de uma obra já implantada. Há vinte e tantos anos eu passei de carro de Porto Velho a Manaus. Ia ônibus, ia carga, ia automóvel de Porto Velho a Manaus, naquele trecho de 800 quilômetros que está interditado devido ao abandono. Durante vinte, trinta anos, essa BR foi ficando interditada aos poucos. O Ministro Alfredo trabalha também para a sua restauração ou a sua reconstrução, e o Ministério do Meio Ambiente não tem dado a licença ambiental, embora seja uma BR já implantada no passado, com as duas pontas funcionando, em 200 quilômetros de Porto Velho para Humaitá e mais 200 quilômetros de Manaus sentido Porto Velho, que está funcionando, foi restaurada, faltando apenas o meio, de aproximadamente 400 quilômetros, para fazer essa interligação de restauração, para voltar novamente o fluxo, o trânsito entre Porto Velho e Manaus, o que é muito bom para os dois Estados, tanto para Rondônia, a nossa capital Porto Velho, quando para Manaus.

E com a construção das pontes também. A ponte da BR-319 que fica em frente à nossa capital Porto Velho também está sendo licitada, neste momento já com empresas classificadas para concluir a licitação e que faz parte desse complexo da BR-319.

Então, Sr. Presidente, era este o relato que eu queria fazer das nossas BRs, das nossas pontes. Deixei ainda aqui a ponte de Abunã, que fica no rio Madeira também, próxima ao distrito de Abunã, que é a estrada que liga – vejo aqui, no plenário, a Senadora Marina Silva, do Estado do Acre, que foi Ministra do Meio Ambiente e que,

com certeza, vai defender alguns desses projetos que estou falando aqui, tendo em vista que alguns, talvez, ela não possa defender –, mas a ponte que liga Rondônia ao Estado do Acre e que vai fazer parte dessa rodovia bioceânica, que levará produtos nossos para os portos do Oceano Pacífico, eu tenho certeza de que toda a Bancada do Acre tem se empenhado, com a Bancada de Rondônia, para que essa ponte, que é a única ponte que vai ficar nessa rodovia. Não, talvez fiquem duas: a ponte do rio Maldonado, o rio Madre de Diós, em Puerto Maldonado, no Peru, também ainda não foi feita – talvez ainda fique passando por balsa, porque é um rio muito largo – e essa ponte do rio Madeira, ali no distrito do Abunã, que deve ser construída também nos próximos anos. É uma ponte já licitada também e que deve entrar no Programa de Aceleração do Crescimento.

Fiz aqui uma abordagem geral das nossas BRs, rodovias federais que cortam o Estado de Rondônia e que dão acesso, algumas delas, à BR-364. Como a BR-364 é a espinha dorsal, como já falamos, corredor de exportação do Estado de Rondônia, Estado do Mato Grosso, Acre e outros Estados brasileiros, todas as outras dão sequência à BR-364.

Então, peço, mais uma vez, encarecidamente, ao Ministério dos Transportes e ao Dnit que não deixem paralisar as obras iniciadas e que não deixem de iniciar, o mais rapidamente possível, as obras que ainda não foram iniciadas, porque o Brasil ainda está muito atrasado na área de transportes.

Estive na China recentemente, durante dez dias, em viagem de trabalho, pelo Senado, com uma comissão da Câmara dos Deputados, do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional dos Transportes, e pude ver o avanço que a China está apresentando na área de transportes, tanto na área de rodovias quanto na área de ferrovias.

E por falar em ferrovias, há outro projeto que estamos defendendo. No dia 13 de março, haverá uma reunião em Vilhena para tratar da ferrovia Transcontinental, que vai ligar também os portos do Oceano Atlântico, lá da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, passando por Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre e podendo chegar futuramente... É um sonho ainda um pouco distante, eu sei. Mas se nós sonhamos com as usinas do Madeira e conseguimos, se sonhamos com a rodovia Bioceânica, que vai ser inaugurada, em outubro, pelo Presidente Lula e pelo Presidente Alan García, do Peru, a rodovia pronta, por que não sonhar também com essa ferrovia Transcontinental, que hoje é um sonho, mas que, tenho certeza, no futuro poderá ser uma realidade?

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva, candidata a Presidente da República pelo Partido Verde.

A SRª MARINA SILVA (PV – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fazer o registro, desta tribuna, de um assunto que, no meu entendimento, deveria estar sendo discutido de forma mais aprofundada por todos nós aqui no Congresso Nacional, principalmente pelo Governo, pelas lideranças empresariais e pela sociedade civil.

Nós estamos diante daquilo que os cientistas têm chamado de crise ambiental global, que se materializa na crise da mudança do sistema climático, com consequências para diferentes setores da vida da sociedade. E isso acontece na realidade de todos os países, mas no caso do Brasil essa questão vem se agravando a cada dia. Refiro-me ao problema da adaptação do Brasil aos efeitos negativos das mudanças do clima, especialmente no que concerne à questão da saúde pública.

Segundo a comunidade científica global, os cenários projetados para o fim deste século, do mais otimista ao mais pessimista, sinalizam para o aumento da temperatura média mundial com consequências graves para os países de todos os continentes.

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC), as mudanças climáticas afetarão a saúde de várias formas: diretamente, com efeitos físicos de eventos meteorológicos extremos, como ondas de calor, inundações, furacões e secas prolongadas; e indiretamente, com aumento da insegurança alimentar, efeitos nas populações de vetores de doenças, agravamento das condições de saneamento básico, entre outros.

Os números do IPCC não têm caráter alarmista, apenas indicam a gravidade das alterações ambientais esperadas para as próximas décadas, com consequências para a economia e a saúde pública mundial.

O IPCC estima que uma elevação na temperatura média do planeta até o final do século pode reduzir a disponibilidade de alimentos e levar mais de 530 milhões de pessoas a passarem fome.

Também temos casos graves aqui no Brasil, onde se espera uma redução na diferença entre as temperaturas do inverno e as do verão. Invernos mais quentes favoreceriam a reprodução de insetos transmissores de doenças, como a malária e a leishmaniose, que podem se tornar mais frequentes. Também se prevê o aumento de enfermidades transmitidas pela água, como a diarreia e a leptospirose. Em uma região eco-

nomicamente frágil, como o semiárido nordestino, por exemplo, a redução da produção agrícola e a falta de trabalho podem desencadear importantes ondas migratórias.

Esse rearranjo populacional demandará empenho e rapidez das autoridades municipais, estaduais e federais para tomar medidas de adaptação, como, por exemplo, a construção de cisternas para armazenar a água e o desenvolvimento de culturas mais resistentes à seca para enfrentar as mudanças climáticas. Aliás, nessa agenda de adaptação no Nordeste tanto para o provimento de água, quando para a produção de alimentos, já estamos com um déficit visível, porque o Brasil já começa a sofrer as consequências de períodos de estiagem mais prolongados, inclusive em regiões em que isso não acontecia com frequência, como é o caso do Rio Grande do Sul.

Segundo estudo recém-lançado pelo Instituto Economia das Mudanças Climáticas no Brasil, elaborado por um consórcio de instituições nacionais, entre as quais a USP, a Unicamp, a Embrapa, o Inpe e outras instituições, como é o caso da Fiocruz e o Ipea, o Brasil corre o risco de ter uma perda na economia de R\$719 bilhões a 3,6 trilhões em 2050 caso nada seja feito para reverter os impactos das mudanças climáticas. Notem que é um prejuízo muito grande do ponto de vista econômico, sem falar nos prejuízos de caráter social que indiretamente afligem essas populações em função do aumento de doenças, da escassez de água e possivelmente de terras disponíveis para o cultivo, levando a problemas graves em termos de subtração da renda dessas populações.

As regiões mais vulneráveis às mudanças do clima no Brasil seriam a Amazônia e o Nordeste, com perdas expressivas para a agricultura em quase todos os Estados. Além disso, a previsão é de uma menor confiabilidade no sistema de geração de energia elétrica com redução de 29,3% a 31,5% da energia firme. No caso do Nordeste, as perdas podem chegar a 11,4% do Produto Interno Bruto da região até 2050 no cenário mais pessimista. Essa perda associada às alterações no clima equivale a dois anos de crescimento da economia da região no período de 2000 a 2005.

Há alguns anos, pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz se debruçaram sobre o tema relacionando o aumento da temperatura média ao surgimento e aumento do caso de doenças como leptospirose e dengue e problemas de insegurança alimentar resultantes de eventos meteorológicos extremos.

O impacto das mudanças climáticas sobre a vida das pessoas deve aumentar os gastos municipais e estaduais com saúde e assistência social. A neces-

sidade de investimento nessas áreas pode ainda ser ampliada por outro fator: o envelhecimento da população, consequência da queda da fecundidade e do aumento da longevidade.

Outra previsão é de aumento nos casos de dengue, o que, aliás, vem ocorrendo no País, embora tenhamos verificado uma redução expressiva entre 2008 e 2009.

A situação verificada nos primeiros meses deste ano já é motivo de grande preocupação. Em diversos Municípios de seis Estados do País, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Roraima e Goiás, além de várias regiões do Distrito Federal, a dengue já é uma epidemia. Em Mato Grosso do Sul, dez cidades, entre elas a capital, Campo Grande, contabilizam-se mais de sete mil casos suspeitos em janeiro. Em Mato Grosso, as notificações tiveram um crescimento de 804%, se comparadas a 2009.

A gravidade não é apenas pelo aumento do número de casos de dengue em vários Estados do Brasil. Segundo especialistas, estão circulando ao mesmo tempo, em várias cidades, três tipos de vírus: 1, 2 e 3. A circulação desses três tipos de vírus aumenta a possibilidade de as pessoas contraírem a forma grave da dengue, primeiro porque quem tem dengue pela segunda vez normalmente a tem na forma mais grave. Segundo, porque pode haver uma interação dos três tipos de vírus, pode ter uma mutação e ele ficar mais grave.

Segundo o Ministério da Saúde, São Paulo, Rio, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Roraima, Tocantins e Piauí são os locais de maior risco por já terem a predominância do novo vírus. Lamentavelmente, essa situação ocorre num momento em que diversas regiões do País têm sido fortemente castigadas por outro problema relacionado com as mudanças climáticas, que são os desastres climáticos com as enchentes.

Só para ilustrar o alerta feito pelos cientistas quanto à previsão de aumento na ocorrência desses eventos extremos, cito alguns exemplos verificados no País a partir de 2004. O primeiro deles: o furacão em Santa Catarina em 2004 causou prejuízo de US\$1 bilhão e foi o primeiro registro, na história, de ocorrência de furacão no Atlântico Sul. Outros: a maior seca nos últimos cem anos na Amazônia em 2004; enchente em Santa Catarina em 2008 – 1,5 milhões de pessoas afetadas, 120 mortes e 69 mil desabrigados; a seca na Região Sul em 2008, que gerou grandes prejuízos para a agricultura; a maior enchente do Rio Negro, em 54 anos, em 2009; e grandes inundações no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro no final de 2009, início de 2010.

A Secretaria Nacional de Defesa Civil registrou um aumento de 58% no número de desastres de grandes proporções notificados no País entre 2007 e 2008. Além do problema do desequilíbrio climático global, esses fenômenos têm sido protagonizados por diversos fatores locais como, por exemplo:

- o desrespeito à legislação ambiental, especialmente às áreas de preservação permanente. A potencialização desses problemas causados por esse desrespeito, além de outros que vou mencionar, agrava os problemas ambientais que temos, e sem os devidos investimentos feitos por parte dos mais diferentes entes da Federação à altura das necessidades que temos;

- a devastação das matas ciliares (vegetação natural de beiras de rios, lagos, reservatórios e nascentes) levaram à erosão do solo e ao assoreamento dos rios;

- a expansão descontrolada das cidades e a ocupação de áreas ambientalmente inadequadas e vulneráveis, como problemas graves como são os casos dos deslizamentos a cada ano, com prejuízos econômicos, sociais, principalmente, com perda de vidas;

- a impunidade e a conivência do setor público e de parte da classe política com o descumprimento da legislação ambiental e dos planos diretores das cidades. A cada ano sabemos que esses problemas vão acontecer, mas, infelizmente, não se tem um planejamento com investimentos para corrigir os problemas já existentes, tais como: a criação de um sistema de prevenção, através de sistemas de alerta, pode ser feito para evitar o dano à população; o treinamento adequado para que, além da Defesa Civil e de outros agentes que atuam nesses momentos difíceis da vida da população brasileira, também a população possa ser treinada para ajudar em situações graves, levando socorro para os afetados;

- a impermeabilização excessiva do solo urbano também agrava essa situação, na medida em que, não tendo como ser escoada, a água vai sendo retida, e, conseqüentemente, os deslizamentos e os desmoronamentos se agravam;

- as políticas públicas inadequadas de gestão das cidades, especialmente na questão do saneamento básico, na contaminação dos recursos hídricos e na poluição atmosférica são outro problema.

Todo esse quadro mostra que é urgente a implementação da Lei nº 12.187, de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas, especialmente no que concerne às ações de adaptação aos efeitos nocivos das mudanças do clima. O processo de adaptação pressupõe que já estamos vivendo sob os efeitos das mudanças climáticas e que não podemos mais tratar as políticas públicas como

sempre tratamos, como se os eventos fossem apenas uma contingência natural. Não são. São problemas causados pelo homem e, conseqüentemente, devem ser enfrentados por ele.

O inciso V do art. 4º da Lei de Mudanças Climáticas prevê:

V – a implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas 3 (três) esferas da Federação, com a participação e colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis a seus interesses adversos.

Mesmo diante de tão preocupantes fatos e desastres naturais, ainda não vemos nenhuma autoridade do Governo Federal se dispondo a iniciar esse processo de formulação de uma estratégia nacional de adaptação. O Professor Carlos Nobre tem cobrado muito da parte dos agentes públicos e da sociedade que se tenha um investimento forte na agenda de adaptação e que se combinem esses esforços de adaptação e mitigação com ações no campo da pesquisa, para que a tecnologia e a inovação possam vir em socorro dessas situações, que já são graves e que cada vez mais se tornam urgência na realidade do Brasil.

Precisamos agir com urgência, responsabilidade e senso de justiça e solidariedade para com aqueles que já estão sob esses efeitos indesejados das mudanças do clima e com aqueles que estão em condição de risco. Ou seja, ainda não foram afetados, mas poderão sê-lo, caso medidas contundentes não venham a ser tomadas.

Temos uma agenda complexa e urgente para implementar, que inclui, por exemplo: estabelecer prioridades em termos de políticas sociais e de proteção e promoção da saúde, que reduzam as vulnerabilidades socioambientais e de saúde; investir mais em estudos sobre a dinâmica climática para criar um sistema de alerta que seja capaz de antecipar os riscos de novos desastres; modernizar os serviços de saúde sobretudo nas regiões mais pobres e populosas.

Precisamos também modernizar o Sistema Nacional de Defesa Civil para adquirir maior agilidade e capacidade de resposta e não se repetir os casos de demora no atendimento de Municípios afetados, como vimos ultimamente, inclusive no caso do Rio Grande do Sul, onde vários Municípios afetados ficaram à espera de socorro.

Precisamos procurar atuar de modo mais preventivo por meio das seguintes ações: incorporar de maneira séria no planejamento das políticas públicas nas áreas de adaptação, urbanização, infraestrutura

e produção agrícola a questão da vulnerabilidade ambiental, adotando-se novas abordagens que evitem novos desastres e que possam também minimizar os prejuízos econômicos e os riscos, que já são graves. Para isso, é fundamental investir em desenvolvimento científico, em tecnologia e capacitação. Além disso, é fundamental que o processo de licenciamento ambiental seja cuidadosamente observado e valorizado, e não destruído, enfraquecido, como se tem feito, inclusive colocando falsa polarização entre o licenciamento correto e o desenvolvimento, confundindo-se, muitas vezes, a flexibilização, Sr. Presidente, com o necessário processo de agilização desses empreendimentos.

Não se pode confundir o descaso com as respostas que precisam ser dadas no processo de licenciamento para problemas que, efetivamente, são graves, como se isso fossem ações protelatórias. O correto é que, ao darmos essas respostas, estaremos evitando os danos que vêm como consequência de um licenciamento mal feito, pela falsa ideia de flexibilização como sinônimo de agilização.

Precisamos fortalecer a governança ambiental, para que a legislação seja cumprida. É urgente iniciar um programa em larga escala de recuperação das margens dos rios e de desimpermeabilização do solo, nos lugares em que isso já aconteceu.

Outra medida é a de realocação de casas em situação de risco e iniciar um amplo programa de recuperação das áreas de preservação permanente em situação de vulnerabilidade.

É fundamental que entendamos que a mudança climática é uma realidade atual e será mais impactante ainda no futuro. O custo de não encararmos com a devida urgência e prioridade essa questão aumentará enormemente o sofrimento das pessoas e os custos para toda a sociedade.

Muitos dos investimentos em infraestrutura que estão sendo realizados, inclusive pelo PAC, podem ser prejudicados ou fortemente danificados pela ação dos eventos climáticos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SR^a MARINA SILVA (PV – AC) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Portanto, precisamos encarar essa situação como prioridade nacional, não só apenas do ponto de vista do discurso ou das políticas que ficam no papel, mas, sobretudo, pela viabilização dos recursos, dos meios, que, no meu entendimento, passa por aquilo que sempre tenho repetido: para se enfrentar o problema das mudanças climáticas, é fundamental que estejamos convencidos de que já estamos vivendo sob seus efeitos. Que tenhamos a visão, o processo correto para

enfrentar o problema e, principalmente, as estruturas necessárias, sob pena de sofrermos os graves prejuízos das consequências dos eventos extremos.

Nesse sentido, vou apresentar, na próxima semana, um requerimento para realização de audiências públicas aqui, no Senado, para abrir esse debate e para que a sociedade brasileira possa acompanhar e contribuir com o Governo para o enfrentamento desse desafio.

A melhor forma de enfrentarmos problemas que são maiores do que nós é ter a humildade de saber que não apenas o Governo tem todas as respostas, não apenas um dos Poderes, mas todos eles juntos, inclusive o Poder Judiciário, acionando aqueles que são contraventores renitentes no desrespeito à legislação ambiental. E, ainda, uma forte parceria com a academia, com organizações não governamentais, com movimentos sociais e, principalmente, buscando a responsabilidade social e ambiental das empresas que podem, sim, fazer a diferença, quando assumem que seus empreendimentos serão feitos a partir de critério de sustentabilidade.

Diante da grave crise que já estamos vivendo no mundo inteiro, das consequências que já estamos sofrendo no Brasil, é fundamental que essas audiências públicas, aqui no Senado, possam contar com a participação dos Srs. Senadores e daqueles que, efetivamente, podem contribuir para que possamos dar uma resposta à altura: os cientistas, os representantes da sociedade e os agentes de Governo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senadora Marina, V. Ex^a poderá ter o tempo que quiser para falar.

A SR^a MARINA SILVA (PV – AC) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Sr. Senador Antonio Carlos Valadares enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno. S. Ex^a será atendido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB–SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Um marco histórico na luta contra a fome e pela dignidade humana: a PEC da alimentação

Tem a importância histórica a aprovação, dias atrás, de emenda à Constituição federal – emenda de minha autoria – que torna o direito à alimentação um direito fundamental, constitucional, pétreo, extensivo a todo e qualquer cidadão brasileiro.

A PEC da Alimentação (Emenda nº 64), aprovada em sessão parlamentar solene vem coroar uma luta de longo prazo que travamos aqui no Congresso Na-

cional para quem, de uma vez por todas, nossa Carta Magna viesse a assumir claramente, em letra de lei, que não podemos jamais ser tolerantes com a fome ou qualquer forma de privação social. A alimentação é um direito fundamental.

Em outra Emenda à Constituição (Emenda nº 29) tive a oportunidade de como relator no Senado promover a inclusão em nossa Carta Magna do financiamento público obrigatório para atender ao setor saúde, pelas três unidades federadas, a União, os Estados e Municípios.

Dois feitos históricos de grande repercussão social que constam de minha atuação parlamentar como garantidores de direitos essenciais aos cidadãos e cidadãs brasileiros.

Não há outra forma de tratar o problema da fome a não ser como direito fundamental e, concretamente, como uma emergência. Uma das piores senão a pior de todas até pelo fato de por sua natureza, trata-se de emergência silenciosa e que grassa de forma invisível. Silenciosamente, de forma oculta, sem fazer ruído a desnutrição e a má nutrição atacam milhões e, pelo mundo afora, bilhões de pessoas. E é especialmente cruel e destrutiva com as crianças.

No mundo, e de acordo com dados da Unicef, a desnutrição mata ou incapacita um número de crianças muito maior do que todas as doenças genéticas juntas. Esse mesmo documento da Unicef revela que dos 12 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade que morrem a cada ano, a desnutrição está presente em mais de metade (55%) delas. Este é um dado de realidade inaceitável, indignante. Estas cifras são maiores do que as de qualquer doença infecciosa e excedem de longe as cifras de todas as vítimas de retardo mental por causas genéticas. Nos países em desenvolvimento são centenas e centenas de milhões de crianças sem direito a desenvolver seu potencial mental e físico por conta da desnutrição.

A anemia na infância, só para citar um exemplo, retarda o desenvolvimento psicomotor, psicomático, impede o desenvolvimento cognitivo, reduz o QI.

Sabemos também que ainda existe entre nós, uma incidência importante de anemia nas nossas crianças pobres e que a desnutrição atinge milhões de mães pobres. Sabemos o quanto a fome é um problema, especialmente nas populações com menos oportunidades.

Por isso sempre estivemos ao lado do governo Lula em todas as frentes de luta de combate à fome. Esta é a nossa batalha, esta é uma batalha desse governo. Estamos ao lado das políticas públicas de segurança alimentar, da Bolsa Família, sabemos do empenho do governo no campo de combate à fome

e desnutrição. E é justamente como parte dessa luta, como parte do esforço da sociedade civil e do governo Lula que viemos nos empenhando em defesa dessa conquista finalmente concretizada no artigo 6 da Carta Magna.

Temos total consciência dos problemas econômicos mundiais, temos clareza de que é necessário ficar atento à tormenta econômica internacional, sabemos das dificuldades das contas públicas, mas na minha opinião, a grande meta para além da crise econômica, ou até por conta da crise, deve ser, e continuará sendo, aquela estabelecida nas chamadas “metas do milênio”, ou seja, temos que erradicar a extrema pobreza e a fome.

Temos que reduzir o número de famintos no planeta pela metade até 2015 e isto significa fazer nossa parte, inspirados nos acordos internacionais, estabelecidos pela ONU, assinados pelo Brasil em todos os fóruns internacionais, o que sempre nos levou a adotar como prioridade absoluta a meta da fome zero.

Foi essa uma das motivações para minha luta pela PEC da Alimentação.

Já desde o mapeamento da fome no País (o chamado Mapa da Fome) e a criação do Conselho Nacional e de Segurança Alimentar (CONSEA) nos anos 90, e desde antes, que víamos defendendo políticas públicas mais voltadas para esse foco. Estivemos em sintonia com as orientações Gerais da ONU, em 1996, voltada para o combate à fome. E finalmente com a Cúpula Mundial de Alimentação reunida em Roma, em 2002, que elaborou as Diretrizes Voluntárias da FAO que orientam as pessoas a lutarem por seus direitos na área da fome. Mais recentemente, meses atrás, estivemos pessoalmente em Roma, na última Cúpula, como parte da mesma luta do governo e lado a lado com o presidente Lula.

Portanto não poderia deixar de vibrar com nossa vitória da semana passada. Vejo como enorme conquista o fato de conseguirmos inserir o *Direito Humano à Alimentação Adequada* como direito constitucional. Com esta medida, finalmente conseguimos concretizar em nosso País, plenamente, com todas as letras, a *Declaração dos Direitos Humanos* na esfera do mais concreto, da privação fundamental, no direito ao alimento. Em qualquer condição o ser humano tem que possuir o direito a uma alimentação saudável e adequada. É um direito básico da cidadania.

Vamos limpar a “mancha da fonte”. Vamos a discussão, agora constitucional, a todo País. O presidente Roosevelt já dizia que um homem na miséria não é um homem livre. E ele também dizia que com o desemprego e com gente faminta se constrói a ditadura não a democracia. E nós queremos consolidar a

democracia. Sem democracia não há realização dos direitos humanos. E dentre os direitos humanos, a fome desponta como o direito crítico, básico, fundamental, sem o qual não há vida e nem dignidade. O presidente Lula tem consciência desse problema e me somarei a ele em toda e qualquer iniciativa em direção ao povo mais pobre.

Quero finalizar citando a máxima do grande mestre e estudioso das ciências políticas, e da filosofia do direito, Norberto Bobbio, que adotava como a grande necessidade histórica e divisor civilizatório fundamental, os três pilares: a democracia, a paz e os direitos do homem. E ele mesmo dizia que “sem que esses direitos do homem sejam reconhecidos e protegidos não há democracia”. Quero fazer eco ao seu pensamento, me somando a todos os democratas do mundo: sem a

proteção ao direito à alimentação saudável e adequada não há democracia que resista ao tempo.

Por isso me sinto feliz ver concretizado um dos pontos fundamentais do meu mandato: doravante a nossa Constituição passa a proteger como direito fundamental, o direito de todos à alimentação adequada. Minha luta continua, para levar esse direito à vida cotidiana de todos os brasileiros, especialmente do povo do meu sofrido Nordeste e do meu querido e sofrido estado de Sergipe. – **Antônio Carlos Valadares.**

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008
Prazo prorrogado: 22/11/2008
Prazo prorrogado: 01/07/2009
Prazo prorrogado: 21/02/2010
Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,19)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
VAGO ^(5,29)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁸⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,21)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- **. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
 2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
 3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
 4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
 5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
 6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
 7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
 8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).

4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of./GSFA/0801/2009).

6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** . Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
 2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
 3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
 4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
 5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. João Pedro (PT) (11,41)
Tiã Viana (PT) (37)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. Sadi Cassol (PT) (4,39,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Geovani Borges (PMDB) (64,67,88,91)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,60)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (1,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,65,71)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,50)
Efraim Morais (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (51)
Geovani Borges (PMDB) (9,52,88,91)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. VAGO ^(2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício n° 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/n° lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. n° 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Serys Shessarenko (PT) (30,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (30)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (30)	5. César Borges (PR) (31,47)
João Pedro (PT) (34,47,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,32,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,67)
Almeida Lima (PMDB) (61,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,68,86,93)
Geovani Borges (PMDB) (54,64,96,99)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,69,78)
Francisco Dornelles (PP) (57,64)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,63,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (46,62,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,58,65)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (40)	1. Efraim Morais (DEM) (49)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Jayme Campos (DEM) (48,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,52)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (28,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,70,90,92)
PTB (7)	
Romeu Tuma (51)	1. Gim Argello (45)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
47. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSAO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Osmar Dias	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽⁹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(73,79)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
Sadi Cassol (PT) (35,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Geovani Borges (PMDB) (58,102,105)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁵⁶⁾	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) ⁽⁵⁵⁾	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO ^(5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO ^(57,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi ^(7,47)	1. João Vicente Claudino ⁽⁴⁷⁾
Romeu Tuma ⁽⁴⁷⁾	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (24)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (21)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (22)	4. Delcídio Amaral (PT) (23)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (40,47,48,49,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Geovani Borges (PMDB) (39,50,53)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Adelmir Santana (DEM) (35)
Kátia Abreu (DEM) (30)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,27)
Heráclito Fortes (DEM) (29)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Jayme Campos (DEM) (9,32,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,14)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (15)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,41)	1. Cristovam Buarque (12,36,42)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁶⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
**. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIÁDAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
 3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
 4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
 5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- ** Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Geovani Borges (PMDB) (34,68,72)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(15,17,18,20)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,7,19)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹²⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
19. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
20. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

** . Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Geovani Borges (PMDB) (10,21,62,92,93)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. José Agripino (DEM) (23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB n° 205/2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shlessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Geovani Borges (PMDB) (53,76,79)	2. Lobão Filho (PMDB) (29,50)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (43)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (57,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (25)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,23)
Serys Shlessarenko (PT) (2,24)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (27,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (28)	3. Tião Viana (PT) (27,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (27)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (32,46,55,56)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)
Valter Pereira (PMDB) (1,41)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (36)	1. Gilberto Goellner (DEM) (34)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Jayme Campos (DEM) (29,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,31)
Adelmir Santana (DEM) (33)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,30)
Lúcia Vânia (PSDB) (17)	5. Cícero Lucena (PSDB) (19)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,22)
Papaléo Paes (PSDB) (18)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
29. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
32. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
Sadi Cassol (PT) (23,63,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Shessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO ^(5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (21)
Renato Casagrande (PSB) (20)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Magno Malta (PR) (19)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (18,46)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (38)
Lobão Filho (PMDB) (37)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,35)	3. Geovani Borges (PMDB) (8,9,40,47,48,59,61)
Valdir Raupp (PMDB) (34,43)	4. VAGO (2,53,56,58,60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)	1. Gilberto Goellner (DEM) (26)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (30)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (23)	4. Kátia Abreu (DEM) (29)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (16,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (16,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (15,49)
Papaléo Paes (PSDB) (17)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,16,44)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (27)	1. Fernando Collor (27)
PDT	
Acir Gurgacz (13,33,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

- Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
- Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
- Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
20. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
28. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
61. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (OF. 113/2008-GLPMDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)**

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO ⁽¹⁴⁾	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
VAGO ⁽⁷⁾	3. VAGO ⁽⁸⁾
VAGO ⁽¹¹⁾	4. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹¹⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 22/12/2009

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽⁴⁾

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

VAGO ^(2,11,12)

PDT

Patrícia Saboya (CE) ^(5,7,8)

PR

Magno Malta (ES) ^(1,6,9)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹⁰⁾

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 01/12/2009

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
12. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGMP, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/II/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<p style="text-align: center;"><u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN</p>	<p style="text-align: center;"><u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL</p>
<p style="text-align: center;"><u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE</p>	<p style="text-align: center;"><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC</p>
<p style="text-align: center;"><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB</p>	<p style="text-align: center;"><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG</p>

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ACIR GURGACZ		mundial para ingressar em novas fronteiras do desenvolvimento econômico e social.	489
Apoio ao plebiscito para consultar a população sobre a criação do Município de Extrema de Rondônia, Estado de Rondônia.....	400	ALOIZIO MERCADANTE	
Defesa de proposta de projeto de lei de autoria de Sua Excelência que pretende transferir ao domínio do Estado de Rondônia terras pertencentes à União, para uma melhor organização social e política do referido estado.....	400	Registro da abertura, em Brasília, do IV Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como celebração dos trinta anos de fundação e reflexão sobre a história do partido e sua importância no contexto político nacional.	391
Reiteração do apoio de Sua Excelência ao plebiscito para consultar a população sobre a criação do Município de Extrema de Rondônia, Estado de Rondônia.	488	ALVARO DIAS	
Pedido ao Ministério da Saúde no sentido de dar atenção especial ao aumento da dengue no Estado de Rondônia.	488	Críticas à matéria do jornal <i>Gazeta do Povo</i> , do Paraná, intitulada “Ação política fraca deixa PR no fim da fila do Orçamento. Estado sai perdendo em repasses da União para 2010”, bem como defesa dos parlamentares paranaenses quanto à representação do Estado do Paraná no Congresso Nacional.....	120
ADELMIR SANTANA		Reflexão sobre matéria de autoria do jornalista Gustavo Patu, publicada pelo jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição do dia 18 de fevereiro de 2010, abordando a manipulação de informações nos dados oficiais, especialmente pelo presidente da República e por seus coadjuvantes no Governo Federal.	384
Aparte ao senador Mozarildo Cavalcanti.	70	ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
Considerações a respeito da crise política instalada no Governo do Distrito Federal, em função do episódio do “mensalão” do Democratas (DEM) de Brasília.....	87	Parecer nº 55, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 535, de 2009 (nº 1.199/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária e Cultural de Poço Verde FM – Mhz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço Verde, Estado de Sergipe.	182
Indignação com a crise política instalada no Governo do Distrito Federal, devido ao “mensalão” do Democratas (DEM) de Brasília, bem como elogios à capacidade do povo brasileiro de superar obstáculos de ordem política e preocupação com a possibilidade de intervenção federal no Governo do Distrito Federal.	108	Parecer nº 58, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Infor-	
Reverência à memória do médico Ernesto Silva, um dos pioneiros no surgimento de Brasília, falecido no dia 3 de fevereiro de 2010.....	108		
Aparte ao senador Valdir Raupp.....	151		
Aparte ao senador Paulo Paim.	484		
Considerações sobre a necessidade de o Brasil aproveitar o momento histórico da economia			

	Pág.		Pág.
mática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 749, de 2009 (nº 1.466/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Aquimino Machado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Basílio, Estado da Bahia.....	196	da Criança e do Adolescente e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica à criança e ao adolescente.....	5
ANTONIO CARLOS VALADARES		DEMÓSTENES TORRES	
Comemoração pela aprovação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Alimentação, transformada na Emenda à Constituição nº 64, de 2010.....	350	Parecer nº 66, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 861, de 2009 (nº 1.686/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Liberdade de Goiânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.....	236
Satisfação e reiteração da importância da aprovação da chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Alimentação, transformada na Emenda à Constituição nº 64, de 2010.....	530		
AUGUSTO BOTELHO		EDUARDO AZEREDO	
Parecer nº 51, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2008, de autoria da senadora Marisa Serrano, que autoriza o Poder Público a realizar exames anuais de saúde nos estudantes dos ensinos fundamental e médio e institui a Semana Nacional de Saúde na Escola.....	27	Parecer nº 65, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2009 (nº 1.629/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Prudente de Morais de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prudente de Morais, Estado de Minas Gerais.....	231
Aparte ao senador Paulo Paim.....	97		
Preocupação com as queimadas e as ameaças de incêndios no Estado de Roraima.....	114	Parecer nº 67, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 884, de 2009 (nº 1.713/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Educativa FM de Moeda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moeda, Estado de Minas Gerais.....	241
Agradecimento ao Ministério da Saúde pela liberação de recursos para a construção de um hospital na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima..	114		
Aparte à senadora Serys Slhessarenko.....	347		
Manifestação de pesar pelo falecimento do ex-suplente de deputado federal Ubirajara Evangelista Pinho, trabalhador na agricultura do Estado de Roraima e um dos pioneiros na questão da proteção das tartarugas no referido Estado.....	349		
Comemoração pela geração de 181 mil postos de trabalho no primeiro mês de 2010, bem como elogios ao presidente Lula e ao ministro do Trabalho, Carlos Lupi, pelo cumprimento das promessas de geração de emprego e renda feitas à população brasileira.....	349		
CÍCERO LUCENA		EDUARDO SUPPLY	
Parecer nº 49, de 2010 (da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009, de autoria do senador Tasso Jereissati, que altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto		Aparte ao senador Adelmir Santana.....	110
		Aparte ao senador João Pedro.....	113
		Aparte ao senador José Agripino.....	118
		Aparte ao senador Alvaro Dias.....	123
		Aparte ao senador Pedro Simon.....	149
		Aparte ao senador Valdir Raupp.....	152
		Registro do início, no dia 17 de fevereiro de 2010, da Campanha da Fraternidade de 2010, de iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o tema “Fraternidade e Economia”.....	153

	Pág.	III	Pág.
Homenagem à Doutora Zilda Arns, fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, falecida em Porto Príncipe, capital do Haiti, no dia 12 de janeiro de 2010, com leitura do texto “Fusão Invencível”, escrito pela jornalista Dorrit Harazim, publicado pela <i>Revista Piauí</i> de nº 41.	153		
Aparte ao senador Aloizio Mercadante.....	396		
Considerações acerca de proposta que institui uma Renda Básica de Cidadania no Brasil.	402		
EFRAIM MORAIS			
Parecer nº 75, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 921, de 2009 (nº 1.701/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Iracema, Estado do Ceará.....	282	zação das Nações Unidas no Haiti e dos Militares Brasileiros integrantes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), vitimados pelo terremoto acontecido em 12 de janeiro de 2010 naquele país.	61
ELISEU RESENDE			
Parecer nº 57, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 738, de 2009 (nº 1.023/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Educacional e Cultural de Carandaí (ACECC) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carandaí, Estado de Minas Gerais.....	191	Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2010, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite.....	94
Parecer nº 59, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 779, de 2009 (nº 1.599/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação Social de Icarai de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icarai de Minas, Estado de Minas Gerais.....	201	Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2010, que altera os arts. 2º e 13 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir a presença, nas redes de ensino, de profissionais da educação habilitados como técnicos em alimentação escolar.....	94
FLÁVIO ARNS			
Requerimento nº 65, de 2010, que solicita que o Período do Expediente da sessão deliberativa do dia 23 de fevereiro seja dedicado à memória da Doutora Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança, bem como da Pastoral da Pessoa Idosa, do Doutor Luiz Carlos Costa, representante especial adjunto da Organi-		Aparte ao senador Paulo Paim.	97
		Registro do início, no dia 17 de fevereiro de 2010, da Campanha da Fraternidade de 2010, de iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o tema “Fraternidade e Economia”.....	100
		Aparte ao senador Romeu Tuma.	106
		Aparte ao senador José Agripino.....	118
		Parecer nº 73, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 918, de 2009 (nº 1.776/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Tiago para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bituruna, Estado do Paraná.....	272
		Associação ao voto de pesar pelo falecimento de irmão do senador Geraldo Mesquita Júnior, do Estado do Acre.	327
		Leitura de circular, enviada às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, ao Ministério Público de todos os estados e aos promotores públicos responsáveis pela área da educação, que trata do corte etário para as crianças que ingressam na primeira série do ensino fundamental de nove anos.....	333
FLEXA RIBEIRO			
		Parecer nº 69, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 911, de 2009 (nº 1.745/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Baião, Estado do Pará.....	251

	Pág.		Pág.
Registro da visita de Sua Excelência a diversos municípios do Estado do Pará, com o intuito de levar aos municípios uma proposta de discussão para a formação do programa de governo.	456	JOÃO RIBEIRO	
Preocupação com o fato de a Petrobras ter voltado a importar gasolina, após a posição superavitária do Brasil na produção de petróleo..	456	Parecer nº 80, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 943, de 2009 (nº 1.756/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiratins, Estado de Tocantins.....	307
GEOVANI BORGES		JOSÉ AGRIPINO	
Aparte ao senador Paulo Paim.	97	Análise do legado do governo do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso para a sociedade brasileira, comparando o referido legado aos resultados do governo do presidente Lula.....	116
Reflexão sobre o período da Quaresma e de seu significado como preparação para a Páscoa.	102	Parecer nº 70, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 914, de 2009 (nº 1.751/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Cidadã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.....	257
Análise de pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) a respeito da credibilidade das instituições brasileiras, com destaque para a colocação dos partidos políticos brasileiros, que obtiveram o pior índice de credibilidade na referida pesquisa.	102	LOBÃO FILHO	
Defesa da unificação do calendário escolar no Brasil, com equivalência da quantidade de dias letivos e equilíbrio da produtividade.	336	Parecer nº 56, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 731, de 2009 (nº 1.603/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sócio-Cultural Mar Azul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estância, Estado de Sergipe.....	187
GERSON CAMATA		Parecer nº 62, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 849, de 2009 (nº 921/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Cultural, Recreativa e Assistencial São-mateuense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão.....	216
Considerações a respeito de artigo de autoria do embaixador Jorio Dauster, publicado pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em defesa de projeto de Sua Excelência que libera a comercialização de veículos de passeio movidos a óleo diesel no Brasil.....	89	MÃO SANTA	
GILBERTO GOELLNER		Parecer nº 53, de 2010 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de ori-	
Parecer nº 72, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 917, de 2009 (nº 1.773/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Santo Antônio de Leverger para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso.	267		
JOÃO PEDRO			
Registro da abertura, em Brasília, do IV Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como reflexão sobre a história do referido partido e sua importância no contexto político nacional.....	111		

	Pág.		Pág.
gem), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.....	40		
Aparte ao senador Paulo Paim.	331		
Aparte ao senador Flávio Arns.	334		
Requerimento nº 67, de 2010, que requer as homenagens de inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Senhor José Henrique Sá de Mesquita, irmão do senador Geraldo Mesquita, ocorrido no dia 16 de fevereiro de 2010.	353	Voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado criminalista, ex-deputado estadual e ex-deputado federal Sérgio Murilo Santa Cruz, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2010, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.	516
Exaltação às belezas naturais do litoral do Estado do Piauí, em especial o delta do rio Parnaíba.	377		
Críticas à proliferação de faculdades particulares, em detrimento do ensino superior gratuito... ..	377	MARIA DO CARMO ALVES	
Repercussão de matéria publicada no blog 180 graus, com críticas dirigidas ao governo do Estado do Piauí.	377	Homenagem à Doutora Zilda Arns, reconhecida pelo trabalho em favor das crianças e dos idosos, falecida em terremoto ocorrido no Haiti, no dia 12 de janeiro de 2010.....	445
Aparte ao senador Marco Maciel.....	518	MARINA SILVA	
Defesa do respeito à cadeia sucessória na hipótese de afastamento definitivo do governador José Roberto Arruda da chefia do Poder Executivo do Governo do Distrito Federal, bem como alerta ao presidente Lula para que respeite a Constituição e não apoie a intervenção no Distrito Federal.....	520	Aparte ao senador Mozarildo Cavalcanti.	66
Apelo ao presidente Lula no sentido de apressar a implementação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí.....	520	Considerações a respeito da necessidade de maior transparência na política brasileira para combater a corrupção, bem como comentários a respeito da prisão do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, em função do episódio do “mensalão” do Democratas (DEM) de Brasília.	71
MARCO MACIEL		Registro da matéria intitulada “Justiça não é vingança”, publicada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 14 de junho de 2000.	71
Parecer nº 74, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 920, de 2009 (nº 1.688/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e de Radiodifusão Comunitária Pará FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.....	277	Aparte ao senador Pedro Simon.....	83
Requerimento nº 71, de 2010, que requer as homenagens de inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências aos familiares do ex-deputado federal Sérgio Murilo Santa Cruz, falecido no dia 17 de fevereiro de 2010, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.....	480	Aparte ao senador Aloizio Mercadante.....	394
Aparte ao senador Adelmir Santana.....	492	Preocupação com a crise ambiental global, especialmente no que se refere aos problemas de adaptação do Brasil aos efeitos negativos das mudanças do clima, relacionados à questão da saúde pública.	527
Aparte ao senador Pedro Simon.....	498	MARISA SERRANO	
Registro do lançamento da Campanha da Fraternidade de 2010, com o tema “Fraternidade e Economia”.....	516	Preocupação com o início antecipado da vida sexual dos jovens e a gravidez na adolescência, bem como sobre o enfraquecimento dos valores morais relacionados à sexualidade das crianças e adolescentes.....	106
		MOZARILDO CAVALCANTI	
		Considerações a respeito da necessidade de o Brasil ter um olhar mais nacionalista e humanista sobre a Amazônia, bem como comentários a respeito da importância do Estado de Roraima para o cenário nacional.....	64
		Aparte à senadora Marina Silva.....	73
		Voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-suplente de deputado federal, Senhor Ubirajara Evangelista Pinho.	344

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 66, de 2010, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2010, do Senhor Ubirajara Evangelista Pinho, e apresentação de condolências à família do falecido.	345	ao Rio Grande do Sul, bem como agradecimento a todos que demonstraram solidariedade quanto ao fato mencionado.	96
Aparte ao senador Augusto Botelho.	349	Homenagem pelo transcurso de trinta anos de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como saudação ao ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, pelo trabalho desenvolvido no exercício da presidência do referido partido.....	96
Requerimento nº 68, de 2010, que requer que o ministro de Estado da Justiça informe como se desenvolve a atuação da Organização Não Governamental (ONG) “Hutukara Associação Yanomami (HAY)” e de outras ONGs que têm seu campo de ação entre os índios Yanomamis, informando também se a referida ONG tem, direta ou indiretamente, interferência indevida na invasão na Reserva Indígena Yanomami pelos garimpeiros.....	354	Comentários sobre a força e a independência da economia brasileira perante a crise econômica mundial, com destaque ao desenvolvimento do País durante o governo do presidente Lula.	96
Apelo para que sejam votados projetos de autoria de Sua Excelência e de outros parlamentares propondo uma nova divisão territorial do Brasil, com o objetivo de eliminar as desigualdades regionais.	381	Aparte ao senador Flávio Arns.	102
Aparte ao senador Alvaro Dias.	386	Associação ao voto de pesar pelo falecimento de irmão do senador Geraldo Mesquita Júnior, do Estado do Acre.	327
Considerações sobre a ideologia da Maçonaria.....	499	Registro do início da 28ª edição da Festa da Uva, no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, bem como considerações a respeito da história e lembranças da infância de Sua Excelência no referido município.	328
Preocupação com a seca e as queimadas no Estado de Roraima, com destaque para diversas matérias a respeito do referido problema publicadas na imprensa.....	499	Requerimento nº 69, de 2010, que requer voto de aplauso à Festa da Uva em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, na pessoa do presidente do evento, o Senhor Gerson Luiz Palavro, extensivo ao prefeito de Caxias do Sul, Senhor José Ivo Sartori.....	354
Leitura de trecho de pronunciamento do senador Romero Jucá, no qual o referido senador relata a invasão de sua residência na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, bem como critica o governador do Estado de Roraima por tentativas de intimidação contra o referido senador.....	499	Parecer nº 85, de 2010 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009 (nº 1.015/2007, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a aprendizagem noturna.....	436
Registro da matéria “O Incêndio do Século”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 21 de outubro de 1998; da matéria “Roraima decreta estado de emergência por causa da seca”, publicada pelo portal Terra, no dia 13 de fevereiro de 2010; da matéria “Roraima, os paradoxos de um grande incêndio do fim do milênio”, publicada pela revista <i>Estudos Avançados</i> , no mês de agosto de 1998; e de outras.....	499	Registro de pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas que aponta o período de junho de 2003 a julho de 2008 como a fase de maior expansão da economia brasileira nos últimos trinta anos.....	483
PAPALÉO PAES		Considerações sobre o desemprego no Brasil e no mundo, com base em relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT).	483
Considerações sobre as conquistas da Administração Federal no governo do presidente Lula, bem como a respeito da lentidão dos avanços na questão da reforma tributária.....	90	Comentários a respeito de debates na Assembleia Nacional Constituinte, sobre os direitos dos trabalhadores, a questão da previdência, o Sistema Único de Saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Orçamento, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Igualdade Racial.....	483
PAULO PAIM		PEDRO SIMON	
Explicação a respeito da saúde de Sua Excelência, referente a um mal-estar ocorrido em viagem		Aparte à senadora Marina Silva.....	75

Pág.	Pág.
Considerações acerca da necessidade de combater a corrupção na política brasileira, bem como comentários sobre a prisão do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e defesa de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para tratar de questões ligadas à ética na política.	30
Considerações sobre a situação vivida pelo Poder Judiciário brasileiro, em função da frequente revisão de decisões de juízes de primeira entrância por parte de membros dos tribunais superiores, com destaque para os processos da Operação Satiagraha, da Operação Castelo de Areia e do caso MSI-Corinthians.	82
Reflexão sobre o processo de combate à corrupção, bem como a respeito da sensação de impunidade que atinge os brasileiros em geral.	143
Registro da participação de Sua Excelência no evento chamado Rebanhão, organizado pela comunidade católica de Brasília, bem como comentários sobre a importância dos jovens no processo de levar as famílias brasileiras à igreja.	143
Considerações sobre a necessidade de o Poder Judiciário combater com maior veemência e agilidade a corrupção e a impunidade no Brasil.	143
Parecer nº 84, de 2010 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 839, de 2009 (nº 569/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 21 de março de 2007.	388
Requerimento nº 70, de 2010, que requer a inserção em ata de voto de profundo pesar por falecimento do general Ivan de Souza Mendes, ocorrido em 18 de fevereiro de 2010.	431
Reflexão sobre o processo de combate à corrupção, bem como defesa da moralidade pública no Brasil, com destaque para a prisão do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, em função do episódio do “mensalão” do Democratas (DEM) de Brasília.	480
RAIMUNDO COLOMBO	
Parecer nº 52, de 2010 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2008, de autoria da senadora Marisa Serrano, que autoriza o Poder Público a realizar exames anuais de saúde nos estudantes dos ensinos fundamental e médio e institui a Semana Nacional de Saúde na Escola.	493
RENATO CASAGRANDE	
Parecer nº 68, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 889, de 2009 (nº 1.761/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Princesa Isabel para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	246
ROBERTO CAVALCANTI	
Parecer nº 71, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 915, de 2009 (nº 1.757/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Manoel Ferreira Veras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroquinha, Estado do Ceará.	262
ROMEU TUMA	
Aparte ao senador Paulo Paim.	97
Aparte ao senador Paulo Paim.	99
Aparte ao senador Flávio Arns.	101
Leitura de artigo de autoria do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , que trata da questão dos direitos humanos.	104
Aparte ao senador Paulo Paim.	329
Apelo ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, no sentido de dar urgência à votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 546, de 2006, que trata da reinserção dos delegados de polícia nas carreiras jurídicas.	337
SÉRGIO ZAMBIASI	
Parecer nº 76, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 935, de 2009 (nº 1.637/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Paraíso do Sul (Asculpar) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	287

	Pág.		Pág.
Parecer nº 77, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 936, de 2009 (nº 1.172/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier – RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.....	292	Indignação com a demora na conclusão das obras de duplicação da BR-101, no trecho entre o Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, e o Município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.....	375
Parecer nº 78, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 938, de 2009 (nº 1.321/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul.....	297	SERYS SLHESSARENKO	
Parecer nº 79, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 939, de 2009 (nº 1.646/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Essência Nativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul.....	302	Parecer nº 50, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009, de autoria do senador Tasso Jereissati, que altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica à criança e ao adolescente.	12
Parecer nº 81, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 962, de 2009 (nº 1.770/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cruzeiro FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.....	312	Considerações sobre o crescimento da economia brasileira, com destaque para a exportação de carne do Estado de Mato Grosso para o mercado chinês.	345
Parecer nº 82, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 963, de 2009 (nº 1.788/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e de Comunicação Voz Amiga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.....	317	Registro do lançamento, no Estado de Santa Catarina, da Campanha da Fraternidade de 2010, com o tema “Fraternidade e Economia”.	345
Parecer nº 83, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 974, de 2009 (nº 1.876/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Capitão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão, Estado do Rio Grande do Sul....	322	Homenagem à Doutora Zilda Arns, reconhecida pelo trabalho em favor das crianças e dos idosos, falecida em terremoto ocorrido no Haiti, no dia 12 de janeiro de 2010.....	345
Aparte ao senador Paulo Paim.	332	Preocupação com o excesso de chuvas e as enchentes em municípios do Estado de Mato Grosso, atingindo cerca de 21 mil pessoas.....	345
		Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2010, que altera o inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para limitar em vinte horas semanais o tempo de dedicação do professor à interação com os educandos.....	355
		VALDIR RAUPP	
		Aparte ao senador José Agripino.....	120
		Considerações sobre estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que informou ser possível zerar a condição de pobreza extrema de cerca de 20 milhões de brasileiros em curto espaço de tempo.	150
		Considerações a respeito da necessidade de melhorias na educação brasileira, com destaque para as vantagens da educação integral para que o País atinja um desenvolvimento com maior qualidade.	150

Pág.		Pág.
	Voto de pesar, em nome da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pelo falecimento de irmão do senador Geraldo Mesquita Júnior, do Estado do Acre.....	
327	Parecer nº 86, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2009 (nº 1.015/2007, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo ao art. 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a aprendizagem noturna.....	
439	Parecer nº 87, de 2010 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2005, do senador Pedro Simon, que acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, determinando prazo para o registro do desaparecimento de criança e adolescente e estabelece prazo máximo para o início das investigações.....	
447	Comentários a respeito da seca e das queimadas no Estado de Roraima, bem como apelo ao Governo Federal no sentido de equipar os esquadões de incêndio em todo o País.....	
524	Destaque para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) referentes às rodovias do Estado de Rondônia.....	
	VALTER PEREIRA	
177	Parecer nº 54, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2008 (nº 509/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso.....	
	WELLINGTON SALGADO	
	Parecer nº 60, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 836, de 2009 (nº 1.481/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à L.M. Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Lúcia, Estado de São Paulo.....	206
	Parecer nº 61, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 838, de 2009 (nº 1.734/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura para São Félix para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Coribe, Estado da Bahia.....	211
	Parecer nº 63, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 852, de 2009 (nº 1.458/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Centro de Montezuma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montezuma, Estado de Minas Gerais.....	221
	Parecer nº 64, de 2010 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 855, de 2009 (nº 1.584/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Região do Além Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.....	226